



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Antonio Maureni Vaz Verçosa de Melo

**Compartilhando ideias e tecendo o poder: atuação dos intelectuais  
piauienses na Era Vargas no Piauí (1930-1945)**

São Gonçalo

2021

Antonio Maureni Vaz Verçosa de Melo

**Compartilhando ideias e tecendo o poder: atuação dos intelectuais piauienses na Era Vargas no Piauí (1930-1945)**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Luís Reznik

São Gonçalo

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

M528 Melo, Antonio Maurení Vaz Verçosa de.  
Compartilhando ideias e tecendo o poder: atuação dos intelectuais  
piauienses na Era Vargas no Piauí (1930-1945) / Antonio Maurení Vaz  
Verçosa de Melo. – 2021.  
419f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Luis Reznik.  
Tese (Doutorado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Intelectuais – Piauí – Atividades políticas – Teses. 2. Piauí – Política e  
Governo – Teses. 3. Brasil – História – 1930-1945 – Teses. I. Reznik, Luis.  
II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de  
Professores. III. Título.

CRB/7 - 4994 CDU 323.329(812.2)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese,  
desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Antonio Maurení Vaz Verçosa de Melo

**Compartilhando ideias e tecendo o poder: atuação dos intelectuais piauienses na Era Vargas no Piauí (1930 -1945)**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social.

Aprovada em 09 de dezembro de 2021.

Banca de Examinadora:

---

Prof. Dr. Luís Reznik (Orientador)

Faculdade de Formação de Professores - UERJ

---

Prof. Dr. André Luiz Vieira de Campos

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

---

Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Faculdade de Formação de Professores - UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Joseanne Zingleara Soares Marinho

Universidade Estadual do Piauí

---

Prof. Dr. Pedro Pio Fontineles Filho

Universidade Estadual do Piauí

São Gonçalo

2021



## DEDICATÓRIA

“Naquela mesa ele sentava sempre  
E me dizia sempre o que é viver melhor  
Naquela mesa ele contava histórias  
Que hoje na memória eu guardo e sei de cor  
Naquela mesa ele juntava a gente  
E contava contente o que fez de manhã  
E nos seus olhos era tanto brilho  
Que mais que seu filho  
Eu fiquei seu fã  
Eu não sabia que doía tanto  
Uma mesa num canto, uma casa e um jardim  
Se eu soubesse o quanto dói a vida  
Essa dor tão doída não doía assim  
Agora resta uma mesa na sala  
E hoje ninguém mais fala no seu bandolim  
Naquela mesa tá faltando ele  
E a saudade dele tá doendo em mim  
Naquela mesa tá faltando ele  
E a saudade dele tá doendo em mim”

Naquela Mesa (1969)

*Sérgio Bittencourt*

*Eternizada na voz de Nelson Gonçalves*

A meu pai, Antonio Ambrósio de Melo (**In memoriam**).

Não foi um intelectual acadêmico, mas o cotidiano o fez um intelectual da vida.

## AGRADECIMENTOS

A palavra agradecimento, deriva etimologicamente de agradeço, que vem de “grato” origem no latim *gratus*, que entre outras coisas significa “ser acolhido” ou “acolher”, “demonstrar gratidão”, “oferecer graça” e outros. Portanto, na construção de uma tese de doutorado, sermos acolhidos por muitos é de extrema importância, pois na construção de uma pesquisa, trilhamos caminhos que necessitamos compartilhar com outros para que a trajetória aconteça melhor e mais tranquila.

Primeiramente agradeço a Deus por tudo, pela vida e por colocar em meu caminho pessoas boas que me ajudaram e que contribuíram para tornar tudo isso possível. À minha família, gratidão, pois em todos os momentos me apoiaram. À minha mãe (Raimunda Vaz), orientadora incondicional de toda a minha trajetória. Irmãos, sobrinhos (as), em especial a Alessandra Verçosa. À minha esposa Jocieida, que esteve sempre ao meu lado, dividindo os momentos bons e ruins, não apenas deste processo, mas de toda uma vida que decidimos percorrer juntos. Aos meus filhos Maureni Junior e Ana Letícia, que compreenderam os momentos de ausência.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHS) da UERJ, que acolheu o meu projeto e me recebeu muito bem na sua sede, bem como aos professores e professoras das disciplinas do doutorado e aos demais servidores da UERJ/PPGHS.

Ao meu orientador, Luiz Reznik, que me acolheu, ao mesmo tempo em que acreditou no projeto, orientando e conduzindo as diretrizes que deram forma a esta tese. Agradeço porque orientou-me com muita eficiência, mas principalmente pela postura no que diz respeito a relação entre orientador e orientando.

À Banca de Qualificação formada pelos professores: André Luiz Vieira de Campos, Rui Aniceto Nascimento Fernandes e Marcia de Almeida Gonçalves, que apontaram os elementos que puderam enriquecer a construção deste trabalho.

Agradeço o acolhimento e apoio da minha tia Remédios Vaz e sua família no Rio de Janeiro (RJ), que me proporcionou uma estadia de suma importância para todo esse processo, fui recebido como um filho por ela, e tenho ciência que sem esse apoio, essa tese teria tido contornos mais difíceis.

Agradeço à Universidade Estadual do Piauí (UESPI), por minha liberação, bem como a SEDUC-PI, aos colegas de ambas instituições, ressalto aqui as professoras Valtéria

Alvarenga e Clarisse Helena, assim como aos professores João Junior, Moisés Barros e Raimundo Barbosa que sempre me incentivaram; aos gestores escolares e à Direção da URE – Timon (MA), em especial aos professores Borges, Rosilene, Regino e Ana Lúcia pelo apoio.

Agradeço aos funcionários e prestadores de serviços do Arquivo Público do Piauí, Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, CPDOC-FGV, Museu da República, bibliotecas e demais instituições que foram ambientes de pesquisa, meu abraço especial por proporcionarem o contato com fontes que não apenas contribuíram para o trabalho, mas que enriqueceram a história desse país.

Agradeço a participação da Banca de Defesa, formada pelo professor orientador, Luiz Reznik, André Luiz Vieira de Campos, Rui Aniceto Nascimento Fernandes, Joseanne Zingleara Soares Marinho, Pedro Pio Fontineles Filho e Marcia de Almeida Gonçalves.

Agradeço ainda à professora Lucimeire Rodrigues Barbosa, pela revisão final do trabalho.

Por fim, agradeço a todos que de alguma maneira contribuíram para a finalização desta tese.

[...]  
Você não sabe o quanto eu caminhei  
Pra chegar até aqui  
Percorri milhas e milhas antes de dormir  
Eu nem cochilei  
Os mais belos montes escalei  
Nas noites escuras de frio chorei, ei, ei, ei  
[...]

A vida ensina e o tempo traz o tom  
Pra nascer uma canção  
Com a fé do dia a dia encontro a solução  
Encontro a solução  
[...]

Meu caminho só meu pai pode mudar  
Meu caminho só meu pai  
Meu caminho só meu pai

*Estrada - Banda Cidade Negra  
Toni Garrido, Bino, Lazão e Da Ghama, (1998)*

## RESUMO

MELO. Antonio Maureni Vaz Verçosa de. *Compartilhando ideias e tecendo o poder: atuação dos intelectuais piauienses na Era Vargas no Piauí (1930 -1945)*. 2021. 419 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

A presente tese analisa a atuação dos intelectuais piauienses no compartilhamento de ideias no período da Era Vargas no estado do Piauí de 1930 a 1945. O percurso para refletir essa recepção de ideais, passou por compreender o processo de instalação da República no Piauí, assim como o jogo das oligarquias e o discurso de alguns intelectuais sobre o contexto do pensamento republicano na Primeira República. O período eleitoral da campanha da Aliança Liberal com a eclosão da revolução de 1930 que promoveu o início do período varguista, foram abordados de forma a compreender melhor a incorporação de intelectuais ao contexto do sistema de interventoria. O momento do Estado Novo e a atuação de intelectuais e mediadores culturais foram refletidos como forma de investigar os diversos campos de ação de intelectuais no fortalecimento do regime no Piauí. A pesquisa mostrou, com base em fontes diversificadas, que a construção do varguismo teve que contar não apenas com a recepção das concepções do governo de Getúlio Vargas e seus principais ideólogos, mas também com sua divulgação pela obra de diversos intelectuais que receberam, propagaram e legitimaram essas ideologias.

Palavras – chave: Era Vargas. Intelectuais. Piauí. Compartilhamento. Ideias.

## ABSTRACT

MELO, Antonio Maureni Vaz Verçosa de. *Sharing ideas and weaving power: the role of intellectuals from Piauí during the Vargas era in Piauí (1930-1945)*. 2021. 419 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

This thesis analyzes the role of intellectuals from Piauí in sharing ideas during the Vargas era in the state of Piauí from 1930 to 1945. The path to reflect this reception of ideals was to understand the process of installing the Republic in Piauí, as well as the game of oligarchies and the discourse of some intellectuals on the context of republican thought in the First Republic. The electoral period of the Liberal Alliance campaign with the outbreak of the 1930 revolution that promoted the beginning of the Vargas period were addressed in order to better understand the incorporation of intellectuals into the context of the intervention system. The period of the Estado Novo and the performance of intellectuals and cultural mediators were reflected as a way to investigate the different fields of action of intellectuals in strengthening the regime in Piauí. The research showed, based on diverse sources, that the construction of Varguismo had to rely not only on the reception of the ideas of the government of Getúlio Vargas and its main ideologues, but also on its dissemination through the work of several intellectuals who received, propagated and legitimized these ideologies.

Keywords: It was Vargas. Intellectuals. Piauí. Sharing. Ideas.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Foto emblemática da defesa da sede do governo estadual .....	55
Figura 2 – A passagem da Coluna Prestes pelo Piauí .....	59
Figura 3 – Nota jornalística sobre dissidência no PRP .....	61
Figura 4 – Estatuto da Sociedade União Piauiense .....	66
Figura 5 – Homenagem ao Des. Joaquim Vaz da Costa .....	133
Figura 6 – Residência do Cel. Domingos Mourão Filho perfurada por tiros .....	143
Quadro 1 – Organograma da estrutura administrativa da interventoria de Landri Sales .	181
Figura 7 – Tropa Piauiense enviada à Revolução Constitucionalista em 1932 .....	203
Figura 8 – Tropa Piauiense enviada à Revolução Constitucionalistas em 1932 em direção a São Paulo .....	204
Figura 9 – Fotomontagem da visita de Getúlio Vargas em Teresina (PI), em 1933 .....	208
Quadro 2 – Levantamento de inimigos progressistas nos estados brasileiros .....	242
Figura 10 – Fotomontagem dos diários oficiais do estado do Piauí .....	290
Figura 11 – Notícias do estado do Piauí sob a administração do interventor Leônidas Melo .....	295
Figura 12 – Crônica de Berilo Neves, ilustrada por fotografias da capital do estado do Piauí .....	300
Figura 13 – Solenidade cívica em homenagem ao aniversário de Getúlio Vargas .....	307
Figura 14 – Registro fotográfico de família encaminhada a Getúlio Vargas .....	310
Figura 15 – Propaganda política de Teresina (PI) veiculada na imprensa nacional .....	320
Figura 16 – Propaganda política de Parnaíba (PI) veiculada na imprensa nacional .....	322
Tabela 1 – Matrícula escolar no período de 1934 a 1943 .....	341
Figura 17 – Fotografia escolar da unidade educacional Ribeiro Gonçalves .....	344
Figura 18 – Ato cívico em Teresina (PI) .....	348
Figura 19 – Solenidade de reinauguração do Centro Piauiense no Rio de Janeiro (RJ) ...	362

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ABL	Academia Brasileira de Letras
APL	Academia Piauiense de Letras
APPI	Arquivo Público do Piauí
AN	Arquivo Nacional
ANL	Aliança Nacional Libertador
AIB	Aliança Integralistas Brasileira
BC	Batalhões de Caçadores
BN	Biblioteca Nacional
BEPCC	Biblioteca Estadual do Piauí Cromweel de Carvalho
Capitão	cap.
CEPRO	Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
Cel	Coronel
Comte	Comandante
CNEs	Conferências Nacionais de Educação
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea
DEE	Departamento Estadual de Estatística
Des.	Desembargador
Diocesano	Biblioteca do Colégio São Francisco de Sales
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FEB	Força Expedicionária Brasileira



FCMC	Fundação Cultural Monsenhor Chaves
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Gen	General
Gen. Brig.	General de Brigada
HGV	Hospital Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGPI	Instituto Histórico e Geográfico do Piauí
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LEC	Liga Eleitoral Católica
Maj	Major
MJNI	Ministério da Justiça Negócios Interiores
MR	Museu da República
MES	Ministério da Educação e Saúde
MESP	Ministério da Saúde e Educação Pública
MTIC	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
PNSPI	Partido Nacional Socialista do Piauí
PPPI	Partido Progressista do Piauí
Pe	Padre
PT	Ponto
SIPS	Serviço de Inquéritos Políticos Sociais
TSN	Tribunal de Segurança Nacional
UDN	União Democrática Nacional
ULR	União Liberal Regeneradora

UME União Metropolitana de Estudantes

UNE União Nacional dos Estudantes

VG Vírgula

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
1	<b>O LUGAR DO PIAUÍ NO PACTO FEDERATIVO DA PRIMEIRA REPUBLICA</b> .....	24
1.1	<b>O Piauí na República: em busca de ordem e progresso</b> .....	24
1.2	<b>A Primeira República no Piauí: o jogo das oligarquias locais</b> .....	34
1.3	<b>A trindade literária piauiense na Primeira República: Clodoaldo Freitas, Abdias Neves e Higino Cunha</b> .....	64
1.3.1	<u>Clodoaldo Freitas: um intelectual desencantado com os rumos da República</u> .	77
1.3.2	<u>Abdias Neves: um mediador do projeto republicano no Piauí</u> .....	84
1.3.3	<u>Higino Cunha: o intelectual que percorreu os vários territórios da República</u> .	93
2	<b>REVOLUCIONAR PARA PARTICIPAR: A REVOLUÇÃO DE 1930 NO PIAUÍ</b> .....	101
2.1	<b>Eleição e revolução no Piauí: atritos políticos e debates intelectuais</b> .....	101
2.2	<b>Pacificar para governar: os atritos políticos pós revolução</b> .....	118
2.3	<b>A interventoria de Humberto Arêa Leão: espaço de reorganização de disputas oligárquicas</b> .....	121
2.4	<b>A interventoria do Capitão Joaquim Lemos Cunha: espaço de agitações partidárias</b> .....	131
2.4.1	<u>A força de um intelectual: Des. Vaz da Costa e sua luta pela regeneração da revolução no Piauí</u> .....	138
2.5	<b>Interventoria do Tenente Landri Sales Gonçalves: pacificador das elites piauienses no cenário da revolução de 30</b> .....	166
2.5.1	<u>A Revolta dos Cabos: espaço de sublevação militar e intelectual</u> .....	168
2.5.2	<u>A burocratização da administração pública piauiense na gestão de Landri Sales</u> .....	176
3	<b>A INTERVENTORIA DE LEÔNIDAS CASTRO MELO: ESPAÇO DE INCORPORAÇÃO DOS INTELECTUAIS PIAUIENSES AO ESTADO NOVO</b> .....	212
3.1	<b>Questionamentos intelectuais: os microcosmos intelectuais piauienses antecedentes à instalação do Estado Novo</b> .....	212

3.2	<b>De governador a interventor: o alinhamento político de Leônidas Melo e a atuação dos intelectuais no Estado Novo no Piauí .....</b>	227
3.3	<b>“Surto de progresso no estado do Piauí”: compartilhamento de ideias entre os intelectuais na interventoria de Leônidas Melo no Estado Novo .</b>	266
3.3.1	<u>Discurso, propaganda e legitimação: territórios dos intelectuais no Estado Novo no Piauí .....</u>	270
3.3.2	<u>Vigilância para legitimar: repressão e censura no Estado Novo no Piauí .....</u>	275
4	<b>OS INTELECTUAIS EM AÇÃO .....</b>	285
4.1	<b>Atuação dos intelectuais piauienses no estadovismo no Piauí .....</b>	285
	<u>O Caso dos Desembargadores e os Incêndios em Teresina: eventos que abalaram o Estado Novo no Piauí e a mudez dos intelectuais.....</u>	336
4.2	<b>Educação: desenvolvimento, exaltação da pátria e consolidação do Estado Novo .....</b>	340
4.3	<b>Saúde: povo saudável, nação unida .....</b>	353
4.4	<b>Centro Piauiense: instituição propagadora do Estado Novo fora do Piauí</b>	360
4.5	<b>A integração intelectual no Piauí: o Congresso de Brasilidade nos estados .....</b>	367
4.6	<b>Opositores e intelectuais: discordância na interventoria de Leônidas Melo .....</b>	372
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	382
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	389
	<b>ANEXO A - QUADRO DE GOVERNADORES E INTERVENTORES DA PRIMEIRA REPÚBLICA E ERA VARGAS .....</b>	411
	<b>ANEXO B - PARTIDOS POLÍTICOS E SEUS MECANISMO DE IMPRENSA NO PIAUÍ (1889-1945) .....</b>	415
	<b>ANEXO C – Telegrama .....</b>	417
	<b>ANEXO D – Fotografias .....</b>	418
	<b>ANEXO E - Processos do Piauí no Arquivo Nacional (AN) - Tribunal de Segurança Nacional (TSN), referente a Era Vargas no Piauí .....</b>	419

## INTRODUÇÃO

Estava refletindo sobre como iniciar a introdução deste trabalho, com muitas dúvidas e olhando para o computador, quando minha filha, Ana Letícia, chegou e perguntou: “Papai porque o senhor está parado e olhando para o computador, com a tela em branco? Eu respondi: estou tentando iniciar a introdução do meu trabalho. Ela então falou: papai, comece assim: era uma vez...”. Uma resposta simples e inocente que me deu um norte, e assim comecei a minha a introdução.

“Era uma vez” um professor pesquisador com muitos questionamentos em relação a Era Vargas, em especial a atuação de Getúlio e seus colaboradores na construção de um regime forte e centralizado, que ao mesmo tempo fascinante pelo seu percurso nos anos de 1930 a 1945, muitas vezes se via envolto em uma nuvem que denotava a visão autoritária deste momento político brasileiro. Essa bruma não permitia alcançar as várias nuances das ações relacionadas às políticas públicas presentes no período estudado, por outro lado, a análise da mobilização de homens de ação, que chamamos de intelectuais, permitiu descortinar vários momentos relacionados às transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que marcaram a sociedade brasileira do período e que repercutem até atualidade.

Estes componentes estruturais, principalmente o cultural, alimentaram a necessidade desse pesquisador contribuir com a historiografia sobre a Era Vargas, em especial sobre a atuação dos intelectuais piauienses na construção do regime varguista e os elementos teóricos em seu entorno; considerando-os na mesma perspectiva de intelectuais da constelação de Francisco Campos, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Alceu Amoroso Lima e outrem que com suas ideologias de um Estado mais forte, antiliberal, fizeram parte do projeto do período Vargas.

Outros intelectuais de uma abrangência política mais ampla, do signo de Gustavo Capanema, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, Lucio Costa, Manoel Bandeira, José Américo de Almeida, Carlos Drumond de Andrade, Mario de Andrade, Amir de Andrade, Lourival Fontes, somente para citar alguns, contribuíram não apenas para emprestar os seus dons intelectuais, mas para promover e legitimar o governo de Getúlio Vargas, contribuindo decisivamente para elaborar o que compreendemos sobre varguismo ou getulismo.

A princípio, não iremos aqui dissertar sobre a construção teórica do conceito de intelectuais neste trabalho, até porque não é um dos nossos objetivos nesta pesquisa. O assunto já foi abordado por diversos autores, alguns presentes nessa pesquisa, permeando a

trajetória de sua construção. Ainda assim, no texto nos apropriamos dos três traços identificados por Bolívar Lamounier para reconhecer um intelectual: “[...] um nível educacional elevado, identificação com valores públicos e disposição a se engajar na atividade política para defender tais valores”<sup>1</sup>, a fim de caracterizar o perfil dos intelectuais piauienses selecionados para o estudo.

Por outro lado, Norberto Bobbio, elabora o seu conceito, baseado na função que o intelectual assume na sociedade, “[...] um operário que também desenvolva obra de propaganda sindical ou política pode ser considerado um intelectual, ou pelo menos os problemas éticos e cognoscitivos da sua obra de agitador [...]”<sup>2</sup>, são elementos que vão definir o intelectual. Ambas as abordagens se aproximam em alguns momentos e outros não, mas o importante para esse trabalho é que os intelectuais são pessoas elaboradoras não apenas de discursos, mas homens de ações que transformam o espaço e o tempo com suas atuações diversas em múltiplos espaços.

Com a expansão do aparelho estatal na era Vargas, esses intelectuais foram, não apenas absorvidos pelas instituições criadas pelo governo de Getúlio Vargas, mas ao mesmo tempo ampliaram esses espaços governamentais com sua integração a esses ambientes públicos e privados, sua intelecção promoveu na engenharia estatal a construção do getulismo ou varguismo.

Todavia, nem todos os intelectuais da época partilhavam das mesmas ideias e concepções em relação a atuação do Estado varguista<sup>3</sup>. As discordâncias são compreensíveis e necessárias em uma sociedade em constante mudança e desejosa de transformações que contribuam para seu desenvolvimento. Um bom exemplo disso é o primeiro momento republicano, no qual o regime da República no Brasil ainda ganhava forma. Na maioria das vezes, a configuração da República não era a desejada pelos republicanos históricos que travaram grandes embates teóricos e ideológicos contribuindo, com esse movimento, para a delimitação do jogo político daquele momento. Logo, as disparidades dos intelectuais foram antes partícipes que impeditivas dos acontecimentos que são inerentes ao período da pesquisa.

Grandes nomes da cultura brasileira vão fazer parte do projeto que se inicia a partir da Revolução de 1930, pois serão incorporados termos como: nacionalidade, integração, brasilidade, nação, união e outros que serão elementos mais agregadores que divisores. Aqui

---

<sup>1</sup> LAMOUNIER, Bolívar. *Tribunos, profetas e sacerdotes – intelectuais e ideologias do século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.p.22.

<sup>2</sup> BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.p. 114.

<sup>3</sup> RODRIGUES, Cândido Moreira. *A ordem: uma revista de intelectuais católicos 1934 – 1945*. Belo Horizonte: Autêntica/Fapesp, 2005.p.133.

cabe o que muitos vão chamar de engajamento ao projeto de Getúlio Vargas, na transformação do Brasil como um todo. O direcionamento utilizado na pesquisa está relacionado aos intelectuais que estão envolvidos no debate, nas ideias, que estão comprometidos intelectualmente na construção de um novo momento político para a nação brasileira, ou melhor, com uma participação como missão pública, no prestígio de usar seu capital simbólico<sup>4</sup> para emitir não só sua opinião em público, mas para colaborar com a estrutura do Estado e as ações políticas diante da sociedade, dentro e fora do estado do Piauí.

Um projeto com as dimensões das ações governamentais que tinha em sua essência uma integração nacional, fundamentado principalmente com a instalação do Estado Novo, precisava das contribuições de indivíduos que tivessem uma penetração social diferenciada. O getulismo necessitava desses partícipes no processo para alicerçar as bases da sua ideologia na sociedade brasileira, ou melhor, estes intelectuais não eram chamados apenas para ocupar cargos, mas para serem sujeitos do processo político em ação a partir de 1930. Getúlio Vargas se cercou de um grupo de intelectuais que lhe permitiu uma penetração diversificada na sociedade, contribuindo para entrar em diversos espaços e instituições.

Essa ação política na sociedade brasileira precisava contar com a integração dos estados ao projeto político de Getúlio Vargas. A participação não ocorria apenas na cooperação dos seus intelectuais, mas na atuação política dos mesmos em diversos setores governamentais e privados. É nesse âmbito que inserimos a construção do nosso objeto de pesquisa, pois a construção do getulismo ou varguismo e suas políticas públicas precisavam ter nos estados da federação não apenas recepção, mas colaboração; desse modo, não podemos conceber que este projeto teve apenas a ação direta dos intelectuais que estavam próximos ao centro governamental de Getúlio Vargas.

Na tentativa de contribuir com o debate historiográfico é que esse objeto se constituiu na necessidade teórica de analisar a participação dos intelectuais piauienses ao projeto varguista no estado do Piauí no período de 1930 a 1945. A elaboração do objeto se relaciona diretamente com o que chamo de inquietação histórica pessoal. Ou melhor, refletimos que um projeto como o getulismo teria que contar com o compartilhamento das ideias em âmbito local/estadual para que em conjunto fosse construindo a teia que iria tecer o poder nacional.

A compreensão de como ocorreu a interlocução dos intelectuais piauienses ao projeto nacional de Getúlio Vargas torna-se, não apenas relevante do ponto de vista social, mas histórico e acadêmico para a historiografia brasileira pois, compreender a participação dos

---

<sup>4</sup> BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas – sobre a teoria da ação*. 6 ed. Campinas (SP): Papyrus Editora 1996.

intelectuais piauienses no processo é condição essencial para entender o nacional e o local, interligado pela tecitura da história social. Desse modo a abordagem da história social possibilita a ampliação de fontes, multiplicação de objetos de pesquisa e seu interesse pelo cultural, campo natural dos intelectuais.

Nessa perspectiva, como salienta Robert Darnton, os historiadores sociais “[...] acorreram [a essa ampliação do campo de investigação] não para preencher o vazio, mas para esgaravatar nas ruínas da velha Nova História, não para reconstruir um passado único, mas para cavar em diversas direções”<sup>5</sup>. Isto permite caminhar em diversos horizontes da pesquisa, que conduz à interface<sup>6</sup> com a história política, cultural, etc. Todo esse percurso tem como fim o enriquecimento do conhecimento pela união do nacional, regional e local na produção do saber histórico.

O lugar do Piauí e dos seus intelectuais no compartilhamento das ideias, no contexto da Era Vargas, torna-se essencial para a historiografia piauiense, observando que o período em estudo tem um papel singular na história brasileira contemporânea. O getulismo significou uma nova forma de olhar o Estado, estabelecendo novas perspectivas de ações do governo central em relação aos entes federativos e a participação de sujeitos na construção deste modelo de Estado, tendo como ponto central a unidade nacional.

Na pesquisa os intelectuais piauienses são sujeitos nascidos no estado do Piauí, ou indivíduos que escolheram o espaço territorial do estado não só para morar, mas para desempenhar suas atividades profissionais. Acrescentamos a este grupo aqueles piauienses nascidos no Piauí que, todavia, por questões familiares, educacionais ou profissionais foram morar em outros estados, principalmente o Rio de Janeiro, capital federal, que não atraía apenas os olhares dos estados federados por ser o centro administrativo do país, mas por ser também um centro de polarização cultural.

O Rio de Janeiro nas décadas de 20 e 30, se convertia em um espaço que agregava os intelectuais pelo perfil de sociabilidade, quer pela existência de entidades que abrigavam os intelectuais como Academia Brasileira de Letras (ABL), como de outras instituições culturais, somadas a uma vida boemia, que atraía não só pelo romantismo do ambiente, mas sobretudo pelas trocas culturais<sup>7</sup>. Esses intercâmbios instrutivos dispunham não apenas de uma imprensa vasta, mas em constante movimento, abrigando uma heterogeneidade de homens e ideias.

---

<sup>5</sup> DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução*. Companhia das Letras, 1990.

<sup>6</sup> BARROS, José D' Assunção. *O Campo da História. Especialidades e Abordagens*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2004.

<sup>7</sup> GOMES, Angela de Castro. *Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo*. p. 62-77. In.: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Editora FGV. v. 06, nº 11, 1993.



O trabalho abordou a noção de intelectuais mediadores<sup>8</sup>, pois no espaço da era Vargas no Piauí, vários sujeitos se enquadram na identificação de intelectuais mediadores ou mediadores culturais. Essa categoria surge para alargar a noção de intelectual que muitas vezes é associado a grandes nomes da cultura; visto que temos sujeitos históricos do período getulista que não eram contemplados pelo conceito de intelectual. Com essa abordagem foi possível ampliar a inclusão daqueles que, a rigor, não eram vistos como intelectuais, pois a mediação envolvia uma dimensão política, abrindo espaço para uma ação pública que promovia a circulação de conhecimentos e ideias.

A orientação metodológica na execução da pesquisa buscou contemplar a produção bibliográfica existente sobre os intelectuais e estes no campo espacial e temporal da pesquisa. As fontes foram diversificadas na tentativa de analisar melhor o objeto em estudo, até porque os intelectuais tem entre suas características, uma dinâmica própria que é a circularidade em diversos ambientes, identificados por instituições públicas e privadas, geralmente de cunho cultural.

Nessa perspectiva foram utilizados documentos oficiais, privados, de instituições educacionais, fundações, produções jornalísticas, periódicos, fotos, relatos orais e outros que se fizeram necessários. Acrescentamos no contexto metodológico que as fontes transcritas no presente trabalho foram conservadas a ortografia da época do documento, como forma de preservar sua identidade. Por se tratar de um documento ou outra fonte de época é interessante optar por essa transcrição fidedigna original<sup>9</sup>.

O texto final foi organizado em quatro capítulos, conforme estão apresentados a seguir: O primeiro capítulo: *O lugar do Piauí no pacto federativo republicano*, a princípio se constitui em uma necessidade teórica de recuar o espaço temporal para Primeira República no Piauí. Se desdobra em três subseções *O Piauí na República: em busca de ordem e progresso*; *A Primeira República no Piauí: o jogo das oligarquias locais* e *A trindade literária na Primeira República no Piauí: Clodoaldo Freitas, Abdias Neves e Higino Cunha*. Esse recuo se deu por que é necessário compreender que o projeto varguista desde o início, em 1930 e principalmente a partir 1937, tinha em seu discurso uma oração de “unidade nacional”, como vital para o desenvolvimento do país, mas que o contexto antecedente comprometia.

---

<sup>8</sup> Cf. SIRINNELLI, Jean – François. *Os intelectuais*.p.231 -269. In.: RÊMOND, René (Org.). *Por uma História política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003; GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. (Orgs.) *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

<sup>9</sup> TUPY, Ismênia S. Silveira T.; SAMARA, Eni de Mesquita. *História & documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Coleção História &...Reflexões. Este trabalho traça um caminho seguro para que possamos olhar o documento no ofício do historiador. O capítulo IV – A leitura crítica do documento, foi que norteou a escolha por preservar a caligrafia original dos documentos ou leituras inseridas no presente trabalho.

Como materializar um projeto de unidade nacional, se convivíamos com o modelo de federalismo implantado com a República? Esse modelo deixava as unidades federativas com vasta autonomia dificultando essa unidade e ao mesmo tempo deixava os estados mais frágeis economicamente sem condições de se organizarem; excetuando-se os estados ricos que se apropriavam das receitas de exportação como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Outro aspecto do federalismo consagrado na Constituição de 1891, foi a liberdade dos estados de organizarem suas próprias forças armadas estaduais, isso resultava no fortalecimento das oligarquias locais, e dificultava o plano de uma política nacional<sup>10</sup>.

Os estados tinham uma fisionomia de unidades repartidas soltas, controladas por estruturas oligárquicas herdadas ainda dos períodos anteriores, nesse momento é essencial compreender, mesmo de forma panorâmica como se comportava a oligarquia local piauiense na Primeira República, com o advento do sistema republicano. O trecho a seguir colabora com o pensamento anterior:

A estrutura partidária era estadual e o que é mais importante, as decisões fundamentais sobre o comportamento político de um estado eram resultado de forças políticas de cúpula no nível estadual. A inexistência de partidos nacionais implica que havia estados “a favor” e estados “contra”; a política era de elite, com baixíssima participação eleitoral (o número de votantes só atingiu mais de 5% da população em 1930, e somente superou os 10% em 1945), o que definia a política nacional como uma política baseada nas oligarquias estaduais. O período Vargas foi centralizador, mas os seus 15 anos não apagaram a importância dos estados na vida política nacional. A organização permaneceu federativa. O papel dos estados na política nacional basicamente a partir do jogo de interesses entre os estados, ao passo que outros desenvolveram análises mais integradas que passam pelos estados<sup>11</sup>.

A necessidade de refletir sobre este período no Piauí e como se comportava o jogo das oligarquias locais na Primeira República, julgamos ser uma condição importante não apenas para compreender as disputas políticas dos pós 30, mas, o comportamento de políticos e intelectuais do período. No contexto intelectual da Primeira República, ainda no primeiro capítulo, traçamos uma sessão com uma abordagem sobre o que julgamos *A trindade literária na Primeira República no Piauí: Clodoaldo Freitas, Abdias Neves e Higino Cunha*.

Esses intelectuais representam em conjunto, ou isoladamente, óticas essenciais da República no Brasil e no Piauí, em suas narrativas percorreram tanto o caminho político, como intelectual do período. Suas escritas tecem o olhar do intelectual sobre a Primeira República no estado, e entre eles, Higino Cunha, que ainda percorre com sua tinta escriturista até quase o final da era Vargas.

---

<sup>10</sup> Ibidem. p.12-13.

<sup>11</sup> Ibidem.p.12.

O segundo capítulo intitulado: *Revolucionar para participar: a Revolução de 1930 no Piauí*, teve como objetivo analisar o processo político piauiense das eleições de 1930 e a eclosão do processo revolucionário no estado, assim como o debate político e intelectual sobre a nomeações dos primeiros interventores para ocupar a direção administrativa do estado. Para isso o referido capítulo foi dividido em seções e subseções que contemplassem tanto os aspectos das disputas políticas como as ações dos intelectuais que se fizeram presentes nesse ambiente de governo. Entre os debates temos a presença constante das narrações relacionadas a pessoa do Des. Vaz da Costa e o percurso que marcou o rearranjo da oligarquia local.

Esse capítulo expõe a instalação da interventoria de Landri Sales que pacificou o processo político do estado, possibilitando montar uma estrutura administrativa que absorvesse os intelectuais piauienses. Estes intelectuais não apenas iniciaram o processo de compartilhamento de ideias, como possibilitaram reorganizar a estrutura estatal que conduzissem a construção do ideário varguista no estado.

O terceiro capítulo tem como título: *A interventoria de Leônidas Castro Melo: espaço de incorporação dos intelectuais piauienses ao Estado Novo*. Nele realizou-se a análise do percurso do governo de Leônidas de Melo, de governador eleito indiretamente a interventor do estado, com a instalação do Estado Novo. A princípio o capítulo possui uma sessão sobre os *Questionamentos intelectuais: os microcosmos intelectuais piauienses anteriores a instalação do Estado Novo*, momento que se expõe uma visão do ambiente intelectual por diversos periódicos no contexto que antecede o Estado Novo.

O capítulo tem como ponto central as exposições de coparticipação dos intelectuais no processo de progresso do estado e do Brasil diante da instalação no novo regime. Essas demonstrações de argumentações por parte dos setores culturais do estado, conduziram a criação, não apenas da construção de falas, mas de espaços de atuação de intelectuais em diversas frentes dentro e fora do estado. Esse processo conduziu à legitimação das decisões do varguismo, acentuando os intelectuais como herdeiros de um legado de espírito público que produziu mudanças para toda a sociedade.

Nesta parte do trabalho se inseri uma ampla rede de propaganda em relação ao estado na imprensa local e nacional, que permitia dar vazão a produção intelectual dos seus colaboradores. No estado se observa que a estrutura de comunicação do governo, não apenas ampliou, mas se modernizou com a Imprensa Oficial do Estado, principalmente com o *Diário Oficial* do estado, que se comportava não apenas como órgão dos poderes, mas como um jornal noticioso. Outros órgãos, como o Departamento de Estatística Estadual,

desempenhavam ampla função de coleta de dados e divulgação, acompanhada de uma riqueza de imagens que identificavam as ações do interventor e seus colaboradores nos municípios que serviam de cartão postal do progresso do estado durante o Estado Novo, que eram Teresina (capital) e Parnaíba.

Outro ponto importante deste capítulo exposto pela sessão *Vigilância para legitimar: repressão, censura no Estado Novo no Piauí*, retrata que o regime da era Vargas, sobretudo no Estado Novo, estava diante de vigilância constante que se usava de todas as armas possíveis para não apenas impedir a sedição, mas a própria construção de discursos que pudessem dissociar da fala oficial do Estado.

O quarto e último capítulo: *Os intelectuais em ação*, teve como objetivo realizar uma análise dos intelectuais piauienses em diversas frentes no estado diante das ações da interventoria de Leônidas Melo. Temos uma subseção que expomos de forma breve, dois fatos que surgiram no estado que de certa forma produziram um silenciamento dos meios culturais, que foram “os incêndios em Teresina” e “o caso dos desembargadores”, julgamos importante abordar estes acontecimentos pois são temáticas da historiografia piauiense singular no período da interventoria de Leônidas Melo.

As demais seções apresentam tópicos importantes para promoção das políticas do estadonovismo. Entre os territórios de políticas que exigiam do Estado Novo uma atenção diferenciada e que tinham como meios de eficácia uma absorção realizada pelos estados, temos a educação e a saúde, que foram discutidas nas seções *Educação: desenvolvimento, exaltação da pátria e consolidação do Estado Novo* e *Saúde: povo saudável, nação unida*. Educação e Saúde foram áreas de foco que foram preciosas para as políticas públicas do regime e espaço que não apenas abrigaram os intelectuais, mas se fizeram presentes no comando destas pastas governamentais. Esses dois campos eram importantes pois, o primeiro tem relação direta no desenvolvimento do cidadão e o segundo na sua qualidade de vida, ou seja, mereceram das intelectuais abordagens que tiveram não apenas um alinhamento político, mas uma coalizão técnica.

O capítulo ainda abarcou a atuação do Centro Piauiense no Rio de Janeiro, que serviu tanto para acolher os piauienses que chegavam, quanto para abrigar, criar e promover o discurso de desenvolvimento da interventoria de Leônidas Melo, tornando-se um centro irradiador das boas novas do Estado Novo no Piauí, bem como, espaço de atuação de intelectuais piauienses residentes na capital federal, como Antonio Bugyja Britto e Berilo Neves.

No quarto capítulo apresentamos o evento em solo piauiense de caráter nacional que permitiu a integração dos intelectuais piauienses no contexto do país, por meio de conferências promovidas pelo Congresso de Brasilidade. Ao mesmo tempo, temos como última seção deste capítulo, *Opositores e intelectuais: discordâncias na interventoria de Leônidas Melo*. Esse tópico permite descortinar alguns debates intelectuais que eram de oposição à prática do Estado Novo no Piauí e às ações políticas de Getúlio Vargas.

## 1 O LUGAR DO PIAUÍ NO PACTO FEDERATIVO DA PRIMEIRA REPUBLICA

Se os homens fossem anjos,  
não seria necessário haver governos  
*Madison*

A finalidade deste capítulo é analisar o processo de institucionalização da República em solo piauiense, bem como compreender a dinâmica e organização da elite política e seus agrupamentos partidários em torno da estrutura de organização e de governo da Primeira República. Por meio da engenharia de poder em torno dos governadores piauienses deste período, buscou-se verificar como foram implantados os elementos republicanos no Estado, como também, refletir sobre a ação de um grupo de intelectuais piauienses acerca dos caminhos iniciais da República não apenas no Piauí, mas no Brasil, que conduziram ao processo da Revolução de 1930 e o início da era Vargas.

### 1.1 O Piauí na República: em busca de ordem e progresso

A era Vargas (1930 - 1945) tornou-se atrativa na História do Brasil por ser um período em que ocorreram muitos processos que contribuíram para moldar a fisionomia estrutural do país, não só política, mas socioeconômica e cultural. Para analisar este momento histórico faz-se necessário pensar sobre seus antecedentes, direcionando a atenção para a Primeira República (1889-1930), notadamente para seus reflexos sobre as unidades federativas. Esta retrospectiva histórica nos possibilitará compreender melhor como ocorreram os elementos e as articulações que levaram a formação do processo revolucionário de 1930, que promoveu a chegada de Getúlio Vargas ao poder, a implantação do regime getulista e seus efeitos na nova realidade nacional sobre os Estados.

Nossa finalidade com essa retrospectiva é buscar compreender a receptibilidade em solo piauiense dos ideais republicanos, para entender a participação das elites políticas locais no processo revolucionário de 1930. Trata-se de uma operação historiográfica necessária em razão da complexidade do período, o qual não pode ser analisado apenas em função de suas supostas matrizes situadas na organização da Aliança Liberal e no desenrolar da experiência

histórica que foi denominada na historiografia pátria de “Revolução de 1930”. O recuo histórico possibilitará discutir as condições anteriores ao disputado pleito eleitoral que, para além do resultado obtido nas urnas, desembocaria no ocaso da continuidade do monopólio político de São Paulo e Minas Gerais sobre a cena política nacional. Assume-se, com isso, a perspectiva de que os fatores que nutriram as condições estruturais nos estados da Federação na adesão ao projeto getulista, encontram-se enraizados ainda nas dissensões latentes na realidade política que caracterizava a Primeira República, mormente em diversas questões em torno das quais divergiam alguns dos principais representantes da intelectualidade brasileira.

O advento do regime republicano no Brasil, em 1889, criou expectativas no seio da sociedade brasileira, na medida que trouxe consigo a promessa de corrigir o que se acreditava ser possíveis distorções do regime Imperial. As ideias republicanas, segundo seus ideólogos e propagadores no Brasil, eram as que mais se aproximavam das tradições políticas brasileiras, pois suas nuances estiveram presentes em manifestações sociais que eclodiram em diferentes momentos da história do Brasil. Partimos do pressuposto que os movimentos anteriores, a exemplo da Inconfidência Mineira (1789) e da Confederação do Equador (1824), tiveram em seus conteúdos elementos que integraram o projeto republicano nacional.

O “Manifesto Republicano” de 1870, publicado no jornal *A República*, foi o início da propaganda republicana sistemática e a conclamação dos cidadãos<sup>12</sup> para a causa, na medida em que colocava todos como partícipes do processo, estabelecendo um palco de discussões sobre o novo regime político. Os discursos republicanos, ainda que não homogêneos, gravitaram em torno de alguns pressupostos, dentre eles a sua vinculação ao progresso e a representatividade política. Esses discursos eram produzidos por alguns intelectuais, entre eles Aristides Lobo, Quintino Bocaiuva. Esta mensagem foi absorvida pelo Partido Republicano<sup>13</sup>,

---

<sup>12</sup> No ano 1870 os cidadãos estavam divididos, segundo a Constituição de 1824, em dois grupos de indivíduos: os cidadãos ativos, que possuíam direitos civis e políticos, o que para isto era necessário possuir uma renda anual mínima de 100\$000 réis e os cidadãos inativos, só possuíam direitos civis, não participavam do processo político, não possuíam renda anual superior 100\$000. REIS, Liana Maria; BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império*. Belo Horizonte: Editora Dimensão, 1998.p.150. Ainda acrescentamos que segundo o Marquês de São Vicente, “ a diferença entre cidadão ativo e cidadão não ativo é a própria diferença entre *sociedade política* e *sociedade civil*, explicando que ‘sociedade política ou massa dos cidadãos ativos não é senão a soma dos nacionais, que dentre o todo da nacionalidade reúne as capacidades e habilitações que a lei constitucional exige: é a parte mais importante da nacionalidade”. MATOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004. Estudos Históricos. p.130. O Manifesto Republicano de 1870, não discute e nem orienta quem é cidadão, apenas utiliza como forma de se dirigir a população na divulgação do referido manifesto. PESSOA, Reynaldo Carneiro. (Org.). *A ideia republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1973. p.39-62.

<sup>13</sup> No Império existiam dois partidos políticos: o Conservador, formado pelo reagrupamento do Regressista, em 1840, e era formado por grandes senhores de terra e escravos e os burocratas. O Liberal, formado pelo reagrupamento do Progressista em 1840, sua composição era de grandes senhores de terras e escravos, mas ligado ao mercado interno e aos grupos liberais urbanos. Uma ala do Partido Liberal formou o Clube Radical que, por sua vez, formara o Partido Radical, ambos com duração efêmera, e terminou por contribuir para criação

que procurava difundir-la para suas representações nas províncias, institucionalizando a ideia de governo representativo.

Essa atuação nas províncias tinha como objetivo buscar a capilarização das ideias republicanas e mobilizar as adesões à causa, antecipando as condições para uma estrutura regionalizada de apoio e poder, inserindo princípios como o da federação, que possibilitou a atração das províncias através de seus políticos e intelectuais. Isso se tornou possível porque, nos discursos e nas mensagens em defesa do regime republicano, a repetida ênfase ao princípio federalista pregava o respeito às fisionomias provinciais, não deixando de distinguir no corpo nacional o princípio das diversidades políticas regionais tão caro às elites locais, especialmente aquelas sediadas nas regiões mais distantes do centro administrativo do Império.

A divulgação e a propaganda republicana giravam em torno de dois princípios gerais: o positivismo e o federalismo. O primeiro, ganhou no Brasil algumas variantes encontrando no seio militar seu campo de acolhimento, proteção e divulgação, porquanto, pregava uma visão política de Estado positivo, simbolizado por uma república fortemente centralizada que primava pela “ordem” como condição para o “progresso”. Portanto, esta forma de governo iria substituir a monarquia, que ao longo de sua existência teria sido, segundo a crítica positivista, incapaz de propagar as verdadeiras ações de “ordem” e de “progresso” no Brasil.

Os ideais positivistas se colocavam como contrapostos às diretrizes políticas do Segundo Reinado (1840-1889), que julgavam fundamentadas em um ideário romântico e pouco objetivo em relação às mudanças que a nação precisava. Essas mudanças já teriam conhecido o seu curso natural em outros países. O Brasil, porém, ainda amargurava na tônica do atraso, não só nas ideias, mas no plano físico, num ambiente em que a modernidade ainda não tinha soprado seus ares. Nesse processo, algumas premissas foram absorvidas como elementos que poderiam fazer deslanchar a nova realidade política e colocar o país nos “trilhos do progresso”.

O segundo princípio, o federalismo, tornou-se importante ponto de adesão ao movimento republicano e o principal elemento de agregação das elites provinciais à causa. O modelo federalista de Estado adequava-se, segundo entendimento desse grupo, à configuração política assumida pelo território brasileiro, preservando os localismos defendidos por esse mesmo grupo, reunidos por interesses comuns. O federalismo ganhou corpo na propaganda republicana criando adeptos em todos os espaços sociais, inclusive nos de hegemonia



monarquista, formando o grupo que posteriormente foi denominado de republicanos históricos<sup>14</sup>, como: Rui Barbosa, Aristides Lobo, Quintino Bocaiuva, Francisco Glicério e militares que se mobilizaram em torno da proclamação da República<sup>15</sup>.

Portanto, as condições para proclamação da República estavam dispostas socialmente: um Império isolado sem apoio político, tanto da sociedade civil, quanto da Igreja, com quem se encontrava em conflito por razões relacionadas as questões do padroado. O cenário econômico também não lhe era favorável, pois surgiram novos núcleos de poder, representados pelos potentados do café que almejavam conquistar junto à sua supremacia econômica, posição política compatível. Os problemas sociais também ajudavam a debilitar a imagem do Império, à medida que um enorme contingente de miseráveis tomava conta das regiões do país, em decorrência da crise financeira provocada pela inserção do Brasil na guerra do Paraguai e em outros conflitos na região da Prata. Por tudo isso, a imagem do imperador Dom Pedro II não agregava mais unidade, ao contrário, criava dispersões, simbolizando o conservadorismo, principalmente diante da crescente propaganda em defesa do progresso do país.

Outro fator importante para a expansão do movimento republicano foi a adesão de profissionais liberais à causa. Alguns representantes da classe média urbana, e aqui destacamos os intelectuais<sup>16</sup>: médicos, engenheiros, bacharéis em direito, esses últimos oriundos das Faculdades de Direito São Paulo, Largo do São Francisco e da Faculdade de Direito do Recife, Escola do Recife. Estes dois ambientes acadêmicos formaram os sujeitos que iriam ocupar as instituições republicanas, bem como aqueles que vieram da universidade de Direito de Coimbra, como Rui Barbosa, e idealizaram seu funcionamento no país. Os formados pelo Largo do São Francisco iriam atuar principalmente no eixo do sudeste; os bacharéis da Escola do Recife teriam atuação principalmente na região Norte e Nordeste. Estes indivíduos, na maioria das vezes, contavam com o capital social de suas famílias, resultante de uma rede de parentescos consanguíneos e construída pelas afinidades resultantes de casamentos entre membros dessas famílias que contribuía para fortalecer as ligações políticas.

---

<sup>14</sup> Assim denominados, por se constituírem nos primeiros a assinar “O Manifesto Republicano” e terem defendido os ideais nele contido durante todo o processo de implantação do regime.

<sup>15</sup> D’AVILA, Luiz Felipe. *Os Virtuosos – Os estadistas que fundaram a república brasileira*. São Paulo: Girafa Editora, 2006.

<sup>16</sup> O termo intelectual foi utilizado nesse texto, segundo a concepção de LAMOUNIER, Bolivar. *Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Para quem esse substantivo congrega três traços: nível educacional elevado, identificação com valores públicos e disposição a se engajar na atividade política para defender tais valores.

O capital social é aqui entendido na perspectiva de Pierre Bourdieu<sup>17</sup> para quem esse fenômeno simboliza a soma de recursos reais ou virtuais, inerentes a um sujeito ou grupo, permitindo uma durável aplicação em rede, de atuação e influência na sociedade através de suas instituições. Esse grupo era parte integrante da estrutura administrativa do Estado monárquico brasileiro que na nova realidade política passou por uma reconfiguração dos seus quadros. Na República tornaram-se protagonistas de um regime que teve como principal alicerce teórico a lei e a defesa da coisa pública. Portanto, foram os grandes pensadores da República, que atuaram tanto no projeto de sua implantação, como no seu desenvolvimento na capital federal e nos estados.

Portanto, as principais condições para a República brasileira estavam postas, quando ocorreu a mobilização e a adesão dos militares ao projeto. Depois da guerra do Paraguai, os militares passaram a se constituir como uma instituição forte, o que lhe proporcionou uma participação decisiva nos eventos políticos nacionais, dando-lhes condições de reivindicar melhores posições nas estruturas de governo e participar do centro das decisões do Estado. A mobilização realizada pelos militares e pelos republicanos históricos concretizou-se em 15 de novembro de 1889, com a proclamação da República.

Na implantação do regime republicano, o ideal federalista foi um aspecto importante, originando inúmeras discussões tanto na capital federal como nos estados. Os debates em torno do federalismo só seriam consolidados com a aprovação da Constituição republicana, uma vez que esta integrou os princípios desse regime político. Os estados participaram dos debates tanto através de suas bancadas constituintes na elaboração da Constituição Federal, quanto na produção de suas cartas constitucionais estaduais.

Deste modo, o governo republicano se institucionaliza, estabelecendo normativas para o bom andamento do processo e das futuras ações a serem tomadas. O primeiro ato legal foi o Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889, composto por um corpo jurídico formado por 11 artigos, com a seguinte ementa: “Proclama provisoriamente e decreta como fórmula<sup>18</sup> de governo da Nação Brasileira a Republica Federativa, e estabelece as normas pelas quaes se

---

<sup>17</sup> BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas – Sobre a teoria da ação*. 6.ed. Campinas (SP): Papirus Editora, 1996.

<sup>18</sup> Todas as citações utilizadas nesse texto preservarão a gramática de origem. Como salienta, BACELLAR, Carlos. *Fontes Documentais - Uso e mau uso dos arquivos*. p.23-79. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005. “A manutenção da grafia original, transcrita para caracteres modernos, é sempre mais interessante do que as tentativas de modernização. Esta sempre traz embutido o risco de má interpretação, alterando-se o sentido original do texto. A versão corretamente paleografada pode melhor servir para ser usada por outros autores que a consultem na obra em que está publicada; permite, além disso, que se discuta o processo de construção gramatical do português atual, além de deixar aberta a possibilidade de discussão dos graus de alfabetização e de circulação de modismo linguísticos”. p. 59-60.

devem reger os Estados Federaes”[sic]<sup>19</sup>. Uma análise no conteúdo do referido documento permite observar que a ideia do federalismo está presente na maioria dos seus artigos, seja pela orientação dos seus princípios, seja pelo uso de sua gramática através de termos como: “República Federativa” “laços da federação”, “Estados federados”, “poder federal” etc.

Rui Barbosa desempenhou papel importante na elaboração desse instrumento legal, pois mesmo não tendo sido o primeiro a pensar e discutir sobre a questão em âmbito nacional, teve o mérito de difundir-lo como o regime adequado para conjugar o poder central forte com a autonomia das unidades políticas, preservando, assim, a coesão do território nacional. A unidade nacional era uma importante questão, uma preocupação essencial no novo sistema de governo que nascia.

O primeiro decreto do governo republicano provisório buscou a unidade dos estados brasileiros em torno dos ideais dos seus proclamadores. Os demais decretos que foram expedidos nos dias que seguiram, criaram as condições necessárias para o novo regime: o afastamento da família real, criação da bandeira e das armas nacionais, do selo nacional com o os dizeres “República dos Estados Unidos do Brasil”, identificação dos eleitores e organização dos estados e das Assembleias legislativas.

A Constituição de 1891, promulgada em 24 de fevereiro, foi elaborada por uma comissão que teve como principais participantes dois nomes que viriam integrar o quadro de estadistas nacionais: Prudente de Moraes e Rui Barbosa, este último, na sua plenitude foi responsável por quase todo o texto constitucional, com a parte dogmática formada por 91 artigos e 8 de disposições transitórias. A Carta de 1891 foi considerada a mais concisa das constituições brasileiras.

O ideal republicano presente nas propagandas que preparam para esse momento, tiveram sua consolidação legal em princípios constitucionais como: a separação dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), embora na prática tenha sido reservado amplo alcance para o primeiro; autonomia dos estados, marcando a influência do federalismo; estabelecimento da igualdade de todos perante a lei – princípio bastante difícil de ganhar materialidade no contexto social de então, considerando as clivagens raciais e sociais ainda muito fortes em uma sociedade recém-saída de uma estrutura escravocrata – eleições diretas, com voto não secreto, para os maiores de 21 anos (desde que não fossem analfabetos, mendigos, praças de pré, religiosos sujeitos a voto de obediência e mulheres) e a separação

---

<sup>19</sup> BALEEIRO, Aliomar. *Constituição de 1891*. 3.ed. Brasília: Senado Federal. 2012. Coleções Constituições Brasileiras. v.2. p.14.

do Estado e da Igreja, confirmando a orientação positivista que fez parte desse projeto de governo.

A república federativa possibilitou aos estados não apenas versatilidade política em relação ao poder central, fortalecendo as oligarquias locais, base de poder da Primeira República, mas também, a estrutura onde foram buscados os argumentos que fortaleceram a oposição na revolução de 1930. Vejamos alguns aspectos específicos da constituição de 1891, em relação ao federalismo, distribuídos entre os artigos 5º ao 15º, que dispõem sobre a organização administrativa do Brasil, estabelece as funções dos estados entre outros procedimentos:

Art. 5º Incumbe a cada Estado prover, a expensas próprias, as necessidades de seu governo e administração; a União, porém, prestará socorro ao Estado que, em caso de calamidade pública, os solicitar.

Art. 6º - O Governo Federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados, salvo:

[...]

2º - Para manter a forma republicana federalista;

3º Para restabelecer a ordem e a tranquilidade nos Estados a requisição dos respectivos governos;

[...].

Art.9º. – É de competência exclusiva dos Estados decretar impostos:

1º Sobre a exportação de mercadorias de sua própria produção.

[...]

2º Sobre imóveis rurais e urbanos.

3º Sobre transmissão de propriedade.

4º Sobre indústria e profissões.

[...] <sup>20</sup>.

O federalismo implantado na primeira Carta Magna republicana descentralizou o poder e deu autonomia aos estados, não somente para legislar internamente com suas respectivas constituições, mas para contrair empréstimos, se necessário para sanear as contas públicas, criar e extinguir tributos estaduais. Estes e outros aspectos consagraram a autonomia política dos estados, fortalecendo as oligarquias locais e consolidando a dinâmica política regional. Destacaram-se nessa nova fisionomia os estados de São Paulo e Minas Gerais, que estabeleceram sua hegemonia na Primeira República, fragilizando os demais estados da federação no jogo político nacional. Isto se confirma na argumentação de Luiz Toledo Machado, para quem:

Esquemáticamente, a oligarquia significava o domínio dos grupos minoritários da Nação, radicados na grande propriedade rural, que era o esteio da economia agroexportadora. O suporte social e político da oligarquia era o “coronelismo”,

---

<sup>20</sup> *Op. cit.* p.65-66.

expressão de um sistema que girava à volta do chefe municipal, geralmente o “coronel”, dono da terra e da clientela eleitoral. A vocação regionalista da oligarquia derivava da dispersão das unidades produtivas no espaço territorial, com mínima articulação dentro do mercado interno<sup>21</sup>.

Ressaltamos a luz da historiografia este domínio do poder da Primeira República por dois estados, no caso São Paulo e Minas Gerais. Entretanto, observamos a tese de Claudia Viscardi<sup>22</sup>, que analisa a existência, no cenário em questão, da relação entre atores como Exército, o poder executivo e os outros seis estados mais fortes, que São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro, muitas vezes em um sistema de aliança para manter a estabilidade dentro da instabilidade dos estados. Foram estas alianças e o jogo de interesses mútuos que alimentaram esta estrutura montada no período, que em momentos de rupturas faziam barganha política, ou seja, em suas palavras “[...] Minas Gerais via São Paulo mais como um parceiro a ser temido do que um aliado plenamente confiável”<sup>23</sup>.

Essa fisionomia assimétrica existente nos estados da federação, não só no tocante a estrutura econômica, mas também à política, iria imprimir neste primeiro momento, várias dificuldades que eram inerentes ao processo de formação dos estados, pois embora estes tivessem sua autonomia reconhecida, haviam herdado do modelo político anterior uma estrutura caracterizada por problemas que a República precisava enfrentar. Assim, ousamos dizer que o federalismo promoveu a um só tempo a possibilidade de implantação da República, reconhecendo as oligarquias nos estados, mas, ao mesmo tempo, esses poderes locais tornaram-se obstáculos à construção da nação<sup>24</sup>.

Essa configuração não correspondia à adotada pelo modelo norte americano, que tinha preocupação com a preservação das instituições denominadas pelos *founding fathers* como “alicerces do Estado republicano”. O modelo americano foi inspiração para o modelo republicano brasileiro, com a particularidade, que nesse país, as oligarquias regionais aproveitaram-se das instituições imprimindo uma marca pessoal a cada pleito eleitoral, ameaçando constantemente a república recém-instalada.

O Piauí, a exemplo de outros estados federativos, teve sua experiência republicana inicial pautada no fortalecimento dos poderes políticos locais. Na antiga província, a

---

<sup>21</sup> MACHADO, Luiz Toledo. *Formação do Brasil e unidade nacional*. São Paulo: IBRASA, 1980. p.156 Biblioteca de Estudos Brasileiros 1.

<sup>22</sup> VISCARDI, Claudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite*. Belo Horizonte, 2012.

<sup>23</sup> *Ibidem*. p.291.

<sup>24</sup> *Op. cit.*

propaganda republicana chegou por meio da atuação do jornalista David Moreira Caldas<sup>25</sup>, um visionário<sup>26</sup> para sua época. Sua trajetória de vida foi recheada de percalços, não só familiares, mas também profissionais. Em sua atuação jornalística e letrada foi responsável por divulgar, por meio do seu impresso, as ideias republicanas na província do Piauí. No contexto das divulgações do “Manifesto Republicano”, David Caldas tinha um jornal denominado *O Amigo do Povo*, que em 1871, já circulava com o subtítulo “*órgão republicano da Província do Piauí*”. Este jornal nasceu republicano, pois divulgava tanto notícias e comentários nacionais como locais, com esse conteúdo. Seu objetivo era atingir o maior número de pessoas possíveis na província, fato que pode ser comprovado na distribuição gratuita entre a população pobre letrada. Ao defender as vantagens da República em relação à Monarquia, afirmava em matéria que recebeu o título *Os crimes nas republicas*, que:

A notícia de qualquer escândalo praticado pelos funcionarios da grande republica norte-americana, é sempre recebida com satisfação pelos emperrados defensores do throno, que julgam ahi um poderoso argumento contra a opinião daqueles que não creem nos resultados da forma de governo que nos rege. Pensam, ou fingem pensar que supomos impecaveis os que vivem sob o influxo de tam bellas instituições! Como que si, para darmos preferencia á uma outra forma de governo, fosse mister imaginar-se para a – republica – um paiz habitado por anjos, onde a fragilidade humana fosse incapaz de se manifestar por qualquer meio. [...]. Ha, porém, uma grande diferenca nos resultados dessas imoralidades praticadas em nosso paiz ou na republica americana; diferenca que não podemos perder de vista para aquilatarmos convenientemente as vantagens resultantes de cada uma das formas de governo[sic]<sup>27</sup>.

A defesa da República pelo jornalista piauiense como a melhor forma de governo de um povo não se pautava no desconhecimento de suas imperfeições. David Moreira Caldas ressalta na matéria, que mesmo não se podendo desconhecê-las era necessário estabelecer

<sup>25</sup> David Moreira Caldas – n. Barras (PI), 1836 - f. Teresina (PI), 1878. Teve as primeiras atividades educacionais ainda em Barras, chegou a cursar Direito na Faculdade de Direito do Recife, todavia não concluiu o curso. Exerceu várias atividades como professor particular e público, servidor público, entre elas a de jornalista a mais atuante e conhecida. Fundou diversos jornais entre eles: *O Amigo do Povo* (1868), em 1889 passou a se chamar “*O Oitenta e Nove*”, *O Papiro* (1874), *O Ferro em Brasa* (1877), tinha uma tipografia particular de onde saíram a maioria dos seus jornais e os impressos que participou. Mas, foi na atividade jornalística, a mais conhecida, que em 1859 publicou o seu primeiro jornal *O Arrebol*, que teve vida curta como todos os periódicos da época. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.98-99. *Passim*.

<sup>26</sup> David Moreira Caldas, sempre foi homem à frente do seu tempo, no desempenho de suas atividades na imprensa ou quando exercia cargos públicos, um bom exemplo foi o seu *Relatório da viagem feita de Theresina até a cidade de Parnayba, pelo Rio do mesmo nome, inclusive todo o seu delta*. Theresina: Typ. da Imprensa, 1867. Provavelmente não foi o primeiro a fazer este percurso, porém foi o primeiro a produzir um amplo relatório com 126 páginas, com horas de saída e chegada nos principais locais de parada da viagem, identificando acidentes geográficos a fauna, flora da região, como riqueza de detalhe das vilas e lugares pelo caminho, a bordo do vapor Uruçuí. Esta viagem foi a pedido do Presidente da Província Adelino Antonio de Luna Freire, para tanto a escolha de David Caldas para realizar esta viagem era um reconhecimento pelo seu idealismo.

<sup>27</sup> Jornal *OITENTA E NOVE*. Theresina, 22/08/1874, nº.27. p.1-2.

diferenças entre as instituições que a sustentavam e aquelas sobre as quais estavam assentadas a Monarquia. Quando destaca o papel das instituições republicanas, sem dúvida estava tratando das formas representativas de constituição do estado, no qual o povo teria maior controle sobre aqueles que tinham em suas mãos a gestão do país. O cenário econômico e político do Brasil não era muito promissor naquele momento, pois acabara de sair de uma guerra que tinha suas razões pouco vinculadas aos interesses das camadas populares, mas fortemente relacionadas com os interesses do Trono. No entanto, com todos os populares estava sendo repartido os efeitos das decisões monárquicas que levaram o país a esse oneroso conflito político internacional. Ainda a esse respeito, continua a destacar que:

Nas republicas, ou diremos melhor, na União americana (que é o typo deste governo) os grandes funcionarios tem, é certo por muitísimas vezes abusado do poder para alcançarem fins, que a moral e o direito reprovam; mas uma vez verificado o facto, por mais elevada que seja a sua posição social, por maiores que sejam os seus recursos pecuniários, a espada da justiça cahe implacável sobre elles, e no fundo de um cárcere pagam os larápios e traficantes os crimes que commetteram. E nas monarchias? E no nosso paiz? A lei que pune, a lei que condemna existe para os pequenos, victimas inermes dos catões burlescos. [...] Ali, já vimos o presidente da republica o primeiro funcionário do paiz responder por um processo, porque constou ao parlamento que no exercicio de suas funções esquecera-se de seus deveres. Ali a imprensa denuncia, e as autoridades que devem velar pelo cumprimento da lei, estudão seriamente os factos que lhes são revelados, e punem indistinctamente os crimes, quando elles existem. E entre nós? e neste paiz – felicitado pela monarchia? [...] A differença do que se passa relativamente a applicação de Lei em um e outros paiz é na verdade imensa<sup>28</sup>.

Ao continuar refletindo sobre a República, destaca que nesse modelo político as instituições se sobrepõem às pessoas e grupos de interesses particulares, situação muito comum em terras como o Piauí, em que o capital político decorria não da relação positiva dos indivíduos com a coisa pública, mas do prestígio que tinham construído algumas famílias no processo de formação dessa sociedade. Ressalta, que na experiência política republicana, nenhum sujeito, independente do capital social que disponha, estaria acima da lei. Nela, o direito poderia ser de fato exercido na forma como se manifesta legalmente, pois os desmandos realizados em relação ao interesse público eram punidos, independente do prestígio e da posição social de quem os praticava.

Não resta dúvida que a visão de David Caldas sobre a República é ainda bastante idealizada, pois embora destaque que dela não se pode esperar a superação de todas as mazelas que estão relacionadas a uma sociedade, vincula essas imperfeições às fragilidades humanas. Isso evidencia sua confiança nas instituições do regime político defendido, o que é

---

<sup>28</sup> *Op. cit.* p.1-2.

bastante compreensível para um representante do Partido Liberal piauiense que tinha construído seu prestígio político e social fora das famílias de grande poder na província, e com uma trajetória profissional muito voltada para as pautas populares que normalmente não integravam a agenda dos setores políticos conservadores locais, e que lhe renderam perseguições e grandes desafios pessoais.

Sua percepção de mundo estava relacionada com a dos espíritos integrados a ordem vigente. A historiografia que trata dos eventos que compõem sua trajetória profissional, destaca as coincidências desta com os acontecimentos nacionais e internacionais que são marcados por simbologias políticas, a exemplo da fundação do seu jornal, bem próxima do lançamento do Manifesto Republicano de 1870, ou ao novo título que foi atribuído ao *O Amigo do Povo*, *Oitenta e Nove*, em 1873. Segundo alguns estudiosos da história pessoal desse jornalista, o título estaria relacionado ao momento que o periódico atingiu o número 89, bem como fazia uma associação com o ano de eclosão da Revolução Francesa. Na historiografia piauiense David Caldas é conhecido como o “Profeta da República”. Segundo Cecília Nunes<sup>29</sup>, esse literato não viveu para ver florescer as ideias republicanas na província, todavia criou condições para que as mesmas fossem discutidas posteriormente. Será sobre essas ideias que trataremos a seguir.

## 1.2 A Primeira República no Piauí: o jogo das oligarquias locais

Com adesão de David Caldas à causa republicana e a propagação dos ideais do regime político através dos periódicos de sua propriedade e naqueles em que colaborava, o republicanismo local foi conquistando novos adeptos na província do Piauí. No entanto, os grupos políticos piauienses confirmando sua natureza conservadora, ficaram por algum tempo buscando deglutir as novas ideias que chegavam ao Piauí. Essa posição era uma necessidade natural dos conservadores de manterem sua zona de conforto nos ambientes de poder. Apenas no final da penúltima década do século XIX, o assunto passou a ocupar maior espaço nos jornais locais, entrando no rol de assuntos preferidos da elite intelectual piauiense, da época<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> NUNES, Cecília Silva de Almeida. *Oligarquia Pires Ferreira: família e poder político no Piauí (1889-1920)*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016. Coleção Século XXI n°3.

<sup>30</sup> Foram vários jornais publicados tanto na capital do Piauí, Teresina, como nas diversas cidades da província entre elas Oeiras, Parnaíba, Floriano, Campo Maior e outras. PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa*



A sua presença nos órgãos da imprensa local é um termômetro que permite avaliar a importância que essa discussão foi ganhando na sociedade. Constar entre os assuntos que eram tratados nesses periódicos não era apenas uma forma de divulgação, significava que a temática passava a ter relação com as escolhas dos grupos políticos da região, pois os jornais estavam ligados às famílias oligárquicas ou simplesmente a intelectuais, na sua grande maioria bacharéis em direito, que buscavam trazer para a cena discussões sobre acontecimentos no país e no mundo, que tivessem relação com as estruturas de poder ao qual se vinculavam. Sobre esse momento:

Celso Pinheiro Filho, escrevendo sobre a imprensa no Piauí, informa que, desde a morte de David Caldas, a Província ficou à margem da fermentação republicana, pois somente a partir de 1883, essas ideias voltaram a ser veiculadas através de uma propaganda produzida por bacharéis de Direito e jornalistas, que se posicionavam a favor das questões que formavam o ideário da época: abolição, federalismo, república e democracia. Neste trabalho de difusão das ideias, utilizavam os periódicos: **O Telefone** e **A Reforma**. O primeiro, de propriedade de Antônio Diniz, criado em 1883, e o segundo, de propriedade do Barão de Castelo Branco – Mariano Gil Castelo Branco -, criado em 1887. Ambos com publicação em Teresina, capital do Piauí<sup>31</sup>. (grifo da autora).

Como ressalta Cecília Nunes<sup>32</sup>, os periódicos ligados as oligarquias políticas eram utilizados para marcar seus interesses no cenário político local. Eram mecanismos que atuavam controlando as informações e interesses dos seus proprietários, quase sempre ligados a um dos partidos de expressão no Piauí. O ambiente da imprensa exercia, portanto, forte atração nos intelectuais, representados em várias categorias profissionais: professores, bacharéis de direito, engenheiros, médicos, jornalistas autodidatas e outros segmentos que procuram formar opinião sobre temas variados.

Conforme observado acima, durante os anos 80 do século XIX, a propaganda republicana não ficou restrita a Teresina, capital da província do Piauí, chegando ao interior conduzida por profissionais liberais e políticos vinculados a interesses municipais, como foi o caso do médico Joaquim Nogueira Paranaguá<sup>33</sup>. Oriundo de família tradicional da província,

---

*no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1972. p.79-106. Essa obra busca reunir de uma forma ordenada as várias informações sobre a imprensa na história do Piauí.

<sup>31</sup> NUNES, Cecília Silva de Almeida. *Tramas e poder: trajetória do republicanismo no Piauí (1870 – 1894)*, p. 210 – 230. In.: EUGÊNIO, João Kennedy. (Org.). *História de vário feito e circunstância*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.p.213.

<sup>32</sup> *Ibidem* 213-124.

<sup>33</sup> Joaquim Nogueira Paranaguá. n. Corrente (PI), 1855 - f.1926. Oriundo de uma família tradicional do Sul do Piauí, formou-se em Medicina, porém foi na política que ganhou grande expressividade, por atuar como Deputado Provincial, Deputado Federal, Senador e vice-governador em 1890. Foi fundador do Instituto Batista de Corrente, importante centro de ensino do Piauí, que se baseava em princípios da religião Batista, tendo sido o responsável pela introdução desta religião em solo piauiense. Publicou a obra como *Do Rio de Janeiro ao Piauí*

com forte influência no sul do Estado, desde a colonização daquela região ocupou diversos cargos na estrutura do estado, mostrando que no Piauí, os mecanismos aplicados para manter a política oligárquica nacional encontrava seus congêneres. Joaquim Nogueira Paranaguá, com apoio de familiares, criou na vila de Corrente em 08/12/1888 o Clube Republicano<sup>34</sup>, com a finalidade de discutir as ideias republicanas: as questões políticas, o modelo de Estado e as questões sociais relacionadas às ideias escravocratas.

Os opositores da República, representados pelo partido Conservador no Piauí, também se utilizavam da imprensa para se manifestar e tecer críticas aos seus adversários, a exemplo do jornal *A Phalange* (PI)<sup>35</sup>, órgão do partido Conservador, que na edição de agosto de 1889, ou seja, pouco menos de três meses antes dos vivos à República no Campo de Santana, publicou um editorial *Programas e manifestos* em que fazia críticas aos seus adversários liberais, pois os mesmos estavam no poder, formando o gabinete liberal. Este fragmento de jornal demonstra que entre os políticos liberais e conservadores a presença do regime republicano era apenas uma questão de tempo. Reconheciam que não era apenas uma propaganda de regime, mas uma situação prestes a acontecer.

Nas actuais circunstâncias do paiz, quando por toda parte impera a anarchia moral e política, parecendo que um cataclisma geral tende a abalar as nossas instituições (se não sepultal-as) até os alicerces [...]. Temos por líquido que, no dia em que os liberais forem apeados do poder pelo systema adaptado pela coroa, todos eles transporão as fronteiras da República, onde estabelecerão suas tendas de guerra assestado contra as muralhas da Monarchia seus aríetes<sup>36</sup>.

A ideia presente no texto deixa claro que o momento é de crise na Monarquia, e que o regime estava vivenciando um estado de anarquia política. Destaca ainda que o jogo de interesse levaria alguns elementos da política local a aproveitar-se da nova bandeira, no caso de a República sair vitoriosa. Afirma que os opositores, representados no segmento liberal<sup>37</sup>, não tinham dificuldades de partir para a arena da República, estabelecendo neste novo regime de governo um campo de batalha para defender suas posições partidárias e pessoais. A

---

*pelo interior do País* em 1905, em que narra sua viagem do Rio de Janeiro ao Piauí, percorrendo algumas regiões do Brasil. *Composição do Sangue* (sua tese). GONÇALVES, Wilson Carvalho. Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 -2003. Teresina: [s.n.], 2003. p.304-305. *Passim*.

<sup>34</sup> PINHEIRO FILHO, Celso. *História da Imprensa no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1972. p.35.

<sup>35</sup> Jornal *A Phalange* – Órgão Conservador. O diretor e redator principal era dr. Simplício Coelho de Rezende. Gerente era Antônio de Sousa Rubim. Colaborador: Clodoaldo Severo Conrado de Freitas, legenda “*Alia jacta est*” e “Perca-se tudo, exceto a honra”. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.p.280.

<sup>36</sup> Jornal *A Phalange*. Teresina. 24/08/1889. Anno 1. n° 30. p.1.

<sup>37</sup> De 15 de junho de 1889 a 15 de novembro de 1889, o gabinete durante o Segundo Império era gabinete liberal de Ouro Preto. SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 2004.p.338.

Proclamação da República deu-se a 15 de novembro de 1889, pelo Marechal Deodoro da Fonseca. A notícia chegou ao Piauí ainda no dia 15. Sobre este momento Pereira da Costa informou que.

Repleto de espectadores o Teatro Concórdia, da capital, em aparatoso espetáculo, ressoa a notícia telegráfica do rompimento de uma revolução no Rio de Janeiro, que proclamara a República do Brasil, aceitando-a o povo e depois o imperador Dom Pedro II. Manifestando-se pela notícia e prorrompendo em explosões de adesão alguns dos mais exaltados espectadores, ordena o chefe de polícia a sua prisão, e redobra a força que fazia o policiamento do espetáculo. A notícia, porém, vulgarizou-se logo, alarmou a toda a cidade e causou grande efervescência popular. Até o amanhecer do dia esteve a estação telegráfica repleta de povo, ávido de notícias particulares sobre os inesperados e sensacionais acontecimentos<sup>38</sup>.

As reações narradas por Pereira da Costa demonstram certa euforia da população ao tomar conhecimento da proclamação da República. O entendimento do fato político era restrito aos grupos de poder, aos alfabetizados, alguns homens de negócios e aos profissionais liberais. Estes se apossavam das informações e mobilizavam populares com o intuito de ganharem mais adeptos para o novo regime. As reações de euforia pelos ideais republicanos foram divulgadas pela imprensa e propagadas na escrita de alguns intelectuais e políticos do período. Porém, a rua como espaços públicos onde se repercutia os acontecimentos era uma grande auxiliadora desses variados momentos, pois era neste espaço que o homem comum se apercebia dessas ocorrências, segundo Maria Tereza Chaves de Mello<sup>39</sup>. Todavia, as autoridades constituídas pelo regime anterior buscaram manter a ordem, reprimindo os mais exaltados. O terreno político e social do Piauí estava preparado para a República, pois os grupos políticos já se encontravam articulados.

Neste mesmo dia 15, Antonio Coelho Rodrigues<sup>40</sup>, político e juriconsulto piauiense, que havia exercido as funções de deputado geral, senador pelo partido Conservador e

---

<sup>38</sup> COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia histórica do estado do Piauí – Desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República*. Rio de Janeiro: Artenova, 1979. v.2. p. 567.

<sup>39</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Editora UFRRJ, 2007.

<sup>40</sup> Antonio Coelho Rodrigues – n. Picos (PI), 1846 – f. São Vicente (SP), 1915. Foi batizado como o nome de Antonio de Souza Martins, “[...], mas por questão íntima da família fê-lo alterar, como protesto, os nomes de família, adotando os do seu avô Valério Coelho Rodrigues, patriarca e tronco da grande família”. Formou-se na Faculdade de Direito do Recife, tornou-se o primeiro doutor de borla e capelo do Brasil, ou seja, que se doutorou após terminar o seu curso em direito, era um jurista conceituado no Brasil, o autor do primeiro projeto do Código Civil Brasileiro. Foi professor da Faculdade de Direito do Recife. Na política elegeu-se deputado provincial, por várias legislaturas. Exerceu o cargo de Conselheiro do imperador, foi prefeito do antigo Distrito Federal, sempre desempenhando louvadas posições públicas. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 -2003*. Teresina: [s.n.], 2003. p.344-345. *Passim*.

Conselheiro do imperador, enviou um telegrama<sup>41</sup> para o Piauí, informando aos seus conterrâneos e partidários o que acontecera naquela data. Este telegrama, como relata no seu livro<sup>42</sup>, foi publicado no dia 16 de novembro, em Teresina. Coelho Rodrigues no momento da proclamação tinha fortes ligações com o Piauí, exercendo grande influência política na província.

Na noite de 15 de novembro, satisfeito ou contrariado, ninguém duvidava, na Corte, da vitória da revolução, e muito menos eu que fui passar para o Piauí o telegrama seguinte: “República proclamada. Monarquia *abandonada*, sem resistência possível...”. Do telégrafo dirigi-me ao paço da cidade onde quis despedir-me do velho Imperador, de cuja próxima deportação fora informado, no *Jornal do Comércio*, pelo conselheiro Leonardo. Lá disse-me o comandante da guarda que as visitas só seriam admitidas depois das oito horas da manhã de 16, e de lá voltei ao *Jornal*, onde escrevi uma carta ao sr. General Quintino Bocaiúva, que eu supunha o mais moderado dos chefes, pedindo-lhe que não consentisse na mais leve ofensa à dinastia indefesa: o que seria um crime inútil e um descrédito para a República<sup>43</sup>.

Portanto, as informações enviadas por Coelho Rodrigues deixam claras que o regime anterior não existia mais no contexto da política brasileira: “República proclamada. Monarquia *abandonada*”. Esses foram os termos empregados para salientar que se acendia a uma nova realidade política no Brasil. Porém, como político moderado que sempre foi, possuidor de grande saber jurídico e ocupante de pastas importantes no Império, solicitou aos promotores da República que tivessem moderação no trato com a família imperial, pois tinha receio que fosse criado um clima de radicalidade, desrespeitando os princípios republicanos.

No dia 16, por volta das 5 horas da tarde, chegou a notícia da proclamação da República na estação telegráfica, onde se aglomerava um grande contingente de pessoas à espera de novas notícias. Em uma das janelas da estação, o capitão Francisco Pedro de Sampaio e o telegrafista Leonel Caetano da Silva, passaram a informar para a população sobre a aclamação do Marechal Deodoro da Fonseca como chefe do governo provisório, bem como a respeito da organização de um ministério republicano. Os presentes ouviam atentos às

---

<sup>41</sup> O telegrafo chegou ao Piauí, em 1884. “Aos 13 de Dezembro de 1884, inaugurou-se a linha para Rio Janeiro e no dia 15 as duas linhas que ligaram Theresina a Periphery e Campo Maior. SOUZA, Bernardino José de. *Chorographia do estado do Piahy*. Parnahyba: Typ. Basto, 1913. p.39. Acervo da Biblioteca Nacional (BN). A partir deste momento passou a ser o principal meio de comunicação do Piauí com o restante do Brasil e do mundo.

<sup>42</sup> RODRIGUES, Antonio Coelho. *A República na América do Sul ou um pouco de história e crítica oferecida aos latino-americanos*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2016. v.231. Essa obra teve a primeira edição em 1905 e segunda em 1906, que acrescentou no final desta edição a resposta de Antonio Coelho Rodrigues às críticas da primeira edição. Esta nova edição de 2016, tem como referência o texto de 1906.

<sup>43</sup> *Ibidem*. p.120.

informações, ganhando, em seguida, os espaços da cidade em um “grande cortejo cívico”, como salienta Pereira da Costa<sup>44</sup> e Cecília Nunes<sup>45</sup>. Maria Tereza Chaves de Mello acrescenta,

A rua se torna o território livre e igual, a expressão da nação, onde todas as classes – inclusive os escravos – dividem um espaço comum. A rua é sentida como o *locus* da representação verdadeira, da soberania crítica, emitindo sinais ambíguos de um tempo de transição<sup>46</sup>.

A rua como território público, repercutia os efeitos na sociedade, era o espaço natural da imprensa e seus intelectuais, que antes faziam a divulgação da propaganda republicana, agora com a sua implantação, faziam as festas de comemoração. Portanto a rua era o ambiente das informações, das críticas, alegrias e tristezas, um ambiente multifacetado, originário do povo.

Na noite do mesmo dia alguns oficiais do Exército reuniram-se para compor uma junta provisória de governo e tomar decisões, seguindo as orientações dos decretos que começaram a chegar ao estado do Piauí. A junta provisória foi composta pelos seguintes militares: Capitão Reginaldo Nemésio de Sá, Capitão Nelson Pereira do Nascimento e pelo Alferes João de Deus Moreira de Carvalho. Após sua formação, a junta tomou logo duas medidas: elaborar uma proclamação ao povo piauiense e depor o vice-presidente da província, Dr. Lourenço Valente de Figueiredo, que não manifestou resistência à sua deposição e a nomeação do jornalista Antonio Joaquim Diniz<sup>47</sup> para o cargo de secretário de governo. No dia seguinte o governo provisório publicou e distribuiu a seguinte “proclamação”:

Cidadãos piauienses! A idéia republicana, há tanto tempo em germe no seio da comunhão brasileira, vem de surgir produzindo o mais sazanado fruto no meio das mais ruidosas aclamações! A nossa história está cheia de fatos grandiosos que atestam a vossa grandeza moral, que é escusado lembrá-los aqui nos estreitos limites de uma proclamação. Desde o passado século, o mártir das nossas liberdades teve a vida sacrificada por amor da mais bela pátria sul-americana! [...]. E vós bem sabeis, cidadãos piauienses, os fatos parciais que mais de uma vez lembrarão aos filhos da grande nação o caminho do dever! Hoje, concidadãos, é a República que surge diante vós, esplêndida, radiante e gloriosa! Cidadãos piauienses! O governo provisório, que acabastes de instituir com as vossas aclamações, vem acenar-vos com as esperanças do mais glorioso porvir e com a felicidade futura, que é apanágio

<sup>44</sup> COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia histórica do estado do Piauí – Desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República*. Rio de Janeiro. Artenova, 1979. v.2.

<sup>45</sup> NUNES, Cecília Silva de Almeida. *Oligarquia Pires Ferreira: família e poder político no Piauí (1889-1920)*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016. Coleção Século XXI nº3.

<sup>46</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Editora UFRJ, 2007. p.227.

<sup>47</sup> Antonio Joaquim Diniz. (n.1850 -f.1894). Nasceu no Pará, mas teve sua vida profissional enraizada no estado do Piauí. Atuou como jornalista e redator de diversos periódicos, fundando, também, os seguintes jornais: *O Semanário* (1875), *O Telefone* (1882), *O Estado do Piauí* (1891). GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 -2003*. Teresina: [s.n.], 2003. p.151. *Passim*.

dos povos cujas velhas constituições e tirânico governo são rojados ao chão, e que sobre as suas torpes ruínas vê emergir a LIBERDADE, a IGUALDADE e a FRATERNIDADE! Cidadãos! O governo republicano é o governo de ordem e do respeito a todos os direitos dos cidadãos! Seja, pois, a ordem o objeto dos vossos desvelos!<sup>48</sup>.

A proclamação da República foi anunciada ao povo piauiense sob a promessa de muita esperança. A linguagem empregada pelo governo para dirigir-se ao povo, mostrava que esses saíam da condição de súditos para a de cidadãos. O lema da revolução francesa foi invocado para conclamar o povo a integrar-se à República não apenas como espectador, mas como partícipe, em um ambiente de liberdade, igualdade e ordem.

Dois dias após o anúncio da formação da junta provisória no Piauí, ocorreu sua ampliação com a incorporação de civis de destaque local: João da Cruz Santos, o Barão de Uruçuí; Joaquim Dias de Santana, comerciante; Teodoro Alves Pacheco, bacharel em Direito e Tomás de Moraes Rego, cônego. A criação desse governo misto, supõe-se que esteja relacionada a tentativa de imprimir um caráter civil e mais democrático à República, embora ela tenha sido implantada no país por militares. Esse grupo político-administrativo permaneceu na gestão do estado até a nomeação do Marechal Gregório Taumaturgo de Azevedo<sup>49</sup>, para governador. O jornal *A Actualidade* (PI) de 04 de dezembro de 1889, noticiou a nomeação do militar para o governo do estado com a seguinte manchete “O dr. Gregório Taumaturgo de Azevedo”, para em seguida ressaltar seus atributos pessoais, como um indicativo do que a população poderia esperar do homem público no governo que se iniciava.

Pelo governo provisório central foi nomeado governador do Estado federal do Piauí o distinto cidadão, que em cima o presente antigo. A escolha não podia ser mais acertada. Major de engenheiros e bacharel em direito, o dr. Thaumaturgo reúne os mais bellos predicados para o cabal e satisfactorio desempenho da elevada incumbência, que lhe confiou o governo provisório dos Estados-Unidos do Brazil. [...]. Encontra o distinto piauiense sua querida terra natal debatendo-se com dois grandes males: um – a secca, que com seus terríveis efeitos tem flagelado o povo, e outro – as Guanças, que se desenhão assustadoras e medonhas; pesando sobre o cofre do thesouro um enorme *deficit*, e achando-se os empregados muito atrasados no recebimento de seus ordenados. Alenta-nos, porém, a mais robusta fé-que o dr. Thaumaturgo, activo e patriota, não deixará de promover, dentro dos limites de suas attribuições, os meios precisos para combater e debellar esses dois grandes males, que affligem actualmente a população piauiense. Alem d’isso, como illustre

<sup>48</sup> COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia histórica do estado do Piauí – Desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República*. Rio de Janeiro. Artenova, 1979. v.2. p.568.

<sup>49</sup> Gregório Taumaturgo de Azevedo – n. Barras (PI), 1853 – f. Rio de Janeiro (GB), 1921. Marechal do Exército, Engenheiro, bacharel em direito, recebeu inúmeras condecorações. Também governou o Estado do Amazonas e foi o fundador da Cruz Vermelha Brasileira e um dos patronos da Academia Piauiense de Letras (APL). GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 -2003*. Teresina: [s.n.], 2003. p.43-45. *Passim*.

filho do Piauí, ele será o primeiro a disvellar-se pelo bem estar, pelo engrandecimento e pelo desenvolvimento d'esta bella porção da terra de S. Cruz(*sic*)<sup>50</sup>.

Conforme fica informado no extrato do texto acima, houve inicialmente uma boa aceitação do nome do militar para a gestão político-administrativa do Estado. A sua formação profissional o havia aproximado dos ideais positivistas, o que lhe fazia pensar o Estado e a gestão pública sob perspectivas bastante diferentes daquelas que integraram a estrutura do Estado, até então. Porém, tão logo começa a tomar decisões com objetivo de resolver os grandes problemas que afligiam a população piauiense, a exemplo do saneamento das finanças públicas, criação das mesas de renda, criação dos conselhos de intendências, passou a despertar reações negativas sobre seu governo, fazendo surgir, por parte de setores ligados a política hegemônica local, uma oposição forte à sua gestão.

Ao assumir o governo, Taumaturgo de Azevedo tratou de pacificar os ânimos locais, criando o clima necessário para eleger os novos constituintes que participariam da elaboração das constituições federal e estadual. O mesmo foi assessorado, concomitantemente, pelos seguintes vice-governadores: Joaquim Nogueira Paranaguá, Gabino Suzano de Araújo Besouro<sup>51</sup>, João Cruz e Santos<sup>52</sup> (Barão de Uruçuí) e Álvaro Moreira de Barros Oliveira Lima<sup>53</sup>. Entre as medidas tomadas pelo governo Taumaturgo de Azevedo esteve a publicação

---

<sup>50</sup> Jornal *A Actualidade* (PI). 4/12/1889, nº 2, p.1. Este jornal apareceu em substituição a jornal *A Imprensa*, redatores: Elias Firmino de Sousa Martins, Firmino de Sousa Martins, José Pereira Lopes, Higino Cicero da Cunha e outros. Circulação semanal. Fundiu-se com *Fiat – Lux*, dando origem ao *A Democracia*. Cf. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.p.280. *Passim*.

<sup>51</sup> Gabino Suzano de Araújo Besouro. Natural de Alagoas e militar. Foi nomeado Governador do Piauí em 1890 ocupando o cargo por alguns meses. “A sua administração foi marcada por perseguições políticas e agitações. O seu despotismo atingiu o auge no covarde e vil ato de perseguição ao grande jornalista e político Dr. Simplício Coelho Rodrigues, que culminou com a prisão deste combativo homem político. O ato revoltou até os seus próprios correligionários, trazendo, como consequência, a sua imediata demissão do cargo de Governador do Piauí”. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 -2003*. Teresina: [s.n.], 2003. p.56. *Passim*.

<sup>52</sup> João da Cruz e Santos. n. Vila do Poti (PI), 1841 – f.1896. Vila que abrigou a nova capital do Piauí, quando houve a transferência de Oeiras para vila do Poti em 1852, recebendo um novo topônimo de Teresina - f.1896. Grande comerciante e político do Piauí no século XIX. Exerceu cargos como conselheiro da Câmara Municipal de Teresina, coronel da Guarda Nacional, membro da junta de governo em 1889, foi vice-governador em 1890 e seu título de Barão de Uruçuí foi conferido por Decreto em 02/10/1872. Foi fundador da Companhia de Fiação de Tecidos do Piauí e da Companhia de Navegação do Rio Parnaíba e dirigente do partido Liberal no Piauí. *Ibidem*: [s.n.], 2003. p.410. *Passim*.

<sup>53</sup> Álvaro Moreira de Barros Oliveira Lima. Piauiense, bacharel em direito, exerceu algumas funções públicas, entre elas a de vice-governador nomeado em 1890, no processo de consolidação da República no Piauí. Foi responsável pelo ato que submetia a Constituição Piauiense de 1891, a apreciação da Assembleia Legislativa, para acelerar a sua aprovação e consequentemente a promulgação e nomeação do primeiro governador constitucional, o Dr. Gabriel Luís Ferreira e seu vice o João da Cruz e Santos – o Barão de Uruçuí. *Ibidem* p.224. *Passim*.

do Decreto nº 09, no jornal *O Estado do Piauí*<sup>54</sup> de 22 de janeiro de 1890, que dissolvia as Câmaras Municipais do Estado e criava os Conselhos de Intendências Municipais. A medida foi assinada pelo governador e pelo Secretário de Governo, o jurista Clovis Bevilacqua.

[...], decreta: Art.1º. Ficam dissolvidas as camaras municipais do Estado do Piauí; Art.2º. Até que a constituição definitiva dos Estados Unidos do Brazil e a deste Estado resolvam o contrario, o poder municipal no Piauí será exercido em cada município por um Conselho de Intendência Municipal composto de 6 membros na capital e de 4 nas cidades e villas, sob a presidencia de um delles e todos nomeados pelo Governador <sup>55</sup>(sic).

A justificativa apresentada para a medida legal era que as “camaras municipaes deste Estado não tem podido satisfazer a elevada missão a que se destina o poder municipal que outrora exerceu uma influência tão salutar sobre a evolução de nossa nacionalidade”<sup>56</sup>. Segundo informava o governo estadual, os legislativos municipais deveriam apresentar maior capacidade de resolutividade dos problemas locais, situação que diziam impossível com a manutenção da antiga estrutura desse poder, vez que as câmaras municipais estavam “[...] em decadência por cousa dessa defeituosa organização e dos meios improficuos de acção que lhes concederam as leis e os decretos que as crearam [...]”(sic)<sup>57</sup>. A nova visão de Estado, parece atribuir importância maior ao município, ao estabelecer uma política de controle que se estenderá para além dos estados federados. É bem verdade que essa foi uma dura e árdua luta travada pelo governo federal durante toda a Primeira República. Alguns episódios desse período, a exemplo das expedições de reconhecimento do território nacional<sup>58</sup>, financiadas pelo governo federal, evidenciam as intenções dos governos da Primeira República em legitimar-se por toda a extensão territorial do país, dificultada pelo controle das oligarquias locais.

A medida do governo Taumaturgo de Azevedo seguia o que determinava o Decreto presidencial de nº 7, de 20 de novembro de 1889, pelo qual foram dissolvidas e extintas todas as assembleias provinciais que haviam sido criadas em 1832 e 1834, determinando que até a

<sup>54</sup> O jornal *O Estado do Piauí* criado em 14 de janeiro de 1890, substituiu o periódico *O Telephone* -1883. Este periódico se transformou no órgão oficial do governo republicano, sobre direção de Antonio Diniz. PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 3 ed. Teresina: Editora Zodiaco, 1997. p.97.

<sup>55</sup> Jornal *O Estado do Piauí*. Anno I, nº4. 22/01/1890, p.4.

<sup>56</sup> *Ibidem*.p.02.

<sup>57</sup> *Ibidem*.p.02.

<sup>58</sup> No ano de 1912, Arthur Neiva e Belisário Penna partiram do Rio de Janeiro para viajar, durante nove meses, pelos estados da Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás. Os cientistas realizaram a coleta de dados em relação a flora e a fauna, bem como o quadro de doenças, foi a mais longa expedição realizada pela instituição Oswaldo Cruz, está relatada no livro: THIELEN, Eduardo Vilela et alli. *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz: Casa de Oswaldo Cruz, 1991.



aprovação das constituições dos estados, os poderes executivos, legislativos e judiciários daqueles locais passariam a ser exercidos pelos governadores nomeados.

O decreto presidencial supracitado tinha conteúdo autoritário, muito diferente do que defendiam os propagandistas da República. Ao extinguir as assembleias provinciais, o governo de Deodoro da Fonseca deixava claro que a concepção do governo republicano instalado, não era exatamente um governo do povo, como pensaram os entusiastas românticos do regime. Aquele ato, mostrava o tom do que viria a se tornar a República no Brasil. Uma experiência em que o executivo foi se fortalecendo cada vez mais, em detrimento do poder legislativo, representante do povo.

Como afirma Angela de Castro Gomes<sup>59</sup>, a elaboração de uma Constituição cria espaço para a realização de debates politizados, que expressam os conflitos de interesses de uma determinada sociedade. A dissolução das assembleias estaduais, certamente intensificou a animosidade entre os velhos partidários da Monarquia e os defensores da República no estado. Tal situação, estabeleceu maiores desafios às lideranças políticas regionais, para manter a ordem e escolher, sem comprometimento das velhas estruturas de poder, os nomes que iriam representar o estado nas constituintes federal e estadual. O governo republicano necessitava do apoio dos poderes locais, pois o município era ente importante na estrutura administrativa do Estado, mas, ao mesmo tempo, não podia comprometer a unidade política territorial.

O Jornal o *Estado do Piauí*, de 23 de abril de 1890 fazia comentários a respeito de matéria veiculada no *A Democracia* (PI)<sup>60</sup>, em que esse periódico fazia sérias acusações ao governo de Taumaturgo de Azevedo. O jornal opositor questionava o espírito republicano do governo, acusando-o de desrespeitar os direitos à liberdade dos cidadãos, com base em prisões feitas, segundo informa, de maneira arbitrária, bem como de agir de forma autoritária, ao coagir dois sujeitos do povo a prestarem serviços em logradouro público, sob a justificativa de que os mesmos haviam se comportado de maneira a perturbar a ordem pública.

O governo foi acusado, ainda, de centralista por solicitar que as despesas públicas passassem por seu conhecimento, ao determinar que os “pedidos das diversas estações públicas, que estão sob sua imediata inspeção subissem à sua presença” (*sic*)<sup>61</sup>. A oposição

---

<sup>59</sup> GOMES, Angela Maria de Castro. *Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930 – 1935)*. In.: FAUSTO, Boris. (Org.). *História geral da civilização brasileira: sociedade e política (1930-1964)*. 3 ed. São Paulo: Difel, 1986. v.10. p.7-76.

<sup>60</sup> Periódico do Partido Federal, resultante da fusão ente os jornais *Actualidade* e *Fiat Lux*, ambos criados em 1889. O Jornal *A Democracia* teve como redator o bacharel em direito Higinio Cunha. PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 3 ed. Teresina: Zodíaco, 1997.p.226-227.

<sup>61</sup> O Jornal o *Estado do Piauí*. 23/04/1890. p.1.

tratou, também, das formas de contratação de serviços públicos realizadas pelo então governador, caracterizando o critério utilizado como pessoal, ao contratar a prestação de serviço de um policial para atender necessidades da iluminação pública, após rompimento de contrato com os antigos prestadores de serviço, e, por fim, tratam das demissões de servidores públicos que foram exonerados por acúmulo de cargo.

Ainda no ano de 1890 foram criados os seguintes partidos no Piauí: Partido Republicano Federal (PRF), formado por antigos liberais e alguns membros do Partido Conservador (PC)<sup>62</sup>, sob a liderança do médico Teodoro Alves Pacheco<sup>63</sup>. É desse período, também, a criação do Partido Democrático (PD), sob o comando do Barão de Castelo Branco<sup>64</sup>. Em torno dessas duas agremiações partidárias se aglutinaram as principais lideranças políticas e letradas do estado, que articulavam as lideranças municipais, aglutinando antigos monarquistas e os republicanos. A imprensa torna-se o principal palco de exposição de suas ideias e de luta por espaço político no novo regime.

Tháise Araújo<sup>65</sup> narrando o governo Taumaturgo de Azevedo, contrapôs a gestão republicana aos velhos arcabouços monárquicos ainda presentes no estado, para mostrar que a fragilização da gestão se relaciona ao enfrentamento dos interesses que haviam favorecido algumas famílias ligadas ao Barão de Uruçuí. Na compreensão da pesquisadora a tática de “[...] ‘neutralidade’ política [...], que não surtiu efeito positivo, e resultou em oposição a seu governo por parte dos federalistas; reascendeu as antigas rivalidades; formou novos aliados entre antigos adversários e suscitou pressão por parte de seus inimigos até a sua demissão”<sup>66</sup>.

No Piauí, os dissensos em torno de como deveria ser estruturado o Estado republicano acompanhavam aqueles que resultavam dos debates com o mesmo objetivo na capital federal. Civis e militares, mesmo agrupados em torno do único regime político, possuíam concepções diferentes a esse respeito. Deodoro defendia uma estrutura mais

<sup>62</sup> Esses partidos políticos eram compostos por homens ligados ao governo, a exemplo, Barão do Uruçuí, Gabriel Luís Ferreira, futuro governador do estado e no Partido Democrata Antonio Diniz, redator do órgão oficial “O Estado do Piauí”, Clodoaldo Freitas e Barão de Castelo Branco. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.426-430, *Passim*.

<sup>63</sup> Teodoro Alves Pacheco. n. Vila do Poti (PI), 1850 - f. Rio de Janeiro (RJ), 1891. Bacharel em direito, teve uma intensa vida política e jornalística. Ocupou diversos cargos públicos como: Secretário de Estado, professor e Diretor do Liceu Piauiense, Senador, Vice-Governador, Conselheiro Municipal de Teresina, Diretor Geral de Instrução Pública. No espaço jornalístico escrevia para o jornal *A Democracia*. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 -2003*. Teresina: [s.n.], 2003. p.303.*Passim*.

<sup>64</sup> Mariano Gil Castelo Branco. n. Vila do Livramento (PI), atual município de José de Freitas, 1848 - f. Teresina (PI), em 1935. Foi um latifundiário e político, ocupou várias funções públicas, entre elas Deputado Provincial e Vice-Governador. Foi elevado ao título de Barão pelo Decreto nº. 2 de 2/10/1889. Na imprensa fundou *O Combate* e dirigiu *O Democrático*, foi diretor regional do Partido Democrático. *Ibidem* p.75-76. *Passim*.

<sup>65</sup> ARAÚJO, Tháise de Sousa. *Governo Taumaturgo de Azevedo: o Piauí, o começo republicano e o velho arcabouço político*. *Contraponto: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI*. Teresina. v.6, n.1.jan/jun. de 2017.

<sup>66</sup> *Ibidem.*, p.119.

centralizado no executivo, enquanto alguns civis, a exemplo de Prudente de Moraes, entendiam que o modelo pretendido fragilizaria as instituições democráticas<sup>67</sup>.

O fundamento principal do Estado federado reside em atribuir às unidades federativas capacidade auto organizativa para exercer autonomia política, administrativa e financeira. A inclusão dos princípios federalistas presentes no constitucionalismo americano na Carta Constitucional brasileira, foi uma batalha bem-sucedida de Rui Barbosa contra os anseios do presidente Marechal Deodoro e daqueles que ainda partilhavam os velhos valores da política monarquista. Deodoro desejava positivar o direito de dissolver o Congresso, quando entender-se haver ameaça à ordem e segurança do país. Rui Barbosa entendendo ser essa uma competência pouco afeita ao chefe do executivo de uma República Federativa usa de sua influência para com o Presidente, desestimulando-o a levar em frente esse seu desejo.

No Piauí os conflitos veiculados através da imprensa local apresentavam razões semelhantes às mencionadas no parágrafo acima. Algumas vezes estavam relacionados às concepções ideológicas, mas na maioria dos casos apenas camuflavam finalidades pessoais. Foi nesse clima que foram iniciados os trabalhos de elaboração da Carta Constitucional do estado. Conforme Pereira & Ommati<sup>68</sup>, a primeira constituição do Piauí teve uma vigência de apenas 5 meses. A sua temporalidade reflete as agitações existentes no estado. Com objetivo de conformar o estado aos ditames do regime político e da forma de governo recém-implantados, o governador Taumaturgo de Azevedo teria convocado, em 6 de setembro de 1890, uma comissão que foi constituída por Demóstenes Constâncio Avelino<sup>69</sup>, Gabriel Luís Ferreira<sup>70</sup> e Firmino Licínio da Silva Soares<sup>71</sup>, para elaboração da Carta Magna do estado.

Em razão da situação política em que o estado foi lançado com a reforma administrativa implementada por Taumaturgo de Azevedo, sua gestão chegou ao fim em junho de 1890, deposto por Deodoro da Fonseca, antes da finalização dos trabalhos da

---

<sup>67</sup> D'AVILA, Luiz Felipe. *Os Virtuosos – Os estadistas que fundaram a república brasileira*. São Paulo: Girafa Editora, 2006.

<sup>68</sup> PEREIRA, José Eduardo & OMMATI, Fides Angélica. *As constituições piauienses*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1988.

<sup>69</sup> Demóstenes Constâncio Avelino. n. Oeiras (PI), 1847 - f.1914. Bacharel em direito, teve uma vida ligada a magistratura, como juiz distrital de Oeiras (PI) e Jaicós (PI) e juiz federal do Piauí em 1908. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 -2003*. Teresina: [s.n.], 2003. p.42.*Passim*.

<sup>70</sup> Gabriel Luís Ferreira. Nasceu em Valença (PI), formado em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, exerceu atividade na magistratura. Na educação idealizou o instituto do Karnak, um ambiente educacional muito importante no final do século XIX, do qual foi diretor e professor. Na política foi deputado provincial e federal por várias legislaturas. Teve grande atividade jornalista em vários periódicos da capital. Com a sua deposição do governo foi residir no Rio de Janeiro, dedicando-se à magistratura e ao editorialismo do Jornal do Comércio. Era pai de João Luís Ferreira e Félix Pacheco. *Ibidem* p.164-165.*Passim*.

<sup>71</sup> Firmino Licínio da Silva Soares. Bacharel em direito, sua vida pública estava direcionada a política e ao mundo jurídico, foi vice-presidente da província do Piauí em 1888, foi deputado provincial em três legislaturas, e vice-presidente da Assembleia Legislativa. *Ibidem*. p.391. *Passim*.

Comissão. Álvaro de Moreira Lima, o novo governador nomeado para o estado, deu continuidade aos trabalhos de elaboração da Constituição, que foi outorgada em 12 de janeiro de 1891. A República era um momento em que todos buscavam a fala em relação ao povo, pois se tratava de lutas políticas e todos os grupos políticos se justificam pela suposta presença do povo em seus discursos e leis. Sob essa justificativa foi convocada uma Assembleia Constituinte em 03 de março de 1891 para elaboração de uma nova Constituição para o do Estado.

Os trabalhos foram realizados por 28 deputados, durante todo o mês de abril de 1891, e a nova Constituição do Piauí promulgada em 27 de maio de 1891. Pereira & Ommati<sup>72</sup> informam que a Constituição de maio de 1891 foi a primeira Carta popular da história republicana piauiense. Segundo os autores, o seu texto derivou da proposta outorgada<sup>73</sup> pelo governador Álvaro Moreira, tendo sido feitas as adequações políticas e administrativas condizentes com a nova situação política do país. Nessa mesma data foram eleitos os novos representantes do executivo estadual: Gabriel Luís Ferreira e o vice-governador João da Cruz e Santos (Barão de Uruçuí). Na mensagem de governo apresentada em seção extraordinária realizada pelo Congresso do estado do Piauí, em 7 de novembro de 1891, o governador fez uma avaliação do impacto do federalismo no estado:

O Congresso constituinte, que podia nos ter preservado d'ella, si consultasse os recursos financeiros de cada uma das províncias que tinha de elevar-se à categoria de Estados, infelizmente não refletia que a diversidade de circunstancia locais repelha uma discriminação de renda uniformes, como foi estabelecida, [...]. Que os Estados vivam a expensas próprias, é da índole do systema federativo, e nem de outro modo se comprehende que gozam de autonomia perfeita e completa; mas para que este principio fundamental podesse ter inteira applicação sem degenerar em absurdo, era forçoso que o poder constituinte, estabelecendo positivamente o modo porque eles deviam organizar-se, lhes dêsse para isto os meios necessarios<sup>74</sup>.

Na mensagem, Gabriel Luís Ferreira avalia a efetividade do federalismo em estados com grandes dificuldades financeiras, a exemplo do Piauí. Para esse governador, o regime político do país foi definido levando em consideração apenas a forma como tinha sido desenhada a estrutura política da nação, porém, sem considerar as implicações sociais e

<sup>72</sup> *Op. cit.*, p.197.

<sup>73</sup> Com a proclamação da República foi aprovada por ato *ad referendum* a Constituição piauiense de 12 de janeiro de 1891 e com as eleições para a Câmara Legislativa foi promulgada a segunda Constituição piauiense em 27 de maio de 1891, com texto base na Carta de janeiro 1891, melhorada. Com a deposição do Marechal Deodoro, o Marechal Floriano Peixoto depôs os governadores e novo governador aprovou na Câmara Legislativa a terceira Carta constitucional do estado do Piauí em 13 de junho de 1892. Cf. PEREIRA, José Eduardo & OMMATI, Fides Angélica. *As constituições piauienses*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1988, nas notas explicativas nas páginas 179, 197 e 217-218.

<sup>74</sup> PIAUÍ. *Mensagem ao congresso do estado do Piauí. Sr. governador do estado Dr. Gabriel Luiz Ferreira*. Theresina: Typ. do Piauí, 1891.p. 04-06.

econômicas que decorreram dessa geopolítica. Para ele, os constituintes originários de 1891 deveriam ter tido a preocupação de positivar o modo como essa autonomia, de fato, se concretizaria, bem como promover os meios para esse fim. Observa-se que Gabriel Luís Ferreira possui uma visão de Estado constitucional intervencionista. Mesmo tendo aderido ao movimento republicano após a proclamação, sua formação política nas fileiras do movimento conservador no estado, criava-lhe dificuldades em lidar com as nuances da implantação do novo regime. Esse traço do discurso de Gabriel Ferreira, será observado nas mensagens de governo do Piauí durante toda a Primeira República.

Os entraves financeiros para implementar o regime federalista não eram uma realidade exclusiva do Piauí. A exceção era o incomum. Realidades como a dos estados de São Paulo e Minas Gerais desfrutavam de uma situação privilegiada em relação aos seus congêneres. Suas posições econômicas os ajudaram a conquistar o domínio político do Partido Republicano em suas regiões e o controle da política central, conduzindo-a para seus interesses.

Com a renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca e a posse de Floriano Peixoto na Presidência da República, foram depostos quase todos os governadores, entre eles o do Piauí, Gabriel Luís Ferreira. A exceção foi o governador do Pará, Lauro Sodré. Contudo, Gabriel Luís Ferreira resiste em deixar o cargo, impossibilitando o vice de assumir,<sup>75</sup> menciona que Floriano Peixoto, insatisfeito com a formação da Junta Governativa, ordena que o militar João Domingos Ramos<sup>76</sup> dissolva a referida junta para assumir a direção do estado até a nomeação do próximo governador. João Domingos Ramos com a missão de estabelecer a ordem para elaboração da nova Constituição do estado. Em 11 de janeiro de 1892 foi aclamado o coronel do Exército Coriolano de Carvalho e Silva<sup>77</sup> ao cargo de governador do estado. Dois dias depois, em 13 de junho de 1892, foi promulgada a nova Constituição do estado<sup>78</sup>.

---

<sup>75</sup> TITO FILHO, A. *Governadores do Piauí: capitania – província – estado*: 3 ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1978a.

<sup>76</sup> João Domingos Ramos. Tenente Coronel comandante do 25º Batalhão de Caçadores de Teresina, presidiu a junta de Governo provisório, assumiu o governo com deposição de Gabriel Luís Ferreira. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 -2003*. Teresina: [s.n.], 2003. p.324.*Passim*.

<sup>77</sup> Coriolano de Carvalho Silva. n. Barras (PI), 1858 - f. Rio de Janeiro (RJ), 1921. Coursou a Escola Militar no Rio de Janeiro, rapidamente fez uma brilhante carreira militar. Participou da tropa que no Largo da Aclamação, proclamaram a República. Foi intendente de Manaus e Governador do Piauí por aclamação popular, tendo como vice Dr. Joaquim Ribeiro Gonçalves. Entre os primeiros atos do seu governo temos a dissolução da Assembleia Legislativa e convocação de eleições para promulgação da nova Constituição Estadual de 1892, sua administração foi marcada pela austeridade administrativa. O Piauí foi o primeiro estado a se organizar constitucionalmente. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003*. Teresina: [s.n.], 2003. p.371-372.*Passim*.

<sup>78</sup> PEREIRA, José Eduardo & OMMATI, Fides Angélica. *As constituições piauienses*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1988.p.217.

No plano nacional a luta por espaços políticos foi definindo a fisionomia do federalismo e criando as condições para o estabelecimento da política dos governadores, arquitetada por Campos Sales, bem como da hegemonia do Partido Republicano com o apoio das oligarquias nos estados. O direcionamento político era dado pelos partidos Republicano Paulista (PRP) e Republicano Mineiro (PRM), que conduziram a política nacional, estabelecendo negociações e fazendo concessões com as estruturas de poder dos estados. Ainda assim, as dificuldades produziam muitas insatisfações nas relações entre governo federal e os chefes dos executivos locais. No Piauí, o governador Coriolano de Carvalho e Silva reclamava a falta de apoio do governo federal às unidades políticas mais necessitadas, criticando a atenção privilegiada dada aos dois mais ricos estados da federação. Em obra destinada a realizar uma discussão histórica sobre os governadores do Piauí, a fundação CEPRO<sup>79</sup> reproduziu um trecho de reclamo do governador Coriolano de Carvalho e Silva, sobre seu descontentamento em relação ao governo federal:

Somos parte integrante da Federação, e dela temos o direito de esperar favores que às mãos largas têm derramado em outros Estados mais felizes que o nosso. Não é possível que na República continuemos ainda no estado de abandono em que vivemos no regime passado. A Constituição não estabeleceu preferências em favor deste ou daquele Estado, por isso não é muito que se nos dê hoje aquilo que nunca conseguimos obter no regime decaído, quando aliás vivíamos cercados de uma atmosfera aparente de imperialismo<sup>80</sup>.

Esta estrutura que permitiu o controle do campo político pelas oligarquias dos estados, foi favorecida pela ausência de uma justiça eleitoral independente. O alistamento dos eleitores era realizado pelos integrantes dos governos estaduais e municipais e o voto era facultativo e aberto. Porém, embora o voto não fosse obrigatório os cidadãos que estavam legalmente protegidos por esse direito, dificilmente tinham, de fato, a condição de realizar essa escolha. No Nordeste não são poucas as notícias dos casos de violência ocorridos nesses períodos, em que os chefes políticos tendo amplo controle sobre eleitores de suas regiões, estabeleciam a obrigatoriedade desse exercício político entre seus protegidos, criando os currais eleitorais que passaram para a historiografia com a denominação de voto de cabresto. É o que coloca Victor Nunes Leal.

---

<sup>79</sup> Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO). Trata-se de uma instituição de caráter técnico-científico, criada no ano 1971. É um órgão de assessoramento do governo do estado do Piauí, vinculado à Secretaria Estadual do Planejamento (SEPLAN). A Cepro, elabora material técnico em relação ao estado, descrevendo pesquisas e políticas para o seu desenvolvimento, além de assessorar as instituições que o compõem; possui uma publicação, a Carta Cepro, que versa sobre conteúdo socioeconômico e político e cultural do estado.

<sup>80</sup> CEPRO. *Governadores do Piauí – uma perspectiva histórica*. Teresina: CEPRO, 1993, p.53-54.

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de *votos de cabresto*. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Dentro de esfera própria de influência, o “coronel” como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que frequentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas<sup>81</sup>.

Também atuava como mecanismo de fortalecimento do regime, a Comissão Verificadora de Poderes, também conhecida como Comissão dos Cinco. Esse instrumento foi criado ainda no Império, mas teve uma atuação mais intensa na Primeira República, quando passou a reconhecer os eleitos, normatizando os resultados em favor apenas daqueles que apoiavam o governo federal e seus correligionários, tanto nos estados como nos municípios. Essa comissão tinha função saneadora, caso algum resultado eleitoral saísse do controle das estruturas de poder vigentes.

A Comissão Verificadora de Poderes tinha competência para atuar nas eleições realizadas em todo o território nacional. Esse órgão tinha poder para interferir nas composições dos aliados, produzindo resultados favoráveis aos interesses do governo federal, mas, também, para desarticular os grupos oposicionistas que não conseguiam ter suas vitórias reconhecidas nos processos eleitorais. Seus tentáculos eram tão grandes que chegavam às disputas políticas municipais, decidindo sempre em favor da nomeação de intendentess ligados aos governadores estaduais. Tal mecanismo era, portanto, um braço forte na política dos governadores, contribuindo para manter as estruturas de poder local e assegurando o permanente apoio dessas famílias à política hegemônica nacional. Esse mecanismo de controle político fragilizava o aspecto mais importante do federalismo: a autonomia dos entes federados. Esse tipo de intervencionismo do governo federal nos estados e municípios, será, assim como o hiperpresidencialismo, um traço do republicanismo brasileiro que estava em processo de formação.

No Piauí a importância das oligarquias locais ficou mais definida com a República. Desde Taumaturgo de Azevedo houve uma tentativa de pacificar os conflitos entre os grupos políticos locais, chegando este a reunir as mais importantes lideranças políticas piauienses para propor a formação de um único partido no estado. O Governador Coriolano de Carvalho,

---

<sup>81</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997. p.42.

mesmo lidando com fortes críticas da oposição, especialmente as oriundas do Partido Republicano Legalista piauiense, procurou manter a situação política local equilibrada, possibilitando, assim, a conclusão do seu mandato.

Durante a consolidação do regime republicano no Piauí até 1930 era visível a influência dos grupos políticos comandados pelas seguintes lideranças locais: Antonio Coelho Rodrigues (Coelhado), Antonino Freire da Silva<sup>82</sup>. (Freirismo), Marechal Firmino Pires Ferreira<sup>83</sup> (Piferismo) e José Félix Alves Pacheco<sup>84</sup> (Pachequismo).<sup>85</sup> São através dessas articulações que a política piauiense se desenvolverá durante a Primeira República. Esses grupos políticos vão se alternar no poder, até a eclosão da Revolução de 1930. Na primeira fase da implantação da República no Piauí deu-se a influência de Coelho Rodrigues, configurando a denominação de “Coelhado”, atribuída por Clodoaldo Freitas<sup>86</sup> a esse grupo,

---

<sup>82</sup> Antonino Freire da Silva. n. Teresina (PI), 1876 - f. Teresina (PI), 1934. Era formado em engenharia, mas exerceu cargos de professor, jornalista e político. Foi diretor e professor do Liceu Piauiense, governo o estado de 1908 a 1912. Deputado federal por várias legislaturas e senador. Colaborou com vários jornais como *A Pátria*, *A Imprensa*, *Habeas – corpus*, *Nortista*, *Cidade de Teresina* e outros. Publicou os livros *Limites entre o estado do Piauí e do Maranhão* (1907), *Limites do Piauí* (1921). GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003*. Teresina: [s.n.], 2003. p. 370-371. *Passim*.

<sup>83</sup> Firmino Pires Ferreira. n. Barras (PI), 1848 - f. Rio de Janeiro (RJ), 1930. Herói da guerra do Paraguai, filho do coronel José Pires Ferreira, patriarca da grande família Pires Ferreira. Teve uma grande carreira militar, participando de vários confrontos da guerra do Paraguai e outras batalhas, chegando ao cargo de marechal em 1906. Como político exerceu grande poder na política local e nacional, período paralelo da caserna militar. Por várias décadas exerceu posições de decisões na política local indicando e elegendo parentes e correligionários, chefiou por vários anos o Partido Republicano, “[...]. Assim é que foi eleito deputado federal à Constituinte de 1891, à 1ª legislatura (1891-1893), e a senador da República em quatro legislaturas, de nove anos cada uma, interrompendo-se a última com a Revolução de 1930”, na historiografia o seu nome também é assinalado por Marechal Firmino Pires Ferreira ou Marechal Pires Ferreira. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003*. Teresina: [s.n.], 2003. p.162-163. *Passim*.

<sup>84</sup> José Félix Alves Pacheco. n. Teresina (PI), 1879 – f. Rio de Janeiro (RJ), 1935. Piauiense de ampla participação na imprensa, literatura e política. Foi o primeiro piauiense a ingressar na Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1912. Ocupou várias funções públicas. Foi ele que trouxe para o Brasil o sistema datiloscópico, quando diretor do centro de identificação do Rio de Janeiro. No jornalismo foi diretor do *Jornal do Comércio* no Rio de Janeiro, depois o seu proprietário. Na literatura se destacou na poesia, com obras como: *Chicotadas* (1897), *Via-Crucis* (1900), *Poesias* (1914), *No Limiar do Outono* (1918) e outras. Na política ocupou o cargo de Ministro de Estado, deputado federal e senador pelo Piauí em várias legislaturas; na historiografia é assinalado como Félix Pacheco. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003*. Teresina: [s.n.], 2003. p.302-303. *Passim*.

<sup>85</sup> Esses termos em relação aos chefes políticos e sua ação local, foram utilizados por FREITAS, Clodoaldo. *Os factores do coelhado – escorço de história*. Therezina: Typ. Democrata, 1892 e NUNES, Cecília Silva de Almeida. *Oligarquia Pires Ferreira: Família e poder político no Piauí (1889-1920)*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016. Coleção Século XXI nº3 e nos jornais da época.

<sup>86</sup> Clodoaldo Severo Conrado Freitas. n. Oeiras (PI), 1855 - f. Teresina (PI), 1924. Formado em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, desempenhou várias atividades como magistrado chegando no final da vida a desembargador, jornalista, político, cronistas, historiador e outras. Teve uma intensa produção literária por onde passou e residiu. Foi um dos fundadores da Academia de Letras do Maranhão (1908) como do Academia Piauiense de Letras (1917). Atou em diversos jornais e revistas, almanaques, grande parte de sua obra permanece inédita e outras se perderam com o tempo. Entre as obras publicadas temos: *Os factores do Coelhado* (1892), *História Piauí* (1902), *Vultos Piauiense* (1903), *O Piauí: canto sertanejo* (1908), *Em roda dos fatos* (1911), *Contos à Teresa* (1915), *História de Teresina* (1988), *Memórias de um Velho* (1905-1906), *O Bequimão* (1908), *Os Burgos* (1912) e outras. Algumas de suas obras eram publicadas em jornais e revistas de forma seriadas e depois reunidas em livros. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina:



por classificá-lo como defensor de interesses particulares e responsável por muitas demissões e nomeações de funcionários públicos baseadas exclusivamente em afinidades políticas.

Com a eleição de Raimundo Artur de Vasconcelos<sup>87</sup> (1896), estendendo-se até o governo de Areolino de Abreu (1908), quando a política do Piauí ficou sob o comando dos Pires Ferreira (Piferismo). O governo de Raimundo Artur de Vasconcelos (1896 a 1900), primeiro governador eleito pelo voto universal e direto, em sua administração saneou as finanças públicas, intensificou a exploração da maniçoba para implementar a economia do estado e durante sua administração ocorreu a criação do Tribunal de Contas do Estado (1899). No campo político, enfrentou muitas intrigas da oligarquia local, tendo que conviver com as ingerências dessas oligarquias. Sobre este período do seu governo LIMA e FONTINELES FILHO afirmam que:

Como se encontrava sem apoio do poder central em decorrência das intrigas oligárquicas, Raymundo Arthur de Vasconcelos teve forçosamente que entrar em acordo com os opositoristas de seu governo, acordo este realizado em 1898 e que passou a se chamar **congraçamento**. O que refletia uma República onde certos grupos concentravam o poder e principalmente como o poder constituído estava à mercê dos desejos e vontades desses grupos oligárquicos<sup>88</sup>. (grifo dos autores)

Portanto os governos republicanos da Primeira República vão ser marcados por essas ações do congraçamento, acordos que prejudicavam a pureza do regime republicano. Após a saída de Raimundo Artur de Vasconcelos em 1900, vamos ter uma sucessão de cinco governadores que vão permanecer no cargo até 1910. Arlindo Francisco Nogueira (1900 a 1904), que iniciou o processo de abastecimento de água da capital Teresina; depois temos Álvaro de Assis Osório Mendes (1904 a 1907), membro da Academia Piauiense Letras, que em sua administração construiu vários prédios públicos. Com a morte do governador<sup>89</sup> Álvaro

---

Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.p. 231-232. *Passim*, e GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549-2003*. Teresina: [s.n.], 2003. p.182-185. *Passim*.

<sup>87</sup> Raimundo Artur de Vasconcelos. n. Barras (PI), 1866 - f. Rio de Janeiro (RJ), 1922. General do Exército, formado em matemática e ciências físicas e naturais. Como político foi deputado federal em várias legislaturas e uma vez senador. Em 1896 se tornou o primeiro governador piauiense eleito pelo voto universal direto. Sua administração foi pautada no equilíbrio orçamentário, contenção de despesas, aumento da arrecadação. Estimulou a cultura da maniçoba e reorganizou o ensino, instalação do Tribunal de Contas do Estado (1900) entre outras ações de governo. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549-2003*. Teresina: [s.n.], 2003 p.415. *Passim*.

<sup>88</sup> LIMA, Hélbert Alves Corrêa; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. *Nos domínios de Arthur: política e sociedade no governo de Raymundo Arthur de Vasconcelos*. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2010. p.299.

<sup>89</sup> José Lourenço de Moraes e Silva. Desembargador que assumiu o governo do estado em 1/01/1908, em virtude da licença do governador Areolino de Abreu, pois já havia encerrado o mandato do presidente da Assembleia Flavio de Sousa Mendes. Todavia este se sentiu no direito legal de assumir o governo se instalando no Palácio do Governo em 06/01/1908, criando um clima de instabilidade governamental e política. A solução foi a suspensão da licença do governador Areolino de Abreu para assumir o governo e a retirada do político Flávio de

Mendes, assume o vice Areolino Antônio de Abreu (1907 a 1908), médico que desempenhou relevante serviço no campo da saúde, ainda como vice, fundou o Asilo dos Alienados<sup>90</sup>.

Em 1907 as eleições foram marcadas por uma união política em torno do nome de Anísio Auto de Abreu para governador e Antonino Freire para vice, com apoio do grupo comandado pela família Pires Ferreira, que lança o patriarca a eleição a uma vaga na Câmara Federal e Álvaro Mendes ao Senado. Os acordos políticos dão o tom da estrutura montada no período. Os arranjos estabelecidos entre os diversos interesses foram a tônica da política dos governadores, que envidavam esforços no sentido de promover apaziguamento dos conflitos internos e neutralização das oposições<sup>91</sup>.

Anísio Auto de Abreu<sup>92</sup> (1908 a 1909), assume o comando do estado, cria o Arquivo Público do Piauí (1909), encaminhando para Assembleia a lei de criação desta instituição, mas não viu sua implementação, pois veio a falecer assumindo o vice Antonino Freire de Silva (1910 a 1912). Neste período foram se delineando grupos que vão se consolidando no comando, mostrando todo o poder da oligarquia no estado e impedindo que os princípios republicanos principalmente os ligados a educação, democracia e ao federalismo fosse aplicado no estado trazendo os ventos do progresso da República. Conjuntura política que não era inerente apenas ao Piauí, que contribuiu para o desenrolar dos acontecimentos no final dos anos 20.

A vitória desse arranjo nas eleições ocorreu sem muitas dificuldades. Porém este contexto sofre um revés político, com os problemas de saúde do governador Anísio Auto de Abreu, que foi substituído pelo vice Antonino Freire da Silva. O “Piferismo” foi a mais longa influência política da Primeira República no Piauí, liderada pelo Marechal Firmino Pires Ferreira e outros grupos políticos locais. O Marechal Firmino Pires tinha grande influência na capital federal, foi amigo particular do Imperador Dom Pedro II, e com a proclamação da República conseguiu manter o seu prestígio, tornando-se líder do Partido Republicano no estado por diversas vezes. Mesmo residindo no Rio de Janeiro, exercia amplos poderes na

---

Sousa Mendes do palácio com força da polícia militar. TITO FILHO, A. *Governadores do Piauí: capitania – província – estado*: 3 ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1978b. p. 44-45. *Passim*.

<sup>90</sup> Atualmente Hospital Psiquiátrico Areolino de Abreu.

<sup>91</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *A reação republicana e a crise política dos anos 20*. p. 09-23. In: *Revistas Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, v.6, nº11,1993.

<sup>92</sup> Anísio Auto de Abreu. n. Teresina (PI), 1862 – f. na mesma cidade, 1909. Bacharel em direito, escritor, jornalista e político. Na administração do estado do Piauí, ocupou várias funções públicas, entre elas a de promotor, juiz, secretário de polícia e outros. Foi deputado federal, senador, governador do estado. Como jornalista atou em vários jornais: *Diário de Pernambuco* e *Diário do Recife*, em Recife (PE), no Piauí teve participação no *Fiat Lux*, *Democracia*, *O Piauí*. Como juriconsulto autor da revisão do Código Civil, na parte que trata de família. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549-2003*. Teresina: [s.n.], 2003. p. 11-12. *Passim*.

política local, conduzindo nas escolhas dos candidatos ao cargo de governador, quanto nas candidaturas para as cadeiras nos legislativos estadual, federal e senatorial, suas ações eram também firmes nesta condução. Marechal Firmino Pires Ferreira conseguiu exercer influência na política piauiense por quase todo o período da Primeira República.

Porém, com o governo de Antonino Freire inicia-se uma nova fase da política piauiense, organizada entorno do então governador. Este, sem tradição política, mas de grande penetração no espaço jornalístico e social do estado, estabeleceu um governo de conciliação, buscando mediar conflitos e ao mesmo tempo desenvolvendo várias ações no setor público<sup>93</sup>, entre elas a criação da Imprensa Oficial<sup>94</sup>. Na luta sucessória aproveitou o contexto político nacional marcado pela campanha civilista, que colocava Rui Barbosa com uma plataforma de mudanças e Hermes da Fonseca, como representante dos setores conservadores do país, para colocar-se a favor da plataforma de governo do primeiro e fazer o seu sucessor no estado.

A campanha presidencial influenciou as eleições locais elegendo o candidato Miguel de Paiva Rosa<sup>95</sup> que disputou o executivo estadual contra Coriolano de Carvalho, candidato de oposição lançado pelo grupo de Pires Ferreira. De 1908, com a eleição de Anísio de Abreu, até o governo Miguel Rosa (1916) a política piauiense passou a ser influenciada pelo “Freirismo”, adjetivo atribuído ao poder que exerceu Antonino Freire sobre aqueles que ocuparam as principais posições político - administrativas no estado.

Miguel Paiva Rosa (1912-1916), não realizou um governo equilibrado, pois enfrentou grave crise financeira no estado, tendo como uma das razões para isso uma seca que assolou não só o Piauí, mas todo o Nordeste. O referido fenômeno foi denominado de seca “de 15”, em razão de 1915 ter sido o ano de maior dificuldade dessa crise climática. Outros fatores mundiais como a primeira guerra (1914-1918), que promoveu uma escassez de produtos e diminuiu a exportação da cera da carnaúba, principal produto da economia do estado no

---

<sup>93</sup> “[...] reforma do ensino e respectivo regulamento; criação da Escola Normal [...]; criação da Escola Modelo [...]; início da instalação da luz elétrica de Teresina; aumento da rede telegráfica; iniciativa de navegação ao Alto Parnaíba; ampliação do abastecimento d’água de Teresina; prosseguimento da demarcação dos limites do estado; [...]”. TITO FILHO, A. *Governadores do Piauí: capitania – província – estado*: 3.ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1978a.p.45-46.

<sup>94</sup> Foi instituída no governo de Antonino Freire, em 1911. O seu primeiro diretor foi Simplício Mendes. Passaria a departamento de imprensa e propaganda do estado, na Era Vargas. A partir de 1945 voltaria a se chamar Imprensa Oficial, transformada em Companhia Editora do Piauí (COMEPI)”. A. TITO, Filho. *Crônica da cidade amada*. Teresina: COMEPI, 1977. p.35.

<sup>95</sup> Miguel de Paiva Rosa. n. Teresina (PI), 1876 – f. Teresina (PI), 1929. Bacharel em direito, jornalista, professor. Exerceu várias funções públicas no estado, foi o primeiro diretor da Escola Normal do estado e diretor de Instrução Pública. No jornalismo atuou em vários jornais, entre eles *O Norte* (1899), *A Luz* (1901), *O Reator* (1902), *A Pátria*, *O Combate* (1920), *Jornal de Notícias*, *A Notícia* (ambos em 1917) além de outros. Sua administração no governo foi marcada por crise financeiras, atritos políticos e agitações nos municípios, com atuação de bandos provocando saques nas cidades e fazendas. GONÇALVES, Wilson Carvalho. Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 -2003. Teresina: [s.n.], 2003. p. 348.*Passim*.

período, afetando significativamente o controle das contas públicas. A situação vivida por esse governo, já bastante fragilizado, foi agravada pelas ações de bandos que agiam no interior do estado, saqueando os municípios e as fazendas da região.

Esse contexto negativo promoveu a articulação do grupo político comandado pelo Marechal Firmino Pires Ferreira, que com o apoio do ex-governador Antonino Freire realizou uma campanha vitoriosa para o candidato Eurípedes Clementino de Aguiar<sup>96</sup> (1916 - 1920), na substituição<sup>97</sup> de Miguel Rosa, colocando novamente o seu grupo no governo. Foi uma eleição difícil, pois os mecanismos oligárquicos que influenciavam os resultados das eleições foram colocados em prática: poder econômico, ataques na imprensa, utilização da máquina pública, clientelismo, além das promessas políticas oferecidas com a futura vitória. A vitória<sup>98</sup> de Eurípedes de Aguiar foi formalizado nas urnas, porém, as divergências políticas não se encerraram com o resultado, pois os deputados que apoiavam o candidato da situação<sup>99</sup> e os deputados da oposição iniciaram um agudo conflito em torno da posse do candidato eleito. É o que se observa no texto a seguir:

Iniciou-se a partir daí a luta da facção defensora da candidatura de Eurípedes Aguiar, no sentido de garantir sua posse e fazer valer a decisão da Câmara, que o proclamou eleito na sessão de 05 de junho de 1916. Colunas revolucionárias, chefiadas pelos deputados seguidores de Eurípedes de Aguiar, partiram do norte, centro e sul para a capital com o objetivo de destituir o governador e dar posse ao candidato eleito. O governador do estado, Miguel Rosa, temendo um ataque, fortificou o Palácio do Governo e reuniu homens, enquanto parte da população da capital refugiava-se em Flores (atual cidade maranhense de Timon). Não houve confronto armado, porque Félix Pacheco, ex-deputado federal pelo Piauí, no dia 24 de julho, através de requerimento deferido pelo Supremo Tribunal Federal, obteve ordem de **habeas-corpus** para os deputados estaduais ligados ao candidato Eurípedes de Aguiar que estavam afastados da Câmara. Com a decisão [...], os deputados regressaram à Câmara e reconheceram como governador do Estado o Dr. Eurípedes de Aguiar<sup>100</sup>. (grifo do autor)

<sup>96</sup> Eurípedes Clementino de Aguiar. n. Matões no Maranhão (MA), 1880 – f. Teresina (PI), 1953. Médico de formação e político de formação. Além de governador do Piauí, foi intendente de Floriano (PI) e Parnaíba (PI), deputado federal e senador da República só interrompendo o mandato em 1930, após a eclosão da Revolução de 1930. *Ibidem* p.15-16. *Passim*.

<sup>97</sup> BRANDÃO, Adail José Monteiro. *As armadilhas do poder: partidos políticos e a sucessão governamental de Miguel Rosa*. Monografia. (Curso de Licenciatura Plena em História - Programa de Iniciação Científica CNPq/UFPI). Universidade Federal do Piauí (UFPI), 137f.1996.

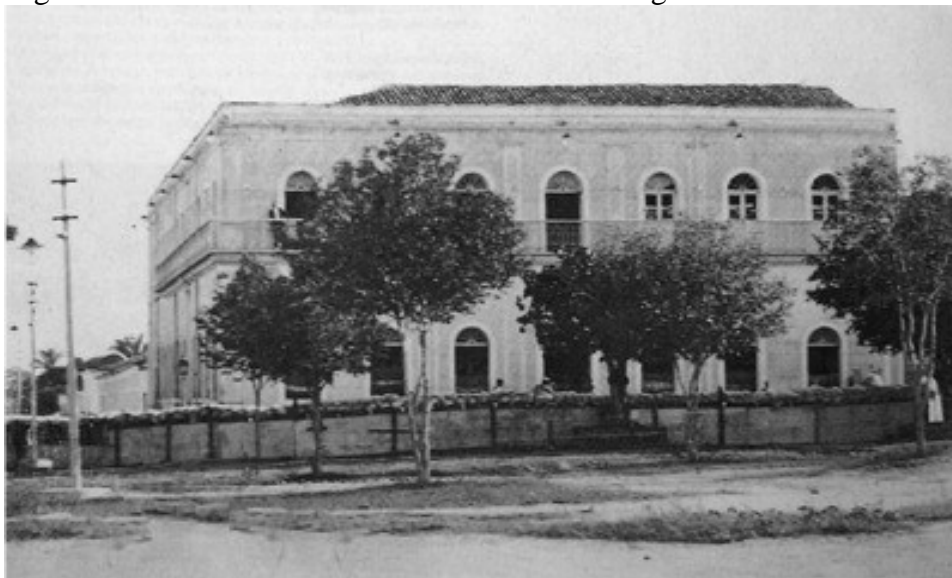
<sup>98</sup> “A Assembleia Legislativa reconheceu como eleito Eurípedes Clementino de Aguiar (Vice, Gervásio Pires Sampaio), embora se afirmasse que o candidato governista (Antonio José da Costa) houvesse obtido maioria de sufrágios. O governo (Miguel e Paiva Rosa) abriu forte campanha contra os deputados. Praticamente se dissolveu o Legislativo, cujos membros procuraram os seus municípios para reação. TITO FILHO, A. *A augusta casa do Piauí - síntese histórica*. Brasília: Senado Federal, 1978c. p.36.

<sup>99</sup> Nesta sucessão estadual disputaram ao governo do Piauí, Dr. Antonio José da Costa, pela posição situacionista que contava com o amplo apoio do governador Miguel Rosa e da oposição Dr. Eurípedes de Aguiar.

<sup>100</sup> GOMES, José Airton Gonçalves (Coord.) *O legislativo piauiense 1835 – 1985*. Teresina: Assembleia Legislativa do Piauí, 1985.p.84.

O trecho simboliza muito bem como funcionavam as características políticas da Primeira República, na qual nem sempre quem ganhava o processo eleitoral assumia automaticamente o cargo, precisando, muitas vezes, recorrer não só as instâncias superiores da justiça, como também, articular as armas para assumir o poder. Nessas ocasiões eram mobilizados homens armados, ligados por laços de clientelismo aos chefes políticos, que recebiam entre outras denominações as de “batalhões patrióticos” e “colunas patrióticas”. Esses grupos tinham como objetivo primário apoiar o grupo de poder, e secundariamente salvaguardar as diretrizes republicanas. Esse conflito político alterou completamente a ordem social do estado, com o governo mobilizando força para impedir a posse de Eurípedes de Aguiar.

Figura 1 - Foto emblemática da defesa da sede do governo estadual



Nota: O cerco ao Palácio do Governo – na administração de Miguel Paiva Rosa em 1919.  
Fonte: Arquivo Público do Piauí (APPI).

O momento representado na fotografia, promove a presentificação do passado, conduzindo o leitor a uma reflexão sobre o poder oligárquico na Primeira República. Os interesses pessoais e partidários ditavam o tom republicano desse momento. No Piauí não era diferente, pois os objetivos particulares quase sempre eram colocados acima das finalidades coletivas e as instituições públicas existiam para atender às necessidades das estruturas de poder. O palácio, como sede do governo precisava ser defendido como representação da permanência da manutenção da ordem. “Sentindo-se totalmente abandonado, Miguel Rosa

deixa o palácio, recolhe-se à casa de seu pai e pede garantias de vida ao comandante da Guarnição Federal. Estava encerrada aquela crise política”<sup>101</sup>.

Inicia-se a gestão de Eurípedes Clementino de Aguiar (1916 -1920), com a saída de Miguel Rosa do governo. O então governador realizou uma gestão de muita austeridade financeira, pois recebeu do antecessor um estado envolvido em uma crise sem precedentes. Seu governo coincidiu com a primeira grande guerra mundial, que provocou o aumento dos preços de vários produtos de primeira necessidade, inclusive afetando a iluminação da cidade que era alimentada por querosene. Nesse período, o estado recebeu a visita da missão higienista chefiada pelos sanitaristas do Instituto Oswaldo Cruz, Artur Neiva e Belisário Pena. O relatório<sup>102</sup> produzido durante essa viagem mostra com muitos detalhes a realidade do sul do Piauí da época. Durante toda sua gestão Eurípedes de Aguiar procurou realizar várias obras públicas, como reformas de escolas, ampliação da rede telegráfica, construção de açudes e melhoria no setor de saúde. Procurou, ainda, administrar mantendo austeridade em relação às contas públicas e conciliação entre os diferentes interesses.

O cenário político que levou o governador eleito à conquista nas urnas representou, novamente, a vitória do grupo ligado ao Marechal Pires Ferreira. Na oportunidade novos nomes passam a ocupar maior presença na estrutura política local, a exemplo de Félix Pacheco<sup>103</sup>, que ocupou uma vaga de deputado federal pelo estado natal. Por residir no Rio de Janeiro, Félix Pacheco até aquela campanha para governador tinha conseguido ficar à margem dos conflitos locais. A decisão de participar diretamente da eleição de Eurípedes de Aguiar o retirou dessa zona de conforto, obrigando-o a lidar com as questões de poder que integravam o cenário local. Porém, a experiência de sua circularidade no mundo intelectual e político da capital federal o ajudaram a promover seu nome nos espaços políticos, garantindo-lhe a renovação do mandato para deputado federal e mais tarde a vitória nas urnas para o cargo de senador da República.

Na imprensa Félix Pacheco era identificado como o “Paladino da Patriótica e Gloriosa Campanha Libertadora”. Os intelectuais reconheciam este momento político como “Movimento Libertador”, pois contaram com ação de Félix Pacheco operando diretamente na política local para derrotar Miguel Rosa, aliando-se com o grande chefe da oligarquia piauiense, Marechal Pires Ferreira, político experiente que comandava esse cenário

<sup>101</sup> CHAVES, Mons. *Obras completas*. Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves, 1998.p.620.

<sup>102</sup> NEIVA, Arthur; PENA, Belisário. *Viagem científica: pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. Ed. fac-sim. Brasília: Senado Federal, 1999.

<sup>103</sup> Félix Pacheco, ocupou o ministério das Relações Exteriores, no período de 15/11/1922 a 15/11/1926, na presidência de Artur da Silva Bernardes (1922 a 1926). *Nosso Século*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. v. I, 1910/1930. p. 10.

diretamente da capital federal. Esse contexto contribuiu para promover o nome de Félix Pacheco, na política do estado do Piauí, delineando a ação política denominada de “Pachequismo”, agremiada no Partido Republicano Piauiense (PRP), no qual constava como a maior liderança. O PRP resultou da articulação e da fusão política do Partido Republicano Conservador (PRC) com o Partido Republicano do Piauí (PRP).

Desde então, Félix Pacheco passou a vivenciar a política local de forma mais intensa e presente. O comando do PRP lhe deu credenciais para realizar escolhas mais importantes em relação à campanha para o governo seguinte, como quando utilizou a influência que conquistara entre os grupos políticos locais para indicar o seu irmão João Luís Ferreira<sup>104</sup> na sucessão do governo do estado. Porém, como todo espaço político é resultado de disputas pelo poder, Félix Pacheco ao demonstrar a intenção de controlar parte desse quinhão, deparou-se com a oposição do grupo Pires Ferreira, que tinha o mesmo objetivo. Tal situação levou ao rompimento da aliança estabelecida entre Félix Pacheco e o Marechal Pires Ferreira, por não conseguirem chegar a um consenso sobre o nome que seria indicado para disputar o cargo de governador naquele pleito<sup>105</sup>.

Félix Pacheco buscou apoio político tanto no estado como na capital federal para o nome do seu irmão ao governo do estado. Isolado politicamente, o grupo Pires Ferreira desistiu de concorrer, ficando João Luís Ferreira como candidato único. Sem o apoio do grupo dos Pires Ferreira, ficava difícil Eurípedes de Aguiar eleger o seu sucessor. Sem competição, a vitória do Pachequismo foi certa. Esse foi um período de tranquilidade para o estado, pois a gestão anterior, realizada por Eurípedes de Aguiar, promovera o saneamento das contas públicas e atuou em setores importantes da sociedade: saúde, educação e estrutura urbana. O governo de João Luís Ferreira deu seguimento às reformas já iniciadas e investiu em novos projetos nas áreas de educação, saúde e transporte.

Na sucessão seguinte, a eleição ocorreu com articulações políticas em torno do nome de Matias Olímpio de Melo<sup>106</sup>, candidato do grupo situacionista. O PRP comandado por Félix

---

<sup>104</sup> João Luís Ferreira. n. Teresina (PI), 1881 – f. Rio de Janeiro (RJ), 1927. Fez os primeiros estudos em Teresina, depois se descolou para o Rio de Janeiro para cursar engenharia na Escola Politécnica, diplomando-se em 1901. Ocupou várias funções públicas na estrutura do governo federal no Rio de Janeiro e em outros estados, a exemplo do trabalho realizado nas obras de saneamento da cidade de Niterói. No Piauí trabalhou em projetos de obras contra secas, estradas e na malha ferroviária. Ocupou a cadeira de deputado federal por dois mandatos, após sair do governo do estado. CHAVES, Mons. *Obras completas*. Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves, 1998. p.591-593. *Passim*.

<sup>105</sup> TITO FILHO, A. *Governadores do Piauí: capitania – província – estado: 3 ed.* Rio de Janeiro: Artenova, 1978a.

<sup>106</sup> Matias Olímpio de Melo. n. Barras (PI), 1882 – f. no Rio de Janeiro (RJ), 1967. Bacharel em direito, ocupou várias atividades públicas no Piauí, Acre, Amazonas, Bahia, Sergipe e Rio de Janeiro. Teve uma vida ligada à magistratura, à política e à imprensa. Como escritor escreveu conferências, palestras, críticas literárias, publicou

Pacheco venceu novamente a eleição, e ficou com a vaga de senador para o líder do agrupamento político. O governo de Matias Olímpio de Melo (1924 -1928) enfrentou grande turbulência, pois o estado sofreu ações de “bandos de cangaceiros e rebeldes” em alguns municípios, principalmente os localizados na região sul, que atacavam fazendas e cidades, saqueando-as. Também teve que organizar a defesa contra os revoltosos da Coluna Prestes<sup>107</sup> que penetraram no estado do Piauí em 1925 com a incidência de vários confrontos em diversos municípios, criando um clima de pânico na população do estado que foi registrado pela imprensa. O episódio contou com a intervenção do arcebispo do Piauí, Dom Severino de Melo<sup>108</sup>, buscando diplomaticamente resolver as divergências entre os revoltosos e o governo, principalmente em torno da prisão de Juarez Távora, próximo a capital Teresina, que estava sendo protegida de um possível ataque dos colonistas.

---

*Pensamento e Ação* (1982), *Ensaios, Discursos e Conferências* (1959), *Rumos e Atitudes* (1956) e outras. Foi governador e senador pelo Piauí. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.368. *Passim*.

<sup>107</sup> CUNHA, Higino. *Os revolucionários do sul – através dos sertões nordestinos do Brasil*. Teresina: Oficinas D’O Piauí”, 1926 e CASTRO, F. Pires de & NAPOLEÃO, Martins. *Os rebeldes no Piauí (Subsídios e documentos para história)*. Teresina: Typ. D’ “O Piauí”, 1926. Essas são obras da época, escrita no calor dos acontecimentos. CASTRO, Chico. *A coluna Prestes no Piauí – república do Vintém*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007, v.90. Uma obra recente que trata destes acontecimentos no Piauí e da contextualização política do período. DIAS, Laécio Barros. *O sertão piauiense em pé de guerra: o conflito armado entre José Honório Granja e a família Lustosa Nogueira (1922-1926)*. Teresina: APL, 2015, Coleção Centenário nº 49. Uma obra que aborda o conflito entre duas famílias no interior do Piauí, na narrativa percorre aspectos do cenário republicano como a passagem da Coluna Prestes pelo estado.

<sup>108</sup> Dom Severino Vieira de Melo. n. Vitória (PE), 1880 - f. Teresina (PI), 1955. Iniciou sua carreira eclesiástica em Pernambuco. Eleito para ser bispo no Piauí em 1923. Nomeado primeiro Arcebispo do Piauí, quando a Província Eclesiástica do Piauí foi criada com o desmembramento de São Luís (MA). Desenvolveu amplo trabalho no Piauí como reformas de igrejas, criação de paróquias, criação do jornal *O Dominical* (1937), aquisições de prédios para igrejas, conventos, congregações. Além de ser um interlocutor em várias crises políticas no estado. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 -2003*. Teresina: [s.n.], 2003.p.258. *Passim*.



Figura 2 – Passagem da Coluna Prestes pelo Piauí



Nota: Mapa com informações sobre a trajetória da Coluna Prestes.

Fonte <https://atlas.fgv.br/marcos/tenentismo/mapas/coluna-prestes-no-tempo-e-no-espaco?page=1>

A imagem anterior identifica o percurso da Coluna Prestes referente a sua trajetória no Piauí, em que os combates foram intensos, mobilizando as forças dos “batalhões patrióticos”, formados pelos contingentes arregimentados por coronéis, demonstrando o poder dos grupos oligárquicos do estado, na defesa dos seus interesses políticos, juntamente com o contingente da tropa regular que foram mobilizadas para fazer frente a ação da Coluna. Sua passagem no Piauí, como já mencionada anteriormente teve na prisão de Juarez Távora uma necessidade de reformular a seu percurso, assim como a organização do comando, traçando novas ações de defesa.

O governo de Matias Olímpio enfrentou muitos desafios inesperados. Outro fato negativo que mobilizou a opinião pública transformando-se em debate político da oposição foi o assassinato, em Teresina, do juiz federal Lucrécio Dantas Avelino<sup>109</sup> em 1927. Este crime repercutiu amplamente na sociedade piauiense pela natureza do fato, assassinado cruelmente dentro de sua casa. A oposição acusou o governador de ser o mandante do crime,

<sup>109</sup> Lucrécio Dantas Avelino. n. Oeiras (PI), 1882 – f. Teresina (PI), 1927. Magistrado e jornalista, desempenhou a função de secretário da fazenda, desembargador e juiz federal. Colaborou com alguns jornais como *Habeas Corpus* e *O Piauí*. Foi assassinado em crime que abalou o estado. Nas investigações chegou-se ao nome de dois indivíduos, o Zé Cabeção e Sátiro Ferreira Gomes. O primeiro foi morto na prisão, porém, antes de falecer indicou Eurípedes de Aguiar e o Cel. Laurindo Castro como mentores. Um novo inquérito foi realizado, todavia o curso do mesmo apontou o Cel. Laurindo como autor intelectual. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.42- 43. *Passim*.

pois Lucrécio Avelino era muito conhecido no meio social e político, ocupando várias funções políticas e no período, integrando o grupo de oposição a Matias Olímpio. Este fato rapidamente ganhou conotação política em um ambiente de grandes embates pelo controle do poder estadual. A imprensa local deu grande destaque ao caso <sup>110</sup> deixando a população bastante confusa a respeito do que teria motivado tão grande violência. O grupo de Matias Olímpio respondia as acusações feitas ao chefe do executivo local afirmando que o mandante do crime teria sido Eurípedes de Aguiar.

Esses fatos ocorridos no governo de Matias Olímpio de Melo permitiram a rearticulação da oposição comandada pelo Marechal Firmino Pires. Os opositoristas aproveitaram as divergências políticas, que envolviam o governador, para desgastar seu grupo nas eleições para legislativo federal em 1927. Nesse pleito concorreram a uma vaga para o senado Félix Pacheco, pela reeleição e o Marechal Pires Ferreira, apoiado pelo presidente Washington Luís, com quem possuía relações familiares e de compadrio. Do lado situacionista Félix Pacheco lança, ainda, para reeleição a vagas na Câmara Federal, os nomes do seu irmão João Luís Ferreira e de mais dois correligionários: José Pires Rebelo<sup>111</sup> e Armando César Burlamáqui<sup>112</sup>. Essa atitude causou descontentamento dentro do PRP, provocando algumas dissidências. A nota a seguir, publicada no Jornal *A Imprensa*, mostra um exemplo dessa reação ao publicar o posicionamento de políticos da cidade de Altos-PI.

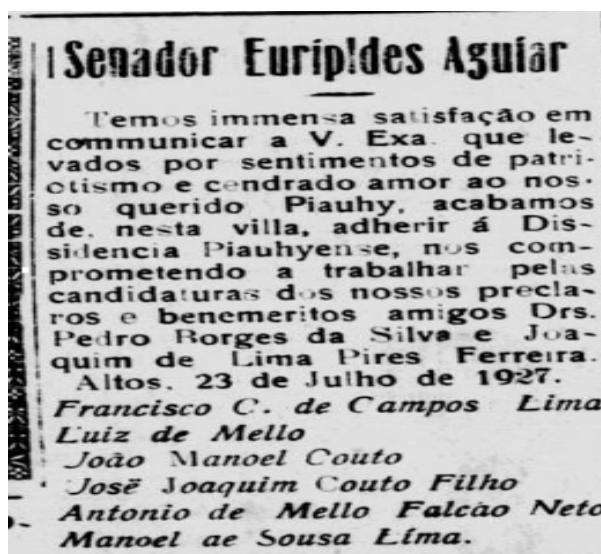
---

<sup>110</sup> Este fato ganhou amplo espaço na imprensa, criando grande agitação no estado. No decorrer do final dos anos 20 foram publicados dois livros que trazem a posição de ambos os lados políticos. CUNHA, Higino *O assassinio do juiz federal dr. Lucrécio Dantas Avelino*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1928. Obra organizada por Higino Cunha, composta por notas de jornais, peças dos inquéritos, e depoimentos sobre o período político piauiense. Esta obra é assinada pelo grupo que retomou o comando político do PRP, no caso Marechal Pires Ferreira, Antonino Freire, Joaquim Pires e Pedro Borges, que saíram em defesa de Eurípedes de Aguiar. A segunda obra é *O desvario do crime*. Teresina: Graphica Piauiense LTD, 1929, escrita por Giovanni Costa, que defende Matias Olímpio de Melo e seu grupo político utilizando subsídio do processo de apuração do crime; na segunda parte do livro produz uma resposta ao livro de Higino Cunha. Ou seja, deu origem a um embate intelectual entre as duas partes envolvidas no contexto do assassinato pela imprensa local.

<sup>111</sup> José Pires Rebelo. n. Piripiri (PI), 1877 - f. Rio de Janeiro (RJ), 1947. Formado em engenharia civil, pela antiga Escola Politécnica do antigo distrito federal. exerceu várias funções públicas tanto no âmbito do estado, como na esfera federal. Como político, foi intendente de Teresina e deputado federal em duas legislaturas. No ano de 1923, lutou por uma vaga no senado no lugar de Félix Pacheco, voltando a este poder em 1935, todavia com a instalação do Estado Novo em 1937, o seu mandado é cassado. GONÇALVES, Wilson Carvalho. Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 -2003. Teresina: [s.n.], 2003. p.325. *Passim*.

<sup>112</sup> Armando César Burlamáqui – n. Oeiras (PI), 1874 – f. Rio de Janeiro (PI), 1927. Militar, político e escritor. Foi almirante, adido naval na Inglaterra e na França, participou da Revolução da Armada. Integrou a representação brasileira na Conferência de Haia (1907), foi deputado federal pelo Piauí de 1921 a 1929, publicou o livro *Marinha mercante: pela marinha*. GONÇALVES, Wilson Carvalho. Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 -2003. Teresina: [s.n.], 2003. p.87. *Passim*.

Figura 3 - Nota jornalística sobre dissidência no PRP



Nota: Grupo político informando sua posição política.  
 Fonte: *Jornal A Imprensa*. Teresina. 28/07/1927. p.1.

O resultado ao senado federal<sup>113</sup> deu vitória a Félix Pacheco, mas as disputas não findaram nas urnas. A reeleição promoveu uma demanda política e jurídica que se estendeu até o Supremo Tribunal Federal (STF), pois o Marechal Firmino Pires Ferreira contestou o resultado, pleiteando a inelegibilidade de Félix Pacheco. Todas as articulações políticas foram utilizadas, e os mecanismos de confirmação das eleições, como era operacionalizada pela Comissão de Verificação, deu vitória ao Marechal Firmino Pires Ferreira, que tinha fortes ligações com o presidente eleito Washington Luís, que era seu compadre<sup>114</sup>, e tinha uma filha casada com um de seus netos<sup>115</sup>.

A estrutura eleitoral brasileira estava organizada para favorecer a manutenção das oligarquias locais, fato que pode ser constatado na forma como as eleições eram realizadas no país. A eleição para presidente da República acontecia dois anos antes das eleições para governador dos estados. Isso implica que as oligarquias estaduais que estavam no poder poderiam ter sua credibilidade ampliada, através da adesão à campanha presidencial. No caso de o poder central ser aliado da oposição, essa poderia acionar os mecanismos de controle e de ação em seu favor. Portanto, o que aconteceu no Piauí nas eleições de 1927 (presidente da República) e 1928 (governador do estado) simboliza muito bem esta ação descrita acima.

<sup>113</sup> “O PRP anuncia a vitória de Félix Pacheco, como 8.000 votos contra apenas 4.853 conferidos a Pires Ferreira, numa diferença de 3.237 [...]”. NUNES, Cecília Silva de Almeida. *Oligarquia Pires Ferreira: família e poder político no Piauí (1889-1920)*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016. Coleção Século XXI nº3. p.112.

<sup>114</sup> NUNES, Cecília Silva de Almeida. *Oligarquia Pires Ferreira: família e poder político no Piauí (1889-1920)*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016. Coleção Século XXI nº 3.

<sup>115</sup> CASTELLO BRANCO FILHO, Moysés. *Depoimento para a história da revolução no Piauí (Período Revolucionário 1922-1931)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

A decisão judicial a respeito da vaga ao senado federal, foi em desfavor de Félix Pacheco, o que produziu a convergência do Marechal Firmino Pires Ferreira novamente com o seu grupo no poder. O comando do PRP foi entregue por Félix Pacheco a Matias Olímpio de Melo, como um manifesto endereçado ao povo piauiense e à nação. É seu o extrato do discurso que segue:

O Senado Federal, na sua sabedoria, resolveu reconhecer Senador pelo Piauí o candidato não eleito. Marechal Firmino Pires Ferreira. Não quero discutir, neste momento, as razões e os móveis, nem o sacrifício e o alcance do golpe vibrado contra mim. Deixo, tranquilamente, essa tarefa ao tempo e à opinião pública; [...]. Aprendi cedo a encarar, com a maior calma, os incidentes da vida partidária, sem programa, que atormentam a existência da República. [...]. Nação se redimirá, um dia do mal desses erros, [...]. Na vida pública, é mister que cada um demonstre certo espírito de renúncia para que se alcance alguma coesão de esforços no sentido do bem geral. [...] continuarei, entretanto, a ser o que sempre fui, na obscuridade do porfiado labor pelo engrandecimento da pátria, que invariavelmente, coloco acima de tudo e de todos. [...]. Desligando-me, definitivamente da vida política, no que a vida política entende como aspirações a postos de representação no Congresso, **volvo tranquilo ao remanso exclusivo do meu velho ofício**, sem ódios e restituo aos meus dedicados amigos do meu Piauí a liberdade de ação de que, por ventura careçam na hora difícil que vão enfrentar e que espero e confio saibam vencer, com firmeza e destemor. Ao eleitorado do Piauí, devo uma palavra de agradecimento pela virilidade com que sagrou o meu nome nas urnas livres, [...]. Fora da política, como definitivamente me sinto, entretanto, terei o maior prazer em cumprir as ordens com que os velhos amigos e conterrâneos me queiram honrar, e asseguro-lhe toda a solidariedade afetiva e dedicada ajuda em qualquer emergência que se lhes depare no correr da luta a que estão sendo provocados. Rio de Janeiro, 13 de maio 1927. - Felix Pacheco <sup>116</sup>. (grifo nosso).

O fragmento do manifesto de Félix Pacheco mostra sua consternação com a posição do poder judiciário em relação à sua demanda, que decidiu em favor de empossar o adversário. Sua decepção foi tão intensa que decidiu sair do cenário político, passando a se dedicar a sua outra grande paixão: a atividade jornalística. A política local sofreu modificações, pois Matias Olímpio de Melo no comando do estado teve que fazer acordo com o Marechal Firmino Pires Ferreira, que se encontrava na liderança do Partido Republicano, e senador da República, voltando a gozar de prestígio político na esfera nacional e local, conquistou apoio para influenciar a indicação de João de Deus Pires Leal <sup>117</sup>, pelo Catete, para o governo do estado. Ao grupo de Matias Olímpio de Melo ficou a escolha do nome do vice-governador, Capitão-Tenente Humberto de Arêa Leão <sup>118</sup>.

<sup>116</sup> OLÍMPIO, Mathias. *Rumos e atitudes*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956. p.154-156.

<sup>117</sup> João de Deus Pires Leal. n. São Bernardo (MA), 1890 – f. São Luís (MA), 1975. Bacharel em direito, esteve sempre no campo da magistratura, exercendo cargos no Maranhão, Amazonas e Piauí. Foi eleito governador do Piauí em 1928, ficando no mesmo até a Revolução de 1930, onde foi deposto. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 -2003*. Teresina: [s.n.], 2003.p. 218. *Passim*.

<sup>118</sup> Humberto de Arêa Leão. n. Teresina (PI), 1890 - f. Rio de Janeiro (RJ), 1957. Militar de carreira, foi Almirante de Esquadra e ministro do Supremo Tribunal Militar. Foi eleito vice-governador do Piauí em 1928.

Com a vitória do candidato indicado pelo PR, o grupo político dos Pires Ferreira estava novamente no poder. No governo do Dr. João de Deus Pires Leal (1928-1930) foram iniciadas as substituições dos opositores que ocupavam cargos na estrutura administrativa do estado, uma postura política tradicional na Primeira República. Essa atitude era justificada pela necessidade de criar um ambiente de confiança para o governo, mas, sabe-se, que seu objetivo era fragilizar política e economicamente os adversários. Essa prática política foi um mecanismo utilizado por quem chegava ao poder, por entender ser os cargos públicos um prêmio para os vitoriosos e seus protegidos. Eis mais um traço do republicanismo em formação; uma continuidade da visão patrimonial de Estado, presente no Império, e que perduraria nas instituições nacionais.

Não só os adversários políticos sofreram com essa prática de substituição dos cargos que ocupavam, mas, profissionais liberais e demais profissionais que chegavam ao Piauí, sem apadrinhamento, dificilmente conseguiam se alocar em alguma função de prestígio. A maioria se dirigia ao campo do magistério para tentar sobreviver, ou tentavam recorrer a outros estados, como forma de fugir do cenário político local que trazia situações difíceis de sobrevivência. Isto aconteceu com Clodoaldo Freitas, Abdias Neves<sup>119</sup>, Higinio Cunha<sup>120</sup> sujeitos marcantes no campo intelectual do primeiro momento republicano no Piauí.

---

Com o processo revolucionário de 1930 foi nomeado como interventor até 1931. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549-2003*. Teresina: [s.n.], 2003.p.219. *Passim*.

<sup>119</sup> Abdias da Costa Neves. n. Teresina (PI), 1876 - f. Teresina (PI), 1928. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, desenvolveu várias atividades como jurista e foi juiz de direito. Como político foi senador da República de 1915 a 1923. Teve uma intensa atividade jornalística no Piauí, como fundador e cronista de diversos periódicos, revistas e outros. Foi professor e criador de diversos estabelecimentos educacionais do estado. Entre suas obras estão: *A Guerra do Fidié* (1907), *O Padre perante a História* (1908), *O Piauí na Confederação do Equador* (1921), *Aspectos do Piauí* (1926); de cunho jurídico as obras *Imunidades Parlamentares* (1908), *Elegibilidade do Marechal* (1910), *Autonomia Municipal* (1913); *Um Manicaca* (1909), esse último, considerado o primeiro romance de costumes piauienses; *Psicologia do Cristianismo* (1910), além de colaborar com diversos jornais e revistas e outras produções. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549-2003*. Teresina: [s.n.], 2003, p.278-280 e BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.394. *Passim*.

<sup>120</sup> Higinio Cicero da Cunha. n. São José das Cajazeiras (atual cidade de Timon - MA), 1858 - f. Teresina (PI), 1943. Bacharel em direito pela faculdade do Recife, desempenhou as funções de magistrado, jornalista, escritor e professor. Ocupou várias funções públicas, como: juiz, promotor, chefe de polícia, procurador dos feitos da fazenda, professor de estabelecimentos educacionais do estado como: a Escola Normal, Liceu Piauiense e da Faculdade de Direito do Piauí; foi um dos fundadores e grande artífice para a criação dessa instituição durante a interventoria de Lemos Cunha. Foi também um dos fundadores da Academia de Letras do Piauí (1917). Colaborou com diversos jornais e periódicos no Piauí e em outros estados. Publicou várias obras entre elas: *Pro Veritate* (1883), *O Idealismo Filosófico e O Idealismo Artístico* (1913), *O Teatro em Teresina* (1922), *O Ensino Normal no Piauí* (1923), *História das Religiões no Piauí* (1923), *Os Revolucionários do Sul do Brasil, através dos sertões nordestinos do Brasil* (1926), *O Assassinio do Juiz Federal* (1928), *A Igreja Católica e a nova Constituição da República* (1929), *Memórias autobiográficas* (1940) e outras. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549-2003*. Teresina: [s.n.], 2003. p.143-144. *Passim*, e BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.156-157. *Passim*.

Sobre as ações no governo de João de Deus Pires Leal, em relação ao exposto acima a respeito das demissões de servidores públicos, temos um fragmento da fala do ex-governador Matias Olímpio de Melo, em que exprime os seus sentimentos em relação as ações políticas iniciadas pelo novo governador eleito nos primeiros momentos a sua posse.

No primeiro mês de governo de meu sucessor foram lavradas 439 demissões de amigos e 630 foram feitas no trimestre seguinte à sua posse. Como um acinte, não era conservado um simples suplente de juiz ou de delegado de polícia. Todos reclamaram contra êsses desmandos [...](sic)<sup>121</sup>.

Esses atos do poder executivo eram inerentes às práticas políticas deste momento. As demissões eram ações iniciais, no sentido de construir novas bases de apoio para o governo e isolar a oposição no estado e fora dele. Tentando reagir a tais medidas, a oposição procurou articular um grupo coeso no combate ao governo do estado, integrado por Matias Olímpio de Melo, Humberto de Arêa Leão, Hugo Napoleão<sup>122</sup>, Des. Vaz da Costa<sup>123</sup>, José Pires Rabelo e outros. Partiu desse grupo a oposição no estado ao candidato do governo na sucessão presidencial. Estava formado, então, o grupo que iria conduzir e apoiar a campanha da Aliança Liberal no Piauí e participar do processo revolucionário de 1930 no estado.

### 1.3 A trindade literária piauiense na Primeira República: Clodoaldo Freitas, Abdias Neves e Higino Cunha

A historiografia piauiense, ao tratar da produção literária na Primeira República, destaca os nomes de três homens que tiveram grande importância na construção do republicanismo no estado, não só por assumirem funções políticas e administrativas na montagem do regime, mas por terem realizado uma reflexão sobre os princípios, as necessidades e as experiências republicanas no Piauí: Clodoaldo Freitas, Abdias Neves e

<sup>121</sup> OLÍMPIO, Mathias. *Rumos e atitudes*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956. p.157.

<sup>122</sup> Hugo Napoleão do Rego. n. União (PI), 1892 – f. Rio de Janeiro (RJ), 1965. Bacharel em direito, exerceu cargos na esfera estadual do Piauí e do governo federal. Deputado federal nas seguintes legislaturas (1927-1929); reelege-se para a Câmara em 1930. Volta à Câmara (1935 a 1938, e depois de 1954 a 1959). Foi um dos fundadores da campanha da Aliança Liberal no Piauí. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 -2003*. Teresina: [s.n.], 2003.p.330. *Passim*.

<sup>123</sup> Joaquim Vaz da Costa. n. São Raimundo Nonato (PI), 1889 - f. em Teresina (PI), 1972. Bacharel em direito, exerceu diversas atividades como magistrado, professor, jornalista e escritor. Mas foi na política como líder da Revolução de 1930 no Piauí, que assinalou seu nome na História. No campo da magistratura exerceu vários cargos como promotor, juiz, desembargador. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 -2003*. Teresina: [s.n.], 2003. p.133-134. *Passim*.

Higino Cunha. Estes intelectuais, segundo Teresinha Queiroz<sup>124</sup>, Maria do Socorro Rios Magalhães<sup>125</sup>, Jarbas Gomes Machado Avelino<sup>126</sup> e Paulo Gutemberg de Carvalho Souza<sup>127</sup> conseguiram exercer forte influência nos debates sobre a temática, realizados pelos piauienses entre o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX.

O advento da República no Brasil, marcou no campo político o que as transformações materiais realizavam no espaço da produção e do consumo. A passagem do século XIX para o século XX foi uma experiência que se definiu pelas reformas espaciais de algumas cidades brasileiras, na tentativa de “alavancar a locomotiva do progresso e do desenvolvimento no país. A revolução produzida no campo das técnicas, das artes e das letras, bem como a incorporação dos novos conhecimentos a todos os setores da vida do indivíduo, gerou uma sensação de prosperidade iminente. É o que assinala Neves & Heizer<sup>128</sup> ao afirmarem que:

Muitos pensavam que essas novidades eram sinais do progresso, irmão da civilização, e que os tempos novos traziam paz e prosperidade para os povos. As novidades do tempo e o entusiasmo com o progresso se difundiam a partir da Europa Ocidental, em especial da Inglaterra e da França, países poderosos no cenário internacional e grandes centros de industrializados. Havia quem sonhasse com o dia em que todos os povos do globo entrassem nessa corrida do progresso, e se tornassem civilizados. Entendia-se, então, o “ser civilizado” como sinônimo de estar mais de acordo com o modelo e com as necessidades dos grandes centros: após 1870, não só a Inglaterra e a França, mas também os Estados Unidos, a Alemanha, a Bélgica e o Japão<sup>129</sup>.

O projeto de modernização e progresso das sociedades, presente na fala dos teóricos acima, necessitou de uma estrutura política e intelectual para a sua execução. No Brasil a proposta republicana conseguia congrega esses elementos, afastando alguns obstáculos que a monarquia apresentava a esses objetivos. Assim, políticos e intelectuais foram os responsáveis pela condução das transformações que conduziram o país para essa nova realidade.

<sup>124</sup> QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: EDUFPI, 1998.

<sup>125</sup> MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. *Literatura piauiense – horizontes de leitura & crítica literária (1900 – 1930)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

<sup>126</sup> AVELINO, Jarbas Gomes Machado. *As escritas dos bacharéis – a ciência e o direito mediadores para a construção de uma sociedade republicana*. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí (UFPI). 2010.

<sup>127</sup> SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *História e identidade: as narrativas da piauiensidade*. Teresina: EDUFPI, 2010.

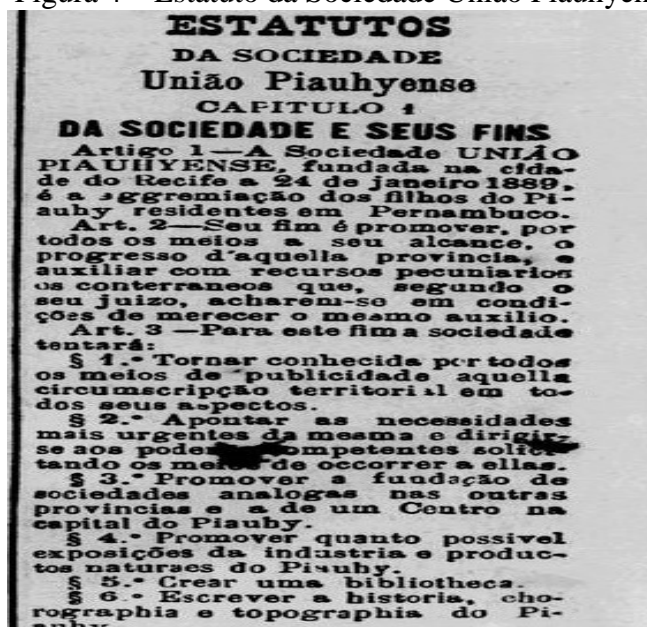
<sup>128</sup> NEVES, Margarida de Souza & HEIZER, Alda. *A Ordem é o progresso – o Brasil de 1870 a 1910*. 6 ed. São Paulo: Atual Editora, 1991. Coleção História em Documentos.

<sup>129</sup> Ibidem, p.14.

Os primeiros, deveriam garantir o desenvolvimento da infraestrutura necessária para tal finalidade, mostrando conhecimento da realidade do país, identificando seus pontos de estrangulamento social e econômico e elaborando alternativas às situações identificadas. Ao mesmo tempo, esse sujeito deveria gozar do reconhecimento social, garantindo-lhe legitimidade perante a população para desenvolver as ações necessárias. Já os intelectuais, atuariam no campo das ideias, contribuindo para a formação dos valores republicanos e integrando-se às estruturas administrativas e políticas com a finalidade de participar do desenvolvimento de práticas condizentes com o projeto em desenvolvimento no país.

No Piauí não foi diferente, as transformações demoraram a chegar, mas eram cobradas por setores da sociedade que exigiam que o estado as programasse e as desenvolvesse. Nesse sentido podemos citar a institucionalização da certidão de nascimento, casamento e óbito, que antes era responsabilidade da Igreja Católica. A partir de então, o Estado republicano absorveu estas atividades e criou outras responsabilidades, a exemplo das reformas educacionais. Fora do estado, os conterrâneos também buscavam se articular para criar mecanismos de promoção da província; um bom exemplo foi a União Piauiense, criada em Recife, como podemos verificar no extrato do jornal *A Phalange* (PI)<sup>130</sup>. a seguir:

Figura 4 – Estatuto da Sociedade União Piauiense



Nota: Trecho do Estatuto no qual se destaca a finalidade da União Piauiense.  
 Fonte: jornal *A Phalange* (PI). 17/04/1889. p.2.

<sup>130</sup> Jornal *A Phalange* (PI) – Órgão Conservador. 17/04/1889. nº.14. p. 2.



A União Piauiense<sup>131</sup>, criada pelos piauienses residentes em Recife (PE), em 24/01/1889, tinha a finalidade, como demonstra parte do estatuto contido na imagem acima, de fomentar o progresso do Piauí por meio de ações diversas, incluindo a mobilização da cultura, com a criação de entidade que divulgasse o Piauí. Essa entidade criou a Revista Mensal da Sociedade União Piauiense que versava sobre literatura, história, poesias, reflexões jurídicas e demais temáticas.

Os intelectuais Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e Abdias Neves, foram formados pela Faculdade de Direito do Recife, local onde entravam em contato com ideais políticos menos conservadores, por ser na época um centro promotor da cultura e da política no Brasil. No final do século XX, só existiam duas faculdades de direito no país, uma em São Paulo – Faculdade de Direito de São Paulo (Largo do São Francisco) e a outra em Pernambuco, a Faculdade de Direito do Recife. Esta última, pela proximidade geográfica e por afinidades intelectuais foi o local de melhor acesso para muitos piauienses que buscavam uma formação superior em Direito<sup>132</sup>.

O Curso de Direito, por sua própria natureza, acompanhava as mudanças e estava sempre recepcionando novas tendências literárias e políticas europeias. Alguns professores estimulavam a liberdade de pensamento, com ótima receptividade por parte dos alunos que se tornavam grandes referências nas humanidades. Ações que produziam repercussão no campo político e cultural foram realizadas não só em Recife, mas em todo o Brasil, atraindo a atenção não só dos bacharéis em direito, mas também de estudantes e profissionais de outras áreas. A criação da União Piauiense, por estudantes de direito em Recife mostra o quanto esses jovens da elite local, que estudavam fora, tinham um olhar para a terra natal.

Ao retornarem, cheios de ideias para a modernização do estado, deparavam-se com muitos obstáculos estruturais, o que dificultava colocar em prática suas aspirações. Além dos desafios políticos, pois no estado a República foi instalada sobre os alicerces de valores e práticas da monarquia, esses visionários se deparavam com um cenário sociocultural bastante diferente do encontrado na faculdade de Recife. Nas primeiras décadas do século XX, segundo Helena Bomeny<sup>133</sup> mais de 80% da população do Piauí era analfabeta. Isso criava um desafio à desarticulação das velhas práticas mandonistas, à superação das relações pessoais

---

<sup>131</sup> A data de criação da União Piauiense em 24/01, simbolizava o dia e o mês em que o Piauí aderiu ao processo de independência em 24/01/1823, em Parnaíba (PI). O período de aniversário da entidade, seria um momento de grande comemoração com ampla atividade desenvolvida por esta. A própria existência da revista era uma prova de um canal de divulgação cultural múltiplo das riquezas da terra natal.

<sup>132</sup> QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: EDUFPI, 1998.

<sup>133</sup> BOMENY, Helena M. *Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003, 29f.

como base da estruturação de produção e à forma de participação tanto das condições de produção quanto da estrutura de poder, responsáveis pelo atraso que o Piauí se encontrava. As mudanças no estado eram muito mais complexas do que imaginavam aqueles bacharéis que retornavam ao Piauí cheios de projetos. Sobre a realidade da sociedade local, Magalhães, argumenta que.

O desenvolvimento da educação, a difusão da escrita e a aquisição do hábito de leitura, prerrogativas das sociedades burguesas e urbanas, só começaram a aparecer após a implantação do regime republicano, na virada do século XX. Contudo com uma população quase totalmente rural, o Piauí permaneceu, até fins do governo Imperial, como um aglomerado de famílias latifundiárias que formavam, segundo afirmação de um historiador local, não uma sociedade, no sentido moderno da expressão, mas um patriarcado rural, onde a escola, a leitura e as letras constituíam artigos supérfluos e até indesejáveis<sup>134</sup>.

Esses bacharéis, quando chegavam ao Piauí, enfrentavam um estado formado por jogos de interesses dos núcleos familiares e políticos locais; alguns por laços familiares e políticos, conseguiam se alocar, outros não. Suas posições intelectuais se não sofressem ajustes, logo lhes traria sérias dificuldades profissionais e sociais, pois o Piauí não dispunha de mercado que lhes permitisse ser, de fato, um profissional liberal. Precisavam ser integrados à administração pública, seja participando da gestão do estado, seja na prestação de serviços disponibilizados à setores da população. Mesmo os que conseguiam viver das atividades de sua formação, necessitavam estar alinhados a algum grupo político.

Um dos ambientes de atuação desses atores foi o espaço educacional. Nele ocupavam funções de direção das instituições e atividades de magistério. A instituição educacional não estava imune ao jogo político do período, portanto, a ocupação dos seus espaços era realizada seguindo a mesma lógica do preenchimento de outros cargos públicos. É o que coloca Ferro<sup>135</sup> ao afirmar que “a influência política na contratação de professores na rede pública acontecia rotineiramente. A indicação era feita por uma pessoa de prestígio ou poder político, sem levar-se em conta a aptidão, o preparo ou capacidade para exercício da profissão<sup>136</sup>”.

O outro ambiente que acolhia esses bacharéis era o jornalístico. Nele atuavam como jornalistas, revisores, editores e até como empreendedores, pois aqueles que dispunham de mais recursos também fundavam seus próprios jornais. A maioria dos jornais criados no período tiveram vida curta, na maioria das vezes não passando de um ano de circulação, pois

<sup>134</sup> MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. *Literatura piauiense – horizontes de leitura & crítica literária (1900 – 1930)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.p.37.

<sup>135</sup> FERRO, Maria do Amparo Borges. *Educação e sociedade no Piauí republicano*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

<sup>136</sup> Ibidem. p.89.

como empreendimentos individuais deparavam-se, depois do lançamento dos primeiros números, com dificuldades relacionadas à falta de recursos financeiros. Esse fato é compreensível, quando relacionado ao universo de leitores que possuía o estado e, ainda, aos altos custos de sua produção. Por outro lado, esses jornais quase sempre estavam ligados a grupos políticos específicos, às famílias locais, trazendo em seu bojo a necessidade de adesão a estas orientações.

Disso decorria que a atuação da imprensa nos primeiros anos do período republicano foi bastante difícil, pois como os jornais estavam ligados a grupos políticos, seus partidos e suas famílias, eles refletiam a estrutura política do momento. Bastava que um grupo tivesse sua posição alterada na estrutura de poder, para que esses mecanismos que lhe davam suporte sofressem toda a sorte de restrições. Sobre este primeiro momento do jornalismo republicano Celso Pinheiro Filho coloca que:

Nossa imprensa do Piauí, em 57 anos de vida do Império, não conheceu um caso sequer de empastelamento de jornal, ou coação contra jornalistas. A única sanção aplicada contra os mesmos, era a econômica, mas somente no sentido de não dar publicidade oficial aos jornais de oposição, o que seria demais. Ao contrário do procedimento do Governo Imperial, os que pregavam a liberdade republicana como mais ampla, convenceram-se, logo de início, que não era tanto assim. Somente entre nós, nos primeiros anos do novo regime, tivemos dois casos que comprovam a afirmação: o empastelamento de *O Lidador*, de Parnaíba, em 1893, e a prisão, em Teresina, de Coelho de Resende, 1891, [...]. Depois, tivemos *O Apóstolo*, de Teresina no governo Miguel Rosa; [...]<sup>137</sup>.

Celso Pinheiro Filho<sup>138</sup> mostra que a República no Piauí não se fundamentava em princípios tão liberais, como havia propagado antes de sua proclamação. Os governantes que integraram esse regime buscaram restringir as críticas em torno de suas ações políticas. Isso criava dificuldade para que o pensamento se manifestasse livremente, ou para que críticas fossem realizadas à administração pública fora dos interesses pessoais. O jornal *O Lidador*, em 1893 foi fechado por fazer críticas ao governo do marechal Floriano Peixoto, como podemos verificar no fragmento do jornal abaixo.

O Dictador, cercado pelo ódio popular e pela indignação publica de um lado, e de outro pela armada nacional que bloqueia e pelo exercito libertador que o bate no extremo sul, procura conservar-se no poder a todo o transe. Seu cérebro impatriótico suggeriu-lhe a fatal idéia de mandar contractar no estrangeiro uma esquadra mercenária para vir defende-lo nas aguas da Guanabara, onde campeia galhardamente o pavilhão branco da patriótica revolta dos brios nacionais contra os tyrannicos malfeitos do dictor que aboliu as nossas liberdades patrias. [...] Punge-nos dizer que, entre tanto, brasileiros desnaturalizados existem que aplaudem todas

<sup>137</sup> PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 3 ed. Teresina: Editora Zodiaco, 1997. p.148.

<sup>138</sup> Ibidem.

as loucuras desse governo, que tem a sêde tentalica dos gogos do poder. [...]. A mentira tem se tornado o dogma do funesto governo de 23 de Novembro, que representa nos fastos da nossa história uma pagina de lucto, mareada de lagrimas e de opprobrios (*sic*)<sup>139</sup>.

O referido jornal de Parnaíba (PI)<sup>140</sup>, com a periodicidade semanal, tinha vários agentes nas principais cidades do Piauí e de outros estados, que desempenhavam a função de correspondente. A maioria destes colaboradores era militar, de patente do Exército ou pertencente à oligarquia local, que contribuía com as críticas ao governo do marechal Floriano Peixoto. Os colaboradores desses jornais classificavam as ações do presidente de antipatrióticas, desrespeitosas dos valores nacionais e do povo, de apresentar comportamento tirânico, desrespeitando os ideais republicanos presentes na proclamação.

É neste ambiente que os intelectuais<sup>141</sup> Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e Abdias Neves vão se manifestar sobre a proclamação da República e seu desenvolvimento no Brasil e no Piauí. Os três trazem em suas escritas uma preocupação com o lugar social em que vivem, pois em suas produções buscaram retratar aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais do estado do Piauí. A literatura, nesse momento, era um dos mecanismos através do qual discutia-se o comportamento da sociedade urbana, dando destaque para seus costumes pessoais e para os padrões politicamente estabelecidos. Suas produções percorreram vários campos acadêmicos: história, geografia, biografia, política, filosofia, literatura, teatro e o cotidiano da cidade.

Os três tiveram uma intensa vida jornalista, trabalhando nos principais jornais e revistas do final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Não só trabalharam como criaram vários jornais e revistas e se articularam com diferentes momentos culturais e políticos do estado. Os jornais locais foram os principais meios de divulgação de suas ideias, posteriormente reunidas em livros<sup>142</sup>, alguns postumamente. Suas produções eram limitadas pela falta física de gráficas ou de condições financeiras.

<sup>139</sup> *O LIDADOR*, Parnaíba (PI), 18/11/1893. p.1. “[...], desapareceu com a edição de 1/01/1894, quando a tipografia foi assaltada e empastelada de 8 para 9/1/1894. Foi o 1º jornal empastelado no estado [...]” Cf. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.281. *Passim*.

<sup>140</sup> O segundo maior município do Piauí, uma cidade que no período inicial da República, se destacava como o maior centro comercial do estado.

<sup>141</sup> SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho, em *História e identidade: as narrativas da piauiensidade*. Teresina: EDUFPI, 2010, p. 189. Caracteriza Clodoaldo Freitas como um intelectual, destacando aspectos que o definem como tal: sua extensa diversidade de produção, destacando que por apresentar visão ampla da realidade, escrevia sobre variados temas e assuntos. Destacou, ainda, que o mesmo exerceu liderança intelectual na sua geração e na que lhe sucedeu, desenvolveu um ativismo intelectual bastante profícuo, embora seus planos de exercer cargos políticos ou de direção partidária na política republicana tenham sido frustrados.

<sup>142</sup> A exemplo da *História de Teresina*, de Clodoaldo Freitas, publicada inicialmente em notas de jornais depois reunidas em livro.

Clodoaldo Freitas e Higino Cunha são também responsáveis pela articulação dos intelectuais piauienses na criação da Academia Piauiense de Letras (APL)<sup>143</sup>. Local que iria congrega a elite intelectual do estado, e parte de seus membros tiveram participação ativa na vida cultural e política do estado. Abdias Neves não foi um dos fundadores, todavia “[...] foi escolhido por unanimidade de votos para tornar-se sócio efetivo desta instituição”<sup>144</sup>.

Antes de falarmos do pensamento dos três intelectuais piauienses citados a respeito do regime republicano no Piauí, é pertinente realizar uma reflexão sobre o pensamento de Antonio Coelho Rodrigues a respeito da proclamação da República e do regime republicano nos seus primeiros anos de instalação no Brasil e sua repercussão no Piauí. A decisão de não o incluir na trindade de intelectuais piauienses que discutiram a República, deve-se ao fato deste último não residir do Piauí, mesmo sendo um piauiense.

Coelho Rodrigues foi um dos piauienses mais influentes na política nacional até a instalação da República. Foi um intelectual que se notabilizou como professor de direito da Faculdade de Direito do Recife, pelo amplo saber jurídico que apresentava e por pertencer a grupos de cultura reconhecidos, integrados por nomes como: Tobias Barreto, Pontes de Miranda, Clóvis Beviláqua e outros. Mais tarde fixou-se no distrito federal ocupando diversos cargos públicos, inclusive como Conselheiro do Imperador e após a proclamação da República passou a ocupar os cargos de deputado federal, senador e prefeito do distrito federal, oportunidade em que conviveu com grandes personalidades do mundo político e intelectual. Com essa trajetória acompanhou de perto os contornos políticos da crise do Império e a instalação da República em sua primeira década de existência.

No campo da literatura realizou reflexões a respeito dos momentos finais do Império e do nascimento da República no livro: *A República na América do Sul ou um pouco de história e crítica oferecida aos latinos-americanos*<sup>145</sup>, publicado em 1905, no momento em que a República era ainda jovem. Esse livro teve segunda edição em 1906, com a inclusão de uma segunda parte, que traz suas repostas a algumas críticas, à primeira edição. Na obra o autor

---

<sup>143</sup> A APL foi fundada em 30/12/1917, porém oficialmente instalada em 24/01/1918, na época considerada o dia da independência do Piauí, com adesão da vila de Parnaíba (PI), ao processo político do 7 de setembro de 1822. Entre os fundadores temos Clodoaldo Freitas, Higino Cunha, João Pinheiro, Edison Cunha, Jônatas Batista, Celso Pinheiro, Antonio Chaves, Benedito Aurélio de Freitas e Fenelon Castelo Branco. Cf. MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. *Historiografia piauiense – relações entre escrita histórica e instituições político-culturais*. Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves, 2015p. 111-114. *Passim*.

<sup>144</sup> *Ibidem*. p. 113.

<sup>145</sup> RODRIGUES, Antonio Coelho. *A república na América do Sul ou um pouco de história e crítica oferecida aos latino-americanos*. 3 ed. Brasília: Edições do Senado Federal, 2016. v.23, reeditada com base na 2ª edição, datada 1906, onde o autor acrescenta algumas repostas às críticas realizadas à 1ª edição. Essa edição é a que usamos no trabalho.

defende que a proclamação da República era inevitável no contexto político brasileiro, como assinala o trecho a seguir:

Também ouvimos de um hóspede do hotel, onde morava o conselheiro Saraiva, que este, chamado para suceder ao 28 de março, declarara ao Imperador parecer-lhe próximo e inevitável o advento da República, e necessário preparar o país para ela, fazendo a federação das províncias, e abdicando em seguida a coroa nas mãos do Parlamento. Ouvindo isto, perguntou-lhe o Imperador se não julgava possível o terceiro reinado, ao que respondeu o conselheiro Saraiva: “O Reino de Sua Alteza não é deste mundo”<sup>146</sup>.

Coelho Rodrigues fundamentava sua opinião na disposição que percebia nos integrantes da política nacional, para a aceitação e até mesmo para a defesa do regime republicano. Teve a oportunidade de participar dos momentos que antecederam, bem como os iniciais à proclamação da República, participando dos debates legais em relação aos ideais republicanos, e, em seguida, sobre como os mesmos afetariam a política do Piauí. No recém-instalado governo provisório republicano, Coelho Rodrigues foi convidado por Campos Sales, ministro da Justiça do governo de Marechal Deodoro, para elaborar o anteprojeto do Código Civil. Esse convite levou em consideração o saber jurídico de Coelho Rodrigues e suas experiências em outras comissões<sup>147</sup> anteriores na tentativa de se elaborar um Código Civil para o Brasil. Sobre este momento da sua vida assim ele se pronunciou no jornal *O Piauí*<sup>148</sup>.

Em cumprimento do meu contracto de 12 de julho de 1890 tenho a honra de remeter-vos com este um exemplar do projecto do Código Civil, de que encarreguei-me, e cuja edição somente hoje pude concluir, apesar da constante boa vontade que encontrei em todo o pessoal da imprensa Nacional [...]. O art.8.º do citado contracto, reservou-me o direito de assistir ao exame crítico da pessoa em comissão, a que o governo submetesse o mesmo projecto. [...]. Enquanto, porém, ella se não pronuncia a respeito, posso afirmar-vos que de minha parte fiz o que pude para corresponder á confiança do governo provisório, que incumbio-me dessa missão. [...]. entregando-vos, pois, o meu trabalho não vos garanto que esteja escoimado de defeito; pelo contrário só me admiraria atentas sua natureza e extensão, que lhe descobrissem muitos as pessoas competentes, porque a vontade não podia ser melhor nem mais constate que tem sido desde 1.º de setembro de 1890 até esta data.

O trecho narra sua participação na elaboração do anteprojeto do referido código jurídico, o que evidência não apenas o reconhecimento de sua competência intelectual, mas,

<sup>146</sup> Ibidem. p.37.

<sup>147</sup> Participou da comissão de 1881, para revisar o projeto de Felício dos Santos e da comissão de 1889, que era presidida pelo Imperador Dom Pedro II, dissolvida pela proclamação da República. COSTA FILHO, Venceslau Tavares. *Antonio Coelho Rodrigues: um súdito fiel? Ruptura e continuidade na transição da monarquia para a república no Brasil*. Revista de Informação Legislativa. Ano 51. nº 203.jul. /set. 2014. p.53-61

<sup>148</sup> *O PIAUHY*, Theresina (PI), 13/01/1893, p.04. Carta endereçada ao vice-presidente Marechal Floriano Peixoto, publicada no Jornal *O Piauí* (PI), em 13 de janeiro de 1893, Ano III, nº 105 - Órgão do Partido Federal, na sessão “Gazetilha – Boletim do Piauí”.

também, sua capacidade de alinhar-se aos valores defendidos para a República naquele momento. Como um bom intelectual, reconhece a complexidade daquele trabalho e mostra-se ciente de sua natureza e do desafio de realizá-lo em um momento de grandes disputas pela consolidação dos valores que iriam conformar a República nacional. Submete-o a apreciação dos seus pares (comissão nomeada para realizar sua análise), advertindo-os sobre algumas ausências e problemas que poderiam existir no corpo do texto.

Esse documento foi elaborado por Coelho Rodrigues, quando de sua estadia na Suíça, razão pela qual alguns juristas nacionais da época afirmaram que o mesmo foi inspirado no código civil de Zurique. Quando o texto foi submetido à comissão, sofreu duras críticas o que levou a sua substituição por Clóvis Beviláqua, convidado por Epiácio Pessoa, ministro da Justiça, para conclusão desse trabalho. O projeto final do código civil, após passar pela tramitação na Câmara e no Senado, foi aprovado em 26 de dezembro de 1915.

Percebemos pelo teor da carta de Antonio Coelho Rodrigues à Floriano Peixoto, que o mesmo esperava críticas a seu projeto. No entanto, a situação lhe causou muitos dissabores e, a partir deste episódio, o jurista começou a analisar a República com outros olhos, o que ficou claro na publicação da obra *A República na América do Sul ou um pouco de história e crítica oferecida aos latino-americanos*<sup>149</sup>.

Para ele uma revisão na primeira Constituição republicana era preciso, bem como uma reforma no código eleitoral, condições que afirmava serem necessárias para transformar a República no Brasil em *res pública*. Um dos aspectos analisados foi a separação entre Igreja Católica e o Estado. Para ele esse tinha sido o grande equívoco dos primeiros republicanos, considerando a natureza católica da nação. Afirmava que a Igreja não poderia ser culpada dos desmandos que aconteciam no país, e muito menos o povo ser privado de sua fé, situação que entendia abalada com a institucionalização do casamento civil, ao invés do religioso.

Defendia que a Constituição tinha concedido muita autonomia aos entes federados, sem, no entanto, existir uma estrutura econômica que pudesse garanti-los satisfazer suas demandas fundamentais. Como exemplo, citava a liberdade que tinham obtido os estados para contrair empréstimos, sem que tivesse sido prevista uma estrutura de controle por parte do governo federal. Ao analisar o constitucionalismo republicano brasileiro, chamava a atenção para experiências dessa forma de governo em outros países, defendendo que era preciso observar suas histórias para evitar equívocos danosos ao regime republicano nacional. Outro

---

<sup>149</sup> Ibidem.

aspecto que ganhou destaque em sua obra foi a necessidade de uma reforma eleitoral, que defendia como precedendo a constitucional, como confirma o trecho a seguir:

Por outro lado, a revisão da Constituição antes da reforma eleitoral, quando não fosse impossível seria perigosa; porque está bem visto que os mandatários dos nossos 21 Grandes Eleitores não a fariam para destruir esse *statu quo*, que os inventou e que os mantém tanto a seu gosto, no usufruto pleno deste país dividido em duas classes únicas: a dos inventores e devoradores de impostos e empréstimos, e a dos que trabalham para os pagar e sustentar governantes, que os tratam como outras tantas bestas de carga<sup>150</sup>.

A obra é caracterizada pela visão que Antonio Coelho Rodrigues tem dos primeiros anos de instalação do regime republicano no Brasil, feita sempre comparativamente com aspectos particulares de países da América do Sul. Na mesma obra o autor faz, também, uma análise da nacional, inserindo elementos da política oligárquica realizada no estado do Piauí, a exemplo do tipo de federalismo implantado. Segundo ele esta característica foi lesiva não só para o Piauí, mas para o sistema político brasileiro, pois teria contribuído para o fortalecimento das oligarquias locais. Defendia a desarticulação da política dos governadores, que considerava outro mecanismo de fortalecimento das oligarquias. É o que se observa no fragmento de texto, a seguir:

Na maioria dos estados quem não apoia o governador tem de emigrar ou submeter-se a todas as violências e arbitrariedades do poder e a imprensa oposicionista está sempre em risco de ser empastelada ou destruída a fogo, pela vindita popular, representada pelos soldados da polícia *à paisana*, para se confundirem com o povo, ou mesmo *fardada*, para se tornar mais exemplar o castigo<sup>151</sup>.

Não restam dúvidas que Coelho Rodrigues ao realizar essa análise, fazia crítica à forma como a política era realizada no Piauí. A República estava lhe causando muitas perdas, entre elas a do cargo de senador, em 1896 quando tentou a reeleição, não obteve êxito, Joaquim Nogueira Paranaguá, que passara a integrar o grupo dos Pires Ferreira, logrou a vaga. Após esses dissabores com a política nacional e estadual, afastou-se dessa esfera, ressentindo-se dos mecanismos utilizados no processo eleitoral e na forma de condução da República no Brasil. É o que observa no texto a seguir:

Cabe aqui o primeiro lugar, por direito de prioridade, à *Tribuna* do dia 20, cujo editorial, posto lamente “o desacerto dos meus conterrâneos, que não recompensaram meus serviços nem galardoaram meus talentos”, considera-me um sebastianista imbele, porque, não comandando nenhuma das *21 brigadas* da

<sup>150</sup> RODRIGUES, *Op. cit.*, p.60.

<sup>151</sup> *Ibidem*. p.60.



República, não posso conspirar contra ela, graças à sabedoria com que os seus governos não se deixaram levar pelos meus altos merecimentos, preferindo as lamúrias e o encanto da palavra do general Pires Ferreira<sup>152</sup>.

Suas críticas não significavam um desencantamento com o regime político, mas com a forma como o mesmo estava sendo implantado no país. Embora ressentidas, suas palavras procuravam exaltar as virtudes da República, eram dirigidas aos homens desse país com a finalidade de orientá-los que procurassem aperfeiçoar o regime. Quando questionado sobre sua ligação com o regime monárquico, respondia que a demora em aderir a causa republicana, tinha razão na preocupação não de sua essência, mas na forma como essa transição seria realizada.

Tudo isto prova que aceitei a República desde a sua proclamação, e que a demora da publicação do meu *Manifesto* não foi devida à espera da deportação do monarca, mas à necessidade de ver, se a orientação do novo regime era pacífica ou feroz, porque, neste caso, ter-me-ia conservado na defensiva<sup>153</sup>.

Ficou evidente que o olhar aguçado do jurista lhe conduziu à uma análise mais profunda dos acontecimentos do momento, buscando observar se o novo regime assumiria uma postura opressora e desvirtuante dos princípios republicanos. A aceitação do convite realizado pelo governo provisório para a elaboração do projeto do primeiro código civil brasileiro demonstra que Coelho Rodrigues havia aceitado o novo regime político e colocava sua experiência intelectual, política e jurídica a serviço daquele governo.

Antonio Coelho Rodrigues, e os bacharéis Clodoaldo Freitas, Abdias Neves e Higino Cunha conviveram com as décadas iniciais do regime. Eles buscaram compreender e imprimir suas percepções em relação aos percalços dos primeiros anos da República no país. Esses homens, por possuírem formação profissional na área do Direito, tiveram oportunidades de conviver com a implantação da República em algumas regiões, prestando serviços públicos, a exemplo do Norte e Nordeste do país, em funções que necessitavam o novo tipo de Estado. A República manteve e até ampliou a importância do bacharel em direito na vida pública. Esse grupo profissional, além de atuar na área jurídica, também, sempre teve presença hegemônica no cenário jornalístico do país. Desse modo, esses bacharéis eram os membros da sociedade que possuíam as condições mais adequadas para integrar o corpo da elite intelectual do país: formação educacional apropriada, que lhes permitia uma visão ampliada da realidade; valores públicos e experiência política e administrativa, de que o Estado necessitava naquele

---

<sup>152</sup> Ibidem. p.101.

<sup>153</sup> Ibidem. p.121.

momento e, ainda, disponibilidade para engajar-se na defesa do regime. Foi sob essa perspectiva que tratamos dessa tríade literária piauiense na Primeira República.

Essa intelectualidade republicana piauiense, que buscava concretizar os fundamentos e os princípios da República, deparou-se, constantemente, com as velhas práticas herdadas da estrutura política colonial e monárquica. O que se observa na literatura e nas fontes produzidas sobre e no período, é a presença de uma elite econômica e social que continua atuando em favor dos seus interesses pessoais e familiares, inclusive assumindo posturas cada vez mais autoritárias, o que dificultava a manifestação de oposições a ela e aos grupos partidários aos quais estavam vinculadas. A exemplo do que ocorreu na montagem do Estado constitucional imperial, a República precisava mediar os diversos conflitos que emergiam pelo território brasileiro, para manter a unidade nacional. Nesse sentido, a estrutura eleitoral brasileira ajudou o processo: o pacto dos governadores garantia o domínio das duas regiões mais ricas do país e, ao mesmo tempo, criou critérios de participação eleitoral do povo, que dificultava qualquer forma de reação ao governo republicano. A esse respeito, Teresinha Queiroz<sup>154</sup>, coloca que:

É importante observar que o governo federal se colocava como receptáculo desses excluídos dos diferentes estados, acomodando-os em outros pela mediação indispensável e decisiva dos políticos, que representam não só os interesses localizados, mas igualmente os de facções regionais. Assim, a absorção dos migrantes pela burocracia pública no Rio de Janeiro ou em outras unidades da Federação é explicável pelos mecanismos de sustentação desenvolvidos entre as oligarquias estaduais e regionais e o governo federal, que lhes dá (ou não) sustentação. Essa peculiaridade das relações entre o governo federal e os governos estaduais é que solidifica e permite a continuidade e o equilíbrio instável que é a marca do sistema.

Teresinha Queiroz<sup>155</sup>, destaca no trecho acima, alguns dos mecanismos utilizados pela República para manter a ordem nacional, em um país em que as elites dependiam bastante da proteção do Estado. O governo federal agia como mediador, especialmente dos conflitos locais e regionais, ao criar alternativas de absorção dos grupos políticos e de seus apadrinhados quando estes eram colocados em situação de exclusão nas disputas produzidas nos sistemas políticos estaduais. Desse modo, embora fosse comum encontrar governadores e outros ocupantes da estrutura política dos entes federativos apresentando queixas sobre a postura de abandono do governo federal em relação às realidades estaduais, sua política de

---

<sup>154</sup> QUEIROZ, Teresinha. *Os homens de letras e a política republicana*.p.459-485.In.: NASCIMENTO, Francisco Alcides do & VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *História e historiografia*. Recife: Edições Bagaço, 2006.p.479-480.

<sup>155</sup> Ibidem.

alocação de membros da elite no governos de outros estados, reduzia a capacidade reativa desses setores, garantindo que a República nacional pudesse continuar o seu processo de implantação e organização.

Voltando a atenção para alguns desses sujeitos, gostaríamos de esclarecer, por oportuno, que a decisão de buscar compreender a trajetória da tríade intelectual piauiense na Primeira República, não encontra justificativa, exclusiva, no desejo e na curiosidade de expressão de suas virtudes e limitações individuais. O propósito maior do intento de acompanhar os itinerários percorridos por eles, foi o de capturar em suas caminhadas, aspectos da República nacional que foi se manifestando em seus caminhos e em suas falas de intelectuais errantes, nas várias regiões do Brasil.

### 1.3.1. Clodoaldo Freitas: um intelectual desencantado com os rumos da República

Da tríade literária republicana podemos assinalar que Clodoaldo Freitas teve uma vida mais intensa no mundo das letras, tanto no estado do Piauí como fora dele. Natural de Oeiras (PI), oriundo de uma família que lhe promoveu bons estudos, pois estudou em São Luís (MA), no Seminário das Mercês e no Liceu Maranhense, e concluiu os estudos básicos e os preparatórios para entrar na Faculdade de Direito no Liceu Piauiense. Formou-se na Faculdade de Direito do Recife, no ano de 1880, ambiente no qual teve contato com as ideias liberais e com o pensamento humanista. Foi contemporâneo de Clovis Bevilacqua, Martins Júnior, Artur Orlando, Faelante da Câmara, Benedito Leite, Urbano Santos e tantos outros que marcaram não só o universo jurista, como também o campo das ideias liberais e republicanas no Brasil.

Retornando ao Piauí depois de formado, ocupou algumas funções públicas, como: promotor público, juiz municipal em Teresina e outras cidades do Piauí, também ocupou o cargo de procurador da fazenda, chefe de polícia e o de desembargador, já na velhice em 1924, aos 69 anos. No magistério foi professor dos principais estabelecimentos educacionais do Piauí e dos demais estados onde passou. No Piauí sua família fazia parte de um grupo que era militante do Partido Liberal, o mesmo ao qual se filiou em 1881<sup>156</sup>.

---

<sup>156</sup> Ibidem.

Outro contexto importante da vida de Clodoaldo Freitas foi o universo da imprensa, fazendo com que o mesmo tivesse uma vida intensa neste campo, atuando em diversos periódicos<sup>157</sup>, possibilitando com que se aproximasse de outros campos importantes para sua vida: o ambiente cultural e a política. O campo da imprensa, como já mencionado anteriormente, era um dos espaços para o qual se dirigiam a maioria dos indivíduos letrados. A atividade jornalística era uma válvula de liberação das aspirações e desejos desses senhores, e ainda, um instrumento utilizado para integrar o jogo das disputas pelo poder. Aqui o letrado se faz intelectual, por meio de suas escritas que eram divulgadas para seus pares e transmitidas por narrações para quem não tinha acesso às letras.

A sua formação acadêmica, a atuação no Partido liberal e na divulgação das ideias republicanas contribuíram para que esse intelectual se tornasse um dos defensores do regime no estado. Nos seus escritos e conferências literárias, era comum sua fala ser dirigida para análises sobre os rumos da República brasileira. Sobre essa visão, em seu livro de crônicas *Em Rodas dos Fatos*<sup>158</sup> coloca que:

A República foi uma conquista. Quinze de novembro, que não foi obra do povo, transformou-se asinha em ventura para os chefes populares, na véspera excelentes monarquistas e, no dia seguinte, mais excelentes republicanos, com todas as virtudes dos democratas da velha têmpera suíça. [...]. A República brasileira se fez positivamente pela espada dos generais e pela doutrina de Benjamin Constant. Como modelo constitucional, tomou a Constituição norte-americana, contornado à feição de uma raça e de uma religião diferentes das nossas. Não importa. Uma Constituição não precisa afeiçoar-se nas tradições naturais de um povo: basta que decrete certas medidas de amplo liberalismo, modernizado e possível. [...]. Seja o que for, olho cheio de fervor republicano, de entusiasmo patriótico, para esses heróis, que realizaram esta bela República romano-positivista, uma mistura balsâmica de tudo quanto há de ideal religioso, filosófico, político, estético e moral nas nações modernas<sup>159</sup>.

<sup>157</sup> Entre os jornais podemos citar, na cidade de Recife, foi redator do *A Idéia Nova*. No Piauí, dirigiu o *O Diário do Piauí* (1911), *A Imprensa*, *Reactor* (1884), *A Abolicionista* (1884), *A Reforma* (1887), *O Democrata* (1890), *O Estado* (1902), *O Piauíhy* (1916) e outros. Entre as revistas, nas quais não só colaborou como criou temos: *Revista Mensal de Literatura, Ciências e Artes* (1887), *Revista Mensal da Sociedade União Piauiense* (1893), *Litericultura* (1912), *A Notícia* (1913), *Revista da Academia Piauiense de Letras* (1918), *Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Piauí* (1920). BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.p.231. *Passim*.

<sup>158</sup> Foi editado pela primeira vez em 1911, em Teresina (PI) por incentivos de amigos, entre eles Abdias Neves. Composto por 43 crônicas, sobre os mais diversos temas. Foram originalmente publicadas nos espaços de comunicação onde passou, Belém (PA), São Luís (MA) e Teresina (PI). A edição vinha como 1ª série, pois era a intenção do autor publicar outros volumes *Em Roda dos Fatos*, todavia isto não aconteceu. A crônica da qual foi extraída a citação é a XIV denominada a “A Data Nacional”. Essa primeira edição foi ofertada ao casal Clóvis e Amélia Bevilácqua, casal com o qual Clodoaldo Freitas construiu uma grande relação de amizade e troca intelectual.

<sup>159</sup> FREITAS, Clodoaldo. *Em roda dos fatos (Crônicas) 1ª Série*. 2 ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.p. 75-78.

Clodoaldo Freitas reconhecia que o regime não nasceu dos anseios populares, mas depois da proclamação despertou expectativas em setores da sociedade que viam, naquele modelo de governo, uma possibilidade de modificar as estruturas do país. Defendia que a República era a realidade com a qual a sociedade brasileira deparava-se naquele momento. Afirmava, no entanto, que o regime carecia de maior participação popular, e de uma Constituição que orientasse o estabelecimento de um liberalismo modernizante no país. Ou seja, defendia que mesmo o povo não tendo participado do processo, a República deveria tê-lo como principal sujeito.

Porém, a experiência nacional orientou-se em sentido contrário ao que esperava Clodoaldo Freitas, pois a República não trouxe o povo para o centro da vida pública, mesmo esse sujeito coletivo estando presente nos discursos de homens do governo e de seus opositores. Basta observar as matérias que circulavam nos periódicos da época. A exemplo do que escrevera Clodoaldo Freitas, o povo tinha um lugar sagrado nas falas dos homens públicos, estivessem ocupando cargos políticos e administrativos ou não.

No governo de Gregório Thaumaturgo de Azevedo (1889-1890), ocorreu uma reorganização partidária no estado, resultando em uma nova articulação da elite política do Piauí, em duas agremiações: A primeira representada pelo Partido Republicano Federal (PRF), sob as lideranças de Teodoro Alves Pacheco, do Barão de Uruçuí e Joaquim Nogueira Paranaguá; a segunda pelo Partido Democrata (PD), chefiado pelo Barão de Castelo Branco, que reunia em sua aliança Simplício Coelho Rezende<sup>160</sup>, Firmino de Sousa Martins<sup>161</sup>, Antonio Joaquim Diniz, como também o próprio Clodoaldo Freitas<sup>162</sup>.

A política local tinha que estar em harmonia com o governo federal. No período o Piauí contava com representantes na capital federal que tinham a função de fazer a articulação entre o estado e o governo federal. Vivendo ambos no Rio de Janeiro, o Conselheiro Antonio Coelho Rodrigues representava o Partido Republicano e Marques de Paranaguá o Partido Democrata. Nesse contexto, Clodoaldo Freitas, integrando a agremiação Democrata, foi

---

<sup>160</sup> Simplício Coelho Melo Rezende. n. Piripiri (PI), 1841- f. Manaus (AM), 1915. Bacharel em direito pela Faculdade de Direito de Recife, na qual foi professor de filosofia, ocupou a função de magistrado em diversas cidades do Piauí e em Manaus. Também atuou como jornalista em diversos periódicos como *A Época*, *A Falange* e *O Democrata*. Deputado, no Congresso denunciou irregularidades nas forças armadas, que no contexto do movimento republicano foi incorporado à Questão Militar. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549-2003*. Teresina: [s.n.], 2003. p.336. *Passim*.

<sup>161</sup> Firmino de Sousa Martins. n. Oeiras (PI), 1831 - f. Timon (MA), 1900. Bacharel em direito, exerceu diversas atividades no âmbito do direito e da política, foi deputado provincial por diversas legislaturas. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549-2003*. Teresina: [s.n.], 2003. p.241. *Passim*.

<sup>162</sup> BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

nomeado em abril de 1890 para o cargo de juiz da União, na Comarca de Campo Maior. Todavia, sua posse foi impedida por um ato do ministro Campos Sales. Segundo Clodoaldo Freitas, as razões que motivaram sua exoneração antes mesmo de tomar posse no cargo, nunca foram apresentadas. Imaginou que a situação era decorrente da interferência contra seu nome realizada por Antonio Coelho Rodrigues, a pedido dos integrantes do Partido Republicano Federal, no Piauí<sup>163</sup>.

Esta situação contribuiu para a vida errante que teve Clodoaldo Freitas fora do estado do Piauí, compelindo-o a viver no Maranhão, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Amazonas e Pará, onde não só constituiu suas atividades profissionais na magistratura como foi ativo no mundo das letras, participando de jornais e revistas como nos casos da instalação das academias de letras do Maranhão (1908), do Piauí (1917) e de sua participação como membro da Academia de Letras do Pará.

Clodoaldo Freitas tinha verdadeira ojeriza ao ministro Campo Sales, que segundo ele apresentava grande disposição para atender os pedidos de Coelho Rodrigues contra piauienses que não integravam o partido deste último. Para ele, esse período foi de desmonte da estrutura jurídica e administrativa do estado do Piauí. Falando da relação do ministro com Coelho Rodrigues afirmou que “O estúpido instrumento servilmente assignava tudo quando exigia-lhe o cavalleiro, de sorte que, na magistratura e na guarda nacional, não ficou pedra sobre pedra. O sopro do aniquilamento passou terrível sobre o desgraçado Piauihy, [...]”<sup>164</sup>.

No posicionamento acima, o republicano histórico Clodoaldo Freitas se manifesta com bastante ênfase sobre as características do regime implantado no Brasil. O piauiense se utilizou da imprensa local e da de outros estados da federação, bem como da produção do livro *Os fatores do coelhado* (1892), para explicitar toda a trama política na qual esteve envolvido. Na referida obra, afirmou que “A república nos trouxe todas as desgraças com o domínio do Sr. conselheiro Coelho Rodrigues, homem funesto e vingativo, que se deleita com o mal e julga perdido o dia em que não cava uma ruína”<sup>165</sup>. As práticas de vingança, perseguições e outros mecanismos utilizados pelo conselheiro Coelho Rodrigues, foram nomeadas por Clodoaldo Freitas com adjetivo de “Coelhado”, que caracterizava como:

---

<sup>163</sup> FREITAS, Clodoaldo. *Os factores do coelhado – escorço de história*. Therezina: Typ. Democrata, 1892. Uma obra oferecida ao Partido Democrata, como exposição do sofrimento político sofrido pelo partido e seus correligionários, durante a influência política de Antonio Coelho Rodrigues no estado, denominado pelo mesmo de “Coelhado”.

<sup>164</sup> Ibidem. p.13.

<sup>165</sup> Ibidem. p.14.

Elle foi o inaugurador do Coelhado, nome que significa o despotismo da força bruta; a confiscação total de todas as liberdades; o exercício do capricho; o império do arbítrio; o predomínio das paixões; a eliminação completa do direito; o banimento da justiça, em uma palavra, o regimen brutal do poder sem lei, sem pês da moral, do pudor, da religião(*sic*)<sup>166</sup>.

As críticas de Clodoaldo Freitas, conforme já mencionado anteriormente, não ficaram restritas ao âmbito do Piauí. Nessa mesma obra, teceu comentários profundos, afirmando que “O sr. Campo Salles e o Conselheiro Coelho Rodrigues são, pois, os dois primeiros factores do Coelhado, este o autor, aquelle o executor dessa feroz dictadura, que não encontra semelhante senão na dos presídios Moscovitas da Sibéria”<sup>167</sup>. Para o literato piauiense, Campo Sales já colocava em prática, com esse tipo de atitude, os fundamentos da política dos governadores.

Freitas destacou que da exoneração de Gregório Thaumaturgo de Azevedo (4/06/1890) até o governo de Coriolano de Carvalho e Silva (1/07/1896), o Piauí ficou sob o domínio do Coelhado. Afirma que diante de tantas perseguições e desmandos, ele buscou a via da representação parlamentar com o propósito de colaborar com a consolidação do regime. Nas eleições de 1903 candidatou-se a uma vaga na Câmara Federal, porém sua pretensão foi impedida pelo sistema político do período, inviabilizando esta aspiração. Sobre este momento temos o depoimento de Castelo Branco<sup>168</sup>, que em uma conferência realizada em 1940 no Silogeu Brasileiro, por iniciativa da Federação das Academias de Letras do Brasil da qual foi presidente, narrou sobre o momento em que Clodoaldo Freitas recorreu do resultado da eleição para a cadeira de deputado federal, bem como do comportamento assumido pela Comissão de Verificação no Estado, sobre os resultados do pleito.

Candidato infalível a uma cadeira na Câmara Federal. – diz ele, - ia ao Rio, gastava o meu tempo e o meu dinheiro, voltava derrotado, vencido, mas satisfeito, porque afirmava a vitalidade de minha crença de republicano histórico, lavrando o meu protesto contra a fraude e contra as normas que vigoram e que hão de morrer, como tudo morre, e, mais facilmente, o erro’. Era assim um idealista, um patriota, um homem de convicções, devorado sem piedade, de contínuo, pela maldade ambiente. Vencido, espoliado, valia mais, muito mais, como exemplo, como civismo, como força moral, que os vencedores ocasionais, gozadores da vida, afundados hoje, merecidamente, no esquecimento completo, [...]. A representação de um Estado, por si só, nada vale, nada significa, nenhuma benemerência traduz. O que vale, o que

---

<sup>166</sup> Ibidem. p.36.

<sup>167</sup> Ibidem. p.25,

<sup>168</sup> CASTELO BRANCO, Cristino. *Homens que iluminam*. Rio de Janeiro. [s.d.], 1946. Livro composto por várias conferências realizadas nas décadas de 30 e 40 no Piauí e no Rio de Janeiro, versando sobre várias personalidades do mundo cultural, como: Rui Barbosa, Pedro Lessa, Lucidio Freitas, Clodoaldo Freitas, Da Costa e Silva, Tobias Barreto, Silvio Romero, Olavo Bilac e Clovis Bevilacqua e outros.

acredita é o brilho, [...]. Ser representante apenas para receber o subsídio e desservir à pátria, como tantos, - indignidade sem par, que Clodoaldo não cometeria<sup>169</sup>.

A postura política de Clodoaldo Freitas frente aos rumos assumidos pela República brasileira foi reconhecida de forma positiva por alguns dos seus pares na academia. Era visto como grande idealista do regime republicano, um amante e defensor da pátria que pagava um alto preço por mostrar suas convicções. Nessa opinião a respeito de Clodoaldo Freitas, o orador mostra que a dignidade do piauiense estava acima dos oportunismos que a realidade política do momento podia lhe proporcionar, afirmando que o tempo o absolveria de todas as penúrias que o regime estava lhe impondo, marcando para sempre o seu nome na história do estado. O intelectual Clodoaldo Freitas pronunciou-se na crônica intitulada *A Data Suprema*, publicada no seu livro *Em Roda dos Fatos*, sobre o que tinha se tornado a república:

Para mim foi sempre a coisa mais triste e intragável contra atual situação republicana, que todos hipocritamente festejam e ninguém, de coração, estima. Uma República sem democracia é como um período sem oração principal. Eliminando o povo da eleição dos seus representantes do Poder Executivo e do Poder Legislativo, ou o pensamento dos altos fatores intelectuais e morais do movimento, que fez eclosão a 15 de novembro, acha-se completamente falsificado, ou esses altos fatores traíram a expectativa popular, impingindo-lhe uma República aristocrática, que não era a decantada pela propaganda e de que o povo tinha notícias e podia desejar a posse. Mas a República da fraude eleitoral e da escamoteação do voto que amor pode infundir ao povo?<sup>170</sup>.

Este intelectual foi um permanente combatente da maneira como a República foi instalada no país. Nos seus escritos da época, a ausência do povo nos propósitos do governo republicano foi um assunto predominante. Dizia ser essa a verdadeira razão para o povo não mostrar interesse pelo novo regime. Argumentava que o regime republicano não poderia seguir seu curso regular, em um Estado que tinha uma estrutura política que passava longe de uma proposta democrática. O povo não tinha o direito de escolher seus representantes, seja para o executivo, seja para o legislativo. Isso, por si, já marcava o tom atípico da República que estava sendo implantada no país.

A ausência do povo na direção republicana do país faz com que medrem três correntes opostas: uma dos felizes dominadores, apossados de todas as posições; outra dos que lutam avidamente pela conquista do poder e a terceira completamente indiferente à luta, não se interessando absolutamente por nenhum dos grupos. Compreende-se o perigo iminente, não já do poder, mas das próprias instituições, se o grupo dos descontentes consegue agremiar as massas populares, impressioná-las

<sup>169</sup> Ibidem. p.82.

<sup>170</sup> FREITAS, Clodoaldo. *Em roda dos fatos (Crônicas) 1ª Série*. 2 ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.p.79.



por qualquer móvel, seja mesmo o futilíssimo da vacina obrigatória. [...]. A República há de ser uma realidade, porque não parece possível voltarmos à Monarquia. Quando o povo se interessar pelas coisas públicas e nelas puder intervir pelo voto livre, as esperanças entrevistas pelos sonhadores de 15 de novembro se converterão em lúcida realidade e a República será a felicidade de todos os brasileiros pela soma de liberdades outorgadas<sup>171</sup>.

No trecho acima o literato continuou reclamando a participação do povo no regime político, como condição de sua sustentação. Sua fala chega mesmo a levantar a possibilidade do perigo de revoltas populares, desencadeadas por qualquer situação, a exemplo da política da vacina, em razão de não ter a mesma identidade com o processo político em voga. Ressalta, que as promessas realizadas pelos republicanos históricos só ganhariam concretude no momento em que o povo, participando diretamente do processo eleitoral, pudesse escolher seus representantes. Apesar de falar em nome do povo, é importante destacar que Clodoaldo Freitas sempre teve uma convivência muito próxima com as famílias da oligarquia local, razão pela qual o seu conceito de povo não parece incorporar todos os segmentos da sociedade. É o que fica presumido quando fala, por exemplo, do africano na descrição realizada a respeito de Campo Sales:

Como todo descendente de africanos o Sr. Campos Salles, além do enorme par de beijos de cafre, é opinioso e estúpido na sua teimosia. Erra, mas não cede. Um sábio antigo dizia que errar é dos homens e permanecer no erro, dos brutos. A máxima applica-se ao general da justiça, pois a sua raça é a mais visinha da animalidade. Conhecendo o fraco do obstinado reformador e sabendo que o bruto, uma vez dando com a cabeça para um lado, nada o demove, o padrão do Coelho deu-lhe bastante milho, soprou-lhe nos ouvidos meia dúzia de *phrases* latinas e eis o typo convencido, certo, inabalável na sua fé de grande reformador!<sup>172</sup>.

Vê-se, pela explosão do literato em relação ao ex-ministro Campo Sales, que sua posição em relação ao povo africano e seus descendentes brasileiros não era a mais promissora. Compara Campo Sales a um animal e dúvida de sua racionalidade. Desse modo, parece-nos que não era exatamente desse povo, negros e mulatos que constituíam boa parte da população brasileira, que estava falando quando defendia que a República só seria implantada de fato no país, quando o povo tivesse conquistado a liberdade de escolher os seus representantes e assim o fizesse através do voto. Nesse sentido, Queiroz<sup>173</sup>, sobre o desencanto do intelectual sobre o regime republicano implantado no Brasil afirma:

---

<sup>171</sup> Ibidem. p.79-81.

<sup>172</sup> FREITAS. *Op. cit.*, p.13.

<sup>173</sup> QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: EDUFPI, 1998.

Clodoaldo Freitas é um dos muitos exemplos possíveis do desencanto com a República e o tema da “republicanização” não aparece apenas em sua obra. Entendida como a retomada dos princípios da propaganda, como o retorno à pureza inicial do regime, de conformidade com as propostas dos republicanos “históricos”. A “republicanização” é um tema até certo ponto recorrente na literatura de crítica ao sistema político tal qual ele se consolidou no Brasil no início do século XX<sup>174</sup>.

Clodoaldo Freitas, saído do seio do Partido Liberal, não encontrou na República um regime que lhe favorecesse espaço profissional e político. No ambiente literário e no cotidiano da intelectualidade, por onde transitou em busca de espaço profissional, foi o meio encontrado para dar vazão as suas necessidades reprimidas pelo regime republicano. Por isso percebemos na escrita de Clodoaldo Freitas em relação a “jovem República”<sup>175</sup> uma forte tinta de rancor.

### 1.3.2 Abdias Neves: um mediador do projeto republicano no Piauí

“Abdias Neves é estrela de primeira grandeza nas letras piauienses”, assim se referiu Monsenhor Chaves<sup>176</sup>, a este intelectual quando escreveu os apontamentos biográficos a respeito de algumas personalidades piauienses. Sua inserção na trajetória política e cultural do Piauí, deu-se com a produção para jornais locais e obras históricas, geográficas e literárias que abordaram temas diversos. Essa grande fluência no campo das letras, justificou a compreensão que posteriormente Monsenhor Chaves desenvolveu sobre a pessoa de Abdias Neves. Chamamos a atenção para a concepção de intelectual defendida por Bolívar Lamounier<sup>177</sup>, que afirma ser um requisito dessa condição possuir formação geral: Abdias Neves preenchia esse critério.

Oriundo de família piauiense simples, sem laços consanguíneos com núcleos políticos e econômicos importantes do estado, foi um intelectual que conseguiu integrar o universo da Primeira República no Piauí pelos seus valores culturais. Fez parte de seus estudos na capital do Piauí, encaminhando-se à Recife (PE) para cursar Direito, bacharelado concluído em 1898. Nessa turma, além de Abdias Neves, colaram grau outros sete piauienses, entre eles Miguel de

<sup>174</sup> Ibidem. p.294.

<sup>175</sup> QUEIROZ, Teresinha. A balaiada, de Clodoaldo Freitas: considerações em torno de um manuscrito oitocentista. p. 17-37. In: SOUSA NETO, Marcelo de; ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. (Orgs.). *A História sob múltiplos ângulos: trajetória de pesquisa e escrita*. Teresina: EDUESPI, 2020.v.1 p.17.

<sup>176</sup> CHAVES, Mons. *Obras completas*. Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves, 1998. p.607.

<sup>177</sup> LAMOUNIER, Bolívar. *Tribunos, profetas e sacerdotes – intelectuais e ideologias do século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Paiva Rosa, que se tornaria governador do Piauí e companheiro de atividade na área do jornalismo e no campo político.

Ao retornar ao Piauí, encontrou um ambiente de grandes diversidades políticas e de espaços profissionais bastante reduzidos. Sem ligações familiares e políticas importantes, inseriu-se no universo do jornalismo piauiense, caminho comum a vários que lhe precederam, exercendo as mais variadas atividades nesta área: editor, colaborador, fundador e cofundador de jornais e revistas. Entre os jornais de atuação temos: como redator, *O Estafeta* (1898) *O Norte* (1899), *A Luz* (1901), *O Reator* (1902), *Monitor* (1909), *A Imprensa* (1911), *Jornal de Notícias* (1917), como colaborador, *A Pena* (1902); fundador e cofundador, *Pátria* (1902 a 1905), *Almanaque Piauiense* (1903/1905), *Litericultura* (1912 a 1913) e outros, além de colaborar com diversas revistas, entre elas a *Revista Indústria e Comércio* e *Revista da Bolsa*<sup>178</sup>. Essas são apenas algumas das contribuições de Abdias Neves para o campo intelectual piauiense. Além de escritor foi ainda um articulador da cultura no estado; um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras em 1917, juntamente com Clodoaldo Freitas e Higino Cunha, além de membro do Instituto Geográfico e Histórico do Piauí (IGHPI). Também integrou a Sociedade Piauiense de Letras e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. As relações construídas nesses ambientes foram fundamentais para projetar Abdias Neves no meio cultural local e fora do estado<sup>179</sup>. Sobre sua capacidade intelectual, assim se referiu Clóvis Beviláqua.

Talento superior. Tem percorrido, com muito brilho, os campos do Direito, da história, das ciências, das religiões e da literatura, em romances e sonetos bem lapidados. Possui vivacidade de estilo; a frase é límpida e correta. [...]. Em todos os escritos, assinala-se uma individualidade vigorosa, dotada de predicamentos intelectuais invulgares, uma inteligência, que se adapta, facilmente, a qualquer gênero científico ou literário<sup>180</sup>.

A descrição de Abdias Neves, realizada por Clóvis Beviláqua, foi embasada na trajetória pública desse piauiense. Profissionalmente, teve uma experiência muita diversificada. Trilhou por caminhos da magistratura, como juiz de direito de Piracuruca (PI), juiz Federal substituto, juiz distrital em Castelo do Piauí (PI), procurador da fazenda pública,

<sup>178</sup> PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 3.ed. Teresina: Editora Zodiaco, 1997.

<sup>179</sup> Depoimentos sobre a cultura histórica de Abdias Neves, em relação ao seu livro *A Guerra do Fidié* de 1907, assim se pronunciou Rocha Pombo, em 1908: "... quão precioso me vai para a parte respectiva da nossa história – exatamente das mais difíceis, porque nada temos de condensado" e Silvio Romero, 1908: "Gostei do trabalho por ser claro na narrativa, sóbrio e bem deduzido. A parte que mais me agradou foi a que se refere ao retrato dos piauienses em comparação com os maranhenses". Cf. NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié – uma epopeia brasileira na luta pela independência*. 2 ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.p.14.

<sup>180</sup> BEVILÁQUA, Clóvis. *História da faculdade de direito do Recife*. 2 ed. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977.p.242.

chefe de polícia e secretário de governo. No magistério foi professor de inglês, alemão e lógica do Liceu Piauiense e de disciplinas pedagógicas na Escola Normal; foi fundador do colégio Ateneu Piauiense, do Colégio São Vicente de Paulo e do 24 de janeiro, estabelecimentos educacionais de grande importância nas primeiras décadas da Primeira República no Piauí.

Essas funções, ocupadas na estrutura administrativa do estado, decorria, principalmente, do seu brilho intelectual, e das boas relações que foi construindo em decorrência de sua capacidade cognitiva e afetiva. A sua formação foi importante para o papel que ocupou nessa conjuntura na vida pública piauiense, mas Abdias Neves mostrou desde cedo que tinha outras habilidades. Foi um homem que soube lidar com muita desenvoltura com as adversidades daquele contexto, o que lhe permitiu circular pelos diversos grupos sociais e políticos da época, mesmo apoiando abertamente o Partido Republicano Conservador, ao qual estava ligada a família de sua esposa.

Na produção literária Abdias Neves além de inserir as temáticas relativas à sua formação no campo do direito, tratou de abordar o Piauí em suas várias fisionomias. Podemos afirmar que suas produções salientaram o seu republicanismo, pois trataram de temáticas como: a importância do Piauí em eventos políticos nacionais; a importância das instituições na organização político-eleitoral do Estado republicano; reconhecimento da participação do povo piauiense na história local e nacional e identificação das riquezas econômicas do estado. Podemos citar entre suas produções: *A Guerra do Fidié* (1907), *Imunidades Parlamentares* (1908), *Um Manicaca*<sup>181</sup> (1909), *Psicologia do Cristianismo* (1910), *Elegibilidade do Marechal* (artigo publicado em 1910), *Autonomia Financeira* (1913), *O Brasil e as Esferas de Influência na Conferência de Paz* (1919), *O Piauí na Confederação do Equador* (1921), *Aspectos do Piauí* (1926).

No seu romance *Um Manicaca*<sup>182</sup>, uma obra de costumes que retrata o ambiente de Teresina (PI) no final de século XIX e início do século XX, apresentou a visão típica da época, uma produção naturalista que narra os fatos pelo viés positivista, doutrina que norteou as ideias republicanas no Brasil. Ao descrever o espaço urbano de Teresina, sua narrativa sobre o cotidiano da cidade procurou destacar as ruas, praças, igrejas, casas e os costumes

---

<sup>181</sup> “*Um manicaca* destaca-se no contexto literário local por ser praticamente o primeiro romance piauiense, pois os que foram escritos antes dele permanecem inéditos até os dias atuais, saindo apenas em folhetins da imprensa do período”. MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. *Literatura piauiense – horizontes de leitura & crítica literária (1900 – 1930)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p.404. Foi escrito entre 1901 e 1902, somente publicado em 1909, com 1ª edição realizada pelo Editor J. Campos Veras da Libro-Papelaria Veras, em Teresina (PI).

<sup>182</sup> NEVES, Abdias. *Um manicaca*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

próprios a uma cidade pequena. Dizia que Teresina convivía com elementos urbanos e rurais, ou seja, com o atraso e o progresso. A visão do autor é bastante marcada pelas ideias do contexto republicano, o que pode ser percebido quando destaca as condições de atraso estrutural e cultural da sociedade brasileira, refletindo-se nos costumes e nas práticas desse povo, notadamente naqueles locais que se encontravam mais distantes dos grandes centros do país, a exemplo do Piauí.

Outro aspecto do ideal republicano do período tratado na referida obra, diz respeito à relação entre os poderes secular e clerical. Em *Um Manicaca*, o autor procurou destacar a natureza secular de algumas instituições, reafirmando a presença do Estado na vida pública, a exemplo da maneira como tratou de aspectos da vida social nacional antes controlados inteiramente pelo poder espiritual: o casamento civil. A esse respeito Jarbas Avelino<sup>183</sup> colocou que “[...] Abdias Neves, no romance *Um Manicaca*, reafirma o caráter laico do casamento civil, ao dizer que quem casa é o juiz e não o padre”.

Sua ação republicana foi pautada em uma visão de respeito ao ambiente jurídico e, principalmente, na defesa e integridade das instituições políticas. Essa concepção legalista pode ser observada no artigo *Elegibilidade do Marechal* (1910)<sup>184</sup>, em que realizou uma análise a respeito da eleição do Marechal Hermes da Fonseca, com fundamento no disposto na Constituição de 1891, na regulamentação eleitoral republicana e na visão de doutrinadores respeitados na temática naquele período. Com base na legislação vigente, apresentou as condições para o exercício da cidadania plena, principalmente a capacidade política e sua relação com o direito de votar e ser votado, como podemos verificar no fragmento de texto publicado no *Jornal Monitor* (PI), no qual delineia os seus argumentos jurídicos na defesa da elegibilidade de Hermes da Fonseca, como seu correligionário, no PRC.

Toda a argumentação, pois, gyra em torno da maior, ou menor amplitude da expressão “direitos políticos” é expressão synonyma de “direito de suffragio”; toda a lógica do raciocínio desenvolvido repolsa no princípio falso de que não exerce direito político, quem não é eleitor. E’ confundir, entretanto, coisas inconfundíveis,

<sup>183</sup> AVELINO, Jarbas Gomes Machado. *As escritas dos bacharéis – a ciência e o direito mediadores para a construção de uma sociedade republicana*. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em História do Brasil. Universidade Federal do Piauí (UFPI), 2010. p.152.

<sup>184</sup> NEVES, Abdias. *A elegibilidade do marechal*. Theresina: Typ. Vêras, 1910. Essa obra é um trabalho jurídico de Abdias Neves sobre o contexto das eleições de 1909, em que vários candidatos se lançaram a presidência para substituir Afonso Pena; todavia a eleição ficou polarizada entre dois candidatos Hermes da Fonseca, pelo Partido Republicano Conservador, ex-ministro de Afonso Pena e Rui Barbosa pelo Partido Republicano Liberal. Quando Hermes da Fonseca se lança na campanha, criaram-se vários questionamentos, pois a sua candidatura significava a defesa da ideia, que os militares precisavam participar da vida civil do país. Enquanto Rui Barbosa defendia que a República era por definição civil, os militares eram os protetores da pátria e defensores da nação, segundo os discursos da época. Logo, a reflexão jurídica de Abdias Neves se enquadra na defesa das ideias republicanas e na participação da vida política do país.

pois o voto não é mais que uma das manifestações do exercício d'esses direitos. [...]. São eles que conferem ao cidadão a faculdade de intervir, imediata ou mediata, na direção da “res publica” exercitando funções dos três poderes que constituem o governo. [...] Penso, nestas condições, que a qualidade de eleitor não está entre os três requisitos essenciais, que dever existir no candidato à presidência da República. E, assim, entendo que a eleição do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca não é nulla por inelegibilidade do candidato<sup>185</sup>.

Para Abdias Neves a ordem legal tinha que ser respeitada pois Hermes da Fonseca preenchia os requisitos para ser candidato a presidente da República: ser brasileiro, ter maior idade e saber ler. Portanto, tinha capacidade política e estava amparado pela legislação em curso. Para Abdias Neves a República era um regime de direitos e de preservação das leis e da harmonia entre os três poderes, um regime que colocava o cidadão como parte integrante do processo político. Sobre sua ação no campo do direito, assim se pronunciou, Monsenhor Chaves.

Como juristas proferiu sentenças que o colocaram entre os grandes entendidos do Direito. Discutiui, em opúsculo, para o país inteiro, uma importante tese de Direito Constitucional relativa às imunidades parlamentares. Em outra ocasião, defendeu brilhantemente a autonomia dos municípios<sup>186</sup>.

Na escrita jurídica de Abdias Neves está a defesa de um Estado republicano fortalecido nas leis constitucionais, aprovadas sob as sombras de ventos democráticos. Além do republicanismo é possível observar sua simpatia pelo federalismo, ao fazer a defesa da autonomia dos entes federados, destacar que os estados e municípios precisavam ter liberdade administrativa e política, evidenciando especialmente a importância desempenhada pelos municípios em um sistema republicano federalista.

Sua identidade ideológica com a República e com o federalismo estava ligada aos princípios e fundamentos que orientavam a formação do Partido Republicano Conservador (PRC): defesa da Constituição de 1891; autonomia dos estados; liberdade eleitoral, regime representativo, estabilidade cambial, defesa do ensino superior e das escolas de formação profissional, a exemplo das escolas agrícolas<sup>187</sup>. Aqui observamos outro critério, como caracterizador de um comportamento intelectual: uma formação ideológica sistemática e um conjunto de valores que orientava suas práticas políticas e culturais. A ida de Abdias Neves

<sup>185</sup> Jornal *Monitor* (PI). 7/04/1910. p. 1-2. Jornal Anticlerical. Redação de Higinio Cunha, Matias Olímpio e Bonifácio de Carvalho, este sobre o pseudônimo de Lineu. Teve uma 2ª Fase sobre direção de Abdias Neves. Em 1909 teve como redator Valdivino Tito. Cf. PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 3 ed. Teresina: Editora Zodíaco, 1997.p.230. *Passim*.

<sup>186</sup> CHAVES, Mons. *Obras completas*. Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves, 1998.p.608.

<sup>187</sup> BOMENY, Helena M. *Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003, 29f.

para o partido, provavelmente ocorreu por influência do seu sogro, o comerciante e político local, Manuel Raimundo da Paz<sup>188</sup>, vice-presidente do partido no Piauí, ocupante de cargos importantes na estrutura administrativa e política do estado, como o de conselheiro municipal da capital, presidente da Assembleia Legislativa, vice-governador e governador do estado, com a morte do titular Anísio de Abreu.

Foi nesse ambiente político que Abdias Neves concorreu, em 1915, a uma vaga ao senado federal pelo PRC. A princípio suas pretensões eram de concorrer a uma vaga de deputado federal, mas suas articulações dentro do partido terminaram lhe indicando para disputa no senado federal, resultando em vitória<sup>189</sup>. Fecha-se o ciclo defendido por Bolívar Lamounier<sup>190</sup> para caracterização do intelectual que é a participação na estrutura política, com capacidade de exercer influências sobre decisões importantes na vida social do povo piauiense.

Na verdade, acreditamos que essa influência passou a existir desde que se ligou, por matrimônio, a uma das famílias importantes da capital, ao casar com uma das filhas de Manuel Raimundo da Paz. Sua eleição contou com o apoio de Miguel Rosa, governador na época, e amigo pessoal desde os tempos de faculdade. Abdias Neves e Miguel Rosa chegaram a dividir a responsabilidade da redação de alguns jornais e revista em Teresina (PI), a exemplo do jornal *Monitor*, que dividiram a redação também com Valdivino Tito<sup>191</sup> e Matias Olímpio. Sobre o momento da eleição de Abdias Neves, temos o relato de Artur Passos<sup>192</sup>.

---

<sup>188</sup> Manuel Raimundo da Paz. n. Humildes, atual município de Alto Longá (PI), 1838 – f. Teresina (PI), 1923. Dedicou-se à atividade comercial e à política. Na política foi conselheiro municipal de Teresina e deputado estadual por várias legislaturas. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549-2003*. Teresina: [s.n.], 2003, p.309. *Passim*.

<sup>189</sup> Eleito para vaga ocupada por Gervásio de Brito Passos. Que era natural de Piracuruca (PI), homem do interior, tipo coronel, era do Partido Conservador e o comandou em sua cidade natal. Foi juiz de paz (1864); em 1869, foi promovido a tenente-coronel, carta patente referendada pelo grande político e literato José de Alencar. Ajudou no recrutamento da Guerra do Paraguai. Quando da proclamação República, aderiu logo ao novo regime e foi deputado estadual. Em 1909, seu nome foi viabilizado para o Senado, ficando na senatoria 7 anos, depois deste cargo eletivo, deixou a vida pública e ficou apenas cuidando dos seus negócios e aconselhamento político, vindo a falecer em 1923. CHAVES, Mons. *Obras completas*. Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves, 1998. p.545-547. *Passim*.

<sup>190</sup> LAMOUNIER, Bolívar. *Tribunos, profetas e sacerdotes – intelectuais e ideologias do século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

<sup>191</sup> Valdivino Tito de Oliveira. n. Campo Maior (PI), 1873 – f. Teresina (PI), 1925. Jurista, conferencista, jornalista e poeta. Formado em direito na Faculdade de Direito de Recife. Jornalista de intensa atividade em vários periódicos do estado. Colaborou com diversas revistas, como *Litericultura*, jornal *Monitor*, *Diário do Piauí* e *Gazeta*. Foi Procurador da República (PI). Entre suas obras temos poesias *Saudação ao Mês de Maio* e outras obras como *Ação Rescisória*, *Jurisprudência Causídica*, *Prescrição da Ação Penal*, *Nomeação de Desembargadores* e *Escritos Particulares*. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549-2003*. Teresina: [s.n.], 2003, p.298. *Passim*.

<sup>192</sup> Artur de Araújo Passos. n. Jerumenha (PI), 1882 - f. Teresina (PI), 1977). Exerceu diversas atividades no Piauí, foi jornalista, político, cronista, folclorista. Ocupou cargos públicos na esfera estadual e municipal. Foi

A eleição de 30 de janeiro de 1915 foi disputada. Três foram os candidatos à renovação do terço do senado: Abdias Neves, pelo Partido Republicano Conservador; o comandante Armando Burlamaqui, pela cisão aberta no situacionismo pela família Correia de Parnaíba, e isso já às portas do pleito; e o general Gregório Taumaturgo de Azevedo, pelo Partido Republicano Liberal, apoiado na União Católica, então muito em voga<sup>193</sup>.

Abdias Neves entrou na disputa com a estrutura política do estado a seu favor. Sua candidatura contou com o apoio de 18 dos 22 deputados que integravam a Assembleia Legislativa, do seu amigo e governador Miguel Rosa e de todo o prestígio do sogro que tinha forte influência política em várias regiões do estado, especialmente no sul. O resultado da eleição garantiu vitória expressiva diante dos seus adversários que tiveram votação insignificante, mediante os 15.851 votos por ele obtidos. Tal resultado foi contestado por seus adversários, porém sem sucesso, vez que Abdias Neves conseguiu realizar defesa brilhante diante da Comissão de Verificação do Senado, ocasião em que debateu de forma elegante e competente todos os argumentos apresentados por Armando Burlamaqui à sua candidatura e eleição<sup>194</sup>.

No senado foi eleito sucessivamente para 4<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> secretarias, até ocupar a vaga de primeiro secretário, um feito importante, em um ambiente em que os representantes dos estados menores não tinham muitas oportunidades de ocupar cargos relevantes dentro da estrutura burocrática do senado federal. Abdias Neves fez vários pronunciamentos não só em defesa do estado, mas se pronunciou sobre vários elementos pertinentes ao cargo.

No ambiente daquela câmara buscou ser um articulador das transformações estruturais do Piauí, pois nos seus pronunciamentos apontava situações concretas a serem analisadas e corrigidas pelo governo republicano. Suas proposições eram sempre voltadas para obras que integravam o Piauí, não só internamente, mas com a nação; um exemplo é sua luta por estradas de rodagens, estradas de ferro e por ações que viabilizassem a economia interna, como a instalação de colônias agrícolas modelos que pudessem ser disseminadas no estado, projetos para exploração de fibras vegetais e melhorias nos custos financeiros na aquisição de adubos químicos.

Sempre procurou tratar as situações políticas com serenidade e trazer as responsabilidades para os representantes da República, no caso dos senadores. Isto se

---

diretor da Imprensa Oficial do estado, na interventoria na Era Vargas no Piauí. Colaborou com vários jornais e revistas. Escreveu inúmeras obras entre elas temos: *História, Economia e Lendas* (1948), *Folclore Piauiense* (1945), *Esboço de um Perfil* (1959), *Nas Ribas do Gurguéia* (1913), *Abdias Neves – Homens e Eventos da Sua Época* (1966) e outras. Ver. GONÇALVES, Wilson Carvalho. Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549-2003. Teresina: [s.n.], 2003. p.307. *Passim*.

<sup>193</sup> PASSOS, Artur. *Abdias Neves – homens e eventos da sua época*. Teresina: [s.d.], 1966.p.31.

<sup>194</sup> Ibidem.



comprova neste discurso registrado nos *Anais do Senado de 1915*, sobre a seca que assolava todo o Nordeste e castigava drasticamente o Piauí. Em sua exposição em relação ao telegrama recebido do Piauí, assim se pronunciou na tribuna daquela casa legislativa.

Sr. Presidente, trago ao conhecimento do paiz a notícia do que é a situação actual de minha terra nos dias de provações em que se debate. Pintam-na, clara e insofismavelmente, estes telegrammas (mostrando) que desejo sejam transcriptos nos annaes da Casa, na esperança de que despertem um refluxo de generosidade sympathia nos homens a quem, neste momento, cabe mais diretamente a responsabilidade dos destinos da Republica<sup>195</sup>.

Nesse pronunciamento, além de comentar a questão da seca e da falta de obras emergenciais para atacar o problema de frente, como a construção de barragens e de estradas para interligar o estado, ainda narrou as dificuldades de comunicação em que o Piauí se encontrava, pela falta de melhoria na estrutura dos Correios. Faz uma descrição de sua estrutura no estado: “pois bem, foi este aparelho postal que a República encontrou e não melhorou”<sup>196</sup>. As palavras do senador piauiense eram duras, mas necessárias e realistas para as promessas republicanas. No mesmo discurso acrescenta que:

No sul, cresce, desenvolve-se a viação ferrea, emquanto no norte nos Estados, como Piauhy, onde não existe um palmo de estrada de ferro construída e, o eu é mais, sem que nos, piauhyenses, posamos alimentar a esperança de possibilidade de ser satisfeita essa aspiração. Só em uma circunstância, Sr. Presidente, prepondera o norte – como celeiro de homens, quando se trata de pagar o imposto de sangue. [...]. Moço democrata de convicções republicanas de fé ardente, sem preconceitos regionalistas, mas, visando somente os altos interesses nacionaes, vejo, com olhar de profunda tristeza, esse crepusculo que ensombra ideaes que foram a estrellas guiadoras dos propagandistas da Republica. Vejo-o e digo-o em um impulso de justa e sincera e legitima franqueza, com a esperança de que a minha palavra repercute fora deste recinto, como um brado de protesto, como vibração do meu patriotismo como expressão dos sentimentos, das idéas, dos votos e das aspirações dos que me elegeram<sup>197</sup>.

Nesse trecho reclama da necessidade da ferrovia para o Piauí, um dos símbolos da República, pois a estrada de ferro não significava somente o progresso do estado, mas a integração da nação. Algumas regiões do sul do país já haviam se integrado com diversos pontos do território nacional e estavam vivenciando o seu desenvolvimento; outras permaneciam em situação de atraso e de esquecimento, apenas lembradas nos momentos de conflitos que envolviam a nação, especialmente quando esta precisava de soldados e

<sup>195</sup> *Anais do Senado de 1915*, livro 4. p.198.

<sup>196</sup> *Ibidem*. p.202.

<sup>197</sup> *Ibidem*. p.207.

colaboradores. Nessas ocasiões, os estados do Norte, como o Piauí, forneciam homens que davam o sangue para defender a nação. Isto foi representado na obra, *A Guerra de Fidié*<sup>198</sup>.

Abdias Neves no seu entendimento, compreendia que o pacto político entre os estados e o governo federal, fruto da negociação política entre a constituição e o federalismo, pudesse favorecer o desenvolvimento do Piauí. Porém, o intelectual e agora político percebeu, na prática, a dificuldade das articulações e a inevitável submissão ao jogo político da Primeira República, referenciada pela concentração das decisões no eixo político de São Paulo – Minas Gerais. Aqui percebe-se que o fazer intelectual, através de sua escrita literária e no discurso científico, não possui sintonia com a função política nesse universo dominado pelas forças oligárquicas. Isto causou uma decepção a Abdias Neves no universo da política brasileira e piauiense, como podemos verificar.

O mal sem cura de Abdias Neves foi exatamente a política, que todos detestam, na aparência, mas estranhamente por ela sacrificam bem-estar, futuro próprio e da família, seduzidos pela doçura de seus cantos, tão maléficos quanto os das lendárias sereias de Capri. Acinzentado e inteiramente esquecido das esferas governamentais, doente e decepcionado, saiu do senado da República para recomeçar a vida num obscuro juizado distrital do interior. [...]. A política era então o que é hoje: apenas um entrelaçamento de interesses individuais<sup>199</sup>.

O trecho do livro acima intitulado *Abdias Neves – Homens e eventos da sua época* (1966), de Artur Passos, deixa claro a decepção do letrado com o mundo político do período. Este universo não foi uma ficção, mas uma realidade que o mesmo não gostou de trilhar - as articulações, o jogo, as trocas de favores e os demais mecanismos existentes na política oligárquica da Primeira República. Abdias Neves tinha, em parte, sido poupado pela influência do sogro que exercia esse tipo de prática a favor da família na política piauiense. Uma vez no senado precisou lidar direta e permanente com essas nuances da política nacional, colocando-o diante de algumas dificuldades com as quais não conseguiu ter muita desenvoltura. Por essa razão, mostrou-se muito decepcionado com a política local, encerrando a vida pública como começou: no exercício da magistratura de uma cidade do interior do estado do Piauí. Sousa<sup>200</sup>, afirma que Abdias Neves foi considerado um elemento do “novo

<sup>198</sup> NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. 4 ed. Teresina: FUNDAPI, 2006. Coleção Independência. A primeira edição é de 1908. É uma narrativa sobre a participação do Piauí, no processo de independência do Brasil, desde a sua adesão na vila de Parnaíba (PI), em 24/01/1823, percorrendo a Batalha do Jenipapo em 13/03/1823 e os seus desdobramentos.

<sup>199</sup> PASSOS. *Op. cit.*, p. 41.

<sup>200</sup> SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *História e identidade: as narrativas da piauiensidade*. Teresina: EDUFPI, 2010.

republicano”. Escreveu a história olhando para Estado sem mágoas, diferentemente dos velhos republicanos Clodoaldo Freitas e Higino Cunha:

Os ‘novos’ intelectuais republicanos piauienses nasceram entre a segunda metade da década de 1870 e a segunda da década de 1880, e despontariam na vida profissional e política no início do século XX. Nos quadros deste ensaio, Clodoaldo Freitas e Higino Cunha são Velhos republicanos, quando Abdias Neves, Antonino Freire, Miguel Rosa e Matias Olímpio são as figuras mais representativas do novo republicanismo no Piauí, distinção inspirada em Higino Cunha quando chamou os três primeiros de “jovens turcos”, para caracterizar, de forma jocosa, o seu discurso reformista e suas ambições políticas. O termo é uma alusão ao movimento político que derrubou a monarquia otomana e levou à criação da República turca<sup>201</sup>.

Dentro desta concepção de novos republicanos se destaca Abdias Neves, pois utilizou suas obras para integrar o Piauí ao cenário e eventos nacionais, buscando implantar uma nova mentalidade cultural no Piauí, estado que considerava vigoroso nos conflitos e fértil nas riquezas naturais e minerais, pois segundo ele, nos momentos mais importantes da história brasileira teve altivez para participar ativamente dos movimentos decisivos para o Brasil.

### 1.3.3 Higino Cunha: o intelectual que percorreu os vários territórios da República

Iniciamos essa parte do texto, informando que passaremos a tratar agora de um sujeito que mesmo não sendo um piauiense de nascimento, adotou essa terra como território no qual decidiu construir seu nome e sua história. Higino Cícero da Cunha nasceu no Maranhão, estado vizinho ao Piauí, vivendo no trânsito entre os dois estados grande parte do tempo de sua vida. Estudou as primeiras letras na casa paterna, como era comum no período. Ainda na adolescência foi trabalhar em loja comercial do meio irmão, na Vila de Flores<sup>202</sup> (MA), e depois foi para Teresina (PI), para ajudar na loja de outro meio irmão.

Em Teresina ainda trabalhou em duas lojas comerciais, bastante conceituadas na capital, uma delas pertencente ao coronel João da Cruz Santos. Ainda que tenha iniciado suas atividades na área comercial, desde cedo mostrou interesse pelos estudos. Essa sua aptidão foi percebida por sua família, que resolveu encaminhá-lo para estudar no Liceu Maranhense, em São Luís (MA), para se preparar para o exame na Faculdade de Direito do Recife, no qual

<sup>201</sup> Ibidem. p.127.

<sup>202</sup> Hoje cidade de Timon (MA), que faz divisa com Teresina, capital do Piauí. Ambas cidades são separadas apenas pelo Rio Parnaíba, e integradas desde a década de 1940 pontes que permitem um fluxo constante entre as duas populações.

obteve êxito e ingressou em 1881, bacharelando-se em 1885. O que se observa no diário de seu irmão Lorenzo Antonio da Cunha: “[...] verificando ali ter ele uma aptidão pôr as letras e sendo meu afilhado, resolvemos, eu meu pae, formar em Direito, o que conseguimos facilmente dada a sua vocação para os estudos”<sup>203</sup>.

Higino Cícero da Cunha esteve constantemente próximo ao poder, como afirma Teresinha Queiroz<sup>204</sup>. Um sujeito que percorreu vários cenários da história política do país, pois integrou a experiência da Monarquia nos seus últimos dias, a proclamação da República, a Primeira República e o primeiro governo Vargas<sup>205</sup>, presenciando vários momentos importantes da história política do país. Sua presença não apenas física, contemporânea, mas ativa e participativa nos acontecimentos que marcaram a realidade brasileira e piauiense no período, faz o nome de Higino Cunha ser lembrado na historiografia piauiense, sempre que se trata da primeira metade do século XX no estado.

Conforme Monsenhor Chaves<sup>206</sup>, na Faculdade de Direito do Recife, integrou-se rapidamente às atividades culturais próprias do mundo acadêmico de então. Ainda como bacharelado de Direito dedicou-se à vida literária e participou de debates acadêmicos a respeito da estrutura e funcionamento da instituição a qual estava vinculado, a exemplo de quando tomou partido de Tobias Barreto que disputava a cátedra jurídico-filosófica com Farias Brito. Atuou na imprensa local de Recife, colaborando com jornais abolicionistas e republicanos, a exemplo da *Folha do Norte*, de Martins Júnior e Faelante da Câmara. Esses primeiros momentos de formação profissional foram importantes para ir definindo o perfil político e ideológico do intelectual que se tornou ao longo de sua vida.

Portanto, a integração de Higino Cunha com as questões políticas e culturais já se iniciou no ambiente acadêmico de Recife e com temas bastante polêmicos e controversos para o período: as questões abolicionistas e as ideias republicanas. Ao concluir os seus estudos superiores retornou ao Maranhão, porém teve dificuldades de se alocar em atividades na área de sua formação, pois se deparou com uma realidade bastante desfavorável politicamente, em razão de sua família ser ligada ao Partido Liberal e, no momento, ser oposição ao Partido Conservador no poder naquele estado.

Deslocou-se, então, para Teresina (PI), encontrando apoio na cidade em seu antigo padrão, o coronel João da Cruz e Santos, que pelos relacionamentos e considerando as

---

<sup>203</sup> MANUSCRITO DA FAMÍLIA. Redigido por Lorenzo Antonio da Cunha, 1928. fls.12.

<sup>204</sup> QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. Teresina: EDUFPI, 1998.

<sup>205</sup> CHAVES, Mons. *Obras completas*. Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves, 1998. Higino Cunha, faleceu em Teresina em 16 de novembro de 1943. p. 599.

<sup>206</sup> Ibidem.

habilidades jornalísticas desenvolvidas pelo jovem em Recife, conseguiu lhe uma vaga na redação do jornal *A Imprensa*, ligado ao Partido Liberal no Piauí. A partir desde momento, Higino Cunha integrou vários periódicos piauienses, redigindo-os e contribuindo com os mesmos. A historiografia local informa alguns desses jornais e revistas que tiveram sua colaboração: como redator do *Reactor* (1884-1902), *A Atualidade* (1889), *A Democracia* (1890), *Gazeta do Comércio* (1891), *O Estado* (1892), *Revista Piauihyense* (1896), *Republica* (1896), *A Notícia* (1899), *O Norte* (1899), *A Luz* (1901); revistas: *Revista da Academia Piauiense de Letras*, *Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Piauí*, *Almanaque da Parnaíba*. Como colunista - *O Semanário* (1877), *O Abolicionista* (1884), *Revista Mensal da Sociedade União Piauiense* (1893), *O Estafeta* (1898), *O Momento* (1933), etc. Revistas com sua colaboração *O Meio* (1935), *Revista Acadêmica* (1935, da Faculdade de Direito do Piauí), *Almanack Piauihyense* (1937), *Voz do Estudante* (1940), entre muitas outras.

Higino Cunha teve uma ampla participação na formação da imprensa republicana no Piauí. Por ser um político liberal, enfrentou dificuldades com a família de sua esposa - filha primogênita de Manoel Raimundo da Paz, um dos líderes do Partido Republicano Conservador no estado. Na esfera pública ocupou as seguintes funções: promotor em Picos (MA), juiz em Picos (PI), Amarante, Teresina, União, Pedro II, no Piauí; foi chefe de polícia, Procurador dos Feitos da Fazenda, além de ter exercido atividade de magistério no Liceu Piauiense, na Escola Normal do Piauí e na Faculdade de Direito do Piauí, da qual foi um dos fundadores. Foi membro fundador da Academia Piauiense de Letras (APL), do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI) e presidente da Associação Piauiense de Jornalistas. Portanto, a vida de Higino Cunha foi marcada por experiências bastante diversificadas, o que lhe permitiu construir uma visão ampla sobre os diferentes aspectos da realidade nacional e local. Pelo título de suas publicações é possível perceber a formação ampla que desenvolvera:

Selecionou 40 sonetos que publicou no jornal “A República”, por volta de 1897, e antes o poema em versos alexandrinos “A Vingança do Ancião”, o primeiro que saiu nessa métrica no Piauí. Publicou: “Pro-Veritate” (polêmica literária – 1883), “O Idealismo Filosófico e o Ideal Artístico” (1913), “Discursos Acadêmicos” (1920/1), “O Teatro em Teresina” (1923), “O Ensino Normal no Piauí” (discurso – 1923), “História das Religiões no Piauí” (1924), “Os Revolucionários do Sul do Brasil” (1926), “O Assassínio do Juiz Federal” (1928), “A Revolução de 1930 no Piauí” (1932), “A Defesa do Professor Leopoldo Cunha” (1934), “A Igreja Católica e a Nova Constituição da República” (1934), “Anísio de Abreu - sua obra, sua vida e sua morte” (1920) e “Memórias – Traços autobiográficos” (1940)<sup>207</sup>.

<sup>207</sup> BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.p.157.

Essas obras são frutos da convivência nos vários espaços culturais por onde passou. Seu saber lhe proporcionou uma escrita eclética que saía do campo literário e percorria facilmente o da política. Pelos traços já apontados, não temos dúvidas em afirmar que Higino Cunha era um intelectual no sentido que define Bolívar Lamounier<sup>208</sup>. Na Primeira República podemos observar que a condição de intelectual não era suficiente para conquistar uma situação profissional sólida, mesmo assim, era um elemento importante na abertura das portas que levariam a ocupação dos cargos na burocracia do país.

Além das ideias que inicialmente marcaram a propaganda republicana no país, outras também tiveram seu apoio, como as ligadas a pauta liberal que não foram contempladas inicialmente pelo movimento, por serem consideradas por alguns dos líderes como de natureza social, a exemplo da causa abolicionista. Sobre Higino Cunha assim se pronunciou Artur Passos<sup>209</sup>.

Liberal de convicção e de prática, cedo acordou o abolicionista e o republicano, fazendo época desde os bancos acadêmicos, sua palavra autorizada. Nenhum dos grandes acontecimentos históricos, que vivemos nos últimos setenta anos, encontrou despercebido o jurista, o professor, o filósofo, o escritor, o filólogo, que era Higino Cunha: ele foi sempre um vanguardeiro de primeira grandeza em tudo isso. A velhice, que costumava empanar o espírito, não lhe diminui o brilho da pena acerada, a pujança do talento, a vibração das ideias<sup>210</sup>.

Como Artur Passos<sup>211</sup> destacou no fragmento de texto acima, Higino Cunha se rendeu aos ideais abolicionistas e republicanos, pois sua veia liberal lhe conduziu para este caminho da política no período. Sua formação acadêmica aproximou-o destas temáticas, por ter convivido com Tobias Barreto, Arthur Orlando, Martins Júnior e Clóvis Bevilacqua na Escola do Recife. Na sua escrita os ideais de liberdade e progresso estão sempre presentes e são integrados aos problemas políticos, sociais e culturais que norteavam o Piauí republicano.

Na República, mesmo ocupando vários cargos públicos e com grande capacidade de circular no meio burocrático e cultural, sofreu na pele as oscilações políticas da troca de poder com o fim da Primeira República, situação que lhe custou uma alternância na posição ocupada na estrutura administrativa. Em determinadas situações teve que sair do Piauí e residir nos estados do Maranhão e do Amazonas (Manaus) buscando sobreviver frente aos efeitos negativos das oscilações políticas. Higino Cunha, como os demais intelectuais já citados nesse

---

<sup>208</sup> LAMOUNIER, Bolívar. *Tribunos, profetas e sacerdotes – intelectuais e ideologias do século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

<sup>209</sup> Escreveu *Esboço de um perfil (1858-1958)*. Teresina: Tipografia Ribeiro, 1959. Que traça um perfil de Higino Cunha deste a sua vida até a sua morte.

<sup>210</sup> *Ibidem*. p. 78.

<sup>211</sup> *Ibidem*.

capítulo, não tinha suas origens nas famílias tradicionais da sociedade piauiense, todavia, foi neste cenário que construiu sua trajetória profissional, tanto no campo do direito, quanto no da literatura.

No seu livro *Memórias: traços autobiográficos*<sup>212</sup>, tópico 9, com título “A minha vida pública no regime republicano”, relatou que exerceu cargos de juiz por indicação do governador Gregório Taumaturgo de Azevedo, bem como no governo de Coriolano de Carvalho e Silva. Porém, as articulações políticas e partidárias da Primeira República não lhe pouparam, como aos demais intelectuais, grandes dissabores, necessitando em alguns momentos sobreviver exclusivamente de suas atividades no campo do magistério.

Militou na política ao lado de alguns governadores durante a Primeira República, entre eles Antonino Freire (1910 -1912), Eurípides de Aguiar (1916 – 1920), Matias Olímpio (1924 -1928) e outros. Todavia, o ambiente republicano era muito diferente do almejado pelos republicanos históricos, pois sempre foi permeado por atritos e uso da força política, tanto na capital federal como nos estados. O jogo de poder ditava as regras para a ocupação dos cargos, das posições políticas e das vagas nos jornais de maior expressão. Ao intelectual não restava outra saída de sobrevivência que não a de aliar-se a esse grupo político, pois o país não possuía uma estrutura econômica de mercado que criasse alternativa para atuação desse grupo em atividades que estivessem fora da administração e da política pública.

Ao longo das primeiras décadas da República, Higino Cunha que na juventude tinha demonstrado um profundo encantamento pelo regime político, foi intensificando o sentimento de decepção com a experiência brasileira, afirmando que o pacto federativo teria contribuído para o fortalecimento das oligarquias regionais. No seu desencantamento com a situação nacional e local, afirmava que a República não tinha oportunizado ao povo participar da *res pública*, continuando ausente legal e de fato dessa esfera. É o que se percebe nos fragmentos de suas memórias, onde narra sua participação e apoio a um grupo político local:

Tomei parte ativa na campanha contra o governo do Dr. Miguel de Paiva Rosa (1915-1916), dirigida, no Rio, pelo marechal Firmino Pires Ferreira e o deputado Félix Pacheco e, no Piauí, pelos doutores Antonino Freire e Eurípides de Aguiar. Redigi os jornais Correio de Teresina de Joaquim Gomes Ferreira e Habeas-Corpus dos chefes oposicionistas, ao lado dos doutores Antonino Freire, Raimundo da Paz, Edison Cunha, Mário Batista e outros, sofrendo perseguições e descomposturas em barda. Foi uma época de grande calamidade para o povo piauiense: além da penúria

---

<sup>212</sup> CUNHA, Higino. *Memórias: traços autobiográficos*. 2. ed. Teresina: Senado Federal/ APL, 2011. A primeira edição foi publicada em 1936, todavia algumas partes já tinham sido impressas em periódicos da capital. Reuniu todas e mais algumas partes inéditas e publicou em livro, em um momento, como ele mesmo escreveu no Aviso Preliminar da obra “Tendo atingido a extrema velhice e aproximando-se a hora fatal da morte, resolvi deixar por escrito alguns traços de minha longa vida. [...]” p.25.

do erário público, que não chegava para pagar ao funcionalismo em atraso de dois a três anos, [...]. Fui demitido violentamente e passei sem receber um vintém dos meus vencimentos durante mais de um ano. Nesse transe angustioso, nunca deixei de ter amigos dedicados, que não me deixaram ao desamparo e com quem ajustei contas em tempo oportuno. Fui partidário dos aliados contra os estados centrais da Europa na grande conflagração universal, que previ com antecedência de alguns anos. No governo do Dr. Eurípedes de Aguiar (1916), voltei ao meu cargo de procurador dos feitos da fazenda estadual, de que tinha sido esbulhado no auge da luta anterior<sup>213</sup>.

Como já afirmado acima, o regime republicano não foi o esperado para esse intelectual, pois sentiu de perto os mecanismos da ação política imposta aos adversários. Como expõe, foi “demitido” das funções públicas que ocupava, pois, essa era uma das maneiras cruéis de punir um intelectual opositor comum no período. Sua sobrevivência no regime se tornou difícil, tendo que contar com a ajuda de amigos solidários à sua situação. Para Higino Cunha<sup>214</sup> a ordem jurídico-política estava representada na Constituição Federal, a qual era o principal fundamento dos governos federal, estadual e municipal. Defendia que o verdadeiro estadista deveria estar sempre aberto às forças inovadoras do progresso e às reclamações populares. Porém, o que aconteceu na Primeira República com os governantes foi o contrário, conforme observamos em sua escrita a seguir:

O suffragio popular directo, como fonte de dois poderes políticos, decretado desde o Governo provisório, tem sido completamente falseado, si não confiscado na pratica, em prol de camarilhas artificiaes detentoras das situações e arvoradas em elites privilegiadas por direito de conquista. Dahi as oligarchias estaduais, sustentadas e sustentáculos da ditadura central, as fraudes e as violências nos pleitos eleitoraes e as depurações vergonhosas sob a pressão do poder executivo e o avacalhamento dos congressos legislativos estaduais e federaes<sup>215</sup>.

O executivo brasileiro, como no restante da América do Sul, transformou-se no grande poder, funcionando os demais, em muitos casos, como meros figurantes dentro do ambiente político do Estado. Higino Cunha argumentava que o Estado teria que construir uma nova visão, pois tinha que reconhecer que o caminho trilhado iria levá-lo a revolução. Essa ideia é bem clara no seu livro *Os revolucionários do sul – através dos sertões nordestinos do Brasil* (1926), onde expõe que:

<sup>213</sup> Ibidem.p.69.

<sup>214</sup> CUNHA, Higino. *Os revolucionários do sul – através dos sertões nordestinos do Brasil*. Teresina: Oficinas D’O Piauí”, 1926. Um livro que vai narrar a passagem da Coluna Prestes pelo território do Maranhão e do Piauí, entre dezembro de 1925 e janeiro 1926, utilizando como fontes memórias, folhetos, jornais e impressos do período. O livro é uma defesa do governo de Matias Olímpio, descrevendo suas ações administrativas e militares para defender o Piauí da “coluna revolucionária”. Portanto uma obra produzida no calor da passagem do movimento pelo Piauí.

<sup>215</sup> Ibidem.p.157.



A refórma a tempo e convenientemente. A revolução é o direito natural do ser que não se pôde salvar de outro modo, na nação vigorosa, que perdeu de todo a esperança de uma reforma indispensável. E' quase sempre a violação do direito formal; está longe de ser necessariamente um crime. Algumas vezes, pelo contrário, é por ella que o direito supremo de existir e de se desenvolver se afirma energicamente, quebrando os entraves artificiaes do direito histórico [...]. A refórma oportuna é, pois, o meio de evitar as revoluções, como tem sucedido por toda a parte [...]<sup>216</sup>.

O pensamento do literato sobre os governantes da época é claro: a eleições teriam se tornado apenas um referendo da oligarquia para se perpetuar no poder e saciar seus interesses. Os governantes teriam que fazer as reformas necessárias para evitar a revolução, para Higino Cunha um caminho natural, onde as vozes do povo fossem ouvidas por aqueles que detinham o poder. Logo, a revolução seria para ele um caminho natural diante da desvirtuação do regime republicano implantado no Brasil.

As palavras de Higino Cunha parecem estar sendo providenciais, pois ele prenuncia a revolução de 1930, ocorrida quatro anos depois de sua escrita sobre o assunto. Essa sua percepção foi, provavelmente, influenciada pelos grandes acontecimentos da década de 20. O mesmo tornou-se um contemporâneo do processo revolucionário que inaugurou a Era Vargas no Brasil.

Os três intelectuais, Clodoaldo Freitas, Abdias Neves e Higino Cunha não foram apenas contemporâneos na implantação do regime republicano, mas partícipes deste primeiro momento de sua implantação no Piauí, sofrendo, em comum as desventuras do regime, como a migração para outros estados para sobreviver. Segundo Teresinha Queiroz<sup>217</sup>, era uma prática muito comum no processo de exclusão do sistema republicano. Todavia, por meio de sua escrita percebemos que não só o descontentamento com a forma do regime implantado, mas com as pessoas que estavam por trás dos sistemas, gerindo e nutrindo estas estruturas arcaicas que em nada promoviam o progresso do estado e muito menos a inserção do povo nas decisões da República. Logo, refletindo sobre a tríade literária republicana no Piauí, podemos compreender que.

Higino intelectual acabou se tornando um exemplo de objetividade em meio à plêiade de pensadores apaixonados daquele tempo. Ao contrário de Clodoaldo Freitas e seus textos mais apaixonados ou do parcialismo dialogado de Abdias Neves, Higino Cunha aparecia marcado pela prudência e objetividade em textos em geral enxutos e pouco afeitos a metáforas em demasia<sup>218</sup>.

<sup>216</sup> Ibidem.p.160 -161.

<sup>217</sup> QUEIROZ, op., cit.

<sup>218</sup> SANTIAGO JÚNIOR. Francisco das Chagas. *Vida política e intelectual de Higino Cunha*. p. 116-117. In.: SANTOS NETO, Antonio Fonseca dos. (Coord.). *Teresina 150 anos 1852 – 2002*. Teresina: Gráfica Júnior/Jornal *O Dia*, 2002.p. 116.

Portanto, a adesão do Piauí ao processo revolucionário de 1930, não foi apenas uma decisão política, mas uma inclinação de uma parcela dos intelectuais piauienses que estavam descontentes com a situação do Piauí na Primeira República. Na ótica do processo revolucionário existia a possibilidade de o Piauí encontrar o seu lugar no espaço federativo, que pudesse contemplar melhor o estado dentro do espaço político e contribuir com a ampliação dos campos para os intelectuais. Espaços que pudessem reconhecer o seu valor intelectual na construção de um estado, mais unido, ao mesmo tempo, plural para o setor intelectualizado.

Esses caminhos trilhados pela tríade intelectual piauiense estão em consonância com a reflexão de Sergio Miceli que argumenta que a relação do intelectual com o poder na Primeira República, “[...] vão depender quase que inteiramente das instituições e dos grupos que exercem o trabalho de dominação”<sup>219</sup>, no qual o intelectual se tornava um instrumento importante na construção de um discurso de manutenção ou alteração de poder, em a favor ou contra um grupo. A vida do intelectual era dominada pela imprensa, abrigo natural dessa classe. No Piauí, não foi diferente este campo da imprensa e de posições na estrutura administrativa do estado, foram os territórios que continuaram a percorrer a partir da Revolução de 1930, porém com novos diálogos em relação a visão de República que foi implantada no primeiro momento republicano no Brasil.

---

<sup>219</sup> MICELI, Sergio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977. Coleção ELOS. p.15.

## 2 REVOLUCIONAR PARA PARTICIPAR: A REVOLUÇÃO DE 1930 NO PIAUÍ

A vida pública, vivida sem espírito de sacrifício, é tarefa mal desempenhada, e não há de satisfazer aos homens rectos, para os quaes o sentido da renuncia constitue muitas vezes o melhor meio de agir e cooperar (sic)

*Félix Pacheco*

Este capítulo tem como finalidade analisar como ocorreu a eclosão da Revolução de 1930<sup>220</sup> no estado do Piauí e como se comportou politicamente o estado após o processo revolucionário, assim como a implantação do sistema de interventoria e sua coexistência com as oligarquias locais. Nesse contexto, a disposição texto foi organizada em seções que contemplam os atritos políticos e intelectuais do período inicial dos anos 30, ainda muito firmes as teias de ligações com a Primeira República, tanto os vícios do estado como os pessoais.

As ações intelectuais estão pulverizadas em todo este momento, seja pelos discursos de consolidação do regime, ou por outras ações de combate a ideias contrarias a este ou às defesas particulares. Neste capítulo é demonstrado a inserção de intelectuais na estrutura administrativa do estado, tal como em suas ações individuais em cenários como o da imprensa.

### 2.1 Eleição e revolução no Piauí: atritos políticos e debates intelectuais

No Piauí, havia uma oposição organizada desde as eleições de 1928, nesse pleito o grupo integrado por Matias Olímpio não teve condições políticas de organizar uma chapa

---

<sup>220</sup> A Revolução de 1930 abalou as linhas gerais de interpretação do país, gerando um redescobrimto do Brasil, no sentido cultural e intelectual. Três obras cimentaram as bases dessa redescoberta: *Evolução do Brasil Contemporâneo* (1933), de Caio Prado Júnior; *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freire e *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda. MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, 1977. Coleção Ensaios 30. p.27-33.

pura<sup>221</sup> para concorrer ao cargo majoritário do estado. Conseguiu apenas colocar o seu cunhado na chapa como vice<sup>222</sup>, o capitão - tenente Humberto de Arêa Leão, em um acordo político com a família Pires Ferreira. Porém, politicamente, o vice não tomava as decisões de governo, ficando o poder real em torno do governador João de Deus Pires Leal, e de seus correligionários. O governador era sobrinho, e uma indicação política do Marechal Pires Ferreira, senador da República e líder político do Partido Republicano Piauiense (PRP). Portanto, mesmo fazendo parte do governo, o grupo liderado por Matias Olímpio era visto como oposição. Esses acordos políticos entre grupos oligárquicos para chegar ao poder, eram comuns na Primeira República.

Nos debates sobre a sucessão presidencial que ocorreria em março de 1930, houve a desarticulação do principal grupo oligárquico, pois o presidente Washington Luís, paulista, indicara outro conterrâneo, Júlio Prestes para sua sucessão, e Vital Soares para vice. Isso promoveu um novo rearranjo político, conduzindo à formação da Aliança Liberal, grupo de oposição a esta candidatura, que reunia alguns grupos de oposição de outros estados, principalmente Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Lançaram uma chapa que apresentava como candidato à presidência da república Getúlio Vargas e João Pessoa como vice.

A campanha presidencial angariou apoio do mesmo grupo de oposição ao governo do estado no Piauí. Esse grupo manteve-se coeso em torno dos seguintes nomes: Matias Olímpio, Humberto de Arêa Leão, Hugo Napoleão, Des. Vaz da Costa, José Pires Rabelo e outros. Partiu desse grupo a oposição no estado ao candidato do governo na sucessão presidencial. Estava então, formado, o grupo que apoiou a Aliança Liberal no Piauí, e participou do processo revolucionário de 1930. A campanha presidencial iniciou no segundo semestre de 1929, ganhando corpo no início de 1930, principalmente quando políticos partidários da campanha começaram a percorrer o Brasil. Sobre a Aliança Liberal no Piauí e o grupo político de adesão à campanha, temos a seguinte análise:

A Aliança Liberal no Piauí é constituída de indivíduos que até a eleição de João de Deus Pires Leal faziam parte do esquema político no poder, portanto, o pouco tempo decorrido não permitiria uma reciclagem ideológica. A mudança para Aliança demonstra, entre outras coisas, o oportunismo latente na “classe” política nacional e local. Conta com o ex-governador do Estado, Matias Olímpio de Melo, que combatera renhidamente a Coluna Prestes, secundado pelo então vice-governador do Estado. Humberto de Arêa Leão, cunhado de Matias Olímpio, o desembargador Vaz

---

<sup>221</sup> Compreende-se por chapa pura, uma composição que tanto o cargo de governador e o seu vice são do mesmo partido político.

<sup>222</sup> As eleições para os cargos majoritários ocorriam em separado, ou seja, eram duas chapas, uma para governador e outra para o vice.

da Costa, oriundo da Região Sul do Estado, possuidor de relações com os coronéis da área, e o Partido Democrático Piauiense<sup>223</sup>.

O jogo político estava em plena ação no contexto da campanha. O grupo local de oposição ao governo do estado estava empenhado no contexto da política nacional, como uma fórmula para contornar a engenharia da política estadual. Mesmo Matias Olímpio costurando um acordo com o Marechal Pires Ferreira para colocar o seu cunhado como vice-governador, isto não lhe possibilitou abertura no governo, se colocando no flanco da oposição. Desse modo, a reconstituição da política local era uma condição essencial para sobrevivência deste grupo no poder. Assim, a estrutura política da Primeira República ainda iria trazer novas configurações durante a campanha e após os resultados da eleição.

Em janeiro de 1930, políticos aliancistas como João Neves da Fontoura, Francisco Solano Carneiro da Cunha, João Batista Luzardo e outros, começaram a percorrer os estados do Norte<sup>224</sup>. Estes políticos em suas andanças pelo interior do Brasil encontravam sérios problemas para se locomover entre os territórios do Norte pois os grupos situacionistas provocavam reações contrárias, utilizando todas as ferramentas do poder oligárquico presente na Primeira República para neutralizar os adversários em sua caminhada política, inclusive práticas com ações de violência, como ataques aos comícios, impedimento de se reunirem em espaços públicos, ou simplesmente sabotando os meios de transportes que os aliancistas utilizavam para chegar com a caravana aos locais de divulgação da campanha.

A campanha tinha em seus discursos as diretrizes lançadas no Manifesto da Aliança Liberal, apresentadas na Convenção Nacional da Aliança Liberal, em 20 de setembro de 1929, redigido por Lindolfo Collor, que se tornou o porta voz oficial da campanha presidencial<sup>225</sup>. Este documento aliancista tinha uma abrangência pragmática que contemplava vários elementos, entre eles: a preocupação com o bem público em relação aos interesses individuais; a defesa do voto secreto; punição das fraudes eleitorais; a defesa da justiça; ações em relação à educação e a saúde entre outros pontos.

O Nordeste não ficou de fora deste manifesto, pois Getúlio Vargas e os aliancistas tinham conhecimento da importância da região na campanha e dos obstáculos cimentados

---

<sup>223</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A revolução de 1930 no Piauí 1928-1934*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.p.40-41.

<sup>224</sup> Vamos utilizar o termo Norte (Nortistas), como era utilizado nas fontes da época para designar tantos o Estado do Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima), como do Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), ou seja, os estados que iam do Amazonas a Bahia.

<sup>225</sup> FREITAS, Miqueline Ferreira. *Lindolfo Collor: o olhar de um brasileiro exilado na Europa sobre o regime nazista*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). 2015.p.34.

pela política da oligarquia republicana. Sobre o Nordeste, o Manifesto menciona no tópico: *As obras contra a seca*:

Eis como assunto é encarado pelo Dr. Getúlio Vargas: Não já apenas como imposição de espírito de fraternidade, mas como exigência de imediata significação econômica, é preciso que a atenção dos poderes públicos federais se volte, de novo, para a vasta região do Nordeste de prodigiosa fertilidade, habilitada por milhares de brasileiros, sujeitos ao flagelo periódico das secas. [...]. Os trabalhos devem obedecer a um plano rigorosamente técnico, abrangendo [sic] o estudo e levantamento do terreno, a cultura das terras, abertura de estradas a construção de obras de barragens e de irrigação para criação de centros produtores permanentes. [...]. Falo às pressas e por alto, como não podia deixar de ser, numa simples palestra. Creio que tem raízes fundas na minha sensibilidade de brasileiro e no meu pensamento homem público a preocupação pela sorte das populações do Nordeste, cuja fortaleza física é tão grande que lhes tem permitido resistirem, sozinhas, à conjugação dantesca do clima e da nossa inclassificável imprevidência <sup>226</sup>.

O trecho acima evidencia que a Aliança Liberal tinha conhecimento do principal problema que assolava a região Nordeste: a seca. Em sua compreensão tratada no referido manifesto, propõem uma solução de convívio e produtividade, com esse elemento climático da seca. Utilizando aplicações de soluções técnicas onde o homem nordestino não teria a necessidade de abandonar sua terra natal. Esses elementos foram amplamente utilizados nos discursos dos partidários da Aliança Liberal como chave para se tornar não apenas um conhecedor, mas um transformador desse torrão do Brasil, tão esquecido em outros governos e regime político.

O candidato Getúlio Vargas, com essa compreensão dos problemas da região, como mencionamos acima, explorou bem esses problemas históricos, como podemos ver em notas divulgadas no jornal *Diário da Manhã* (PE)<sup>227</sup>, e replicado em vários periódicos do país. No Piauí, o comunicado foi noticiado pelo jornal *Aviso*, que dava espaço ao movimento da campanha da Aliança Liberal, que ressaltava no título da nota: *PALAVRAS ALTIVAS E DESASSOBRADAS DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS*:

[...]. O movimento cívico desencadeado pela Aliança Liberal e a revolução pacífica que se quer processar no regimen das urnas livres. As ameaças, as violências e os obstáculos servirão apenas para avolumar a corrente impetuosa e irresistível. Escolhemos o “Diário da Manhã”, paladino de ideias, para transmitir esta mensagem de saudações ao nordeste brasileiro, formidável reserva das energias

<sup>226</sup> AMARAL, Paulo Bonavides Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. 4 ed. Brasília: Senado Federal, 2020. v. IV p. 162.

<sup>227</sup> Jornal pernambucano diário e matutino, lançado em Recife (PE), em 16 de abril de 1927 pela empresa Lima Cavalcanti e Cia. de propriedade dos usineiros Artur de Siqueira Cavalcanti, Caio de Lima Cavalcanti, Carlos de Lima Cavalcanti, Fernando de Lima Cavalcanti e Rui de Lima Cavalcanti. Foi fechado em 31 de dezembro de 1950, mas após algum tempo voltou a circular. Disponível em:

<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-da-manha>. Acesso em: 04 ago. 2019.

nacionais que, esquecido pelos governos tem visto adiadas continuamente as soluções dos seus máximos problemas de ordem moral e econômica. E' o extremo sul, vibrante na sua unanimidade, que estende os braços para o norte, num amplexo fraternal. Appellamos, confiantes, para esse povo altivo e soffredor, oprimido e vilipendiado. Chegou-lhe o momento de pelear pela equaldade social, pelas reivindicações democráticas tudo esperamos do seu patriotismo, da sua tenacidade, da sua bravura<sup>228</sup>.

Portanto, nas palavras Getúlio Vargas, o Nordeste foi renegado em governos anteriores e conclamava a população ao voto nas eleições para mudar este cenário de atraso e de falta de perspectivas por meio das urnas. Nas palavras do candidato “esse povo altivo e soffredor, oprimido e vilipendiado”, precisava contornar essa situação por meio de uma “revolução pacífica”, por intermédio do voto e das urnas livres.

Essas mensagens de Getúlio Vargas criavam um clima de esperança e de aproximação com as questões específicas do Nordeste, colocando-o como um candidato de cunho nacional que compreendia bem os problemas do Brasil, saindo desta visão política que fora construída na Primeira República, uma ótica alicerçada na *política do café com leite* (São Paulo e Minas Gerais), respaldada pela política dos governadores e alicerçada pelo poder local dos coronéis.

A replicação das notas jornalísticas publicadas em outros jornais, simbolizava uma conexão de comunicação do que estava acontecendo no país e no mundo. Essas reportagens nacionais, inseridas nos jornais locais, também eram sinônimas de parceria entre os veículos de comunicação jornalística. No ambiente da política esse relato traz uma importância local enorme, pois criava uma junção do discurso externo com o interno, favorecendo sua união para os combates no território da política. A imprensa local, nesse sentido, tanto possibilitava atrair o público descontente com os rumos da República, através dos impressos ligados à oposição, quanto os jornais pertencentes à situação, seguiam na direção de produzir notícias que preservassem as estruturas da conservação do governo e dos seus interesses.

Na adesão dos estados Norte e Nordeste a campanha presidencial passa pela compreensão da crise econômica favorecida pela cultura da cana de açúcar e a desvalorização da política regional em relação ao cenário nacional. Os estados da região tinham pouca barganha na política nacional, prevalecendo os interesses de São Paulo e Minas Gerais nas decisões mais importantes para o país. A aquiescência ao processo político foi beneficiada por

---

<sup>228</sup> Jornal *Aviso*. (Picos – PI). 18/01/1930. p.02. Este jornal era da cidade de Picos (PI), um dos maiores e mais influentes municípios do Piauí. Jornal de publicação quinzenal, o seu proprietário e redator era o coronel Joaquim das Chagas Leitão, tinha em seu subtítulo uma locução latina “*Salus Populi Suprema Lei*”, que significa “*Seja a salvação do povo a lei suprema*”. Jornal de grande ação política que traziam editoriais e notícias políticas muito intensas. Sobre o seu proprietário Joaquim da Chagas Leitão – Comerciante e político natural de Picos (PI), foi tabelião em sua terra natal, Deputado Estadual oito vezes consecutiva. Cf. GONÇALVES, Wilson Carvalho. Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 -2003. Teresina: [s.n.], 2003. p.220-221. *Passim*.

esta conjuntura, não só econômica, mas política, como podemos refletir no trecho a seguir que analisa a trajetória do Norte e Nordeste na política em questão:

Durante a campanha presidencial de 1929/1930, a Aliança Liberal recebe rápidas adesões do Norte, ao assumir como uma de suas bandeiras a luta contra a submissão política dos governos estaduais frente ao governo central. Os aliancistas conseguem unir, desta forma, setores sociais de interesses bem diversos os até mesmo contraditórios. É essa situação específica que dá ao movimento de 30 no Norte um caráter bastante amplo e popular, encontrando poucas resistências. A única exceção corre na Bahia, onde a contra-revolução organiza-se, conseguindo esboçar algum nível de reação, embora seja rapidamente esmagada<sup>229</sup>.

No Piauí, a passagem da caravana foi liderada por João Batista Luzardo, que enfrentou dificuldade para chegar ao estado, pois a oposição situacionista do governador João de Deus Pires Leal utilizou de vários artifícios para impedir a sua chegada à capital, Teresina (PI). Este líder aliancista estava no estado vizinho, Maranhão, para depois se dirigir ao Piauí. Todavia, a intervenção do governo para impedir a chegada da caravana em solo piauiense foi intensa, com obstrução das informações que chegavam por telegrafo<sup>230</sup> e suspensão dos trens que ligavam a capital do Maranhão - São Luís à Teresina.

A solução para prosseguir com a caravana foi se deslocar de avião até o município de Amarração<sup>231</sup> (PI), e depois de automóvel até a capital Teresina (PI). Durante o percurso a caravana passava por algumas cidades no caminho e com isso, aproveitava para divulgar as bases da campanha presidencial, no sentido de fortalecer a propaganda aliancista no interior do Piauí.

Esse é um ponto a se notar: em respeito ao telegrama e sua ampla utilidade na República e acentuadamente na Era Vargas. Nesta pesquisa foi uma fonte amplamente explorada, já que correspondia, no período, a um meio de comunicação amplamente utilizado, pois possuía algumas características essenciais, tais como: rápido de enviar; uma mensagem escrita ou em códigos, contribuía para preservar o seu conteúdo, apenas pelo destinatário; havia por parte do poder público uma necessidade de ampliar a interiorização da nação via telegráfico, com isso facilitando as informações entre municípios - estados - governo federal e

<sup>229</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. p. 339-425. In.: GOMES, Ângela Maria de Castro. et al. (Orgs.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1980. Brasil Século 20.p.342.

<sup>230</sup> O telegrafo foi na Primeira República, o principal meio de comunicação, na era Vargas este meio de comunicação se firmou e se expandiu, foi largamente utilizado, para comunicação do governo, isto é comprovada pela vasta quantidade de telegramas existentes nos arquivos do Fundo Gabinete Civil da Presidência da República 1930 a 1945, no Arquivo Nacional (AN) e nos arquivos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ).

<sup>231</sup> Atual cidade de Luís Correia (PI), cidade litorânea do Piauí.



com o mundo; pouca pontuação, apenas vírgula (vg) e ponto (pt), criando uma facilidade na informação enviada e recebida, e outros aspectos. Mas, neste momento:

A linguagem, assim entendida, é não só resultado de práticas e relações sociais, mas também expressão dessas práticas e relações, através das quais o telégrafo e a telegrafia se constituem historicamente. Isto implica trabalhar com a produção da linguagem telegráfica enquanto espaço de disputas, de tensões sociais, e como prática concreta que realiza tarefas de dominação e de poder, ainda que apareça como um dado natural e neutro da vida social. Nessa perspectiva de abordagem da história social, a cultura é pensada como uma categoria e campo de possibilidades para explorar as contradições do social, não como um elemento exterior a ele, mas como 'um sistema de significações' de maneira ampla, de modo a permitir a inclusão de todas as práticas e assim definir-se como um 'processo social constitutivo que cria diferentes e específicos modos de vida'<sup>232</sup>.

A informação transmitida pelo telegrama possui várias ideias e visões. Concisa em poucas palavras e reflexões, em que as tensões sociais e políticas são externadas de maneira prática e sucinta, criando várias possibilidades na abordagem da História Social, pois por meio do telegrama e outras fontes históricas podemos analisar a dimensão social de uma sociedade e suas relações políticas, econômicas e culturais. A linguagem, mesmo que sintética é aberta a várias indagações, e muitas vezes, pela falta de outros mecanismos de comunicação rápida e eficiente, já que o próprio telegrama poderia extrapolar seus aspectos de uma linguagem sumária para assim conter um texto longo, aspecto muito comum nas correspondências oficiais.

E por fim, em relação ao telegrama, como se trata de uma fonte enviada ou recebida pela sua especificidade e pelas possibilidades de cruzamento com as demais fontes que podemos trabalhar, contribuindo para construção do saber histórico do período. No que salientamos a correspondência recebida é a original, e os demais aspectos presentes na mesma, como papéis e documentos anexos, provavelmente nunca encontraremos, pela sua especificidade de serem encaminhados para os outros departamentos, secretarias ou ministérios, quando se trata de Estado. Sendo assim, o telegrama e as demais fontes de comunicação são essenciais em um Brasil que no período da pesquisa era desterritorizado de estradas, vias de acesso aos rincões do país, encontrava nas diversas formas de correspondência em especial, o telegrama, a possibilidade de integrar o território brasileiro. Um bom exemplo é a divulgação da jornada aliancista.

Enquanto isso, os políticos aliancistas buscavam divulgar a campanha e a proximidade da chegada da caravana em solo piauiense, com a distribuição de manifesto em prol da

---

<sup>232</sup> MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a construção do serviço telegráfico no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v. 21, nº 41, p.127-144, 2001.p.129.

candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa. Esse material era divulgado na imprensa local e nacional, informando à população piauiense do importante momento que se aproximava, tanto com a presença dos representantes oficiais da campanha, como da importância da população na participação das eleições em 1 de março. Sobre um destes manifestos políticos divulgados na imprensa local, escrito pelo senador José Peres Rebelo, grande apoiador da Aliança Liberal no estado, noticiado na imprensa carioca, este conclama o povo de sua terra natal.

Piauhenses! De pé! – No momento em que entram em contexto com a nossa terra querida os mensageiros da victoria, elevo meu coração e dominado por um profundo amor patriótico venho pedir aos meus patrícios, sempre independentes e generosos, a acolhimento triumphal a que tem direito o grande Luzardo e seus denotados companheiros nessa luta pela Democracia e pela Liberdade. Piauhenses! De pé! E nessa atitude, única compatível com os brios dessa terra indômita, saudaes aos batalhadores intemeratos, aos quaes afirmei, aqui, que o Piauhy nunca se inscrevera no rol dos Estados escravizados. [...] <sup>233</sup>.(sic)

A campanha local estava agitada, ansiosa por mudanças, principalmente por parte dos grupos políticos que faziam oposição ao governo local que tinham na caravana aliancista um grande momento de fôlego para disputar espaço na política local. As eleições que se aproximavam, além da concorrência pelo cargo de presidente da República e vice respectivamente, iriam realizar a renovação da Câmara Federal e de um terço do Senado. Portanto, as palavras do senador José Pires Rabelo no manifesto, pedindo para o povo piauiense ficar “De Pé!”, ganhava uma simbologia de ação, mudança, altivez em relação ao desmando e aos problemas locais, pois na história do Brasil o Piauí<sup>234</sup> nunca foi um “dos Estados escravizados”, utilizando suas palavras.

A chegada da Caravana Liberal em Teresina ocorreu em 27/02/1930, sendo recebida pelos principais representantes do grupo político de apoio: Matias Olímpio, Capitão - Tenente Humberto de Arêa Leão (vice-governador), Leão Marinho<sup>235</sup> (chefe local do Partido Democrático), João da Rocha Marinho<sup>236</sup>, José Auto de Abreu e do deputado federal Hugo

<sup>233</sup> Jornal *Diário Carioca* (RJ). Edição 492. 28/02/1930. p. 07.

<sup>234</sup> Provavelmente quando usou este termo, Pires Rebelo estava se referindo a alguns elementos históricos na história do Brasil, que o Piauí se fez presente como: a participação da Confederação do Equador; no processo de independência com adesão da Província do Piauí, na Batalha do Jenipapo, que consolidou o processo de independência do Piauí e influenciou a adesão do Maranhão e o acolhimento imediato da Proclamação da República.

<sup>235</sup> Odonel da Rocha Marinho. Conhecido como Leão Marinho. Cirurgião dentista, um colaborador ativo da Revolução de 1930, Chefe do Partido Democrático no Piauí, diretor do Diário Oficial do Estado de 25/5/1931 a 6/6/1931, era irmão de João da Rocha Marinho. Ambos eram identificados como os irmãos Marinho nas fontes do período.

<sup>236</sup> João da Rocha Marinho. n. Jerumenha (PI), 1904 – f. 1985. Jornalista e funcionário público. Telegrafista do Departamento dos Correios e Telégrafos, lotado em Teresina. Jornalista com intensa atividade na imprensa

Napoleão do Rego<sup>237</sup>, dentre outros partidários. A presença da caravana em solo piauiense já tinha sido amplamente divulgada pelos adeptos aliancistas, reunindo assim grande número de populares. O deputado Hugo Napoleão realizou um discurso que tratou de informar a situação política dos piauienses<sup>238</sup>, ele foi um dos políticos que estava entre os primeiros congressistas a apoiar a campanha<sup>239</sup> de Getúlio Vargas a presidência, em idos de 1929. Na Capital Federal, participou de eventos políticos no Congresso e fora dele em favor da Aliança Liberal, principalmente os comícios nas escadarias do Palácio Tiradentes. Sua presença em solo piauiense reforçava a ação da campanha em torno dos simpatizantes.

No dia seguinte foi realizado um comício na Praça João Luís Ferreira, grande palco político da capital local, costumeira de exposições políticas<sup>240</sup>. No entanto, como o governo buscou impedir a chegada da caravana ao Piauí, esta reunião aconteceu em um clima de tensão, pois “[...] o local foi guarnecido por forte destacamento da polícia montada do Estado”<sup>241</sup>. Essa vigilância do governo tinha como objetivo manter a ordem estabelecida e intimidar os partidários da Aliança Liberal no estado, moderando suas atitudes e sinalizando para a população o sentido político no qual a mesma deveria se orientar. Essas eleições eram cruciais para o contexto político apoiado na estrutura política da Primeira República, pois essas eleições<sup>242</sup> para presidência da República, Câmara e Senado Federal, eram as condições para conseguir tomar o poder do governador João de Deus Pires Leal e seu grupo de apoio nas próximas eleições para governador.

Piauiense. Foi diretor Executivo da Associação Comercial do Estado. GONÇALVES, Wilson Carvalho. Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 -2003. Teresina: [s.n.], 2003. p.239. *Passim*.

<sup>237</sup> Hugo Napoleão do Rego. n. União (PI), 1892 – f. Rio de Janeiro (RJ),1965. Bacharel em direito e político. Foi juiz municipal em José de Freitas (PI), procurador fiscal do Tesouro Nacional, Secretário Internacional de Jurisconsultos Americanos. Diretor do Contencioso Banco do Brasil. Deputado Estadual do Piauí 1922- 1928. Deputado Federal de 1937 a 1930 – 1933 a 1934 e 1955 a 1959. Teve atuação na imprensa e em revistas. Escreveu as seguintes obras: *Disposição Testamentárias* (1920), *A Interventoria Landri Sales – Artigos e Discurso* (1934), *Memorial da Assembleia Legislativa do Piauí* (1947) e outras obras de cunho jurídico e político. GONÇALVES, Wilson Carvalho. Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 -2003. Teresina: [s.n.], 2003. p.330. *Passim*. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.483. *Passim*.

<sup>238</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A revolução de 1930 no Piauí 1928-1934*. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.p.46.

<sup>239</sup> SILVA, Hélio. *1926: a grande marcha*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1965.p.310.

<sup>240</sup> *Ibidem*. p.46.

<sup>241</sup> CASTELLO BRANCO FILHO, Moysés. *Depoimento para a história da revolução no Piauí (Período revolucionário 1922-1931)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.p.23. Essa obra tem como base a memória do autor, que à época era Tenente do 25º Batalhão de Caçadores (BC). Portanto, vivenciou o período da campanha presidencial e o contexto da revolução de 1930 no Piauí.

<sup>242</sup> “No Piauí, o Partido Republicano apresentou para estes cargos a seguinte chapa: Senador: - Dr. Antonino Freire. Deputados: - Drs. Joaquim de Lima Pires Ferreira, José Pires de Carvalho, Heitor Castelo Branco e Cel. Epaminondas Castelo Branco. E a Aliança Liberal: Senador: - Matias Olímpio de Melo. Deputados: Hugo Napoleão do Rego, Adolfo Alencar e José Higino da Cunha”. NASCIMENTO. *Op. cit.*, p.47- 48.

Após a passagem da caravana liberal, os dias que antecederam a eleição foram marcados por agitações políticas e denúncias de que as eleições seriam objeto de fraude por parte do governo. Entre as denúncias, existiam informações de que as atas das sessões já estavam lavradas em alguns municípios. A legislação eleitoral que existia na Primeira República possibilitava que os grupos oligárquicos que estavam no poder tivessem condições de controlar o processo eleitoral.

Precisamente “[...], o voto constituía o alicerce do jogo político republicano, facultando a racionalização dos conflitos entre as próprias elites locais”<sup>243</sup>. Esse controle que as oligarquias tinham sobre a população controlava a base do processo eleitoral, que era o voto dos eleitores, cujo controle estava nas mãos dos grandes coronéis e dos políticos no poder, fisionomia política visível na primeira parte deste trabalho, em relação ao Piauí.

As eleições de 1930 foram provavelmente o pleito mais multifacetado da Primeira República, por vários motivos, entre eles: o rompimento político entre São Paulo e Minas Gerais, ou seja, o fim da articulação da *política do café com leite*, ao mesmo tempo em que o Brasil vivenciava as consequências da crise de 1929.

As aspirações tenentistas ainda estavam muito latentes no seio da sociedade, concomitantemente, a alteração da política de substituição do cargo de presidente criava fissuras nas oligarquias locais, pois as mesmas teriam que se reagrupar em torno de novas estratégias para se reorganizar em torno do poder. Nos estados, as facções políticas que estavam a margem do comando estadual, viam nesse momento político uma forma de retornar ao poder nos seus estados e estabelecer com o poder central novos relacionamentos que ampliassem seus poderes e assegurassem esses domínios públicos.

No dia da eleição o Jornal *O Piauí*, que na época era o órgão oficial dos poderes do estado<sup>244</sup> e ao mesmo tempo um veículo noticioso do governo, trazia em suas páginas assuntos diversos, além de informações dos poderes. Esse órgão oficial serviu para noticiar a campanha presidencial, apoiando os candidatos da situação. No dia da eleição de 1º de março, foi veiculado um chamado na primeira página, fazendo a indicação dos candidatos

---

<sup>243</sup> RICCI, Paolo; ZULLINI, Jaqueline Porto. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tónica das eleições na primeira república. p.443-479, In.: DADOS. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. vol.57, nº2, 2014.

<sup>244</sup> Em 08/07/1928, o jornal *O Piauí* (PI), passa a ser o órgão oficial dos poderes do estado, seu primeiro diretor foi o Cel. Máximo Ferreira. NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *Cronologia do Piauí republicano 1889 – 1930*. Teresina: CEPRO, 1988.p.80. *Passim*. No ano 1930, começa a circular *Diário Oficial*, embora a Imprensa Oficial, tenha sido criada pela Lei Estadual, nº 558 de 21/06/1910, sob a direção de Simplício de Sousa Mendes. O *Diário Oficial* só foi efetivamente implantado em 1930, começando a circular com essa denominação a partir de 1/01/1930, o ano I e número 1, permanecendo até os dias de hoje com essa denominação. PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 3 ed. Teresina: Editora Zodiaco, 1997.p.233. *Passim*.

apoiados pelo governo informando: “O Pleito de Hoje – Realizam-se hoje as eleições [...]. O Partido Republicano Piahyense, que apoia os governos da República e do estado, recommenda para essas elevadas posições os seus candidatos. [...]”<sup>245</sup>(sic). Esse tipo de ação simbolizava que toda a estrutura do estado estava em ação e a favor dos seus candidatos.

O resultado não foi o que esperava a campanha aliancista, a oligarquia que estava no poder mostrou-se unida nos seus interesses de continuar no domínio. O sistema eleitoral sistematizado na Primeira República, com o regime concentrado nas mãos dos grupos oligárquicos, mostrou que as alterações propostas pela campanha eleitoral, conduzida pela Aliança Liberal, deu-se” [...] por um discurso centrado na denúncia do funcionamento do sistema político da República Velha”<sup>246</sup>, não sendo contornado por via das urnas.

O sistema político existente possuía uma engenharia de ações que conduziam todas as fases do processo eleitoral nas mãos de quem exercia o governo ou comando de uma região. Outro elemento importante a se mencionar, “[...] era fazer com que o cidadão efetivamente votasse”<sup>247</sup>, pois a Constituição de 1891, e as legislações eleitorais existentes, somadas às dificuldades inerentes ao contexto do eleitor, restringia muito esse direito.

Os jornais funcionavam como um barômetro, indicando as condições de vários elementos, em especial do universo político. A imprensa anunciava o caminho que seria conduzido pela Aliança Liberal após o resultado das eleições. O resultado da campanha não se encerrava somente pela divulgação da vitória de Júlio Prestes e Vital Brasil. No Piauí, o contexto pós eleições foi noticiado pelo jornal *Aviso*, com uma nota extraída do jornal *A Razão*, de Fortaleza (CE). Como podemos verificar abaixo:

**Alliança Liberal não permittira que sejam esbulhados os direitos** – Contra a prepotência do governo o povo reagira de armas nas mãos. Está encerrada a primeira etapa da grande campanha de civismo emprehendida pela Alliança Liberal, que assumiu perante a nação o solemne compromisso de honra. A nobre cruzada em prol da liberdade populares deveria encerrar-se a 1º de Março com o veredictum das urnas, pois o povo já havia escolhido os seus futuros dirigentes nas pessoas dos eminentes brasileiros srs. Drs. Getúlio Vargas e João Pessoa. Os actuaes dirigentes do Paiz appellaram inutilmente para a fraude eleitoral, afim de impedir victoria dos eleitos da Nação. [...]. Contra mais esses attentado às suas liberdades cívicas, o povo brasileiro reagirá de armas nas mãos, porque a Alliança Liberal, como já disse no seu recente manifesto á Nação, não permittirá que lhe seja arreatada a victória<sup>248</sup>(sic). (grifo do autor)

<sup>245</sup> *O Piahy* – Órgão Oficial dos Poderes do Estado (PI). 1/03/1930. p. 1.

<sup>246</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. As ideias fora de tempo. p. 425-437. In.: UFRGS. *SIMPÓSIO SOBRE A REVOLUÇÃO DE 30*. Porto Alegre: UFRGS/ ERUS, 1983. p.426.

<sup>247</sup> VISCARDI, Cláudia M. R.; FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. Eleições na primeira república: uma abordagem alternativa acerca da participação popular. p.36. *Locus - Revista de História*. Juiz de Fora, v.25, nº. 2, p.12-36, 2019. E-ISSN: 2594-8296 - ISSN-L: 1413-3024.

<sup>248</sup> *Jornal Aviso* (Picos -PI). Ano XIX. nº 173. 15/04/1930. p.4.

A notícia do jornal anunciava para a população piauiense que a Aliança Liberal iria continuar a luta por “liberdade” para o “povo”. A população iria reagir, mesmo que fosse necessário o uso de “armas” para restabelecer o caminho de “liberdade cívicas” para o “povo brasileiro”. A nota no jornal não é identificada como um manifesto oficial da Aliança Liberal, mas representa a linguagem e a fala dos aliancistas em torno do contexto da campanha, sobre o resultado das eleições e no panorama que se formou o período pós eleição.

Outro aspecto que podemos interpretar na informação do periódico, é que o discurso político coloca, como é comum, que o “povo” assume a ação dos aliancistas em relação ao resultado das eleições e que “o povo reagira de armas nas mãos” para defender os princípios propostos na campanha eleitoral. O registro do jornal corresponde ao mês de abril, trazendo um prenúncio do que se esboçava com os resultados das eleições. Ao longo dos meses seguintes, ganhou tanto forma quanto ação nas mãos dos políticos partidários da campanha aliancista, as manifestações de descontentamento com o resultado das urnas.

Nos momentos seguintes o desenho do processo revolucionário de 1930, começou a trilhar caminhos mais decisivos, tanto no contexto nacional, como estadual. No Piauí, após a eleição, os candidatos vitoriosos, que eram oposição, tiveram dificuldades para confirmar suas vitórias pelas Juntas Apuradoras. O temor da “degola” era iminente, criando um clima de insegurança eleitoral. Ao mesmo tempo, o governo de João de Deus Pires Leal praticava atos de demissões<sup>249</sup> aos que se mostraram ser oposição nas eleições.

O governador pessoalmente interferiu de forma direta na eleição para a presidência da Assembleia Legislativa do estado, na qual defendia a candidatura do Deputado José Pires Ferreira Neto, seu parente, para presidência daquela Casa Legislativa, criando cisões políticas dentro do seu próprio partido. Esse ato causou a retirada do apoio político dos senadores Eurípedes de Aguiar e Antonino Freire<sup>250</sup>, dois políticos de grande importância, que foram governadores do estado e tinham em seu círculo político muita influência partidária. Outro detalhe era o temor do governador de se ausentar do estado<sup>251</sup> e passar o governo para o vice, o tenente Humberto de Arêa Leão, já que o mesmo representava a oposição e tinha apoiado os aliancistas.

---

<sup>249</sup> Jornal *A Noite* do Rio de Janeiro em nota publicada em 16/04/1930. Narra que “O governador Pires Leal fez algumas demissões, que recaíram todas sobre os amigos do Sr. Pedro Borges, [...] que presidiu os trabalhos da Junta Apuradora. [...], e concedeu o diploma ao candidato Hugo Napoleão, realmente eleito”. p. 2.

<sup>250</sup> CASTELLO BRANCO FILHO, Moysés. *Depoimento para a história da revolução no Piauí (período revolucionário 1922-1931)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.p.23

<sup>251</sup> Jornal *A Razão* (CE), de 8/05/1930. p.2. Trazia uma nota que o governador João de Deus Pires Leal, gostaria de visitar o senador Marechal Pires Ferreira no Rio de Janeiro, que se encontrava doente, todavia temia em deixar o estado, pois por ordem legal teria que passar o governo para o vice, Tenente Humberto de Areia Leão, seu principal opositor. *Passim*.

No que se refere às dinâmicas das oligarquias no Piauí, a partir de julho de 1930, sofre uma inquietação, mais precisamente no dia 21 de julho. Nessa data, morre na capital federal o Marechal Pires Ferreira, o político piauiense mais representativo da Primeira República. Com a sua morte, criou-se um vácuo na direção da política estadual alicerçada por ele ao longo desse primeiro momento republicano, uma infraestrutura de poder que tinha como aspectos uma rica teia de relações na estrutura militar; no contexto político da capital federal, tinha livre trânsito nos ambientes da política, o que lhe permitiu criar laços firmes de relacionamentos; a inserção de parentes e correligionários em postos chaves na estrutura do estado do Piauí e do governo federal. Sobre este momento político no Piauí, temos uma notícia no jornal *Crítica* (RJ), que traz na nota jornalística, o seguinte texto:

**A Política do Piauí Está Accêsa.** [...]. Quando o saudoso marechal Pires Ferreira foi acometido com grave enfermidade que causou o seu desaparecimento, talvez prevendo o desenlace que mais tarde se verificou para o pezar de todos nós, o partido dominante na terra “do meu boi morreu”, com intuito de engrossar as suas fileiras, tentou um golpe certo contra as correntes oposicionistas, hoje dirigidas pelo senador Antonino Freire e o ex-governador Mathias Olympio. [...]. E o facto e que já correm diversas versões em torno do preenchimento da vaga aberta no Senado com a morte do velho parlamentar. A candidatura do sr. Félix Pacheco já foi afastada. Restam, pois, a do deputado Pires Carvalho e a do ex-deputado Joaquim Pires pertencentes a dois ramos dissidentes da longa genealogia. [...] <sup>252</sup>(sic). (grifo do autor)

A morte do senador Marechal Pires Ferreira, abriu um debate em torno de sua sucessão. Todavia, pelo contexto da notícia, observa-se que a família Pires estava engajada em continuar o legado do Marechal na política piauiense, pois ambos os candidatos eram do núcleo familiar Pires, a exemplo Joaquim Pires<sup>253</sup>, que era irmão do Marechal Pires Ferreira. Essa articulação dos Pires colocava as pretensões do grupo político de Matias Olímpio, afastado do poder, em uma situação delicada, pois via na ausência do Marechal Pires Ferreira do cenário político do estado, uma possibilidade do retorno ao comando do estado.

Às pretensões de Matias Olímpio de concorrer a uma vaga para o Senado, criavam-se igualmente obstáculos. Dessa maneira, a atuação da facção política integrada por Matias Olímpio, via na ação em torno do movimento revolucionário no Piauí uma oportunidade de

<sup>252</sup> Jornal *Crítica* (RJ). 26/07/1930. p.1.

<sup>253</sup> Joaquim de Lima Ferreira. n. Esperantina (PI), 1868 – f. Rio de Janeiro (RJ), 1958. Bacharel em direito pela Faculdade de Direito do Recife. Promotor Público em Barra de São João (RJ), 1890. Juiz Pretor no Rio de Janeiro em 1890. Professor de Direito Internacional no Instituto Comercial. Oficial de gabinete do presidente Floriano Peixoto. Deputado Federal (1895-1896; 1900-1908; 1912-1917 e 1928-1929). Membro da Comissão dos 21 que elaborou o projeto do Código Civil Brasileiro. Senador (1947-1950). BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.451. *Passim*.

regresso ao poder com o resultado do movimento no estado, que fosse favorável à sua congregação.

A situação do país começava a caminhar em direção à revolução. Os líderes tenentistas e os políticos se uniram em favor de um pacto nacional. O clima político se exalta com a morte de João Pessoa, em 26 de julho, em Recife. Esse acontecimento criou as condições de maior união com os tenentes, fato amplamente explorado pela imprensa nacional. Os meses seguintes seriam de conspirações, agrupamentos das oligarquias estaduais, reuniões para planejar os acontecimentos e ações a serem tomadas para deflagrar a revolução.

No Piauí, as primeiras informações<sup>254</sup> sobre as articulações foram de cartas trocadas entre Manuel do Nascimento Fernandes Távora<sup>255</sup>, que intermediava as informações entre Juarez Távora e os correligionários Matias Olímpio e o Desembargador Vaz da Costa, correspondências que eram encaminhadas pelo deputado Hugo Napoleão. Essas informações existentes nas cartas indicavam como o movimento deveria ser organizado no Piauí e como os partidários deveriam ser envolvidos no evento. Assim, relatou o primeiro narrador da revolução no Estado, Martins Napoleão<sup>256</sup> um dos principais intelectuais piauienses a empreender na era Vargas no âmbito estadual.

A 2 de outubro, o deputado Hugo Napoleão dirigiu ao chefe do Partido o telegrama de aviso. O despacho, retido por horas na Estação de Theresina, foi parar nas mãos do major R. Pantoja, comandante do 25 ° BC, e do sr. Governador, que demoradamente, procuram decifra-lo, buscando, para isso, até mesmo o auxilio de casas commerciaes. Balada a tentativa, foi, emfim, entre ao destinatário. O commandante Arêa Leão recebia idêntica comunicação do general Tavora, de Recife. Por sua vez, o dr. Leão Marinho, por meio da pharmacia de seu irmão, sr. Antonio da Rocha Marinho. Tambem esse despacho telegráfico não escapou ao contrôlo do governo, [...]. Chegára, com isso, o momento decisivo. [...] <sup>257</sup>. (sic)

<sup>254</sup> CASTELLO BRANCO FILHO, Moysés. *Op. cit.*, p.24.

<sup>255</sup> Irmão de Juarez Távora.

<sup>256</sup> Benedito Martins Napoleão do Rego. n. União (PI), 1903 - Rio de Janeiro (RJ), 1981. Professor, ensaísta, poeta, crítico literário, jornalista, advogado. Começou sua carreira literária e jornalística no Pará, colaborando com vários jornais e revistas, como: *Guajarina*, *Semana* e *Jornal da Tarde* ambos no Pará. Morou no Rio de Janeiro entre 1919 e 1924, trabalhando no Museu Nacional Belas Artes e no Ministério da Agricultura. Lecionou em vários colégios de Teresina e na Faculdade de Direito do Piauí. Foi Diretor Geral de Instrução Pública na década de 30. Colaborou com diversos periódicos no Piauí, como: *Almanaque da Parnaíba*, *A Revista* (1927), *O Meio* (1935), *Revista Acadêmica* (1935), *Primícias Literárias* (1936), *Geração* (1943), *Zodiaco* (1943). Na imprensa, redator chefe de *O Piauí*, *Diário Oficial*, *Estado do Piauí* (1928), *O Tempo* (1933), *Dirigiu O Momento* (1933) e colaborou em vários jornais da capital. Pertenceu a Academia Piauiense de Letras, publicou várias obras entre elas: *Copa de Ébano* (1927); *Poemas Ocultos* (1942); *O Piauí e o Nordeste* (1942); *Poemas Humanos e Divinos* (1942); *O Prisioneiro do Mundo* (1943); *Opus 7* (1953); *O Oleiro Cego* (1956); *Pequena Antologia de Poemas Alheios* (1960); *Pequenas Antologia de Poemas Alheios* (1960); *Caderno de Ação Católica* (1940), *O Nordeste e As Grandes Diretrizes da Educação Popular* (1942), *Cancioneiro Geral* (1980) e outras obras. Colaborou com vários jornais e revistas. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p. 483. *Passim*.

<sup>257</sup> NAPOLEÃO, Martins. *O Piauí na revolução de 1930 – subsídios para a história do movimento liberal*. (Publicação Oficial). Teresina: *Imprensa Oficial*, 1930. p.13. Esta fonte trata-se do primeiro material escrito sobre a Revolução de 1930 no Piauí. Este histórico sobre o processo revolucionário foi publicado primeiro nas



Esse trecho está na parte III, intitulada “Acção Revolucionária”, do livro de Martins Napoleão, que ao longo do período que se inaugurou com a revolução, vai se tornar não apenas o primeiro historiador da Revolução de 1930 no estado, mas um colaborador do regime Vargas. Esse relato traz os momentos antecedentes ao movimento, e deixa claro toda a organização do grupo coeso em torno da revolução no Piauí. É salientado que o governo usava de todas as maneiras para obter informações de como a oposição se movimentava no estado, como se já esperasse uma ação mais efetiva deste grupo em torno do resultado das eleições. Entre as ações, eram coletadas informações do conteúdo dos telegramas que chegavam ao Piauí, e ao mesmo tempo utilizando o aparato policial para interrogar pessoas que faziam parte do grupo político da oposição.

Em direção à revolução, a situação caminhava. O que os jornais mencionaram durante a campanha eleitoral e nas reuniões políticas ocorridas em solo piauiense com a presença dos representantes da Aliança Liberal, e nos seus discursos já tinham evidenciado que o resultado das urnas só tinha um curso, ou Aliança Liberal no poder ou a revolução. Isto se comprova com a presença de Batista Luzardo no Piauí, “[...] em almoço íntimo na residência do Dr. Matias Olímpio, continuavam de pé: ou o reconhecimento da verdade eleitoral ou a Revolução”<sup>258</sup>.

O planejamento do movimento e o contato com os demais integrantes no Nordeste eram conduzidos por Juarez Távora e o político Hugo Napoleão. No Piauí, o líder revolucionário e articulador era o Des. Vaz da Costa, com a participação de Matias Olímpio e outros. Des. Vaz da Costa, juntamente com os outros integrantes do movimento no âmbito local, buscaram mobilizar uma ação centrada em dois locais: O planejamento para a deflagração do processo revolucionário foi centrado na tomada do 25º Batalhão de Caçadores (BC) e do Quartel da Polícia Militar. Esses locais foram escolhidos estrategicamente para desmobilizar qualquer reação contrária ao movimento por parte do governo.

Des. Vaz da Costa e os demais articuladores da revolução no Piauí<sup>259</sup> buscaram explorar situações existentes tanto no 25ºBC, como no Quartel da Polícia Militar. O primeiro

---

páginas do *Diário Oficial* do estado, chamado *O Piauí* – *Órgão Oficial dos Poderes do Estado* (PI), entre os dias 13/12/1930 a 16/12/1930. Depois teve esta impressão organizada pela imprensa oficial do estado, ainda nos 30.

<sup>258</sup> NAPOLEÃO, Martins. *Op. cit.*, p.7.

<sup>259</sup> Sobre a narração do processo revolucionário de 1930 no Piauí, temos três obras essenciais na historiografia piauiense: NAPOLEÃO, Martins. *O Piauí na evolução de 1930* – subsídios para a história do movimento liberal (Publicação Oficial). Teresina: Imprensa Oficial, 1930. CASTELLO BRANCO FILHO, Moysés. *Depoimento para a história da revolução no Piauí (Período revolucionário 1922-1931)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975 e NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A revolução de 1930 no Piauí 1928-1934*. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. No verbete “Revolução de 1930” do dicionário de BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

recebia influência política no processo de alistamento militar. O Des. Vaz da Costa encaminhava muitos jovens para recrutamento, pois era um proprietário de terras no sul do estado e fundador de colégio<sup>260</sup> na região, possuindo muita articulação social, promovendo a entrada de jovens para servir no quartel no 25º BC. Enquanto no Quartel da Polícia Militar muitos soldados estavam descontentes com os baixos soldos e as demissões provocadas pelo governador João de Deus Pires Leal por questões políticas, tendo por objetivo neutralizar adversários e utilizar a máquina do estado a seu favor.

Neste ambiente da Polícia Militar, a interferência política era intensa, pois esta instituição militar, bem como o Exército, não tinham um padrão de seleção rigoroso de inserção de militares nos seus quadros, a influência política era um fator importante para indicar a entrada de militares em suas fileiras. Logo, ambas instituições, eram ambientes de grande interferência política por parte de elementos oligarcas.

Em 2 de outubro, Hugo Napoleão, que já tinha retornado ao Rio de Janeiro, enviou um telegrama<sup>261</sup> ao chefe do Partido Democrático, Leão Marinho, contendo detalhes sobre a conflagração do movimento. O telegrama continha uma mensagem codificada, e foi interceptado pelos agentes do governo, que não conseguiram decifrar as informações contidas na mensagem. Outra comunicação semelhante foi enviada ao estabelecimento farmacêutico de Antonio da Rocha Marinho, irmão de Leão Marinho, também interceptado pelos agentes do governo, porém, sem conseguir compreender os elementos contidos na mensagem, que passava apenas informações de produtos farmacêuticos. Isto denota que as articulações para a revolução estavam todas em pleno andamento, esperando apenas a chegada do dia estabelecido para deflagração e as ações diretas dos membros locais envolvidos no processo.

Na madrugada do dia 4 de outubro<sup>262</sup>, ocorreram ações conjuntas do movimento revolucionário nas quais o Des. Vaz da Costa e os demais revolucionários conseguiram dominar o batalhão 25º BC, enquanto o outro grupo atacava o Quartel da Polícia. Neste local, ocorreu uma morte, quando “Basílio, ao entrar no Estado-Maior, foi morto pelo tenente Alcides Gomes, que também recebeu um tiro, ficando gravemente ferido”<sup>263</sup>. Nos momentos seguintes, o governador João de Deus Pires Leal foi comunicado sobre o controle dos dois

---

p.487, é citada a obra *A Revolução de 1930 no Piauí* 1932 de Higinio Cunha, não encontramos esta obra nos arquivos pesquisados. Higinio Cunha, Martins Napoleão e Moises Castelo Branco são contemporâneos do processo no estado. A obra de Francisco Alcides do Nascimento é fruto de sua dissertação de mestrado em História.

<sup>260</sup> Escola Abdias Neves, em São João do Piauí (PI), como também criou o jornal *A Voz do Sertão*.

<sup>261</sup> NAPOLEÃO, Martins. *Op. cit.*, p.13.

<sup>262</sup> CASTELLO BRANCO FILHO, Moysés. *Op. cit.*, p.30-32.

<sup>263</sup> NASCIMENTO, *Op. cit.*, p.60.

ambientes de polícia do estado e encaminhado preso para o comando do 25º BC juntamente com outros oficiais que se mantiveram fiéis ao então governador.

Sobre esta articulação bem planejada do Des. Vaz da Costa sob o controle das forças militares no estado, Camillo Filho<sup>264</sup>, coloca que esta vitória estava relacionada a vários fatores, entre eles o apoio de alguns oficiais do 25º BC, considerando que vários soldados que serviam nesta unidade militar, eram agregados do Des. Vaz da Costa que se utilizava de seu prestígio para incorporá-los aos quadros do Exército. Em relação a Polícia Militar, o mesmo explorou as péssimas condições de trabalho, como o atraso do pagamento dos vencimentos dos militares estaduais. Sobre a ocupação do 25º BC, assim foi narrado este acontecimento no livro do cotidiano militar desta instituição:

OUTUBRO - A 03. Em virtude do movimento revolucionário que rebentou as primeiras horas da manhã de hoje, nesta Capital, assumindo/o Comando do Batalhão na qualidade de Ten Cel da Força Militar deste estado o Sr Dr Desembargador Joaquim Vaz da Costa, recebendo-o do Sr Major Raimundo de Oliveira Pantoja, contra vontade desse, havendo várias prisões de oficiais<sup>265</sup>.

O processo revolucionário de 1930 no Piauí, teve a participação de alguns políticos que outrora estiveram no poder, e agora iniciam uma nova jornada no contexto do comando do estado, sob os auspícios de um clima revolucionário. A presença de líderes como o Des. Vaz da Costa<sup>266</sup> foi de suma importância para o movimento, o controle do 25º BC simbolizava que as forças federais estavam agora sob o domínio revolucionário, bem como as forças policiais do poder estadual, ou seja, a Força Pública. Essas ações dos revolucionários não impossibilitaram no Piauí nenhuma reação do governo estadual e muito menos federal.

<sup>264</sup> CAMILLO FILHO, José. *Joaquim Vaz da Costa*. Teresina: [s.d.], 2000.p. 21-23.

<sup>265</sup> BRASIL. *Resumo histórico do 25º batalhão de caçadores (B.C) de 1918-1986*. Teresina: [s.d.]. Datilografado. [n.p.].

<sup>266</sup> *Ibidem*. [n.p.]. O Des. Vaz da Costa, assumiu o comando do 25º BC, em dois momentos, no primeiro, em 04/10/1930 a 08/10/1930 e o segundo de 11/10/1930 a 12/10/1930, comissionado como Tenente – coronel do Exército. Sobre o processo de comissionado nas fileiras dos rebeldes tenentistas, era um sistema análogo ao existente no Exército. Até mesmo civis eram “comissionados” para diferentes postos da hierarquia militar. O capitão Prestes foi coronel e depois general comissionado. Cf. PRESTES, Anita Leocádia. *Uma epopeia brasileira* – a coluna Preste. 2 ed. São Paulo: Editora Moderna, 1995. Coleção Polêmica. p.105.*Passim*.

## 2.2 Pacificar para governar: os atritos políticos, pós Revolução

O período que se inicia em seguida a revolução no Piauí foi marcado por várias divergências e instabilidades políticas, criando um clima de insegurança em momentos difíceis para a consolidação do processo revolucionário, e ao mesmo tempo criou discordâncias internas para a consolidação da revolução de 1930 no Piauí. Igualmente iremos visualizar uma participação de intelectuais na estrutura interna do poder administrativo, isto é:

[...]. A questão está dada: a maioria dos intelectuais, independente de sua origem de classe, de sua formação “bacharelesca” ou especializada, encontrou espaço para atuar junto aos novos organismos criados pelo Estado no pós-30. Resta-nos explicar como se deu este processo; qual a lógica do Estado ao procurar absorver esses indivíduos; quais as crenças e valores que permitiram tais aliança, já que este grupo tem um discurso explicativo sobre a sociedade e sobre seu próprio papel em cada momento histórico que nos torna possível analisar suas “representações”<sup>267</sup>.

Esses intelectuais também atuaram fora da engenharia do estado em diversos espaços da sociedade, como exemplo: a imprensa, revistas, instituições intelectuais, espaços educacionais ou mesmo em seus ambientes privados dando vazão para os seus pensamentos em diversos meios de comunicação existentes, criando espaços para os seus discursos e ao mesmo tempo permitindo sua entrada nos espaços públicos e privados de poder.

Aqui cabe comentar a concepção de intelectual que adotamos para as análises deste estudo. O conceito empregado por Bolívar Lamounier<sup>268</sup>, define o intelectual como um indivíduo que possui traços como: educação elevada, uma identificação com os valores públicos e a disposição a se engajar nas atividades políticas para defender tais valores. Mas, como as palavras, os conceitos, e as ações não se fecham em si mesmos, possibilitam alargar a categoria intelectuais com a presença dos intelectuais mediadores<sup>269</sup>. Sendo assim, o intelectual tomado aqui no texto é capaz de ser ao mesmo tempo o intelectual criador, a exemplo do político, o instituidor da ação política; como também o intelectual mediador desta ação política, o que vai possibilitar a inserção de suas ideias em múltiplos lugares da sociedade, ou seja, o nosso intelectual é um sujeito que pode ser oriundo da cultura e

<sup>267</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o estado. p.305-526. In.: CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *A Revolução de 30: Seminário Internacional*. Rio de Janeiro: Editora Universidade de Brasília, 1983. Coleção Temas Brasileiros 54. p. 507.

<sup>268</sup> LAMOUNIER, Bolívar. *Tribunos, profetas e sacerdotes* – intelectuais e ideologias do século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

<sup>269</sup> GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. (Orgs.) *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

percorrer o território da política, como fazer o percurso inverso, sair do ambiente da política e transitar no meio cultural. Logo:

Obviamente, o destaque dado aos intelectuais mediadores a partir do compartilhamento de características comuns e/ou de seu envolvimento com certos tipos de atividade de mediação cultural não objetiva sugerir a criação de uma classificação, pois, não esgota as práticas intelectuais a que os mesmos indivíduos possam se dedicar e, muito menos, abrange todas as formas de mediação cultural experimentadas por intelectuais. Além disso, os aspectos nos quais se baseia o enquadramento apresentado não permitem estabelecer fronteiras rígidas e simplificadoras. Trata-se apenas do reconhecimento incipiente das possibilidades de aplicação da categoria analítica que aqui privilegiamos para um universo de objetos de investigação muito mais heterogêneo e complexo<sup>270</sup>.

O intelectual, no universo inaugurado com a revolução de 1930, terá uma amplitude de espaços de sociabilidades, tanto criado pelo Estado, como também pelas suas iniciativas individuais e coletivas, ou por meio de ações do público e privado conjuntamente. No universo criado nos anos 30, e principalmente posterior a 1937, atividade de mediação cultural será uma peça na engrenagem do Estado altamente necessária para sua regeneração, reorganização, manutenção e ampliação das instituições na sociedade. Sobre este alargamento de participação nos anos 30, temos a reflexão de Antonio Candido:

Isto ocorreu em diversos setores: instrução pública, vida artística e literária, estudos históricos e sociais, meios de difusão cultural como o livro e o rádio. Tudo ligado a uma correlação nova entre, de um lado, o intelectual e o artista; o outro, a sociedade e o estado, - devido às novas condições econômicas – sociais. E também à surpreendente tomada de consciência ideológica de intelectuais e artistas, numa radicalização que antes era quase inexistente. Os anos 30 foram de compromisso político, religioso e social no campo da cultura. Mesmo os que não se definam explicitamente, e até os que não tinham consciência clara de fato, manifestaram na sua obra esse tipo de inserção ideológica que dá contorno especial à fisionomia do período<sup>271</sup>.

A inserção do elemento intelectual foi intensa, este sempre habitava um dos polos, do outro estava o Estado e a sociedade, como assevera o trecho acima. O elemento cultura de progresso e transformação exigiu não somente uma participação, mas uma tomada de posições ideológicas que assegurou a vários elementos da cultura um campo de ação e de atuação que lhe garantia uma posição social e política.

<sup>270</sup> GOMES. *Op. cit.* p. 21.

<sup>271</sup> CANDIDO, Antonio. As consequências do processo de 30 na cultura. p.108-123. In.: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: UFRGS/ ERUS, 1983.p.109. Participação no Pannel de encerramento: “O processo de 30 e suas consequências” – *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Depois publicado na *Revista Novos Estudos* do Cebrap. v.2, nº4, p. 27 – 36. abril de 1984, com o título *A Revolução de 1930 e a cultura*.

Porém, a revolução de 1930 mostrou não apenas um novo caminho, mas novas possibilidades de inserção dos intelectuais<sup>272</sup> no universo da sociedade e do Estado. Ou melhor, se foram cooptados, se tinham vocação, ou assumiram a posição de missão ou de compromisso, não vamos entrar neste debate, o importante é que este grupo desempenhou um papel preponderante nas ações do Estado, não somente os intelectuais que atuaram no governo federal na capital federal, mas os que atuaram nos estados da federação no partilhar, não só de ideias, mas de ações na implantação da ideologia varguista, ou seja, construindo um discurso, que permitia delinear uma hegemonia das classes que representa. Aqui cabe bem o diálogo que José Luís Bendicho Beired<sup>273</sup> traça sobre a categoria de intelectual, na concepção de Antonio Gramsci.

[...], para Gramsci, o critério para caracterizar a categoria dos intelectuais deve estar baseado no conjunto de ações em que as atividades intelectivas são desempenhadas. Pode-se concluir então que: a) a atividade intelectual deve ser analisada no conjunto das classes sociais em que ela é desenvolvida; b) o intelectual é um agente socialmente determinado; e c) os intelectuais distinguem-se por desempenharem certas *funções* quer nos processos de *reprodução* que nos de *transformação* da ordem social<sup>274</sup>. (grifo do autor)

Percebe-se na citação acima, que pela caracterização dos intelectuais e seu desempenho na sociedade estes são essenciais para “reprodução” e para “transformação” do tecido social, que segundo o pensamento gramsciano sobre o intelectual, este privilegia a função organizadora<sup>275</sup>. Em um Estado nacional que procura se regenerar com a revolução de 1930, essa categoria social será de vital importância na reconstrução do Estado brasileiro. Nos estados da federação republicana estes sujeitos serão os agentes presentes que promoveram a canalização não somente do discurso nacional com o local, assim como o oposto, o local com o nacional, tornando-os apenas uma única ressonância política de uma República Nova.

É nesta nova égide de Estado que se inserem os intelectuais piauienses no compartilhamento de ideias com o governo Vargas. Destarte, um projeto grandioso iniciado

<sup>272</sup> Neste contexto é importante a abordagem dos seguintes autores: MICELI, Sérgio. *Intelectuais e a classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1979. Coleção Corpo e Alma do Brasil. Aborda como os intelectuais aproveitaram a mudança pós-30 para assegurar “novas” posições no Estado, ou seja, foram cooptados. E PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990. Para quem a participação dos intelectuais no período era uma prova da desilusão com a República, logo, se postaram a auxiliar o Estado. Já o trabalho de MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia; os intelectuais e a política no Brasil: 1920 a 1940. *Revista Brasileira de Ciência Sociais*. São Paulo, ANPOCS, n°4, v.2, jul. 1987. Assinala que havia entre os intelectuais uma ação de compromisso político na transformação do Estado.

<sup>273</sup> BEIRED, José Luís Bendicho. A função social dos intelectuais. p. 121-132. In: AGGIO, Alberto. (Org.). *Gramsci – A vitalidade de pensamento*. São Paulo: Editora Unesp, 1998. Coleção Prima.

<sup>274</sup> *Ibidem*. p. 124.

<sup>275</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

com a Aliança Liberal que desembarcou no ambiente do processo revolucionário, precisava de colaboradores – intelectuais- mediadores, em todos os espaços da federação. É justamente neste panorama que inserimos os intelectuais piauienses neste dinamismo, e com suas ferramentas múltiplas de ações para promover não só o processo revolucionário liderado por Getúlio Vargas, mas as ideologias que foram implantadas a partir desta data.

### **2.3 A interventoria de Humberto Arêa Leão: espaço de reorganização de disputas oligárquicas**

Os momentos seguintes a data de 4 de outubro de 1930 no Piauí, foram marcados por vibrações e agitações políticas. Após a deposição do governador João de Deus Pires Leal, assume o governo provisório o seu vice, Capitão - Tenente Humberto de Arêa Leão, que estabelece as orientações do período pós revolucionário. Como primeiro ato, designa uma comunicação ao povo por meio do órgão oficial do governo *O Piauí*, que publica uma nota ainda no dia 4/12/1930, sobre o clima político, que tem como chamada no impresso o primeiro “Boletim revolucionário”, com a notícia de que:

O Governo Revolucionario do Piauí, implantado no Estado, obedecendo a um plano no Piauí, cumpre, nesta hora em que inicia a sua vida administrativa, o dever de se dirigir á população de nossa terra, no sentido de tranquiliza-la. A mudança de governo foi feita às primeiras horas da manhã, sem maiores danos individuaes além da perda de um dos tenentes revolucionarios, Basílio Silva, victima de uma passageira resistência da Guarda da Polícia. Em taes, condições, o Governo Revolucionario se sente muito bem affirmando que garantirá plenamente a todos os cidadãos Piauíenses, livres no exercício de sua profissão. Contribuirá, em tudo ao seu alcance, para manter, em todo o nosso território, a ordem necessária ao seu plano de reconstrução liberal. E’ ainda dever seu o de se congratular com todos os Piauíenses pela victoria das armas revolucionarias. Theresina, 4 de outubro de 1930. a) Comte. Humberto de Arêa Leão<sup>276</sup>.(sic)

As primeiras frases do governo revolucionário ao povo piauiense foi de tranquilizá-los, garantindo a liberdade e o livre exercício das profissões, ou seja, cada indivíduo, ou melhor, cada cidadão iria usufruir da liberdade das ações individuais e profissionais, exercendo os seus direitos. Utilizava o termo “cidadãos”, um termo republicano, agora empregado no novo momento da República, com um sentido de maior participação. Um

---

<sup>276</sup> NAPOLEÃO, Martins. *O Piauí na revolução de 1930 – subsídios para a história do movimento liberal ....* (Publicação Oficial). Theresina: Imprensa Oficial, 1930. p. 18.

governo revolucionário, que desde os primeiros manifestos da Aliança Liberal, já mencionava que o povo iria pegar em armas, caso a ordem das urnas não fosse respeitada. Prontamente, o governo se habilitava como legítimo, em que deixava claro que foi pelas mãos do povo que a revolução foi implantada. No final da tarde do dia 4 de outubro, o Capitão - Tenente Humberto de Areia Leão assumiu como governador revolucionário.

Esse “Boletim revolucionário” pode nos dar uma pista dos itinerários da presença dos intelectuais durante a era Vargas, no qual a imprensa, se configura como espaço por excelência dessa intelectualidade e ambiente natural de suas expressões e convicções, portanto, são eles que estão habilitados para organizar a imprensa e a produção das informações. O discurso impresso traz a preocupação de qualquer regime em lidar com o conjunto da população, diante de mudanças tão bruscas e ao mesmo tempo carregadas de esperanças de transformações.

A comunicação realizada pelo novo governo tem essa preocupação de ligar o governo ao povo. Esse diálogo muitas vezes era trilhado por indivíduos que tiveram o papel de cooperar com o Estado na construção de um discurso legitimador de mudanças. Esses indivíduos envolvidos com essas práticas culturais do discurso, que muitas vezes por força do termo intelectual, ligado ao mundo erudito, não eram considerados como tais. A referida informação não traz quem a elaborou, no entanto, foi publicada em um órgão de imprensa oficial, o que nos conduz ao pensamento de que foi em nome do governo.

O informativo foi elaborado por mediadores culturais, aqui entendidas como um conjunto de pessoas envolvidas no ambiente da imprensa, que muitas vezes não são consideradas intelectuais por não comportar em si a posição do termo associado a um eruditismo, ligado a poetas, filósofos, sábios, literatos, etc. Logo, esse alargamento da concepção do termo intelectual nos permite trazer ao campo, novas figuras como: editores, diretores, críticos, tradutores, colunistas, desenhistas, fotógrafos e outros.

Portanto, há todo um grupo heterogêneo que coloca suas ideias, muitas delas ganhando o campo do debate, e que vai trazer a seus afazeres práticas de mediação cultural, conseqüentemente de intelectual mediador. O período que se inaugura com uma revolução será fértil para estes sujeitos, tanto no cenário nacional, como no local, trabalhando os discursos na compreensão patriótica, que o momento anunciava ao povo.

Nos dias seguintes foram publicados decretos que criavam novas ações administrativas, entre elas, demissões que provocavam o isolamento de pessoas próximas ao governo anterior e as nomeações de cidadãos partidários do interventor para cargos em posições estratégicas na estrutura que se formava no governo. Alguns destes procedimentos



oficiais beneficiava diretamente os interesses pessoais de Matias Olímpio e de alguns correligionários, ou seja, “[...] caía o prestígio político da família Pires e ascendia ao poder a facção chefiada pelo Dr. Matias Olímpio”<sup>277</sup>.

Por outro lado, algumas atitudes exercidas pelo governador provisório, Humberto de Arêa Leão, criaram animosidades revolucionárias sobre a direção dos rumos da revolução no Piauí, com alguns integrantes do movimento revolucionário no estado, entre eles, o Des. Vaz da Costa, os irmãos Leão Marinho e João da Rocha Marinho e Abimael Soares da Rocha<sup>278</sup>, resultando em disputas políticas em torno da revolução. O Des. Vaz da Costa, se mostrou um grande opositor do governador provisório, não só das ações como governo revolucionário, como também por ter assumido o cargo de governador<sup>279</sup> sem um diálogo com os revolucionários.

Aqui cabe uma narrativa sobre o Des. Vaz da Costa, ele não era somente um bacharel em Direito, que ocupou algumas funções na magistratura no Piauí, chegando ao posto maior na estrutura judiciária do estado, o cargo de desembargador. Ele teve atuação ativa no comando das “tropas patrióticas” piauienses no combate à Coluna Prestes em sua passagem pelo Piauí, como também era um amante da educação e da imprensa. Criou o jornal a *Voz do Sertão* (1912) e colaborou com outros, como *O Progresso* (1924), *A Liberdade* (1928). Isto é, o Des. Vaz da Costa participava ativamente de tudo que se proponha a fazer, em suas ações, tanto no campo da educação, imprensa, magistratura ou da política.

Essa visão lhe fez um grande articulador do movimento, o que comprova que “O Piauí foi o primeiro Estado do Norte no qual a Revolução de 1930 foi vitoriosa, e as tropas piauienses foram enviadas ao Maranhão (interior) e ao Pará (Belém) em missões revolucionárias”<sup>280</sup>. Este aspecto demonstra que no mínimo, o movimento pré-revolucionário estava muito bem idealizado, com seus membros articulados entre si, e o Des. Vaz Da Costa no centro dessa articulação. Mas, o período pós-revolucionário passou por graves complicações políticas que dificultavam a consolidação do golpe no Piauí.

No período que vai da revolução a 04/10/1930 até a chegada do interventor Ten. Landri Sales em 21/05/1931, o Piauí teve três interventores. Isto, se justifica pois os

<sup>277</sup> CASTELLO BRANCO FILHO, Moysés. *Op. cit.*, p.75.

<sup>278</sup> Abimael Soares da Rocha era tenente do 25º Batalhão de Caçadores e foi excluído por ter se colocado ao lado do Des. Vaz da Costa no processo revolucionário de 1930. Cf. CAVALCANTE JUNIOR, Idelmar Gomes. A revolta dos cabos e a interrupção da “revolução de 1930” no Piauí (1931). In: SOUSA NETO, Marcelo de; ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. (Orgs.). *A história sob múltiplos ângulos: trajetória de pesquisa e escrita*. Teresina: EDUESPI, 2020.p.44.

<sup>279</sup> COSTA, Clóvis Vaz da. *Desembargador Vaz da Costa: revolucionário e democrata à frente de seu tempo*. Belo Horizonte: FUMARC, 2016. p.48.

<sup>280</sup> CASTELLO BRANCO FILHO, Moysés. *Op. cit.*, p.19.

elementos da oligarquia estavam atentos às mudanças, criando mecanismos para se reagrupar no novo momento político piauiense. Isto promoveu dentro do campo político piauiense no período pós revolucionário um quadro sucessório no estado com uma certa instabilidade.

O Des. Vaz da Costa, estava presente no centro da crise, dos três interventores, mostrava-se muito incomodado pelos rumos dela no Piauí, ficando conhecido no universo da política e da imprensa como “O caso do Piauí”, frase que era usada em vários documentos e notas de jornais, para identificar a crise política piauiense pós revolucionária – entre o presidente do Governo provisório, o Ministro da Justiça, Juarez Távora e outros. Em uma de suas publicações, o desembargador demonstrava claramente a sua ótica em relação ao regime republicano no Brasil. Em uma palestra denominada de *A Escravidão na República*, coloca no início da sua fala, que era em homenagem ao mestre Clóvis Bevilacqua:

[...] esbanjamentos e de riquezas incalculáveis, não passa de uma grande senzala, onde se move a massa imensa de milhões de escravos da ignorância e do analfabetismo, e milhões de letrados, escravos das conveniências mesquinhas, escravos dos interesses inconfessáveis, escravos da falta de sentimento do dever, escravos da falta de carácter firme e seguro, escravos da miséria moral, finalmente...  
 [...] A nação às portas da bancarrota; os Estados entregues a uma politicalha baixa de cobras que comem cobras; os municípios, eternos satrapias, sem responsabilidades e sem escrúpulos perante os municípes, [...] os governantes preocupados com a satisfação exclusiva das conveniências individuais, em detrimento dos interesses do país, dos Estados e dos municípios; o legislativo fiel aos gestos, á vontade e aos caprichos do executivo; a justiça acanhada, sem confiança, sem independência e sem autonomia ou perseguida e desautorada, sem acatamento e sem garantias; os políticos banaes, sem ideal, sem programma, sem decôro e sem convicção; o correio e o telegrapho sem sigilo e sem compostura; a imprensa amordaçada; a alma do povo “minada por um pessimismo canceroso e corrosivo;” Eis o quadro horrível da horrenda escravidão que todos nós temos, na República, o dever de procurar combater, por todos os meios e com todas as forças, a fim de que tenhamos, no próximo futuro, o gozo de ver essa imensa senzala transformada em nação livre, pujante, forte e grandiosa. Não há nação forte, sem independência economia, Não ha governo digno de respeito e admiração, sem que suas leis sejam dictadas pelas necessidades do bem geral e executadas com a rectidão, imparcialidade [...] não ha povo livre, sem espirito esclarecido [...] <sup>281</sup>. (sic).

É uma citação longa, porém uma mensagem<sup>282</sup> ilustrativa das ideias que expressava o Des. Vaz da Costa. Ele começa a sua fala narrando que já se passaram 34 anos da proclamação da República e o Brasil continuava vivendo o regime da escravidão. Ele

<sup>281</sup> COSTA, Joaquim Vaz da. *Arengas e retalhos*. Bahia: Oficinas da Livraria Duas Américas, 1924. p. 7-9. Livro elaborado em benefício da construção de um prédio escolar no município de São João do Piauí (PI). Composto por artigos, crônicas publicadas na imprensa local e em seu jornal *A Voz do Sertão*. As produções são de cunho político e de livre pensamento.

<sup>282</sup> Esta mensagem foi proferida a 10/05/1925 em benefício do Patronato Agrícola de São Raimundo Nonato (PI), na época dirigido pelo Pe. Horácio R. de Moraes, depois publicada no livro acima. É uma palestra dividida em dois momentos, o primeiro uma explanação do regime republicano no Brasil e o segundo momento, vai esclarecer a importância de defender, propagar os valores da educação em uma pátria que não respeita as instituições. *Ibidem*. p.7-18.

estabeleceu uma analogia em que as pessoas estavam presas a determinadas posturas que contrariavam o interesse coletivo, criando conjunturas de atraso para o Brasil, mesmo vivenciando a República, regime que traz no seu germe a *coisa pública*, o interesse de todos os cidadãos.

Aponta exemplo de regiões mais desenvolvidas, São Paulo, que continuava vivendo no oceano de coisas horrendas, e as demais regiões permaneciam esquecidas. Mesmas as pessoas esclarecidas eram orientadas por interesses pessoais ou de grupos, esquecendo o coletivo instruído pela República. Cita ainda vários elementos presentes na Primeira República que inspiraram e foram combatidos pelo processo revolucionário, princípios que o Des. Vaz da Costa se utilizou para combater esta estrutura carcomida que estava vivenciando a Primeira República no Brasil. Era um homem instigado a lutar contra o que estava fora de suas concepções e um vocacionado para educação e à imprensa, elementos que defendia fervorosamente.

Essa ardente ação em favor da revolução, também foi usada pelo Des. Vaz da Costa para estabelecer e fortalecer o movimento contra o Comandante Humberto Arêa Leão no poder revolucionário no estado. Até porque o governador provisório, se fortalecia no poder, pois no dia 12/11/1930, havia sido extintas as juntas de governos nos estados do Norte e Nordeste, transformando os governadores revolucionários em interventores federais. O Des. Vaz da Costa então, utilizou-se das mesmas articulações e contatos para a revolução no Piauí, para contactar Juarez Távora.

Essa persuasão é compreendida na carta encaminhada pelo Des. Vaz da Costa a Fernandes Távora, que iria intermediar a entrega de uma carta<sup>283</sup> anexa à sua, para Juarez Távora. A correspondência enviada à Fernandes Távora é que passamos a descrever trechos essenciais para nossa compreensão da situação política pós revolucionária no Piauí, e da determinação de mudar os rumos da interventoria do Comandante Humberto Arêa Leão no Piauí.

Theresina, 20 de novembro de 1930. Meu Prezado Am<sup>a</sup>. Dr. Fernandes Távora. Abraço o cordialmente. Com esta vai uma carta que dirijo ao Sr. General Juarez Távora, pela qual V. verá que dr. Mattias Olympio e o interventor seu cunhado nada cumpriram do que prometeram no entendimento de Parnahyba. Eles declararam francamente aos amigos que não vão sacrificar a sua situação política pela execução de um programma concebido apenas por meia dúzia de revolucionários idealistas e que a política do Piauhy continuará a ser feita no Rio, como sempre foi. Está,

---

<sup>283</sup> A carta encaminhada a Juarez Távora por intermédio do seu irmão Fernandes Távora, não foi encontrada nos arquivos do CPDOC (FGV - RJ), porém encontramos a carta que foi enviada a Fernandes Távora, na qual a carta mencionada no documento foi anexada. A carta enviada para Fernandes Távora é também ilustrativa do teor político que o Piauí passava no contexto.

portanto, nas mãos do Sr. General a sorte do Piauí, ou elle faz substituir o interventor oligárquica por um official de sua confiança que, indifferente às intrigas dos políticos, venha cumprir fielmente as suas determinações e executar integralmente o programma revolucionário, conforme lhe alvitrei em Parnahyba ou o Piauí continuará escravizado por uma oligarquia que difere da que derribamos, apenas em servir senão numerosos ainda em todo o Estado os parentes dos dois cunhados. [...]. O movimento aqui fez por minha ação sobre sua direção. Eu nada aspiro, nada desejo e nem tenho nenhuma ambição. Só por isto os covardes e foltrões se apoderaram da fresa para fazer oligarcia. Tavora será V. não eu o advogado da cousa. Defênda a sua obra que está sendo desvirtuada pelos ambiciosos e com isto perderá em segundo e mais valioso serviço a esta infeliz terra de gente infeliz e trabalhadora. A carta do Sr. General vai dentro de sua para que n.a veja. Afim de evitar demora por erro de endereço, peço-lhe o obsequio de encaminhá-la com os respectivos documentos e com recomendações que V. julgar conveniente fazer, para que lhe chegue as mãos o mais breve possível. Disponha sempre como entender do natucio e am<sup>o</sup>. que senti prazer em cumprir as suas ordens. Des. Vaz da Costa <sup>284</sup>(sic).

O trecho denso, carregado de inúmeros aspectos da política do Piauí em que o Des. Vaz da Costa traça argumentos persuasivos sobre a situação e os interesses políticos em torno do poder no estado, que ameaçam os princípios que nortearam a campanha política e a revolução. Assinala que os programas idealizados pelo processo revolucionário não iriam ser seguidos no Piauí, pelo contrário, a ordem anterior não seria alterada, apenas mudada de posição oligárquica. A política a ser aplicada no estado do Piauí, se não tivesse uma interferência direta de Juarez Távora, iria levar o movimento à inércia, em relação às mudanças esperadas pelos revolucionários e pelo povo.

No trecho da carta menciona que “Távora será V. não eu o advogado da cousa”, ou seja, estava nas mãos do líder da revolução no Nordeste Juarez Távora a responsabilidade para alterar esta situação política. Por conseguinte, o Des. Vaz da Costa esperava uma solução, e ao mesmo tempo, se colocava a serviço novamente da revolução no estado, em busca provavelmente de uma melhor posição para o seu grupo.

Ainda sobre a carta, podemos inferir que no Piauí, todavia era visível a força da oligarquia, e agora segundo o documento, sob a égide das pessoas que tiveram uma participação menor na revolução, mas que exerciam o controle do poder com uma força que não foi proporcional à desempenhada tanto nos preparativos, como na eclosão da revolução no Piauí. A fala do Des. Vaz da Costa leva ao nome de Matias Olímpio e sua família, representada pelo interventor Humberto de Arêa Leão e os seus correligionários mais diretos, isto significa para o Des. Vaz da Costa que no Piauí, o processo revolucionário acabava com o

---

<sup>284</sup> Carta do Des. Vaz da Costa a Fernandes Távora. 20 de nov.1930. Arquivo Osvaldo Aranha. FGV/CPDOC, cp OA 30.11 20/9 docs 1 folha1.

poder oligárquico dos Pires Ferreira, e colocava agora não as mãos de Matias Olímpio, e sua parentela de familiares e correligionários, segundo a narrativa da carta.

A pessoa de Juarez Távora representava a influência da participação dos militares, em especial dos tenentes, que foram essenciais para o movimento, pois esse grupo social, já vinha se articulando desde os anos 20. Esses vínculos com as questões políticas do Brasil se mostraram marcantes com a passagem da Coluna Prestes em várias regiões do território brasileiro, divulgando uma pauta aberta a várias reivindicações do Nordeste.

A presença dos tenentes no interior do movimento e na organização do estado pós revolucionário era uma garantia para a manutenção das linhas traçadas no programa revolucionário e na pauta tenentista. Cabe aqui a reflexão de Boris Fausto<sup>285</sup> sobre a participação dos tenentes no contexto:

O “elitismo” tenentista se revela, desde logo, na estratégia revolucionária: a insurreição desligada das classes populares, incapazes de superar a passividade e promover, por suas próprias mãos, a derrubada das oligarquias. Mas, a intervenção da força armada visa também “prevenir excessos”<sup>286</sup>.

Era essa a ação tenentista que o Des. Vaz da Costa esperava de Juarez Távora, grupo capaz da “derrubada das oligarquias” e ao mesmo tempo “prevenir excessos”, para manter as diretrizes propostas pela Aliança Liberal e pela revolução. Logo, era essa a ação esperada pelo líder da revolução no Piauí, pois temia ver a reconstrução das mesmas mazelas políticas que outrora lutou para derrubar, presentes na Primeira República. Foi por sua ação no processo revolucionário dos estados do Norte e Nordeste que Juarez Távora<sup>287</sup> foi nomeado em janeiro de 1931, ao cargo de Delegado Militar das interventorias dos estados destas regiões.

O objetivo deste cargo de Delegado Militar do Norte era assistir mais de perto as ações nesses estados da região Norte e Nordeste na sua organização pós revolução. Juarez Távora gozava de grande prestígio no governo federal, chegando a integrar um grupo denominado de “Gabinete Negro”<sup>288</sup>, na sua maioria de jovens revolucionários. Tinha profundo conhecimento sobre esta porção do território brasileiro, logo sua função era articular e evitar conflitos que

<sup>285</sup> FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981

<sup>286</sup> *Ibidem*. p.89.

<sup>287</sup> A princípio foi nomeado para o Ministério de Viação e Obras Públicas (04/11/1930 a 24/11/1930), ficando no cargo poucos dias, indicando José Américo de Almeida, para assumir o ministério.

<sup>288</sup> Formado por grupo de tenentes e de civis, para debater os rumos da Revolução de 1930, e evitar uma aproximação os velhos políticos. Entre os integrantes do grupo destacavam-se Osvaldo Aranha, José Américo de Almeida, Juarez Távora, Pedro Ernesto Batista, João Alberto Lins de Barros, Plínio Casado, Virgílio de Melo Franco, Ari Parreiras, Pedro Aurélio de Góis Monteiro e José Fernandes Leite de Castro. O Gabinete Negro foi o embrião do Clube 3 de Outubro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-matematico/gabinete-negro>. Acesso em: 12 abr. 2020.

enfraquecessem as linhas traçadas na conflagração de 1930, e promover o crescimento da região Norte e Nordeste, supervisionando os interventores e recebendo a denominação de “Vice-Rei do Norte”.

Outro elemento importante nesta conjuntura foi da criação da Legião de outubro por integrantes da organização da revolução como: Osvaldo Aranha, Pedro Aurélio Góes Monteiro, Miguel Costa, Juarez Távora e outros. Essa entidade política que tinha como objetivo fortalecer as ideias da Revolução de 1930, e evitar que os inimigos da revolução se aproveitassem de situações para restabelecer os seus interesses. Essa organização política era vigilante dos ideais propagados pelos pressupostos revolucionários, com a instalação de núcleos nos estados.

No Piauí, essa instalação do núcleo ocorreu na data de 18/12/1930, em solenidade ocorrida com a presença de autoridades e pessoas que representavam vários segmentos sociais. O evento ocorreu na Câmara dos Deputados, com as autoridades locais compondo a mesa de honra do evento, como presidente o “[...] Comandante Humberto de Arêa Leão, interventor federal, ladeado pelos srs. Dr. Adolpho Alencar, secretário de estado da polícia, coronel Antônio de Almeida Freitas, secretário de fazenda e dr. Mathias Olympio de Melo, [...]”<sup>289</sup>. Todos tiveram a palavra e Matias Olímpio “[...] produziu vibrante oração sobre o movimento revolucionário. Terminado o Sr. Presidente declara fundada a Legião de Outubro”<sup>290</sup> no Piauí.

A solenidade descrita foi bastante concorrida, com a participação de personalidades da sociedade piauiense. Observamos pelo documento que não é identificada a presença do Des. Vaz da Costa e de outros revolucionários. Essa ausência dos integrantes revolucionários na reunião de fundação da Legião de Outubro no estado simbolizava uma ação concreta de exclusão, que promovia um esquecimento no contexto político pós-revolução de alguns integrantes e de suas ideias. Em compensação, avalia-se o engrandecimento de outros, em especial do interventor o Comandante Humberto de Arêa Leão e de Matias Olímpio. Tudo isso se somava às decisões administrativas do interventor, que foram criticadas por pessoas ligadas ao movimento, contribuindo para uma resistência à sua administração, e à formação de um grupo de oposição coeso ao seu governo.

---

<sup>289</sup> *O Piauí - Órgão Oficial dos Poderes do Estado*. 31/12/1930. p. 9.

<sup>290</sup> *Ibidem*. p.9.

Até o comandante do 25 ° BC, à época, Capitão Joaquim Lemos Cunha<sup>291</sup>, encaminhou correspondência ao comando da revolução traçando uma narrativa semelhante ao Des. Vaz da Costa sobre os rumos políticos do Piauí. Em uma de suas cartas, temos uma endereçada ao interventor da Paraíba, Antenor Navarro, para que este pudesse ter conhecimento do “o caso do Piauí”. O trecho a seguir possui um contexto semelhante ao pensamento de alguns revolucionários, pois para o capitão Lemos Cunha, era:

[...] impossível continuar aqui, programa revolucionário completamente burlado, filhos, irmãos, parentela todo governo debochando dos verdadeiros revolucionários aqui partido dominante Mathias Olímpio trabalha minha retirada visto receber quartel revolucionário desembargador Vaz da Costa e irmão Marinho. [...]. Dr. Desembargador Vaz da Costa deu conhecimento povo actos ilegais interventor Estado que o jornal “A Liberdade” escreveu é a pura verdade. Segue correio números jornaes talvez não receba visto a politicagem aqui, [...]. Todos da minha companhia desgostosa, almejam voltar Parahyba<sup>292</sup>.

Essa carta foi endereçada ao interventor da Paraíba, que pelo teor da informação tinha conhecimento da ação política em torno do quartel. O Capitão Lemos Cunha era natural daquele estado. Na carta, ele confirma o poder do grupo de Matias Olímpio, como reafirma que este e o interventor do Piauí não tem compromisso com o programa revolucionário, bem como fatiaram o governo com um conjunto de parentes, agregados e correligionários. Na mesma carta, relata ainda a livre circulação que o Des. Vaz da Costa e os irmão Marinhos possuíam no Quartel do Exército, motivo este para que a política de Matias Olímpio articulasse sua saída do comando do 25 ° BC.

O ano de 1931 começa envolvido em uma crise da interventoria e com articulações para retirar o interventor Humberto de Arêa Leão do comando do estado. O Des. Vaz da Costa é o principal nome de liderança desta agitação. A permanência do interventor era uma ameaça às diretrizes revolucionárias por sua aproximação com Matias Olímpio, que simbolizava o fortalecimento das oligarquias estaduais, segundo os argumentos do Des. Vaz da Costa.

---

<sup>291</sup> Joaquim Lemos Cunha. Nasceu na Paraíba (PB), em 28/09/1891. Sentou praça no Exército em 1911, Aspirante de Oficial em 1915, Tenente em 1922 e Capitão em 1928. Em 1925 combateu a Coluna Prestes, no Piauí. Na Revolução de 1930 foi comissionado Cel. Cmdt do 25 ° BC, de 18/11/1930 a 29/01/1931. Foi interventor federal provisório no Piauí de 29/01/1931 a 21/05/1931. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.157. *Passim*.

<sup>292</sup> Carta do Capitão Joaquim Lemos Cunha para o interventor da Paraíba, Antenor de França Navarro, em 18 dez.1930. Arquivo Juarez Távora. FGV/CPDOC. JT dpf 1930.12.08 9.

Foi o que ocorreu em 29/01/1931, o afastamento do interventor pelo movimento foi concretizado, em uma ação liderada<sup>293</sup> pelo Des. Vaz da Costa, que contava com grande prestígio com as tropas federais do 25º BC, da mesma forma na Polícia Militar do estado. Logo, em seguida, encaminhou um telegrama endereçado ao presidente do Governo provisório, Getúlio Vargas, com caráter de “urgentíssimo”. Fonte pesquisada no Arquivo Nacional<sup>294</sup>, com o seguinte teor:

Povo e policia acabam depor interventor calmamente sem derramento de sangue, sem nenhuma perda pessoal e sem que as famílias soffressem abalos e nem vexames. Acclamado massa incomputavel todas as classes sociaes assumi governo para não ficar acephalo. Não tenho, porem, nenhum intuito pessoal, nada quero, nada pleiteio, nada desejo se não que interventor oligarcha e peculatário seja substituído por pessoa da confiança do Sr. General Juarez Tavora, que venha cumprir aqui o programma da revolução, respeitar direitos seus governados e conduzir Piauhy à verdadeira finalidade revolucionaria, pela regeneração de costumes políticos, pelo alevantamento moral e pelo engradecimento e prosperidade que só a paz, e a ordem no trabalho podem produzir. Saudações Desembargador Vaz da Costa, Governador Revolucionario<sup>295</sup>. (sic).

O telegrama foi encaminhado ao presidente do Governo provisório, logo após a deposição do interventor. O conteúdo do referido documento deixa claro o objetivo do Des. Vaz da Costa em relação ao movimento, que era destituir o interventor Com. Humberto de Arêa Leão, acusado de ser oligarca e de não seguir a plataforma revolucionária e de ter abusado da confiança pública para proveito próprio e de pessoas próximas.

Ressalva que não tinha interesses pessoais na deposição do interventor, não pleiteava nem a posição de interventor ou outro cargo, simplesmente queria que o major Juarez Távora nomeasse uma pessoa que cumprisse o “programa da revolução”, ações que o interventor, nas

<sup>293</sup> O ato foi comunicado a população por boletim feito pelo Des. Vaz da Costa em 29/01/1931, divulgando que “[...]. Para tranquilidade da população teresinense, comunicamos que o movimento operado às 12 horas de hoje, que culminou com a deposição e conseqüente prisão do Sr. Comandante Interventor, e de alguns de seus imediatos auxiliares, [...]. Tudo normalizado, cada um pode se entregar aos seus afazeres, aguardando a instituição de um governo honesto, moralizado e justiceiro, imposto pelo povo. Viva a revolução piauiense! Abaixo o despotismo que o povo piauiense já suportava à força! Des. Vaz da Costa, Leão Marinho, Abimael Soares da Rocha e Antonio da Rocha Marinho. Cf. COSTA, Clóvis Vaz da. *Desembargador Vaz da Costa: revolucionário e democrata à frente de seu tempo*. Belo Horizonte: FUMARC, 2016. p.53.

<sup>294</sup> Arquivo Nacional (AN-RJ). Este documento está presente no CODES: Fundo: Secretária da Presidência da República (SDR025), esta secretaria já existia sem articulação nos anos de 1889-1910. A partir de 1930 se organizou adquirindo um papel de Ministério com Luiz Vergara. Essa Secretaria ganhou no governo Vargas uma grande dimensão, criando um canal do Governo com o povo e as instituições, e ao mesmo tempo mobilizando os ministérios para agir em função das demandas. Com a instalação do Estado Novo essa Secretaria chegou ao auge. Cf. FERREIRA, Jorge. *Getúlio Vargas, o povo e a secretaria da presidência da república*. p.139-161. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa. *O corporativismo em português – estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>295</sup> Telegrama do Des. Vaz da Costa ao Chefe do Governo provisório Getúlio Vargas, informando que tinha promovido a deposição do comandante Humberto de Arêa Leão. 29 de jan. 1931. Arquivo Nacional (AN – RJ). CODES: Fundo Gabinete Civil da Presidência da República: 1930 a 1945.SDR025. Série: Governos Estaduais: Piauí. Lata 24. Ano 1931.



considerações do Des. Vaz da Costa, não estava operando. Os “costumes políticos” precisavam ser “regenerados”, conduzindo-os para a prosperidade, fruto do trabalho.

#### 2.4 A interventoria do Capitão Joaquim Lemos Cunha: espaço de agitações partidárias

Observa-se uma intensa comunicação entre o governo federal e os estados durante o período da pesquisa. O Fundo: Secretaria da Presidência da República (SDR) de 1930 a 1945, no Arquivo Nacional, é um bom exemplo desta afirmação. Salientamos ainda que o diálogo era intenso por meio de telegramas, cartas, relatórios, documentos oficiais, fotos, mapas e outros. Entre estes elementos temos os telegramas, que caracterizam o principal meio de comunicação da Era Vargas. Nesse documento em especial, podemos inferir a eficiência deste meio de comunicação no período, que não tinha hora e nem momento para ser transmitido. O que orientava sua emissão e recebimento eram os acontecimentos e as urgências dos fatos que aconteciam.

O Des. Vaz da Costa assume o governo “[...] das 12 às 21 horas do dia 29-01-1931, deixando o poder voluntariamente”<sup>296</sup>, passando o governo para o comandante do 25 ° BC, Capitão Joaquim Lemos Cunha, que passa um telegrama para o presidente Getúlio Vargas, no dia 29/01 às 20:50, comunicando o acontecimento, [...] assumi Governo [...] solução caso actual do Piauhly. Desembargador Vaz da Costa entregou-me Governo perante numerossima assistencia publica aclamações delirantes. [...]”<sup>297</sup>. Depois encaminha outro telegrama<sup>298</sup> para o Ministro da Guerra, com o conteúdo semelhante acima. No dia 31/01/1931, sábado, o *Diário Oficial*<sup>299</sup> do estado do Piauí circulou com a publicação de um editorial com o seguinte título: *A Mudança de Governo*, que passamos a transcrever alguns trechos:

Era mesmo de esperar, e já tardava o movimento que desse como consequencia a deposição do sr. Commandante Humberto do cargo de interventor federal deste

<sup>296</sup> TITO FILHO, A. *Governadores do Piauí: capitania – província – estado: 3 ed.* Rio de Janeiro: Artenova, 1978b.p.50.

<sup>297</sup> Telegrama do Cap. Joaquim Lemos Cunha ao Chefe do Governo provisório, informando que tinha recebido o governo das mãos do Des. Vaz da Costa. Arquivo Nacional (AN-RJ). CODES: Fundo Gabinete Civil da Presidência da República: 1930 a 1945. SDR025. Série: Governos Estaduais: Piauí. Lata 24. Ano 1931.

<sup>298</sup> Telegrama do Cap. Lemos Cunha ao Ministro da Guerra Gen. brig. Jose Fernandes Leite de Castro, de 10 de jan. 1931. Arquivo Osvaldo Aranha. FGV/CPDOC, cp OA 30 01 29/3 I-2. Na transcrição da fonte, foi preservada não só a ortografia, mas as letras maiúsculas presente na cópia do telegrama.

<sup>299</sup> Começou a circular com o título de *Diário Oficial do Estado do Piauhly* em janeiro de 1931, substituindo o título: *O Piauhly - Orgão Oficial dos Poderes do Estado*.

Estado. [...] foi parte da maior e mais eficiente atividade a Brigada Policial do Estado, para aquele objetivo. O povo se ia por assim dizer, redimir de uma situação a que estava sendo submetido, de extremado vexame, [...] resultado da prática de processos que foram apanágio do governo deposto, incompatíveis com os princípios que regeram a campanhas em favor da Aliança Liberal. [...] na Praça Rio Branco, elementos de toda as classes sociaes de Teresina pronunciou o inclito desembargador Vaz da Costa, entusiasticamente aclamado, magistral discurso. No qual, ao terminar, deu ao povo a animadora noticia que estava nomeado [...] para lugar de interventor do Piauí [...] sr. Capitão Lemos Cunha<sup>300</sup>(sic).

A matéria do *Diário Oficial* colocava que a saída do interventor estava relacionada a atos contrários aos princípios morais e revolucionários como: a manutenção e a reativação de oligarquias, a estrutura administrativa do estado a serviço de interesses pessoais e familiares, que colocava não somente o povo, mas o estado em uma situação delicada, assinalando ainda que as ações do antigo interventor contrariavam os elementos propagados pela campanha da Aliança Liberal. Isto estava muito presente nos líderes do movimento que estavam vivenciando a instalação do governo pós-revolucionários, principalmente os militares de carreira, como Juarez Távora e os que se sentiam e foram agraciados como militares, como o Des. Vaz da Costa, responsável pelo discurso de saudação e de comunicação ao povo *A Mudança de Governo*, anunciava ao povo o novo interventor interino para o Piauí.

O Capitão Lemos Cunha assume como o segundo interventor no Piauí em uma situação provisória. O fragmento do telegrama descrito anteriormente, bem como o editorial do *Diário Oficial do estado*, deixa clara a liderança do Des. Vaz da Costa no movimento, onde o mesmo ficou governando por horas enquanto se articulava para transmitir a chefia do governo revolucionário para o Cap. Lemos Cunha, que não deixa de registrar a participação popular no ato, como forma de relacionar que o povo aprovava a substituição. Sabemos que as palavras usadas no referido documento tinham como objetivo sensibilizar o governo federal no apoio ao ato. O interventor Cap. Lemos Cunha assume, porém, com o conhecimento administrativo que se investia no cargo como interino pelo governo federal e pela Delegacia do Norte.

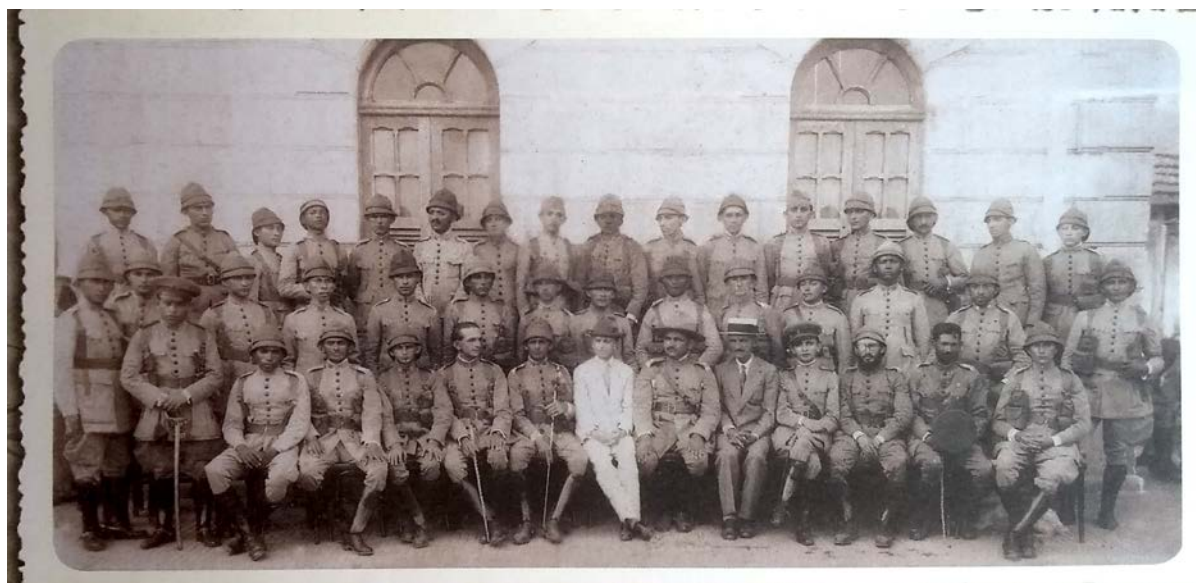
A interventoria do Cap. Lemos Cunha foi instalada em clima de cisões internas entre os integrantes do processo revolucionário, entre eles, elementos oligarcas e a notória dificuldade para estabilizar algumas interventorias no país<sup>301</sup>. Entre elas está o alinhamento do Norte à revolução, pois nestas regiões as influências oligárquicas estavam muito vivas e os atritos políticos eram constantes, produzindo um clima de instabilidade política. Como

<sup>300</sup> *Diário Oficial do Estado do Piauí*. Ano I. nº 24. 31/01/1931. p.1.

<sup>301</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. p.339-425. In.: GOMES, Angela Maria de Castro. et al. (Orgs.). *Regionalismo e centralização política*: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1980. Brasil Século 20. p.348.

mencionado, o Des. Vaz da Costa tinha uma relação próxima com as instituições do 25º BC e o Quartel da Polícia. Um bom exemplo é a foto a seguir, tirada nos ambientes deste espaço militar, do 25º BC, em homenagem a esse comandante da Revolução de 1930 e ex-comandante da referida unidade militar do Exército.

Figura 5 – Homenagem ao Des. Joaquim Vaz da Costa



Nota: Des. Vaz da Costa no 25º BC, com militares e civis. Ele encontra-se entre os dois civis da referida foto em 1930.

Fonte: COSTA, 2016. p.154.

Na foto podemos captar pela imagem o alinhamento da tropa, bem como a presença de oficiais demonstrando o respeito que a instituição do 25º BC demonstrava ao “revolucionário Vaz da Costa”, colocando na foto uma dedicatória a ele e trazendo em suas linhas os seguintes dizeres:” Ao Comandante, Senhor Desembargador Joaquim Vaz da Costa, oferecem os oficiais revolucionários do 25º BC, em 13/10/1930”<sup>302</sup>. Esse ímpeto do Des. Vaz da Costa ficou comprovado na destituição do interventor anterior, ou que lhe valeu a abertura de um processo para investigar a sua participação nesta deposição. Para o Governo provisório significava um desequilíbrio de sua força, esta ação do Des. Vaz da Costa, que precisava ser apurada, visto que um membro de um estado contrariava as diretrizes do governo revolucionário, em que o projeto era a regeneração literal de todo o território nacional.

A interventoria do Cap. Lemos Cunha foi marcada por agitações no estado e fora dele. No estado, foi marcada por instabilidade política entre os partidários do Com. Humberto de Arêa Leão, que ficaram descontentes com sua saída, e as ações do Des. Vaz da Costa em

<sup>302</sup> COSTA, Clóvis Vaz da. *Desembargador Vaz da Costa: revolucionário e democrata à frente de seu tempo*. Belo Horizonte: FUMARC, 2016. p.154.

relação a este contexto. Outro aspecto foi o clima de receio pela interventoria provisória instalada no estado e a preocupação com as ações do governo federal diante de tal acontecimento, se seria mantido o interventor, ou realizada a nomeação de outro. No governo federal “o caso do Piauí” inspirava cuidados, pois não era interessante diante de uma ação revolucionária estas oscilações políticas, o que comprova a intensa comunicação neste período entre Juarez Távora, Getúlio Vargas, Osvaldo Aranhas e os integrantes do governo do estado do Piauí.

A situação no Piauí, portanto, não teve calma com a nomeação do interventor Lemos Cunha, fato que pode ser confirmado pela nota no *Diário Oficial*, em 19/02/1931<sup>303</sup>, que ocupou duas páginas do referido periódico oficial, que trazia como título “NOTA OFFICIAL”. Nesta nota colocava que a obra de construção social, política e administrativa era uma responsabilidade de todos, e assinala que “[...] o golpe revolucionário de outubro, não poderá ser feita sobre outros alicerces”<sup>304</sup>.

A nota é extensa e tentava esclarecer os rumos da situação no Piauí, com uma direção assertiva, a ser seguida em benefício da revolução. A nota afirmava que o momento era de trabalho, lealdade, dedicação, em que qualquer campanha contrária, desvirtuando dos princípios revolucionários e da democracia, era uma campanha oposta aos preceitos da Revolução de Outubro, ou seja, qualquer ação “[...] impatriótica em fim, deve ser condenada e firmemente combatida”<sup>305</sup>. O comunicado era direcionado aos opositores, informando que o estado e os defensores dos princípios apresentados acima iriam reagir de modo enérgico para preservar a paz administrativa e política do governo e da revolução.

Os momentos seguintes seriam de novas ações do governo do interventor interino Cap. Lemos Cunha no sentido de orientar a condução do estado e dos poderes, entre estes procedimentos, temos: novas nomeações para postos chaves na esfera do governo, que promoveu a retirada de pessoas com a proximidade ao antigo interventor e seus aliados; realizou a reforma da Justiça por meio do Decreto Estadual nº. 1187, de 24 de março de 1931, que criava entre outras estruturas, os cargos de primeiro e segundo procuradores gerais. O interventor se aproximou dos meios sociais, procurando canalizar uma boa imagem no interior da sociedade piauiense, criando durante a sua permanência no comando do estado uma situação de equilíbrio na administração da interventoria.

---

<sup>303</sup> *Diário Oficial do Estado do Piauí*. 26/02/1931. p.1.

<sup>304</sup> *Ibidem*. p.2.

<sup>305</sup> *Ibidem*. p.2.

Foram nomeados novos desembargadores, respectivamente: Esmaragdo de Freitas e Sousa<sup>306</sup>, Simplício de Sousa Mendes<sup>307</sup> e Giovanni Piauiense da Costa<sup>308</sup>. Nesse contexto, antes do decreto citado acima, em 19 de março, o Des. Vaz da Costa<sup>309</sup> pediu exoneração do cargo, que foi recusado pelo interventor Joaquim Lemos Cunha. Esse ato em particular causou grande espanto e perturbação no universo da política e da justiça do estado, criando novamente uma atmosfera inusitada, pois não era comum o pedido de exoneração de um cargo de mais alta relevância na estrutura do poder judiciário e de grande prestígio entre os demais poderes.

As inquietações políticas em relação a instabilidade administrativa da interventoria no Piauí, são amenizadas pela articulação de alguns intelectuais piauienses, com o objetivo da criação de uma Faculdade de Direito no estado. Esse grupo criou conexões com o poder estadual, representado pelo interventor interino Cap. Lemos Cunha, que se mostrou favorável à sua implantação, ao mesmo tempo em que buscava unir pessoas que fossem solidárias a esta ideia, pessoas ligadas a sociedade civil e as instituições. A Faculdade de Direito do Piauí, se tornaria um grande celeiro de intelectuais, ao lado da Academia Piauiense de Letras e das demais instituições que abrigavam os intelectuais do estado como: Instituto Histórico e

---

<sup>306</sup> Esmaragdo de Freitas e Sousa. n. Floriano (PI), 1887 – f. Rio de Janeiro (RJ), 1946. Formado em direito, exerceu vários cargos na estrutura judiciária do estado, se tornando desembargador. Além de exercer vários cargos na estrutura do governo estadual. Foi professor da Faculdade de Direito do Piauí e Senador em 1946. Em Teresina redigiu os jornais *Andorinha* (1904), *Caco de Vidro* (1906), *Revista da APL*. Colaborou no *Cidade de Teresina* (1913), *Revista Acadêmica* (1935), *O Piauí* (1945), *A Gazeta*. Membro de várias instituições culturais e profissionais. Publicou as seguintes obras: *Consolo Amargo* (novela, 1908), *Impeachment e Direito de Indultar* – monografias jurídicas, *O Papel de Pernambuco na Formação da Nacionalidade*, *O Visconde da Parnaíba* (1947), *Justiça Piauiense* (1959) e outras obras. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p. 547-548. *Passim*.

<sup>307</sup> Simplício de Sousa Mendes. n. em Miguel Alves (PI), 1882 – f. Teresina, 1971. Formado em direito exerceu várias atividades na magistratura, como desembargador e na estrutura do estado como Diretor da Imprensa Oficial e do Diário Oficial, foi deputado estadual, coautor do anteprojeto da Constituição estadual de 1935. Um dos fundadores da Faculdade de Direito do Piauí e seu catedrático. Dirigiu a revista *Litericultura* (1912), *Diário do Piauí* (1911/15), *O Piauí* (1916). Colaborou com a *Revista da APL*, *Almanaque da Parnaíba*, *A Revista*, *Revista Acadêmica*, *O Piauí*, *Cultura Acadêmica* e outros. Publicou *O Ideal Cristão* (1926), *Propriedade Territorial do Piauí* (1928), *O Homem, a sociedade, o Direito* (1934). BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.169-170. *Passim*.

<sup>308</sup> Giovanni Piauiense da Costa. n. no Piauí e faleceu no Rio de Janeiro. Bacharel em direito, foi Delegado Geral de Polícia em Teresina, Juiz de Direito e Desembargador em 1931. Jornalista, colaborou com vários impressos como *Almanack Piauiense*, foi um político polêmico. Publicou: *O Crime de Teresina* (1928), *Malversações de um Governante* (1942), *O Estado Novo no Piauí* (1941) e vários trabalhos jurídicos. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.150. *Passim*.

<sup>309</sup> O Des. Joaquim Vaz da Costa, pede a exoneração do cargo de desembargador, que foi rejeitado pelo interventor Joaquim Lemos Cunha. Depois com a posse do novo interventor federal Landri Sales Gonçalves, este não atendeu ao pedido de exoneração, mandou aposentá-lo *ex officio*, e posteriormente no governo de Leônidas de Castro Melo, foi posto em disponibilidade. Cf. TITO FILHO, A. *Sua excelência o egrégio* – síntese histórica. 2 ed. Teresina: APL, 1991 p.10-11. *Passim*.

Geográfico do Piauí<sup>310</sup>, Cenáculos Piauienses de Letras<sup>311</sup>, os espaços da imprensa, os ambientes educacionais como os seus grêmios e suas produções culturais vinculados ao trabalho desses letrados. Estes espaços conduziram muitos dos elementos culturais que se fizeram presentes no período pós-30. Sobre a origem da Faculdade de Direito, assim se pronunciou Higino Cunha:

Era uma antiga aspiração da elite intelectual do Piauí. Desde o advento da República no Brasil, que decretou a autonomia dos Estados, atribuindo-lhes a faculdade de criar e dirigir institutos de ensino secundário e superior, officiaes e particulares equiparados, algumas unidades da Federação se apressaram em utilizar a nova regalia constitucional. Parece que no Norte foi o Ceará quem primeiro criou a sua Faculdade de Direito. Outros não tardaram em seguir-lhe o exemplo, [...]. Ficava assim o Piauí na penumbra entre estes focos de luz vizinhos. [...] A sua elite intelectual é das mais notáveis, demonstrando-o nas suas lutas internas e no elevado contingente fornecido, *extra muros*, a cultura do país, na imprensa, na burocracia, na milícia, na política, no magisterio e na magistratura, em todos os ramos da atividade idealista ou real. Era preciso vencer o óbice financeiro dentro dos limites das nossas possibilidades. A idéia pairava no ar, dispersa e fluctuante, à espera da sação propicio para ser lançada ao solo e germinar. Intensificou-a a revolução de 1930. Mesmo no meio da confusão reinante nos primeiros meses. Ella não deixou de vogar no espaço como um astro erradio em busca do seu centro de gravitação<sup>312</sup>(sic).

No entendimento de Higino Cunha, a ideia era uma aspiração antiga dos intelectuais piauienses, grupo que outrora tinha se destacado em vários ambientes letrados, tanto no Piauí, como fora dele. Outros estados tinham tido êxito na criação de faculdades de Direito, já o Piauí, ainda continuava isolado deste contexto, no entanto, o momento agora era de buscar nessa nova conjuntura republicana aplicar as regalias do federalismo no Piauí, no que se refere a autonomia de criar a sua primeira instituição de ensino superior. O momento que se criou com a revolução de 1930, foi de recuperação de ideias e ações que levassem ao progresso e modernização do estado, com o apoio do interventor e do Governo provisório.

Como destaca Melo<sup>313</sup>, a educação é uma condição *jure et facto*, ou melhor, de direito e de fato, “a ausência de uma instituição de ensino superior local criava dificuldade para

<sup>310</sup> O Instituto Histórico e Geográfico Piauiense (IHGPI). Foi criado em 23/06/1918, com nome de Instituto Histórico Antropológico e Geográfico Piauiense. E conta com uma revista do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí, o exemplar nº 1, saiu no ano de 1920, o nº 2 em 1922 e nº3 no ano de 1972, os demais com anos espaçados. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.318-320. *Passim*.

<sup>311</sup> Cenáculos Piauienses de Letras. Fundado em Teresina (PI), em 1913, só se instalou, efetivamente em 7/9/1927, possuía 30 cadeiras que tinha por patronos os então membros efetivos da Academia Piauiense de Letras, tinha um periódico denominado de Revista. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.126. *Passim*.

<sup>312</sup> CUNHA, Hygino. Memória histórica da faculdade de direito do Piauí 1931 – 1934. p.02-08. In.: *Revista Acadêmica*. nº1. maio/1935. p. 02.

<sup>313</sup> MELO, Antonio Maureni Vaz Verçosa. *Os alicerces da educação superior no Piauí: uma avaliação das experiências das faculdades de direito e católica de filosofia 1930 – 1970*. 2006. Dissertação. Universidade Federal do Piauí (UFPI). Teresina (PI), 2006.

implementação de projetos que visassem promover uma modernização da sociedade piauiense” e das grandes transformações desejadas por ela<sup>314</sup>. O estado contava com bacharéis para compor o seu quadro docente com ampla atuação na magistratura, bem como no campo intelectual do estado, condição que se apresentou de forma propícia, pois o discurso dos revolucionários de 30 estava atrelado à modernização da sociedade. Assim, a instalação de uma instituição de ensino superior estava associada ao conceito de progresso, modernidade, renovação e outros.

Essa aspiração se consolidou com a aproximação desse grupo de intelectuais, formado a princípio por Heráclito de Souza<sup>315</sup> e Leopoldo Cunha<sup>316</sup>, que se reuniu na redação do jornal *Estado do Piauí* e se utilizou deste impresso para divulgar notas sobre o planejamento da criação da faculdade, e alcançar apoiadores a este projeto. Os momentos seguintes foram de reuniões que aconteciam no Clube dos Diários<sup>317</sup>, para definir as comissões e estabelecer as diretrizes de trabalho na concretização deste sonho, como as ações administrativas na busca de reunir a composição de um corpo docente e administrativo, bem como estabelecer o Estatuto da Faculdade. Foi criada uma comissão que se dirigiu ao interventor federal, “[...] que lhe deu acolhida franca e apoio completo, facilitando-lhe auxílio material e pecuniário”<sup>318</sup>.

---

<sup>314</sup> *Ibidem*. p.66.

<sup>315</sup> Heráclito Araripe de Souza. n. Areia Branca (RN), 1887 – f. Parnaíba (PI), 1951. Bacharel em direito pela Faculdade de Direito do Piauí em 1935. Foi comerciante e contabilista no Ceará. Professor e diretor em colégios em São Luís. Em Teresina (PI), comerciante de livros, oficial de gabinete do governador João Luís Ferreira, revolucionário de 1930, gerente dos jornais *O Piauí* (1916) e *Estado do Piauí* (1928), redigiu *O Momento* (1933-1937), colaborou no *Correio do Piauí* (1921), *A Cidade de Floriano* (1920), *Almanaque da Parnaíba*, *Revista Acadêmica* (1935), *Revista do Ceará* (1937). Deputado Estadual (1935 a 1937) e professor do Liceu Piauiense. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.548. *Passim*.

<sup>316</sup> Leopoldo da Paz Cunha. n. Teresina (PI), 1893 - Rio de Janeiro (RJ), 1940. Professor e poeta, Bacharel em direito, professor de Português, na Escola Normal e no Liceu Piauiense. Foi Diretor da Imprensa Oficial. Jornalista e militante nos principais jornais da capital. Cf. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003*. Teresina: Editora Halley, 2003.p.146. *Passim*.

<sup>317</sup> Clube dos Diários. “[...] A Sociedade Recreativa Club dos Diários foi fundada em 1922. No início, seus fundadores realizavam seus encontros e festas em residências particulares. Só em 1927 inauguraram a sede própria. Nos salões do antigo Clube dos Diários a sociedade teresinense se divertia e respirava cultura. Disponível em: <http://www.cultura.pi.gov.br/complexo-cultural-club-dos-diariostheatro-4-de-setembro/>. Acesso em: 12 mar. 2020.

<sup>318</sup> *Ibidem*. p. 03.

#### 2.4.1 A força de um intelectual: Des. Vaz da Costa e sua luta pela regeneração da revolução no Piauí

Este momento de união em prol da criação da faculdade não foi suficiente para manter a tranquilidade política no estado. As agitações políticas se intensificavam e as trocas de correspondência entre o Des. Vaz da Costa e o Governo provisório ficaram mais intensas, principalmente com Juarez Távora, Osvaldo Aranha, e com o próprio Getúlio Vargas. O teor das cartas e telegramas eram direcionados à situação da política local e às expectativas, em torno do nome que iria substituir o interventor interino Cap. Lemos Cunha. A situação ganhou mais tensão com a notícia da indicação do magistrado Raimundo Campos<sup>319</sup>, do município de Valença do Piauí, para a substituição do interventor. Sobre a notícia da nomeação, assim se pronunciou o Des. Vaz da Costa em telegrama de 7 de abril de 1931, ao presidente do Governo provisório, Getúlio Vargas.

Tomo liberdade trazer vosso conhecimento que a nomeação do Dr. Raymundo Campos, amigo incondicional do Dr. Mathias Olympio, em vez de solucionar caso Piauhy, cria pelo contrario uma situação gravíssima para tranquilidade da Familia Piauhyense. O Povo Piauhyense que agiu firme e decidido na Revolução que vos levou ao Poder, espera e confia que a Vossa prudência e moderação lhe não negarão justiça concedendo-lhe um Governo imparcial e independente de cogitações partidárias. [...]. Custa-nos crear que se tenha feito a Revolução para subjugar a vontade do Povo aos taes considerações, a quase totalidade dos piauhyenses espera confiante que não sejam perturbadas a paz, a ordem e a prosperidade econômica com que está sendo governado este infeliz Piauhy. [...] <sup>320</sup>. (sic)

Observa-se pelo conteúdo do telegrama que a grande preocupação política do Des. Vaz da Costa era que o poder do estado retornasse novamente as mãos da oligarquia piauiense, desconfigurando a plataforma da Aliança Liberal e desvirtuando os rumos da revolução no estado. No Piauí, a pessoa de Matias Olímpio e seus correligionários representavam a continuidade da oligarquia, a confirmação de que os ideais da revolução não seriam aplicados, persistindo o jogo político tão característico da Primeira República, reproduzindo as estruturas de atraso do Piauí. Portanto, a escolha do magistrado Raimundo de Campos simbolizava essa continuidade do sistema oligárquico.

<sup>319</sup> Raimundo Campos. n. Oeiras (PI), 1881 – Teresina (PI), 1940. Bacharel em direito, foi promotor público em Picos, Oeiras e Regeneração, todos Municípios do Piauí. Juiz de Direito em São Raimundo Nonato, Valença e Amarante, ambos Municípios do Piauí. Em 1931 recusou as indicações para desembargador e interventor federal. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.103. *Passim*.

<sup>320</sup> Telegrama do Des. Vaz da Costa ao presidente do Governo provisório, Getúlio Vargas, de 7 de abr. 1931. Arquivo Osvaldo Aranha. FGV/CPDOC, cp OA 31 01 29/3 I - 41.



A luta travada pelo Des. Vaz da Costa no processo revolucionário e sua ação para depor o primeiro interventor Com. Humberto de Arêa Leão tinha se tornado uma luta inútil, pois o seu grande temor continuava a rondar o campo do poder, ou seja, o sistema oligárquico, representado por Matias Olímpio.

A campanha da Aliança Liberal e o processo revolucionário teve apoio da classe média (comerciantes, advogados, jornalistas, militares e demais profissionais liberais) e setores das oligarquias<sup>321</sup> (fazendeiros, comerciantes e políticos insatisfeitos com suas posições políticas nas disputas de poder na Primeira República). Os tenentes, tinham interesse em reformas sociais e econômicas mais estruturantes, que tivessem como objetivo uma melhoria nas condições de vida da população brasileira, portanto, era condição *sine qua non* para a implantação dessas mudanças a ausência, no poder, desses representantes do atraso.

A intenção da oligarquia era apenas a mudança em relação aos grupos de poder. Isto ficou bem claro em várias passagens no restante do Brasil, no Norte e no Nordeste, nas dificuldades de implantar os governos interventorias. O Piauí é um bom exemplo disso, pois a oligarquia opositora do governo anterior a 1930, agora via uma possibilidade de chegar novamente ao poder, com uma nova configuração nacional que lhe desse mais condições para a supremacia em torno das instituições do estado.

A situação que se instalou foi de muita inquietação, pois criou-se no meio político um clima de instabilidade, visto que o nome de Raimundo Campos fez surgir no seio da sociedade e da política uma apreensão, pois as ações do Des. Vaz da Costa era de organizar um confronto para impedir essa posse. Como mencionado anteriormente, o nome de Matias Olímpio e seus correligionários era sinônimo de manutenção da oligarquia e do mecanismo existente no Piauí na Primeira República. Para o Des. Vaz da Costa a participação de Matias Olímpio no processo revolucionário foi anêmica, mas para exercer o poder, estendendo suas teias na estrutura do estado foi robusta, demonstrando que seu compromisso com a cartilha revolucionaria era inexistente.

---

<sup>321</sup> A Oligarquia piauiense oriunda da implantação do aparelho burocrático da Capitania, em que a elite local ocupou essa estrutura, como grandes proprietários, bem como os que exerceram cargos públicos que transpassaram para o período Provincial, utilizando entre outros meios os laços de parentesco familiar e por casamentos, no regime republicano alguns conseguiram se reproduzir e criaram mecanismo de se reinventar neste novo regime, somados a outros profissionais liberais que ascenderam por uma questão familiar ou profissional, a exemplo os bacharéis de Direito. Cf. BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A Elite Colonial Piauiense: família e poder Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves*, 1995. Texto que trata da elite piauiense no período Colonial, todavia trás os horizontes para compreender o período Imperial e Republicano. Cf. KELLER, Suzanne. *O Destino das Elites*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Forense, 1967. Nesta obra traça uma visão teórica sobre as elites. Nesta obra a autora destaca que “Em uma sociedade dinâmica, portanto, os advogados são, aos mesmos tempos, guardiões da velha ordem e criadores da nova ordem”. p.322. Destacamos que entre os elementos da oligarquia brasileira e os intelectuais que atuaram na era Vargas em sua maioria eram bacharéis em Direito.

O cenário no período, era que o Des. Vaz da Costa, como um elemento que tinha sido uma peça chave no resultado da revolução de 1930 no Piauí, desfrutava de respeito e abertura política com Juarez Távora e o próprio Getúlio Vargas, apoiando-se nessa relação para travar uma luta política contra Matias Olímpio. Este, por sua vez, se mobilizava para permanecer no círculo de poder mesmo com a deposição do Com. Humberto de Arêa Leão, ligado politicamente e por laços familiares a ele.

O Cap. Lemos Cunha ligado ao Des. Vaz da Costa, tentava contornar a situação partidária no estado para manter o equilíbrio administrativo de sua interventoria provisória. Porém todas as notícias que circulavam na sociedade piauiense sobre a sucessão interina na interventoria piauiense, acionava o gatilho das articulações políticas de ambos os lados.

O próprio interventor encaminhou um telegrama<sup>322</sup> ao Ministro da Justiça e Negócios e Interiores, Osvaldo Aranha, mencionando a perturbação da ordem e a necessidade de informações de procedimentos, pois a agitação na cidade e nos municípios era intensa com a tensão criada pela indicação de Dr. Raimundo de Campos. As notícias<sup>323</sup> que circularam eram de que o Des. Vaz da Costa iria assumir revolucionariamente a interventoria do Piauí, com apoio do 25º BC e do Quartel da Polícia Militar, como uma reação à esta nomeação.

As informações que eram enviadas à capital federal, versavam sobre a proximidade de Raimundo Campos e Matias Olímpio. O clima era de insegurança e as informações ligavam sempre o nome do Des. Vaz da Costa, juntamente com o de Geovanni Costa, à organização do movimento para impedir a posse do interventor caso fosse concretizado sua nomeação.

Foram encontradas fontes que parabenizam a indicação do Dr. Raimundo Campos, saudando-o como um bom cidadão e um representante à altura do povo piauiense. Em alguns dos telegramas<sup>324</sup> que comemoram a indicação, também são dos mesmos municípios piauienses que discordavam. Essas divergências causaram uma instabilidade muito maior para o estado, alimentando o acirramento das divergências partidárias e promovendo uma situação instável para o processo de consolidação da revolução de 1930. O processo revolucionário precisava entrar no seu curso normal, com a estabilidade nos estados e conseqüentemente criar

---

<sup>322</sup> Telegrama do interventor Lemos Cunha ao ministro Osvaldo Aranha. 08 de abr.1931. Arquivo Osvaldo Aranha. FGV/CPDOC. OA cp 31 01 29/3 cp I -50.

<sup>323</sup> Telegrama de diversos cidadãos de Oeiras (PI) ao presidente Getúlio Vargas. 10 de abr. 1931. Arquivo Osvaldo Aranha. FGV/CPDOC, OA cp 31 01 29/3 II-7; Telegrama de diversos cidadãos de Batalha (PI), ao presidente Getúlio Vargas. 10 de abr. 1931. Arquivo Osvaldo Aranha. FGV/CPDOC, OA cp 31 01 29/3 II-8 e Telegrama de diversos cidadãos de Parnaíba (PI) ao presidente Getúlio Vargas. 10 de abr. 1931. Arquivo Osvaldo Aranha. FGV/CPDOC, OA cp 31 01 29/3 II - 9.

<sup>324</sup> Telegrama do Prefeito José Sá e de diversos cidadãos de Oeiras (PI) ao presidente Getúlio Vargas. 5 de abr. 1931. Arquivo Osvaldo Aranha. FGV/CPDOC, OA cp 31 01 29/3 I-26; Telegrama do prefeito José Dias e diversos cidadãos de São Raimundo Nonato (PI) ao presidente Getúlio Vargas. 5 de abr. 1931. Arquivo Osvaldo Aranha. FGV/CPDOC, OA cp 31 01 29/3 I -35.

políticas nacionais de ajustamento nas correções em relação às críticas em torno da Primeira República.

A conjuntura política do Piauí não era muito diferente do que acontecia em outros estados. Todavia, as situações identificadas através das fontes analisadas, demonstram que inspirava mais jogos políticos por parte do governo federal, para contornar a situação do “caso do Piauí”, principalmente depois da deposição do interventor Humberto de Arêa Leão. O governo federal tinha um olhar mais apurado, pois isto criava um clima de instabilidade e promovia uma visão de falta de controle por parte do governo central. As decisões para as nomeações dos interventores eram tomadas com diálogo entre Getúlio Vargas, Juarez Távora e Osvaldo Aranha, e em algumas situações, ouvindo alguns chefes locais que tivessem alinhamento com as diretrizes com o Governo provisório.

O próprio magistrado Raimundo Campos, em telegrama ao Ministro da Justiça, esboça a insegurança para sua posse como interventor, narrando a sua preocupação em assumir a indicação, pois “[...] NAO POSSO ASSUMIR EXERCICIO CARGO INTERVENTOR PORQUE INTERVENTOR LEMOS CUNHA NAO OFERECE GARANTIA POSSE CONTRA AMEACAS DR VAZ DA COSTA”<sup>325</sup>. As nomeações a princípio buscavam privilegiar nomes locais, até mesmo para evitar uma animosidade maior com a população e com os grupos políticos locais, visto que, implantar um governo menos traumático pós-revolução, era interessante para o governo central, pois a governabilidade era uma condição *sine qua non* para sucesso da revolução. O Dr. Raimundo Campos reconhecia que não havia as condições para sua posse, pois o próprio interventor interino, o Cap. Lemos Cunha, reconhecia esta dificuldade, com a existência de forças da oposição local ao seu nome, lideradas pelo Des. Vaz da Costa.

A própria Igreja Católica não ficou alheia a situação política do estado, o Bispo Dom Severino Vieira de Melo, resolveu intervir no conhecido “caso do Piauí”. O clérigo era um observador das questões políticas do Piauí, a exemplo, já citado neste trabalho, de sua interferência na negociação com a Coluna Prestes, no que se refere à prisão de Juarez Távora, quando da passagem da Coluna pelo Piauí. Assim como, em relação a ofensiva preparada pela Coluna Prestes contra a capital, Teresina, propagada no período. Seu diálogo com os revolucionários foi essencial para uma solução pacífica. Em telegrama enviado ao presidente do Governo provisório solicita uma intervenção de apaziguamento para a nomeação do novo interventor.

---

<sup>325</sup> Telegrama do Dr. Raimundo Campos ao Ministro da Justiça Osvaldo Aranha. 08 de abr. 1931. Arquivo Osvaldo Aranha. FGV/CPDOC, OA cp 31 01 29/3 II -38.

Alheio inteiramente rivalidades partidarias, fui hontem procurado grande massa popular pedindo intervir perante Vossencia favor paz familia este Estado. Attendendo, digo Vossencia absoluta sinceridade reina forte opposição interventor nomeado, cuja posse ameaça conglação Estado. Familias Piauhy meu intermedio pedem Vossencia pacifica solução caso. Respeitosas Saudações. Severino. Bispo Piauhy<sup>326</sup>(sic).

No telegrama, o religioso usa de uma narração direta para informar Getúlio Vargas sobre as reações em relação ao nome do Dr. Raimundo Campos e suas ligações partidárias com setores oligárquicos. Coloca-se como porta voz de populares e da família piauiense para uma solução do caso. A fórmula política, estava nas mãos do presidente do Governo provisório, que tinha como parâmetro analisar a paz entre as famílias piauienses.

Não podemos deixar de ressaltar que na Primeira República, a Igreja Católica passou por um processo de reordenação institucional pelo fim do padroado e pelo fortalecimento da romanização de suas unidades religiosas. No Piauí, como grande responsável, o Bispo Dom Severino, conhecia muito bem as fisionomias políticas da região, pois exerceu seus postulados religiosos de 1924 a 1955 no estado, tendo ampla circularidade nos ambientes sociais e políticos, fato que permaneceu, até o seu falecimento.

Essa situação de insegurança no estado era sentida em todos os municípios, como exemplo podemos citar o que ocorreu no município de Pedro II, quando o coronel Domingos Mourão Filho, correligionário de Matias Olímpio, assumiu o comando do município por determinação do interventor Com. Humberto de Área Leão<sup>327</sup>. O estado, diante da nova interventoria interina do Cap. Lemos Cunha, começou a substituir os apoiadores do interventor deposto. Em telegrama<sup>328</sup>, o Cel. Domingos Mourão informava da instabilidade política ao Delegado Militar, Tenente Zoroastro Melo, comunicando que já tinha informado ao interventor o panorama da situação e solicitava a interferência do governo, pois adversários informavam que sua deposição estava próxima, mesmo que fosse necessário utilizar a força.

Sobre os acontecimentos que contextualizaram o seu afastamento, temos:

No dia 12 de abril, chegava a Pedro II o tenente Emílio Abreu, que assumiu a chefia do movimento de deposição e, diante da obstinada reação do coronel Domingos Mourão, comandou um cerrado bombardeio da casa de residência do Coronel, que nela se encontrava com sua esposa e filhos, menores e numerosos amigos e correligionários, bombardeio que rolou toda a noite desse dia, somente cessado na manhã do dia 13, quando, sem poder de fogo e para poupar os seus familiares de

<sup>326</sup> Telegrama do Bispo Dom Severino de Melo ao presidente do Governo provisório, Getúlio Vargas. 11 abr.1931. Arquivo Oswaldo Aranha. FGV/CPDOC, OA cp 31 01 29/3 II -22.

<sup>327</sup> O Decreto Estadual de 4 de outubro de 1930, dissolveu os Conselhos Municipais e as intendências, substituindo os prefeitos municipais.

<sup>328</sup> PEREIRA, José Eduardo. *O solar da estrela marrom* – onde se conta a saga do indômito coronel Domingos Mourão Filho – Síntese biográfica. Teresina: Editora Júnior, 1991. Coleção Itamaraty - Caderno 6. p. 49.

risco maiores, o coronel Domingos Mourão Filho concordou em entregar o governo do Município<sup>329</sup>.

Os fatos narrados no fragmento acima atestam a força que os grupos políticos exerciam contra os seus adversários, principalmente quando estão no flanco do governo, aproveitando a máquina administrativa e policial ao seu favor. No mesmo dia do confronto, às 9:00, o prefeito Cel. Mourão Filho, encaminhou um telegrama<sup>330</sup> para a presidência da República, informando que as forças policiais estavam a caminho do município com o ímpeto de promover a sua deposição, este colocou na mensagem que “Levando facto conhecimento Vossencia, communico resolvido offerecer resistencia defesa minha autoridade e cidade”<sup>331</sup>.

No dia seguinte, o interventor Cap. Lemos Cunha nomeou o Major Benedito Passos de Carvalho para o cargo de prefeito municipal, genro de Lauro Cordeiro Brandão, prefeito anterior ao Cap. Domingos Mourão e seu adversário político. A imagem a seguir completa a narração da citação acima, pois materializa o fato descrito nas linhas do trecho, sobre o cerco à residência do Cel. Domingos Mourão e sua resistência à ofensiva.

Figura 6 – Residência do Cel. Domingos Mourão Filho perfurada por tiros



Nota: “O casarão do coronel Domingos Mourão Filho, todo perfurado de balas de fuzil, vista depois do bombardeio de 13 de abril de 1931”. (Legenda do livro).

Fonte: PEREIRA, 1991. Caderno 6. p.49.

Esse fato ilustra convenientemente a força e a resistência dos grupos políticos na manutenção do *status quo* e a institucionalização do Governo provisório pelo decreto federal nº 19.398 de 11/11/1930, que aboliu o legislativo em todos os níveis, estabelecendo o poder discricionário para o executivo federal, até as eleições de uma constituinte. O contexto acima,

<sup>329</sup> PEREIRA. *Op. cit.* p.49.

<sup>330</sup> Telegrama do prefeito de Pedro II, Domingos Mourão Filho ao presidente da República Getúlio Vargas. 12 de abr. 1931. Arquivo Oswaldo Aranha. FGV/CPDOC, OA cp 31 01 29/3 II -28. Que despacha para o Ministro da Justiça, Oswaldo Aranha.

<sup>331</sup> *Ibidem.*

contribuiu para as oligarquias se aproximarem dos interventores para colher um melhor lugar no governo, articulando uma posição política na esfera administrativa do estado para viabilizar suas campanhas eleitorais no novo formato de Estado assumido pelos pós-1930. No Piauí não foi diferente, visto que as oligarquias se aproximaram do interventor para produzirem as condições de permanência no poder, estrutura exposta na primeira parte deste trabalho.

Mesmo diante de uma interventoria provisória, era visível a relação do interventor Cap. Lemos Cunha com os setores políticos do estado, um exemplo notório foi o que acabamos de expor em relação ao confronto político em Pedro II, quando da substituição do político ligado ao interventor Com. Humberto de Arêa Leão e seus prosélitos. Esse acontecimento criou uma intranquilidade no estado e rendeu críticas a sua administração. Na época algumas pessoas chegaram a afirmar que o interventor possuía um vínculo com o Des. Vaz da Costa e seu primo, Giovanni Piauiense Costa, que assumiu por algum tempo o cargo de Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, função importante que envolvia sua presença nas decisões relacionadas à justiça e a segurança do estado.

As informações relacionadas ao contato político entre o interventor interino e o Des. Vaz da Costa não foram suficientes para barrar suas críticas a interventoria do mesmo, como podemos analisar na seguinte nota jornalística intitulada *A MINHA COOPERAÇÃO I*:

Mais cedo do que esperavamos, o sr cap. Lemos Cunha está implantando, no Estado, uma terrível olygarchia. Indubitavelmente o snr. Interventor Militar não admite que a administração do Estado seja feita senão com os seus parentes. Isto que temos diante dos olhos revela que o Piauí está perdido, inteiramente perdido. Tudo isso porque o sr. Lemos Cunha não quer destoar dos governos que o precederam. Para todos os logares só nomeia Lemos e Cunha, Cunha e Lemos. Organizemos o seu quadro olygarchico: Pedro Cunha, administrador dos Correios; Leopoldo Cunha, prof. da E. Normal e do Lyceu; [...] B. Lemos, [...] diretor da “Gazeta”; [...], Hygino Cunha, membro do Conselho penitenciário; [...]. Certamente que não foi para isso que fizemos a Revolução. O snr. Cap. Lemos Cunha deve pedir a sua demissão voltar para o Exército, onde é estimado. Aceite o meu conselho. [...]. Mas, para que falar em princípios revolucionário? Isto aqui é seu, é muito seu. [...]. Viva, pois, a olygarchia! Viva a Revolução!<sup>332</sup>. (sic).

<sup>332</sup> O *OBUZ – Organ Pyrotechnico, Funambulesco, Desopilante, Equestre e Carnavalesco*, (PI). 1931, fevereiro; Hoje. nº 5 [n.p.]. Jornal humorístico que circulou em Teresina (PI), no início dos anos 30. Como sua característica era o humor, que percebemos pelo subtítulo do jornal, existem dificuldades de identificar outras informações do periódico, pois se usava muitos nomes não convencionais, em identificação com a linha editorial. Para indicar o redator chefe, como sendo Dr. Krupp e gerente o Hotchkiss, nesta edição pesquisada, não era paginada, alguns exemplares, tinham esse aspecto. Fonte presente no Arquivo Público do Piauí (AAP-PI).

A nota publicada no jornal *O Obuz* (PI) é assinada “Pelo Des. Vaz da Costa”<sup>333</sup>, a mesma tem características de seu estilo, principalmente quando se utiliza deste meio de comunicação para discorrer sobre as questões políticas, uma escrita afiada, crítica e desafiadora. Uma das características da imprensa dos anos 30 era essa linha tênue entre o jornalismo e a política, a totalidade dos órgãos de imprensa estavam ligados a setores ou a grupos políticos. No extrato de texto acima, as críticas à administração do Cap. Lemos Cunha são duras, identificando os integrantes desta oligarquia construída em torno de sua administração.

Assinala ainda, que a “Revolução” foi em vão, e ironiza, saudando o “Viva a Revolução!”, que estabeleceu o “Viva, pois a olygarchia!”. Não consta nas fontes pesquisadas a relação das pessoas listadas e o Cap. Lemos Cunha como parentes. Mas, na lista há pessoas que são parentes entre si, a título de exemplo: Higino Cunha, que era pai de Leopoldo Cunha. Contudo, a coincidência nos sobrenomes dava a nota, um tom mais altivo, estabelecendo uma desaprovação na conduta do interventor.

Essa situação instalada no Piauí, criou em Juarez Távora uma certa dificuldade para tornar a Delegacia Federal do Norte<sup>334</sup> mais eficiente, pois tinha uma importância de legitimar e consolidar o Governo provisório nos estados do Norte. Juarez Távora assumia um papel de mediador entre estes estados e o Governo provisório, delineando as diretrizes administrativas e criando as condições de governabilidade em cada estado do Norte.

Portanto, o cargo central de Delegado Federal do Norte era dirimir as disputas e principalmente, utilizar a sua imagem de militar tenentista revolucionário para equacionar as situações no campo de luta e das alianças, que se tornaram necessárias para criar as condições para administrar as interventorias estaduais. Como exemplo temos sua ação em torno da interventoria para resolver o problema sobre “o caso do Piauí”, podendo ser constatado em carta encaminhada ao Ministro Oswaldo Aranha.

Prezado Dr. Aranha. Tenho honradamente telephonado para sua casa, afim de comunicar-lhe factos de certa importancia, ultimamente chegados ao meu conhecimento. Recorro pois a uma carta para relatar-lhós. Peça ele que leia com atenção e me dite sobre os factos narrados nos 4 telegrammas que vão juntos. Você sabe que não sou nem quero ser politico, na acepção deplorável em que é lida esse termo, no Brasil contemporaneo. Sou e serei apenas sinceramente revolucionario. Defecho os cambalachos; mas não sou intransigente. Gosto de ver respeitada a autoridade legitima; [...]. mandei numa primeira carta três nomes de militares (Maj.

<sup>333</sup> *Ibidem*.

<sup>334</sup> LOPES, Raimundo Hélio. *A delegacia militar do Norte e o governo provisório: disputas políticas e a nomeação dos interventores nortistas*. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856706\\_2a3b2182ddaa57b6dc55f10d334c4408.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856706_2a3b2182ddaa57b6dc55f10d334c4408.pdf). Acesso em: 10 jun. 2020.

Dias de Freitas, Maj. José Faustino dos Santos Silva e Cap. Adehmar Soares Rocha) para entre eles o Sr. Presidente da Republica escolher um interventor para o Piauh-Não a fiz por ter preferencias de qualquer e espécie pelos meus camaradas de classe – mas apenas porque antevia a dificuldade de solucionar o caso piauhenses, com um nome civil. Esta dificuldade esta de pé com a escolha do Dr. Raymundo Campos. Nunca me deixei impressionar pelas apparencias. Não lhe escrevo assim, estas, linhas, porque me atemorizem as ameaças individuaes do Desembargador Vaz da Costa. Receio, porem, que o Dr. Raymundo Campos seja, de facto partidario de Mathias Olympio [ilegível] e em tal caso eu me consideraria um desastrado se houvesse de fazer correr sangue de meus irmãos do Nordeste, [...]. A Revolução foi iniciada lá pelo povo, na mesma hora em que se operava levante militar da Parahyba. Quem chefiou esse movimento foi incontestavelmente o sr Vaz da Costa. A ele estar solidarios os melhores elementos populares, do 25 B. C e da propria policia. Não penso que, por esse facto lhe devemos fazer a vontade, ou mesmo perdoar os seus erros. Mas, no fundo da minha consciencia, saiba que seria um crime de lesa-revolução entregar a situação politica aos que nada fizeram senão apoderar-se do poder, abusar [ilegível] miseravelmente delle. Por outro lado, o cap. Lemos Cunha – apesar de todas as suas deficiencias [...], prestou inegavelmente bons serviços [...]. Acho que não temos pesado, suficientemente os nossos actos. [...]. Nada respondi de positivo sobre os telegramma junto. Espero que, com a possivel [ilegível] venha falar comigo sobre o assumpto. Grato Juarez Távora Rio, 11/04/31<sup>335</sup> (sic). (Grifo do autor)

A citação é um tanto longa, mas preciosa por demarcar algumas questões, contudo a mencionada carta possui quatro folhas, com a riqueza de detalhes descritos acima. Refletimos pela escrita, que Juarez Távora queria resolver e situação da escolha de um interventor para o Piauí, e procurava Oswaldo Aranha para intermediar esta escolha ao lado do presidente Getúlio Vargas, uma vez que este apontava a nomeação de um civil, no caso, Dr. Raimundo Campos. A carta estava acompanhada de quatro telegramas, porém, não identificados nos arquivos do CPDOC, onde esta carta foi pesquisada. Contudo, podemos inferir sobre o conteúdo dos telegramas, que estão relacionados às questões políticas e à instabilidade social por falta de um nome que possa assumir a interventoria, trazendo assim, a paz política para o Piauí e a implantação da plataforma revolucionária.

Juarez Távora tinha em sua função na Delegacia Militar do Norte, promover a implantação dos princípios revolucionários, onde colocava o presidente Getúlio Vargas a par dos acontecimentos da situação da região que eram de sua responsabilidade. Na carta acima, informava que a nomeação de um civil para o cargo de interventor do Piauí não iria solucionar “o caso do Piauí”, até porque, concluía que o indicado era “de facto partidario de Mathias Olympio”<sup>336</sup>. Destarte, continuaria o estado nas mãos da oligarquia, e os “princípios revolucionários” não iriam ser implantados e ao mesmo tempo “[...] seria um crime de lesa-revolução entregar a situação política aos que nada fizeram senão apoderar-se do poder

<sup>335</sup> Carta de Juarez Távora ao Ministro Oswaldo Aranha. 11 abr. 1931. Arquivo Oswaldo Aranha. FGV/CPDOC, OA cp 31 01 29/3 II -18.

<sup>336</sup> Ibidem.



[...]”<sup>337</sup>. Ou melhor, a campanha da Aliança Liberal e a conflagração revolucionária teriam sido sem uma finalidade.

Ressaltava que não era de ceder aos caprichos e interesses do Des. Vaz da Costa, reconhecia duplamente os seus erros e acertos. O primeiro, referente a instabilidade por sua conduta, tanto no caso da deposição do Com. Humberto de Arêa Leão, como na sua reação contrária a nomeação do Dr. Raimundo de Campos a interventor, promovendo agitações políticas no estado. E os acertos, que reconhecia no Des. Vaz da Costa o revolucionário que levou o Piauí à vitória na revolução de 1930, e defensor das diretrizes revolucionárias. Encerra a correspondência apontando a incapacidade e assertiva na interventoria do Cap. Lemos Cunha, mas deixa uma lacuna, que podemos depreender que não era interessante sua permanência no cargo.

O pensamento anterior se confirma, fundamentado em uma cópia de rascunho de telegrama<sup>338</sup> endereçado ao Cap. Lemos Cunha, por Juarez Távora, que lhe chama a atenção a respeito de suas ações em acontecimentos ocorridos no Piauí, em particular no município de Pedro II, narrados anteriormente no texto, como de atos administrativos que envolviam as demissões e nomeações de pessoas para postos na administração pública. Este documento seguiu como “Reservado – urgente”, por si tratar de informação militar, e ao mesmo tempo com um conteúdo que envolvia um contexto político delicado. Passamos a apresentar um fragmento do mesmo:

Estou informado elementos affercrados Giovanni Costa Atacam Prefeitura de Pedro II depondo Prefeito Mourão Filho, e ferindo varias pessoa. Expresso-me relembrar-lho que, como interventor militar interino (vg) não lhe cabe demitir e nomear funcionarios, nem tão pouco permitir que elementos facciosos de qualquer parcialidade política deponham autoridades. Crime de Pedro II terá de ser reprimido energicamente pelo futuro interventor, se actual não o fizer. Melhor será que você se exima de qualquer connivencia, mesmo por omissão, [...] dôa a quem doer a justiça contra taes criminosos e seus incentivadores, hoje ou amanha há de faze-se [...]. [ilegível]. Encarecer mais gravidade situação você [...] criando ali<sup>339</sup>. (Grifo do autor).

Como se vê na passagem acima, Juarez Távora estava bem informado dos acontecimentos do Piauí, e ao mesmo tempo, expressava preocupação nas decisões que ocorriam em paralelo aos preceitos administrativos, como podem ser constatados nas ações do Cap. Lemos Cunha e sua relação com as políticas partidárias e seus partidários, a exemplo,

<sup>337</sup> Carta de Juarez Távora ao Ministro Oswaldo Aranha. 11 abr. 1931. Arquivo Oswaldo Aranha. FGV/CPDOC, OA cp 31 01 29/3 II -18.

<sup>338</sup> Cópia de rascunho de telegrama (Reservado – urgente), encaminhada por Juarez Távora ao Cap. Lemos Cunha, Interventor do Piauí. 18 abr. 1931. Arquivo Oswaldo Aranha. FGV/CPDOC, OA cp 31 01 29/3 II -52.

<sup>339</sup> *Ibidem*.

Giovanni Costa. Este ato em especial, associava a ação direta do Des. Vaz da Costa na deposição do prefeito de Pedro II. Este acontecimento para a Delegacia Militar do Norte ecoava como um descontrole sobre a situação no Piauí, tendo Juarez Távora como delegado do Norte, a responsabilidade de tomar ações enérgicas para que a mesma não crie propagação em outros municípios do Piauí ou que possa ecoar como sinônimo de instabilidade para outros estados, reforçando a advertência, mesmo que sutil, ao Cap. Lemos Cunha, em relação a tais fatos descritos no documento.

O modelo de interventoria não agrega em sua estrutura as intempéries políticas narradas acima, pelo contrário, sua essência era justamente servir de interlocução entre os governos dos estados e o Governo Federal no processo de centralização política. No Piauí, a interventoria ainda não tinha encontrado o seu caminho, nem com nomes para a interventoria, muito menos em suas ações de gestão. A situação burocrática e política criada pelas duas interventorias no Piauí, após a revolução de 1930, Com. Humberto de Arêa Leão (4/10/1930 a 29/01/1931); do Des. Vaz da Costa, que assumiu apenas por horas no dia 29/01/1931, passando o cargo de interventor interino para o Cap. Lemos Cunha, no mesmo dia, geraram desarmonia política entre os setores políticos do estado, prejudicando a política do Governo provisório. Situação ilustrada na rejeição ao nome do Dr. Raimundo Campos para assumir a interventoria do estado.

Nesse sentido, havia a necessidade de compreender melhor o que estava ocorrendo politicamente no Piauí. Uma necessidade de investigar, com um olhar de imparcialidade, os acontecimentos políticos ocorridos no estado, pois Getúlio Vargas, chefe do Governo provisório, o Ministro da Justiça e o Delegado Militar do Norte, recebiam diversas correspondências informando acerca de fatos e atitudes que contrariavam a ordem de equilíbrio da interventoria. O Governo provisório não poderia permitir a imposição de uma unidade federada dentro de um contexto de regeneração política, iniciada como a revolução de 1930, principalmente nos estados do Norte, que foram unidos no processo e um peso decisivo na vitória revolucionária.

Outro elemento importante que se impõe nesta conjuntura é a estabilidade das oligarquias estaduais, em outros termos, processar situações para evitar atritos entre elas para que a governabilidade do Governo provisório acontecesse dentro de um plano nacional. O mapeamento territorial das interventorias é crucial nas decisões do governo federal, que necessitava de informações da arquitetura do poder nos estados, assim como compreender os mecanismos de equilíbrio para a governabilidade do período pós revolução. Acrescentamos que a promoção da centralidade do poder tinha nas interventorias o seu eixo propulsor, por

consequente, o bom andamento das mesmas era um imperativo essencial para o governo central, e os tenentes eram imprescindíveis no progresso e na estabilidade das interventorias.

O federalismo implantado pela Constituição de 1891 não foi favorável para os estados do Norte e Nordeste, dado que os estados do Sul estavam no centro das decisões políticas e econômicas da nação. Os tenentes teriam sobre estas unidades federativas a responsabilidade de colocá-las no caminho do desenvolvimento, corrigindo algumas questões políticas e administrativas inerentes a Primeira República. Alguns tenentes de imediato tinham conhecimento desta porção do território brasileiro. Sobre as interventorias podemos acrescentar para ilustrar as palavras anteriores:

A esfera estratégica do mecanismo político-institucional criado após a Revolução de 1930 e purificado pelo Estado Novo era, sem dúvida, o sistema interventorias-departamentos administrativos que interligava as oligarquias estaduais, os ministérios e a Presidência da República. Posto em prática logo após a tomada do poder em 1930, esse mecanismo consistia essencialmente no seguinte: o Executivo federal nomeava para a chefia dos governos estaduais indivíduos que, embora nativos dos estados, e mesmo identificados em suas perspectivas ideológicas aos grupos dominantes, eram ao mesmo tempo ‘marginais’, isto é, destituídos de maiores raízes partidárias; o fizeram até certo ponto fora das máquinas partidárias tradicionais nos estados<sup>340</sup>.

As interventorias representavam esse vínculo entre o Governo provisório e os estados, quanto às nomeações para interventor, estas seguiam o critério político do equilíbrio, ou seja, de forças no sentido de manter a estabilidade política interna do estado entre as oligarquias, e na cooperação com o comando central do governo federal. Em relação ao Piauí, a equação acima na escolha do interventor não estava tendo uma boa interpretação das partes deste problema e o resultado somente alimentava os conflitos. Os interventores nomeados para o Piauí estavam politicamente ligados a grupos dominantes que estavam no poder antes da revolução.

Desta maneira, indivíduos e grupos políticos que apoiaram a revolução viam nestas fisionomias do Piauí, no período imediato à revolução, seus interesses preteridos, permanecendo o mesmo de outrora. Em vista disso, o estado permanecia sem condições de governabilidade no que se impõe ao processo iniciado em outubro de 1930.

O “caso do Piauí” necessitava de uma solução que percorria o caminho da análise dos fatos que estavam ocorrendo em solo piauiense; a partir do real conhecimento, buscariam uma

---

<sup>340</sup> SOUZA, Maria de Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil 1930 a 1964*. 2 ed. São Paulo: Editora Alfa – Omega, 1983. p. 87-88.

deliberação da melhor opção para a resolução dos acontecimentos. O Ministro da Justiça<sup>341</sup>, Oswaldo Aranha, juntamente com o Delegado Militar do Norte, Maj. Juarez Távora, resolveram encaminhar para o Piauí uma pessoa na condição de “observador político”<sup>342</sup> externo que pudesse investigar, analisar, discernir e compreender os reais fatos que estava promovendo o “caso do Piauí”, orientando assim, uma decisão. Era necessário tratar-se de uma pessoa despersonalizada das questões políticas do Piauí, mas que ao mesmo tempo, se tratasse de um indivíduo conhecedor do estado e de alguns aspectos dos seus arcabouços estruturais, para que assim fosse capaz de relatar informações ao governo federal.

A pessoa indicada para tal objetivo foi o interventor do Maranhão, o Padre Astolfo Serra<sup>343</sup>, que possuía conhecimento da política do Piauí, devido à sua atividade religiosa como pároco de Flores<sup>344</sup> (MA), cidade que faz divisa com a capital Teresina, separada apenas pelo rio Parnaíba. Em Teresina, o clérigo participava das atividades religiosas, políticas e culturais do estado, como narra Celso Pinheiro Filho, em suas pregações em solo piauiense, “[...] Subia ao púlpito do Amparo, amarrava um enorme lenço vermelho ao pescoço, e mandava sua pregação fluente, penetrante, apaixonada e convincente”<sup>345</sup>, foi um dos fundadores do Partido Democrático no Piauí e um grande coadjuvante da revolução de 1930 no Maranhão, consequentemente um homem que vivia entre os dois poderes, o espiritual e o temporal.

Podemos ainda acrescentar em relação ao interventor do Maranhão, Astolfo Serra e a sua escolha, que o poder de decisão do Governo provisório precisava de uma solução rápida e pacífica para o Piauí. O Maranhão possuía uma ligação de transporte muito rápida com o Piauí, e seu interventor era uma pessoa que tinha as atribuições necessárias para o tipo de missão oferecida. Astolfo Serra é considerado um dos primeiros modernistas do Maranhão, e

<sup>341</sup> Telegrama de Astolfo Serra interventor do Maranhão, para o Ministro da Justiça Oswaldo Aranha. 13 abr. 1931. Arquivo Oswaldo Aranha. FGV/CPDOC, OA cp 31 01 29/3 II -34.

<sup>342</sup> Telegrama de Astolfo Serra interventor do Maranhão, para o Ministro da Justiça Oswaldo Aranha. 13 abr. 1931. Arquivo Oswaldo Aranha. FGV/CPDOC, OA cp 31 01 29/3 II -34.

<sup>343</sup> Astolfo Henrique de Barros Serra. n. Matinha, atual Município de Viana (MA), 1900 – f. Rio de Janeiro (RJ), 1978. Estudou o Primário e Ginásio em São Luís, se formou em ciências eclesásticas, no Seminário de Santo Antônio. Ordenado Padre em 1925, foi padre de Mirador (MA), período em que teve contado com a Coluna Prestes e de Miguel Costa. Foi transferido para Flores (MA), local onde fez propaganda revolucionária e contribuiu para formação do Partido Democrático em Teresina (PI). Se dedicou a atividade jornalística, militou em torno da Aliança Liberal e participou da revolução de 1930, contribuindo para ser interventor do Maranhão. Atuou em vários periódicos, como: *Folha do Povo*, *Pátria*, *Combate*, *Pacotilha*, *Tribuna e Notícia*, do qual era proprietário, além de ter colaborado nos principais jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Era da Academia de Letras do Maranhão, publicou vários livros, a exemplo: *Gleba que Canta* (poesia, 1927), *Profetas de Fogo* (poesia, 1928), *Terra Enfeitada e Rica* (1941), *Caxias e seu governo civil na Província do Maranhão* (1943), *A vida simples de um professor de aldeia* (biografia, 1944), *A vida vale um sorriso* (1945), *Guia histórico e sentimental de São Luís do Maranhão* (1965), *A Balaiada* (história, 1966). *Passim*. Disponível em: Astolfo Serra. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/astolfo-serra>. Acesso em: 12 dez. 2020.

<sup>344</sup> Atual cidade de Timon (MA), cidade vizinha a capital do Piauí, tendo como limite o rio Parnaíba.

<sup>345</sup> PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 3 ed. Teresina: Editora Zodiaco, 1997.p.153.

apesar da vocação religiosa, suas ações políticas nunca foram limitadas, pelo contrário, sua veia política foi de integração com os acontecimentos. Sobre esta integração dos católicos ao momento político em ebulição temos, em Damião Duque de Farias, uma reflexão interessante sobre este momento dos anos 20.

Os acontecimentos espetaculares que ocorreram na Europa e mesmo no Brasil, como o Movimento Tenentista e a Semana de Arte Moderna realizada em 1922 na cidade de São Paulo, de fato impressionaram nossos observadores, conservadores e católicos, que se deixaram influenciar por eles, reagindo por meio do repúdio ou integrando-se como no caso do movimento modernista<sup>346</sup>.

Astolfo Serra não se dispôs apenas a se integrar às mudanças dos anos 20, mas se tornar um sujeito ativo, utilizando suas ferramentas intelectuais, não só como religioso, mas como articulador de ações políticas na campanha da Aliança Liberal no Maranhão, até a sua participação como revolucionário histórico no processo de 1930. Era um homem que levava a sua ação política ao extremo, como em sua atuação no Maranhão no cargo de interventor na defesa dos princípios revolucionários, reprimindo e prendendo opositores. Essas atitudes resultaram em atritos políticos que culminaram com a sua renúncia aos votos sacerdotais, em maio de 1931, e a suspensão de suas ordens religiosas, em junho do mesmo ano. A partir deste contexto trilhou uma carreira burocrática na esfera federal durante o Estado Novo, participando não só da vida política, mas da literária.

O observador político chegou à Teresina em 12/04/1931, e na manhã seguinte transmitiu um telegrama<sup>347</sup> ao Ministro da Justiça, com um carimbo que identificava sua mensagem como “URGENTE”, dando informações sobre o início de sua missão no Piauí. Ressaltava que era uma tarefa árdua, pois o povo estava em ação pacífica, todavia, com grande agitação e tensão, havendo grande rejeição à informação da nomeação do Dr. Raimundo Campos para o cargo de interventor, associando este à facção do Dr. Matias Olímpio. Finalizava que, “[...] IREI OUVIR HOJE PESSOAS RESPONSABILIDADE PODER MELHOR INFORMAR VOSSÊNCIA FUNDAMENTADO OPINIÃO

<sup>346</sup> Cf. FARIAS, Damião Duque de. *Em defesa da ordem* – aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo 1930 – 1945. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.p.29-30. Este livro corresponde à dissertação de mestrado em história social (USP), que analisa o papel das instituições religiosas e sua relação com o Estado e as conexões entre religiosidade e política, mesmo tendo como palco São Paulo, é uma obra que aborda aspectos como pensamento conservador e anticomunista dos anos 20 e a relação entre Estado e a Igreja.

<sup>347</sup> Telegrama de Astolfo Serra interventor do Maranhão, para o Ministro da Justiça, Oswaldo Aranha. 13 abr. 1931. Arquivo Oswaldo Aranha. FGV/CPDOC, OA cp 31 01 29/3 II – 34. Foi enviado às 9:50. Preservamos a letra em caixa alta, presente no documento pesquisado.

IMPARCIAEIS PT [...]”<sup>348</sup>. A sua missão começa a se delinear em solo piauiense e a fomentar debates nos bastidores da política e da imprensa piauiense.

Ainda no dia 13/04/1931, encaminhou um segundo telegrama<sup>349</sup> ao Ministro da Justiça, Oswaldo Aranha, confirmando sua presença na capital do estado, elaborando uma breve exposição de suas primeiras impressões, para tentar “[...] RESOLVER DEPLORAVEL CASO PIAUHY [...]”<sup>350</sup>. No mesmo documento, não obstante, informava que o estado vivia momentos de euforia e um clima de medo e incertezas, assim como uma rejeição ao nome do magistrado Dr. Raimundo Campos para interventor, entretanto, iria consultar pessoas apartidárias que conhecia, para poder ter uma visão mais aguçada da verdadeira situação política do Piauí.

Astolfo Serra, salienta no mesmo telegrama que teve conhecimento de outra mensagem, entre o Des. Vaz da Costa e o general Juarez Távora, a respeito sua vinda ao estado para resolver pessoalmente o impasse, levando-o a indagar “[...] MINHA MISSAO AQUI NAO SER NECESSARIA APEZAR TER AGIDO DESEJO CUMPRIR VOSSA DETERMINACOES [...]”<sup>351</sup>. Não encontramos o telegrama<sup>352</sup> mencionado, que foi enviado a Juarez Távora pelo Des. Vaz da Costa, no acervo do CPDOC. Encontramos apenas uma cópia de um telegrama<sup>353</sup> enviado para São Paulo por um correspondente da imprensa paulista no Piauí, assim como, o telegrama citado na publicação nas páginas do jornal *A Liberdade*<sup>354</sup>, ambos trazem o mesmo conteúdo.

O jornal *A Liberdade*, na época, tinha como diretor e redator chefe o Des. Vaz da Costa. As páginas destes periódicos se ocuparam com muitos embates políticos e intelectuais. Esses atritos ocorriam entre o Des. Vaz da Costa e o grupo político de Matias Olímpio. A publicação no jornal trazia o referido telegrama na íntegra, mas expõe em seu corpo textual informações que contextualizam os acontecimentos existentes no parágrafo anterior. Na

<sup>348</sup> Telegrama de Astolfo Serra. *Op. cit.*

<sup>349</sup> *Ibidem.*

<sup>350</sup> *Ibidem.*

<sup>351</sup> *Ibidem.*

<sup>352</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A revolução de 1930 no Piauí 1928-1934*. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p. 77. Cita em sua obra que o mesmo foi publicado pela imprensa local, no Jornal *A Liberdade* nº45, no dia 12/04/1931. Neste ano era redigido por Antonio Lemos.

<sup>353</sup> Telegrama de Teresina (PI) enviado a São Paulo (vista a censura) por corresponde não identificado. 13 abr. 1931. Arquivo Oswaldo Aranha. FGV/CPDOC, OA cp 31 01 29/3 II-31.

<sup>354</sup> Jornal *A Liberdade* (PI) - O número 1, foi publicado em 1/5/1928 e 1934. No início sob a Direção do Pe. Cirilo Chaves Soares Carneviva. Gerente: Antonio Lopes e Redatores: Hígino Cicero Cunha, Leão Marinho e Júlio Fontenele e outros colaboradores. Depois de 1930, com outra orientação, dirigido por Leão Marinho. Entre os anos 1932 a 1934, pelo Des. Vaz da Costa, como redator principal e seu sobrinho Giovanni Piauiense Costa, como redator e secretário, teve vários subtítulos, neste período era: *orgam de defesa dos princípios revolucionários*. Cf. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.p. 293. *Passim* e PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 3 ed. Teresina: Editora Zodiáco, 1997. p.233. *Passim*.

publicação são identificados nomes de pessoas de vários setores da sociedade, que poderiam assumir a interventoria e pacificar o Piauí. Segue a nota extraída do jornal.

Eis douze nomes que solucionam perfeitamente o caso Piauhy: - Major Luzo Torres, Major Sebastião Rabello Leite, Tenente Juracy Magalhães, Tenente Landri Salles, Tenente Agildo Barata, Capitão Ademar Rocha, Tenente Medico Raul Barata, Tenente Pharmaceutico Zoroastro Mello, Tenente Macario Santos, o sr. Bispo D. Severino, Dr. Luiz Moraes Correia e Dr. João Cabral. Não tenho sequer conhecimento pessoal com a maioria delles e com os restantes mantenho apenas relações de cortezia. Não nutro ambições, nem tenho intuito pessoas e so desejo para o Piauhy administração de justiça e honestidade. O Sr. General só duvida de minha sinceridade bôa fé porque não veio aqui verificar pessoalmente provas deshonestidade de politqueiros que pretendem voltar ao poder com o seu apoio contra o dispositivos do seu próprio programma. Grande tristeza e pesar terei se o Sr. General vier a ser a minha ultima illusão revolucionaria, prestando seu apoio a interesses de politqueiros que bem poderão esmagar o Piauhy pequenino, mas não esmagarão jamais os brios e nem a dignidade do povo piauiense. Saudações Vaz da Costa”<sup>355</sup>(sic).

No relato acima são sugeridos alguns nomes, deixando claro que qualquer um poderia trazer a paz política para o Piauí e ao mesmo tempo, cumprir as ações revolucionárias no estado. O Des. Vaz da Costa salienta que a presença pessoal do General Juarez Távora no Piauí, seria uma forma de compreender melhor suas ações e refletir sobre os rumos da revolução de 1930 no estado, visto que o caminho da mesma estava indo na contramão dos discursos apregoados durante a campanha aliancista. A oligarquia que estava fora do poder, tinha interesse em retornar e ampliar os poderes, e fazer o que sempre fez, a politicagem sem compromisso com as transformações do estado, deixando subentendido que a decisão estava nas mãos de Juarez Távora, e que se seu veredito, fosse contrário ao exposto no telegrama, seria a sua grande decepção em relação ao espírito que o motivou a liderar o Piauí no processo revolucionário.

Ainda sobre o telegrama,<sup>356</sup> enviado pelo correspondente jornalístico no Piauí para São Paulo, podemos identificar algumas informações de seu envio. Contém na parte superior, a seguinte frase: “vista a censura” e escrito de caneta pelo órgão recebedor “ao conhecimento do sr. ministro”, de lápis na parte superior a estes termos, a palavra “Não”. Nosso entendimento a respeito da análise do referido telegrama é de essas notas jornalísticas encaminhadas pelos seus respectivos correspondentes para serem publicadas na imprensa nacional passava por cerceamento das informações contidas nessas fontes.

<sup>355</sup> Jornal *A Liberdade*. 11/2/1932. p. 4

<sup>356</sup> Telegrama de Teresina (PI) enviado a São Paulo (vista a censura) por corresponde não identificado. 13 abr. 1931. Arquivo Oswaldo Aranha. FGV/CPDOC, OA cp 31 01 29/3 II-31.

As informações são confirmadas quando analisamos uma “NOTA OFFICIAL”<sup>357</sup> publicada na primeira página do *Diário Oficial do Estado do Piauí*, em 20/03/1931, referente a um telegrama oficial enviado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Oswaldo Aranha. A nota afirmava que o governo provisório proibia a circulação de jornais que não fossem dentro da ordem e que tivessem conteúdos depreciativos em relação ao governo. Destacamos o texto em sua integralidade por seu conteúdo ter grande importância no desenrolar das ações do governo federal nos períodos seguintes da República Nova.

O Governo Provisorio faz sciente que só permitirá a publicação de jornaes dentro dos limites da sua propria colaboração, ficando expressamente prohibidos quaesquer infômes capitulados intens seguintes: 1. publicações com o fim de desprestigiar a acção do Governo, justamente quando é necessario a cooperação de todos [...]; 2. publicações de character comunista, assim como referentes a grèves e perturbações da ordem, etc.; 3. noticias de qualquer natureza com fim de perturbar a vida do Exercito e de Policia; 4. noticias sobre questões do exterior; 5. noticias tendenciosas sobre acção do Governo nos Estados; 6. Qualquer campanha, em fim, com o proposito de desprestigiar a obra da Revolução através dos seus órgãos. Todos os jornaes devem ser notificados sobre essas medidas, afim de prevenir qualquer transgressão, inclusive a presente notificação, o que acarretará fechamento jornaes, medida que será sumariamente ordenada pelo Interventor, sem recurso. Cordiaes Saudações – OSWALDO ARANHA<sup>358</sup>. (*sic*) (Grifo do autor).

A nota ministerial deixa claro que o governo iniciava um processo de controle da informação, principalmente nos veículos de imprensa que representavam a maior força de comunicação, dado que se tratava de informações diárias e com um conjunto de atuação em todo o território nacional. Acrescentamos ainda que os veículos impressos historicamente eram ligados a grupos políticos ou pessoas que detinham grande representação econômica na sociedade, conseqüentemente, poderiam utilizar para atacar ideias e ações contrárias aos seus interesses, ou simplesmente de intervenção na vida pública<sup>359</sup>.

Outro elemento intrínseco era a defesa em relação às instituições de segurança pública, como o Exército e a Polícia dos estados, em outros termos, foram corporações imprescindíveis na revolução de 1930, nesta conjuntura, nos estados eram entidades essenciais para equilibrar as forças e a paz nestes entes federados.

Outro ponto importante da nota é a proibição às informações sobre o que estava ocorrendo fora do Brasil, ou seja, no mundo “exterior”. Observa-se que há, para isso uma justificativa, em razão de o governo não permitir a circulação de opiniões do “exterior” em

<sup>357</sup> *Diário Oficial do Estado do Piauí*. Anno I. nº. 62. 20/03/1931. p.1.

<sup>358</sup> *Ibidem*.

<sup>359</sup> Cf. LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas - história dos, nos e por meio dos periódicos. p.111-153. In.: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.



seu desfavor. Adicionamos que se iniciam alguns mecanismos de ação da Era Vargas, onde “A cultura combatia os modelos importados, da mesma forma que a política combateria modelos políticos estranhos à realidade brasileira, como o comunismo”<sup>360</sup>. O governo provisório assumia, portanto, a luta contra o comunismo tornando-a uma de suas principais plataformas de ação.

Essa ação do Ministério da Justiça justifica os telegramas<sup>361</sup> com a identificação de “censura” com notas jornalísticas encaminhadas pelos correspondentes e a ausência de informações nos jornais locais. A determinação protegia os estados contra as informações que pudessem depor ou trazer uma situação política instável. Enquanto isso, a revolução de 1930 era tema de enaltecimento e engajamento de todos, sendo punidos energicamente pensamentos contrários. Aqueles que agissem de forma contrária a determinação seriam penalizados de forma sumaria e sem recurso, visto que as veias do autoritarismo já começavam a ser inseridas na ação política do Estado.

Entretanto, algumas informações jornalísticas presentes nos telegramas, que eram identificadas como objeto de “censura”, dos correspondentes dos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo no Piauí, foram veiculadas na imprensa piauiense, em especial no jornal *A Liberdade*<sup>362</sup>, como podemos verificar na obra *A Revolução de 1930 no Piauí 1928-1934*<sup>363</sup>, mesmo diante das normas estabelecidas pelo despacho do Ministro da Justiça, sobre o comportamento político da imprensa. Possivelmente essas informações eram divulgadas porque o Des. Vaz da Costa e outros correligionários possuíam uma estreita relação com estes periódicos, mesmo ele impondo sua oposição em relação à interventoria, contava com grande influência por ter tido uma participação direta na revolução de 1930 no estado, e era reconhecido pelos seus pares da revolução, como Juarez Távora, e por ter nos princípios revolucionários sua principal pauta de questionamentos dos atos no estado.

<sup>360</sup> RAMOS, Diana dos Santos. *Memória e publicidade no Brasil na década de 1930*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro (RJ). 2013. p.34.

<sup>361</sup> Correspondente em Teresina (PI) ao Jornal O Globo. 14 abr. 1931. Arquivo Oswaldo Aranha. FGV/CPDOC, OA cp 31 01 29/3 II – 45.

<sup>362</sup> Jornal *A Liberdade* - o número 1, foi publicado em 1/5/1928 e 1934. No início sobre direção do Pe. Cirilo Chaves Soares Carneviva. Gerente: Antonio Lopes e Redatores: Hígino Cicero Cunha, Leão Marinho e Júlio Fontenele e outros colaboradores. Depois de 1930, com outra orientação, dirigido por Leão Marinho. Em 1932 a 1934 pelo Des. Vaz da Costa, como redator principal e seu sobrinho Giovanni Piauiense Costa, como redator e secretário. Cf. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.p. 293. *Passim*, PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 3 ed. Teresina: Editora Zodiaco, 1997.p.233. *Passim*.

<sup>363</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A revolução de 1930 no Piauí 1928-1934*. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

Sobre a censura que se instalou na imprensa no Brasil, a partir do movimento de outubro de 1930, temos em Nelson Werneck Sodré uma reflexão que ilustra bem este momento:

Há, entretanto, nos movimentos de alguma amplitude – e o de 1930 foi desse tipo – uma dinâmica que não se atém unicamente às intervenções intencionais, oriundas de atos de vontade; daí o avanço que realmente trouxe ao país, o seu caráter progressista, o seu considerável saldo, assinalando, em suma, um momento marcante, um rompimento com o passado. O movimento liquidara, praticamente, a imprensa que apoiava a situação anterior. Mesmo os jornais que não haviam sido destruídos e por isso não puderam voltar a circular de imediato, sofreram graves consequências. O *jornal do Brasil*, por exemplo, tivera sua redação invadida e fora forçado a ficar uma semana sem circular<sup>364</sup>.

A censura foi muito bem aplicada, principalmente porque o começo da República Nova não queria a divulgação de informações que pudessem criar um clima de suspensão em relação ao novo regime que surgia como revolucionário. A imprensa como canal de informações, era uma instituição que precisava ter sempre olhares sobre ela, visto que contribuiu com a campanha aliancista e o processo revolucionário de 30, podendo ser também a mesma que criaria elementos para sua inviabilidade. Outro ponto, que julgamos importante é que o telegrama estava sendo enviado para a imprensa paulista, ou seja, estado que para os ideólogos de 1930 precisava ter uma atenção especial pelo seu alto poder de ação política e econômica.

A despeito da presença do interventor Astolfo Serra, a mesma foi ratificada e se tornava imprescindível em solo piauiense para analisar a situação política. Essa confirmação foi enviada ao interventor maranhense por meio do telegrama<sup>365</sup> do Ministro da Justiça, solicitando que o mesmo tratasse desse assunto diretamente com Juarez Távora, para evitar os equívocos nas correspondências e na demora de algumas informações e respostas. A imprensa oficial anunciou a chegada do interventor do Maranhão como sendo uma “missão especial”. Como podemos verificar no trecho de jornal *Diário Oficial do Estado do Piauí*, do dia 14 de abril de 1931:

PADRE ASTOLPHO SERRA – O Piauí hospeda o ilustre Interventor Federal do vizinho Estado do Maranhão. Em missão especial do governo Federal, é desde

<sup>364</sup> Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.376. Não é uma obra, e sim um monumento, não apenas por ter levado 30 anos para escrever, mas por trazer em seu conjunto uma riqueza de informações sobre a imprensa brasileira, fonte tão particular para a história. Nesta edição, traz um capítulo inédito, as reflexões de Nelson Werneck Sodré sobre imprensa brasileira nos últimos anos.

<sup>365</sup> Telegrama do Ministro da Justiça, Oswaldo Aranha para Astolfo Serra, interventor do Maranhão. 14 abr. 1931. Arquivo Oswaldo Aranha. FGV/CPDOC, OA cp 31 01 29/3 II – 41.

antehontem, hospede de Theresina e do povo piauiense, [...]. Figura altamente representativa na vida publica, social e intelectual do visinho Estado, [...]. Sacerdote, homem de letras, orador vibrante, consagrado no pulpito e na tribuna pública, hoje administrador inteligente, criterioso e esforçado [...]. Um dos mais esforçado e sinceros pioneiros do grande movimento libertador que teve o seu fastigio na grande victoria patriótica de 24 de Outubro em Theresina, quando iniciada, na imprensa e na praça pública, a propaganda dos principios que formam hoje o catecismo da democracia brasileira, encontrou o digno sacerdote, o actual Chefe do Governo, a mais cordial e sympathica acolhida. [...]. Ora em missão especial no Piauihy, como delegado do Governo Provisorio da Republica [...]. acompanhar da seguinte comitiva: dr. Carlos Macieira, digno Prefeito de S. Luiz, e figura querida da nossa sociedade, onde já larga e demoradamente tem convivido; Capitão Oswaldo de Barros Castro, Illustre official do 24 B. C; Tenente Celso Freitas, tambem distincto membro da mesma corporação militar federal; Tenentes Custodio Bogéa, assintente miliar do snr. Interventor e Abraham da Costas e Silva, ambos dignos officiaes da Força Publica do Maranhão. [...] <sup>366</sup>(sic). (Grifo do autor).

A nota jornalista assinala que a presença do distinto interventor do Maranhão, Astolfo Serra, tinha como objetivo uma “missão especial”, todavia, não mencionava o verdadeiro motivo que se tratava de analisar pessoalmente a situação política do Piauí. Essa observação política procurava compreender o porquê da interventoria do Piauí ainda não ter conseguido se estabilizar politicamente, pois já se passara quase seis meses da implantação do governo provisório. O sistema da interventoria do Piauí vivia ainda sob uma sombra negra a despeito das questões partidárias e atributos individuais, assolando o estado com os conflitos sectários e trazendo este grave problema de estabilidade e gerenciamento da interventoria do Piauí.

No fragmento da reportagem não foram poupadas qualidades intelectuais ao interventor do Maranhão. Citado como grande religioso, orador, intelectual e político, todas essas qualidades fizeram de Astolfo Serra um aguçado observador político e preparado para a missão indicada, uma vez que ele era uma pessoa envolvida com as causas e princípios revolucionários. Sua presença coincidiu com outro importante momento da intelectualidade piauiense, que foi a instalação da Faculdade Direito do Piauí<sup>367</sup>, ocorrida no dia 14 de abril, com a presença do interventor Cap. Joaquim Lemos Cunha e de outras autoridades, como foi assinalada pela imprensa<sup>368</sup>. No momento da solenidade foi dada a palavra a Astolfo Serra, que associou a criação da instituição superior de Direito do Piauí como mais um atributo advindo da revolução de 1930 e um prêmio aos jovens patrióticos da grande nação brasileira.

<sup>366</sup> *Diário Oficial do Estado do Piauihy*. 14/04/1931. p.1 e 4.

<sup>367</sup> *Diário Oficial do Estado do Piauihy*. 12/04/1931. p.5 e 6. Que contou com auxílio material e financeiro da interventoria do Piauí, bem como o decreto nº1255 de 27/04/1931; *Diário Oficial do Estado do Piauihy*, 28/04/1931. p. 1. Possibilitava a abertura extraordinária de exames no Liceu Piauiense, para poderem se matricular na Faculdade de Direito. O interventor Cap. Joaquim Lemos Cunha, foi peça essencial na instalação desta faculdade.

<sup>368</sup> *Diário Oficial do Estado do Piauihy*. 15/04/1931. p.2.

Outro elemento de destaque é que a presença de Astolfo Serra ocorria com todo seu escalão de comando. Em um momento pacífico isto seria normal em uma visita de governo, mas, em período pós-revolução, é no mínimo estranho, pois as agitações e atritos aconteciam a todo instante. É possível entender que havia nisto uma representação simbólica de demonstrar sua capacidade administrativa e a centralidade do comando do Maranhão nos trilhos das diretrizes do governo provisório, ao mesmo tempo em que a presença dos seus subordinados imediatos era uma composição de conselheiros, com os quais o mesmo poderia contar para auxiliá-lo nesta análise sobre o momento político que o Piauí estava vivenciando.

No mesmo dia 14 de abril, por sinal um mês de muita agitação, circularam na cidade informações<sup>369</sup> que o interventor do Maranhão, o padre Astolfo Serra, iria anunciar em um comício o fim do “caso do Piauí”, com a nomeação do capitão Delso Mendes da Fonseca<sup>370</sup> como o mais novo interventor do Piauí, o que de fato não aconteceu. Criou-se especulações no meio social e político, em um momento em que os atritos partidários eram intensos pela imprensa e o grupo político integrado por Hugo Napoleão, Matias Olímpio e o ex-interventor deposto, Humberto de Arêa Leão, estavam atentos às alterações administrativas no Piauí, levando em consideração que, por questões políticas o primeiro já havia rompido com o governo do estado.

Segundo Francisco Alcides do Nascimento<sup>371</sup>, o Des. Vaz da Costa publica no jornal *A Liberdade*, uma nota contendo o nome do Cap. Delso Mendes da Fonseca como sendo o novo interventor. O fato é que esta informação foi recebida com a esperança de que agora seria possível a aplicação dos ideais revolucionários, e que povo do Piauí lhe esperava de braços abertos. Outras informações deram conta que a escolha não agradou o Des. Vaz da Costa, pois o nome não constava entre os preferidos por ele em correspondência encaminhada a Juarez Távora. A questão que se colocava nos ambientes políticos era da possibilidade da permanência do Cap. Lemos Cunha como interventor efetivo, pois havia setores da sociedade solidários a esta solução. Sobre o convite do Cap. Delso Fonseca para ser o novo interventor do Piauí, temos o seu depoimento:

<sup>369</sup> Correspondente em Teresina ao Jornal o Globo. 14 abr. 1931. Arquivo Oswaldo Aranha. FGV/CPDOC, OA cp 31 01 29/3 II – 45.

<sup>370</sup> Delso Mendes da Fonseca. n. Floriano (PI), 1899 – f. Teresina (PI), 1984. Marechal. Engenheiro Industrial e Civil. Participou das revoluções de 1922, 1924 e 1930. Recusou o governo do Piauí. Secretário de Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro (1931 a 1934). Combateu os paulistas em 1932 e contra os comunistas em 1935. Chefe da missão brasileira na França. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.225. *Passim*.

<sup>371</sup> NASCIMENTO.1994. Op, cit., p. 78.

Cumpra-me detalhar, e o faço como dever para com meus compatriotas do Piauí, a escolha do interventor do Piauí, o tenente Landri Salles. Num cair de tarde, quando terminara o expediente na Delegacia do Norte, fui chamado ao Palácio do Catete pelo Presidente Getúlio Vargas, que se dirigiu a mim nos termos seguintes: ‘Capitão Delso, o senhor vai governar o seu Estado. as coisas lá não andam muito bem! [...] Incontinentemente, não aceitei o convite: ‘Senhor Presidente, agradeço a Vossa Excelência a grande honra que me faz com esse convite, porém, infelizmente, não posso aceitar tal distinção’. Ele me replicou, com aquela bondade que sempre o distinguiu: ‘Mas, por que você não aceita governar o seu Estado, quando todos almejam coisas semelhantes?’ Esclareci: ‘Não serei nunca um político, e, mais do que tudo, não devo nem quero fazer mal a meu Piauí’<sup>372</sup>.

Analizamos o depoimento do militar Delso Fonseca, como testemunho, narração da história, em que os relatos da memória percorrem o contexto histórico, trazendo à tona as suas reminiscências do período em questão. O breve relato oral acima nos permite interpretar que geralmente para ser escolhido interventor era importante ser geralmente um sujeito natural do estado para evitar problemas, ou simplesmente evitar desprestigiar os personagens do estado em detrimento de pessoas estranhas. Outro elemento que se configura é que a escolha de um indivíduo nascido no Piauí teria uma maior possibilidade de neutralizar as forças internas e colocar em prática as ações do governo, conseguindo não somente apoio dos grupos políticos, mas também da população, que tinha no convidado uma naturalidade igual.

Ainda assim, as palavras do Cap. Delso Fonseca trazem também uma imagem negativa de desfrutar do comportamento de um político, caso viesse a aceitar o convite. Em sua fala deixa claro não ter nenhuma vontade de pertencimento social com esse grupo, para ele ser político, era necessário exercer seu poder sobre os cidadãos do seu estado, promovendo dissipação, estorvo das facções, a dominação das partes em detrimento do todo. Principalmente, no momento político em que o estado do Piauí se encontrava, como o próprio Getúlio Vargas afirmou: “[...] o senhor vai governar o seu estado. as coisas lá não andam muito bem! [...]”<sup>373</sup>.

Isto, não significava que o militar Delso Fonseca estava contrariando uma ordem superior, ou fugindo de uma responsabilidade facultada, ou até mesmo de uma missão, aspecto característico de um militar, pelo contrário, estava agindo como militar, com estratégia, planejamento e disponibilidade permanente, sempre preparado e preocupado com a população do seu estado, pois uma das ações do militar é a prontidão na defesa da nação.

O militar Delso Fonseca via no Piauí um elemento federativo da nação. Para ele, o nome escolhido deveria ser neutro para as facções do estado, uma pessoa sem ligações internas a ele, que pudesse agir, com os cidadãos e os grupos políticos sob uma ótica sem

<sup>372</sup> Entrevista do Tenente Delso Mendes da Fonseca, integrante do Projeto História Oral do CPDOC-FGV. p.71.

<sup>373</sup> *Ibidem*.

ações tendenciosas ou partidárias, com ações que pusessem o Piauí em sincronia com o restante da nação. O militar poderia em algum momento administrativo, por suas ligações com o estado, alimentar gratuitamente algum tipo de animosidade, portanto, o seu nome, analisando estrategicamente, não era razoável para o “caso do Piauí”.

É a partir desse contexto, com a conversa com o presidente Getúlio Vargas, que se começa a ajuizar o nome do Ten. Landri Sales Gonçalves<sup>374</sup>, pelo Cap. Delso Fonseca, como um nome ideal para tornar-se o interventor do Piauí, pois se tratava de um nome neutro para o estado, com grandes serviços prestados ao contexto revolucionário e ao mesmo tempo, estava na lista dos preferidos pelo grupo político ligado ao Des. Vaz da Costa. A solução para o “caso do Piauí” se aproximava de uma solução, politicamente costurada e debatida por todas as instituições envolvidas, como a Delegacia Militar do Norte, o Ministério da Justiça e a Chefia do governo provisório, e ao que parece, pelos grupos políticos do Piauí.

Em relação a sua missão, o padre Astolfo Serra produziu amplo relatório<sup>375</sup>, encaminhado ao Delegado Militar do Norte, o Major Juarez Távora, sobre suas impressões pessoais em relação ao “caso do Piauí”. Este relatório descreve, desde o pedido do Ministro da Justiça, Oswaldo Aranha, em 10/4/1931, a sua estadia em Teresina, até suas conclusões e opiniões sobre a situação política do Piauí em 20/4/1931, data de envio do relato.

Como exposto no relatório, sua presença no Piauí não era esperada, encontrando a população, como ele mesmo caracterizou, em um contexto de “exaltação de espírito”. Analisou que a força de domínio político da situação estava em torno do Des. Vaz da Costa, em suas palavras “[...] está allí consagrado como um ídolo do povo [...]”<sup>376</sup>, já o conhecendo do período da articulação da revolução de 1930. Dialogou com várias pessoas, algumas

<sup>374</sup> Landri Sales Gonçalves. n. Acaraú (CE), 1904 – f. Rio de Janeiro (RJ), 1978. Assentou praça no Exército em 1922, cursou a Escola Militar do Realengo, comissionado a tenente em 1930. Juntamente com outros oficiais formaram um grupo de conspiradores no 23 ° BC. Até a eclosão da revolução de 1930, foi ele o chefe da conspiração em toda a guarnição de Fortaleza, todas as diretrizes para a preparação e a execução do levante no Ceará vinham diretamente de Juarez Távora, chefe militar da revolução no Norte e no Nordeste, para o tenente Landri Sales. Ao mesmo tempo em que o comandante do 25° BC, capitão Joaquim de Lemos Cunha, era nomeado interinamente interventor militar no Piauí, Juarez Távora designava o tenente Landri Sales para conduzir um inquérito policial-militar destinado a apurar as responsabilidades. O resultado deste inquérito nunca foi revelado ao público. De todo modo, no dia 7 de maio de 1931, o tenente Landri Sales foi nomeado por Getúlio Vargas interventor federal no Piauí, de 21/5/1931 a 3/5/1935. Em 1933, cria no Piauí o Partido Nacional Socialista. Deixou a interventoria do Piauí, passando para Leônidas de Castro Melo, eleito em 1934. Assume vários cargos na capital federal, como: diretor do Departamento de Correios e Telégrafos, chefiou o gabinete da Escola Superior de Guerra e comandou batalhões no Rio de Janeiro e promovido a general-de-brigada em abril de 1957, passou imediatamente para a reserva no posto de general-de-divisão. C.f. *Dicionário histórico biográfico brasileiro* (DHBB). CPDOC-FGV. ver verbete Landri Sales Gonçalves. *Passim*. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 -2003*. Teresina: [s.n.], 2003. p.200.*Passim*.

<sup>375</sup> *Relatório*. Apresentado ao Major Juarez Távora pelo Pe. Astolfo Serra interventor do Maranhão sobre o “caso do Piauí”. 18 abr. 1931. Arquivo Juarez Távora. FGV/CPDOC, JT dpf 1930.12.08 p. XLVIII – 87.

<sup>376</sup> *Relatório*. Op. cit., Parte II do Relatório.

identificadas no documento, que representavam vários segmentos da sociedade, entre eles estavam militares, magistrados, políticos, religiosos, funcionários públicos, comerciantes, profissionais liberais e outros. Apurou ainda que o Des. Vaz da Costa, por motivo “[...] de ordem subjetiva, e pela sua maneira de agir [...]”<sup>377</sup>, tinha o controle da situação e ações em torno do estado.

Sua força aumentou pela atuação de Matias Olímpio ao lado do interventor deposto, o Comandante Humberto de Arêa Leão, resultando em arestas políticas com vários setores. Ainda sobre o Des. Vaz da Costa, relata que:

Colhi que o Desembargador Vaz da Costa, Chefe da concentração piauiense, não é pelo levantamento do Estado. Lastimará muito si for obrigado a lutar de armas nas mãos. O que elle quer (e disto estou certo porque sondei bem este ponto) é que o Interventor seja positivamente um espirito emancipado do partidarismo local. Apresentou 12 nomes, sendo que aceitará qualquer um delles ou outro qualquer que satisfaça aquella condição<sup>378</sup>.

Na compreensão do Pe. Astolfo Serra, não era de intenção do Des. Vaz da Costa pegar em armas e mobilizar os seus partidários em torno do controle do estado. Entretanto, a força dele é perceptível no Piauí, essa liderança foi provavelmente construída desde o período revolucionário e continuada no pós-revolução. Essa influência aumentou devido às ações de pouca expressividade da interventoria anterior e à aproximação de grupos políticos não comprometidos com as propostas da campanha da Aliança Liberal e com o processo revolucionário. Isto é, o Des. Vaz da Costa aproveitou o descontentamento de setores da sociedade, entre eles políticos, comerciantes, culturais aliados ao seu, para ver o Piauí em outros caminhos, afastando pessoas que em sua visão não tinham nenhum compromisso com o processo e muito menos com as transformações do estado do Piauí.

O padre Astolfo Serra utiliza um termo em seu relatório para se referir à motivação do Des. Vaz da Costa, como de “ordem subjetiva”. O que refletimos sobre suas orientações políticas eram de ordens objetivas, tangíveis, ou melhor, lutava por espaço e por poder político, visto que o mesmo era de família tradicional do sul do Piauí e proprietário de fazenda. Foram estas orientações que o conduziram a liderar as ações revolucionárias, lutando pela regeneração do Piauí e ao mesmo tempo por espaço. Estes objetivos, passam naturalmente pelo afastamento das oligarquias tradicionais da teia do poder. O sentimento tenentista no Des. Vaz da Costa ainda era latente, sua liderança no movimento no Piauí e a

---

<sup>377</sup> *Ibidem*. Parte III do Relatório.

<sup>378</sup> *Ibidem*. Parte IV do Relatório.

vitória em 4 de Outubro ainda era uma data que lhe trazia motivação para lutar contra os seus opositores, ele se favoreceu dessa liderança para ativar o grupo descontente com a instabilidade administrativa do estado em relação ao país.

No relatório, depois de ouvir o comando do 25º BC, verificou a polêmica criada com a divulgação da nomeação do Dr. Raimundo Campos para interventor, e da existência de seguimentos sociais simpáticos à permanência do Cap. Lemos Cunha, destacado no tópico denominado “O QUE EU ALVITRARIA Eu alvitriaria o nome do Tenente Landry Salles Gonçalves, já posto a cabaes provas de sua imparcialidade. E’ um nome conhecido e um caracter demonstrado no Piauhy”<sup>379</sup>(sic)(grifo do autor). Sendo assim, a indicação do Ten. Landri Sales, era a mais plausível para sanear a situação. Quando ele menciona que o Ten. Landri Sales era conhecido no Piauí, provavelmente estava se referindo ao inquérito militar para apurar o envolvimento do Des. Vaz da Costa na deposição do interventor Com. Humberto de Arêa Leão, visto que foi o militar designado pelo Juarez Távora para apurar o fato ocorrido. Por sua atuação no processo teve contato preliminar com a conjuntura política do estado.

Outro elemento que soma ao nome do Ten. Landri Sales era a sua capacidade de liderança, demonstrada na organização do movimento no Ceará, onde por vários momentos ele ficou à frente do comando, principalmente “Até a eclosão da Revolução de 1930 foi ele o chefe da conspiração em toda a guarnição de Fortaleza, ao mesmo tempo em que consolidava o foco de conspiradores do Colégio Militar”<sup>380</sup>.

Portanto, entre os setores militares ele era uma pessoa que poderia neutralizar a força que Des. Vaz da Costa tinha entre os miliares do 25º BC, e dentro da própria Polícia Militar do estado, pois ambos em seus estados foram peças chaves no desfecho do movimento. Esse elemento contribuiu significativamente para o amadurecimento em relação ao nome de Landri Sales como interventor do Piauí, pois seria um anulador de forças internas, tendo viabilidade para administrar o estado.

Padre Astolfo Serra conclui o documento nos seguintes temos.

[...]. E’ facto que o Governo da Republica podera compellir pelas armas, os piauhyenses acceitarem o Dr. Raymundo Campos, como Interventor, mas na hora presente creio não será essa lucta no Norte um acontecimento sem más consequencias para Paiz. Mas não ficaria só nisto o damno si a esses extremos chegasse o Governo Federal. Armados e municidados como se acham os elementos do Desembargadr Vaz da Costa, que, como já disse, são de verdade numerosos,

<sup>379</sup> *Relatório*. Op. cit., Parte V do Relatório.

<sup>380</sup> Landri Sales Gonçalves. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/landri-sales-goncalves>. Acesso em: 12 jun. 2020.



poderão invadir, como lhes será facil, em caso de emergencia, o Maranhão e o Ceará, tornado-se por isso necessario ao Governo da Republica estender seu raio de acção alem do Piauí, com o que viria muito a sofrer esses dois Estados, vendo perturbada a sua vida interna, e affimando-se prejudicados, como seriam, os trabalhos já avançados de sua economia e de sua prosperidade(*sic*).

Ainda na conclusão do seu relatório afirma que:

Exaro, tambem aqui uma advertencia, que ainda é resultante de minha viagem a Theresina. Encarada a questão pela face unica em que me parece deva se ella considerada, - uma conciliação, uma harmonia no conjunto, - tenho como medida contraproducente a nomeação de Interventor interino, o que viria contribuir para alimentar a expectativa de um Interventor effectivo. Essa expectativa teria como consequencia, dentro de poucos dias, novos acontecimentos, também perturbadores de administração daquele Estado. [...] <sup>381</sup>(*sic*).

As considerações acima deixam claro que a persistência no nome do Dr. Raimundo Campos para interventor no Piauí não tinha mais efetividade política, não apenas em relação a um desgaste desnecessário para governo provisório, mas também em continuar alimentando o campo das agitações partidárias e as incertezas administrativas do Piauí. O nome do Cap. Lemos Cunha, para continuar como interventor efetivo, advogado por certos setores da sociedade, não era uma boa saída, pois esse estava em vários aspectos ligado à corrente política do Des. Vaz da Costa. A nomeação de um interino não era viável, pois poderia trazer mais agitações e instabilidade, aumentando a insegurança na condução do estado do Piauí pelo governo federal.

As palavras do observador político em relação à capacidade do “caso do Piauí” se propagar para o Maranhão e o Ceará, caso não tenha uma solução a contento, seria um exagero? Ele era uma pessoa completamente envolvida na ação política, podemos afirmar ainda, que no mês seguinte a sua estada no Piauí, por questões políticas no estado do Maranhão, renunciou aos votos eclesiásticos. A partir daí dedica-se a uma carreira administrativa no governo federal, tornando-se um homem completamente absorvido pelas questões políticas e com grande atuação no universo intelectual e literário. Também tem plena atuação em jornais no Maranhão e na imprensa carioca, estado que adota, após abandonar a interventoria do Maranhão. As palavras dirigidas à pessoa de Astolfo Serra são fundamentos para justificar que suas análises não eram apenas de ficção literária em relação à situação do Piauí.

Não podemos desprestigiar nenhuma unidade federada dentro do quadro de acomodação política após uma revolução. A prova disso é que os estados do Norte foram a

---

<sup>381</sup> Relatório. Op. cit., Parte VI do Relatório.

balança decisiva para a vitória da revolução de 1930. O Norte<sup>382</sup> era basilar na força do tenentismo, e sua paz administrativa era essencial para o projeto político da Delegacia Militar do Norte, que tinha como finalidade alinhar os estados nortistas dentro do programa revolucionário sobre a liderança de Juarez Távora. O Norte foi força importante no processo da revolução constitucionalista de 1932, não só enviando tropas, mas demonstrando que o sistema de interventoria era viável do ponto de vista da aplicação do getulismo. Em vista disso, não era interessante ignorar ou até mesmo delongar uma solução de equilíbrio para o “caso do Piauí”.

Observando alguns elementos listados no parágrafo anterior, o Norte não era para ser desprezado dentro de um projeto de integração nacional. O “caso do Piauí” não era para ser analisado como algo isolado, sem poder de ação, ou simplesmente procrastinado, era uma situação, como narrou o Pe. Astolfo Serra, que poderia provocar repercussão em estados vizinhos, como o seu estado, o Maranhão, e o Ceará, ambos com sua situação política estabilizada. Por isso o governo provisório precisava resolver essa situação para não influenciar outros estados, levando o Norte a uma situação de dificuldade para Delegacia Militar do Norte e para o próprio governo provisório.

Outro documento que corrobora com a visão do Astolfo Serra, foi “Syntese da Situação do Estado do Piauhy [...]”<sup>383</sup>, produzido pelo Cap. Oswaldo de Barros Castro, integrante da comissão de autoridade que veio juntamente com o interventor do Maranhão. Esse documento tinha uma identificação a lápis com o termo “secreto”. O seu conteúdo se assemelhava ao do relatório de Astolfo Serra, contendo apenas alguns pontos que apresentavam divergências de opinião.

Dentre essas divergências, o militar advogava a permanência do Cap. Lemos Cunha como interventor efetivo, como também a necessidade da presença de Juarez Távora no Piauí, que segundo ele, iria dirimir todos os problemas e solucionar o “caso do Piauí”. Tanto o relatório do interventor Astolfo Serra, quanto a síntese do Cap. Oswaldo de Barros Castro, destacam que o Des. Vaz da Costa precisava ser ouvido em relação aos fatos, pois diante da visão do militar, “[...] elle conflagará todo o Norte da Republica, contando para isto com a totalidade de seu povo”<sup>384</sup>.

---

<sup>382</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. p.339-425. In.: GOMES, Ângela Maria de Castro. et al. (Orgs.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1980. Brasil Século 20.p.342-243.

<sup>383</sup> Síntese da situação do estado do Piauí por um observador militar que acompanhou o interventor militar do Maranhão à Teresina, Cap. Oswaldo Castro. 20 abr. 1931. Arquivo Juarez Távora. FGV/CPDOC, JT dpf 1930.12.08. p. XLVIII – 87.

<sup>384</sup> *Relatório*. Op. cit., Parte I da Síntese.

O fortalecimento do Exército nesse contexto é crucial, visto a necessidade de romper com a autonomia das milícias estaduais, como afirmou Maria de Carmo Campello de Souza<sup>385</sup>, que em sua configuração estava sob o comando de indivíduos com questões partidárias múltiplas, e que serviam a benefícios de setores que na maioria das vezes estavam à margem dos interesses da sociedade. Essa ação do Exército se mostrará necessária em alguns movimentos que ocorrerão ainda a partir dos anos 30.

Portanto, esta instituição precisava se organizar, pois no período anterior a 30, era uma instituição fragmentada, e no momento posterior a revolução, irá surgir uma série de revoltas, conspirações, agitações entre outras situações. Nessa perspectiva, evidencia-se a necessidade de uma pessoa no comando do estado, que tivesse essa ótica da organização militar, o que abre espaços que os militares não tiveram no período da Primeira República, como coloca Edmundo Campos<sup>386</sup>.

Os rumos decisórios tomados pelo governo provisório, em relação ao “caso do Piauí”, a partir das informações prestadas pela missão do interventor Astolfo Serra e das demais informações obtidas, levaram ao encaminhamento de uma correspondência<sup>387</sup> ao Dr. Raimundo Campos, informando-o que diante da situação existente no estado, o chefe do governo provisório resolveu não assegurar o decreto de sua nomeação. Logo após, sucedeu-se a análise do relatório do interventor do Maranhão e as informações prestadas pelo capitão Delso Fonseca, que já estava no Piauí como observador federal para auxiliar essa transição política no Piauí.

Diante desta situação que envolvia uma unidade da Delegacia Militar do Norte, a ausência do seu chefe, Juarez Távora, era justificada por estar passando por problemas de saúde, contudo, sua interlocução em relação ao “caso do Piauí” era intensa na tentativa de solucionar o problema da interventoria, podendo ser comprovada pelas trocas de correspondências.

O momento que antecedeu a posse do Ten. Landri Sales foi caracterizado por comunicações<sup>388</sup> administrativas realizadas por Juarez Távora, informando ao Cap. Delso

---

<sup>385</sup> SOUZA, Maria de Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil 1930 a 1964*. 2 ed. São Paulo: Editora Alfa – Omega, 1983. p. 101-102. Cf. Referente ao tópico 5. O papel das forças armadas.

<sup>386</sup> CAMPOS, Edmundo. Forças armadas: autonomia e hegemonia. p. 247-254. In.: CPDOC. *A revolução de 30: seminário internacional*. Rio de Janeiro: Editora Universidade de Brasília, 1983. Coleção Temas Brasileiros. 54. p.249. Na sua escrita destaca os trabalhos de José Murilo de Carvalho, Alain Rouquié e Flank McCann referente ao estudo da Forças Armadas no Brasil e na América do Sul.

<sup>387</sup> Rascunho de um telegrama de Juarez Távora para o juiz de direito Raimundo Campos. abr.1931. Arquivo Juarez Távora. FGV/CPDOC, JT dpf 1930.12.08. p. XLVIII – 89.

<sup>388</sup> Rascunho de um telegrama do Major Juarez Távora para o Cap. Delso Fonseca. 5 abr.1931. Arquivo Juarez Távora. FGV/CPDOC, JT dpf 1930.12.08. p. XLVIII – 93.

Fonseca a confirmação da nomeação, conforme sua indicação e a análise da situação prestada pelo relatório do Pe. Astolfo Serra. No mesmo dia, foi informado<sup>389</sup> ao Ten. Landri Sales a confirmação de sua nomeação, e ao Cap. Lemos Cunha, interventor interino do Piauí. Em outra correspondência<sup>390</sup>, Távora passa algumas orientações diretas ao Ten. Landri Sales, dentre elas reorganizar a polícia; levar alguns militares de sua confiança; se necessário, realizar uma reorganização administrativa do estado; rever o orçamento; providenciar a divisão municipal do Piauí; se necessário, incorporar uns nos outros; evitar atritos políticos utilizando o seu bom senso e espírito justiceiro. Essas orientações irão percorrer toda a administração do interventor Ten. Landri Sales, que governou de 21/5/1931 a 3/5/1935.

## **2.5 Interventoria do Tenente Landri Sales Gonçalves: pacificador das elites piauienses no cenário da revolução de 30**

A acomodação política do Piauí só ocorreu com a chegada do interventor Ten. Landri Sales Gonçalves, um militar cearense, que conseguiu neutralizar o poder das oligarquias locais ao longo do período de sua interventoria. Com uma ação administrativa pautada na correção de desacertos das interventorias anteriores, alinhou seu governo com as diretrizes da Delegacia Militar do Norte, conjuntamente com as ações do governo provisório. Essas atitudes influenciaram no processo de redefinição das forças políticas locais pois a pessoa do interventor significava um representante direto do poder central nos estados. A escolha do Ten. Landri Sales incorporava as qualidades apontadas para um interventor nortista, segundo Dulce Chaves Pandolfi<sup>391</sup>:

Os interventores eram os representantes diretos do poder central nos estados. Entretanto, mesmo se tratando de um delegado do Governo provisório, não se pode deixar de pensar no interventor como um elemento relacionado com a classe dominante local. Diferentemente da República Velha, onde na maioria dos casos a escolha do presidente do estado era feita pelo partido político dominante – havendo

<sup>389</sup> Rascunho de um telegrama do Major Juarez Távora para o Ten. Landri Sales. 5 abr.1931. Arquivo Juarez Távora. FGV/CPDOC, JT dpf 1930.12.08. p. XLVIII – 95 e Rascunho de um telegrama do Maj. Juarez Távora para o Cap. Lemos Cunha. 5 abri.1931. Arquivo Juarez Távora. FGV/CPDOC, JT dpf 1930.12.08. p. XLVIII – 96.

<sup>390</sup> Rascunho de um telegrama do Major Juarez Távora para o Ten. Landri Sales. 6 abr.1931. Arquivo Juarez Távora. FGV/CPDOC, JT dpf 1930.12.08. p. XLVIII – 97.

<sup>391</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. p.339-425. In.: GOMES, Ângela Maria de Castro. et al. (Orgs.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1980. Brasil Século 20.

inclusive muitas vezes coincidência entre o chefe do partido e o chefe do estado -, na nova situação o interventor, embora necessitando atuar com a colaboração das forças políticas locais, não deve a estas sua permanência no poder. Sua atuação é pautada por normas básicas, estabelecidas pelo Governo provisório através do Código dos Interventores. Apesar de as interventorias federais terem sido implantadas em todo o Brasil, os interventores nortistas são os que mais se aproximam de um modelo ideal de interventor. De modo geral, três características nortearam a escolha dos interventores nortistas: "ser estrangeiro", "ser militar", "ser neutro politicamente"<sup>392</sup>.

A autora destaca que os interventores nortistas formavam um grupo que mais se aproximava de um modelo ideal de interventor. Segundo a historiadora, a escolha era pautada em três critérios: "ser estrangeiro", "ser militar" e "ser neutro politicamente". Todos os três se agregavam ao Ten. Landri Sales<sup>393</sup>. O primeiro critério, "ser estrangeiro", ou melhor, não era natural do estado do Piauí, resultando na ausência de laços familiares e políticos. Seu contato com o Piauí foi somente na investigação da participação do Des. Vaz da Costa, no episódio da deposição do Com. Humberto de Arêa Leão. O segundo preceito, "ser militar", se enquadrava perfeitamente, pois tratava-se de um militar de carreira e um dos articuladores da revolução no Ceará. Portanto, os preceitos revolucionários eram suas principais orientações de missão no Piauí, incorporando as atitudes dos tenentes.

Podemos acrescentar ainda, no "ser militar", suas relações com o processo revolucionário. Já quanto ao terceiro ponto, "ser neutro politicamente", em outras palavras, seria não se envolver em questões partidárias e sim desenvolver uma ação minimamente apartidária, criando um diálogo com ambos os setores da sociedade piauiense e viabilizando sua interventoria e a aplicação das ações nacionais.

Em relação a expressão "ser neutro politicamente", julgamos ser um critério que a princípio poderia ser aplicado, e naturalmente necessário. Entretanto, o próprio governo teria ciência de que, no decorrer de todo o seu gerenciamento da administração pública, estas relações terminariam se estreitando durante a escolha de atores para incorporar os espaços da engenharia do estado. Ao mesmo tempo, com o decorrer dos anos, essas relações de proximidades sociais terminariam germinando uma certa afinidade. Este fato tornou-se mais notório nas primeiras nomeações que irão compor as ações da interventoria do Ten. Landri Sales.

---

<sup>392</sup> PANDOLFI. Op. cit. p.345-346.

<sup>393</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A revolução de 1930 no Piauí 1928-1934*. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.p.79. Esse pensamento está presente na referida obra.

### 2.5.1 A Revolta dos Cabos: espaço de sublevação militar e intelectual

Ainda no início<sup>394</sup> de sua interventoria, antes de completar um mês de sua administração, o Ten. Landri Sales enfrentou uma revolta ocorrida no interior do quartel do 25º BC, entre os dias 2 e 4 de junho de 1931. Tratou-se de um movimento isolado, que a princípio não teve nenhuma conotação política ou indícios de oposição a sua interventoria. Como narra Francisco Alcides do Nascimento<sup>395</sup>, o movimento foi deflagrado na guarnição militar com a participação ativa de cabos, assim como de alguns sargentos, na madrugada do dia 3, tendo como líder o Cabo Amador Vieira de Carvalho<sup>396</sup>.

Nas dependências da instituição militar foi realizada a mobilização e a prisão dos oficiais de plantão na guarnição, inclusive do seu comandante, depois, se dirigiram para o Banco do Brasil, Palácio de Karnak - sede do poder estadual, ao mesmo tempo em que um outro grupo controlava a estação de telégrafos e a Delegacia do estado. O interventor Landri Sales e outros oficiais foram presos no Teresina Hotel, local onde estavam hospedados, e encaminhados sob voz de prisão às dependências do 25º BC. Entre os civis presos, estava o Des. Vaz da Costa. Esse movimento foi registrado pelo livro de *Resumo Histórico do 25º BC*<sup>397</sup>, como: “- JUNHO – 03. Surge neste Batalhão uma rebelião chefiada por Cabos e alguns Sargentos, tendo como parte ativa o Cabo Amador Vieira de Carvalho e o 2º Sargento João Batista Caland”<sup>398</sup>.

Entre as características do movimento, podemos apontar a sua desarticulação somado ao inábil isolamento em relação a alguma outra articulação com o contexto estadual ou nacional. Essas características de organização contribuíram para uma rápida reação do estado. No dia seguinte, ainda sob as ações subversivas, alguns oficiais e membros da polícia militar organizaram uma reação. A participação na resistência contou com a colaboração do Cap. Lemos Cunha e do Des. Vaz da Costa, que utilizaram de suas influências sobre os militares para conseguir a sua liberdade e também negociar a libertação dos demais presos no 25º BC,

<sup>394</sup> Telegrama do interventor ten. Landri Sales para o chefe do governo provisório, informando de sua posse na interventoria do Piauí. 21 de maio de 1931. Arquivo Nacional (AN-RJ). CODES: Fundo Gabinete Civil da Presidência da República: 1930 a 1945. SDR025. Série: Governos Estaduais: Piauí. Lata 24. Ano 1931.

<sup>395</sup> NASCIMENTO. *Op. cit.*, p.85-86.

<sup>396</sup> Sobre o contexto da liderança do Cabo Amador Vieira de Carvalho no movimento, Cf. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003*. Teresina: Editora Halley, 2003.p. 98 e BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.p.487.

<sup>397</sup> BRASIL *Resumo histórico do 25º BC de 1918-1986*. Teresina: [s.d.]. Datilografado. [n.p.].

<sup>398</sup> *Ibidem*.

incluindo o próprio interventor, que foi libertado, assumindo o comando da ação de retomada do poder.

O interventor Landri Sales, juntamente com o Cap. Delson Fonseca e o Ten. Antonio Martins de Almeida<sup>399</sup>, organizaram a partir deste momento uma ação para libertar a cidade do domínio dos rebelados, juntamente com seus oficiais diretos, contando ainda com a ajuda do Cap. Lemos Cunha e do Des. Vaz da Costa. O interventor Landri Sales, em armas, liderou a retomada da sede do governo, o Palácio de Karnac, prendendo os militares rebeldes. No mesmo dia 4, encaminhou um telegrama<sup>400</sup> ao chefe do governo provisório, às 20:40 minutos, com caráter de urgência, tendo o seu contexto o seguinte conteúdo.

Conforme communiquei hontem V. Exa. Fui suprehendido com levante praças 25 ° B/C que conseguiram aprisionar principaes autoridades, ocupando repartições. Golpe recebido inesperadamente, nada denotando anormalidade, mesmo por parte comandante Rebello que foi afastado seu posto pelos amotinados. Hoje, com elementos fieis toda força publica, que reagindo, retomu seu quartel em poder dos amotinados. Dominamos situação voltando calma á cidade, estando população confiante providencias tomadas. [...] <sup>401</sup>(sic).

O próprio interventor assumia que não tinha indícios desta organização nas dependências do 25° BC, caracterizando como um fato inesperado, debelado com um rápido contra-ataque. É necessário acrescentar que o interventor era recém empossado e estava ainda organizando a estrutura administrativa do estado, inclusive da sede da guarnição do Exército. O telegrama do interventor foi respondido por Getúlio Vargas no dia seguinte, que mencionou estar acompanhando o desenrolar da situação e enobrecia o ato da reação do interventor com as seguintes palavras “[...] considero facto significativo e relevante patriotismo, resistência que organizastes, dominando insurrectos, antes da chegada reforços. [...]”<sup>402</sup>. No mesmo documento autorizava as medidas necessárias que fossem aplicadas pelo interventor Landri Sales para punir e reprimir qualquer “perturbação da paz”.

<sup>399</sup> A presença do ten. Antonio Martins de Almeida no Piauí, foi uma orientação pessoal do maj. Juarez Távora, pois julgava que este militar seria de grande ajuda ao interventor Landri Sales na organização do estado. No mesmo documento que colocava o nome do militar, o major, acrescentava a importância de trazer outros oficiais, sendo pouco o efetivo. Cf. Rascunho de um telegrama do major Juarez Távora para o ten. Landri Sales. 6 abr.1931. Arquivo Juarez Távora. FGV/CPDOC, JT dpf 1930.12.08. p. XLVIII – 97.

<sup>400</sup> Telegrama do interventor tenente Landri Sales ao chefe do governo provisório. 4 de jun. 1931. Arquivo Oswaldo Aranha. FGV/CPDOC, OA cp 31 06 04/5, folha 1.

<sup>401</sup> *Ibidem*.

<sup>402</sup> Telegrama do chefe do governo provisório ao interventor ten. Landri Sales parabenizando por sua ação na insurreição nas dependências do 25° BC. 5 de junho de 1931. Arquivo Nacional (AN-RJ). CODES: Fundo Gabinete Civil da Presidência da República: 1930 a 1945. SDR025. Série: Governos Estaduais: Piauí. Lata 24. Ano 1931.

A ajuda chegou dos batalhões do Ceará e Maranhão, todavia, a situação já estava sob controle. Aproveitando a presença do Cap. Oswaldo Barros Castro, do Maranhão, solicitou a abertura de um inquérito militar para apurar os motivos do levante. Os motivos dessa revolta ainda são pouco conhecidos, entre aqueles abordados pela historiografia do movimento, são apontados alguns tais como as condições de vida dos militares, as formas de recrutamento, suas relações como elementos das oligarquias, suas insatisfações com o período pós – 30 e as condições dadas aos mesmos, envolvimento com as ideias comunistas e a própria interferência política ainda do Des. Vaz da Costa, são algumas das perspectivas.

Sobre os elementos promotores da ação dos rebelados, podemos apontar alguns aspectos que contribuíram para esse movimento e para outros que ocorreram em outros estados, a exemplo, o que aconteceu no 21º BC de Recife, no mês de outubro de 1931, com participação de sargentos e operários. Sobre a revolta dos cabos no Piauí, temos o comentário de José Murilo de Carvalho<sup>403</sup> que narra o ocorrido: “[...] sob o comando de cabos e alguns sargentos. Os rebelados depuseram o interventor Landri Sales e colocaram um cabo em seu lugar. Foram dominados com o auxílio da força pública.”<sup>404</sup>. Estes conflitos eram menos visíveis, e não tinham organização para buscar uma melhor visibilidade de compreensão.

Os militares apresentavam algumas queixas comuns, entre elas a falta de estabilidade, visto que a qualquer momento poderiam ser dispensados do corpo militar; a ausência de promoção, visto não terem em relação a esta um processo de organização sistemático; salários baixos, motivo que muitas vezes levou os soldados a saírem da corporação para outras atividades e a falta de assistência social. Essas são algumas de suas observações em relação a atividade militar na época.

Um ponto importante da carreira militar era o próprio sistema de recrutamento do Exército. A maioria dos praças era oriundo das fileiras das classes baixas, e viviam dentro da estrutura militar, em um processo de contínuo reengajamento, que na maioria das vezes contava com a interferência política. Um país com uma economia agrícola, em que as oportunidades de trabalho eram limitadas, a carreira militar era uma forma de sobrevivência e muitas vezes de ascensão social.

Dessa forma, a influência política contribuiu significativamente para a entrada de pessoas sob o seu manto de proteção oligárquico nas fileiras do Exército. Inclusive, este item foi um dos fatores que contribuíram para o envolvimento do nome do Des. Vaz da Costa na

---

<sup>403</sup> CARVALHO, José de Murilo. Força armada e política, 1930 – 1945. p.107-150. CPDOC. *A revolução de 30*: seminário internacional. Rio de Janeiro: Editora Universidade de Brasília, 1983. Coleção Temas Brasileiros. 54.

<sup>404</sup> *Ibidem*.p.115.



revolta. Segundo as denúncias, o 25 ° BC estava repleto de seus agregados, que depositavam nele grande respeito e gratidão, apoiando o desembargador no movimento, com o objetivo de desestabilizar a interventoria de Landri Sales. Este fato não foi confirmado pelo inquérito militar, uma vez que o próprio Des. Vaz da Costa foi um dos civis presos.

Essa imputação em torno do nome do Des. Vaz da Costa na revolta foi publicada nas páginas do jornal *Estado Piauí*, em 16/01/1932 por Higino Cunha, na matéria intitulada “O Levante Militar de 3 para 4 de junho”, segundo Moysés Castello Branco Filho<sup>405</sup>. A trajetória de vida do intelectual Higino Cunha, na Primeira República no Piauí, é semelhante ao itinerário de vários intelectuais brasileiros de 1870 a 1930, como salienta a autora Teresinha Queiroz.” É possível afirmar, sem temor, que o centro de vida de Higino Cunha é a prática de escrita”<sup>406</sup>.

Foi esta prática de escrita que não deixou o velho intelectual fora do mundo cultural e tão pouco do político nos anos 30 e início da década de 40. Claro que o vigor da caneta já não era mais o mesmo dos anos anteriores a 1930, mas continuava a imprimir sua tinta em vários assuntos que serão constantemente debatidos no período pós-30. Da tríade dos intelectuais que marcaram o final do século XIX até a Primeira República no Piauí, era o único vivo, pois sua vivencia lhe ensinou a colher menos do campo da política e muito mais do terreno literário.

Mestre Higino, como era chamado, já tinha se pronunciado em suas *Memórias: traços autobiográficos*,<sup>407</sup> no capítulo “Minha ação política e social e minha obra literária”, que em sua relação com a campanha da Aliança Liberal no Piauí, tinha se mantido inerte, não por vontade, ou falta de fôlego, mas por supressão de inspiração. Higino Cunha já vinha de uma longa trajetória intelectual na Primeira República, ocupando várias funções públicas e desempenhando uma ampla ação no universo literário e na imprensa piauiense. Um literato já com vários dissabores na vida política e que já tinham lhe consumido alguns dias de vida. Vejamos como se expressou sobre este momento no Piauí em relação a campanha partidária no estado durante as eleições de 1930:

Fui partidário de Rui Barbosa na campanha civilista de 1909 -1910, concorrendo para que o Piauí, não ficasse escravizado nas urnas eleitorais; mas não tomei parte na campanha da Aliança Liberal, que deu em resultado a revolução de outubro de 1930, porque já estava afastado da política ativa e não me inspiravam confiança os

<sup>405</sup> CASTELLO BRANCO FILHO, Moysés. *Depoimento para a história da revolução no Piauí (período revolucionário 1922-1931)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.p. 87.

<sup>406</sup> QUEIROZ, Teresinha. Sobre política, ciência e arte: Higino Cunha e as controvérsias de seu tempo. p.37-67. In.: *Revistas da Academia Piauiense de Letras*. nº 69. Ano XCIV. Jul.2011.

<sup>407</sup> CUNHA, Higino. *Memórias: traços autobiográficos*. 2 ed. Teresina: Senado Federal/ APL, 2011.

chefes liberais do estado, que tão mal procederam depois do triunfo. Fui sempre admirador de Rui Barbosa desde os bancos acadêmicos [...] <sup>408</sup>.

Nas palavras de Higino Cunha, sua adesão à Campanha Civilista estava associada ao intelecto e ao ideário político construído por Rui Barbosa, que tinha em sua campanha ações de reformas profundas na sociedade brasileira, entre elas, a reforma constitucional, medidas no campo financeiro, elaboração de um novo código civil, reorganização da estrutura da burocracia estatal, e até a institucionalização do concurso público para ingresso do funcionalismo, dentre outras.

Todos estes itens do programa político atraíram profundamente Higino Cunha, podendo dar destaque ao item relacionado a entrada no serviço público, pois foi um aspecto que marcou profundamente sua vida, espaço em que teve várias dificuldades para ocupar os cargos no estado do Piauí, por conta das características políticas da Primeira República. Além disso, as práticas clientelistas, em relação as indicações políticas para ocupar posições na engenharia estrutural do estado, não só era decisiva para preenchê-las, mas para se manter no serviço público.

Em relação ao Piauí, no processo da campanha da Aliança Liberal, ele se manteve distante, pois não tinha confiança nos líderes liberais que estavam à frente da jornada eleitoral, uma vez que o processo das urnas resultou no curso revolucionário de outubro, havendo procedimentos políticos que não condiziam com a prática política exercida na plataforma da campanha. Ou melhor, “depois do triunfo”, foi somente a luta pelo poder, um enfrentamento por posição no estado para conservar os laços ou renovar os domínios. Certamente foi este caminho que levou Higino Cunha a escrever nas páginas do jornal *Estado do Piauí* sua visão política sobre a revolta dos cabos, onde responsabilizava o Des. Vaz da Costa sobre o levante.

Essa ação política exercida nas páginas do periódico lhe custou aborrecimentos, pois o Des. Vaz da Costa também utilizou as páginas do jornal *A Liberdade*, não só para se defender politicamente, mas para atacar Higino Cunha, utilizando-se de uma escrita ácida e ofensiva para responder o intelectual, atribuindo-lhe termos muito pejorativos. Como podemos verificar em um artigo chamado de *O levante de junho – Desfazendo mentiras*. Em uma resposta direta a Higino Cunha, o Des. Vaz da Costas, assim se pronunciou:

*Mestre Hygino – o Marafona – quebrou a penna e cahiu a língua depois da última lucta em que Olympio Costa, Odorico e eu lhe escancamos a alma ponto á mostra*

---

<sup>408</sup> CUNHA, Higino. Op. cit., p.82.

toda a hediondez de sua podridão. Faziam quase dois annos que o velho Marafona não apparecia nas columnas dos jornaes da terra e nem dava ar de sua graça na qualidade de *mestre* e precursor da intellectualidade Piauhyense. [...]. Todo mundo suppunha morto o velho mestre da infamia e da calumnia que os governos desbragados, inffamando e calumniando a troco de gorgêtas. [...]. E desta vez resusitou nas páginas do “Estado do Piauhy”, justamente onde se realizou a sua morte com a sua entronização na galeria dos leprosos moaraes! E resusitou justamente para defender o mathismo de quem era até bem pouco dias o mais tigrino e irreconciliavel inimigo! Até que enfim Marafona acertou o caminho tomando a attitude que desde muito devia ter tomado. O leproso só em casa de leproso deva estar. [...]. Feita a necessaria e indispensavel apresentação [...] relativos ao levante de junho [...] analysemos agora o seu capitulo de história que é falso e mentirosos como todos os outros que tem escripto anteriormente. Desfaçamos uma por uma as mentiras do historiador. [...] (*sic*)<sup>409</sup>.

Na escrita acima, do Des. Vaz da Costa, vai se constituindo por palavras, frases e parágrafos que se caracterizam por um estilo mordaz, recheado de sarcasmo em relação a Higino Cunha. Uma resposta a sua acusação de ter responsabilidade no levante de junho, ou melhor na revolta dos cabos. Inicia o seu texto com uma longa e invertida apresentação desmontando toda a imagem do mestre Higino. Mestre, que na sua escrita o Des. Vaz da Costa não renega, pelo contrário, reconhece que o mesmo é precursor da intellectualidade piauiense, mesmo utilizando em algumas passagens um estilo agressivo, destaca que o velho mestre estava ausente do ambiente da imprensa e surge agora para defender Matias Olímpio, ação que ele chama de “mathismo”.

Na ótica do Des. Vaz da Costa, quem o atacasse politicamente ou culturalmente, era partidário de Matias Olímpio, ressaltando que em períodos anteriores Higino Cunha era o seu inimigo político, e que surge, agora em suas palavras, para tomar partido político em um contexto da interventoria de Landri Sales.

No fragmento acima, Higino Cunha é denominado de “marafona”, termo que significa boneca de pano desprovida de olhos, ouvidos, boca e nariz, um brinquedo completamente manipulado por terceiros. Talvez esta tenha sido a associação que o Des. Vaz da Costa fez de Higino Cunha, um brinquedo das elites piauienses, manipulado e depois colocado de lado. Essa analogia realizada pelo Des. Vaz da Costa, comparando Higino Cunha a uma boneca, era porque ambos não possuíam o sistema sensorial, pois eram desprovidos de órgãos sensoriais e, portanto, boneco de manobra.

Colocava que, em outro momento político, Higino Cunha estava contra o Matias Olímpio, este episódio foi quando Higino Cunha publicou o livro *O assassínio do juiz*

<sup>409</sup> Jornal *A Legalidade*. 7/02/1932. p. 1.

*federal*<sup>410</sup>, financiado pelo Partido Republicano Piauiense, com base nos inquéritos policiais direcionados a Matias Olímpio como mandante do crime, inocentando Antonino Freire e Eurípedes de Aguiar. Na matéria passa a apontar alguns pontos escritos por Higino Cunha em no jornal *Estado do Piauí*, que estavam em desacordo com a verdade, segundo o Des. Vaz da Costa.

Utilizando no final algumas palavras direcionadas a Higino Cunha, com os seguintes dizeres: “Ponha-se de acordo com o espírito novo, o anonymato é expediente torpe da República Velha que a Patria Nova não tolera. Use Varonoff. Rejuvenesça. E apareça depois, Marafona!”<sup>411</sup>(*sic*). Na mesma matéria<sup>412</sup> aproveita para rebater outros aspectos relacionados a revolução de outubro, em resposta a outros comentários e dúvidas sobre sua participação e fatos ocorridos no processo revolucionário.

Essa situação que envolvia o Des. Vaz da Costa e Higino Cunha, era uma situação delicada no universo social e cultural do Piauí, pois ambos dividiam em algumas situações os mesmos espaços de sociabilidade intelectual, como por exemplo, a Faculdade de Direito, recém instalada. Ambos eram professores de Introdução à Ciência do Direito, Direito Administrativo e Ciência da Administração.

O calor político era algo inevitável, até mesmo entre os próprios literatos, tendo em vista que as reflexões que saíam de suas canetas não percorriam os mesmos caminhos de suas paixões partidárias, até por que, o intelectual não pode se calar diante das adversidades da política, pois representam a escrita e a voz daqueles que não tem o saber das letras e muito menos a força na voz para ser ouvida pelas instancias do poder.

Outro detalhe que podemos acrescentar, é a questão da manutenção da neutralidade nas questões políticas, pois eram coisas quase impossíveis, dado que no universo das letras as opiniões deveriam ser escritas e justificadas teoricamente no universo real, se transformando em questão de sobrevivência.

Além do mais, em relação ao que Higino Cunha escreveu sobre o levante de junho, ele coloca que teve também motivação a causa comunista, segundo ele “O agente intelectual da revolta foi sargento asilado Olímpio Leitão”<sup>413</sup>. Higino Cunha se mostra contra as ideias comunistas, um partidário de ideias liberais, mas contrário a qualquer concepção que levasse

---

<sup>410</sup> CUNHA, Higino. *O assassínio do juiz federal dr. Lucrécio Dantas Avelino*. Theresina: Papelaria Piauhyense, 1928.

<sup>411</sup> *Jornal A Legalidade*. *Op. cit.*, p.1.

<sup>412</sup> *Ibidem*. p.2.

<sup>413</sup> CASTELLO BRANCO FILHO, *Op. cit.*, p.82.

o estado ao pensamento das ideias totalitárias. Essa interpretação<sup>414</sup> comunista é menos provável, mesmo considerando o conhecimento de que o Brasil vivenciava uma situação interna de acomodação política e no mundo as graves consequências da crise de 1929. Sendo assim, o Nordeste estava sofrendo as consequências da uma grande depressão econômica e de seca, que transformava esta região em uma situação politicamente instável. Segundo o brasilianista John W. F. Dulles:

No Piauí, isolado Estado nortista onde em 1925 a Longa Marcha tinha tido recepção favorável, uma rebelião de cabos dominou o batalhão do Exército ali estacionada, até que a polícia estadual voltou a impor a ordem. Estes cabos tinham sido incitados à violência por mensagens enviada da Argentina por Luís Carlos Prestes<sup>415</sup>

Não só o Piauí, mas a maioria dos demais estados do Norte tinham uma posição de isolamento, com exceção de alguns estados, que por conta de suas atividades econômicas e políticas em períodos anteriores, estabeleciam uma posição mais favorável de relacionamento com o governo federal. Em relação a correspondência comunista enviada por Carlos Prestes, não encontramos subsídios nas fontes pesquisadas, porém, compreendemos que a ideia de combater o comunista foi uma luta ideológica que começou a se afirmar a partir da revolução de 1930.

Nesse sentido, os estados não estavam isolados dessa ideia de repressão, pelo contrário, todos tinham que desenvolver políticas internas de vigilância para combater esse pensamento. Ou melhor, começava a ser aplicada essa política de repressão nacional ao comunismo, uma das primeiras ideologias de repressão sob a ação direta do governo federal, dentro de um projeto maior de integração nacional que se acentuará nos momentos posteriores.

Na apuração da revolta dos cabos, as punições internas disciplinares aconteceram para os envolvidos: cabos, sargentos e praças, todos no final anistiados. O Cabo Amador Vieira de Carvalho, que havia fugido, ao retornar foi preso e depois excluído do Exército. O próprio interventor Landri Sales, reconhece que a falta de oficiais<sup>416</sup> que pudessem imprimir a

---

<sup>414</sup> Essa interpretação é comentada por CAVALCANTE JUNIOR. Idelmar Gomes. A revolta dos cabos e a interrupção da “revolução de 1930” no Piauí (1931). p. 37-57. In: SOUSA NETO, Marcelo de; ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. (Orgs.). *A história sob múltiplos ângulos: trajetória de pesquisa e escrita*. Teresina: EDUESPI, 2020.p.49-50.

<sup>415</sup> DULLES, John W. F. *Getúlio Vargas – biografia política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1967. p.92.

<sup>416</sup> Telegrama do interventor tenente Landri Sales ao Ministro da Justiça Oswaldo Aranha. 4 jun. 1931. Arquivo Oswaldo Aranha. FGV/CPDOC, OA cp 31 06 04/5 folha 2.

disciplina e a ordem foi um coadjuvante para o levante. Em sua visão<sup>417</sup> excluía as questões políticas do estado e não tinha ligação com facção política, mas segundo ele, tinha aparência de aspecto comunista, em outras palavras, excluía quaisquer informações que pudessem ressoar como uma possível falta de controle.

Na realidade, a revolta dos cabos na mesma proporção que se levantou, se dissipou, deixando suas marcas na vida política e cultural do estado, apontando que não apenas o Piauí, mas o Brasil, seguia o caminho de República Nova, sinalizando que o interventor Landri Sales deveria logo imprimir sua marca na interventoria do Piauí.

### 2.5.2 A burocratização da administração pública piauiense na gestão de Landri Sales

O interventor Landri Sales assumiu o governo sobre o nevoeiro de conflitos políticos que agitaram o estado do Piauí por meses, resultando em um imobilismo da máquina administrativa em relação as diretrizes do governo provisório. Suas ações tinham propósitos orientadores como fazer as acomodações políticas necessárias sem enfrentamentos com grupos oligárquicos, que se mostraram muito firmes no primeiro momento pós-revolução. Ao mesmo tempo, colocava a sua interventoria em sintonia com as demais, acompanhando as ações diretivas do tenentismo imposto sobre as interventorias do Norte.

O que se operou no campo político nos pós 30, foi uma disputa de poder entre os tenentes, um grupo formado por militares e civis que foi de fundamental importância na vitória da revolução de 1930, e do outro lado, as oligarquias presentes nos estados, que aprovavam as mudanças com a presença de componentes novos, mas com a conservação de elementos da Primeira República. Os tenentes tinham uma posição mais ideológica de um estado centralizado, viam nos interventores estaduais a base para a implantação deste centralismo, visto que eram os aplicadores das mudanças desejadas pelo tenentismo. Os interventores tinham na disciplina militar a fórmula para vencer, equilibrar ou anular o poder das oligarquias, e estas tinham no conservadorismo e no controle local a forma de permanecer no poder.

Ademais, o período foi marcado também pela formação do Clube 3 de Outubro, no Rio de Janeiro. Tratava-se de uma organização que buscava concentrar o desejo dos tenentes e

---

<sup>417</sup> Telegrama do interventor tenente Landri Sales ao Ministro da Justiça Oswaldo Aranha - confidencial. 4 jun. 1931. Arquivo Oswaldo Aranha. FGV/CPDOC, OA cp 31 06 04/5 folha 4.

dos revolucionários de 30, substituindo a ação incipiente da legião de outubro na defesa dos pilares norteadores revolucionários. Este clube, segundo Maria Cecília Spina Forjaz<sup>418</sup>, não tinha intenção de ser um partido político organizado, mas um grupo que congregava pessoas proeminentes do contexto revolucionário militar e civil, que pudessem fazer pressão política, intermediando determinadas reivindicações pertinentes às mudanças que fossem operadas no país pelo governo provisório.

Os membros formavam uma elite, com um passado referente à revolução, pois “[...] era uma organização fechada e elitista que só admitia entre seus sócios sujeitos com passado revolucionário comprovado, só aceitos quando apresentados por alguém de confiança e aprovados por uma comissão de sindicância”<sup>419</sup>. Entre os membros da primeira diretoria<sup>420</sup> do clube estava o piauiense Hugo Napoleão do Rego, que trazia à entidade sua experiência como político e revolucionário, somando o seu nome ao contexto civil da entidade.

Outro aspecto que devemos ressaltar na ação dos interventores na organização de uma administração dinâmica nos estados, além da ação política do Clube 3 de Outubro, que procurava fiscalizar a atuação dos interventores, é a criação e a aplicação do Código dos Interventores pelo decreto federal nº 20.234 de 29/08/1931.

Este instrumento legal permitia que o Governo provisório supervisionasse o exercício dos interventores federais nos estados, em vários aspectos, desde algumas ações administrativas até a contração de empréstimos, que teria que passar pelo aval do governo provisório. Esta ação visava também um controle político dos interventores na tentativa de minimizar conflitos entre estes e as oligarquias locais, pois suas ações estavam sendo orientadas por uma legislação que de certo modo não lhe passava poderes absolutos. Devemos também observar que o governo provisório se constituiu na perspectiva de uma eleição futura, portanto, estas posições políticas estavam sempre sob vigilância, em vista da instalação de uma ordem política que necessitava prematuramente de vigília constante de todas as instâncias de poder, entre elas, os estados.

É importante salientar que a existência do Código de Interventores lentamente no decorrer de sua criação e implantação promoveu o esvaziamento das funções da Delegacia Militar do Norte, ocupada por Juarez Távora. Essa questão fica visível nos vários dispositivos

---

<sup>418</sup> FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e forças armadas na revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.p.122.

<sup>419</sup> *Ibidem*.

<sup>420</sup> *Ibidem*. “Era a seguinte a primeira diretoria do Clube: Presidente – Pedro Ernesto Batista. 1º vice-presidente – General Góes Monteiro. 2º vice-presidente – Comandante Herculino Cascardo (oficial da Marinha). 3º vice-presidente-Oswaldo Aranha. 1º secretário – Dr. Temístocles Brandão Cavalcanti. 2º secretário – Dr. Hugo Napoleão”. *Ibidem*. p.121 -122.

legais presentes no referido código. Isto não leva a princípio, ao rompimento das ações políticas entre os tenentes e o governo provisório, por outro lado, promove a construção de um caminho que lentamente começa a ser asfaltado por objetivos que iriam criar algumas arestas, dificultando o trânsito por onde circulavam os tenentes e Getúlio Vargas. Esta situação é visível já no início de 1932, contribuindo para aumentar ainda mais a mobilização das oligarquias estaduais em todo o Brasil.

A estrutura organizada no Piauí após a posse do interventor Landri Sales, permitiu a participação e a colaboração de intelectuais no aparelho de estado, não somente por sua trajetória intelectual e política, mas também por sua atuação no âmbito público. São estas algumas características e junções de aspectos que se farão presentes no perfil de sujeitos que irão compor o governo Vargas e a interventoria de Landri Sales. Há uma necessidade do Estado pós-30 de rastrear estas colaborações de sujeitos que tenham, na sociedade, uma notoriedade e reconhecimento público em vários setores do corpo social, dado que a participação de intelectuais na vida nacional e nos estados permitiu ao governo Vargas e as interventorias uma inserção de novas ideias com menos traumas. Esse grupo assentiu uma melhor capilaridade de comunicação entre a nação e a sociedade, viabilizando não somente o debate, mas também a implementação de políticas públicas na sociedade brasileira.

São estas as condições que possibilitaram a um grupo expressivo de intelectuais integrar a Era Vargas por vários momentos e em diferentes posições governamentais, desempenhando ações em vários setores da vida pública, entre eles: Oswaldo Aranha, Francisco Campos, Gustavo Capanema, Lindolfo Collor, José Américo de Almeida, Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade.

Alguns intelectuais assumiram uma posição de governo na linha de frente ou ocupando funções públicas dentro dos ministérios, outros, nas estruturas de governo. Outrem, de uma forma colaborativa, iriam se pronunciar em seus ambientes de sociabilidades em favor do governo Vargas, dessa forma, o governo provisório, o governo constitucional e por fim, em especial, o Estado Novo, contaram com a colaboração desse grupo social, não só na capital federal, mas nos estados da federação.

Esse envolvimento dos intelectuais com ações políticas, recebeu certa crítica, para muitos essa intromissão em um universo distinto do seu, em especial o da política, poderia denotar, segundo Julien Benda<sup>421</sup> “*A traição dos intelectuais*”. Em seu livro do mesmo título

---

<sup>421</sup> BENDA, Julien. *A traição dos intelectuais*. São Paulo: Editora Peixoto Neto, 2007. Escritor francês, autor de vasta produção, porém ficou mais popular com a publicação desta obra, com o título original de *La trahison des*



o autor identifica os intelectuais como sendo homens de Igreja, os “clérigos”, que têm a função de defender princípios universais, como a “justiça” e a “razão”. Qualquer outra mobilização que não fosse relacionada a estes aspectos, seria traição. Sua participação no espaço político corrompia sua natureza, traindo seu próprio mundo, por vantagens ou interesses práticos, que levariam o intelectual a se desviar de modo radical de seus pilares. Julien Benda, reforçando o conteúdo essa ideia afirma que:

Essa adesão dos intelectuais à paixão nacional é singularmente notável entre os que chamarei os homens do espírito por excelência, isto é, os homens de Igreja. Não apenas a imensa maioria desses homens aderiu, de cinquenta anos para cá e por toda a Europa, ao sentimento nacional, e deixou portanto de dar ao mundo o espetáculo de corações unicamente ocupados com Deus, mas parece adotar esse sentimento com a mesma paixão que acabamos de assinalar entre os homens de letras, e estar disposta a defender seu país em suas menos discutíveis injustiças<sup>422</sup>.

Como assinala acima, as questões políticas não eram campo de atuação ou de batalha dos intelectuais, ou melhor, em suas palavras, os “homens do espírito” ou “homens de Igreja”, desse modo, iriam se envolver em questões que promoveriam o desvirtuamento do espírito. Os intelectuais iriam se envolver em questões pequenas. O intelectual apresentado no fragmento, não se alia em uma causa ou partido político, sua ideia de justiça é desinteressada de engajamento no âmbito da política. Se o intelectual se inserir no espaço público, pode ao longo do tempo perder a sua legitimação ao se envolver em questões que não estão no seu espírito, como justiça e razão, visto que em algum momento, terá que tomar partido e abdicar de sua neutralidade nestas questões.

Norberto Bobbio<sup>423</sup> salienta que o período do lançamento do livro de Julien Benda, compreende um período de intensificação e das universalizações das paixões políticas que envolveu a referida obra. O autor promoveu um grande despertar para que os intelectuais observassem suas ações, dado que as paixões nacionais despertavam o popular, que reproduzia na sociedade a inserção de velhos e novos conceitos, buscando absorver estas mudanças operadas no início das décadas do século XX. Período marcado pelo impulso das ações dos letrados, ou seja, “[...] os intelectuais abdicaram tanto de sua missão, adotando as mesmas paixões dos homens de facção, fazendo-se fanáticos entre os fanáticos”<sup>424</sup>.

---

*clercs* de 1927, que narra o debate da ação política dos intelectuais ou clérigos, que se envolvem em questões políticas, atuando com traidores do seu espírito.

<sup>422</sup> *Ibidem*.p.151.

<sup>423</sup> Cf. BOBBIO, Norberto. Julien Benda. p.37-56. In.: BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

<sup>424</sup> BOBBIO, Norberto. Op. cit., p. 46.

É esta linha que os intelectuais tem que salvaguardar, uma linha de segurança, não para ver as ações de uma zona de conforto, mas para exercer um papel político diferente, deixando o envolvimento das letras se sobressair ao das ações políticas, evitando absorver um papel de fanático, sem reflexão dos seus atos.

Nos anos 30, no Brasil, observamos que os intelectuais ocuparam posições em torno da ação política mais intensa que no período da Primeira República, dado que nesse momento não encontraram espaço para colocar em prática suas ideias. Na República Nova, iniciado um processo de abandono das perspectivas mais liberais, essa nova abertura começa a encontrar adesões, entre os intelectuais, no sentido de promoverem ou formularem projetos nacionais que tenham uma amplitude positiva nos estados. Logo, os intelectuais compreendem “[...] o Estado como o espaço para sua atuação enquanto artífices de uma nova ordem”<sup>425</sup>, portanto, eram atores promotores de seus projetos com a ajuda do Estado, ou vice-versa.

Contudo, tiveram a oportunidade de acrescentar elementos que só aplicavam em suas escritas literárias. Devemos salientar que para a maioria dos homens de letras era uma questão de sobrevivência, uma alocação no Estado, além de poucas oportunidades entre suas profissões ou no campo do magistério e da imprensa, sempre envolvida em questões partidárias. A integração da política nacional precisava dessa coparticipação de intelectuais que tivessem a homogeneidade de ideias e de ações, em relação às transformações que precisavam ser operadas no Brasil, com o apoio dos estados federados.

Alguns estados no período da Primeira República, não foram contemplados pela República Federalista que se instalou em 1889 e foi referendada pela Constituição de 1891. Essa incorporação de todos os estados deveria ser obra da revolução de 1930, dentro do modelo mais centralista que pudesse viabilizar o crescimento do Brasil, juntamente com todos os estados. As ações teriam que ser em conjunto, para assim evitar anomalias anteriores, tão criticadas pela campanha da Aliança Liberal. Dessa maneira, o Estado que se apresenta após 1930 teria, no compartilhamento de ideologias, a chave para as mudanças operadas pela política varguista.

Nesta tônica de compartilhamento e na montagem de uma estrutura de governo, os intelectuais vão se tornar uma peça chave no contexto do Estado getulista. No Piauí, este grupo social vai contribuir com as interventorias instaladas no período. Estes sujeitos vão se tornar protagonistas da vida nacional, como da local. A ação de governar, acompanhada por

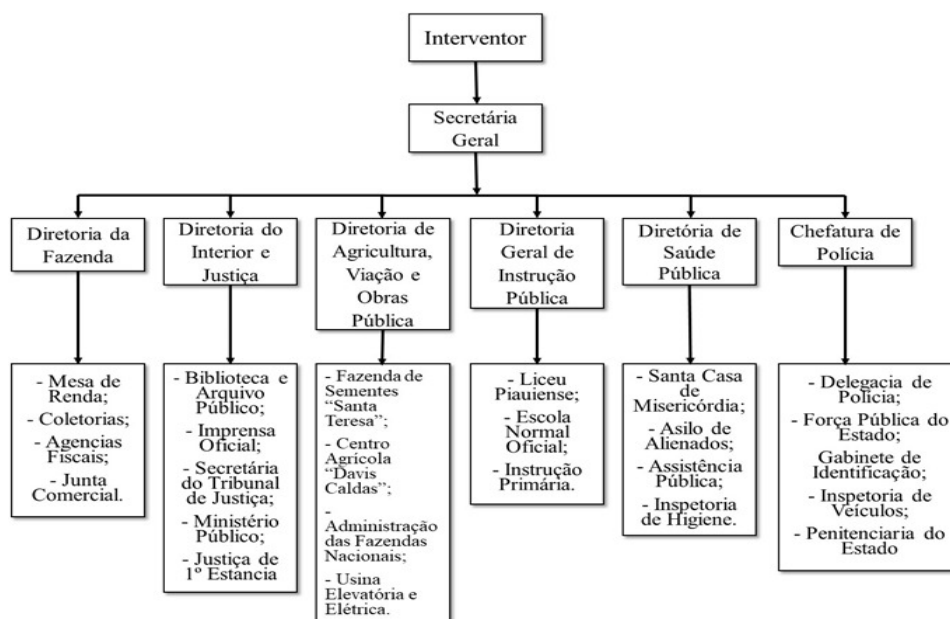
---

<sup>425</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o estado. p. 504-526. In.: CPDOC. *A revolução de 30: seminário internacional*. Rio de Janeiro: Editora Universidade de Brasília, 1983. Coleção Temas Brasileiros 54. p. 516.

este grupo vai se tornar mais atingível, pois no Piauí serão intelectuais<sup>426</sup> oriundos de diversos espaços e, ao mesmo tempo, de formação heterogênea, que terão no estado uma abertura para colocar não somente em prática as ações governamentais, mas seus próprios pensamentos, na medida que coincidiam e davam às políticas públicas estaduais o tom do progresso de alinhamento ao projeto nacional.

A interventoria do Piauí foi organizada de uma maneira que a máquina estatal fosse dotada de instituições capazes de levar as ações do governo a todas as instâncias do território estadual, e ao mesmo tempo com uma centralização destas. Passamos agora a descrever como ficou a engenharia organizacional do estado. Abaixo do cargo de interventor foi instalada a Secretaria de Governo, exercida pelo Ten. Antonio Martins de Almeida, homem de confiança do interventor, que veio com ele quando da sua posse da interventoria, e sugestão pessoal de Juarez Távora. Como chefe do seu gabinete, Heráclito de Souza, militante revolucionário e atuante na campanha da Aliança Liberal no estado, além de conhecedor da vida política e cultural local. Em seguida, as diretorias da Fazenda, do Interior e Justiça, da Agricultura Viação e Obras Públicas, Geral de Instrução Pública, de Saúde Pública e a Chefatura de Polícia.

Quadro 1 – Organograma da estrutura administrativa da interventoria de Landri Sales



Nota: Elaborado com base nas informações contidas na Exposição de Governo de 1932.  
Fonte: O autor, 2020.

<sup>426</sup> GONZALES, Horácio. *O que são intelectuais?* São Paulo: Editora Brasiliense, 2001. Coleção Primeiros Passos 20.

Essa era a estrutura organizada e centralizada no interventor, na missão de fazer a máquina pública se movimentar e fazer o Piauí andar buscando o caminho do desenvolvimento. A ocupação dos cargos foi feita por pessoas que tinham em si um certo prestígio na sociedade piauiense, pois o interventor buscou trabalhar com a maioria de indivíduos que fossem naturais do próprio estado, até por uma questão de estratégia administrativa. Assim, ele se referiu à montagem do aparelho governamental e às pessoas que fizeram a sua composição na sua administração.

HOMENS JUSTOS PARA OS JUSTOS LUGARES. [...]. Sem a experiência da arte de governar, faltando-me o tirocínio e a prática dos problemas políticos, apenas possuindo “*as qualidades medíocres*” de bem intencionado e rigorosamente honesto, compreendi que somente apoiado em homens capazes, individualmente marcantes no cenário piauiense, por suas qualidades morais e intelectuais, podia encaminhar a máquina administrativa para movimento produtivo das realizações práticas<sup>427</sup>.  
(destaque do autor)

Nas palavras do interventor, em sua exposição<sup>428</sup> do primeiro ano de interventoria no Piauí, deixa claro que não tinha experiência na burocracia do estado, faltando-lhe a experiência na “arte de governar”. No entanto, isto não era um obstáculo para o interventor Landri Sales, pois seus conhecimentos no campo militar lhe proporcionaram a utilização de estratégias militares, observando todos os ângulos possíveis de ação e estudando todas as perspectivas de comportamento e reação de setores adversos. Em suas palavras, julgava-se um homem com “as qualidades medíocres”, referindo-se às ações de governança.

Na prática, esses termos não se comprovaram, pelo contrário, cercou-se de uma equipe de sujeitos competentes e reconhecidos no cenário piauiense. Essas competências estavam relacionadas, tanto à visão moral quanto intelectual destes colaboradores diretos da sua interventoria. A escolha se dava no terreno do próprio Piauí, na sua totalidade, funcionando como um anulador de forças contrárias ao seu governo e ao projeto maior do governo provisório de uma integração nacional, não só de políticas públicas, mas de homens.

O Piauí se apresentava como um campo fértil de intelectuais, cuja ilustração se compunha tanto no estado, como fora dele. As dificuldades de comunicação e de interligação de transporte eram superadas pelas iniciativas individuais ou coletivas presentes na sociedade piauiense. Como exemplo podemos citar os saraus nas casas dos intelectuais, onde

---

<sup>427</sup> PIAUÍ. *Exposição* – Apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, chefe do Governo provisório por intermédio do Delegado Federal do Norte, Sr. Major Juarez Távora e pelo Interventor Federal no Piauí, Tenente Landri Sales Gonçalves. Teresina: Imprensa Oficial, 1932. p.5 Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (BN-RJ) – Brasil.

<sup>428</sup> PIAUÍ. Op. cit.

transcorriam debates políticos e literários; os ambientes da imprensa, que foram ao mesmo tempo de muita dificuldade, e também de grande heroísmo; as conferências, que aconteciam nos espaços públicos, privados ou em instituições culturais, como no Teatro 4 de Setembro; Academia Piauiense de Letras; nas agremiações literárias; nos ambientes educacionais, com seus grêmios, os seus jornais e revistas que mobilizaram a sociedade; na Faculdade de Direito do Piauí e outros espaços de conagração dos intelectuais.

São destes círculos que irão surgir os intelectuais piauienses que ocuparam alguns dos cargos públicos na estrutura de governo da interventoria de Landri Sales. Alguns vinham contribuindo em administrações anteriores, ou seja, o interventor não tinha arestas com esses detalhes, o que lhe interessava era a capacidade intelectual e técnica conjunta no compromisso com as diretivas de mudanças para o Piauí.

Entre os convidados temos, Benedito Martins Napoleão do Rego, para assumir a Diretoria Geral de Instrução Pública, já mencionado anteriormente no texto como o primeiro historiador da revolução de 1930<sup>429</sup> no Piauí. Acrescentamos também na sua produção aspectos históricos e políticos da passagem da Coluna Prestes<sup>430</sup> no estado. Martins Napoleão era de uma família tradicional do Piauí, com boa relação no cenário político piauiense, irmão do deputado Hugo Napoleão do Rego. Contudo, sua escolha para ocupar a pasta da educação não estava ligada à sua relação familiar no universo político e sim, a sua trajetória intelectual e suas motivações técnicas para a pasta. Sua origem no campo literário e jornalístico teve início em Belém (PA), migrando para o Rio de Janeiro e permanecendo na capital federal de 1919 a 1924, ocupando alguns cargos públicos no Museu Nacional de Belas Artes e no Ministério da Agricultura.

O período em que Martins Napoleão residiu no Rio de Janeiro é marcado por duas décadas, segundo Ângela de Castro Gomes<sup>431</sup>, tornando-se “cruciais para a cultura brasileira”. O Modernismo surgiu em São Paulo, porém, como as ideias não se furtam a se isolar em territórios específicos e particulares, ganham ao longo do tempo a pluralidade das ruas, não só de São Paulo, mas do Rio de Janeiro e outros estados ao longo dos anos, propiciando também as estes, experimentar as características do modernismo. Ainda seguindo o pensamento de

---

<sup>429</sup> NAPOLEÃO, Martins. *O Piauí na revolução de 1930 – subsídios para a história do movimento liberal ...* (Publicação Oficial). Teresina: Imprensa Oficial, 1930.

<sup>430</sup> CASTRO, F. Pires de & NAPOLEÃO, Martins. *Os rebeldes no Piauí (subsídios e documentos para história)*. Teresina: Typ. D’ “O Piauí”, 1926.

<sup>431</sup> GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. p. 62-77. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Editora FGV. v. 06, nº 11, 1993.

Ângela de Castro Gomes, “O modernismo era feito de deslocamento, no espaço, no tempo, na mente. O modernismo era feito por cada um e pelos grupos que formavam e articulavam”<sup>432</sup>.

Quem estava no Rio de Janeiro, e circulava nos ambientes intelectuais permitindo-se absorver o contexto cultural dos grupos de sociabilidade intelectual carioca, terminava acompanhando essas mudanças, e foi o que ocorreu com Martins Napoleão em sua estadia no Rio, como podemos verificar no trecho a seguir.

O acadêmico Wilson Brandão, em notável estudo sobre o poeta O mundo poético de Martins Napoleão, anota: “Quando se realiza a Semana de Arte Moderna, Martins Napoleão tem apenas 19 anos. Reside no Rio de Janeiro, desde 1919. Pode, assim, presenciar as repercussões daquele acontecimento. Na antiga capital do País, Manoel Bandeira, Ribeiro Couto, Ronald de Carvalho, Álvaro Moreyra, Felipe de Oliveira e outros dos poetas que formavam o grupo carioca e absorve-lhe as idéias fundamentais”<sup>433</sup>.

Essas ideias modernistas não tiveram repercussão rápida, como salienta Maria do Socorro Rios Magalhães<sup>434</sup>, conseqüentemente, também no Piauí, aconteceram em tempos diferentes e com repercussão específica, como no Rio de Janeiro. Contudo, Martins Napoleão em sua obra apresenta traços do modernismo, isto é visível em alguns aspectos, que demonstram que de certo modo ele também foi influenciado por este movimento literário. Segundo Herculano de Moraes<sup>435</sup>, a obra intitulada *Copa de Ébano* (1927), livro que traduzia os anseios da renovação das letras, caracterizava que na época a juventude literária parecia se sentir saturada das concepções antigas. Moraes afirma que já era uma literatura baseada no movimento paulista de 1922, e acrescentamos ainda, a influência do campo intelectual do Rio de Janeiro na obra de Martins Napoleão.

É com estas ideias, contendo um espírito renovador, que Martins Napoleão ocupa o cargo de Diretor Geral de Instrução Pública do Piauí, com a missão de promover uma reforma na educação do estado. No período da Primeira República, a educação brasileira se apresenta como asseguradora da estrutura de classes existentes<sup>436</sup>, atendendo uma parte reduzida da nação. As transformações sociais operam e buscam modificações, logo, a revolução de 1930

<sup>432</sup> *Ibidem*. p. 70.

<sup>433</sup> COELHO, Celso Barros. *Academia piauiense de letras – 75 anos*. Teresina: APL, 1994.p.35.

<sup>434</sup> MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. Martins Napoleão: neoclássico ou modernista? In.: *Revista da Academia Piauiense de Letras*. nº61. Ano LXXXVI. Dez.2003. p. 15-23. Nesta edição comemora o Centenário de Martins Napoleão, composta por alguns artigos abordando a sua produção literária.

<sup>435</sup> MORAES, Herculano. *Visão histórica da literatura piauiense*. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1976.p.76. Nesta mesma obra o autor coloca Martins Napoleão como o primeiro poeta da geração modernista do Piauí. p.90.

<sup>436</sup> NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira república*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001. p.372-273.

se apresenta promotora das correções do período anterior, necessitando dos estados e suas colaborações neste projeto.

Essa ânsia de renovação de Martins Napoleão o transportou para a IV Conferência Nacional de Educação, organizada pela Associação Brasileira de Educação (ABE), realizada no Rio de Janeiro, em dezembro de 1931. As conferências<sup>437</sup> tinham como objetivo debater as diretivas para a educação brasileira, reunindo pessoas de vários setores que tivessem o objetivo comum, de se envolver e pensar a educação brasileira, elaborando projetos para a sua transformação.

As conferências nacionais de educação (CNEs) também desempenhavam outro papel, o de integrar os intelectuais da educação entre si, estabelecendo um elo entre os estados e o governo federal. Essa conferência na qual participou Martins Napoleão, tinha como temática discutir as grandes diretrizes para a educação popular. Neste mesmo encontro, Anísio Teixeira apresentou o seu trabalho denominado “As diretrizes da Escola Nova”, como consequência desta apresentação, transformou o percurso da educação brasileira com essa temática. O representante piauiense apresentou a tese intitulada *O Nordeste e as grandes diretrizes da educação popular*<sup>438</sup>, trabalho muito elogiado pelos seus pares e pela imprensa nacional. Como verificamos na reportagem a seguir:

[...]. confesso que iniciei com dupla reserva da tese apresentada à Quarta Conferência Nacional de Educação pelo dr. Martins Napoleão, diretor geral de instrução do Piauí. [...]. Prossegui, não obstante, e minha obstinação recebeu um régio prêmio: travar relações de espírito com um agudo e original pensador, com um prosador vigoroso e brilhante, que ainda não conhecia. [...]. Saibam quantos neste paiz amam as boas letras e as idéas claras, que referido trabalho de Martins Napoleão publicou sob o título de **O Nordeste e as grandes directivas da Educação Popular**. [...]. Esse Norte!... Quanto mais se esforçam para lhe reduzir a projeção política, maior amplitude lhe ganha a projeção intellectual. [...]. Deslumbro-me – repito – o opúsculo de Martins Napoleão. Preste atenção, preste atenção a este nome, quem acaso me leia. Será aproximadamente o de um dos maiores escriptores brasileiro, [...] <sup>439</sup>(sic). (Grifo do autor).

A notícia acima foi publicada no *Diário Carioca*, na coluna *A Leitura da Semana*, com o título de destaque *Educação e Brasilidade*, por Benjamim Lima. O colunista não entra em detalhes sobre a temática destacada na conferência de Martins Napoleão, apenas ressalta que

<sup>437</sup> VALÉRIO, Telma Faltz. *As conferencias nacionais de educação como estratégias de intervenção da intelectualidade abeana na política educacional do ensino secundário no Brasil 1928 – 1942*. Tese. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2013.

<sup>438</sup> NAPOLEÃO, Martins. *O Nordeste e as grandes diretrizes da educação popular*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1932. Temos referência desta publicação nas leituras realizadas, infelizmente não tivemos como localizá-la nos arquivos e bibliotecas.

<sup>439</sup> Jornal *Diário Carioca* (RJ). 29/05/1932. p.6.

o referido conferencista estabelece uma temática instigante sobre a educação e o Nordeste, trazendo ao palco do debate uma temática pertinente ao tema da reunião organizada pela ABE. Enaltece o saber de Martins Napoleão e seu domínio sobre o conteúdo defendido, tendo em vista que na reunião organizada pela ABE, os apresentadores precisavam realizar a defesa e submeter ao parecer dos seus pares.

Nas palavras do colunista, a escrita de Martins Napoleão não deixava dúvidas, por se tratar de um grande intelectual, não somente da região Norte ou Nordeste, mas do Brasil. Um último detalhe é o termo que destaca o título da coluna em relação a escrita de Martins Napoleão, *Educação e Brasilidade*. Esse termo seria tão particular que circulou por toda a Era Vargas, isto é, mais uma conexão do intelectual com o projeto que se apresenta para o Brasil na República Nova, e principalmente durante o Estado Novo.

Ainda a respeito da IV Conferência Nacional de Educação, destacamos que nesta reunião houve o encaminhamento do governo provisório para a elaboração de diretrizes para uma política nacional de educação, gerando um debate acirrado em torno da discussão sobre o ensino leigo e da escola pública. Entretanto, não houve entre os membros envolvidos um consenso, criando um acirramento discursivo em torno do tema apresentado pelo governo. Foi desse intenso debate que os líderes deste movimento resolveram produzir um documento<sup>440</sup> endereçado “Ao Povo e ao Governo”, resultando no “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. As ações da ABE, tinham como propósito mobilizar o Estado em favor das discussões em torno da educação, orientando o governo para a implantação das resoluções tiradas das referidas CNE’s.

Em 1932, Martins Napoleão a pedido do interventor Landri Sales, apresenta uma exposição dos serviços realizados em sua pasta, de junho a dezembro de 1931. Expõe ainda ao interventor, algumas correções e reformas necessárias e urgentes pois, segundo ele, tudo “carência de plano”. Observa-se também que este relatório tem alguns aspectos assimilados de sua participação na CNE’s. Segue trechos que ilustram a radiografia educacional do Piauí, segundo Martins Napoleão:

[...]. Tudo indicava, neste ângulo da administração pública, carencia de plano, no sentido de uma coordenação sistemática dos serviços, assim de organização interna como de ordem geral. [...]. Tal situação demonstra, a evidencia, o lastimavel estado, a que se reduziu a aparelhamento escolar do Piauí, resumindo a casas, na maioria alugada, e a professôres, em grande parte leigos. [...] O decreto 929, de 6 de julho de 1927, foi o primeiro passo para a desmoralização definitiva do processo legal, instituído em 1910, para preenchimento de cadeiras. Ele vinha outorgar ao Governador a faculdade de nomear livremente e a titulo efetivo professôres

---

<sup>440</sup> ROMANENELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 28 ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes. 2003.p.144.



primários para a própria capital, matando o estímulo entre os que serviam no interior, e impossibilitando o acesso na carreira. [...] no interior, professôres com 18 anos de efetivo exercício, que jamais lograram o premio de acesso para a capital, enquanto se nomeavam dezenas de moças, mal saídas da Escola Normal. [...]. A última refôrma orgânica do ensino público, no Estado do Piauí, foi executada no ano de 1910. [...] <sup>441</sup>. (sic)

Os elementos analisados por Martins Napoleão na educação do Piauí, demonstram que o período anterior não tinha planos e trabalhava sem diretrizes com base em informações não organizadas, com uma legislação atrasada, resultando assim em uma educação ineficiente e sem alcance no estado. A rede educacional era composta por estabelecimentos educacionais de forma improvisada, e a maioria em prédios ou em casas alugadas e sem estrutura nenhuma para uma ação pedagógica no mínimo satisfatória e sem nenhuma possibilidade de ampliação.

A parte legal estava atrasada, sem contornos de alteração por parte dos seus últimos dirigentes, um alunado que não seguia um programa de ensino moderno, contribuindo para um baixo aprendizado. Outro elemento destacado pelo diretor, era em relação ao corpo docente, que não tinha estímulo de trabalho e muito menos de ascensão na carreira, uma vez que permaneciam sob a ótica da política oligárquica do clientelismo na busca de algum tipo de benefício, como da transferência de uma cidade para a outra, principalmente para a capital.

A Súmula <sup>442</sup> destaca que somente com o movimento de outubro de 1930 foi que a visão dos administradores se voltou para a educação do estado. Um discurso pertinente para um intelectual que assumia esta pasta neste contexto. Foi realizada uma breve apreciação do governo dos dois primeiros interventores, o Com. Humberto de Arêa Leão e o Cap. Lemos Cunha. Ambas as administrações não produziram nenhum efeito positivo. O primeiro fez uma reforma no ensino normal, porém, não teve tempo de verificar a sua viabilidade nesta modalidade de ensino. Para Martins Napoleão, qualquer modificação no ensino teria que passar primeiro nas correções do ensino normal. Acrescenta que “Derrogou-a um decreto da administração Lemos Cunha, profundamente lesiva dos altos interesses do Piauí, do ponto de vista educativo”<sup>443</sup>. Foi somente na interventoria de Landri Sales que os olhares se voltaram para a educação, criando as condições de organização e destinando verbas regulares para este setor.

---

<sup>441</sup> PIAUÍ. *Súmula dos serviços da diretoria geral da instrução pública do estado do Piauí*. Teresina (PI) de junho a dezembro de 1931. 8 de fev. 1932. p.1-4. Arquivo Público do Piauí (APPI). Compreende um material amplo,

o qual Martins Napoleão chama de “Súmula”, composto por 14 páginas, abordando a parte da legislação, da estrutura física da educação na época, em relação as modalidades de ensino sobre a responsabilidade do Estado.

<sup>442</sup> PIAUÍ. *Op. cit.*, p.5.

<sup>443</sup> *Ibidem*.

Martins Napoleão apresentou uma proposta de ampla reforma no ensino estadual, observando os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação e Saúde, sob direção de Francisco Campos, que em âmbito nacional, implementava uma extensa transformação na educação e na saúde. A educação no governo Vargas congrega a ideia de “reconstrução nacional”, tornando-se uma pasta de alto valor político e de crescimento para a nação. No Piauí, por meio da diretoria de instrução, havia uma comunhão com o projeto nacional, unindo-se a uma proposta ampla de reforma no ensino, atingindo todas as modalidades de educação. Um exemplo é o trecho a seguir presente na *Súmula*, que ilustra como seria o ensino primário, sinalizando como aconteceria em todo sistema educacional.

[...]. Para a formação do caráter do educando, que será preocupação real do professor, êle investigará a feição moral do aluno, não só indagando dos pais ou responsáveis quais as suas tendencias e hábitos, [...]. Para formação do homem socializado, que é escopo imediatamente visado na escola, o professôr transformará as suas lições em centros de interesses coletivo, em que se salientem, com exatidão, as complexas necessidades do meio ambiente, com as soluções respectivas, melhormente aconselhadas. A formação do sentimento cívico será feita, principalmente, por meio de exposição sumária sobre a organização política do Brasil, do Piauí e seus municipios, e o exercício dos direitos, prerrogativas e devêres do cidadão, fazendo-se referência aos fatos culminantes da História Pátria, por ocasião de serem narrados, sôbretudo áqueles que recapitulam o trabalho, o heroísmo e o amor da liberdade, característicos da raça<sup>444</sup>(sic).

O excerto acima mostra que o professor é um elemento chave no processo educativo e que este é responsável pela formação do caráter do aluno, portanto, deve ser capaz de conhecer sua índole moral, tendências e hábitos para assim buscar as melhores estratégias para a formação de um homem “socializado”. A base para essa formação seria principalmente a o sentimento de civismo construído a partir do conhecimento da organização política e da história do país. Podemos depreender que o pensamento educacional de Martins Napoleão estava influenciado pelos debates ocorridos na IV Conferência de Educação, pois:

Na proposição de uma nova educação para uma nova civilização, condensava-se todo um programa modernizador de reforma da sociedade pela reforma da escola e demarcava-se o recorte que efetuavam no campo das iniciativas de organização nacional através da organização da cultura<sup>445</sup>.

No âmbito da organização da cultura o estado teria um papel primordial, no qual o ensinamento do patriotismo seria o tom do processo pedagógico, pois a construção de uma

<sup>444</sup> PIAUÍ. *Op. cit.*p.7.

<sup>445</sup> CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A escola nova no Brasil: uma perspectiva de estado. p. 90-97. In.: *Revista Educação em Questão*. Natal (RN). v.21. nº7. set/dez. 2004. p. 96.

pátria forte e transformadora teria que ocorrer com a formação de cidadãos que interagissem com a “História Pátria”, principalmente recapitulando os momentos históricos mais importantes do Brasil, evidenciando assim, um resgate da memória histórica como forma de reescrever um novo capítulo na história. Um ensino que ligava o nacional e o local, incluindo o município, que no governo Vargas ganha um papel importante na organização administrativa do Estado. Os ensinamentos que seriam aplicados pelo getulismo teriam que ser amplos para a educação do povo, principalmente no sentido de fazer com que este se ligasse ao processo e ao novo momento em que o Brasil vivia, como uma parte indissociável.

O ensino teria que criar laços entre a história nacional e a história local, com o objetivo de despertar no aluno, o futuro cidadão do amanhã, um sentimento de pertencimento, que objetivava produzir o seu envolvimento na integração nacional. O termo “raça” que vai se tornar íntimo nos discursos getulistas, já se fazia presente nas palavras de Martins Napoleão à frente da diretoria de instrução, incorporando as ideias presente nos enunciados do governo Vargas. A própria escolha do intelectual Martins Napoleão foi justificada nas palavras do interventor Landri Sales, como uma necessidade imperiosa para a educação, o nome precisava reunir as condições necessárias para ocupar a pasta, para o interventor “[...] o problema da Instrução, que por ser problema dos problemas, exigia um especialista do assunto, [...]”<sup>446</sup>.

O nome de Martins Napoleão desfrutava de todas as condições necessárias para implementar as reformas basilares na educação do estado. Na *Súmula* em questão, o diretor de instrução detalha todas as modalidades de ensino, apontando as correções necessárias com a utilização de dados para nortear as ações do governo. Esses dados eram para Martins Napoleão uma informação imprescindível para a montagem de seu plano concreto de ação nas instancias educacionais. O censo escolar torna-se a partir desse momento um grande aliado na conduta do estado e na formação de planejamentos seguindo os princípios, diretrizes de implantação, manutenção e expansão do ensino. Na realidade, os dados estatísticos vão a partir dos anos 30 ter uma ação imediata na importância de sua coleta e nas variáveis de suas interpretações. Sobre o censo escolar especificamente, assim se expressou Martins Napoleão:

Não será exagero afirmar-se que, sem a contribuição do censo escolar, não poderá haver instrução, uma vez que só êle indica a situação real da massa sobre que se há de agir, com rigorosa observação da sua importância nuclear. O próprio Piauí é um exemplo frisante do que aí se expõe. A instalação e criação oficial de escolas

---

<sup>446</sup> PIAUÍ. *Exposição* – Apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, chefe do governo provisório por intermédio do Delegado Federal do Norte, Sr. Major Juarez Távora pelo Interventor Federal no Piauí, Tenente Landry Sales Gonçalves. Teresina: Imprensa Oficial, 1932. p.6. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (BN-RJ) – Brasil).

públicas têm sido feitas, até hoje, segundo um critério empírico, em que não foram consultadas as condições demográficas do meio. [...](sic)

Ainda sobre o documento, conclui:

[...]. Articulação sistemática do aparelho escolar, ruralização inevitável das escolas do interiôr, provimento material e pessoal, higienização, socialização e vinculação do sertejanejo – são faces diversas da mesma coisa: educação. Não nos move, de certo, o intúito, que tem o mérito irresistível de agitar se por si própria, tal a fôrça e tal ímpeto da sua necessidade. Cremos, porém, no futuro. É, sôbre tudo, na prudencia dos homens, compenetrados do “tremendo sentimento das responsabilidades”<sup>447</sup>(sic).

Para Martins Napoleão o censo escolar é o instrumento que vai produzir um retrato fiel na realidade educacional do estado, como informações de números de alunos matriculados, por gênero e por nível de ensino, a caracterização das escolas, bem como as fisionomias do corpo docente, sua formação e outras informações diversificadas. Essas e outras referências foram incorporadas no censo escolar, possibilitando dados técnicos para a ação do estado.

O governo aplicava as políticas públicas educacionais no Piauí, na forma de observação e experiência, sem balizadores de dados para as tomadas das decisões, e com interferências políticas, sem consultas técnicas da real necessidade de ações. Para o intelectual à frente da educação, os dados não eram apenas números organizados em planilhas ou tabelas, eram acima de tudo saberes, que iriam conduzir sua administração e orientar o futuro da educação do estado. Como acentua Luiz Reznik sobre a ação de um intelectual em torno do estado, que se enquadra no perfil de Martins Napoleão no contexto em questão:

O intelectual deve ser um homem de ação, se colocar à frente do Estado e, com seus recursos, forjar e “organizar” a nação. *Organizar* é o termo utilizado, pois a base já existia: é o povo, expressão autêntica da alma nacional – compete aos intelectuais compreender o seu caráter essencial e lhes dar um feitio. Esse sentimento de arrojo, de agir implementando as reformas necessárias, é o terceiro aspecto paradigmático desse campo cultural que estamos analisando. O intelectual, dessa “geração modernista”, se considera um “herói modernizador [...]”<sup>448</sup>. (Grifo do autor)

Portanto, o intelectual não se furta a agir nas dificuldades que lhe são apresentadas ao longo de sua trajetória, em uma posição específica no Estado, a exemplo na educação, utiliza seus conhecimentos e experiências para “organizá-lo”. Foi com essa visão que Martins Napoleão propôs a implementação de uma reforma estrutural na educação do estado do Piauí

<sup>447</sup> PIAUÍ. *Súmula dos serviços da diretoria geral da instrução pública do estado do Piauí*. Teresina (PI) de junho a dezembro de 1931. 8 de fev. 1932.p. 13-14.

<sup>448</sup> REZNIK, Luís. *Tecendo o amanhã: a história do Brasil no ensino secundário – programas e livro didáticos 1931 a 1945*. 1992. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói (RJ), 1992. p.22-23.

na Era Vargas, durante a interventoria de Landri Sales. O intelectual é o intérprete do povo, aquele que dá forma aos desejos e aos anseios de uma população e para essa interpretação buscava utilizar suas ferramentas do intelecto, ao mesmo tempo que associa a outras.

O intelectual em seu universo torna-se um homem do mundo, e como tal, não abre mão de recursos que possam ajudá-lo a compreender e a melhorar o espaço em que vive, sempre procurando uma visão modernizadora para o Estado, que conseqüentemente é uma melhor forma do mesmo atender o interesse do seu real objetivo, o povo; sentimentos presentes nos discursos da época. A sociedade evolui, as ações do Estado também precisam passar por este processo de modernização para que ocorra um equilíbrio em sua funcionalidade, e o intelectual a frente enquanto agente público.

Em seu pensamento que conclui a *Súmula*<sup>449</sup>, destaca que a educação era o elemento que integrava o sertanejo, socializando-o por meio de uma articulação do sistema educacional, com sua interiorização nas várias localidades que os dados do censo escolar apresentavam como necessário. Tinha consciência que não se tratava de um problema simples, pois a educação possui sua dinâmica própria, mas crê nas ações do poder público, conjuntamente com os homens de prudência, que possam agir com o “tremendo sentimento das responsabilidades”.

Para Martins Napoleão a educação é uma ação transformadora para os homens do seu espaço. Era um intelectual que o ambiente das letras lhe abria as portas para outros espaços, em que tentava aplicar sua visão acadêmica, pois nos anos 30, era integrante da APL, ocupando a cadeira que outrora pertencia a Abdias Neves. Um autêntico renovador, pois a visão que imprimia à educação era de renovação, buscando essa conexão entre homens, o meio e a educação. Ele se definia como homem em constante renovação:

Se me fosse possível definir-me, diria que sou um neoclássico – um clássico renovado e em permanente renovação: romântico no fundo e clássico na forma. Não sei porque podem encontrar em mim influência de Byron, pois a ele sempre preferi os grandes de seu tempo: Keats e Shelley, aos quais talvez deva um pouco da difusa melancolia dos meus versos. Se constitui influência o deixar-me contaminar pela arte e pela beleza expressa por outrem, tenho dívidas com todos os antigos e modernos que leio apaixonadamente. A poesia, a meu ver, é como a pintura: cada qual, do seu ângulo, a ela reage de maneira própria. Não somente entre as pessoas as verdades são mil, como queria Luigi Pirandello, mas também entre as criaturas de arte<sup>450</sup>.

<sup>449</sup> PIAUÍ. *Op. cit.*, p.14.

<sup>450</sup> TITO FILHO, A.; MATOS, J. Miguel de Matos (Orgs.). *Martins Napoleão*. Teresina: EDUFPI, 1994. Coleção Vida e Obra de Autores Piauienses. p. 22.

Depois de Martins Napoleão, tivemos outros diretores de educação, entre eles o Dr. Anísio Brito<sup>451</sup>, que na época da administração de Martins Napoleão, estava como Diretor da Biblioteca e Arquivo Público, foi um administrador que se empenhou no projeto de levar à frente o processo de crescimento da educação do estado implementando novos programas e modalidades de ensino, não só durante a interventoria de Landri Sales, mas do seu sucessor. Sobre o crescimento da educação no Estado temos o seguinte relato de Itamar de Sousa Brito:

O Governo do Piauí, empenhou-se seriamente, no período de 1933 a 1937, na expansão da rede escolar primária, construindo novos e modernos prédios escolares em todo o Estado e ampliando consideravelmente as matrículas que no período alcançaram um crescimento de 215%, segundo estatísticas oficiais<sup>452</sup>.

A educação na Era Vargas foi um braço forte, pois teria um papel de formador do brasileiro no novo momento que surgiu no pós-30. Os estados da federação teriam que abraçar não somente a causa, mas implementar as transformações locais necessárias para acompanhar as orientações nacionais. O Piauí buscou ampliar a rede no interior, atribuindo aos municípios uma estrutura mínima necessária para contribuir com o melhoramento do ensino, construindo escolas, entre elas, os grupos escolares em vários municípios nos quais a instalação do grupo escolar simbolizava uma maior estrutura de ensino e compartilhamento de modalidades diversas de aprendizagens.

Um outro intelectual que se destacou na interventoria de Landri Sales foi Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves<sup>453</sup>, responsável pela Diretoria de Agricultura, Viação e Obras Públicas,

---

<sup>451</sup> Anísio de Brito Melo. n. Piracuruca (PI), 1886 – f. Teresina (PI), 1946. Cirurgião dentista em Piracuruca e Teresina, deixando a profissão para se dedicar ao magistério e aos estudos históricos. Foi conselheiro municipal, professor de português, história e literatura do Liceu Piauiense, no qual foi diretor. Diretor geral da Instrução Pública, por várias vezes (1921- 1924, 1926, 1933-1934 e 1935 -1942). Promoveu a reforma no ensino. Diretor da Escola Normal. Fundador e diretor da Biblioteca, Arquivo Público e Museu Histórico do estado (1926-1935 e 1937 a 1942). Sócio e fundador do IHGPI, membro da APL. Colaborou com vários verbetes sobre o Piauí no *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. profundo conhecedor da história do Piauí. Colaborou com vários periódicos, entre eles: *Correio de Teresina*, *Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Piauí*, *Diário Oficial do Piauí*, redigiu o *Diário do Piauí*. Publicou: *Ligeira Notícia sobre Ensino Público; Do Ensino Primário* e outros. Vários artigos em jornais e revistas, como: *A Quem Pertence a Prioridade Histórica no Descobrimento do Brasil*, *A independência do Piauí* (1923), *A Adesão do Piauí a Confederação do Equador*, *Os Balaios no Piauí*, *Contribuição do Piauí à Guerra do Paraguai* e outras obras. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.87-88. *Passim*.

<sup>452</sup> BRITO, Itamar Sousa. *História da educação no Piauí*. Teresina: EDUFPI. 1996.p.92.

<sup>453</sup> Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves. n. Amarante (PI), 1895 – f. Rio de Janeiro (RJ), 1984. Engenheiro civil e geógrafo. Foi Secretário da Fazenda no Piauí em 1920, Secretário Geral do estado. Professor do Liceu Piauiense e da Escola Normal Oficial. Diretor do DNOCS (1953-1954). Senador da República (1934-1937 e de 1946 a 1950). Secretário Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos. Presidiu o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. Na vida literária, redigiu *A Imprensa*, *O Lírio* (1909), *O Estado do Piauí*, *Chapada do Corisco* (1918), *Revista da Academia Piauiense de Letras*, *O Combate* (1910), *Correio de Teresina* (1913), *Correio do Piauí*, *Diário Oficial* e *O Momento*, todos em Teresina (PI). Foi membro da APL e do IHGPI, Associação Brasileira de Imprensa, da Societé des Ingenieurs Civites de France. Recebeu vários títulos, entre eles: professor *honoris* –

uma pasta que dava visibilidade às ações do governo e à modernização do estado do ponto de vista físico, com as obras estruturantes, tanto no setor agrícola, como transporte e urbanização. Ele já tinha exercido esta função em 1916, e outras funções administrativas antes de aceitar o convite para esta diretoria. Era um intelectual que dava forma à imaginação dos traços de seus desenhos e a concretude nas ações administrativas, responsável por diversas obras públicas e particulares.

A maioria das transformações arquitetônicas do Piauí<sup>454</sup> a partir da década de 20 e 30, passam por suas concepções, e dos seus projetos relacionados à engenharia e à arquitetura, constituída por prédios públicos que buscavam, além de sua beleza e estilo, uma funcionalidade. Aqueles projetos que não tiveram suas linhas particulares, passaram por sua supervisão, execução, acompanhamento ou inspiração, um homem intimamente ligado às transformações do estado. Nesse governo pós-30, assumia a colaboração de levar a sua experiência na engenharia ao novo governo, que adotava um discurso de modernização.

Seu itinerário lhe envolveu do percurso da profissão, ao universo literário e à carreira política. A princípio, era para cursar medicina, porém, sua vocação lhe encaminhou para o curso de engenharia e geografia, na Politécnica em Salvador (BA). Após sua formação ocupou várias funções públicas, mas sem deixar o seu toque na engenharia arquitetônica do estado do Piauí. Paralelamente, mergulhou no campo da imprensa do Piauí, como de Salvador (BA), onde teve uma atuação expressiva em razão de sua estada como estudante.

Atuando em diversos periódicos da capital, como redator e colaborador, lhe possibilitou um contato maior como o universo literário, produzindo diversos textos que discorriam sobre engenharia, sociologia, cartografia, literatura, artes, política, poesia e outros enfoques. O seu reconhecimento literário lhe conduziu à Academia Piauiense de Letras, e foi também membro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, teve uma grande atuação, mergulhando nas transformações do estado, mas ao mesmo tempo narrando os acontecimentos do seu tempo. Assim, ele se expressou sobre a interventoria de Landri Sales em relação a educação.

---

*causa* da Faculdade de Direito do Piauí e Cidadão Carioca. Publicou várias obras entre elas: *Aspecto do Problema Econômico Piauiense* (1931), *Problemas Municipais, Fases Biológicas, Magistratura e Justiça, Servidão da Inteligência no Economismo Contemporâneo, Educação e Democracia, Impressões e Perspectivas* – obra reunida por A. Tito Filho, e outras. Organizou um mapa geográfico do estado do Piauí, e autor do seu brasão. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.p.489-490. *Passim*.

<sup>454</sup> Escola Normal (Atualmente sede da Prefeitura de Teresina), Grupo Escolar Demostenes Avelino (atual Biblioteca Estadual), Quartel do 25ºBC, Clube dos Diários, Liceu Piauiense e a reforma do Palácio de Karnac além de vários projetos residenciais em Teresina e no estado. Cf. MOREIRA, Amanda Cavalcante. *Teresina e as moradias da região central da cidade 1852-1952*. Dissertação. Programa de Pós-graduação de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo (USP). São Carlos (SP), 2016.

Em seguida, alguns anos decorreram sem que, nas cogitações administrativas, se incluisse a questão palpitante. Tudo fazia crer num abandono imperdoável. A iniciativa benéfica deixa de ter seguimento. O horizonte se fecha, [...]. Mas, as dúvidas se desfazem. E outra vez o caminho se alonga iluminado, sem inflexões, varrido de obstáculos por uma vontade que sabe querer. A Revolução traz ao Governo personalidade moça, enérgica, inteligente e equilibrada de Landri Sales. A Diretoria da Educação é confiada ao brilhante espírito criador de Martins Napoleão. Processasse a reforma do ensino em bases avançadas, que, ainda agora, se apresentam como verdadeiramente modelares. No plano de ação governamental, multiforme, intenso e extenso, as edificações escolares constituem componente de grande relevo e da mais alta significação. Resolve-se construir, inicialmente, o Grupo Escolar “Domingos Jorge Velho”, em Teresina, e as escolas agrupadas de “David Caldas”, “Dr. Sampaio” e “Poti Velho”<sup>455</sup>.

O reconhecimento da administração de Landri Sales e da atuação de Martins Napoleão, era visível segundo o L. M. Ribeiro Gonçalves, pois a interventoria estava possibilitando um novo olhar com ampliação dos prédios escolares, tanto na capital como no interior, contando com a participação dos municípios. Esta visão modernizadora do ensino passava por uma ampliação dos prédios escolares, criando as condições para uma cultura escolar renovadora. Essas obras tinham na Diretoria de Agricultura, Viação e Obras Públicas, uma parceira no processo e expansão da rede educacional na capital e nos municípios.

Exemplo disso foi a incumbência do interventor para que L. M. Ribeiro Gonçalves projetasse e construísse a obra para aquele que seria o prédio escolar de destaque da educação do estado, o Liceu Piauiense. Segundo o engenheiro, “[...] prédio de estilo moderno, em cujos planos e edificações foi previsto a possibilidade de ampliá-lo, em planta, de mais de três alas, e, em elevação, de outros pavimentos”<sup>456</sup>. Um projeto que viabilizou que esta instituição de educação esteja sempre pronta para os novos desafios arquitetônicos, pois em suas palavras estava projetada para ampliação, para atender as demandas modernas.

Sobre a capacidade de L. M. Ribeiro Gonçalves de estar à frente da Diretoria de Agricultura, Viação e Obras Públicas contribuindo nas mudanças operadas no estado na sua administração, assim, se pronunciou o interventor Landri Sales: “Festejado literato, talento de escól, sinto-me no dever de exaltá-lo pelo esforço e grandes serviços que vem prestando à minha administração”<sup>457</sup>(*sic*). Esse reconhecimento possibilitou que em torno dos debates políticos da reconstitucionalização do país e organização das eleições, o nome de L.M. Ribeiro Gonçalves fosse ganhando espaço no contexto da política partidária, com os devidos

<sup>455</sup> GONÇALVES, Luiz M. Ribeiro. Edifícios escolares do Piauí ontem e hoje. p. 255-259. In.: GONÇALVES, Luiz M. Ribeiro. *Impressões e perspectivas*. Brasília: Senado Federal, 1980. p.257-258.

<sup>456</sup> *Ibidem*.p.258.

<sup>457</sup> PIAUÍ. *Exposição* – Apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, chefe do governo provisório por intermédio do Delegado Federal do Norte, Sr. Major Juarez Távora pelo Interventor Federal no Piauí, Tenente Landry Sales Gonçalves. Teresina: Imprensa Oficial, 1932. p.5. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (BN-RJ) – Brasil).



respaldos técnicos e intelectuais para assumir uma disputa para um cargo eletivo de senador da República.

Outros nomes de pessoas notáveis, com os saberes diversos da sociedade piauiense, fizeram parte da composição administrativa da interventoria de Landri Sales, como na Diretoria de Saúde Pública, Dr. Francisco Freire de Andrade<sup>458</sup>, médico com experiência na direção da Santa Casa de Misericórdia de Teresina e no magistério. Ao longo da administração da interventoria, ocorreram alterações de diretores, mas as diretrizes na área continuaram criando delegacias de saúde nos municípios, serviços de defesa sanitária animal, como serviços de profilaxia. Desenvolveu campanhas, como integrou o estado ativamente nas campanhas e ações nacionais de combate a algumas moléstias que assolavam o Brasil, entre elas, a malária, lepra, tuberculose e outras.

Foi criador do Instituto Alvarenga<sup>459</sup>, que tinha a função de realizar a pesquisa bacteriológica e a preparação de vacinas. Esse instituto era dividido em seções, com as seguintes identificações, Seção “Pasteur”: responsável pelo tratamento antirrábico; a Seção “Jenner”<sup>460</sup>: tinha a função de produção antivariólica e a última seção, denominada de Seção “Oswaldo Cruz”, setor responsável pela pesquisa microbiológica.

A Secretária da Fazenda ficou a cargo do Dr. João Bastos<sup>461</sup>, homem de confiança, com ações técnicas que resultaram no saneamento das contas públicas do Estado. Posteriormente, João Bastos foi substituído por Agenor Monte<sup>462</sup>, passando a ser o responsável pela organização das informações estatísticas sobre o estado em diversos setores. Esse importante órgão não só da gestão de Landri Sales, mas de outras administrações, possibilitava ao governo agir com mais precisão nas demandas públicas e na aplicação de

<sup>458</sup> Francisco Freire de Andrade. n. Teresina (PI), 1888 – f. Rio de Janeiro (RJ), 1969. Formado em medicina pela Bahia, vereador em Teresina de 1925 – 1929. Foi Diretor da Santa Casa de Misericórdia de Teresina e professor da Escola Normal Oficial, deputado federal de 1934 a 1937. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.p.38. *Passim*.

<sup>459</sup> Foi inaugurado em 05/01/1933, o seu nome foi em homenagem ao médico piauiense Dr. Pedro da Costa Alvarenga, um esforço do farmacêutico Avelino Gandra. Cf. *Jornal A Liberdade*. 21/01/1933. p.4.

<sup>460</sup> Edward Jenner (1749-1823), inglês responsável pela descoberta da vacina contra varíola.

<sup>461</sup> João Bastos. n. Campo Maior (PI), 1884 - f. Teresina (PI), 1950. Funcionário público e jornalista. Bacharel em direito pela Faculdade de Direito do Piauí. Diretor do Departamento Estadual de Estatística e do Departamento da Fazenda do Piauí. Fundador e diretor do *Jornal do Comércio*. Publicou: *Princípios Efemérides Piauienses* (1939), *Unidade Econômica e Financeira* (1943) e *A Estatística Sobre o Regime de Cooperação Inter- Administrativa*, 1943. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003*. Teresina: Editora Halley, 2003. p.54. *Passim*.

<sup>462</sup> Agenor Monte. n. São Luís do Quitunde (AL), 1904 – f. Rio de Janeiro (RJ), 1992. Militar e político. Revolucionário de 1930. Chegou ao posto de coronel em 1955. Foi prefeito de Teresina, por poucos dias em 1932. Secretário da Fazenda do Estado do Piauí. Participou da repressão ao movimento constitucionalista deflagrado em São Paulo em julho 32. Deputado federal pelo Piauí na constituinte de 1934. Foi reeleito para a Câmara dos Deputados (1935 – 1937). Publicou: *Carvão de Pedra* (1935), *O General Osório* (1938), *Quitunde* (memórias – 1964). GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003*. Teresina: Editora Halley, 2003. p.264. *Passim*

recursos. Na Imprensa Oficial foi nomeado Odonel Leão da Rocha Marinho, militante importante no processo revolucionário, que já tinha exercido a função de redator chefe do *Diário Oficial* do estado. A Imprensa Oficial, no decorrer da interventoria de Landri Sales e no Estado Novo, desempenhou um papel importante, pois em vários momentos era o único ambiente disponível para publicação no estado, fortalecendo ao seu o modo ambiente editorial do Piauí.

A Biblioteca e Arquivo Público ficou a cargo do Dr. Anísio Brito, que ocupara antes a função de Diretor de Instrução Pública, homem completamente integrado à cultura do Piauí. Com vasta experiência na educação do Piauí, como professor, diretor de instituições educacionais, um exemplo de pesquisador e escritor da história do estado. Era também membro da APL e do IHGPI, com ampla atuação na imprensa, homem que organizou a vida literária, histórica e documental do Piauí; em sua homenagem, o Arquivo Público do Piauí (APPI), tem o seu nome, Casa Anísio Brito. Seu domínio cultural fez com que suas ações no universo cultural assumissem altos cargos ligados à cultura do estado, com a saída posterior de Martins Napoleão da Diretoria de Instrução Pública, ele assumiu o cargo conduzindo a ampliação da educação e as ações do antecessor.

Em relação à ordem pública do estado, o interventor Landri Sales nomeou pessoas inteiramente ligadas a ele, e com vasta experiência na atividade militar. Era um setor que precisava ser tratado com outros olhos, para evitar as insubordinações de períodos anteriores, e mesmo garantir as condições de segurança e ordem para que o interventor desempenhasse uma boa administração. Para a Chefatura de Polícia, foi nomeado o Ten. Augusto Colares Moreira, militar de vasta experiência. O comando do 25ºBC ficou com o Cap. Abelardo Torres da Silva Castro<sup>463</sup>, homem que ocupou por diversas vezes o comando deste batalhão militar, imprimindo disciplina e ordem, o que resultou na neutralização de qualquer sedição ou insubordinação ao comando, prática comum em tempos passados. Na Delegacia da capital, Delfino Vaz Pereira Araújo<sup>464</sup>. Esta composição foi a que conduziu juntamente com o

---

<sup>463</sup> Abelardo Torres da Silva Castro. n. Rio de Janeiro (RJ), 1890 – f. Teresina (PI), 1938. Sentou praça em 1910, seguindo uma carreira militar, serviu em infantaria e batalhões. Em 1927, foi promovido a Capitão, servindo em 1930, como comandante do 29º BC em Natal, aderiu ao movimento revolucionário de 1930 unindo-se às tropas revolucionárias vindas da Paraíba sob o comando do Major Luís Tavares Guerreiro. Em seguida, integrou com o Major Guerreiro e o Tenente Júlio Perousse Pontes a junta governativa formada no Rio Grande do Norte, a qual se manteve no poder de 6 a 12 de outubro de 1930. Classificado no 25º Batalhão de Caçadores, sediado em Teresina, em junho de 1933, foi promovido a major em maio de 1937 e faleceu no dia 12 de novembro de 1938. Cf. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CASTRO,%20Abelardo%20Torres%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2020.

<sup>464</sup> Delfino Vaz Pereira Araújo. n. São Gonçalo (PI), 1892- f. Teresina (PI), 1940. Coronel e comandante da Polícia Militar do Estado em vários momentos, entre 1924 e 1931. Primeiro delegado geral de polícia de

interventor Landri Sales o estado, com poucas alterações até 1935. “Na composição da equipe de governo, Landri Sales deixou de fora os políticos mais conservadores e os componentes da interventoria de Lemos Cunha; colocou em postos chaves colegas de farda, [...]”<sup>465</sup>.

No ano de 1932, o interventor enfrentou a seca que assolou todos os estados do Norte. Nesse período Getúlio Vargas teve que fazer uma intervenção coordenada na região, desenvolvendo ações que buscavam amenizar este problema climático. Seu discurso durante a campanha da Aliança Liberal, contemplava essa questão do Nordeste, com ações mais intensas na tentativa de criar soluções para o melhor convívio com a seca. Uma política que tivesse como fim uma ação de combate coordenado pelo governo federal, com a cooperação entre estados e municípios.

Sobre a ação do governo federal, L. M. Ribeiro Gonçalves ressalta que somente a partir de 1930, durante o governo provisório, o ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida, o problema da seca foi enfrentado com rigor, criando uma legislação específica e agregando todas a demais nesta norma, a lei nº19.726 de 20 de fevereiro de 1931, que regulamenta a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas<sup>466</sup>. Sobre esta ação, assim se pronunciou o diretor da Diretoria de Agricultura, Viação e Obras Públicas do Piauí:

Além de consolidar todas as disposições legais anteriores, traça normas aos trabalhos de açudagem e irrigação e prevê medidas de emergência a serem adotadas ao ocorrer a calamidade, encara, objetivamente, a construção dos grandes e médios reservatórios, sem desprezar, entretanto, a dos pequenos, devendo ser a desses custeada em cooperação com os particulares e daqueles pela União. Considera a necessidade de intensificar, tanto quanto possível, a perfuração de poços em toda a extensão da região semi-árida, onde as observações hidrológicas o aconselhem. [...]. O decreto nº 19.726 foi o instrumento legal que, nas horas sombrias de 1932 e 1933, permitiu, mediante ação pronta, enérgica e eficaz, enfrentar os horrores da seca, que mais uma vez, martirizou o Nordeste, [...]”<sup>467</sup>.

---

Teresina. Era um militar autêntico, destemido e de ação. Participou dos principais movimentos revolucionários do Piauí. Comandou o assalto do Quartel de Polícia em 04/10/1930, rendendo a sua guarnição e assumindo o comando. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003*. Teresina: Editora Halley, 2003. p.37. *Passim*.

<sup>465</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides. et al. *Governadores do Piauí – uma perspectiva histórica*. Teresina: CEPRO,1993. p.113.

<sup>466</sup> Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Criado pelo decreto federal nº 7.619 de 21/10/1909, vinculado ao Ministério da Viação e Obras Públicas foi o primeiro órgão criado com o objetivo de sistematizar o combate da seca no Nordeste. Ao longo das décadas seguintes iria passar por reformulações legais e estruturais. Cf. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/INSPETORIA%20FEDERAL%20DE%20OBRAS%20CONTRA%20AS%20SECAS.pdf> Acesso em: 20 ago. 2020.

<sup>467</sup> GONÇALVES, Luiz M. Ribeiro. Tentativa de planejamento de atividade e obras contra os efeitos das secas. p. 325-353. In.: GONÇALVES, Luiz M. Ribeiro. *Impressões e perspectivas*. Brasília: Senado Federal, 1980. p.330.

Segundo L. M. Ribeiro Gonçalves, a regulamentação possibilitou a unificação de serviços e uma ação mais firme em relação a seca, criando união de ações com a atuação nos estados afetados pelo efeito climático, como: construção de açudes e canais, perfuração de poços, construção de estradas e rodagens e a realização de serviços para atenuar os efeitos dos regimes climáticos irregulares. Os estados e os municípios seriam essenciais na aplicação destas ações no sentido de cooperar na realização, aplicação e fiscalização destas obras em suas regiões.

Um outro ponto importante destacado na fala de L. M. Ribeiro Gonçalves, é o de que as ações deveriam ter viabilidade técnica para sua realização, isto denota uma preocupação maior em relação à atuação do governo. Estas ações no Nordeste, teriam que ser muito sincronizadas para não criar mais dependências do homem nordestino com as oligarquias das regiões mais afetadas com a seca. Podemos até afirmar que esta ação mais intensa do Estado, era mais um ação que tinha dupla finalidade, do Estado se tornar um parceiro firme no combate à seca na região e ao mesmo tempo buscar anular ou amenizar a força destas oligarquias nordestinas que se aproveitavam da estiagem para submeter a população às suas práticas políticas clientelistas.

No Piauí, desenvolveu o projeto agrícola na Quinta do Pirajá, na zona Norte da capital, com projetos de sementes de algodão, arroz e outras culturas. Esse plano utilizava um sistema de irrigação e inundação para o plantio do arroz e outras variedades agrícolas, para depois ser reproduzido em todo o estado. A ampliação do Centro Agrícola David Caldas, que tinha por função segurar o homem do campo, evitando o êxodo rural, bem como abrigar os retirantes da seca. Essa colônia agrícola era dotada de uma estrutura escolar e de saúde, com o objetivo de colonização. Outros campos foram abertos em outras localidades do estado, nas Fazendas Nacionais<sup>468</sup>, por exemplo. A Colônia de David Caldas foi a que teve vida longa e mostrou-se um projeto inovador para época, como afirma o L. M. Ribeiro Gonçalves, “O núcleo colonial serviu para que o ideal cooperativista dos “tenentes” fosse aqui testado. Estabeleceu-se que o mesmo fosse construído sob o regime cooperativista”<sup>469</sup>, uma forma de enfrentar a seca, no

---

<sup>468</sup> Fazendas Nacionais. Ao morrer em 1711, Domingos Afonso Mafrense, deixou aos jesuítas a função de administrar suas propriedades. Foi constituído um morgado ou capela, constituída por suas fazendas de gado. Com a expulsão dos jesuítas de Portugal e do Brasil, as fazendas passaram a pertencer ao governo português, passando a se chamar Fazendas do Fisco, que foram agrupadas em três administrações, ao longo dos anos seguintes receberam a denominação de Fazendas Nacionais, algumas arrendadas a particulares. Por iniciativa do deputado federal Ademar Soares da Rocha conseguiu inserir na Constituição de 1946, que as mesmas passassem ao patrimônio do estado do Piauí, recebendo o nome de Fazendas Estaduais. Depois passaram por várias formas de organização, administração e dissolução legal das mesmas. Cf. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. P. 212-215. *Passim*.

<sup>469</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *O tenentismo no poder* – a interventoria Landri Sales (1931 – 1935). Carta CEPRO. Teresina (PI). v. 11, nº 1, p.53-86. Jul/Dez 1986.p.63.

entanto, estas formas de enfrentamento esbarravam em problemas, como nos elementos enraizados de cultura de subsistência e da oligarquia, que não são favoráveis a mudanças estruturais na economia e nos elementos sociais.

Sobre sua participação na interventoria de Landri Sales, assim se pronunciou L. M. Ribeiro Gonçalves:

No Governo Landri Sales elaborei o primeiro mapa total do Estado. [...]. Mas, tudo passou. Outros mapas, mais completos, foram aparecendo, de órgãos federais especializados. Muito teria ainda a salientar, como a instalação de colônias agrícolas, construção de escolas, projetos de penitenciária, estradas, desobstruções fluviais e estudos de abertura de canal etc, como comprovação de que não fui inútil ou apático. Fiz por meu rincão tudo o que estava em mim. Jamais lhe faltei nem na ação, nem na fé, nem na esperança, nem na pertinácia com que procurei servi-lo<sup>470</sup>.

A fala do intelectual demonstra sua missão à frente da diretoria e um pouco de suas realizações no período que esteve na equipe de estado. Além de um testemunho de sua ação é a evidência de que foi um sujeito ativo na implementação de suas ideias e das ações do governo, tanto de cunho estadual como nacional, visto que a sua diretoria era responsável por obras, que buscavam o crescimento do estado e sua interligação com o Brasil. Atuou em diversos segmentos, educação, saúde, transporte, agricultura e na edificação do estado com apropriação de estruturas funcionais que pudessem abrigar melhor as instituições que prestavam atendimento à sociedade piauiense.

Estes projetos, no contexto da agricultura e no combate para amenizar os efeitos da seca, foram elogiados por Juarez Távora em sua passagem pelo Piauí como Delegado Militar do Norte. Ao visitar o Campo do Pirajá, ressaltou que “Campos como este deveriam se multiplicar por toda parte”<sup>471</sup>. Távora foi recepcionado pelas autoridades e populares, e Martins Napoleão falou em nome do governo<sup>472</sup>, enumerando as condições do Piauí e os avanços sobre a interventoria de Landri Sales assim como destacou as necessidades primordiais que afligiam não somente o estado, mas todo o Nordeste. A visita de Juarez Távora também despertou na oposição críticas sobre os caminhos da revolução, não somente no Piauí, mas em todo Brasil, assim se pronunciou o jornal *A Liberdade*, com o artigo de Des. Vaz da Costa, colocando que sua visita ao Norte será de grande decepção, expomos alguns trechos da reportagem.

---

<sup>470</sup> KRUEL, Kenard. (Org.). *Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves – cartas a A. Tito Filho*. Teresina: Editora Zodiaco, 2010.p.91

<sup>471</sup> *Ibidem.* p. 62.

<sup>472</sup> *Diário Oficial do Estado do Piauí*. 15/02/1932. p. 1.

O sr. General Juarez Távora é um idealista e sonhador incorrigível e como tal, já deve ter experimentado no Sul e vai agora experimentar no Norte as mais amargas decepções e as mais acabrunhadas desilusões. São as desilusões e decepções de todos quantos sonhavam, para depois da Revolução, com uma Pátria Nova, forte e grandiosa, sem analfabetos e miseráveis, sem opressores e desditosos [...]. *Para que se fez a Revolução?* A princípio foram as perseguições pequeninas, a extravasão de ódios incontidos, as demissões em massa [...]. *Só se pode dar esta resposta: - Para o nosso maior descredito, para nossa completa desmoralização, para o nosso empobrecimento, [...] pela pratica dos mesmos actos reprováveis de que resultou a nossa degradação moral, politica e economia durante mais de quarenta annos da Republica Velha!* Os interventores do Norte, estão preparando uma “nova revolução que visa fazer desaparecer o “Tenentismo” para consolidar o poderio e mando completo e absoluto dos políticos da Revolução de camaradinhos como os políticos da Pátria Velha! E’ que Revolução falhou. Para trás o olhar perscrutador divisa apenas 16 mezes de acrobacia politica de deslealdade, de traições [...]”<sup>473</sup>(sic)(Grifo do Autor).

As palavras do Des. Vaz da Costa continuam ainda muito ríspidas em relação aos rumos da revolução no Piauí, em seu contexto político que repercutia em todos os campos, destaca as amarguras da revolução no Norte. Nas suas inferências em relação aos resultados do processo, era completamente negativo, pois não aconteceram as mudanças esperadas pelos ditames revolucionários. A “Pátria Nova” foi habitada pelas mesmas práticas antigas da “Pátria Velha”. O momento político advindo com a revolução permitiu que alguns se aproveitassem para aplicar o uso da máquina estatal em seus benefícios próprios, deixando a população sem respostas do Estado. Aquela nação sem opressão e sem analfabetos não aconteceu, e muito menos estavam criando condições para reverter os fatores que impediam tais modificações na sociedade.

O Des. Vaz da Costa, mesmo diante da interventoria de Landri Sales, continuava com fortes ações de oposição à condução do processo político, não somente no Piauí, mas em todo o Brasil. Suas palavras denotam uma decepção enorme, e não poupam adjetivos para desqualificar a revolução. Ele traz muito ressentimento em relação a revolução e a algumas pessoas, era uma oposição que atacava pessoas e ações administrativas decorrentes do processo pós – 30 no Piauí. Analisa-se que desde o dia da conflagração revolucionária no estado, se mostrou um opositor aos interventores nomeados e interinos, mesmo que moderados em relação ao Cap. Lemos Cunha. Suas ações em relação ao contexto político do Piauí, sempre foram firmes, na imprensa, nos comícios públicos, por cartas ou telegramas enviados ao governo provisório, Ministro da Justiça ou ao Delegado Militar do Norte.

Foram sendo construídas bases sólidas de um ressentimento político, em muitos momentos o Des. Vaz da Costa poderia ter pleiteado para si alguma vantagem política sobre o processo, mas se eximiu de posições mais vantajosas. Será que estava esperando um

<sup>473</sup> Jornal A Liberdade. 14/02/1932. p.1.

reconhecimento pessoal, sem sua interferência direta? Pelo decorrer do processo e suas ações diretas na deposição do Com. Humberto de Arêa Leão, na condução da interventoria interina do Cap. Lemos Cunha e na ação política que impediu a posse do Dr. Raimundo Campos e na nomeação do Ten. Landri Sales, a partir daí cria-se uma incógnita política sobre este assunto. O que podemos refletir sobre as ações do Des. Vaz da Costa é que o contexto político depois de 1930 foi de grande decepção aos ideais ou motivos que lhe levaram a aderir ao processo revolucionário.

Em suas palavras na imprensa, cartas ou telegramas, observa-se que sua escrita o conduz a um ressentimento político, pois o mesmo traz em sua fala a manutenção da negatividade presente na Primeira República. O ressentimento tem sua dinâmica própria, criando valores, como: mágoa, rancores, angústia, desilusão, frustração que se cristalizam em um ressentimento em relação ao processo revolucionário pós-30. O fragmento anterior de seu artigo sobre a chegada de Juarez Távora ao Piauí consolida estes elementos do ressentimento, pois depositava esperança de mudança, e estas alterações não ocorreram, citando palavras como: “decepções”, “desilusões”, “perseguições”, “desmoralização”, “empobrecimento” “atos reprováveis”, “degradação moral, política e econômica”, “deslealdade”, “traição”, são essas apenas algumas das palavras identificadas no trecho acima que ressalta essa construção do sentimento negativo do Des. Vaz da Costa. Portanto, “O ressentimento aparece então como uma resposta inconsciente, efeito longínquo de uma angústia ignorada, recalçada, ligada ao sentimento ameaçador de uma negação da existência”<sup>474</sup>, um ressentimento não só ao contexto político, mas a pessoas.

Um fato importante salientado pelo Des. Vaz da Costa em sua matéria jornalística é em relação ao caminho tomado pelo “Tenentismo”, que tinha em suas características ações contrárias as práticas da Primeira República, a defesa da modernização do país e sua industrialização, um Estado como articulador da sociedade e unificador. Nas palavras do militante, o que ocorreu foi uma união dos falsos políticos revolucionários, o que ele chama de “camaradinhas” com as oligarquias carcomidas da “Pátria Velha”, ou melhor, o Tenentismo começa a perder espaço no cenário nacional para a oligarquia profissional que buscava se reagrupar no cenário, pois o que se fez nos meses posteriores a revolução foi simplesmente um jogo político de interesses particulares e de grupos, recheado por mentiras e traições. A ideologia tenentista perdia espaço no cenário nacional e local para as velhas

---

<sup>474</sup> HOROCHE, Claudine. *Elementos para uma antropologia política do ressentimento: laços emocionais e processos políticos*. p. 333-349. BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia. *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas (SP): Editora da Unicamp. 2004. p.340.

práticas políticas, ao mesmo tempo em que diminuía o seu vigor de condução de mudanças na sociedade.

O contexto político de reconstitucionalização do país passou a ganhar espaço na sociedade brasileira, os políticos e notáveis intelectuais começaram a se pronunciar em torno desta questão. O Dr. Pires Rabelo, na época ex-senador da República, colocava em uma entrevista no jornal *Gazeta de Notícia* do Ceará, replicado pelo jornal *A Liberdade*, que “[...] a constitucionalização do país, que é o complemento da esplendida vitória obtida pela Aliança Liberal em outubro de 1930, [...]”. Outro que se pronunciou foi o Des. Esmaragdo de Freitas, que em sua entrevista com o título “O Problema da Reconstitucionalização”, fez a seguinte exposição:

O sr. Esmaragdo de Freitas é uma das mais brilhantes figuras da hodierna intelectualidade nordista. [...] ser um conhecedor emérito da história e do direito constitucional brasileiro. [...]. Infelizmente a republica nova, conteve muito nesse desideratum a até a gora não tiveram nem menos a uniformidade da secção da justiça, da saúde pública, do ensino nacional, três notáveis aspirações do povo brasileiro. [...]. O brasil para se organizar só deve ter em vista as necessidades e as tradições do Brasil. [...]. A nova constituição certamente dará rumos melhores aos novos problemas. [...]. Faz-se mistêr que os revolucionários de agora e os constituintes de amanhã tenham isto em vista. [...] <sup>475</sup>(sic).

Além da demora das ações de retomada do processo de reconstitucionalização da nação, ainda existiam críticas às ações do governo em relação à organização da justiça, saúde e educação. Não somente o Des. Esmaragdo de Freitas, mas vários setores da sociedade reclamavam desta demora em convocar uma nova constituinte para o Brasil. A organização do país passava primeiro por sua normatização legal com uma nova Carta Magna, isto colocava muita insegurança jurídica para o andamento do governo provisório, e mesmo criava tempo para os setores conservadores da sociedade se organizarem para impedir mudanças mais agudas para o país. O próprio interventor Landri Sales, na recepção ao Juarez Távora, em seu discurso tocou nesta questão, afirmando que a mesma iria acontecer dentro de um processo legal, todavia seguro, como podemos verificar no fragmento a seguir.

A constituição não haverá, de ser servida com disposições em empréstimos, mas plasmada dentro da realidade de nossa própria vida. A responsabilidade da defesa intransigente desses princípios, afirma ainda, pesa sobre todos nós que nos empenhámos nas lutas de ontem, porque os companheiros tombados no caminho não cessam de clamar pela realização dos seus sonhos <sup>476</sup>.

<sup>475</sup> Jornal *A Liberdade*. 11/02/1932. p.1 e 4.

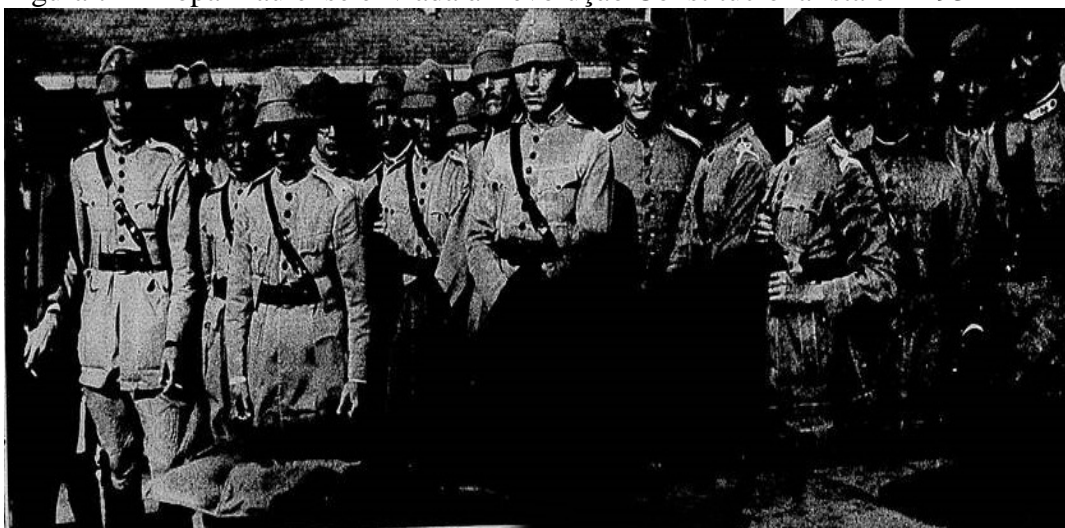
<sup>476</sup> *Diário Oficial do Estado do Piauí*. 15/02/1932, p. 1.



Nas palavras do interventor Landri Sales, a responsabilidade da nova Constituição brasileira era de todos, configurada na ótica da realidade brasileira, não apenas em interesse de uma minoria que repassava para o povo alguns direitos ou mobilidade política. Realçava que a Constituição seria planejada dentro de uma segurança jurídica e governamental. Essa dimensão do processo de debate sobre a constitucionalização do país, desembocou na Revolução Constitucionalista de 32, promovida por São Paulo, levando o Brasil a guerra civil, grande mobilização nacional. São Paulo representava a principal base oligárquica da Primeira República, as questões internas entre os paulistas e os interesses dos tenentes, promoveram algumas divergências que conduziram ao movimento de 32.

O Piauí participou com o envio de tropas em 6 de agosto de 1932<sup>477</sup>, do 25º BC, sob o comando do Cel. Luso Torres e o subcomandante o Ten. Antonio Martins de Almeida. As tropas eram compostas pela 1ª e a 2ª Companhias de Infantaria e Companhia de Metralhadora, chegaram em Resende (RJ), em 18 de agosto. Essas tropas em campo de combate participaram de diversos confrontos, tomando algumas fazendas como as de Santa Cruz, Canto Alegre, Boa Vista e outras. Entre os combates temos o do Morro da Conceição, como se tratava de um movimento isolado, em 01/10/1932, São Paulo não teve como continuar o conflito e pediu sua rendição. Segundo Moysés Castelo Branco Filho, “O Piauí, ainda enviou para a defesa da legalidade o 1º Batalhão de Polícia e um contingente de voluntários, [...]”<sup>478</sup>. Sobre a chegada das tropas piauienses no Rio de Janeiro (RJ), temos as seguintes imagens.

Figura 7 – Tropa Piauiense enviada à Revolução Constitucionalista em 1932



Nota: Oficialidade do 25º BC chegando ao Rio de Janeiro (RJ).

Fonte: *Revista Semana* (RJ). Edição 37. 27/08/1932. p.18.

<sup>477</sup> CASTELLO BRANCO FILHO, Moysés. *O Piauí na história militar do Brasil 1759 – 1984*. [S.I.]. Ed. Cia. Bras. De Artes Gráficas, 1984.

<sup>478</sup> *Ibidem*. p. 49.

Figura 8 – Tropa Piauiense enviada à Revolução Constitucionalistas em 1932 em direção a São Paulo



Nota: Praças do 25<sup>o</sup>BC, ainda a bordo do navio no Rio de Janeiro (RJ).  
Fonte: *Revista Semana* (RJ). Edição 37. 27/08/1932. p.18.

Estas duas imagens permitem compreender a mobilização nacional para o conflito de 32, articulando as federações contra São Paulo. O poderio do governo provisório foi extremamente ofensivo contra São Paulo, isso ficou visível pela capacidade de mobilização de tropas do Exército em unidades militares distribuídas no território brasileiro. O que permitiu que o governo federal neutralizasse as ações paulistas, forçando sua rendição. Para São Paulo, mostrou que o seu movimento isolado não foi prudente, e ao mesmo tempo, possibilitou a abertura por parte do governo provisório da necessidade de uma discussão das eleições e dos debates em torno da nova constituição. Um governo que tinha essa capacidade de aglutinar em seu favor, explorando as condições da época.

O contexto que envolveu a mobilização das tropas piauienses, criou outro incidente político no estado, pois algumas informações que chegaram à interventoria, denunciaram que o Des. Vaz da Costa estava articulando um movimento para impedir o embarque das tropas. As acusações também dão conta que o mesmo estava no estado advogando interesses da Revolução Constitucionalista de 32, agindo contra o interventor e o governo provisório.

Essas imputações foram averiguadas pela Chefatura de Polícia, que abriu um processo para apurar o fato. O interventor diante dos fatos apurados encaminhou o pedido de prisão dos envolvidos, no sentido de manter a ordem, sobre este assunto o interventor se pronunciou ao governo provisório, que “[...]. Hontem, após ultimas diligencias ordenei prisão

desembargador Vaz da Costa e seu primo bacharel Giovanni Costa, contra os quais polícia reuniu provas autoria intentona”<sup>479</sup>(sic).

Esse fato criou uma agitação política no estado, pois as informações eram que os presos seriam enviados para o Rio de Janeiro. O Des. Vaz da Costa e o seu primo, o advogado Giovanni Costas, tinham grande prestígio na sociedade, ambos eram de militância política revolucionária e participavam da vida cultural do estado, tanto na imprensa, como no ensino na Faculdade de Direito, pois ambos eram professores. Vaz da Costa vinha travando uma ampla luta política contra vários segmentos políticos do estado, fato que muitas vezes deixou sua situação política muito vulnerável para os opositores. Diante de sua prisão, várias instituições solicitaram do interventor um pedido para rever tal procedimento. Entre as instituições que pediram o cancelamento de sua prisão, temos: “[...]. o Instituto dos advogados, Associação Comercial Piauiense, as Lojas Maçônicas, a Aliança Federativa dos Obreiros do Piauí, o Centro Acadêmico da Faculdade de Direito, e o Apostolado do Coração de Jesus”<sup>480</sup>.

As instituições acima representavam setores importantes da sociedade piauiense. Esta movimentação e outras ações criaram as condições para reverter a situação, conduzindo ao cancelamento da transferência dos presos para o Rio de Janeiro e a liberação de todos os presos. Todavia, houve abertura de processo, tanto na Junta Militar, como na justiça estadual. O processo militar foi arquivado por falta de provas e de amparo legal, no julgamento do Tribunal de Justiça do estado do Piauí, “[...] foi de três votos a favor e um contra. (*Habeas corpus*)”<sup>481</sup>. No jornal *A Liberdade*<sup>482</sup> em 18/02/1933, o Des. Vaz da Costa, faz uma ampla defesa de sua situação nesse episódio, no qual traz trechos e fragmentos das decisões judiciais e militares inocentando-o de envolvimento no caso.

Depois desse episódio o Des. Vaz da Costa, se integra à campanha eleitoral da escolha de novos integrantes do congresso que irão compor o legislativo para a elaboração da nova constituição. Em 1933, tínhamos quatro agremiações políticas em campo disputando espaço político, o Partido Republicano Piauiense (PRP), Liga Eleitoral Católica no Piauí (LEC) criada em 1932, a União Liberal Regeneradora (ULR) que abrigava o Des. Vaz da Costas e outro integrante e o Partido Nacional Socialista do Piauí (PNS), criado pelo interventor Landri

<sup>479</sup> Telegrama do interventor ten. Landri Sales ao Chefe do Governo provisório sobre o movimento liderado pelo Des. Vaz da Costa, contra o envio de tropas para Revolução Constitucionalista de 32. 6 de agosto de 1932. Arquivo Nacional (AN-RJ). CODES: Fundo Gabinete Civil da Presidência da República: 1930 a 1945.SDR025. Série: Governos Estaduais: Piauí. Lata 24. Ano 1932.

<sup>480</sup> CAMILHO FILHO, José. *Joaquim Vaz da Costa*. Teresina: [s.n.], 2000.p.31.

<sup>481</sup> CAMILHO FILHO. Op. cit., p.31.

<sup>482</sup> Jornal *A Liberdade*. 18/02/1932, p. 1-3. Como também na Edição de 25/02/1932. p.1, faz a exposição de sua defesa.

Sales, seguindo uma diretriz nacional de criar no estado uma legenda para disputar as eleições.

O PNS no Piauí era uma agremiação criada a partir de duas correntes políticas, uma ligada aos tenentes, representada pelo interventor, e outra representada por antigos políticos que já tinham ocupado cargos públicos como de prefeitos, interventores e outras funções públicas, ou seja, do setor oligárquico tradicional, que era liderado pelo político Hugo Napoleão e representantes da família Almendra Freitas.

São esses grupos, com algumas alterações que vão surgir no decorrer da disputa eleitoral e concorrer ao poder no legislativo. Ressaltando a reflexão de Francisco Alcides do Nascimento<sup>483</sup>, que o novo partido, o PNS, foi formado por conveniência política, primeiro que os tenentes precisavam disputar e marcar presença na eleição, e os políticos tradicionais precisavam buscar se manter na linha de poder. Todavia, ao longo dos debates eleitorais e nas escolhas dos representantes para concorrer ao pleito, surgiu a cisão de alguns membros que não aceitaram as indicações do PNS, resultando na saída desses partidários que buscaram uma concorrência mais interessante para os seus interesses políticos. Nessa conjuntura de cisão dentro do PNS, o partido ligado ao político Hugo Napoleão, seu presidente de honra, saíram em busca de ações partidárias mais interessantes para disputar as eleições, rompendo com o interventor Landri Sales, que passou a ser o presidente do PNS no Piauí.

As modificações e as alterações políticas continuaram a acontecer devido ao fato de que os partidos saíram em campanha procurando fortalecer suas legendas. O partido da ULR, tentava aglutinar pessoas no entorno da ideologia do seu estatuto<sup>484</sup>, que trazia entre suas orientações a aglutinação de homens e mulheres, a finalidade de propagar a educação, promover as práticas de libertação do Piauí das práticas políticas pessoais; a regeneração dos costumes políticos e outras ações políticas.

Entretanto, ocorre a formação da Aliança Piauiense a partir da união do Partido Republicano Piauiense, União Liberal Regeneradora e da Liga Eleitoral Católica, uma tentativa de se fortalecer para a campanha política. Os atritos políticos ocorreram constantemente durante a campanha em que Hugo Napoleão acusava o interventor Landri Sales de utilizar a força policial para intimidar os opositores, juntamente com o uso da máquina pública.

O resultado das eleições foi o seguinte.

---

<sup>483</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A revolução de 1930 no Piauí 1928-1934*. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.p 105-106.

<sup>484</sup> *Jornal A Liberdade*. 21/01/1933. p.1-2.

A 31 de maio, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral dá ao conhecimento do público a expedição dos diplomas dos deputados à Assembléia Nacional Constituinte. Dos deputados eleitos, três pertenciam ao Partido Socialista do Piauí, o outro pertencia à legenda de Hugo Napoleão. Mas, é bom salientar que os currais eleitorais antigos ainda funcionavam bem e a prova foi a eleição do Hugo Napoleão que, mesmo tendo se afastado do PNSP faltando apenas 4 dias para as eleições, alcançou a segunda votação. A sua eleição provou também que a velha oligarquia atravessou apenas um período de hibernação<sup>485</sup>.

O resultado da eleição demonstrou que o interventor saiu fortalecido com o seu partido político, o PNS no Piauí. Isso caracterizava que nas próximas ações suas posturas eleitorais seriam mais sólidas. Ao mesmo tempo em que destaca que o político Hugo Napoleão se mostrou forte, juntamente com o seu grupo. Assim dizendo que Hugo Napoleão e o Partido Piauiense, sob sua direção, seriam opositores fortes ao interventor Landri Sales. Podemos até fazer uma pequena ressalva ao fragmento acima, a oligarquia nunca hibernou, apenas ficava do lado da conveniência, e na medida que essa alterava a sua posição de poder, encontrava formas de restabelecer o seu posicionamento. O ponto importante desta eleição de 1933, foram as ações entre os tenentes e as oligarquias estaduais, que ao longo dos anos e dos debates da constituinte de 1934, vai ficar mais evidente que aquele grupo perde espaço na cena da política nacional.

Ainda em 1933, Getúlio Vargas promoveu uma viagem ao Norte e Nordeste, para analisar de perto as ações dos interventores e discutir os problemas da seca na região, bem como sondar a situação política nacional. Isto já era uma forma de compreender a sua popularidade em virtude de sua candidatura à presidência. Sua visita também tinha o cunho de aumentar o seu prestígio nacionalmente, pois ocorria sob grandes festas, com visitas a instituições, inaugurações, que simbolizavam a concretude das realizações do governo getulista nos estados.

No Piauí não foi diferente, as imagens a seguir demonstram como ocorreu sua visita e recepção do povo piauiense.

---

<sup>485</sup> NASCIMENTO. *Op. cit.*, p.109.

Figura 9 – Fotomontagem da visita de Getúlio Vargas em Teresina (PI), em 1933



Nota: Fotos que marcam a presença da visita de Vargas em 27 setembro de 1933 ao Piauí<sup>486</sup>.  
 Fonte: *Revista da Semana* (RJ). 02/10/1933. p. 22. Acervo da Biblioteca Nacional (BN).

Na comitiva de Vargas ao Nordeste, em especial ao Piauí, estava acompanhado por Juarez Távara (Ministro da Agricultura), José Américo de Almeida (Ministro da Viação e

<sup>486</sup> As fotos estão numeradas de 1 a 9. 1. Visita a Escola Normal Oficial. 2. No pátio da Escola Normal as alunas em formação, fazem uma estrela. 3. O carro com presidente, passando na Praça Deodoro. 4. A comitiva na frente do Quartel Força Pública. 5. A comitiva no interior do Quartel da Força Pública. 6. Almoço em homenagem ao Chefe do governo provisório. 7. O interventor Landri Sales, saudando a comitiva do governo provisório. 8. Visita a Caixa Beneficente dos Mendigos de Teresina. 9. Comitiva atravessando o Rio Poty em direção a estrada Teresina – Fortaleza.

Obras Públicas); Gen. Pedro Aurélio Góis e outros elementos de sua comissão. Como afirma Boris Kossoy, “A fotografia ou um conjunto de fotografias apenas congelam, nos limites do plano da imagem, fragmentos desconectados de um instante de vida das pessoas, coisas, natureza, paisagens urbana e rural”<sup>487</sup>. Cabe ao historiador interpretar as fotografias, utilizando elementos pertinentes ao contexto do período, que podemos afirmar que demonstra seu conjunto o conagraçamento político de um período de governo e uma relação do elo entre o político e o seu povo, por meio de obras e das ações de políticas públicas desempenhadas pelas instituições presentes nas fotos.

Ao refletir sobre as imagens, observa-se que ambas têm o papel preponderante na documentação da visita e dos acontecimentos inerentes ao contexto de cada espaço e evento que se fizeram presentes as autoridades. As imagens acima estão numeradas de 1 a 9, cada uma das fotografias condensa elementos de atuação política, entre o povo, as instituições governamentais, as autoridades e os segmentos da sociedade. A riqueza de detalhes e os seus enquadramentos, como na própria fotomontagem do periódico tem a função de promover a ação do Estado junto ao povo, evidenciando as realizações administrativas em diversos setores da vida pública. As imagens comprovam que as ações da interventoria estavam em conexão com as políticas orientadas por Getúlio Vargas e seus ministros.

As imagens ainda permitem analisar, mesmo que sutilmente, como andam as realizações locais, em consonância com a política nacional. No âmbito nacional, estava presenciando os debates em torno da constituinte e da eleição presidencial. Nos estados verificava-se a força dos interventores diante das eleições, se vão indicar sua sucessão no cargo e sondar as possibilidades políticas de cada região, que estava sendo visitada. Uma visita política não pode ser resumida apenas a homenagens, inaugurações e cordialidades, as imagens demonstram como o povo estava sendo mobilizado pelas ações políticas locais. Dentro dessa visão como a educação política estava sendo passada ao povo, por meio dos discursos dos seus agentes locais.

O ano de 1934 foi marcado por acirramento político em torno das eleições, que iriam eleger os seus constituintes locais, novos governadores, senadores e presidente da República, portanto, foi um ano de ações políticas fortes.

No Piauí, o acirramento político aconteceu entre o interventor Landri Sales e o grupo político liderado pelo deputado federal Hugo Napoleão, com vários embates entre os dois, com acusações de vários desmandos do interventor no estado, denunciados ao chefe do

---

<sup>487</sup> KOSSOY, Boris. *Fotografia & história*. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.p. 114.

governo provisório por meio de telegramas<sup>488</sup>. Mesmo após a promulgação da Constituição de 1934, os interesses partidários se voltaram para os estados nas eleições estaduais. Hugo Napoleão liderava o Partido Progressista Piauiense, que realizou uma coligação com o Partido Republicano Liberal, recebendo a denominação de Coligação Piauiense, contra o Partido Nacional Socialista do Piauí, que tinha se coligado com o Partido Republicano Piauiense e a Liga Eleitoral Católica.

Neste contexto político havia também uma seção do Integralismo, cujo presidente era o advogado Giovanni Costa, que já havia se desligado do ULR, agremiação partidária que tinha perdido espaço nas últimas eleições. No mesmo período, utilizando as páginas do jornal *A Liberdade*<sup>489</sup>, que dava espaço político aos integralistas no Piauí, o Des. Vaz da Costa, que era também o diretor e redator chefe, anunciou que iria se filiar aos integralistas por meio de amplo manifesto publicado no jornal, o “Manifesto aos Piauienses”, trazia duras críticas ao que tinha se tornado a república no Brasil. É a partir desse momento que o Des. Vaz da Costa, começa a abandonar o campo da atuação política e se dedicar aos seus negócios particulares.

As disputas políticas entre o interventor Landri Sales e deputado federal Hugo Napoleão, chegaram na Câmara dos Deputados. O deputado Hugo Napoleão apresentou um projeto que norteava a sucessão estadual, afastando os interventores dos cargos enquanto acontecesse as eleições, e estes deveriam ser substituídos pelos presidentes dos tribunais de justiça dos seus estados respectivamente. Na realidade, o projeto tinha o propósito principal de prejudicar as ações políticas do interventor Landri Sales, mas, no fundo prejudicava todos os demais interventores nos estados e a própria articulação política do governo provisório. Sobre isso temos seguinte fragmento.

O deputado piauiense Hugo Napoleão, oposição em seu estado, mas aliado de Vargas acabou por dar forma às reclamações contra a permanência dos interventores, transformando-as em um projeto de lei que previa sua substituição pelos presidentes dos tribunais de justiça estaduais, durante o período de dois meses que antecederia às eleições, segundo o deputado somente substituir o interventor não funcionaria, pois um nome, apontado por Vargas, seria forçosamente do mesmo partido do antigo interventor. [...]. Napoleão, por pertencer à base governista, fazia questão de eximir Vargas de culpa, que o presidente era bem-intencionado e não podia ser responsabilizado pelos abusos de poder que costumava ocorrer nos estados. [...]<sup>490</sup>.

<sup>488</sup> Telegramas do deputado federal Hugo Napoleão ao Chefe do Governo provisório. Denúncia de ações do interventor Landri Sales nas eleições estaduais. Arquivo Nacional (AN-RJ). CODES: Fundo Gabinete Civil da Presidência da República: 1930 a 1945.SDR025. Série: Governos Estaduais: Piauí. Lata 24. Ano 1934.

<sup>489</sup> Jornal *A Liberdade*. 07/07/1934. p.1-4.

<sup>490</sup> MOURELLE, Thiago Cavaliere. *Guerra pelo poder: a câmara dos deputados confronta Vargas (1934-1935)*. Tese. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense (UFF). 2015. p. 73-74.



Observa-se que as estratégias em busca do poder local perpassam vários níveis, chegando até uma articulação nacional, no sentido de desmobilizar politicamente o sistema dos interventores nos estados. Como já tínhamos salientado anteriormente neste texto, a luta entre os tenentes e as oligarquias estaduais eram um combate permanente, que muitas vezes ficava camuflada por falta de conjuntura política; todavia, no momento que estas oportunidades surgiam as oligarquias estaduais se representavam por meio dos seus integrantes e correntes políticas. Isto acena para Getúlio Vargas, que o seu governo precisava buscar uma ação mais firme para conduzir a nação, desencadeando assim um movimento político de centralização do poder no país.

Na Câmara Federal, a estratégia foi retardar a votação do projeto do deputado Hugo Napoleão, em contrapartida, o governo se prejudicou na votação do orçamento do país, para o ano seguinte. Em outras palavras, ganha e perde, no final quem perde é a nação. Por fim, com o resultado das eleições, temos nos estados em que os interventores não se candidataram, conseguiram eleger os seus sucessores. No Piauí, o interventor não quis se candidatar, indicando o seu Secretário Geral do Estado, Leônidas de Castro Melo<sup>491</sup>, para governador, que concorreu em chapa única, pois a oposição não conseguiu indicar um nome de peso para concorrer, ficando na disputa pelos cargos estaduais. Assim, inicia-se no Piauí o período de governo de Leônidas de Castro Melo, que sai de governador eleito indiretamente para interventor do Estado Novo.

---

<sup>491</sup> Leônidas de Castro Melo. n. Barras (1887) – f. Teresina (1981). Se formou em medicina no Rio de Janeiro, em 1920. Delegado dos Serviços de Indústria Pastoral e Assistência Veterinária no Piauí (1921), Conselheiro Municipal em 1929. Professor de História Natural do Liceu Piauiense, onde foi também professor de Química e Diretor em 1932. Professor de História Natural e diretor da Escola Normal (1932). Secretário Geral do Estado (1933 a 1934). Governador do Estado (03/05/1935 a 23/11/1937), passando a interventor federal no Estado Novo (24/11/1937 a 09/11/1945). Mandou construir o Hospital Getúlio Vargas, a sede da Casa Anísio Brito. Exerceu depois diversas funções públicas. Deputado Federal (1951 a 1955), Senador (1955 a 1963). Publicou *Trechos do Meu Caminho* (memórias) e *Da Geração Espontânea*. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.p.368. *Passim*.

### **3 A INTERVENTORIA DE LEÔNIDAS CASTRO MELO: ESPAÇO DE INCORPORAÇÃO DOS INTELLECTUAIS PIAUIENSES AO ESTADO NOVO**

Toda instituição é a sombra alongada de um homem.

*Emerson*

A finalidade deste capítulo é abordar o governo de Leônidas Melo na sua passagem de governador a interventor e a estruturação do Estado Novo no Piauí com integração dos intelectuais piauienses no seu governo. A princípio apresentamos os espaços e fala dos intelectuais sobre diversos aspectos no período que antecede o Estado Novo no Piauí, como também a linhas dos discursos que vão nortear a interventoria no Piauí e a colaboração ao projeto getulista pós 37.

Os discursos e a propaganda efetuada pelos políticos e intelectuais permitiram construir o dom de progresso e desenvolvimento que permeou vários cenários do período, incorporando diversos sujeitos e meios de comunicação para permitir dar visibilidade às ações do estado do Piauí na Era Vargas.

#### **3.1 Questionamentos intelectuais: os microcosmos intelectuais piauienses antecedentes à instalação do Estado Novo**

Os anos anteriores ao golpe do Estado Novo foram marcados por muitos debates relacionados à conjuntura do país. Essas discussões não foram conduzidas apenas por políticos, mas por intelectuais que estavam abrigados em vários ambientes de sociabilidade intelectual. No Piauí, estes intelectuais estavam incorporados em revistas, jornais, instituições culturais, ambientes educacionais e outros. Essas agitações culturais dos intelectuais nos meios de difusão cultural ocorreram na esfera do processo da eleição de Leônidas Melo para governador em 1934. Sua vitória ao cargo de governador não significava afirmar que o processo político seguia um caminho tranquilo, pois isto é salientado pelo comportamento da imprensa e de seus colaboradores sobre os rumos do Piauí e do Brasil.

Os intelectuais e os mediadores culturais se expressaram pela necessidade de um reordenamento de ideias, mas também de ações no período, simbolizando que o Brasil e as

discussões em seu entorno precisavam ganhar agora novos horizontes. O processo da Revolução de 1930 tinha se consolidado com a elevação de Getúlio Vargas ao poder. A partir disso, o governo federal iniciou uma caminhada inflexível para o seu fortalecimento, um bom exemplo, foi sua ação em relação a Revolução Constitucionalista de 1932. Passo seguinte foi da nação se encaminhar para uma nova Carta Constitucional de 1934.

Entre os veículos de comunicação as revistas foram os espaços utilizados por vários intelectuais para se pronunciar sobre os caminhos do Brasil e do Piauí neste novo momento que se anunciava a partir de 1934. Sobre os intelectuais e suas relações com as revistas, Sirinelli<sup>492</sup> afirma que:

As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão - pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem - e de exclusão - pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. Ao mesmo tempo que um observatório do primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são aliás um lugar precioso para a análise do movimento das ideias. Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão<sup>493</sup>.

As revistas permitem uma visualização não apenas do campo cultural, mas dos terrenos sociais, políticos e econômicos, além de ser uma fonte histórica do período, que conduz para um rastreamento dos problemas existentes e na identificação dos sujeitos culturais que estão por trás das escritas nesses periódicos. Aqueles que não têm notas assinadas recaem para a direção ou para o corpo editorial de colaboradores da mesma, o que nos encaminha para serem não apenas mediadores culturais, mas provocadores com suas escritas de ação política. Como assinala Jean F. Sirinelli acima, a revista é, portanto, um “viveiro” que permite não somente identificar o espaço de sociabilidade intelectual, mas nomear os sujeitos culturais e seus itinerários não apenas nas questões culturais, mas nos questionamentos políticos, econômicos e sociais, identificando os discursos similares ou adversos aos do governo.

As revistas piauienses, tanto da capital como dos municípios, versavam sobre campos múltiplos de abordagens, como arte, ciência, literatura, história e geografia, mundanismo; ou seja, o que acontece no mundo e outros pontos. Essas revistas e impressos possibilitaram dar

---

<sup>492</sup> SIRINELLI, Jean – François. *Os intelectuais*. p.231-269. In.: RÊMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Neste artigo Jean F. Sirinelli discorre sobre as várias linhas de abordagens da história dos intelectuais, colocando como grande observatório da história social, política, cultural e econômica.

<sup>493</sup> Ibidem.p.249.

visibilidade a alguns indivíduos que viviam no mundo intelectual, mas que não dispunham de meios ou espaço para dar publicidade a suas ideias e pensamentos. Logo, as revistas como universo de fermentação cultural, possibilitaram identificar os discursos a favor ou contra no novo ambiente que se construía a partir do final da primeira metade dos anos 30.

Entre as temáticas abordadas nas revistas e na atuação dos intelectuais, um bom exemplo foi o campo da educação, elemento que segundo os intelectuais era indispensável para a regeneração da nação e alicerce essencial para construção do patriotismo do brasileiro. Essa temática foi empregada por Alarico da Cunha<sup>494</sup> em um texto publicado ainda em meados de 1933 na revista *Gléba*<sup>495</sup>, de Parnaíba (PI). Essa revista foi criada justamente para dar espaço a produção dos intelectuais parnaibanos para se pronunciar em relação a temáticas diversas, em um artigo chamado de *O Problema da educação*, que passamos a transcrever alguns trechos:

Não ha duvida que os próceres da Revolução de 1930 concebiam a idêa altamente patriótica e evolucionista de engradecer o Brasil por meio da difusão do ensino. O Ministério da Educação, creado pela ditadura brasileira, é uma demonstração cabal de que se pretende resolver o problema da alfabetização de modo satisfatório. E se outro bem não houvesse feito a Revolução, bastaria êste para nos orgulhar. [...]. Precisamos de escolas, de aprendizagem de instrução, porque infelizmente ainda somos um povo inculto com a possibilidade dos maiores triunfos, se a cultura do espírito, pela difusão do ensino, vier focalizar o seu manancial de luz nos arraiais da mocidade pátria. [...] no seio das classes humildes têm nascido genios que assombrariam o mundo intelectual, se os governos os fizessem educar. [...]. É para essa clamorosa desigualdade que os nossos futuros parlamentares deverão lançar as suas vistas, promovendo os meios de educar o sertanejo e o desprotegido da fortuna (*sic*)<sup>496</sup>.

Alarico da Cunha foi um intelectual completamente imerso na cultura parnaibana e com uma visão muito penetrante da sociedade piauiense, pois sua ação como jornalista, poeta,

<sup>494</sup> Alarico José da Cunha. n. Timon (MA), 1883 – f. Rio de Janeiro (RJ), 1965. Residiu a maior parte de sua vida em Parnaíba (PI), onde foi comerciário, despachante aduaneiro e vice-cônsul de Portugal, em 1944. Membro de várias instituições culturais. Redigiu *O Farol* (1914), *O Consolidador* (1918), Redator chefe de *Aljava* (1936). Colaborou no *Almanaque da Parnaíba*, *Almanack Piauiense*, *Revista do Ceará* (1937), *Zodíaco*, *Livro do Centenário de Parnaíba* (1944), *O Arauto* (1949). Poeta, pertenceu às academias de letras do Piauí e Maranhão. Publicou: *Discursos Maçônicos*, *Ode à Mendiga*, *Cinema Falado*, *Exaltação à Beleza*, *Nostalgia do Céu*, *Oração Fúnebre*, *Panegírico de um Justo*, e outras obras inéditas. Cf. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.156. *Passim*.

<sup>495</sup> Revista *Gléba*. nº3, ano I, Jul/1933. p. 8. Revista criada em Parnaíba (PI) de circulação mensal, com o objetivo de contribuir com a dificuldade do meio cultural para circular as ideias dos parnaibanos, com uma linha editorial ligada a literatura, humor e a ação noticiosa. Os diretores eram: Do Nascimento Araújo, Armando Madeira Bastos e Fonseca Mendes; tinha em seu corpo editorial e colabores: Jonas da Silva, Edison Cunha, Alarico Cunha, Félix Ayres, Raimundo das Chagas Araújo (R. Petit), Lima Rabelo, L. Brandão Costa, Mario Carvalho, Ribamar Ramos, Alda Cunha dentre outros. Cf. CIARLINI, Daniel Castello Branco. *Contribuição da imprensa e da literatura de Parnaíba para a formação do sistema literário piauiense*. Dissertação - Mestrado em Letras - Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Teresina (PI). 2015. p. 91- 92.

<sup>496</sup> *Ibidem*, p.8.

prosador e folclorista precisava ser sempre alimentada por aspectos oriundos da cultura de sua terra natal, logo, sua relação com a sociedade lhe permitia colocar a educação como um elemento regenerador da sociedade. Ele acentuava em sua escrita que se a Revolução de 1930 tivesse deixado de herança apenas as transformações no setor da educação, como exemplo, a diminuição do analfabetismo, já era algo essencial deste processo político para o Brasil.

Alarico da Cunha destaca ainda que o Estado deveria desenvolver os gênios existentes no sertão, pois o sertanejo é um indivíduo ávido por transformações e com inteligência suficiente para alcançar patamares mais elevados. Todavia, cabe ao Estado, neste novo processo republicano em curso olhar melhor para este segmento social, que precisava de ensino de qualidade, com pluralidade de escolas no país, tanto no ambiente urbano como no rural. De forma simultânea, Alarico da Cunha advertia que os novos parlamentares precisavam se mobilizar para advogar em suas legislaturas alterações importantes no campo da educação, responsabilidade que deveriam assumir de forma intensa.

A revista *Gléba*, em sua edição de janeiro de 1934, dá espaço no seu conteúdo editorial para a explanação sobre o movimento político que ganhava lugar na sociedade brasileira, o Integralismo. Essa matéria foi assinada por José de Souza Brandão<sup>497</sup>, um dos colaboradores do periódico de Parnaíba (PI). Em sua matéria intitulada *O Integralismo*<sup>498</sup>, temos a seguinte reflexão.

O Integralismo é obra de Deus. Nelle vemos, perfeitamente o dêdo da providência divina a apontar para o homem o caminho a seguir, o caminho Salvador da Patria ameaçada pelo internacionalismo, que a espreita de fauces hiantes na ancia de tudo devorar. O Integralismo é a Doutrina da coragem e da renuncia, na função dinamica de valorisação do brasileiro! Campanha cultural pela educação integral do homem, O Integralismo, por ser doutrina espiritualista, não o transforma, como o communismo e o “marxismo” em um méra machina de trabalho, em um animal de raio de acção limitada ao geocentrismo, um flagrante prejuízo para as suas faculdades espirituas que se atrophiam em beneficio da animalidade pura. [...]. O Integralismo não subordina o homem, [...]. O Integralismo conhece o homem como o rei da natureza que domina pela intelligencia, pelo raciocínio [...](sic)<sup>499</sup>.

Continua em sua exposição:

[...]. O Integralismo é a doutrina da Patria, da Fé e da Família, que constituem os elementos garantidores e coordenadores da sociedade e da liberdade. [...]. E’ a doutrina da liberdade sem a licenciocidade anarchica do communismo e do “marxismo” [...] Môcos do Brasil! Operarios! Soldados! [...] Homens do povo! Entre para as fileiras do Integralismo que é uma corrente nacionalista que nasce

<sup>497</sup> José de Souza Brandão. Farmacêutico, residente em Parnaíba (PI), são as informações que conseguimos encontrar nas leituras.

<sup>498</sup> Revista *Gléba*. Ano I. nº9. Jan/ 1934. p. 11 e 16.

<sup>499</sup> Ibidem.p.11.

como nascem os rios. [...]. Ao Integralismo que quer a Patria grande e respeitada!  
(sic)<sup>500</sup>.

Nas palavras do associado da revista o Integralismo surge como uma doutrina de tradições que possibilita a convergência de elementos políticos, culturais, econômicos e sociais, enfatizando a pátria e a família em seus princípios religiosos de integração nacional. Ao mesmo tempo, no texto adverte sobre os males do comunismo e marxismo, como pensamentos que desvirtuam a família e a nação. No final, conclama toda a sociedade independente de suas atividades e classe a fazer parte do Integralismo, que era uma doutrina pura, “como nascem os rios”, utilizando a frase do autor.

A situação do Piauí, no contexto dos resultados da Revolução de 1930, foi abordada em várias revistas e de outros veículos de imprensa em que o corpo intelectual imprimiu suas opiniões sob a direção em que estava se encaminhando o estado. Esse pensar era traçado tanto por intelectuais de ampla penetração cultural no estado, como por homens da cultura que estavam inseridos nos cenários dos municípios, mas atentos às oscilações pelos quais passará o estado do Piauí com as acomodações da revolução e com a condução do processo eleitoral de 1934. Sobre esta conjuntura, temos o artigo *O Piauí na Revolução*, publicado na revista *Seleta*<sup>501</sup>. Trata-se de uma publicação de cunho literário, que, todavia, não fogia dos conteúdos políticos.

Quem estudar, penetrado no espírito de imparcialidade, a atual situação piauiense chegará, de certo, á evidencia do quanto este Estado há progredido materialmente, no período de após revolução. Os homens sinceros, embora adversarios do movimento armado de 1930, por desconhecer no mesmo os propósitos de restauração político – social, não podem afirmar, sem quebra de dignidade, que estamos uniformidade de “fins” sem consciência de “meios”, a famosa outubrada não deixou de trazer na multidão das suas astultices algum paliativo para as vitimas dos desmandos e dos desatinos constitucionais. [...]. O Piauí, por exemplo, no que concerne á obra administrativa pode se gabar de ter possuido á frente dos seus destinos um homem da envergadura do sr. Capitão Landri Sales Gonçalves. [...]. É de lastimar que ele não tenha sabido se izentar de auxiliares ineptos, e também que se tenha deixado arrastar pela politicagem sórdida dos eternos carcomidos. [...]. Agora que o retorno vida legal nos permite expandir o nosso sentimento, garantindo-nos o direito de critica á prova das afirmativas [...] dentro da ética jornalística. E, se é justiça dizemos que o sr. Capitão Landri Sales [...] é um bom administrador, é justiça também asseverar-mos, baseados nos fatos recentes que ele é um mau político [...] (sic)<sup>502</sup>.

<sup>500</sup> Ibidem.p.16.

<sup>501</sup> Revista *Seleta*, criada em 1934, Teresina (PI). Revista mensal de cunho literário, como consta no seu subtítulo. Sob direção de Ribamar Ramos, com colaboração de intelectuais da capital e de outros municípios, como: Celso Pinheiro, Buggy Britto, Fonseca Ramos ou Ribamar Ramos, como assinava também a revista e outros.

<sup>502</sup> Revista *Seleta*. Ano I, nº 3. Ago.1934. p.7.

O referido artigo não tem a identificação do autor, contudo, representa o pensamento da revista, pois a direção permitiu sua publicação. A narratividade contida no texto salienta que o ambiente constitucional inaugurado pela Constituição de 1934 permitiu a livre expressão e a manifestação do meio jornalístico ao ambiente político, ou seja, no período anterior a 1934, essa liberdade, segundo o texto, era restrita. Destaca ainda que o Piauí viveu um progresso administrativo na gestão da interventoria de Landri Sales, porém, em relação à política e sua ação direta no pleito de 1934, demonstrava a continuidade das mesmas ferramentas utilizadas pelos políticos da Primeira República no Piauí.

Ainda sobre o fragmento, podemos inferir que o interventor poderia até buscar se distanciar das questões políticas, porém, era impossível uma neutralidade política quando o mesmo fazia parte da implantação de um projeto maior, que eram as ações do governo Vargas: o getulismo. As posturas políticas teriam de ser tomadas e o ambiente evidente para isso foi o das eleições e o da criação de um partido pelo interventor e correligionários, o Partido Nacional Socialista no Piauí<sup>503</sup>, para concorrer nas eleições. Essa circunstância, da instalação de um partido e das ações políticas anteriores, foram as sinalizações de que o ambiente político já estava seguindo em direção a outros rumos e claro, continuar sob as orientações do governo federal.

O artigo traz um discurso que podemos identificar no seu processo de produção, a constituição, formulação e a circulação, como destaca Eni P. Orlandi<sup>504</sup>. O contexto político de sua produção pós-eleição e sob o manto da nova Constituição que colocava o Brasil sob o novo regime de leis: o da produção. A formulação, representada por uma linguagem que trazia o sentido de contrariedade sobre o regime político do Piauí e principalmente sob a direção do interventor Landri Sales que, segundo o texto, formou um grupo e se utilizou dos mesmos procedimentos políticos da Primeira República, *modus operandi* anterior da “outubrada”, utilizando o termo citado no artigo. O último processo de produção do discurso é o da circulação, que esboça a conjuntura produzida pelos resultados das eleições, que ascendeu ao poder pessoas ou grupos que, para determinados setores da sociedade, não eram bem vistos e também não representavam mudanças.

---

<sup>503</sup> Verbete - Partido Nacional Socialista do Piauí. Foi criado no Piauí em 1933, permanecendo até 1937. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.p. 425. *Passim*. Cf. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-nacional-socialista-do-piaui>. Acesso em: 22 ago. 2021.

<sup>504</sup> ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 6 ed. Campinas (SP): Pontes Editores, 2005.

Essa linha de pensamento do artigo acima também ganhou destaque em outros periódicos do estado que procuraram expressar o contexto político do Piauí e suas fisionomias, como a revista *O Meio*, que traz um texto publicado com o título *O Meio Político*, difundido na edição de novembro e com continuação na edição de dezembro de 1934 da referida revista. Vejamos um trecho do fragmento do exemplar de novembro:

O ciclo revolucionário do Piauí teve, por infelicidade, um encerramento lastimável, que colide com os verdadeiros princípios de restauração política. Pregados pelos idealistas da campanha liberal. A submissão de certos magistrados a trôco de emprêgos para filhas e parentes e as violencias policiais contra jornalistas e operários adversarios do partido oficial. [...] em flagrante contrastes com os ditames da democracia, o governo interventorial pôs em prática metodos e processos anti-republicanos, nivelando-se aos maus govêrno que o grande movimento aramado devera ter varrido do cenario nacional. [...]. Nada lucrou o Sr. Landri Sales com a sua intromissão na vida partidaria do Estado. A politica foi-lhe má conselheira, porque ganhar eleições não constitui nenhum troféu de gloria para um administrador sincero, animado de bons propósitos [...]. dar uma nota destoante no ciclo revolucionário do Piauí (*sic*)<sup>505</sup>.

A vida partidária e a atuação do interventor Landri Sales, nas eleições de 1934, foram amplamente criticadas pelo texto da revista *O Meio*, sob a direção de Leopoldo Cunha, um articulador da campanha da Aliança Liberal no estado e também apoiador da interventoria e do próprio processo revolucionário de 1930, chegando a ocupar o cargo de diretor da Imprensa Oficial em 1933. Entretanto, as colocações presentes na revista, sob sua direção, deixam claro que a ação política do interventor era compatível com as práticas políticas da Primeira República. O fragmento acima destaca atuação do interventor como governante do estado, um homem preocupado com a administração pública. Porém, sua intromissão na vida política não era compatível com sua postura de administrador, logo, a atuação do interventor Landri Sales, como gestor público, era reconhecida como eficiente, mas sua atuação na política não era admirada.

Na revista *O Meio* de dezembro de 1934, é retomada a questão na coluna “O Meio Político”, que reforça a nota anterior. Observemos esta passagem:

A atitude insólida do govêrno interventorial nas eleições repetidas de 24 de novembro veio afastar qualquer esperança de modificação nos nossos costumes políticos, que permanecem os mesmos de antes da revolução de 1930, agravando

---

<sup>505</sup> Revista *O Meio*. Ano I. nº 1. Nov. 1934. p.21. Revista criada em Teresina (PI), em 1934, de circulação quinzenal, tendo como diretor Leopoldo Cunha. Tinha como colaboradores: Higinio Cunha, Martins Napoleão, Antonio Chaves, Celso Pinheiro, Francisco Cunha e Silva, João Bastos, Alda Cunha, Jacob Martins, Margot de Oliveira. Seu conteúdo versava sobre arte, ciência, literatura, política, dados estatísticos e mundanismo.



agora com a instituição do chanfalho policial em arbitro de situação. [...]. E foi para isso que se fez a revolução! (*sic*)<sup>506</sup>.

A revista reafirma as atitudes políticas erradas do interventor e suas ações nas eleições, pois segundo a coluna, este não alterou o quadro e as ações políticas que tanto lutaram para erradicar, pelo contrário, reforçou as práticas arcaicas nas questões do estado, como usou da força policial para intimidar os adversários, ou seja, a máquina pública foi utilizada pelo interventor para promover a vitória nas urnas e para impedir as ações de seus opositores. O final da coluna destaca a seguinte frase “E foi para isso que se fez a revolução!”, ou melhor, deixar no ar para os seus leitores se entre os objetivos da Revolução de 30 estavam as práticas aplicadas no período eleitoral, as mesmas da Primeira República. Portanto, como se não tivesse alterado ordem nenhuma, apenas uma mudança de poder e de grupos no comando do estado, deixando as propostas de transformações e progresso apenas nos discursos da campanha da Aliança Liberal.

Podemos inferir que estes artigos estavam relacionados a uma visão do contexto político presente na revista, conquanto, Leopoldo Cunha como diretor, era responsável pela sua produção editorial. Neste período de publicação da revista, Cunha estava envolvido em atritos políticos que o levaram a responder um processo por tentativa de homicídio contra o Des. Simplício de Sousa Mendes. Essa contenda com o desembargador, segundo Higino Cunha<sup>507</sup>, ocorreu por uma questão banal, por motivos de divergências em torno do movimento revolucionário de 30, em que Simplício de Sousa Mendes se comportava contra o processo, do qual Leopoldo Cunha tinha sido um articulador da campanha no Piauí. Segundo os comentários do desembargador, aquele teria se beneficiado, inclusive, com emprego público na Imprensa Oficial do Estado.

O intelectual Higino Cunha, aos seus 76 anos, ainda enfrentou essa divergência em sua vida familiar, utilizando os seus conhecimentos de jurista saiu em defesa do filho nos seus direitos civis e políticos, como um dos seus advogados, e segundo sua escrita no livro *A defesa do professor Leopoldo Cunha* (1934)<sup>508</sup>, traça críticas aos procedimentos em relação ao caso e às ações do poder judiciário do estado, bem como o entendimento da aplicação das leis, no decorrer do rito processual. Esse caso acende na família Cunha questionamentos ao

<sup>506</sup> Revista *O Meio*. Ano I, nº2. Dez. 1934. p.20.

<sup>507</sup> CUNHA, Higino. *A defesa do professor Leopoldo Cunha – produzida por seu pai Dr. Higino Cunha, no processo movido contra aquele pelo crime de tentativa de homicídio*. Teresina: Imprensa Oficial, 1934. Esse livro foi elaborado com base na narração do contexto do incidente e na peça encaminhada ao Superior Tribunal de Justiça, eram advogados de defesa de Leopoldo Cunha: Higino Cunha (seu pai), Edson Cunha (seu irmão) e Pedro Brito e auxiliado por Afonso Cunha.

<sup>508</sup> Ibidem.

processo revolucionário de 1930 e as transformações implantadas na sociedade assim como os rumos tomados no Piauí. Segundo Higino Cunha, como podemos refletir no fragmento a seguir:

A revolução brasileira de outubro de 1930, tão fértil em processos regressivos, bem poderia dar um passo para a frente, readaptando o Juri às novas exigências evolutivas da sociedade moderna. De dia para dia, as conquistas socialistas tomam vulto. [...]. O fascismo integralista, aliado ao clericalismo impenitente não passa de um fenômeno paliativo. [...]. Mas que vem a ser todo esse movimento renovador senão a marcha triunfal da social democracia, em que o elemento operário predominante não quer mais deixar-se explorar pelos seus algozes? E o Juri, como instituição essencialmente democrática, terá também a sua parte na palingenésia fatal<sup>509</sup>. (sic).

Essa seara judicial contribui para que intelectuais como Higino Cunha e Leopoldo Cunha versassem críticas ao processo revolucionário de 30 e suas implicações para a sociedade civil. Entre as consequências negativas, segundo Leopoldo Cunha, é possível citar a intromissão direta na política do estado e na condução do processo eleitoral, provocando transtornos na vida política. Enquanto Higino Cunha salienta que o poder judiciário continuava mergulhado nas mesmas práticas anacrônicas, com influências políticas e econômicas e com aplicação de uma legislação que não condizia com a moderna aplicação do direito.

Para ambos os intelectuais, o contexto político do estado trazia prejuízos pessoais e institucionais, pois Higino Cunha via no sistema judiciário a ação dos interesses pessoais dos políticos para interferir no processo, causando um retrocesso com aplicação de uma legislação errônea e equivocada, e conseqüentemente, prejudicando o seu filho.

Enquanto Leopoldo Cunha sentia na pele a força do poder e dos contornos negativos que a revolução ganhara no Piauí, em relação à sua questão pessoal, observava que a política não foi alterada. Ele sentia no corpo este ato com o seu processo. Portanto, os intelectuais utilizavam suas escritas e seus espaços de ação cultural para estabelecer críticas ao período inaugurado com a Revolução de 1930 e acentuado com o contorno das eleições, sentindo a força dessas ações negativas segundo suas concepções intelectuais.

Em ambas as revistas, a capacidade administrativa de Landri Sales é ressaltada, é reconhecida pela sociedade intelectual do período e amplamente destacada nas suas escritas veiculadas nos meios culturais. Mas a ação política do interventor alimentou a escrita de intelectuais e mediadores culturais do estado no sentido, não só de tecer críticas ao

---

<sup>509</sup> *Op. cit.* p. 117-118.

interventor, mas de questionar o processo revolucionário que o conduziu ao comando do estado. Isto denota que havia nos setores da cultura um descontentamento com essa postura, que poderia ser apenas uma opinião livre ou simplesmente a utilização de sua escrita a serviço da oposição no estado, ao processo interventorial e ao governador eleito, escolha pessoal do próprio Landri Sales.

Alguns setores da imprensa estabeleciam críticas em relação a interventoria e aos rumos em que a revolução foi se delineando, bem como se mostrava opositora ao governo no Piauí, um bom exemplo foi o artigo publicado no jornal *O Tempo*<sup>510</sup>, cujo editorial denominado *Conspiração imaginária*, narra aspectos sobre a política no Piauí. Passamos agora a compreender um trecho da referida matéria.

[...]. Em verdade, cremos que já não existem estados de espirito collectivos propícios ás tentativas revolucionários. Os desenganos semeados pela revolução de Outubro foram tantos e tão profundos que esmagaram aquella ingenua esperança nacional de uma reabilitação política e social pela força, por um golpe de violentas transformações, que era a mais vehemente manifestação espiritual do messianismo revolucionário que por tantos annos embalou a nossa credulidade de paiz em formação. Verificamos subitamente que em Outubro de 1930 que a revolução não era uma luz nova de transfigurações moraes que pudesse aclarar e purificar o ambiente político do Paiz. [...]. Teem sido inuteis os esforços empregados até hoje para restabelecer a antiga transparencia da situação política. [...]. No caso particular da opposição piauiense, sobra-lhe experiencia própria pessoal para cada um dos chefes e dirigentes. [...]. Volta e fecunda foi, portanto, a experiencia da opposição piauiense que fez a revolução de 1930 e que hoje continua em seu posto de combate aos mesmos erros e ás mesmas illegitimidades. [...] <sup>511</sup>. (sic).

A matéria do jornal estabelece informações de que não havia clima para uma conspiração, uma revolução, pois segundo o fragmento a “revolução de outubro” eliminou qualquer inspiração para “tentativas revolucionárias”, contribuindo para deixar o estado de espírito estático, sem motivações para mudanças profundas. Tudo isso foi resultado da falta de mudanças que não foram operacionalizadas pela revolução, deixando no ar não só um clima de decepção, mas também alimentando o ineditismo político dos grupos dirigentes e dos opositores.

O mesmo jornal da matéria acima, *O Tempo* (PI), em uma outra edição, traz uma matéria, do seu diretor Cláudio Pacheco<sup>512</sup>, intitulada “A dupla personalidade no jornalismo

<sup>510</sup> Jornal *O Tempo* do Piauí, criado em 1933, tem em 1935 como diretor Claudio Pacheco, gerente Jayme Fortes e na sucursal do Rio de Janeiro era representado por Luiz Forte. Nesta matéria jornalística havia boatos políticos que estava ocorrendo uma conspiração contra o governo piauiense.

<sup>511</sup> Jornal *O Tempo* (PI), 29/01/1935. p.1.

<sup>512</sup> Cláudio Pacheco Brasil. n. Campo Maior (PI), 1909 – f. Teresina (PI), 1993. Bacharel em direito pela Universidade do Brasil. Foi secretário geral do Partido Nacional Socialista Piauiense e do Partido Progressista Piauiense. Deputado federal (1935/1937). Suplente de senador (1963/1967). Desenvolveu várias funções

piauiense”<sup>513</sup>. Este jornalista era bacharel de formação, mas com grande atuação na imprensa e na política do Piauí, dois universos que conhecia muito bem, vez que era oriundo de uma família tradicional do estado, com influência na participação política e ocupando posições públicas relevantes, não somente em seu município de origem, Campo Maior (PI), mas na estrutura administrativa do estado.

Em sua matéria, destaca dificuldades para se construir um jornal no Piauí<sup>514</sup> que tratasse dos fatos relevantes, dividindo a imprensa piauiense em dois campos de ação. O jornalista assinala “[...]. Devo confessar que o nosso objetivo e o nosso esforço consequente para transformar *O Tempo* num jornal mediocrementemente noticioso em relação aos factos de interesse jornalístico da vida social, tem(*sic*) sofrido constantes limitações [...]”<sup>515</sup>. Cláudio Pacheco exalta que os jornais tratavam as matérias com sensação e não como fato de relevância social e política para os leitores. Finaliza a matéria convidando “[...] o jornal governista a colaborar com esta folha na repressão destas praticas perniciosas, [...]”<sup>516</sup>.

Cláudio Pacheco se refere às dificuldades do jornalismo piauiense do período, destacando que haviam elementos que dividiam os jornalistas locais entre aqueles que se esforçavam para criar um jornalismo de notícia, que informasse a população dos acontecimentos, ao invés de estabelecer uma imprensa sensacionalista que se empenhava em ataques pessoais no universo da política, trazendo um “jornalismo de sensação”, para utilizar suas palavras na referida matéria. Ainda conclama o “jornal governista” para ajudar o jornal *O Tempo*, para estabelecer um jornalismo de notícias. Provavelmente o jornal governista ao qual Cláudio Pacheco se refere é o *Diário Oficial do Estado*, que na administração de Landri Sales, sob direção de Artur Passos, obteve uma nova fisionomia editorial, trazendo em seu conteúdo editorial não apenas informações dos poderes, mas seções de notícias, entretenimentos, classificados e outros.

---

públicas. Autor intelectual da Constituição Estadual do Piauí de 1947. Integrou a comissão para elaborar o anteprojeto da Constituição de 1988. No Rio de Janeiro entre 1926 a 1932 foi redator do *Rio Jornal*, *Diário do Rio*, *A Manhã* e *O Jornal*. No Piauí foi diretor do jornal *O Tempo*, colaborou com *Almanaque da Parnaíba*, *Resistencia*, *O Dia*. Fundador e presidente da Associação Piauiense de Imprensa. Membro da APL e publicou: *Tratado das Constituições* em 14 volumes; *As Pedras Ficaram Magras* (Romance); *História do Banco do Brasil*, em 5 volumes; *Luzes e Águas na Planície* (poesia); *Novo Tratado das Constituições Brasileiras*; *Roda Viva*, romance e outros. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.411. *Passim*.

<sup>513</sup> *Jornal O Tempo* (PI), 16/02/1935. p.1.

<sup>514</sup> Cf. SILVA, Abdias. Jornalismo em Teresina nos anos 30: ato de amor e heroísmo. p. 76-77. In.: *Cadernos de Teresina*. Ano IX, nº. 19. abril. 1995. Artigo na coluna Memória que expõe o cotidiano na imprensa piauiense nos anos 30, suas dificuldades, periódicos e intelectuais que permearam este contexto.

<sup>515</sup> *Jornal O Tempo* (PI). *Op. cit.*, p.1.

<sup>516</sup> *Ibidem*.

A interventoria de Landri Sales enfrentava desafios para sedimentar os elementos políticos e sociais da revolução, estes elementos alimentavam também a oposição política no Piauí. Esses fatos de desaprovação estiveram presentes no início do governo de Leônidas Melo, trazendo para seu governo desafios políticos para a implantação de uma administração que pudesse dar prosseguimento à obra política de Vargas no estado.

Ao mesmo tempo em que intelectuais conhecidos, com ampla atuação na sociedade, com experiência a serviço do estado ou simplesmente ocupando os espaços culturais para promover a cultura e as críticas políticas, alguns aproveitavam para debater o aprofundamento das práticas de cidadania. A exemplo do texto que busca despertar a ação de jovens nas questões da cidade e no contexto da nação, de Martins Napoleão, que se enquadra na descrição de intelectual mencionado. Em seu texto *A Vil Tristeza*, publicado também no espaço da revista *O Meio*, procurou desenvolver um amplo chamado “aos moços”. Analisemos um fragmento do referido texto:

Aos moços de coração e de espírito, cabe fazer, da renovação de valores, no sentido de um Brasil autentico, uma verdadeira disciplina nacional, em que se empenhem, com ardor místico, durante algumas gerações. [...]. Eles só se ajuntam um grupo efemeros, para os partidos de fute-bol ou para as associações literárias, que frutificam em inspirações de procose literatura afrodisica. São, em via de regra, inteligentes, porém mal inteligentes, porque bem cedo se desviam de uma conduta altiva da vida, para se misturarem no deboche, na pornéa na farra. [...]. Não têm consciência nacional, espírito nacional caracter nacional. E preciso lutar contra essa geração desinteressada, brilhante e ôca, sem ligação simbólica como o meio e o momento, nem com possibilidades de atuar, para inverter em valores concretos, [...](sic)<sup>517</sup>.

Martins Napoleão era um intelectual profundamente preocupado com as questões ligadas à educação, isto se comprova com a sua reforma do ensino quando era diretor de educação, no início da interventoria de Landri Sales. O debate em torno da educação foi recorrente em vários aspectos de sua atuação e produção. Sobre o excerto acima, ele chama atenção para que os jovens tenham mais atenção e dedicação aos valores pátrios como disciplina para fomentar o crescimento e o fortalecimento do país. Segundo Martins Napoleão, os jovens estão mergulhados em coisas banais que não contribuem para sua formação, e sim para uma vida de degradação moral dos hábitos e costumes. No escrito, ele reconhece a importância e a inteligência dos jovens, necessitando ainda de uma orientação para consciência nacional.

---

<sup>517</sup> Revista *O Meio*. Ano I, nº 3. Jan/1935. p. 16.

É possível notar ainda, que Martins Napoleão toca em um conteúdo na primeira metade dos anos 30 que se tornará uma das maiores plataformas de ação do governo Vargas: a educação e a orientação, não somente de jovens, mas de todos os que estavam em idade escolar. As crianças serão o alvo principal desta ação, pois a criança de hoje será o jovem e o adulto de amanhã. Na fala do intelectual, a ligação do jovem com a nação é algo profundamente necessário, e o Estado precisava estabelecer mecanismos com suas instituições, principalmente o Ministério de Educação e Saúde, que vai desenvolver ações determinadas neste propósito.

Na mesma edição da revista *O Meio* em que está publicado o artigo de Martins Napoleão, temos um texto de Cunha e Silva<sup>518</sup>, com o título crítico de *Macacada*. Esse intelectual piauiense, que se dedicou ao magistério e ao jornalismo, percorria em suas escritas em revistas, almanaques, jornais e outros veículos de comunicação, temas de interesses gerais. No espaço da política, desempenhou uma ação forte com suas ideias expostas nos meios de comunicação por onde passou. Cunha e Silva era um intelectual com aguda visão, não só dos problemas internos do Piauí, mas com uma ótica externa muito refinada exposta em seus textos. Sobre o mencionado artigo de Cunha e Silva, passamos agora a expor alguns trechos que narram traços políticos dos anos 30.

A originalidade e a criação são qualidades superiores de uma raça, de um povo, de um indivíduo. Assimila-se para produzir melhor, pois não se compreende uma imitação, qualquer que ela seja, sem que haja a tendencia para um ideal de aperfeiçoamento. [...]. Agora, imitar-se sómente por entusiasmo e admiração, sem análise e sem crítica, cegamente, além de ser uma demonstração de inferioridade de inteligencia e de caráter, predis põe o indivíduo á inercia intelectual e á apatia moral. Povos creadores, inventivos, como, mais benemeritos da humanidade, são povos dignos de louros imortais e de glorificação eterna. Uma das graves falhas, pois, da exteriorização psicologica do povo brasileiro é a imitação cega, é a imitação cabotina [...]. Em política, atualmente, a macaquice está aos pinotes. Ha uma salada de ideologias, cada qual mais impropria para o Brasil dos nossos dias. Surgiram no Brasil, como surto de epidemias, batalhões de integralistas, com a camisa simbolica e os outros distintivos da farda, mas tudo isto por espirito de imitação, [...]. Praza

---

<sup>518</sup> Francisco da Cunha e Silva. n. Amarante (PI), 1904 – f. Teresina (PI), 1990. Professor, jornalista, romancista e cronista. Fez os seus estudos iniciais em Teresina e Niterói (RJ), ingressando no Seminário Salesiano Lavrinhas (SP), mas deixa o noviciado, pois não tinha vocação religiosa. Retornando ao Piauí, foi professor de geografia do Brasil e diretor do Colégio Liceu Piauiense. Professor de história do Brasil do Instituto de Educação Antonino Freire. Diretor da Casa Anísio Brito. Colaborou em *O Floriano*, *O Meio* em 1935. *Almanack Piauiense* (1937), *Zodiaco* (1943), *Caduceu* (1944), *O Pirralho* (1947). Nos jornais colaborou com *A Gazeta*, *Resistencia*, *O Dia*, *Jornal do Piauí*, *O Liberal*, *Opinião*. Redigiu *O Piauí* (1945), *A Folha* (1949), *A Luta* (1952), *Panóplia* (1954) e outros impressos. Membro das Academias Mafrensina e Piauiense de Letras e Instituto Histórico e Geográfico do Piauí. Publicou: *O Papel de Floriano Peixoto na Obra da Proclamação e Consolidação da República*; *A Odisseia do Cativo no Brasil*; *Gatos de Palácio*; *A República dos Mendigos* (romance, 1984); *Copa e Cozinha* (crônicas, e ensaios políticos, 1988). BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.538. *Passim*. Assinava suas matérias nos jornais e revistas como Cunha e Silva.

aos céus que a nossa cultura política se evolua para o bem da Patria e fraternidade de todos os brasileiros (*sic*)<sup>519</sup>.

O jornalista Cunha e Silva, ao colocar suas observações sobre os transcurtos das correntes políticas e suas ideias, deixa claro, alfineta que apenas copiam modelos sem realizar uma análise mais apurada de sua aplicabilidade no Brasil. Essa ação, segundo o jornalista, prejudica a capacidade de um povo de criar e inovar com suas próprias ações políticas, desenvolvendo no povo uma “inercia intelectual”, para usar seus próprios termos. A política para ele era o campo que mais absorvia essas ideias e práticas externas, o que ele denominou de epidemias, colocando como exemplo a ação dos integralistas, que segundo a narração do trecho, era uma prática de imitação.

O texto de Cunha e Silva ainda suscitam reflexões que o Brasil e suas políticas precisam de algo autêntico nosso, que precisamos desenvolver o país, com uma cultura política que leve em consideração os atributos particulares dos brasileiros. O Brasil precisava criar suas ações políticas levando em consideração as práticas do nosso desenvolvimento cultural, não apenas copiar o que vem de fora, pois para alguns, é mais elegante e civilizado apenas fazer essa transposição sem uma reflexão dos elementos internos. Cunha e Silva acreditava no desenvolvimento cultural e político do seu país, entretanto, para isso era preciso abandonar a aplicação de correntes externas, pois segundo ele, era uma “momice”.

Neste contexto, Higino Cunha ainda urdia reflexões sobre as relações do Estado com a Igreja, como podemos compreender quando escreve sobre o “fascismo integralista” e “clericalismo”, apontando ambos como “fenômeno paliativo”. Esse tema da relação entre a Igreja e o Estado gerou um trabalho intitulado *A Igreja e Constituição ou as Reivindicações Católicas e a Nova Constituição do Brasil*<sup>520</sup>. Segundo as apreciações publicadas na revista *O Meio*<sup>521</sup>, são tecidos vários elogios a inteligência aguçada de Higino Cunha, como sua escrita clara e profunda, pois segundo suas ideias contidas no trabalho, é ruim esta subserviência dos legisladores ao clero, com o intuito de mero interesse no poder da igreja e na sua relação com o eleitorado feminino. Portanto, o livro foi bastante elogiado pelos seus pares em relação a aprofundada reflexão realizada por Higino Cunha.

<sup>519</sup> Revista *O Meio*. Ano I, nº 3. Jan/1935. p.25-25.

<sup>520</sup> CUNHA, Higino. *A Igreja e Constituição ou as Reivindicações Católica e a Nova Constituição do Brasil*. Teresina: Imprensa Oficial, 1934. Não encontramos o referido trabalho nos arquivos pesquisados, apenas notas na Revista *O Meio* de fev./1935, sobre a apreciação da obra, sendo comentada por notas publicadas, no jornal *Correio da Manhã* (RJ), 19/01/1935 escrita por Heitor Lima; *Folha da Noite* (SP), 22/01/1934, assinada apenas com as iniciais B.P e no jornal *O Tempo* do Piauí em 19/01/1935, por Cunha e Silva, transcritas na revista nas páginas de 13 a 15. Ambas as matérias destacam a capacidade intelectual de Higino Cunha e sua importante análise na relação entre o Estado e a Igreja Católica.

<sup>521</sup> *Ibidem*. p. 13-15.

Na análise de Higino Cunha, havia um esforço para aproximar o Estado e a Igreja desde a Primeira República, que segundo ele, era um mal para a própria Igreja esta relação. O surgimento da Aliança Liberal e a Revolução de 1930, evidenciou uma identificação com esta relação, tendo como ponto forte a aplicação do ensino religioso nas escolas, como se observa no artigo a seguir da Constituição de 1934.

Art. 153. O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais (*sic*)<sup>522</sup>.

Para a reflexão de Higino Cunha, essa relação estreita entre o Estado e a Igreja não era interessante, pois a aplicação de ensino sem interferência da Igreja proporcionava um ensino livre, com mais aproveitamento da compreensão das ciências, e produzia no homem um conhecimento sem amarras. A nova Carta Magna do Brasil determinava no currículo um espaço específico para a disciplina de religião, sua aplicação se estabelecia em todas as modalidades de ensino, exceto no ensino superior.

Os intelectuais piauienses que se expressaram por meio de revistas, ocupando microcosmos diversos, tanto na capital, como nos municípios, exerceram um papel preponderante na construção de discursos em relação a política local como na nacional, destacando a necessidade de criar condições novas, não somente na política, mas na cultura em meados dos anos 30. Suas escritas tinham uma visão consistente e muitas vezes carregada com reflexões pessoais que envolviam uma decepção com o andamento da política local ou por condição pessoal, exercida pelo governo sob suas ações no ambiente político, social e cultural.

Foi nesse ambiente que Leônidas Melo assumiu o governo do estado do Piauí, diante de uma situação política que exigia um controle da situação interna, bem como uma articulação com o mundo externo. Isso envolvia as relações com as correntes políticas e as instabilidades inerentes ao apaziguamento político do país com a nova Constituição de 1934 e sua reflexão sobre um Brasil mais democrático, portanto, Getúlio Vargas e Leônidas Melo precisavam trabalhar em sincronia política para ambos colocarem em ação a política em seus territórios de governo. As condições de governabilidade passavam por uma articulação cultural na qual os intelectuais seriam tanto recepcionistas das ideias do período, como construtores de discursos e pronunciamentos que cimentariam os ideais do período.

---

<sup>522</sup> POLETTI, Ronaldo. *Constituição de 1934*. 3 ed. Brasília: Senado Federal. Constituições Brasileiras. v.3. p.139.



### 3.2 De governador a interventor: o alinhamento político de Leônidas Melo e a atuação dos intelectuais no Estado Novo no Piauí

Leônidas Castro Melo<sup>523</sup> era médico de formação e educador por vocação, o que facilitou seu trânsito em vários segmentos sociais do estado. Esse jovem barrense simbolizou o ideal de homem e cidadão daquele período, ou seja, vinha de uma família de classe média, comerciantes em cidade do interior, que viviam fora do mundo político. Conseguiu se formar na melhor faculdade de medicina do país, portador de competência inquestionável, tanto no estado como fora dele; materializava os principais elementos que a ideologia varguista procurava afirmar como o ideal de cidadão.

Sua trajetória política foi precedida pela sua atuação como médico no Piauí, em meados dos anos 20. Chegando ao Piauí exerceu o seu primeiro cargo público como delegado do Serviço Industrial Pastoril, em paralelo à atividade de médico, ganhando popularidade. Logo, nos anos seguintes passou a ser professor de história natural do Liceu Piauiense, atividade que exercia com grande desenvoltura. Com isso, despertou a atenção de Martins Napoleão, na época diretor de Instrução Geral do Estado, na interventoria de Landri Sales, que o convidou para ser diretor do Liceu Piauiense e logo em seguida, da Escola Normal Oficial, os dois principais estabelecimentos de educação do estado no período.

Essas atividades o aproximaram dos políticos e da política, frequentando as solenidades e as reuniões em torno do ordenamento partidário. Esses elementos, e outros, como os laços de amizade, propiciaram sua participação na organização do Partido Nacional Socialista no Piauí, o que conduziu sua participação nas eleições de 1933, concorrendo para deputado federal. Embora tenha tido uma votação expressiva, a legislação eleitoral deu diplomação para Hugo Napoleão, pois, segundo as normas, o mais votado do partido

---

<sup>523</sup> Leônidas Melo, depois de formado no Rio de Janeiro chega ao Piauí, depois de 8 anos ausentes, como médico particular do deputado federal Armando Burlamaqui, que no Rio de Janeiro deu grande apoio a Leônidas Melo. Essa sua estadia no estado com o político contribui para divulgar o seu nome como médico. Em Teresina, atuando como médico, além de delegado do Serviço Industrial Pastoria (1921), foi Conselheiro de Intendência de Teresina (1929-1932). Essas informações e outras da pesquisa foram colhidas da obra: MELLO, Leônidas de Castro. *Trechos do meu caminho – “memórias” à feição de autobiografia*. Teresina: COMEPI, 1976. Uma obra que narra períodos da vida de Leônidas Melo, entre elas a apresentação dos pais, passando por sua infância, adolescência, maturidade, vida profissional e política. Com opiniões emitidas por personalidades sobre Leônidas Melo, o livro possui as transcrições de recortes de jornais, cartas e telegramas que colaboram com sua escrita. A obra discorre até os anos 50. No livro é identificado por Leônidas de Castro Mello, com dois “l”, no sobrenome “Mello”. Optamos por preservar na referência, porém no decorrer do texto, usaremos um “l”, em Melo, pois várias fontes e documentos consultados apresentavam apenas um “l”, justificando nossa escolha.

minoritário teria que ser diplomado<sup>524</sup>. Essas atuações no espaço público e nas eleições oportunizaram seu acesso ao cargo de secretário geral do estado, função que lhe proporcionou um contato direto com o interventor Landri Sales e os demais agentes políticos do estado, um cargo de grande visibilidade de relacionamentos políticos.

A escolha de Leônidas Melo para governador nas eleições indiretas de 1934, da Assembleia Legislativa do estado do Piauí, foi uma escolha direta de Landri Sales, que poderia se candidatar a governador ou à senador, mas declinou das duas candidaturas. Leônidas Melo foi eleito sem problemas pela Assembleia Legislativa, assumindo o governo em maio de 1935, conduzindo as ações administrativas pautadas nas diretrizes da interventoria de Landri Sales<sup>525</sup>, que mesmo ausente, continuava um amigo fiel e conselheiro pessoal em várias questões que envolviam o estado na relação com o governo federal e na orientação administrativa estadual.

O período de governo que vai de 1935 a 1937 corresponde a continuidade das ações do interventor Landri Sales, e ao mesmo tempo, a implantação da marca pessoal do novo governador, acompanhando a política getulista. Vários membros do governo anterior também compuseram a administração de Leônidas Melo. Esse período é marcado pelas agitações políticas, como a revolta comunista, que convulsionaram a nação e exigiu dos estados da Federação uma articulação maior de alinhamento com a política federal.

Como exemplo da continuidade do desenvolvimento do estado pode-se apontar as manifestações à exploração da cultura do algodão no Piauí; várias personalidades do mundo político e intelectual buscaram externar apoio a esta cultura no estado e ao incentivo governamental a esta atividade. O intelectual e político L. Mendes Ribeiro Gonçalves, ex-secretário de Obras Públicas na interventoria de Landri Sales e então senador pelo Piauí durante o governo de Leônidas Melo, assim se pronunciou em seu artigo na edição especial para a *Revista Algodão*<sup>526</sup>, com o título *O algodão nas armas do Piauí*.

[...], o operoso governo do eminente sr. Cap. Landri Salles Gonçalves, preparando campos experimentais e de demonstração; distribuindo, pelos agricultores com

<sup>524</sup> MELLO, Leônidas de Castro. *Trechos do meu caminho – “memórias” à feição de autobiografia*. Teresina: COMEPI, 1976.p.219.

<sup>525</sup> PIAUHY. *Relatório apresentado ao exmo. sr. dr. Getúlio Vargas, M.D. Presidente da República pelo Cap. Landry Salles Gonçalves, Interventor Federal no Estado do Piauí 1931- 1935*. Teresina: Imprensa Oficial, 1935. Neste Relatório apresenta as transformações administrativas sobre a interventoria de Landri Sales, relativo às finanças, obras públicas, ações educacionais e de saúde do estado.

<sup>526</sup> *Revista Algodão*. nº13. nov.1935. Rio de Janeiro. Uma edição especial dedicada ao estado do Piauí, sob a direção de Alpheu Domingues e Nelson Lustosa. Em 1935 era o segundo ano de existência da revista e conforme a chamada da mesma era a primeira do gênero no país. A edição contava com várias informações econômicas e opiniões de personalidades sobre a economia do algodão no Piauí.

instruções especiais, sementes seleccionadas [...]. Nessa proporção, pelo interesse que ao assumpto vota o governador Sr. Leônidas de Castro Mello, tudo faz prever que, dentro em breve, o algodão piauiense avulte como parcella grandemente apreciavel na produção do nordeste<sup>527</sup>(sic).

L. Mendes Ribeiro Gonçalves deixou claro que o Piauí poderia se tornar um grande produtor desta cultura no país, principalmente na região Nordeste, passo inicial dado pelo interventor Landri Sales e com a continuidade do governador Leônidas Melo. O estado já havia estabelecido as primeiras ações com a criação de campos experimentais e a distribuição de sementes, bem como apoio aos agricultores dos municípios.

Na mesma revista, outros se pronunciaram, como o deputado federal Hugo Napoleão, ressaltando que o Piauí possuía clima e terras propícias para o desenvolvimento do algodão, porém, destacava que precisava melhorar o sistema de transporte e a estrutura do porto em Amarração<sup>528</sup>. João Bastos, secretário do Departamento de Estatística, como um profundo conhecedor da evolução econômica do estado, traz informações sobre como o apoio “[...] do governo do estado, deu eficiente resultado e foi imitado até pelos pequenos municípios, os quaes dão prêmios, a título de estímulo, aos maiores lavradores”<sup>529</sup>. (sic).

Nessa conjuntura, o governo dá continuidade e acentua o processo de um discurso de desenvolvimento, progresso, prosperidade e melhoramento, utilizando a notícia e seus caminhos diversos como jornais, revistas, livros, solenidades e outros meios que permitissem a propagação, no estado e fora dele, das transformações que estavam em curso no Piauí. Tanto quanto à narrativa de progresso, como a de um alinhamento político com a ampliação da ação partidária e as ações de repressão aos ideais subversivos, como o comunismo. Esses e outros elementos fizeram parte da pauta de ação do governo de Leônidas Melo.

A título de exemplo, o que se noticiava na imprensa nacional era um franco processo de desenvolvimento em curso no Piauí durante a administração de Leônidas Melo. Para isso, o governo contava muitas vezes com piauienses que há anos viviam fora do estado e desempenhavam uma ação de interlocutores das transformações que aconteciam no Piauí, pois estes estavam sincronizados com os fatos ligados à terra natal, tanto no âmbito cultural como no campo social, político e econômico. Entre estes mediadores piauienses podemos citar Berilo Neves<sup>530</sup> e Antonio Bugyja Britto<sup>531</sup>, ambos residentes no Rio de Janeiro e

<sup>527</sup> Ibidem.p.8.

<sup>528</sup> Ibidem.p.8. Atualmente Amarração (PI) é o município de Luiz Correia (PI).

<sup>529</sup> Ibidem.p.34. “Nos seus *Commentários sobre a estatística do algodão*”.

<sup>530</sup> Berilo da Fonseca Neves. n. Parnaíba (PI), 1901 – f. Rio de Janeiro (RJ), 1974. Farmacêutico e químico pela Bahia, Professor de português do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Crítico literário. Por volta de 1930 a 1935 foi um dos escritores mais populares do país, por seu ataque impiedoso às mulheres. Membro da APL, da Academia Parnaibana de Letras. Foi presidente do Tauring Club do Brasil, conselheiro da Associação Brasileira

estabelecidos profissionalmente, usufruíam de ampla circularidade nos ambientes culturais desta cidade com participação ativa no meio cultural.

Berilo Neves, cronista, romancista, poeta e professor de profunda crítica literária, tinha uma ligação romântica muito grande com a sua terra de origem. Os seus textos em relação ao Piauí expressavam um sentimentalismo saudável, através de uma crônica narrativa sobre os elementos do cotidiano. Esses e outros atributos lhe caracterizavam, não apenas como um grande observador do que acontecia no solo de sua terra natal, mas um divulgador dinâmico com sua escrita narrando as mudanças operadas naquela porção do território nacional. Como em seu artigo para a revista *Carioca*<sup>532</sup>, na matéria sobre “Brasil que nem todos conhecem - as nossas capitais” (sic), neste número a capital apresentada foi Teresina. Berilo Neves registra uma crônica especial para a revista, intitulada *Teresina, cidade adolescente*. Em seu relato faz uma alusão ao pouco tempo de fundação da capital<sup>533</sup>, do qual expomos o trecho a seguir:

Teresina tem o encontro irresistível das mulheres adolescentes. [...] E' uma cidade sem ruínas – o que vale dizer, uma cidade sem amarguras. E' muito nova para ter passado. O que se sabe é que o seu nome nasceu do desejo de homenagear a Imperatriz Thereza Christina – o que não impede que a capital piauiense seja republicana como poucas... [...]. O grande amigo de Teresina é o sol – um sol moço e rijo, entusiasta e brincalhão, que ama as tropéias no alto das torres e na face morena das mulheres. O sol nordestino é, por si só, de uma eloquência decisiva. [...](sic).

---

de Imprensa. Colaborou com diversos periódicos entre eles: *Almanaque da Parnaíba* (PI), *Gazeta* (PI), *O Povo* (CE), *Revista da Semana*, *O Malho*, *Careta*, *A Noite* e o *Jornal do Comércio*, todos do Rio de Janeiro e outras colaborações em diversos impressos. Publicou os contos: *Adão* (1929), *A Mulher e o Diabo* (1930), *Século XXI* (1934). *Língua de Trapo*, aforismo e paradoxos em 1934; *Cimento Armado* (1936), crônicas; *Eça de Queiroz* (195), ensaios. *O Diabo em Férias*, *Pampas e Cochilas*, *Caminhos de Damasco*, *O Espírito Cristão na Formação da Independência Nacional*. Cf. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.394. *Passim*.

<sup>531</sup> Antônio Bugyja de Sousa Britto. n. Oeiras (PI), 1907 – f. Rio de Janeiro (RJ), 1992. Bacharel em direito pela Universidade do Brasil. Foi suplente de Carteiro dos Telégrafos (1921), comerciário, professor, revisor do jornal “*O Piauí*”, funcionário público estadual em Teresina. Escriturário das Alfandegas do Recife e Rio de Janeiro. Cofundador de *O Lábore* (1926) e do *Cenáculo Piauiense de Letras* (1927). Colaborou em *O Piauí*, *A Imprensa*, *Gazeta*, *A Revista* de Teresina (PI), no *Almanaque da Parnaíba*. No *Diário de Pernambuco* em Recife, no *Jornal do Comércio*, *Diário Carioca*, *O Malho* e *Vida Doméstica* no Rio de Janeiro. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. Escreveu: *Muralhas* (1934), versos; *Miridan* (1961), *Zabelê* (1962), ambos lendas indígenas; *Itains* (1976), crítica; *Quatro Escorços Biográficos* (1978); APL na Cadeira nº12, crítica literária (1981); *Desajustes e Desajustados* (dois volumes, narrações 1984); *O Piauí e a Unidade Nacional* (História, 1976); *Narrativas Autobiográficas* (Memórias, 1977); *Traços em 5 Biografias*, crítica em 1987; *História da Inglaterra do Pequeno Artur*, de Lady Callcott, tradução em 1989; *Três Artífices do verso*, crítica (1991); *As Histórias do Menino Catônio* (1992), Além de trabalhos jurídicos. Cf. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.86. *Passim*.

<sup>532</sup> Revista *Carioca* (RJ). nº13. 18/01/1936. p.4-5.

<sup>533</sup> A primeira capital do estado do Piauí foi Oeiras, em 1852, foi transferida para uma área próxima à Vila do Poty, as margens do rio Parnaíba. Ou seja, uma cidade que nasceu planejada. O topônimo da cidade trata-se de uma homenagem a imperatriz Teresa Cristina Maria de Bourbon, esposa do imperador Dom Pedro II. O nome da cidade é a contração das palavras Teresa e Cristina.

Mais adiante, na mesma crônica, Berilo Neves ressalta que:

Em Theresina, o sol é um mestre de energias e um animador de realizações.... [...]. Nos últimos 10 anos, a capital piauiense, que já era uma cidade nova, resolveu ficar novíssima. Tomou-se cheia de vibração e de juventude. [...]. Espanejou-se ao sol do progresso. [...]. Uma anedota estúpida impingiu ao Brasil, durante quase duas décadas, a noção errônea de que o Piauí era, todo ele, um boi eternamente morto e eternamente engraçado. O “meu boi morreu” ficou sendo o hino grotesco do Estado. Não se podia falar no Piauí sem vir à baila a pilheria sediça. Agora, urge enterrar, definitivamente, esse boi fatídico. O boi pôde ter morrido, mas o Piauí vive – e vive de um modo por que os outros Estados, infelizmente, ainda não conseguiram viver ... [...]. O Piauí, é um Estado cheio de pitoresco e de graça nativa. [...]. O homem piauiense é trabalhador e honrado. [...]. Essas virtudes refletem-se, magnificamente, no ar asseado da capital piauiense. [...]. Outro traço característico da vida piauiense é o amor aos livros. A instrução, no Piauí, é um capítulo que honra os dirigentes do pequeno Estado. [...] <sup>534</sup>(sic).

A escrita do intelectual Berilo Neves é rica em nostalgia, metáforas e jogo de palavras que buscam apenas enaltecer o objetivo central do texto, que é falar de Teresina, uma capital jovem, que não carrega desprazeres por ser “adolescente”, sem vivência, imatura, portanto, um território a ser construído e trilhado pelo desenvolvimento. Um estado que tinha na educação uma bússola dos governantes. Essas narrações de Berilo Neves sobre a sua terra natalícia vai ser uma constante durante todo o período getulista.

Ainda sobre a crônica de Berilo Neves, podemos inferir que o autor procura um novo enquadramento da memória <sup>535</sup> dada ao estado quando se refere à música popular celebrizada em relação ao Piauí, “O meu boi morreu”, que segundo o intelectual transformou-se no “hino grotesco do Estado” (sic). Essa cantiga popular, segundo o autor, fomenta um pensamento negativo sobre o Piauí, como um grande curral criatório de gado, impedindo a construção de uma memória rica de elementos nativos e de erudição. Evidenciando que:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas, assim como a exigência de justificação discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado, é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos <sup>536</sup>.

<sup>534</sup> Ibidem.p.4-5.

<sup>535</sup> POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, vol. 2. nº13. 1989. p.3-15. O termo enquadramento da memória, é compreendido como um fenômeno que se alimenta do material fornecido pela história, limitada pela credibilidade dos discursos sucessivos.

<sup>536</sup> Ibidem. p.9-10.

O enquadramento da memória, proposto por Berilo Neves, traz uma Teresina iluminada, sem medo de viver nas trevas, pois o sol é sempre irradiante. Mesmo tendo o nome em homenagem a um membro do Império, era uma cidade republicana alinhada à “ordem e ao progresso”, um povo ordeiro e honesto que faz do Piauí um estado próspero. As palavras de Berilo Neves originam subsídios para a construção de novos discursos, não apenas em relação a capital, mas ao estado como um todo. Uma luta para reconstruir uma memória relacionada ao progresso impregnado de novos ideais da nova República.

Bugyja Britto, diferentemente de Berilo Neves, tinha na sua produção intelectual elementos fortemente relacionados ao local de nascimento, que permearam temáticas ligadas ao folclore, a biografias, história, romance, crítica literária, economia e outros. Ou seja, sua terra de berço, formada por fatos e homens, foi sua imensa fonte de inspiração, ou melhor, foi um escritor imerso nos meandros do seu estado de origem. O texto de Bugyja Britto a seguir, descreve o estado do Piauí em consonância com o que ocorria no Brasil na segunda metade dos anos 30. O artigo vai discutir aspectos do desenvolvimento e das potencialidades econômicas do estado.

O Piauhy na comunhão nacional – O Piauhy digo sem medo de errar, é a unidade da Federação mais brasileira que há, tomando-se a expressão no sentido ethnographico propriamente dito. [...]. A carnaúba pode resistir ás seccas mais intensas e duradouras conservando-se sempre fresca a verde. As raízes tem o mesmo valor theurapêutico que salsaparrilla. O tronco produz madeira forte [...]. Outro producto portador de riquezas incomparáveis é o babassu. [...] O Piauhy pela sua privilegiada situação de fornecedor de produtos de base tropicaes, está fadado ao ser um dos maiores contribuinte da grandeza nacional<sup>537</sup>(sic).

A matéria de Bugyja Britto *O Piauhy na comunhão nacional* no referido jornal carioca, exalta aspectos da colonização e da formação do Piauí, destacando sua economia interna, com a carnaúba e o babaçu. Ambas as atividades extrativas de grande potencial econômico e de resistência a seca. Nas palavras do erudito piauiense, essas plantas além de favorecer a integração do Piauí a economia nacional, propiciam ao estado conviver e tirar vantagens durante o período de estiagem prolongada, utilizando-as de inúmeras formas, confirmando os adjetivos dados à carnaúba, mas que podemos acrescentar ao babaçu o de “árvores da vida”. Bugyja Britto reforça seus argumentos com dados da produção estadual, comparando-a à nacional, e como em franco crescimento diferenciando-se no cenário econômico do país.

<sup>537</sup> Jornal *Diário Carioca* (RJ). *O Piauhy na Comunhão Nacional*. 17/05/1936. p.22.

Os intelectuais Berilo Neves e Antonio Bugyja Britto simbolizavam o perfil dos intelectuais da década de 1930, uma inteligência aplicada ao espaço de modernização do país. Esses intelectos agiam com a criação de linguagens que traziam em seu conteúdo os conceitos que norteariam os discursos varguistas para estabelecer a unidade nacional, como progresso, modernização, desenvolvimento, brasilidade, nacionalidade, civismo, unidade nacional entre outros.

O governo de Leônidas Melo enfrentou alguns obstáculos em conjunto com as ações do governo federal, entre eles o combate à proliferação das ideias que eram catalogadas como subversivas para o governo Vargas, como as correntes da Aliança Integralista Brasileira (AIB), Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a bandeira maior de combate, o comunismo. O comunismo se transformou na principal ideologia combatida pelo regime Vargas, como da escrita de vários intelectuais que cercavam o regime. Sobre as atividades subversivas e da ANL, assim se pronunciou o governador Leônidas Melo:

**REPRESSÃO AO COMUNISMO** Antes mesmo de assumir o Governo, já era do meu conhecimento a existência, em nosso Estado, de pessoas que se diziam adpetas de Carlos Prestes. Posto que em reduzido numero, trabalhadores, ás claras, na propaganda subversiva do regimem. [...]. Avizado, embora, inumeras vezes, de que havia aqui o **complot** armado contra os poderes constituídos, disposto á execução de actos materiaes ainda assim, formulava duvidas ao meu espirito. Mas os acontecimentos de Novembro e as sydicancias procedidas, me trouxeram infelizmente, a certeza decepcionante de que o Piauhy estava também articulado ao plano geral, que infelicitaria a terra e os lares brasileiros. [...]. **COMBATE AO COMUNISMO.** Os seus adeptos haviam-no dissimulado, a principio, com a fundação do partido político, denominado Alliança Nacional Libertadora. Sob calôr de agremiação partidária, legalmente constituída, como reconhecimento da personalidade civil, vinha a Alliança Nacional Libertadora preparando a campanha subversiva da ordem política e social do Paiz, num movimento, habilmente dirigido, e conjugado em todas as unidades federativas. [...] <sup>538</sup>(sic).(grifo do autor).

Na fala do chefe do poder executivo estadual, o estado brasileiro estava sob ameaça do comunismo, todavia, a princípio, mesmo tendo conhecimento destas ações em todo o território nacional, imaginava que o Piauí estava livre de ações mais profundas deste pensamento político. Entretanto, o Levante Comunista de 1935 foi a ação que deu ao governo de Getúlio Vargas argumentos para agir com mais firmeza, implantando as condições para um governo com uma linha dura. Isto significou para Leônidas Melo que o Piauí estava perante ameaça da ideologia comunista.

Leônidas Melo combateu o comunismo e as demais ideias que faziam oposição ao governo Vargas de forma enérgica, realizando vigilância, censura, prisões com abertura de

<sup>538</sup> PIAUHY. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Piauhy, 1º de Junho de 1936, pelo Exmo. Sr. Governador Dr. Leônidas de Castro Mello*. Teresina: Imprensa Official, 1936.p.37-38.

processos que buscavam imprimir as punições necessárias aos atos cometidos. Isto só foi possível porque o varguismo conseguiu a partir de 1935 aprovar leis que davam ao executivo federal poderes quase irrestritos, uma situação que criava um “[...] ’estado de guerra’ quando ocorressem manifestações, em qualquer parte do território nacional, que subvertessem as instituições políticas e sociais”<sup>539</sup>.

As ações do governo de Leônidas Melo relatadas na *Mensagem* de governo de 1936<sup>540</sup>, descrevem uma relação de presos que estavam envolvidos em atividade de sedição em vários municípios, principalmente em Teresina e Parnaíba. Esta última cidade, por ser uma cidade de intensa atividade comercial e que possuía um fluxo econômico com o restante do Brasil, era alimentada por informações e notícias que chegavam de todo o mundo. Além de contar com vários estabelecimentos comerciais que empregavam muitos trabalhadores. Na *Mensagem*, relata que todos “[...] já estão a responder processo, no Juízo Federal”<sup>541</sup>. Entre os presos constavam nomes conhecidos da sociedade civil e intelectual, como<sup>542</sup> Odonel Leão da Rocha Marinho, um apoiador da campanha da Aliança Liberal e da Revolução de 1930 no estado, de Aldy Mentor Couto Mello<sup>543</sup> e de Francisco da Cunha e Silva, grande colaborador da imprensa, residente em Amarante, município do Piauí.

Cunha e Silva tem sua trajetória ligada a atuação jornalística e intelectual com temáticas provocadoras como civismo, patriotismo, nacionalismo e a defesa de uma cultura pátria, dentre outras<sup>544</sup>. Contudo, sua inclusão no rol de presos por ações subversivas deveria estar relacionada a sua escrita com conteúdo questionador e em uma ação mais independente dos indivíduos. Esses pensamentos estavam todos sob vigilância, principalmente depois da ação comunista de novembro de 1935. Logo, Cunha e Silva se tornou alvo da ação do estado no patrulhamento das ideias contrárias ao regime de Getúlio Vargas.

---

<sup>539</sup> PANDALFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. p.13-37. In.: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.) *O Brasil republicano - o tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 a ao apogeu do Estado Novo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. O Brasil Republicano 2. p. 33.

<sup>540</sup> PIAUHY. *Op. cit.*, p.45 - 46.

<sup>541</sup> *Ibidem*.p.45.

<sup>542</sup> *Ibidem*.p.45.

<sup>543</sup> Aldy Mentor Couto Mello. Nasceu no Maranhão, formado em Direito em São Luís em 1929, depois se transferiu com a sua família para Parnaíba (PI). Nas décadas de 1930 e 1940, sua trajetória está relacionada à militância comunista no Piauí. Essas informações e sua trajetória política e sindical estão no Capítulo III, tópico 3.5. *O sindicalismo de resistência dos vermelhos: vestígios de trajetória de Audyr Mentor*. p.162-178, parte da dissertação de SANTOS, José Mauricio Moreira dos. “*União, força e trabalho*”: trabalhadores, mutualismo e sindicatos no Piauí 1900 – 1945. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História do Brasil. Universidade Federal do Piauí (UFPI), 2015.

<sup>544</sup> Estes assuntos estão em várias crônicas publicadas no jornal Gazeta e outros periódicos na década de 30 e 40.



Sobre a ação da ANL e da AIB no Piauí, essas siglas partidárias tinham núcleo em Teresina e Parnaíba e se utilizavam do jornal *O Libertador* (PI)<sup>545</sup> para divulgar suas ações políticas. O núcleo mais ativo das ações da ANL e AIB ficava em Parnaíba, por concentrar um maior número de trabalhadores, visto tratar-se do maior polo comercial da época, tendo em seu entorno diversos sindicatos, reduto natural destas doutrinas<sup>546</sup>. Em Teresina, a composição da ANL era formada por profissionais liberais, como jornalistas, professores e outros.

Nesse contexto, os correligionários do governador Leônidas Melo e do PNS do Piauí, organizaram uma solenidade no Teatro 4 de Setembro e no Palácio do Karnak, sede do governo estadual, acompanhada por vários discursos<sup>547</sup> de exaltação ao governador e ao presidente Getúlio Vargas. Essa foi uma tentativa de fortalecer o partido, assim como o governador, que também era o líder do partido no Piauí, diante da instabilidade política e social das ações de sublevação naquele momento. A esses eventos de congratulação política, diversas personalidades se fizeram presentes, representando não só os três poderes, mas toda a sociedade civil, trabalhadores e a Igreja Católica.

As expressões orais estavam recheadas de conteúdo patriótico, no entanto, todos convergiam para o apoio irrestrito às ações do presidente Vargas e do governador Leônidas Melo assim como ao combate das ideias nefastas ligadas ao comunismo. Esse momento de confraternizações fora organizado em torno de dois dias de solenidades e conagraçamentos políticos e institucionais. Dom Severino Vieira de Melo<sup>548</sup>, Bispo do Piauí, em nome da Igreja Católica e da sociedade piauiense, destacou no primeiro dia o desenvolvimento do estado em vários setores, como educação, saúde, melhoramento do transporte entre os municípios, ampliação da malha ferroviária.

Nas palavras para agradecer o apoio, o governador destaca que o momento foi recheado, não só de civismo, mas de amor ao Piauí, conclamando todos a se unirem, não apenas em torno do estado, mas do Brasil, perante a liderança de Getúlio Vargas. Aqui o

---

<sup>545</sup> *O Libertador*. Publicado em Teresina. Órgão da União Nacional Libertadora, sobre direção de Leão Marinho. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.296.

<sup>546</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A aliança nacional libertadora no Piauí. p. 17-21. In.: *Revista Caderno de Teresina*. Ano 2. nº 6. Dez/1988.

<sup>547</sup> PIAUHY. *Partido nacional socialista do Piauí*. Discursos pronunciados por ocasião das manifestações feitas ao Sr. Dr. Leônidas Castro Mello, governador do estado, nos dias 15 e 16 de novembro de 1936. Teresina: Imprensa Oficial, 1937. Este material é composto por vários discursos de sujeitos que representavam diferentes seguimentos, como: Lindolfo do Rego Monteiro (prefeito da capital), Mirócles Veras (prefeito da cidade de Parnaíba), Major Gayoso e Almendra (presidente da Assembleia Legislativa), Heráclito Sousa (representando a comunidade “jovem síria”), Des. Cromwell Barbosa de Carvalho, Antonio Chaves (Delegado dos funcionários públicos), vereador Ney Baumann (Sindicato Trabalhista) e outros.

<sup>548</sup> *Ibidem*. 4 -7.

governador, além de um político, se fez um arquiteto intelectual do governo, utilizando as palavras não apenas como um político comum, em torno das conquistas governamentais, que o aproximou do povo, mas criando por meio de uma linguagem que conduzia a uma unidade nacional. Analisemos um trecho que colabora com estas afirmações.

[...] Senhores!... Estejamos atentos na defesa da Patria! Combatamos todos os credos extremistas, rubros ou verdes, quaisquer que sejam as suas cores! Defendemos a Republica Brasileira! Defendemos a Democracia Liberal! [...] entre na campanha com o seu contingente pessoal! [...] É necessário que cada brasileiro tome resolução desassombrada de combate franco e decisivo a todos as ideologias subversivas do regimen. [...]. O momento nacional está a exigir definições de responsabilidades e atitudes. Aproveitemos esta hora de alto civismo, em que estão presentes todos as classes representativas de nosso Estado, para declaramos de publico o apoio do Piauihy, apoio irrestricto, administrativo e político, a sua Excia. O Sr. Presidente Vargas<sup>549</sup>(sic).

Neste agradecimento do governador Leônidas Melo às manifestações de apreço e de apoio a sua ação como governador, explora a relação do indivíduo com a pátria, mencionando a importância dessas relações. Afirma que a responsabilidade não somente do Estado, enquanto política de governo, mas das pessoas que compõem estes espaços, como responsáveis primordiais pela sua defesa e integridade nacional. Nesse momento, insere o cidadão como coparticipante no processo e na defesa da unidade nacional.

O civismo era um elo que unia a todos no processo de crescimento do estado e do país. Isto era possível pois existia uma linha de conduta tanto administrativa, quanto política, orientada pelo pensamento de Getúlio Vargas, do qual o governador Leônidas Melo era partidário e seguia sem restrições as orientações do presidente da República. Nessa linha, colocava o partido e suas bases para contribuir nesse processo, não apenas para ajudar nas ações legislativas, mas na organização de forças para combater a propagação do comunismo.

Outra mensagem oral muito eloquente foi a do prefeito da capital, Lindolfo do Rego Monteiro<sup>550</sup>, proferida no Palácio do Karnak, no segundo dia de homenagens ao governo de Leônidas Melo. O prefeito de Teresina caracterizou-se como um dos maiores colaboradores do governo, conseqüentemente, do getulismo no estado. Lindolfo Monteiro, como prefeito da

<sup>549</sup> *Op. cit.*, p.12 e 15.

<sup>550</sup> Lindolfo do Rego Monteiro. n. Teresina (PI), 1896 – f. Teresina (PI), 1974. Médico e político. Foi diretor da Casa Anísio Brito, da Caixa Econômica Federal no Piauí, do Departamento de Saúde do estado. Professor da Escola Normal Oficial do estado. Médico pediatra. Prefeito nomeado da capital (01/02/1936 a 11/11/1945). Fatos de sua administração à frente da municipalidade: construção do Mercado Modelo e do Estádio Lindolfo Monteiro, remodelação da Praça Pedro II, inclusive a construção das galerias de escoamento de águas e esgotos; ampliação da Praça Rio Branco; construção do Parque da Criança e da Bandeira, localizados respectivamente na Praça João Luís e Deodoro. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003*. Teresina: Editora Halley, 2003.p.269. *Passim*.

capital, transformava a cidade em um espaço de progresso, uma espécie de cartão de visita para mudanças iniciadas com o governo de Landri Sales e tendo continuidade e incremento na administração de Leônidas de Melo, como pode ser observado em uma parte de sua fala:

[...] Feliz o povo que se inspira na voz de seus bons Governos. No entrechoque continuo de todos os dias, resulta o destino das nações. [...]. No meu modo de ver, ha no momento em que vivemos, - tres formas de Governo: o governo de um só homem sobre toda a massa. O governo da massa sobre um só homem. O governo em que o homem e a massa se misturam. [...]. A primeira representa a força na sua mais ampla espectacularidade – é o regime da tyrannia sobre a franqueza dos homens. A segunda é a anarchia, a desordem, cujos detentores do poder não são mais do que criaturas fracas e abatidas pelo vendaval das circunstancias. A terceira é a ordem, é o equilibrio, é a acção dos homens serenos sobre os homens na estreira bonançosa da paz e da concordia. [...]. Como governo tyrannico destacamos a flammula vermelha do Communismo. [...]. Não ha civismo. Não ha padrão de glorias. Não ha religião. Não ha homens nessas plagas de Moscou. [...]. Ha, porém, uma grande e notavel superioridade ao Communismo é doutrinar sob a bandeira do Sigma que assenta os seus fundamentos basicos em Deus, Patria e Familia. Descambando do credo vermelho, do hithlerista, fascista ou integralista, observamos os governos, cuja regime se apoia apenas, no prestigio das suas tradições. [...]. Desse grupo de governos fracos e humilhados, sahiu, gloriosamente, admiravelmente, graças a Salazar que imprimiu uma nova forma de governo tomando por base quasi exclusivamente, a situação economica e financeira, o heroico – Portugal, cuja bandeira já tremulou, dominando numa immensa parte do globo. [...].<sup>551</sup>(sic)

Nas palavras do prefeito Lindolfo Monteiro, só há uma forma de governo diante das tribulações em que o mundo estava passando, que era a aquela na qual se associavam o governante e o povo, em busca de um equilíbrio baseado nas tradições. Acrescenta que as doutrinas ganharam espaço na sociedade, cada uma com suas posturas e ideologias de ação, como AIB, ANL, comunismo e outras. Algumas doutrinas tinham conteúdos que facilitavam uma aproximação maior com o povo, pois em seus princípios de ação e persuasão carregavam elementos sociais expressivos e caros para o equilíbrio social, como “Deus, Pátria e Família”, se referindo ao Integralismo.

O interior dessas doutrinas afastava o homem de sua integridade com o Estado, civismo, patriotismo e outros elementos de união. Todos eles merecem ser combatidos de forma veemente, por parte do Estado e dos governantes, assim como pelo povo. Lindolfo Monteiro em sua fala carregava uma série de elementos atuais para a época, conduzindo toda uma reflexão e inserindo algumas transformações em curso para combater esse avanço de teorias terríveis para o Estado.

Ainda sobre o pronunciamento de Lindolfo Monteiro, no fragmento acima cita o contexto político português em que Antônio de Oliveira Salazar, como presidente do

---

<sup>551</sup> Ibidem. p.27-28.

Conselho de Ministro de Portugal, implanta uma ação eficaz para combater o comunismo. Com a aprovação da Constituição Portuguesa de 1933, foi-lhe dado amplos poderes, conduzindo ao regime pessoal de governo que se concentrava em ideias autoritárias, antiparlamentares, anticomunistas e outras. Esse regime ficou conhecido como salazarismo ou Estado Novo português. Em sua fala o prefeito faz também uma menção ao fato de que o governo português encontrou um caminho a seguir em um ambiente turvo, tanto na política como na economia.

As palavras do dirigente estavam sendo providenciais, pois o Brasil entrava em uma conjuntura que conduzia o governo de Getúlio Vargas para uma decisão política, que culminou no Estado Novo. Essa postura política exigia dos seus colaboradores apoio e que se transformassem em partícipes do processo, não como atores coadjuvantes, mas como protagonistas executores de ideias, e do compartilhamento do ideário a ser divulgado com o desenrolar dos acontecimentos a partir de 1935, ano da Intentona Comunista. Ou mesmo do ano de 1934, com aprovação da Constituição em vigor, à qual Getúlio Vargas tinha sérias ressalvas.

Ambos os discursos de Leônidas Melo e Lindolfo Monteiro, simbolizavam uma ação política de exposição em torno das ideias de Getúlio Vargas. Suas falas são apropriadas no contexto dos acontecimentos que surgiram a partir de 1934, com opiniões que já começavam a questionar os rumos tomados pela Revolução de 1930 e as mudanças que ainda não tinham sido implantadas pelo governo Vargas. Eles exerciam a função de homens políticos, mas também de políticos intelectuais, existindo em suas ponderações políticas, elementos agregadores para o delineamento de um discurso que buscasse unir em torno da construção de uma unidade nacional.

Outro orador que se fez presente neste momento de celebração política, representando a identificação entre a união do Estado e as classes trabalhadoras<sup>552</sup> foi o vereador Raimundo Ney Baumann<sup>553</sup>, um líder operário que trilhou, além de uma carreira classista, uma atividade política na Era Vargas. Sua fala é interessante pois representa a ressonância dos trabalhadores para com os seus governantes, em um período em que a doutrina comunista era a principal

---

<sup>552</sup> Cf. ASSUNÇÃO, Rosângela. *A política trabalhista na Era Vargas e a construção da memória dos portuários de Teresina (1930-1954)*. Dissertação. Políticas Públicas. Universidade Federal do Piauí (UFPI), 2005.

<sup>553</sup> Raimundo Ney Baumann. n. Teresina (PI), f. 1894. Prestigioso líder operário e político. Destacado desportista. Presidiu a Federação Piauiense de Futebol. Foi Prefeito Municipal de Campo Maior (PI), 21/04/1942 a 9/06/1943 e Alto Longá (PI). Vereador da Câmara Municipal de Teresina (1935), Delegado do IPASE. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003*. Teresina: Editora Halley, 2003.p.55. *Passim*. Cf. Prefeito Ney Baumann - Por Celson Chaves. <https://portaldeolho.com.br/de-olho-na-historia/prefeito-raimundo-ney-baumann-por-celson-chaves/>. Acesso em: 10 de set. 2021.

inimiga do Estado varguista, e encontrava nos trabalhadores um *corpus* de absorção natural desta ideologia. Em seu discurso afirma que:

[...]. O operariado e os trabalhadores, de modo geral, vivem satisfeitos porque vêm tendo o que mais almejam. As inúmeras realizações do Governo do Estado e dos municípios, na administração de V. Excia. vêm dando regularmente o que mais necessitam as classes soffredoras; ellas, o que mais almejam, é Trabalho e Instrucção, estes dois pontos de vista que estão sendo, com muito criterio, zelados pela administração de V. Excia. Dizem os mestres que a “organização do Trabalho é o fundamento da harmonia social” e que a “Instrucção e Educação é a Arte de habilitar o homem para a vida”. [...]. Sr. Dr. Leonidas de Castro Mello, com as armas: Trabalho e Instrucção, V. Excia. contará política e administrativamente, com os Operarios e Trabalhadores, unidos dentro da ordem e do direito, [...] <sup>554</sup>. (*sic*).

O discurso de Ney Baumann enfatiza que entre as realizações de Leônidas Melo, o que marcou profundamente a classe trabalhadora, além das inúmeras realizações executadas nos municípios, foi a atenção dada à educação para os trabalhadores. Essa ação, na fala do representante dos trabalhadores, significava criar as condições para a harmonia desta classe de operários, bem como privilegiar e incentivar os trabalhadores em prol de conhecimento para desenvolver com excelência suas ações no campo do trabalho. As feições em torno do Trabalho e da Educação tornam-se as condições essenciais para o homem no contexto de sua vida, nesta relação o governo estava produzindo bons resultados. As ações do governo Leônidas Melo, estavam criando as condições para um processo de “espírito agremiativo”, como ressalta Ângela de Castro Gomes, a seguir:

Em nosso país, devido a estas circunstâncias, cumpria ao Estado “fazer progredir o povo”, esclarecendo os trabalhadores e criando neles o espírito associativo que ainda não possuíam. Aqui, cabia ao Estado organizar o sindicato e cabia ao sindicato promover o espírito agremiativo entre os trabalhadores. Por esta razão histórica, eram centrais o papel desempenhado e as responsabilidades enfrentadas pelas lideranças sindicais <sup>555</sup>.

As palavras de Ney Baumann em seu discurso contemplam as reflexões da passagem acima, em outros termos, trabalhadores piauienses foram atendidos com um “espírito agremiativo” pelo governo de Leônidas Melo, a exemplo, com políticas relacionadas ao trabalho e ao processo educativo. Neste contexto, o papel desempenhado por Ney Baumann estava associado a uma liderança sindical que criava uma ponte não apenas de comunicação, mas de ações entre o estado e os trabalhadores piauienses.

<sup>554</sup> PIAUHY. *Op. cit.*, p.67-68.

<sup>555</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.p.222.

Ou seja, com referência ao discurso de Ney Baumann<sup>556</sup>, podemos afirmar que o governo de Leônidas Melo tinha o apoio não da totalidade dos trabalhadores piauienses, mas de uma parte considerável. Pois o líder sindical tinha influencia no sindicalismo da capital e dos demais municípios e procurava desempenhar uma ação de conciliação com o estado<sup>557</sup>. Em sua narrativa, deixa claro que na qualidade de representante de vários sindicatos e obreiros do estado estava interligado com o discurso do governo. Para o governo, era um caminho que permitia uma mobilidade política mais segura por ter ao seu lado a maioria das entidades classistas do período.

A fala de Ney Baumann ainda comporta uma reflexão sobre o contexto da intelectualidade, ou seja, o sindicalista e a noção de intelectual, bem como sua relação com a política. Ney Baumann tinha a capacidade de organizar os homens em torno de si e o contexto que estava a sua volta, característica que o enquadra como um intelectual<sup>558</sup>. Essa sua função possibilita incorporar as massas trabalhadoras ao discurso de Leônidas Melo e conseqüentemente, no contexto da ideologia social varguista. A relação do sindicalista e sua penetração nos canteiros do governo lhe permitiu ampliar sua ação política, do sindicato para as esferas do poder legislativo municipal da capital até o universo de chefe do executivo municipal de Campo Maior, com a instalação do Estado Novo.

Toda pessoa é um intelectual, porém, sua inserção na sociedade é o que vai diferenciar sua ação e em qual contexto é essencial para se enquadrar neste pensamento. Por isso é que a função dos intelectuais em uma sociedade de classe é primordial, como destaca Jefferson Barros<sup>559</sup>; vai permitir por meio de sua ação individual ou coletiva a construção de um tecido social mais uniforme no âmbito da política. Isso permite amenizar as divergências na implantação de novas transformações, que muitas vezes giram em torno dos interesses do poder e de uma classe que busca o bem comum, entretanto, esses dois extremos são separados

<sup>556</sup> PIAUHY. *Op. cit.*, p.67. Ney Baumann na abertura de seu discurso, afirma que: “ Na qualidade de representante dos Sydicatos de Officiaes e Praticantes Machinistas e do de Oleos e seus Derivados, ambos com séde em Parnahyba, deste Estado, e ainda como representante da Alliança Federativa dos Obreiros do Piauhy e da maioria da União Operaria Amarantina, com séde na cidade de Amarante e mais como representante de um grupo numeroso de operarios independentes desta capital e da cidade de Parnahyba, [...]”.

<sup>557</sup> SANTOS, José Mauricio Moreira dos. O sindicalismo conciliador dos Amarelos: o militante Raimundo Ney Baumann. p.178-192 *In*: SANTOS, José Mauricio Moreira dos. “*União, força e trabalho*”: trabalhadores, mutualismo e sindicatos no Piauí 1900 – 1945. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História do Brasil. Universidade Federal do Piauí (UFPI), 2015.

<sup>558</sup> BEIRED, José Luís Bendicho. A função social dos intelectuais. p.121-132. *In*: AGGIO, Alberto. (Org.). *Gramsci – a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Editora da Unesp. 1998. Coleção Prisma.p.125. Nesta obra organizada por Alberto Aggio, com prefácio de Leandro Konder, são apresentados um conjunto de artigos que discorrem sobre: Gramsci e a política; Gramsci contra o Ocidente; Gramsci e os intelectuais; e Gramsci, a América Latina e o Brasil.

<sup>559</sup> BARROS, Jefferson. *Função dos intelectuais numa sociedade de classe*. 2 ed. Porto Alegre: Editora Movimento, 1981. Coleção Dialética v.5. O texto debate a importância da inserção dos intelectuais em uma sociedade de classe.

por uma linha muito tênue, a qual o intelectual tem que se submeter, assumindo os bônus e os ônus do ofício das ideias.

Leônidas Melo tinha uma relação pacífica com a maioria dos sindicatos e por conseguinte, com os trabalhadores. Contudo, essa relação não diminuía sua preocupação com o comunismo, representava uma situação de inquietude no seu governo como podemos verificar no telegrama encaminhado ao Ministério da Justiça e Negócios e Interior (MJNI) que se transformou em um processo<sup>560</sup>.

Esse procedimento tinha como objetivo a transferência de presos para capital federal, que segundo o documento, eram superiores a 40 o número de presos, entre eles, havia integrantes da corporação do 25º BC, que estavam presos nesta unidade militar e outros no Quartel de Polícia e na penitenciária do estado. O governador frisa, no telegrama que compõe o processo, que tem receio de uma “evasão” ou mesmo um “levante”, pela relação dos presos e com essas instituições prisionais do estado, pois alguns eram oriundos destes estabelecimentos ou tinham fortes ligações com os integrantes destas corporações.

Vejamos uma parte do telegrama: “[...] NECESSIDADE REMOÇÃO ESSA CAPITAL OU OUTRO PONTO QUALQUER V. EXCIA. DETERMINE PT. [...]”<sup>561</sup>. Apesar disso, o governo federal por parte do Chefe de Polícia da capital federal, Filinto Müller, informa que “[...] resposta telegrama Vossencia solicitando transferencia esta Capital sentenciados extremistas communico devidos fins que em vista informação Chefe Polícia Districto Federal não é possível transferencia razão absoluta falta de acomodações pt. [...]”<sup>562</sup>. O telegrama, enviado pelo governo do Piauí e a resposta do governo federal, permite compreender a extensão das ações de repressão aos movimentos e atos subversivos e demonstra que o número de presos era considerável, ressaltando que deveria se somar a outros delitos, todavia é uma imagem das ações de polícia em todo o país.

Foram criadas várias entidades para coibir a atuação comunistas no país, entre elas, as Comissões Nacionais de Repressão ao Comunismo<sup>563</sup>. Segundo o sociólogo e historiador

---

<sup>560</sup> Processo 774/37 – Piauí. Secretaria do Estado da Justiça e Negócios Interiores/Diretoria da Justiça 1936. Arquivo Nacional (AN-RJ). CODES: Fundo: Ministério da Justiça e Negócios e Interiores (MJNI) 1933-1939. Subsérie: Regime de Intervensões: Caixa 80. Ano 1936. O telegrama e datado do dia 22 de novembro de 1936.

<sup>561</sup> Ibidem.

<sup>562</sup> Ibidem.

<sup>563</sup> Verbete. Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo. Órgão criado em janeiro de 1936, instalado no prédio do Ministério da Marinha sob a presidência do deputado Adalberto Correia, tinha por objetivo a coordenação do movimento anticomunista na tentativa de reprimir a atuação dos participantes ou simpatizantes da Revolta de Novembro de 1935. Cf. Disponível em: [www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comissao-nacional-de-repressao-ao-comunismo](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comissao-nacional-de-repressao-ao-comunismo). Acesso em: 09 set. 2021.

americano R. S. Rose<sup>564</sup>, esta primeira entidade de repressão ao comunismo teve como presidente o deputado federal Adalberto Correia. Para R. S. Rose, estas comissões buscaram investigar e fazer um levantamento de listas de pessoas que tinham envolvimento com as ideologias de esquerda em diversas regiões do Brasil, para criar informações para subsidiar as ações de repressão a essas ideias, como também evitar a sua propagação no território nacional. A seguir, apresentamos um quadro que representa um dos primeiros levantamentos de inimigos do governo com envolvimento com ideias extremistas.

Quadro 2 – Levantamento de inimigos progressistas nos estados brasileiros

<b>Alagoas</b>	<b>53</b>
<b>Amazonas</b>	<b>5</b>
<b>Bahia suspeito comunista</b>	<b>109 27</b>
<b>Ceará</b>	<b>9 a</b>
<b>Pará</b>	<b>14</b>
<b>Piauí</b>	<b>51</b>
<b>Rio de Janeiro Suspeito Comunista</b>	<b>210 116</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>402</b>
<b>São Paulo</b>	<b>121 b</b>
<b>Sergipe – esquerdistas presos</b>	<b>28</b>

Legenda: a = prováveis.

b = o registro teve início com todos os empregados da companhia Light & Power de São Paulo quando seus nomes chegaram ao SOPS. Catorze desses empregados já estavam fichados nos arquivos policiais.

Nota: Reprodução das primeiras contagens de inimigos progressistas em estados brasileiros.

Fonte: ROSE, 2001.p. 89-90.

Os dados constantes no levantamento do quadro acima retratam que os números de suspeitos no Piauí eram consideráveis em relação a outros estados da região Nordeste e as demais regiões do Brasil. Desse modo, justifica-se a ação do governador Leônidas Melo no telegrama encaminhado ao MJNI, requerendo urgência na transferência de presos. Acrescento a esse contexto a *Mensagem* de governo de 1936<sup>565</sup>, dando ênfase ao combate a essas ideologias no estado. Outro elemento que podemos inferir em relação às informações do quadro era que o governo estava trabalhando em sincronia como o governo federal realizando

<sup>564</sup> ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas – Getúlio Vargas e o controle social no Brasil/1930-1954*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Uma obra que percorre a trajetória de Getúlio Vargas com o seu aparelho repressivo resgatando sua trajetória política desde o Rio Grande do Sul até 1945, utilizando os aparelhos do Estado na ação da violência no controle social do Brasil, nos anos de 1930 a 1945. R. S. Rose faz parte de um conjunto de brasilianistas que pesquisam a Era Vargas sobre diferentes nuances, utilizando fontes primárias como base de suas pesquisas. Além de R. S. Rose temos: John W. F. Dulles, Robert M. Levine, Stanley E. Hilton, Thomas Skidmore, Paul Frischauer, Richard Bourne e outros.

<sup>565</sup> PIAUHY. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, 1º de junho de 1936, pelo Exmo. Sr. Governador Dr. Leônidas de Castro Mello*. Teresina: Imprensa Oficial, 1936.



as ações de vigilância ao comunismo, por isso comporta um número significativo de pessoas incluídas no levantamento.

Sobre o combate e a vigilância comunista no Brasil neste período, temos um rico documento que traz uma radiografia do Brasil, do ponto de vista de situações que poderiam afetar a situação interna e externa, relacionadas à política exterior; à instabilidade política interna, pelo movimento de adversários, tanto no contexto político, como das ideologias extremistas; à movimentação de ações políticas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, por exemplo, e outras informações estratégicas para a manutenção da ordem nacional. Esse documento está contido na correspondência<sup>566</sup> do general Pedro Aurelio de Góis Monteiro, material contendo cartas, relatórios, memorandos com detalhamento sobre o risco Brasil de ações políticas e ideologias contrárias ao governo.

Este material da inteligência militar produziu um relatório sobre a situação política do país, entre eles temos um identificado como Nota nº1<sup>567</sup>, com o título Sobre *a situação do sul do Paiz*, carimbada com termo “absolutamente secreto”. Esta nota técnica militar informa no item I que a situação do Brasil se agravava, necessitando tomar todas as medidas para uma estabilidade interna, tanto do ponto de vista político como social. Destacando que no item “II - Como fator constante do equilíbrio nacional, deve-se levar em conta o combate ao bolchevismo, sob qualquer modalidade, [...]”<sup>568</sup>. Assim sendo, o comunismo era o principal inimigo do país, que deveria orientar todas as suas ações de repressão para a paralização dessa ideologia no Brasil.

O estado do Rio Grande do Sul também merecia uma atenção especial por representar uma forte ação política contra os atos do governo federal e de onde poderia esperar uma forte oposição, podendo ocorrer uma articulação com outros estados. A Nota nº1 evidencia no item “[...] IV- [...], movimento mais amplo, encabeçado pelo Rio Grande do Sul e modelado no de 1930. [...]”<sup>569</sup>. Desse modo, necessitava de uma ação sólida por parte do governo, mas ressaltava que o Exército precisava se fortalecer, corrigindo as questões militares, como a estrutura física, armamentos, munições, ascensão de patentes, vencimentos, “[...] era preciso

---

<sup>566</sup> Correspondências/Memorandos. Arquivo Nacional (AN-RJ). CODES. Fundo: AS - Góis Monteiro. Série 2: Correspondência. Subsérie: 9-1936. Notação 280: Caixa 1276. Ano 1936. Corresponde a um conjunto de cartas, memorandos no total de 8 com datação de janeiro de 1937, todos com carimbos como: “secreto”, “reservado”, “amplo secreto” do Ministério da Guerra, Q. G. da Capital Federal.

<sup>567</sup> Ibidem. Nota nº1. 28/08/1936. p.1-3.

<sup>568</sup> Ibidem. Nota nº1. p.1.

<sup>569</sup> *Op. cit.* p.2.

acabar com a política no Exército para se fazer a política do Exército”<sup>570</sup> ou seja, melhorando a estrutura do Exército em toda a sua plenitude, para que este pudesse estar próximo ao executivo federal em uma necessidade de crise profunda interna ou externa. Esse documento era de conhecimento do general Eurico Gaspar Dutra, à época Ministro da Guerra.

O conjunto de oito memorandos, intitulado *Sobre a situação do Paiz*, que era identificado como “segredo”, relata aspectos diversos do Brasil e da situação internacional. Vejamos alguns trechos, existentes no *Memorandum nº1*:

I – Na previsão de acontecimentos que se poderão desenrolar desde a primeira metade do anno de 1937 – em virtude das circumstancias actuaes e das tendencias mais acentuadas no scenario político – convem atentar para os principaes factores que mais fortemente poderão intervir nas mudanças successivas de situação, no que interessa á ordem interna e ás questões internacionaes. [...] mais acertada quanto á política da União, sera aquella que permita a restauração e o fortalecimento, tão rapido quanto possível, de nosso poder militar debilitado, [...]. IV- Se o Brasil for compellido a uma posição de neutralidade em face de um conflicto geral, esta posição não poderá ser conservada por muito tempo e elle será forçado a associar-se a algum dos grupos em lucta; [...] não poderá ser outra senão os Estados Unidos da America do Norte. [...](sic).

No mesmo documento, mais adiante:

VI – [...] como ponto de vista da situação militar, no que concerne aos antagonismos regionalistas e ao surto de caudilhismo, além de certas causas motoras [...]. VIII - O pretexto essencial que irá servir de base para as agitações político – sociaes, consistirá, sem dúvida alguma, no chamado problema da sucessão do governo da Republica<sup>571</sup>.

A fonte é reluzente de informações que demonstram que o Exército brasileiro tinha um monitoramento de todo o território nacional. Essas informações são datadas de dezembro de 1936, ou seja, meses antes da instalação do Estado Novo e anos anteriores à ação de início para Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Isto deixa claro e evidente que havia no interior do corpo militar um grupo de pessoas que pensavam o Brasil, não apenas do ponto de vista tático de defesa e ataque, mas de inteligência estratégica eficaz, que conduziam informações profundas sobre as estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais do Brasil, como um todo.

<sup>570</sup> CARVALHO, José Murilo de Carvalho. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. p.55-81. In.: D’ARAÚJO, Maria Celina. *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/Editora da FGV.1999. p. 59

<sup>571</sup> Memorandum nº1 /dezembro de 1936. p.1-3.

O *Memorandum nº 7 D – outros Estados*<sup>572</sup> traz no seu conteúdo uma análise dos riscos de movimentos políticos nas demais regiões do Brasil, averiguando cada estado e suas particularidades de potencial para alguma ação política que pudesse comprometer a ordem nacional. No item “[...] g) Nordeste: PERNAMBUCO E CEARÁ. - Representam valor apreciável sob o ponto de vista da questão social, como focos de agitação e de divisão política.<sup>573</sup>”(sic). O escrito demonstra que alguns estados do Nordeste não são pontos a se pensar em uma revolta social, todavia em conjunto representam um perigo para unidade política, como podemos observar no item “h) MARANHÃO E PIAUHY. – Podem ser considerados no mesmo ról dos estados do Nordeste, com mais fraca potencialidade”<sup>574</sup>. Analisando o contexto geral todos os estados da Federação tinham o seu potencial monitorado, ou pelo governo federal ou por governos estaduais. Em conjunto se tornavam um risco maior, poderiam alterar à ordem relativa e a tranquilidade política do território nacional.

Observa-se nas correspondências do Fundo Góis Monteiro no AN<sup>575</sup>, uma verdadeira instalação de uma doutrina de segurança nacional. Os documentos trazem referência ao enfraquecimento do Exército ao longo da história e na necessidade de o Estado voltar-se para essa instituição no sentido de resgatar sua força e seu valor, por meio de investimentos, permitindo que a mesma possa responder com ações eficazes contra o comprometimento da segurança nacional. Neste contexto, o prestígio de Góis Monteiro ganha espaço no governo Vargas, estabelecendo a doutrina Góis, como assinalou Sergio Murillo Pinto<sup>576</sup>.

Os acontecimentos de 1936 e 1937, conforme os documentos acima e as análises de Dulce Pandolfi & Mario Grynszpan<sup>577</sup>, foram marcados por toda essa conjuntura política em torno do perigo comunista, as questões políticas do entorno do governador Flores da Cunha, a sucessão presidencial, acrescentamos ainda, a preocupação de manter nos demais estados um espírito de coesão em torno do governo Vargas, com apoio e o contato constante com os governadores estaduais.

Alguns intelectuais piauienses demonstravam suas inquietações e questionamentos particulares em relação aos rumos da Revolução de 1930. Em suas escritas e discursos orais, exigiam do Estado e dos seus governantes posturas mais efetivas em relação ao

---

<sup>572</sup> Memorandum nº7 /dezembro de 1936.

<sup>573</sup> ibidem. p.4.

<sup>574</sup> Ibidem. p.4.

<sup>575</sup> Arquivo Nacional (AN-RJ). CODES. Fundo: AS - Góis Monteiro. Série 2: Correspondência. Subsérie: 9-1936. Notação 280: Caixa 1276. Ano 1936.

<sup>576</sup> PINTO, Sergio Murillo. A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo. p. 291-307. In.: PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

<sup>577</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYSZPAN, Mário. *Da Revolução de 1930 ao golpe de 37: a depuração das elites*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1987.p.26.

desenvolvimento e ao progresso. Ou melhor, as lembranças revolucionárias de 30 e seu revivescimento constante na sociedade, já não eram mais suficientes para alimentar o desejo de transformações em torno do contexto político e social. Esse pensamento ficou evidente em 1936 nas comemorações da Semana Militar, na qual vários intelectuais piauienses se manifestaram sobre o contexto político.

A Semana Militar se revestia nos anos 30 de um momento cívico de muita pomposidade e de um ato público que arregimentava a população a participar deste ato patriótico. Era comum o convite a uma personalidade pública de destaque para fazer o discurso de saudação e reflexão em relação a atividade e ao serviço militar. No período que antecedeu a Semana Militar de 1936 e durante as comemorações desta, vamos encontrar na fala de alguns intelectuais suas intranquilidades cívicas diante da situação do Brasil.

No discurso do Des. Simplício Mendes, em 31/08/1936, na Faculdade de Direito, em uma palestra aos acadêmicos do curso de direito e para os demais presentes nesta solenidade, suas palavras destacam “[...]. O perigo está em não construirmos ainda uma nação perfeitamente organizada em bases solidas e firmes”<sup>578</sup>, mais adiante em sua fala acrescenta que: “[...] A palavra patriótica é de união e solidez nacionalista pelo preparo cívico-militar de todos os brasileiros conscientes [...]. E o serviço militar é dever de honra e sentimento de brasilidade”<sup>579</sup>.

Nas palavras de Simplício Mendes estávamos vivendo um período complicado, pois o Brasil ainda não poderia ser considerado uma nação organizada. Em suas palavras, o patriotismo do serviço militar era mecanismo essencial para tornar o Brasil de fato uma nação, não somente pelo fortalecimento do Exército, mas na conversão dos jovens em cidadãos com sua missão de servir à pátria mãe. Simplício Mendes já tinha sido apontado anteriormente pelos seus pares de ter tecido comentários negativos ao processo revolucionário de 1930, conseqüentemente, suas palavras soam como uma crítica a condução política do período pós-revolução.

Em seu texto *Na hora da Semana Militar – ligeira divagação sobre o dever*, o intelectual Celso Pinheiro<sup>580</sup> disserta sobre a importância do “dever” de servir a pátria e a seu

<sup>578</sup> MENDES, Simplício. Semana militar. p. 128-134. In.: *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina: Imprensa Oficial, 1937. Outubro. Anno XX, nº 16. p. 128-129.

<sup>579</sup> Ibidem. p.133.

<sup>580</sup> Celso Pinheiro. n. Barras (PI), 1887 – f. Teresina (PI), 1950. Escrivão de polícia, revisor da Imprensa Oficial, coletor estadual, professor da Escola Normal Oficial, chefe de expediente da Chefatura de Polícia e do Instituto de Criminalista. Jornalista. Redigiu *A Ideia* (1902), *A Esperança* (1903), *Andorinha*, *Arrebol*, *Mensageiro* (1904), *O Operário* (1906) e *Alvorada* (1909). Colaborou em *Litericultura* (1912), *Correio de Teresina* (1913), *A Notícia* (1913), *Coelho Neto* (1918), *Revista da APL*, *Almanaque da Parnaíba*, *A Revista* (1927), *Diário Oficial* (1931), *O Momento* (1933), *A Seleta* (1934), *O Meio* (1935), *Almanack Piauiense* (1937), *Revista do*

povo, sendo principalmente um ato de liberdade exercida pela ação do idealismo dos jovens no serviço militar e na defesa da democracia no Brasil. Tanto Celso Pinheiro, como Higinio Cunha, estavam decepcionados pelos horizontes traçados pelo Brasil após a Revolução de 1930. Como podemos verificar no fragmento a seguir de sua fala:

[...] já ai está, esclarecendo a todos, como uma arma eficiente das justas eleitorais, o voto secreto – único legado evolutivo da malfada revolução de 30, ou como melhor a definiu o nosso ilustre mestre dr. Higinio Cunha: “revolução falida, revolução às avessas, revolução como nunca houve em parte alguma do mundo civilizado! ...”. [...]. O Brasil, mais do que nunca, está carecendo de idealistas jovens e decididos, que o sabiam zurzir com as lavas cadentes do entusiasmo e de fé. [...] <sup>581</sup>.

Na comunicação de ambos intelectuais ficava evidente que suas impressões pessoais em relação ao contexto do Brasil pós-revolução de 1930 não eram positivas, pois os frutos plantados com o processo não foram colhidos como a anulação das oligarquias, progresso econômico e social, melhoria no sistema educacional e de saúde, dentre outros. Os dois, Celso Pinheiro e Higinio Cunha eram intelectuais que se serviam das entranhas do Estado, ou seja, ambos já tinham ocupado funções públicas em sua estrutura administrativa.

As transformações que surgiram provavelmente não excluíram somente os dois intelectuais, mas vários sujeitos ligados à cultura, principalmente aqueles que não alinharam o discurso com o governo em vigor. Alguns, como vimos no texto anterior, fizeram várias ressalvas às atitudes do interventor Landri Sales como político. Dessa maneira, a narração de Celso Pinheiro e Higinio Cunha, também estava carregada com este ranço político do antigo interventor.

Outro intelectual que também se fez ouvir nas comemorações da Semana Militar de 1936 foi Cristiano Castelo Branco <sup>582</sup>. Ele realizou uma conferência no dia 01/09/1936,

---

Ceará (1937), *Zodíaco* (1943) e outras. Conferencista, cronista, poeta simbolista. Um dos fundadores da APL, Publicou: *Nevrose*, parte do livro *Almas Irmãs*, em parceria com Raimundo Zito Batista e Antonio Chaves (1907), *Flor Incógnita* (versos, 1912), *Poesias* (1939), deixou inéditos prosas, discursos, conferências e obras do contexto político. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.446. *Passim*.

<sup>581</sup> PINHEIRO, Celso. Na hora da semana militar – ligeira divagação sobre o dever. p. 154-159. In.: *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina: Imprensa Oficial, 1937. Outubro. Anno XX, nº 16.p. 158-159.

<sup>582</sup> Cristiano Couto Castelo Branco. n. Teresina (PI), 1892 – f. Rio de Janeiro (RJ), 1983. Formado em direito pela Faculdade do Recife. Foi professor de francês no Liceu Piauiense e na Escola Normal Oficial. Juiz em Brejo (MA). Diretor Geral da Instrução Pública no Piauí de 1924 a 1930. Professor da Faculdade de Direito do Piauí. Procurador Geral de Justiça em 1931 e Desembargador de 1931 a 1939 e presidente do Tribunal de Justiça. Membro e presidente do TRE (PI). Cidadão Carioca (1960). Redigiu *O Cri-Cri* (1904). Colaborou com *Litericultura* (1912), *Correio de Teresina* (1913), *A Notícia*, Revista da APL, *Zodíaco*. Membro da APL e seu representante à Federação das Academias de Letras do Brasil, que presidiu de 1958 a 1961. Membro do Conselho Federal da OAB. Publicou: *Codificação Processual* (1920), *Razões de Advogado*, *Processo de Procurador Geral*, *Decisões Judiciárias*, *Homens Que Iluminam* (crítica literária, 1946), *Frases e Notas* (1957), *Sonetos*, *Escritos de Vário Assunto* (1968), *Últimas Páginas*. Sobre ele a APL escreveu *Cristino, Vida Exemplar*

traçando uma narrativa do panorama político do Brasil, destacando a importância do civismo, não somente na unidade de pensamento em torno do Estado, mas para a unidade territorial do Brasil enquanto nação. Segue alguns trechos de sua fala:

[...] Relevantíssima, porém, é a função social do Exército, que é, ou dever ser, a nação em armas, alerta, vigilante, para salvaguardar [...] sua honra, [...]. Todos ao serviço militar, isto é, todos á defesa da pátria e das instituições republicanas. [...]. Não necessitamos de recorrer aos extremismos que ameaçam subverter a estrutura política da Velha Europa, e que são apenas formas disfarçadas de ditadura, [...] incompatíveis com o idealismo constructor e sadio do homem das Americas. Creio nos regimes constitucionaes de ordem e de liberdade. [...], na Democracia, na Republica Democratica, [...]. Assim, melhorar, a perfeioar a Republica, harmonizando-a com as novas necessidades sociaes, decorrentes do progresso mundial, e não extingui-la – eis o problema político brasileiro. [...]. Mas, a Constituição não se cumpre. Durante quarenta anos falseia-se o regimen. As eleições más, ordinariaes, da Monarchia, passam a péssimas na Republica Federativa. [...]. Contra esse estado de coisas, contra a deturpação ostensiva do regimen, fêz-se, com derramento do sangue, e esperanças alvissareiras do povo, a Revolução de 30. [...]. Infelizmente, o retumbante movimento revolucionario não surtiu o efeito desejado. Delle nos ficaram apenas a melhoria do systema eleitoral, um fortalecimento maior do poder judiciario, e garantias amplas ao funcionalismo publico. Passado a vibração patriotica dos primeiros meses, [...] voltou quasi tudo ao antigo estado. [...]. Precisamos, também, das realizações Moraes. A cultuta do carácter, a cultura civia, [...]. A nação vale pelos seus homens<sup>583</sup>(sic).

A Semana Militar se revestiu nos anos 30 de um momento cívico muito ostensivo, elemento social em que o público era arregimentado a participar deste ato patriótico. O intelectual Cristino Castelo Branco exalta em sua conferência *Civismo...*, com toda a sua altivez e a sua imponência na escrita, afirmando o desejo da sociedade de mudanças republicanas e o despertar dos jovens para o ambiente em transformação, inserindo-os no processo com a necessidade de se engajarem no alistamento militar.

O serviço militar nos anos 30 destaca o fortalecimento do Exército visto que este é um contrapeso<sup>584</sup> na luta contra as oligarquias políticas. O regime Vargas reintroduz o discurso de fortalecimento do Exército brasileiro, inserindo novamente o nome de Olavo Bilac, o patrono do serviço militar como inspiração para os jovens. Este elemento foi lembrado por Cristiano Castelo Branco em sua fala. Ao mesmo tempo em que destacou a importância de enaltecer o civismo militar como elemento crucial na formação dos jovens como cidadão, também aproveitou para tecer críticas fortes ao período pós 30.

---

(1992). BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.119. *Passim*. Cristiano Castelo Branco era pai do jornalista Carlos Castelo Branco, o castelinho.

<sup>583</sup> BRANCO CASTELLO. Christino. *Civismo...* p. 88-96. In.: *Revistas da Academia Piauihyense de Letras*. Imprensa Official: Teresina. 1936. Anno XIX, nº 15. Dez/1936. p. 88-93.

<sup>584</sup> CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares. p. 341-345. In.: PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

As palavras do intelectual na defesa da República como regime são firmes e ao mesmo tempo alertas para as políticas tomadas até o momento, que não estavam fortalecendo o Estado, e sim fragilizando as instituições. Ao afirmar que a educação moral e cívica do povo era insuficiente para a transformação social esperada, têm-se a impressão de que o intelectual faz a defesa de uma ação mais extrema por parte do Estado com essa finalidade. Tal concepção de sociedade favoreceu que esse segmento social tivesse, se não uma posição alinhada à ideologia autoritária assumida pelo governo a partir de 1937, pelo menos um comportamento que não confrontasse diretamente com ela.

Em sua fala, o intelectual traz um testemunho sobre a Revolução de 1930 e suas expectativas deste evento para sociedade. Ao mesmo tempo em que aponta algumas melhorias assinala, contudo, que as expectativas não se concluíram, pelo contrário, o processo de mudanças sofreu um retrocesso, em suas palavras, “[...] voltou quase tudo ao antigo estado”<sup>585</sup>(*sic*). Logo, o Estado teria que agir de forma rápida e pujante, pois a educação cívica do povo foi insuficiente, isto dificultava o seu apoio e o seu entendimento diante das grandes transformações. A fala de Cristino Castelo Branco se traduz em um anúncio do período inaugurado em 10 de novembro de 1937, tornando-se mais uma data de exaltação e ponto de conexão de várias falas produzidas pelo grupo social dos intelectuais.

É interessante mencionar a fala de outro intelectual que se posicionou em relação ao universo cultural piauiense, entretanto, em sua narração apontou elementos políticos que não perturbavam somente o andamento administrativo, mas a vida intelectual do estado. Esse intelectual foi Martins Napoleão, colaborador ativo nas questões educacionais, um homem de cultura completamente envolvido no universo literário. Sua manifestação aconteceu na Academia Piauiense de Letras, vejamos uma parte dessa fala nesta instituição:

A vida intelectual, entre nós, de há alguns anos a esta parte, nitidamente se caracteriza por uma flagrante e brutal dispersão. Os que, vencendo a obstinada hostilidade do meio, conseguem produzir alguma coisa, fazem-no apenas tangidos por essa singular volúpia creadora do espírito, mas essas mesmas de enconcham num isolamento, que chega a pôr em dúvida a sêda afirmação da sociabilidade humana. [...]. Falta-lhes a válvula de escapamento da imprensa diária: o jornal, a revista, o magazine, já que o periodismo local, estelizado pelas diáteses de um partidarismo intransigente, mal se divide em folhas privativas de castas adversas de “intocáveis” [...]. A própria Academia, que manteve invejável e intensa atividade nos seus primeiros tempos, mal se arrastou depois, amparada às muletas da imortalidade, e, só agora, ao sôpro vulcânico do seu infatigável Presidente, espanca as cinzas do braseiro quase apagado reacende a custo a lareira morta na frieza nostálgica dos seus serões...[...]<sup>586</sup>.

<sup>585</sup> BRANCO CASTELLO. *Op. cit.*, p.93.

<sup>586</sup> NAPOLEÃO, Martins. Resposta do Sr. Martins Napoleão – senhor Mario Batista!. p.36-44. In.: *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina: Imprensa Oficial. 1937. Anno XX. nº16. Out/1937. p.36-37.

O caráter político para Martins Napoleão era um elemento importante de afastamento do intelectual de sua vida, em que a maioria não conseguia dar difusão a sua produção por falta de meios próprios ou simplesmente por uma tênue cadeia de impressos, como jornais, revistas magazine e outros. Os poucos periódicos que existiam pertenciam as agremiações políticas que não possibilitavam oportunidade, ou mesmo criavam em si um círculo de pessoas que o intelectual denominou de “intocáveis”. A própria a APL, canteiro de intelectuais e de produção cultural, estava vivendo um momento difícil. Destarte que a fala do intelectual traz em si um duplo sentimento de necessidade de mudança, um cultural, que promovesse os intelectuais e ao mesmo tempo os meios e espaços para suas produções, e outro em que a política tomasse novos horizontes que possibilitassem atuações mais democráticas na colaboração com a vida intelectual do estado.

Continuando na narrativa de Martins Napoleão, acrescentamos que esta mostrou o tom da necessidade de mudança na vida literária dos intelectuais, bem como na vivência política, “partidarismo intransigente”, que precisava ser alterado. Essa sonoridade, que expressa acima de tudo mudança, vai ser sentida por todos os meses do ano de 1937. Os intelectuais terão um peso importante nesse espírito, que busca inserir o novo repensar, não apenas na vida intelectual com a necessidade de meios para propagar suas produções, mas que o universo da política permita a participação de mais intelectuais nesse espaço de organização.

O ano de 1937 já se inicia com várias articulações nos estados promovendo novas aglutinações em torno dos grupos oligárquicos em direção ao poder pela via democrática. As oligarquias que já se encontravam fora do poder, desde a Revolução de 30, agora na campanha presidencial ameaçavam marcar novamente o cenário político brasileiro, pois se apresentaram como candidatos o paulista Armando de Salles Oliveira, pelo PRP, e o paraibano José Américo de Almeida, um antigo tenente que participara do processo revolucionário dos anos 30 e que fez parte do corpo administrativo de Getúlio Vargas, na pasta de Viação e Obras Públicas, um setor estratégico do governo. Ambos os candidatos trabalhavam para viabilizar suas candidaturas, tanto em torno dos partidos, como também buscavam apoio de Getúlio Vargas às suas pretensões eleitorais.

O contexto mencionado acima relaciona-se com os relatos de Getúlio Vargas contidos em seus diários, que compreendem os anos de 1930 a 1942<sup>587</sup>, pois esboça uma visão

---

Pronunciamento de resposta ao discurso do recipiendário do intelectual Mario Batista, em 3/04/1937 na sua posse na APL.

<sup>587</sup> Manuscritos registrados por Getúlio Vargas entre os anos de 1930 a 1942, no total de 13 cadernos, organizados em dois volumes: VARGAS, Getúlio. *Diário volume I 1930 – 1936*. São Paulo/Rio de Janeiro: Siciliano /FGV, 1995. v. I e VARGAS, Getúlio. *Diário volume II 1937 – 1942*. São Paulo/Rio de Janeiro:



panorâmica e com riqueza de detalhes da Era Vargas. Mesmo os livros narrando fatos até meados de 1942, observamos que os aspectos registrados tem consequências em todo o seu período de governo. Essas situações políticas eram inerentes a um governo que chegou ao poder pelo processo revolucionário, que precisava resolver as acomodações políticas e implantar ações administrativas que fizessem o país se desenvolver, como estava previsto na plataforma política da campanha da Aliança Liberal.

Portanto, a própria Constituição de 1934 trazia no contexto do anteprojeto e nos debates que sucederam sua aprovação, situações mencionadas por Getúlio Vargas como desconfortáveis para sua administração, como ele mesmo mencionou, no dia de sua aprovação, registrado em seu Diário, “Afim, chegou esse dia. Entre festas e demonstração de regozijo, foi promulgada a nova Constituição. Parece-me que ela será mais um entrave do que uma fórmula de ação.”<sup>588</sup>. Essa nova constituição promoveu em Vargas uma necessidade de alteração constitucional, que foi compartilhada com Francisco Campos, incumbido por Getúlio Vargas para lhe apresentar modificações.

No ano 1937, como consta em diversas passagens no Diário de Vargas<sup>589</sup> e em Aspásia Camargo<sup>590</sup>, por diversas vezes Getúlio Vargas foi orientado pelos ministros militares que a situação exigiria por parte do poder executivo uma ação mais enérgica para poder preservar a unidade da pátria. Questões como a reforma constitucional e a intervenção em alguns estados eram uma das pautas destas conversas administrativas com o setor militar. Getúlio Vargas, nas conversas políticas, sempre exercia uma posição de ouvir e observar mais e falar menos. Isto se comprova pela indefinição de Vargas entre ambos os candidatos que se apresentavam para a sua sucessão, bem como não permitia ligar a sua imagem ao movimento Integralista. Portanto, todos os acontecimentos demonstravam que a ação política de Getúlio Vargas era outra, a de continuar no poder, de uma forma mais centralista e que pudesse implantar com mais eficiência suas políticas para o Brasil.

Getúlio Vargas começa a desenhar mais claramente sua intenção à frente do governo e a se articular em torno de uma nova constituição que se adequasse ao novo governo almejado

---

Siciliano /FGV. 1995. v. II, trata-se de uma visão essencial da Era Vargas, pelos olhos e escrita de quem a comandou.

<sup>588</sup> VARGAS, Getúlio. *Diário volume I 1930 – 1936*. São Paulo/Rio de Janeiro: Siciliano /FGV, 1995. v. I, p.307.

<sup>589</sup> VARGAS, Getúlio. *Diário volume II 1937 – 1942*. São Paulo/Rio de Janeiro: Siciliano /FGV. 1995. v. II.

<sup>590</sup> CARMAGO, Aspásia et al. *O golpe silencioso – as origens da república corporativa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1989. Um livro escrito em cinco mãos, por Aspásia Camargo, Dulce Chaves Pandolfi, Eduardo Rodrigues Gomes, Maria Celina Soares D’Araújo e Mario Grynszpan, dentro das comemorações do centenário da República, traz uma análise profunda da instalação do golpe civil-militar de 1937, que instituiu o Estado Novo.

por ele e seus auxiliares mais próximos. Logo, a atuação de Francisco Campos, encarregado de analisar uma proposta de uma nova constituição para o país e com a orientação estratégica dos chefes militares, conduzida por Góes Monteiro e Eurico Dutra, que colocava ao seu lado o Exército brasileiro, Getúlio Vargas dispôs das garantias de êxito para o golpe em curso. O passo seguinte era buscar apoio dos estados federados para uma ação política de tamanha envergadura, como foi o golpe de 1937, que instituía o Estado Novo no Brasil, e Getúlio Vargas como chefe supremo da nação.

Podemos acrescentar que o Levante de 1935, promoveu uma instabilidade política, na qual o comunismo se tornava o inimigo número um do governo, que temia a propagação de dessas ideias no restante do Brasil, criando uma resistência maior ao governo e às suas medidas. Esse contexto terminou nutrindo a construção do chamado Plano Cohen, precedido por um estado de guerra e por criação de leis, como a Lei de Segurança Nacional, que permitia ao governo agir livremente em favor da preservação do Estado e da sociedade.

O estado de guerra foi estabelecido pelo decreto nº. 2005 de 2 de outubro de 1937, que declarava o estado de guerra por todo o território nacional, e estabelecia em seu artigo 1º “É equiparada ao estado de guerra, pelo prazo de noventa dias e em todo o território nacional, a comoção intestina grave articulada no país, com a finalidade de subverter as instituições políticas e sociais”,<sup>591</sup>.

Os condicionantes que precederam o Estado Novo estavam sendo colocados em prática. O passo seguinte foi uma sondagem aos governantes dos estados, que foram ouvidos, antes da decretação do novo regime, informando-os da situação que envolvia o país, e da real necessidade do apoio dos governantes estaduais para uma ação mais decisiva por parte do governo e do Exército. Para o Norte do país, o deputado federal Negrão de Lima foi incumbido de visitar os estados e expor pessoalmente a situação política a fim de ter, dos governantes desta região, o apoio às ações tomadas por Getúlio Vargas. Essa missão para o governo era essencial, pois trazia uma segurança maior aos planos traçados pelo governo.

Na passagem da referida missão ao Piauí, narrado por Leônidas Melo<sup>592</sup>, consta que no final do mês de outubro recebeu do diretor dos telégrafos no Piauí, um telegrama enviado por um cidadão que estava em uma missão reservada da presidência da República, e que estava a caminho da capital no avião<sup>593</sup>. O governador Leônidas Melo deveria aguarda-lo

---

<sup>591</sup> Decreto Federal 2005 de 12/10/1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-2005-2-outubro-1937-472109-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 de ago. 2021

<sup>592</sup> MELLO, Leônidas de Castro. *Trechos do meu caminho* – “memórias” à feição de autobiografia. Teresina: COMEPI, 1976.

<sup>593</sup> Era um hidroavião do Expresso Condor.

pessoalmente na coroa do rio Parnaíba, pois o aquele não iria se dirigir ao palácio, para evitar curiosos e despertar interpretações distorcidas.

Essa conversa sobre o telegrama gerou no governador discrição e sentimento apreensivo, pois os fatos narrados pelo chefe do telégrafo o deixaram muito preocupado, inclusive chegou a pensar que se tratasse de uma “cilada comunista”. O passo seguinte foi chamar o chefe da Casa Militar, Coronel Torquato Araújo, para comunicar que iriam os dois pessoalmente nesta missão e que o oficial fosse armado, pois estava muito tenso com o conteúdo do telegrama e das especificações em torno do encontro. Sobre este memento, temos a narrativa de Leônidas Melo em relação ao encontro com a missão política em Teresina.

Mais alguns minutos e ouvimos o barulho dos motores logo seguido do aparecimento do avião. [...] fez a hidroplanagem, pousando suavemente. [...]. O mesmo bote que nos levou à coroa conduziu-nos ao avião que ficou pousado um tanto ao largo. Ao aproximar-se notei um rosto próximo à vidraça. Sorriu e acenou-se com a mão, em amável cumprimento. Era Negrão de Lima. Já nos conhecíamos de há muito, de minhas viagens ao Rio [...]. Virei-me para Torquato e disse-lhe: - Esteja tranquilo, conheço o homem. Fique no bote à minha espera. A porta do avião se abriu, Negrão de Lima veio a meu encontro. Trocamos cordial abraço. A tripulação recolhe-se à cabina. Ficamos sós e Negrão falou: - Leônidas, ando em missão do Presidente da República, absolutamente reservada. Já estive com vários governadores e tenho recomendação de conversar também com você. O Presidente da República considera grave a situação nacional e julga necessário a adoção de um regime de Governo que fortaleça o Poder Executivo e dê-lhe condições de enfrentar o perigo que nos ameaça. Está disposto a dar um Golpe de Estado, de feição ditatorial, mas sem derramamento de sangue. O Presidente quer conhecer o pensamento dos governadores. Os que julgarem o golpe necessário e benéfico à Nação continuarão no Governo dos seus Estados, como Interventores. [...]. - Negrão, disse-lhe eu, o Presidente tem inteira razão e creio que todos os governadores sentem a necessidade de fortalecimento do Poder Executivo. Com a atual agitação política e subversão da ordem por infiltração comunista pouco poderá fazer um Governador em benefício do Estado que governa... - Então é esta a sua resposta? - Negrão, esse é o meu pensamento e apoiarei o ato do Presidente. - Pois aguarde o Golpe que será dado possivelmente a quatro de novembro. Penso que tudo irá correr tranquilamente pois as Forças Armadas acham que a situação nacional não permite nem comporta no momento a realização de eleições, e o Presidente conta com o seu apoio <sup>594</sup>.

O trecho retratado é longo, mas carrega uma riqueza de detalhes nas memórias de Leônidas Melo que ilustram o contexto em que o Estado Novo foi anunciado e a adesão do Piauí ao projeto político de Getúlio Vargas. A missão tinha o objetivo de conversar pessoalmente com cada governador para que o ato tivesse êxito e as articulações dos estados continuassem a fluir, agora sob a forma de um novo regime. Neste novo momento, o teor da

<sup>594</sup> MELLO. 1976. *Op. cit.*, p.276-277.

conversa deixava claro para os governadores que se tratava de um novo regime com “feição ditatorial”, em que Getúlio Vargas se tornaria o chefe supremo, com respaldo dos governadores eleitos, que iriam se tornar nesta nova fase interventores estaduais. O governador Leônidas Melo com suas palavras de apoio ao projeto do governo do presidente Vargas, confirma o alinhamento do Piauí ao processo político em questão.

Na memória de Leônidas Melo, sobre o contexto histórico que precede a instalação do Estado Novo, observa-se que as lembranças narradas no seu contexto individual são contextualizadas por grupos de referências, mas também pelo esforço de um sujeito. Isso significa que a memória individual, como afirma Maurice Halbwachs:

[...] não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. Não é menos verdade que não nos lembramos senão do que vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, isto é, que nossa memória não se confunde com a dos outros. Ela é limitada muito estreitamente no espaço e no tempo<sup>595</sup>.

A memória individual de Leônidas Melo sobre seu relato acima, foi construída com base em sua vivência dos acontecimentos que encabeçaram o novo regime de Getúlio Vargas. Memórias pessoais que reconstróem fatos históricos e iluminam o caminho trilhado, não somente no Piauí, mas pelo Brasil, nessa conjuntura política que inaugurou uma divisão de período na Era Vargas, ou seja, a história apreendida também forja nossas memórias. Assim, nos anais de lembranças de Leônidas Melo sua existência lhe permitiu substanciar seus traços autobiográficos com detalhes de informações não apenas no ambiente piauiense, mas no contexto nacional, eventos que se completam.

Ainda sobre a missão de Negrão de Lima, no Diário de Getúlio Vargas consta uma narração a 5 de novembro de 1937, melhor dizendo, 5 dias antes da instalação do Estado Novo. Em sua escrita relata que estava preocupado com vazamento da missão ao Norte do país, e criava entre as forças armadas um clima de instabilidade, como podemos verificar no trecho.

O acontecimento sensacional do dia foi a nota do *Correio da Manhã* revelando a missão do deputado Negrão de Lima ao Norte e fazendo comentários e intrigas com

<sup>595</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Vértice. 1990.p.54.

as forças armadas. Como a censura deixara publicar? Quem [fora] o responsável pela nota e pela publicação? Tomavam-se providências a respeito sem resultado<sup>596</sup>.

Essa nota publicada no jornal, causou no governo uma preocupação, pois as informações que estavam sendo veiculadas pela imprensa, eram sobre uma missão que tinha o caráter de ser secreta e poderiam atrapalhar todo o planejamento em torno da instalação do novo regime. A reação do governo foi a divulgação de uma nota na imprensa contradizendo a notícia de um possível golpe, essa articulação nos noticiários contou com a ajuda de Benedito Valadares, que procurava desarticular a notícia em torno da missão de Negrão de Lima na imprensa. Na nota que foi divulgada para os periódicos, o governo informava que a missão tinha como objetivo fazer uma consulta aos governadores, sobre o quadro sucessório que se aproximava<sup>597</sup>. Uma ação estratégica para não prejudicar as articulações em torno do projeto de implantação do Estado Novo.

Observa-se que no governo de Getúlio Vargas a censura já estava estabelecida ainda no momento constitucional, mesmo que de forma velada. Os veículos de comunicação ao mesmo tempo que poderiam favorecer seu governo e seus planos, poderiam criar dificuldades e se tornar, nas mãos dos seus adversários, um instrumento poderoso de ataque as suas ações políticas. Nesse momento, o sentimento de controle e a necessidade de criação de uma agência de comunicação que pudesse veicular e trabalhar à sua imagem correu em paralelo em conexão com a instalação do novo governo.

A partir deste momento, como menciona Getúlio Vargas no referido Diário, a precipitação do movimento já estava conhecida, e em torno dos militares se criava intrigas que poderiam prejudicar o plano já traçado anteriormente, pois a atuação dos militares no processo era essencial para o êxito do golpe. Em relação às horas que antecederam o golpe de 1937, assim expressou Getúlio Vargas: “[...], era preciso precipitar o movimento, aproveitando a surpresa. E assim se fez. Mandeí chamar em seguida o chefe de Polícia e o ministro da Justiça. Com este e o ministro da Guerra, combinamos todas as medidas”<sup>598</sup>. O que ocorreu após esse momento foi a assinatura da nova Carta Constitucional, a Constituição de 1937, e dar ciência à nação do novo regime, o Estado Novo.

Na manhã do dia 10 de novembro, ocorreu o cerco militar ao Congresso Nacional, o conseqüente fechamento do poder legislativo e a dissolução dos mandados partidários. Os partidos políticos foram extintos, as eleições que seriam realizadas foram suspensas, as greves

---

<sup>596</sup> VARGAS. *Op. cit.*, p. 81. v. II.

<sup>597</sup> *Ibidem*.

<sup>598</sup> VARGAS. *Op. cit.* p.83. v. II.

e manifestações contra o governo foram proibidas. A instalação do regime centralizado na pessoa de Getúlio Vargas foi por fim, efetivada, com apoio declarado de alguns governadores anteriormente consultados, parlamentares, lideranças integralistas e dos chefes militares, generais como Eurico Gaspar Dutra e Góis Monteiro.

Sobre o cerco ao Congresso e o seu fechamento temos a manifestação do presidente da Câmara deputado Pedro Aleixo, em um telegrama encaminhado ao presidente Getúlio Vargas na manhã do dia 10 de novembro, assim narrados no livro *Um lutador Hugo Napoleão e sua época*<sup>599</sup>, que conta a trajetória de Hugo Napoleão.

Sr. Presidente da república. Palácio Guanabara. Rio de Janeiro. [...]. Com amarga surpresa verifiquei, hoje, que o edifício da Câmara dos Deputados foi ocupado por forças armadas. Divulgaram-se, logo depois, notícias de que o Governo da República havia expedido decreto de dissolução do Poder Legislativo. Não conheço os fundamentos de tão graves atos. [...] sinto-me no dever de levar até V. Ex<sup>a</sup> o meu protesto contra os referidos atos e espero que o Brasil saberá fazer justiça à honestidade, à fidelidade, à lisura, a operosidade e ao patriotismo dos seus legítimos representantes. Saudações atenciosas. Pedro Aleixo<sup>600</sup>.

Esta ação política de Getúlio Vargas não contou com o apoio do deputado federal piauiense Hugo Napoleão, que foi um líder da campanha da Aliança Liberal no estado do Piauí em favor de Getúlio Vargas e de sua plataforma política. Com a ação contra o poder legislativo, “[...] a dissolução do Congresso, o Deputado Hugo Napoleão ficará solidário com o protesto que o então presidente da Câmara dos Deputados, Pedro Aleixo, fizera, em telegrama dirigido ao presidente Getúlio Vargas. [...]”<sup>601</sup>. O ato político gerou apreensão em alguns, pois se criava uma incógnita na vida política brasileira.

A entrada do Brasil no Estado Novo estava dentro de um contexto de crises políticas, oriundas das tensões e conflitos sociais. Todos esses aspectos foram consequências de mudanças no cenário urbano e industrial, no âmbito das oligarquias regionais. O pensamento do Estado Novo argumentava que somente um “Estado Forte” poderia viabilizar a verdadeira democracia. Como coloca Silvana Goulart, “Ao negar a ordem consensual, esse pensamento pressupunha uma ideologia corporificada na ação do Estado que, como estrutura organizacional, situava-se acima da sociedade”<sup>602</sup>. É neste palco de agitações que surge o Estado Novo, oficialmente instalado no dia 10 de novembro de 1937, como podemos analisar

<sup>599</sup> NAPOLEÃO, Aluísio. *Um lutador Hugo Napoleão e sua época*. [S.L.: s.n.].1992.

<sup>600</sup> Ibidem. p. 261.

<sup>601</sup> NAPOLEÃO. *Op. cit.* p. 261.

<sup>602</sup> GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial – ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Editora Marco Zero/CNPq, 1990. p.16.

na apresentação de Getúlio Vargas da Constituição de 1937, criando assim a base jurídica para o novo regime.

Atendendo às legítimas aspirações do povo brasileiro, à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente agravamento dos dissídios partidários, que uma notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, a resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil. [...]. Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade<sup>603</sup>.

Desse modo, esta apresentação da Carta Constitucional de 1937 expôs as razões de Getúlio Vargas e de seus ideólogos para o golpe que promoveu o Estado Novo. No trecho são arrolados vários elementos nocivos que estavam prejudicando a nação. Entre eles a “desordem” e os “dissídios partidários”, que conduziram o país para um caminho de “luta de classes”, inserindo a Nação brasileira, nas palavras de Getúlio Vargas, na “iminência da guerra civil”. O Estado Novo seria a garantia de um processo de resolução dos conflitos sociais, ou seja, da unidade nacional, na construção da nacionalidade. O Palácio Guanabara no Rio de Janeiro, foi palco do discurso manifesto de Getúlio Vargas intitulado *A proclamação ao povo brasileiro*, na noite do dia 10 de novembro de 1937.

[...]. Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal de que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo, apenas, como abstração. [...] não existem órgãos apropriados através dos quais pudesse exprimir os pronunciamentos da sua inteligência e os decretos da sua vontade. Restauremos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação: - na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder e efetivos com que possa sobrepôr-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do Governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino<sup>604</sup>.

Em seu discurso, Getúlio mencionava que não havia instituições apropriadas em que o governo pudesse exprimir suas ações, como também a necessidade de autoridade para impor a ordem, que restauraria à nação sua integridade, que era o seu objetivo primordial no pronunciamento. Assim, mensurava que o valor constitucional não estava sendo respeitado por atritos internos e deixava suas ações para julgamento.

---

<sup>603</sup> BRASIL. *CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1937*. 1937, p.37.

<sup>604</sup> BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil – Segunda República (1934-1945) – Estado Novo (1937-1945)*. 3 ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v.V, p.272.

O ambiente do Estado Novo possibilitou a criação de várias instituições governamentais, estas chamaram os intelectuais a fazer parte deste processo de maneira direta, participando da estrutura pública, ou mesmo em seus locais de sociabilidades, como a imprensa, construindo discursos para legitimar o novo momento. Esse grupo procurava agir como mediador e construtor da imagem de Getúlio Vargas e do seu governo, intitulado agora de Estado Novo. Esta promoção estava alicerçada na nova fase do governo de Vargas, que dava ao povo o seu verdadeiro lugar, ou seja, no centro dos interesses da ação do Estado Nacional<sup>605</sup>.

A notícia chegou ao Piauí no dia 10 de novembro, pelo telégrafo e rádio, as informações e especulações ganharam corpo na sociedade e no ambiente do Palácio do Karnak. Os auxiliares e deputados mais próximos se dirigiam ao governador com espanto sobre o golpe do Estado Novo e começavam a indagar como ficaria o governo e as realizações em curso. Como descreve o próprio governador Leônidas Melo, quando do recebimento de um telegrama na noite do dia 10 de novembro no qual informa:

Governador Leônidas Mello – Teresina. Comunico a V. Ex<sup>a</sup>. Que o Governo, com apoio das Forças Armadas, acaba de promulgar nova Constituição, dissolvendo a Câmara e o Senado. O País entra, assim, num regime novo em que são assegurados os interesses da Nação. Comunicando a V. Ex<sup>a</sup>. o importante acontecimento espero que V. Ex<sup>a</sup>. sobre ele se manifeste com a necessária urgência. Cordiais Saudações. A) Francisco Campos, Ministro da Justiça<sup>606</sup>.

Como expressou o telegrama transcrito acima, o governador Leônidas Melo providenciou uma resposta rapidamente, e é de seu conhecimento que o país vive agora sobre uma nova Carta Constitucional, com a dissolução das duas câmaras legislativas. O telegrama é enviado com o apoio político do Piauí. Segue uma parte do texto que confirma o apoio do governador ao novo momento político: “[...] transmitir ao Governo que ora se constitui o integral apoio e solidariedade do Piauí e dispor de todos os meios e recursos ao alcance do Estado pt aguardo ordens e determinações que serão rigorosamente cumpridas<sup>607</sup>”. O envio desta resposta ao presidente Vargas era a confirmação da conversa tida anteriormente com Negrão de Lima, em visita na missão política ao Piauí.

<sup>605</sup> GOMES, Ângela de Castro. O redescobrimento do Brasil. p.109-150. In.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO; Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castros. *Estado Novo – ideologia e poder*. São Paulo: Zahar Editores, 1982. Política e Sociedade.

<sup>606</sup> MELLO, Leônidas de Castro. *Trechos do meu caminho – “memórias” à feição de autobiografia*. Teresina: COMEPI, 1976.p.280.

<sup>607</sup> Ibidem. p.282.



Pelo exposto, o que restava ao governador Leônidas Melo era aguardar as próximas ações tomadas por Getúlio Vargas e o alto comando do governo do Estado Novo. Este momento no Piauí foi de muita especulação, entre as indagações que circulavam era se o governador Leônidas Melo seria nomeado interventor, ou haveria uma nova indicação por parte do governo federal. Seria um piauiense ou estrangeiro? Alguns mencionavam que Leônidas Melo continuaria agora como interventor. Contudo, em um momento como este de um novo regime, tudo parecia ao mesmo tempo novo e cheio de incertezas.

Porém, Leônidas Melo, pela conversa mantida com o deputado Negrão de Lima em sua missão ao Piauí, tinha deixado acertado que aqueles que confirmassem apoio ao golpe, permaneceriam como interventores. Ainda assim, cauteloso, Leônidas Melo permanecia em silêncio sobre o teor da conversa com o referido deputado, aguardando novas informações do Rio sobre a condução em relação a direção administrativa do Piauí. Isso não lhe impediu de tomar algumas decisões, como a de manter a vigilância no Estado e combater quaisquer ideias que não fossem as construídas e publicitadas pelo Estado Novo. A exemplo do combate ao comunismo no Estado, ideia que já havia sido cimentada e ajustada em todos os sentidos desde o governo de Leônidas Melo. A passagem no jornal *Gazeta (PI)*<sup>608</sup>, a seguir comprova essa articulação.

O estado de guerra. Uma reunião da Comissão Executora. Na manhã de 12 deste mez esteve reunida no Palácio do Governo a Comissão. Executora do estado de guerra entre nós. [...]. Presidiu-a o Sr. Dr. Leônidas Mello, ilustre Governador do Estado. [...], compareceram áquella reunião os directores dos jornaes de Theresina, o da Fábrica < Ipiranga > - Sr. José Camillo da Silveira e, o Gerente da Fiação – Major Edmundo Genuíno de Oliveira. O Sr. Governador, usando da palavra, tractou da campanha que os nossos jornaes, e os directores daquellas Fábricas deviam desenvolver contra o communismo, - aquelles, publicando, obrigatoriamente, em todas as suas edições, qualquer coisa condemnando o credo vermelho, e estes instruindo diariamente os seus operários com idéias contrárias ao mesmo nefasto credo, e disse que censura á imprensa continuava a cargo do Sr. Chefe-de-Polícia. [...]<sup>609</sup>.

O estado de guerra foi declarado pelo decreto nº 2.005, de 2 de outubro de 1937, que estabelecia pelo prazo de noventa dias um estado de vigilância em todo território nacional, em decorrência do estado de “comoção intestina grave” em que vivia o Brasil, provocado pelo movimento comunista. Por meio deste estado de guerra, foi regulamentada pelo decreto nº 2.020, de 7 de outubro de 1937, uma comissão formada pelo Ministro de Estado da Justiça e

<sup>608</sup> Jornal *Gazeta (PI)*. nº1.189. 26/11/1937. p.1. Anno XXVII. Este jornal teve duas fases em Teresina (PI): a primeira quando surgiu em 1904 até o ano de 1915. A segunda quando ressurgiu novamente em 1926, permanecendo no cenário da imprensa piauiense até o fim do Estado Novo.

<sup>609</sup> Ibidem. p.1.

Negócio Interiores, que era o seu presidente, e nos estados os encarregados da execução do estado de guerra eram os governadores, no caso, Leônidas Melo.

Pela nota do Jornal *Gazeta* (PI), observa-se a mobilização do governador Leônidas Melo, no sentido de proteger o Estado do movimento comunista. Na reunião compareceram os representantes dos seguimentos da sociedade piauiense que poderiam contribuir com maior eficiência para combater as ideologias comunistas. No encontro foi decidido que os jornais deveriam veicular matérias e informações no sentido de combater as ideias e o “credo vermelho”. No ambiente da fábrica e da fiação, locais pela sua natureza de atividades que concentravam um grande número de trabalhadores e onde as ideias poderiam encontrar um campo fértil para se propagar, deveriam ser anuladas diariamente pelos administradores e proprietários esclarecendo aos operários do resultado deste “nefasto credo”, que estava sendo divulgado no país.

O momento que se configurou foi de muita cautela, pois tudo passaria por transformações e acomodações políticas, pois com a instalação do novo regime, tivemos a dissolução do Congresso que provocou um verdadeiro mal-estar no âmbito político brasileiro. A quebra do silêncio em relação ao nome dos interventores se deu na noite do dia 24 de novembro, quando o rádio comunicou a nomeação dos interventores nos estados. Nesta mesma data, o governador Leônidas Melo recebeu dois telegramas com os seguintes teores; o primeiro:

Rio, 24 – Comunico a V. Ex<sup>a</sup>. que o Sr. Presidente da República, nos termos do Artigo 176, parágrafo único, da Constituição Federal, acaba de nomeá-lo Interventor Federal neste Estado. Felicito a V. Ex<sup>a</sup>. pela alta distinção e desejo sua felicidade pessoal e êxito do seu Governo. Saudações Cordiais. a) Francisco Campos, Ministro da Justiça<sup>610</sup>.

O segundo telegrama:

Rio, 24 – Tenho a honra de comunicar que, por força do decreto de nomeação e comunicação transmitida nesta data, está V. Ex<sup>a</sup>. automaticamente empossado na Interventoria desse Estado. Para o registro do respectivo ato, basta uma declaração pessoal, no livro de posse do Governador do Estado. [...] <sup>611</sup>.

Nesse momento inaugura a interventoria de Leônidas Castro de Melo, que passa agora de governador a interventor federal no Piauí e governará até o fim da era Vargas no ano de 1945, somando 10 anos no poder e imprimindo sua marca na administração local; assegurando o alinhamento do estado ao projeto estadonovista de Getúlio Vargas. A

<sup>610</sup> MELLO. *Op. cit.*, p. 283-284.

<sup>611</sup> MELLO. *Op. cit.*, p.284.

nomeação deixava mais tranquila sua movimentação política, agora, o interventor Leônidas Melo, estava livre para tomar as decisões necessárias para participação do estado do Piauí no contexto do Estado Novo. Em carta enviada ao presidente Getúlio Vargas, em 06 de dezembro de 1937, o interventor agradece a confiança em sua nomeação e confirma sua dedicação das ações empreendidas pelo novo regime, como podemos ver a seguir:

[...] Logo, que recebi a comunicação de minha nomeação para interventor, telegrafei a V. Excia. agradecendo a confiança com que me distinguiu e honrou e reafirmando meu propósito de tudo fazer na espera de minhas atribuições para que possa eu ser um pequeno colaborador na grande e patriótica obra que V. Excia. vem realizando, para felicidade dos brasileiros. É meu desejo ir pessoalmente levar a V. Excia. a certeza de que o Piauí vai bem de que estará, como até hoje, sempre ao lado de V. Excia. [...] <sup>612</sup>.

Nesta carta encaminhada ao presidente Vargas, o interventor Leônidas Melo deixa claro que a obra patriótica iniciada pelo presidente precisava ser continuada, que o estado do Piauí estava colaborando e reafirmava sua ação pessoal nesse novo momento político. Na mesma carta, o interventor coloca que deseja pessoalmente ir a capital federal agradecer e colocar o estado do Piauí e sua interventoria à disposição das ações do presidente e do modelo a ser implantado pelo Estado Novo. Todavia, adverte que não poderia viajar pois o momento não era oportuno, pois as ações administrativas estavam sendo tomadas com as novas diretrizes constitucionais a serem adotadas. A ausência do chefe do poder estadual poderia criar uma certa instabilidade, ou mesmo ficar distante dos acontecimentos locais, em uma situação política que precisasse de suas decisões imediatas.

A nomeação dos interventores neste contexto do Estado Novo era completamente diferente dos interventores indicados nos pós-1930 para os estados. Esses interventores, indicados com a instalação no novo regime, iriam exercer nos estados uma administração ajustada com o governo federal, um poder executivo central forte e centralizado, na aplicação do projeto getulista de governo, pois o Estado Novo tinha como uma de suas características centrais, que precisava ser enaltecida, a imagem de Getúlio Vargas. Os interventores eram responsáveis pela aplicação de aspectos como o autoritarismo, o centralismo político, industrialismos, a promoção da propaganda governamental entre outros.

A consolidação do Estado Novo exigiu a construção de um corpo burocrático, militar e político subserviente a Vargas e desligado dos arroubos revolucionários dos

---

<sup>612</sup> Carta de Leônidas Castro Melo ao presidente Getúlio Vargas, agradecendo a nomeação como interventor em 06/12/1937. ARQUIVO NACIONAL (RJ-BRASIL). Fundo: Gabinete Civil da Presidência da República 1930 a 1945. SDE 35. Subsérie. Estados – Piauí. Lata 99.

primeiros anos. Eram necessários “quadros” formados à imagem e semelhança do próprio Vargas, capacitados para o exercício do poder. Esses homens exerceriam função de interventores, ministros, secretários de Segurança, chefes de polícia. [...] <sup>613</sup>.

O termo subserviente é forte, porém estava relacionado à orientação do projeto estadonovista de Getúlio Vargas que precisava ser implementado para encaminhar o Brasil para o progresso. Segundo a perspectiva estadonovista o atraso do país estava relacionado às ações que não foram realizadas em épocas antecedentes, resultado da ineficácia de governos anteriores, era agora necessário construir um Brasil forte e novo. Esse termo “novo” será aplicado e acreditado no Estado com bases nacionais de uma nova sociedade, nova ideologia, nova educação, nova saúde, novo trabalhismo, novas diretrizes culturais, um novo homem. Essas novas direções administrativas precisavam ser implantadas, por isso a atuação dos interventores, juntamente com os demais cargos que compõem a estrutura do governo federal e dos estados, era essencial para o sucesso do Estado Nacional.

A composição do corpo administrativo, encarregado de levar a frente as determinações do projeto estadonovista, foi composta por um grupo de colaboradores variados formados por intelectuais, burocratas, políticos e demais mediadores. Estes ocuparam diretamente as funções públicas ou participaram como colaboradores inseridos na sociedade em diversos espaços, entre eles, educacional, acadêmico, a imprensa, dentre outros.

Esta complexa ação na engenharia administrativa que se tornou o Estado após a implantação do novo regime, formada de pessoas que pudessem produzir diretrizes para a sociedade, era essencial para o sucesso dos planos de Getúlio Vargas e sua equipe, como coloca Ângela de Castro Gomes em seu artigo *O redescobrimento do Brasil*.

Em novembro de 1937 instaura-se no país um regime político que afirma inaugurar uma experiência única na história do Brasil. Assim, o Estado Novo, ou o novo Estado Nacional, procura articular uma política ideológica que assinala toda a grandeza de sua inovação e que legitime seu formato político-institucional perante todos os atores relevantes do sistema. [...]. Neste sentido, a elaboração e a comunicação de uma ideologia política legitimadora são tão fundamentais para o controle do comportamento político dos atores dominados quanto para assegurar a coesão no interior dos próprios grupos dominantes. O discurso político-ideológico elaborado no período do Estado Novo seria voltado para os atores do sistema político como um todo, identificando-os e traçando as relações sociais de poder que entre eles se estabeleceriam <sup>614</sup>.

Esses intelectuais, que podem se incorporar em universos tão diversos, serão os construtores da legitimação do “discurso político-ideológico” do novo regime perante a

<sup>613</sup> *Revista Nosso Século*. A Era Vargas 1930/1945 - Parte II. São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1985.v.6. p.55.

<sup>614</sup> GOMES. 1982. *Op. cit.*p.109.

sociedade, atuaram assim, Francisco Campos, na justiça; Gustavo Capanema, na educação e saúde; Osvaldo Aranha, nas relações internacionais; Lourival Fontes, construtor da imagem de Getúlio Vargas, mas também do próprio Estado Novo; Almir de Andrade, como elaborador de um espaço de divulgação e de debate em torno do novo regime, congregando outros nomes em torno da revista *Cultura Política*; Lindolfo Collor, no trabalho.

Outros nomes compuseram este corpo de legitimadores em torno de Vargas e de seu governo, pessoas que não ocuparam somente cargos públicos, mas se identificaram com o chamado de Getúlio Vargas a cooperar com um o discurso do varguismo, como um dever cívico, não só na capital federal, mas nos estados da Federação.

A ferramenta primordial deste novo momento foi a intensa propaganda política e uma produção cultural, principalmente contra o comunismo, na formação da unidade e da identidade nacional<sup>615</sup>. Este setor de comunicação e propaganda ganhou uma nova dimensão para que pudesse promover o novo regime, um novo homem, através da formação educacional que levasse as crianças a serem futuros cidadãos de um Brasil novo; de um país de povo saudável.

Em torno de Getúlio Vargas foi construída uma imagem associada a um sociólogo, antropólogo, médico, educador, legislador, psicólogo, juiz, inventor, pai dos pobres e tantas outras. Essa construção de homem completo e governante transformador e construtor de diretrizes que iria construir um novo Brasil para novos cidadãos, foram marcadas por intensa propaganda desenvolvida durante o Estado Novo e pela atuação dos estados neste contexto de recepção dos ideais estadonovista.

Neste processo, a corroboração dos estados era essencial para as ações de Getúlio Vargas, a confirmação do nome de Leônidas Melo para o cargo de interventor significava o alinhamento com o projeto estadonovista. A imprensa piauiense se manifestou favorável a essa notícia, e criou grandes expectativas de novos horizontes para o estado; Leônidas Melo, como governador, já realizava ações estruturantes e agora simbolizava a continuação destas mudanças devido a uma aproximação política maior com o poder central no cargo de interventor. Exemplar, nessa direção foi o *Almanaque Piauiense*.

O Novo Regime. [...]. Com o golpe vigoroso vibrado a 10 de novembro do anno próximo passado pelo Sr. Getúlio Vargas contra os extremistas apavorantes que nos rondavam os erros e baizezas da politicagem que sempre conduziu o Brasil á categoria bastarda [...]. Novos horizontes se abriram com perspectiva segura de que

---

<sup>615</sup> “Para Vargas, inculir um senso de identidade nacional afirmativo e comum a todos constituía-se no esforço prioritário de seu governo”. Cf. LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo, 2001.p.93.

desta vez uma trajetória [...] que tanto almejamos e da exploração das nossas riquezas [...]. No que concerne ao nosso Piauí, que é o que de perto nos interessa a escolha do Sr. Dr. Leônidas de Castro Mello para o cargo de Interventor Federal, feita pelo Getúlio Vargas, não podia ser melhor. Governador do Estado há mais de dois annos, sempre se destacando como um administrador na acepção do termo [...] na interventória, vem continuando a sua política de reconstrução do Piauí, eis ahi duas figuras másculas do momento a que o Almanach Piauiense rende as suas homenagens<sup>616</sup>.

A escolha de Leônidas Melo como interventor, segundo o periódico, foi assertiva, pois como governador estava realizando ações que colocava o Piauí no caminho do progresso e da reconstrução, como analisamos em momento anterior. A escolha de Leônidas Melo como assinala a revista, configura uma escolha sensata e ao mesmo tempo possibilitava a continuidade do trabalho desenvolvido no período anterior ao golpe de 37. O fragmento da revista esboça uma opinião do setor da cultura, observando as ações do governador e agora de interventor, como uma decisão que colocava o estado do Piauí como participante do processo.

No Estado Novo as questões sociais e os aspectos culturais ganham uma atenção especial, os intelectuais seriam os mediadores das ações entre o Estado e a sociedade. Os intelectuais são um grupo social que teria livre caminho e fluidez de suas ações no processo de instalação do Estado Novo, tanto no âmbito federal, como nos estados da federação. Nos estados, os intelectuais se comportavam como receptores e tradutores destas novas ações que o Estado passava assumir. Um projeto tão grandioso precisava de operadores locais capazes de traduzir, reproduzir, divulgar, criar as novas ações e interpretações nacionais do Estado perante o Brasil. Lucia Lippi Oliveira esclarece que:

A ideologia do Estado Novo – ao pretender juntar novo e nacional, modernização e tradição – construiu uma cultura política na qual os intelectuais tiveram um papel de destaque. Não por acaso seus intelectuais procuram estabelecer uma relação direta entre a revolução modernista de 1922 e o Estado Novo, recuperaram a denúncia à cópia dos anos 1920, retomaram a descoberta do Brasil, realizaram pelos modernistas de 1922. Nesse processo os intelectuais do Estado Novo desenharam o Estado como tutor, como pai ante uma sociedade imatura, que necessitava ser orientada<sup>617</sup>.

<sup>616</sup> *Almanaque Piauiense*. Esse periódico teve três fases, a terceira fase de 1937 a 1938, pois a primeira foi de 1879 a 1883 e a segunda de 1903 a 1905, com notícias políticas, sociais, econômicas e culturais sob a direção do jornalista Antonio Lemos nesta última fase. Esse trecho é do exemplar do Almanaque Piauiense. 5º Anno. Teresina: Editora Gráfica Excelsior. 1938. p. 128-129. O diretor do Almanaque era Antônio Lemos. n. Teresina (PI), 1889- Rio de Janeiro (RJ), 1967. Jornalista e guarda livros, trabalhou em Teresina e Floriano (PI). Fundou os jornais *Cidade de Flores* (1917), *Gazeta de Flores*, criou o jornal *A Liberdade*. Escreveu: *Padre Mamede Antônio de Lima: O Homem de Deus – O Padre Político – O Cidadão Civil*. Cf. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003*. Teresina: Editora Halley, 2003. p.222. *Passim*.

<sup>617</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. p.323-349. In.: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.) *O Brasil republicano- o tempo do*

É importante destacar que o Estado Novo se colocava como orientador, guia do novo e se apresentava à sociedade como um regime que iria conduzir o povo em direção ao progresso e desenvolvimento. Todas as ações tomadas no contexto de 10 de novembro, tinham por objetivo trazer novos avanços para o Brasil, assim como a capacidade de anular as forças contrárias. Nesse projeto os intelectuais seriam os interlocutores e os construtores da imagem de Getúlio Vargas e do regime para a sociedade. O pensamento do Estado Novo tinha entre os homens que habitavam os universos das letras, os responsáveis por colocar em prática os projetos inerentes ao novo momento na história brasileira. O Estado Novo reservava à sociedade uma nova ordem, pois:

A nova ordem política teria deixado de trair as superiores aspirações da sociedade, unindo-se às forças intelectuais que conformam o espírito social. Se antes o intelectual se encontrava fora do Estado, alheio à política, isto sucedia porque o governo mostrava-se indiferente, senão hostil, ao seu trabalho. O Estado Novo teria o mérito de ir ao encontro do intelectual, oferecendo-lhe o necessário amparo moral e material<sup>618</sup>.

O que a autora Mônica Pimenta Velloso menciona no trecho acima é que no Estado Novo a colaboração dos intelectuais seria espontânea, pois encontraram uma identificação com a “nova ordem”. Esses sujeitos acreditavam que se tratava de algo novo, em que suas colaborações em diversos espaços, tanto na ocupação de espaços administrativos como fora dele, seria oportuna com suas aptidões de porta vozes de anseios da sociedade, idealizadores de projetos renovadores e mesmo criadores da imagem do governo para fortalecer suas ações perante o povo e assim adquirir respaldo para as transformações estruturais.

No Piauí a integração dos intelectuais ao projeto varguista na interventoria de Leônidas Melo aconteceu em diversos espaços ocupados por esse segmento social. Alguns ocuparam cargos públicos, outros apoiavam o Estado Novo em seus ambientes de trabalho como a imprensa, o educacional, a saúde e outros espaços na sociedade. A colaboração destes sujeitos, de forma direta ou indireta, foi de fundamental importância para a recepção e divulgação no seio da sociedade piauiense das novas diretrizes implantadas por Vargas a partir de 10 de novembro de 1937. Tanto no processo revolucionário de 30, como principalmente na aplicação das diretrizes nesse novo momento, a coparticipação dos

---

nacional-estatismo. Do início da década de 1930 a ao apogeu do Estado Novo. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. O Brasil Republicano 2. p. 329-330.

<sup>618</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma configuração do campo intelectual. p.71-108. In.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO; Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castros. *Estado Novo – ideologia e poder*. São Paulo: Zahar Editores 1982.p.93.

intelectuais foi essencial, pois a atuação dos interventores carecia de atuações de pertencimento ao projeto nos estados.

### 3.3 “Surto de progresso no estado do Piauí”<sup>619</sup>: compartilhamento de ideias entre os intelectuais na interventoria de Leônidas Melo no Estado Novo

Nessa nova estrutura de governo destacamos a pessoa dos interventores nomeados, alguns eram governadores antes de 1937. Sua adesão à convocação de Getúlio Vargas foi de fundamental importância para a implantação da política estadonovista, pois o presidente necessitava de homens de ação e de ideias, para construir e dialogar com as práticas políticas do governo federal.

As interventorias eram elementos-chave na relação entre o governo central e as unidades da federação. Possuíam prerrogativas executivas e legislativas transformando o interventor em coordenador político; constituíam esfera estratégica do Estado Novo, interligando as novas oligarquias estaduais, os ministérios e a presidência da República. Os interventores eram frequentemente naturais dos estados que dirigiam e identificavam-se com a ideologia dos grupos econômicos dominantes embora sem grandes raízes partidárias<sup>620</sup>.

O interventor Leônidas Melo se enquadra no pensamento descrito no texto acima sobre os interventores; uma pessoa sem raízes partidárias, portanto, uma pessoa com livre trânsito na estrutura política do estado do Piauí. Sua trajetória no ambiente educacional como professor e diretor dos dois principais estabelecimentos escolares do estado (Liceu Piauiense e Escola Normal Oficial), são elementos agregadores de sua penetração no setor cultural do estado, que favoreceram a promoção do momento político. Os interventores eram coordenadores gerais da cultura política do Estado Novo nos estados, segundo Francisco Campos, elaborador da Constituição de 1937 e um dos principais ideólogos do regime, assim se expressou sobre sua ótica a respeito do novo regime:’

Campos definia o Estado Novo em termos de uma democracia não - liberal: “É desnecessário insistir em que o Estado brasileiro, sendo democrático, é também autoritário – que deveria ser “substantiva” por oposição ao sentido liberal de democracia que seria “formal”; queria uma democracia que “articulasse” o País – as regiões, as classes sociais, os grupos e as facções – e não uma democracia de

<sup>619</sup> Título de uma matéria veiculada no *Almanaque da Parnaíba*. Ano XVI. 1939. p.163.

<sup>620</sup> GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial – ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Editora Marco Zero/CNPq, 1990. p.29.



“separatismos” e conflituosa, como seria aquela das autonomias, regionalistas, dos partidos políticos, dos debates parlamentares, como entendia que o Estado liberal fazia. Todos estes grupos e interesses seriam retirados da órbita de uma composição contraditória e individualista onde o liberalismo os colocara, para serem integrados, segundo sua concepção autoritária, dentro do Estado e pelo Estado<sup>621</sup>.

Na concepção de Francisco Campos, o Estado Novo era um regime de características democráticas – e ao mesmo tempo autoritário, como condição necessária para evitar os “separatismos”, as divisões entre classes e grupos – no qual o Estado iria promover a unidade nacional por meio de políticas nacionalistas, que deveriam ser absorvidas pelo povo e guiadas pelos governantes alinhados com o projeto de Vargas. Tudo isto só seria possível com a presença de um Estado forte, centralizado e com um grande estadista à frente deste processo, como afirma Monte Arrais<sup>622</sup>.

Entre nós, porém, a expressão ‘governo forte’ não corresponde à concepção de ‘governo absolutista’, e sim, precisamente, ao de um governo juridicamente dotado de força para promover o desenvolvimento da justiça, da riqueza e dos ideais sociais de ordem interna e da segurança exterior. O Estado Novo no Brasil é, dentro desta ordem de ideias, um estado forte, mas não opressivo no interior, ou inquietador e expansionista nas relações externas<sup>623</sup>.

No fragmento de texto acima, Monte Arrais defende que as ações do governo são juridicamente legais na aplicação da justiça e em outras situações necessárias para mudar o Brasil. O Estado Novo é concebido como um manancial de novas ideias, debatidas e colocadas para o povo em forma de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, trabalho e demais setores. Para a construção de um espírito de nacionalidade difundiu-se que o predomínio do localismo e o jogo de interesses particulares, conduziam para a desarticulação nacional, promovendo o atraso nos diversos setores da sociedade<sup>624</sup>.

<sup>621</sup> MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil 1930/1945*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1978.p.26-27.

<sup>622</sup> Verbete. Raimundo Monte Arrais. Bacharel em direito, entrou na campanha política na Aliança Liberal no Ceará. Após a Revolução de 1930, assumiu vários cargos públicos. Foi deputado federal e estadual pelo Ceará. Na capital federal foi um dos articuladores na criação do jornal *A Manhã*, porta voz do Estado Novo. Atuou na criação de outros jornais e publicou várias obras entre elas: *O habeas-corpus e a autonomia municipal* (1918); *O Rio Grande do Sul e suas instituições governamentais* (1925); *Do poder do Estado e dos órgãos governamentais* (1935); *Terra redimida* (1937); *Estudos parlamentares* (1935-1947); *Cidadão de dois mundos* (1952). Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/raimundo-monte-arrais>. Acesso em 19 de abr. 2018. *Passim*.

<sup>623</sup> ARRAIS, Monte. *O Estado Novo e suas diretrizes – estudos políticos e constitucionais*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938. p.162. Uma obra interessante que traz vários aspectos do Estado Novo, dividida em XX capítulos, acrescida do discurso de Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937 e da Constituição de 1937, ou seja, uma obra contemporânea ao momento político pesquisado, trazendo em sua escrita o calor da conjuntura da instalação do Estado Novo.

<sup>624</sup> PRADO, Maria Emília. Alberto Torres e a responsabilidade do estado na construção da nação. p. 187-210. In.: PRADO, Maria Emília. (Orgs.). *Intelectuais e ação política*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2011.

O projeto estadonovista precisava ser colocado em prática, pois já era anunciado como uma continuidade da Revolução de 1930. Portanto, não só o compartilhamento das ideias varguista, mas sua implantação pelos estados era essencial para o êxito de sua concepção que se assinalou com o advento do Estado Novo. Ou seja, a sua legitimação na sociedade precisava de sujeitos para exercer um papel de corroboração no Brasil e no Piauí, realizado por pessoas que se identificavam com o universo da cultura. “No âmbito do Estado Novo, os intelectuais são chamados a participar na construção da cultura nacional”<sup>625</sup>. Quem serão os intelectuais chamados para colaborar como o regime do Estado Novo no Piauí? Como compartilharam as ideias com o getulismo? Quais os mecanismos de ação utilizados pelos intelectuais? Essas são algumas indagações importantes que podemos fazer neste momento.

No Piauí, os intelectuais foram sujeitos que ocupavam diferentes papéis na sociedade piauiense e em lugares distintos de sociabilidade no período do Estado Novo. Foram indivíduos que exerceram cargos políticos, agentes públicos, professores, diretores de estabelecimentos educacionais, jornalistas e outros mediadores na sociedade do estado. Pessoas que comungavam semelhantes ideias como a constelação dos intelectuais varguistas, representada por Francisco Campos, Gustavo Capanema, Oliveira Viana, Azevedo do Amaral, Lourival Fontes, Almir de Andrade e outros; pessoas que exerceram cargos públicos ou simplesmente construíram falas ou escritos que legitimaram o projeto político – ideológico do Estado Novo. Sobre este contexto Ângela Gomes afirma que:

A propaganda, portanto, ganha a dimensão de um discurso político capaz de extravasar os restritos círculos de elite e atingir um público mais amplo, para o que era essencial o recurso a uma linguagem centrada em imagens, símbolos e mitos. A propaganda surge assim como discurso que trabalha tanto com a palavra escrita e os argumentos racionais de convencimento, quanto com uma linguagem imagética de forte conteúdo emocional e de leitura fácil, mas que precisava de divulgação para ser aprendida e apreendida pela população a que se destina. Preocupações que estavam presentes entre os intelectuais e políticos do Estado Novo (1937-1945), muito cientes de que era pelo uso de uma eficiente propaganda que atingiriam os corações e as mentes do povo brasileiro que desejavam “formar”<sup>626</sup>.

O Piauí, como elemento federativo colaborador do novo regime, se fez presente no processo de assimilação com a atuação dos seus intelectuais, que já vinham contribuindo desde a Revolução de 1930 no estado, com suas participações no governo e na informação da

<sup>625</sup> ROLLAND, Denis. O estatuto da cultura no Brasil do Estado Novo: entre o controle das culturas nacionais e a instrumentalização das culturas estrangeiras. p. 85-111. In.: ROLLAND, Denis; RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai. (Orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.p.87.

<sup>626</sup> GOMES, Ângela de Castro. Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o Calendário de 1940. p. 112-145. In.: ROLLAND, Denis; RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai. (Orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.p.114.

sociedade sobre os acontecimentos por meio dos instrumentos de ação com que atuavam. No Estado Novo, os intelectuais piauienses viam naquela conjuntura uma forma de construir um novo Brasil, identificando-se com a causa, integrados à sociedade nos mais variados espaços, seriam as pessoas ideais para fazer uma ponte entre o estado e povo piauiense. A facilidade deste grupo está relacionada ao que o regime necessitava construir, um discurso em que o povo pudesse compreender e difundir as percepções do Brasil novo. Os intelectuais seriam esses elaboradores desta escrita narrada nas cerimônias, na imprensa e na imagem de Getúlio Vargas, divulgadas no estado.

Entre os elementos contidos na fala dos promotores do regime Vargas, no caso, os intelectuais, destaca-se a expressão progresso e seus sinônimos, como desenvolvimento, avanço, crescimento, evolução, marcha, florescimento, melhoria, prosperidade, aperfeiçoamento, dentre outros. Segundo Norberto Bobbio e Gianfranco Pasquino, no seu *Dicionário de Política*:

A ideia do Progresso pode ser definida como ideia de que o curso das coisas, especialmente da civilização, conta desde o início com um gradual crescimento do bem-estar ou da felicidade, com uma melhoria do indivíduo e da humanidade, construindo um movimento em direção a um objetivo desejável. [...] <sup>627</sup>.

No regime getulista pós-1937, esse termo ganha acepção, não só dos elementos acima como da sua doutrina que está desenvolvida em dupla direção, segundo Bobbio & Pasquino, que poderíamos chamar de um conceito ligado ao “Progresso Iluminístico” que está relacionado à ação humana e sua perfeição, uma atitude crítica à associação da atividade humana e ao seu processo histórico. Enquanto o “Progresso Idealístico” está vinculado a uma ação natural, necessária, aplicada por princípio espiritual, sem possibilidade de retrocesso <sup>628</sup>. Podemos afirmar que o getulismo se enquadra em ambas as doutrinas relativas ao progresso, pois Getúlio Vargas seria o responsável por essa ação humana, capaz de favorecer o progresso, bem como sua aplicabilidade na sociedade, que era algo inevitável, por isso surgiu o Estado Novo, para criar as condições necessárias a essas transformações profundas na sociedade brasileira.

Essa ação de Getúlio Vargas no contexto da ação política em torno do termo “progresso” e seus correlatos, alimenta a construção de sua identificação na sociedade brasileira como “Pai dos Pobres”, “Pai da Nacionalidade Brasileira”, “Construtor do Brasil”,

<sup>627</sup> BOBBIO, Norberto & PASQUINO, Gianfranco. 7 ed. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da UNB, 1995. v.2. p.1009-1010.

<sup>628</sup> Ibidem. p. 1010-1011.

“O Reformador”, “Pacificador”, “Reformador”, “Homem Cordial”, “Ponderador” “O Primeiro Magistrado”, “O Primeiro Cidadão”, “O Salvador”, “O Protetor”, “O Genial”, “O Bem Aventurado”, “ O Psicólogo”, “O Médico da Nação”, “ O Educador da Nação “ O Sociólogo”, “ O Antropólogo” e outros adjetivos que foram construídos dispendo não só da ajuda dos intelectuais, mas com a sua atuação na sociedade estadonovista. No Piauí não foi diferente, essa assimilação aconteceu com uma ação rápida e bem-sucedida pelos intelectuais piauienses presentes no estado e fora dele, que se uniram em uma linguagem única para promover o Estado Novo.

### 3.3.1 Discurso, propaganda e legitimação: territórios dos intelectuais no Estado Novo no Piauí

Novo regime instalado, novas estruturas precisavam ser construídas. Os discursos, pronunciamentos e propagandas para legitimar as novas atuações, precisavam ser alicerçadas para se construir os pilares do estadovismo. Os intelectuais foram os principais construtores dessa narração, não só de sustentação, mas de homologação com o povo. Os chefes políticos, como Leônidas Melo, dentre outros, agiram não só como administradores de uma interventoria, mas, como grandes elaboradores da fala que enaltecesse Getúlio Vargas e seu Estado Novo, a construção do discurso tratava-se de uma coisa só, o chefe e o regime, uma personificação, um e outro, inseparáveis.

A comunicação iria seguir o caminho não só da propaganda, mas também da repressão, que serão os pilares do novo regime<sup>629</sup>. Isto ocorria em razão de que o Estado Novo era uma continuidade dos ideais esboçados em 30, como já mencionamos anteriormente no texto. Por isso, a imagem e a propaganda em torno de Getúlio Vargas teriam que ser eficazes e vigorosas, no sentido de promover a formação do novo: homem, criança, país, nacionalidade, patriotismo e outros, todos envolvidos no progresso coletivo. Essa construção teria nos intelectuais como mediadores e construtores não só da imagem, mas do discurso.

Com essa fala de enaltecimento em torno de Vargas e do Estado Novo no caminho do progresso, é que o interventor Leônidas Melo e os demais intelectuais compartilharam os mesmos ideais de organização da administração nacional e estadual. A exemplo desta

---

<sup>629</sup> CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de Novo? p.107-143. In.: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.) *O Brasil republicano- O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 a ao apogeu do Estado Novo.* 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. O Brasil Republicano 2. p.131.

construção temos o livro<sup>630</sup>, fruto dos discursos ocorridos na solenidade na capital do estado, com homenagens e reconhecimentos das ações de Getúlio Vargas, em que várias personalidades não só teceram congratulações ao ato do dia 10 de novembro, mas a partir de suas falas construíram arcabouços para o regime. Na fala do interventor Leônidas Melo, temos o seguinte pensamento sobre Getúlio Vargas e o novo momento inaugurado em 10 de novembro:

Meus senhores: Rendamos nossa homenagem ao Chefe da Nação! [...]. Não o Chefe à moda antiga, preferido pelos conchavos dos partidos. Não Chefe apontado eleito pela precariedade das urnas. Não o Chefe apontado por falsas pregações doutrinárias. E' Chefe porque em longos anos de patriótico trabalho soube coordenar as energias brasileiras no sentido preciso do bem do País e da felicidade coletiva. [...] E' Chefe porque com pulso sereno mas inquebrável tangeu do solo pátrio as ideologias e interferências estrangeiras, subversivas da ordem, destruidoras das liberdades, perturbadoras da paz. [...]. Rendemos homenagem ao grande brasileiro que nos conduziu ao Estado Novo – e saibamos compreender o patriotismo, [...]. O golpe de 10 de novembro, longe de ser manifestação de vaidade ou prepotência, foi um acertado movimento de defesa nacional imposto pela consciência cívica do supremo magistrado e pelo patriotismo decidido das forças armadas do País. [...] Que cada piauiense seja um soldado vigilante ao lado do Chefe da Nação<sup>631</sup> (*sic*).

Os atributos descritos pelo interventor criam em Vargas um grande estadista. Essa fala de Leônidas Melo destaca que ao conduzir o processo político, o presidente Getúlio Vargas conseguiu romper com todos os males da Primeira República. Esses defeitos no primeiro momento republicano eram representados por exemplo, pelos acordos políticos, as fraudes eleitorais, os discursos falsos, a exclusão do povo. Na fala do interventor não foi esquecido a neutralização das doutrinas que ameaçavam o território nacional, que batiam nas portas dos lares e que conduziam à degeneração da integridade da família brasileira. A ação de Getúlio foi, portanto, a de um verdadeiro pai, o protetor supremo do país.

O golpe de 1937 não era compreendido e nem disseminado ao povo como uma traição das urnas ou simplesmente um desvio da democracia, mas como uma ação necessária para salvar o Brasil, evitando a desintegração da unidade nacional. Getúlio Vargas, nas palavras de Leônidas Melo, foi um verdadeiro patriota ao instalar o Estado Novo, pois manifestou lealdade, amor devotado e ímpeto para defender a pátria. As palavras do interventor dão tom do que seriam as futuras ações do estado do Piauí na divulgação no novo regime.

---

<sup>630</sup> PIAUÍ. *Teresina e o presidente Getúlio Vargas*. Teresina: [s.n.]. 1938. Livro composto de discursos em homenagem a Getúlio Vargas e a instalação do Estado Novo. As falas do livro pertencem ao interventor Leônidas de Castro Melo, e ao prefeito da capital Lindolfo do Rego Monteiro, José Firmino Paz, do estudante Heli R. Nunes e do líder trabalhista Ney Baumann.

<sup>631</sup> PIAUÍ. Op. cit. p. 7-13.

No final de sua fala, ressalta e chama ao patriotismo cada piauiense: “[...] Que cada piauiense seja um soldado vigilante ao lado do Chefe da Nação”<sup>632</sup>. Ou melhor, que cada piauiense era responsável não só pelo desenvolvimento do seu estado, mas do país. Aqui também incluímos a luta contra as ações subversivas aos comunistas. Os comunistas tinham como principal mecanismo de atuação a infiltração, tanto nas fábricas, como em outros campos da economia, como forma de divulgar sua doutrina entre os trabalhadores e a população de modo geral. Cada piauiense seria, portanto, um “soldado vigilante”, no espaço social em que ocupava. Por conseguinte, tudo estava sob observação do varguismo.

Outro discurso presente no livro, que representou um fortalecimento para a administração de Leônidas Melo, simbolizando uma aproximação com os trabalhadores piauienses foi o de Ney Baumann, que discorreu na sua fala com muita eloquência, não só a respeito de Getúlio Vargas, como do percurso até a instalação do regime. Ney Baumann era um líder e dirigente sindical que representava vários grupos de trabalhadores, não só em Teresina, como em Parnaíba (PI). Sua presença ao lado do interventor era uma sinalização que parte considerável dos trabalhadores estava compartilhando os mesmos interesses. Examinemos uma passagem de sua fala:

Foi, com aspecto de verdadeiro defensor da nossa Pátria, que o povo brasileiro viu o Dr. Getúlio Vargas, em 1930, após a sublime arrancada de renovação nacional. Foi com a fisionomia de homem decidido para conservar a estabilidade do regime constituído, que o povo brasileiro viu o Dr. Getúlio Vargas na madrugada de 11 de maio próximo passado, após o assalto homicida dos extremistas verdes. [...] depois de outubro de 1930, trouxeram tamanho entusiasmo às classes trabalhadoras, que se torna sempre oportuno a sua lembrança, em todos os atos solenes como êste de hoje. [...] <sup>633</sup>(sic).

Aqui não representa o diálogo de um trabalhador, mas de um líder dos trabalhadores, que encarna esse *corpus* social, sua fala destaca a importância que foi o período a partir de outubro 1930, com a estabilidade e benefício ao trabalhador, ou melhor, além da construção de imagem de Getúlio Vargas como defensor da pátria, é erguida simultaneamente a de bem feitor dos trabalhadores brasileiros<sup>634</sup>. Nas palavras de Ney Baumann, não pode deixar de engrandecer o nome de Getúlio Vargas entre os trabalhadores, como forma de retribuir os benefícios que foram implantados para esta classe.

---

<sup>632</sup> *Ibidem*. p.13.

<sup>633</sup> PIAUI. *Op. cit.* p.55-56.

<sup>634</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Ainda em torno do pronunciamento de Ney Baumann, ele cita a obra *Renovação Nacional*<sup>635</sup> de Azevedo do Amaral, destacando neste livro elementos em relação ao Brasil, que segundo Ney Baumann, na sua interpretação desta obra, a nação brasileira possui dois vícios anteriores a 1930, que eram: adulteração das instituições representativas e a exclusão, das esferas de influência política, dos elementos das forças representativas dos setores econômicos ligados ao trabalho<sup>636</sup>. Estes dois elementos, segundo Ney Baumann, foram corrigidos, visto que Getúlio Vargas ao outorgar a Constituição de 1937, legalmente eliminou estas distorções. As instituições estavam passando por uma renovação e melhoramento e os trabalhadores foram incluídos como elementos das forças representativas e econômicas do país.

Ney Baumann não esqueceu de deixar claro em seu discurso que os trabalhadores não participaram das intencões contra o governo Vargas, “[...] quer comunista, quer integralista, estiveram envolvidas as classes trabalhadoras”<sup>637</sup>. Os trabalhadores estavam ao lado de Getúlio Vargas e do Estado Novo, segundo o delegado trabalhista. Podemos afirmar que Ney Baumann, se define como um intelectual, segundo Norberto Bobbio<sup>638</sup>. Para este teórico, o que vai definir o intelectual é a sua atividade e a função que desenvolve. Na fala do representante dos trabalhadores é evidente que ele discursa em nome da classe, argumentando com elementos teóricos que buscavam fortalecer sua categoria.

Outro colaborador ativo da interventoria foi o prefeito<sup>639</sup> da capital Lindolfo do Rego Monteiro, médico de formação e político de atuação, que já vinha acompanhando administração da capital deste de 1936 e permaneceu por todo o período do Estado Novo. Sua administração na capital serviu de cartão postal para os avanços de progresso urbano durante o getulismo no Piauí, sob o comando da interventoria de Leônidas Melo. Temos na solenidade sua fala:

[...]. Hoje, meus senhores, mais do que nunca, dizer-se algo do eminente Presidente Getúlio Vargas, em poucas palavras é tarefa difícil. [...] representa o Passado, o Presente e o Futuro da glêba brasileira. [...] O povo sofreu momentos inquietadores,

<sup>635</sup> AZEVEDO, Amaral. *Renovação nacional*. Rio de Janeiro: DNP, 1936.

<sup>636</sup> PIAUÍ. *Op. cit.*, p. 56-57.

<sup>637</sup> PIAUÍ. *Op. cit.* p.60.

<sup>638</sup> BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.p.115-118.

<sup>639</sup> Os prefeitos do período foram: Raimundo de Arêa Leão (6/10/1930 a 25/12/1930), João Martins do Rego (25/12/1930 a 23/02/1931), Domingos Monteiro (2/03/1931 a 6/03/1932), Agenor Monte (8/03/1932 a 17/03/1932), Luís Pires Chaves (17/03/1932 a 10/05/1935), Osvaldo da Costa e Silva (17/05/1935 a 14/09/1935), Francisco do Rego Monteiro (14/09/1935 a 1/02/1936) e Lindolfo do Rego Monteiro (1/02/1936 a 11/11/1945). Disponível em: <https://semplan.pmt.pi.gov.br/prefeitos-de-teresina/>. Acesso em: 09 de set. 2021.

provocados pelas materialidades e ferrenhos inimigos da Igreja de Deus. E o governo, pela mão serena de seu Chefe ofereceu luta ao terrível inimigo, numa cruenta peleja, debaixo do doloroso enigma do nosso destino. [...]. A Constituição de 1934 eivada de vícios e cheia de lamentáveis falhas, por sua vez, não oferecia as garantias necessárias para estabilizar o governo [...]. Diante dessa irregular situação que estava agitando o país para uma irremediável catástrofe o insigne Presidente, num gesto de invulgar patriotismo, apoiado pelas forças armadas de terra, ar e mar, deu golpe de 10 de Novembro [...] fundador do regime e guia da nacionalidade. [...]. O país instala, assim, um novo período de incalculável progresso em todos os ramos da unidade nacional, com o aniquilamento de todos os partidos políticos, sem distinção de côres [...] <sup>640</sup>(sic).

Trata-se de um discurso longo, o maior que foi proclamado neste dia de solenidade em homenagem a Getúlio Vargas. Extraímos alguns trechos que trazem com riqueza de detalhes elementos que vão subsidiar não só a construção da imagem de Vargas, como chefe da nação, mas como foi operada algumas das transformações que irão marcar o Brasil, pelo ângulo do discurso progressista. Nas palavras de Lindolfo Monteiro, nenhum acontecimento importante foi esquecido, tais como: doutrinas que degeneravam o Brasil e a família brasileira, as limitações da Carta de 1934 para a obra de Vargas, além, claro, da instalação do Estado Novo e da luta contra a ação da intentona em 1938.

Os acontecimentos se delinearão a partir de 1930 e Getúlio Vargas agiu como um verdadeiro prócer, chefe natural do Brasil, conduzindo todas as ações para mudanças melhores para a nação. O povo agora não estava de fora do processo político, e sim ao lado de Getúlio Vargas em uma caminhada que não enfrentou apenas leis internas, mas doutrinas que ameaçam a integridade da nação. O patriotismo de Vargas, segundo a fala de Lindolfo Monteiro, foi crucial para o sucesso das medidas a serem tomadas, como para neutralizar as adversidades.

Observa-se que a forma e os aspectos em que o Estado Novo surgiu eram aceitos sem questionamentos, “[...] O país instala, assim, um novo período de incalculável progresso em todos os ramos da unidade nacional, com o aniquilamento de todos os partidos políticos, sem distinção de cores. [...]”<sup>641</sup>, um aceite do autoritarismo implantado por Vargas a partir de 1937. O fechamento do Congresso e a dissolução dos partidos foi algo natural para todos que estavam em torno de Getúlio Vargas, que partilhavam dos seus ideais. O estado liberal era acusado de ter ignorado a totalidade dos homens, agindo como expectador, e não resolveu as questões materiais da população, essas eram algumas das acusações direcionadas a este modelo político, anterior a Vargas.

---

<sup>640</sup> *Ibidem.* p.17-24.

<sup>641</sup> PIAUÍ. *Op. cit.*p.25.



Lindolfo Monteiro ainda assinala no começo do seu discurso que Getúlio Vargas, “[...] representa o Passado, o Presente e o Futuro [...]”<sup>642</sup>, ou seja, essa linguagem temporal, vai se implantando simultaneamente na personificação de Getúlio Vargas, como um lutador contra um passado marcado por atrasos. Com um presente assinado por agitações e convulsões sociais, todavia, implantou o Estado Novo, não somente para corrigir, mas para eliminar os obstáculos para o futuro. Estas ações políticas vão criando uma nova linguagem política que vai dando forma ao governo e a política varguista.

Essas exposições em solenidades, em revistas, jornais ou outros veículos de comunicação, colocavam estes agentes políticos, como o interventor Leônidas Melo, o prefeito Lindolfo Monteiro, o líder trabalhista Ney Baumann e outros, como mediadores, ou melhor, como intelectuais mediadores, pois não só exerceram cargos públicos, mas produziram a circulação de ideias na sociedade piauiense, pois tinham a consciência do seu tempo, produzindo bens simbólicos<sup>643</sup> por meios de suas realizações físicas e orais, na legitimação, propagação e no compartilhamento de ideias na era Vargas no estado.

As realizações administrativas e a montagem da estrutura governamental do estado durante o período, foram desenhadas com o propósito de construir as bases para o desenvolvimento orientado pela política de Vargas, que se estabelecia nas ações governamentais do presidente e na construção elaborada pelos ideólogos(intelectuais).

### 3.3.2 Vigilância para legitimar: repressão e censura no Estado Novo no Piauí

Na mesma medida que se construía a bases ideológicas pelos intelectuais em relação ao Estado Nacional, a repressão aos atos contrários ao governo acontecia de forma eficiente utilizando as ações oficiais formalizadas por meio da fala do governo, quando afirmava que suas ações seriam constantes e firmes, com o auxílio da força policial com base na Lei de Segurança Nacional (LSN)<sup>644</sup>. Podemos observar no *Relatório* de 1938<sup>645</sup> da interventoria,

<sup>642</sup> Ibidem. p.17.

<sup>643</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007. Coleção Estudos 20.

<sup>644</sup> Lei de Segurança Nacional (LSN). promulgada em 4 de abril de 1935, definia crimes contra a ordem política e social. Sua principal finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com o abandono das garantias processuais. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/LeiSegurancaNacional>. Acesso em: 10 de set. 2021.

<sup>645</sup> PIAUÍ. *Relatório. Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Interventor Leônidas de Castro Melo*. Teresina: Imprensa Oficial, 1938.

apresentado ao presidente Vargas, sobre as ações administrativas de Leônidas Melo em relação às ações de vigilância e repressão. Sobre estes aspectos, temos no referido documento, no que se refere à Polícia Civil:

**ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. COMUNISMO:** [...]. A premeditada e fracassada intentona serviu de demonstração de que tais elementos ainda não se desviam das idéas e atividades que os levaram ao cárcere, em condenação necessária e justa. **INTEGRALISMO:** [...]. Extremismo da direita, como era designado. O Integralismo traiu a sua pregação constante de respeito á autoridade constituída, e mais ainda, à trilogia – Deus, Pátria e Família, - que lhe servia de lema, com que procurava captar simpatias e atrair prosélitos. [...]. Forma gêmea do comunismo, para empregar a expressão de Azevedo Amaral. O Integralismo, na sua essência e nos seus designos, não visava senão a conquista do mando nacional, e fosse por que meio fosse<sup>646</sup>. (Grifo do Autor) (*sic*).

No *Relatório*, o pronunciamento do interventor argumenta que as ideias subversivas ainda estavam presentes na sociedade e a intentona de 1938, que atacou o Palácio Guanabara, foi o exemplo disso, um alerta para que as ações de prevenção fossem aplicadas continuamente contra o comunismo. O Integralismo era compreendido como forma gêmea do comunismo, portanto, teria o mesmo tratamento no que se refere à punição pelo Estado. Segundo o interventor, o integralismo traiu sua trilogia: Deus, Pátria e Família, em outras palavras, iludiram o povo por meio da criação de um falso “Deus”, não tinha “Pátria”, civismo e muito menos preocupação com a “Família” brasileira. A intenção principal do Integralismo era chegar ao poder, se utilizando de todas as armas e ferramentas possíveis, degenerando a família.

Um exemplo da ação policial repressiva foi o processo<sup>647</sup> encaminhado ao Tribunal de Segurança Nacional<sup>648</sup> (TSN), pela Chefia de Polícia do estado do Piauí, o Des. Cromwell Barbosa de Carvalho<sup>649</sup>, contra José Baltazar da Silva, funcionário público, que exercia a

<sup>646</sup> Ibidem. p.133-134.

<sup>647</sup> Processos Judiciais. Tribunal de Segurança Nacional (1935-1945). Processo 564/1938. Apelante José Baltazar da Silva. BR.RJANRIO.C8.0.APL.0187. Arquivo Nacional (AN-RJ).

<sup>648</sup> Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Tribunal de exceção instituído em setembro de 1936, subordinado à Justiça Militar. Era composto por juízes civis e militares escolhidos diretamente pelo presidente da República e deveria ser ativado sempre que o país estivesse sob o estado de guerra. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-7/RadicalizacaoPolitica/TribunalSegurancaNacional>. Acesso em: 9 set. 2021.

<sup>649</sup> Cromwell Barbosa de Carvalho. n. Amarante (PI) em 1883- f. Teresina (PI) em 1974. Magistrado, foi juiz de várias cidades do Piauí, promotor público de Caxias (MA) e Desembargador do Piauí. Em cargos do governo foi Secretário de Estado do Governo, Secretário da Fazenda e Chefe de Polícia. Foi um dos idealizadores da Faculdade de Direito do Piauí, na qual foi professor e diretor. Como jornalista colaborou com vários jornais, entre eles: *Cidade de Teresina*, *Habeas Corpus*, *O Piauí*, *Almanaque da Parnaíba*, *A Revista* e outros. Pertenceu a Academia Mafrensina e Piauiense de Letras, Academia de Letras do Médio Parnaíba. Publicou as seguintes obras: *Município versus Estado*; *Pulverização de uma Defesa*; *Mons. Parturiens*; *Sonetos*. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.114. *Passim*.

função de guarda sanitário. O chefe de polícia, de forma enérgica, formulou um processo que nos autos acusava Baltazar de ter “[...] divulgado, nesta cidade, notícias falsas alarmantes, como de ter ferido gravemente S. Excia. O Sr. Presidente da República, por ocasião de assalto ao Palacio Guanabara, levado a efeito por elementos integralistas. [...]”<sup>650</sup>(*sic*). Depois de tramitada toda a ação, o mesmo foi condenado acusado de ser integralista, e lhe foi aplicada uma pena de “[...] 1mez, 22 dias e 12 horas, [...]”<sup>651</sup>. O réu respondeu o processo em liberdade, todavia, quando foi expedido o mandado de prisão para cumprir a pena de “prisão celular”, encontrava-se foragido, segundo documentos apensados no processo.

Observa-se que a condenação foi aplicada por um “boato”, uma especulação, todavia essa informação, poderia criar um clima de desequilíbrio social, principalmente quando divulgado na capital, que deveria ser o município exemplar na ordem social. Essa informação refere-se diretamente a Getúlio Vargas, ou seja, como se o mesmo tivesse sido ferido no ataque, denotando uma fragilidade de defesa do seu governo e ao mesmo atacando o líder do governo central.

Esses elementos demonstram a preocupação sobre o controle das informações durante o Estado Novo, assim como a ação do estado, por meio da atuação policial e do TSN, para punir qualquer ato contra o regime. O réu no processo em exposição foi condenado por infringir o artigo 12, que definia crime “Divulgar, por escripto, ou em publico, noticias falsas sabendo ou devendo saber que o são, e que possam gerar na população desassossego ou terror”<sup>652</sup>(*sic*).

Esse artigo era parte da Lei nº 38 de 4/04/1935, que definia os crimes contra a ordem política e social, sendo assim, uma lei que punia diversos atos contra o governo. O governo precisava criar uma imagem de estabilidade e progresso para a população, portanto, os interventores e os construtores de opinião precisavam criar mecanismos eficazes, para que em conjunto, polícia e intelectuais, em seus espaços específicos pudessem dar ao Estado Nacional as condições para se fortalecer entre a população, preservando e fortalecendo a imagem de Getúlio Vargas.

A festa, como o carnaval, onde é habitual os esbanjamentos e as flexibilidades nas comemorações, passou por censura, pois o governo estadual temia que este momento poderia ser usado para algumas manifestações críticas ao governo. Com essa preocupação, o Chefe de

---

<sup>650</sup> Processos Judiciais. Tribunal de Segurança Nacional (1935-1945). Processo 564/1938. op., cit., p.4.

<sup>651</sup> Ibidem.p.38.

<sup>652</sup> Lei nº 38, de 4 de abril de 1935. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html#:~:text=Provocar%20animosidade%20entre%20classes%20armadas,12>. Acesso em: 10 fev.2021.

Polícia, Cromwell Barbosa de Carvalho, emitiu a Portaria nº05 21/01/1938, publicada no *Diário Oficial do Estado do Piauí*<sup>653</sup>. Esse ato administrativo especial regulamentava o serviço policial e a fiscalização no período carnavalesco no estado, da qual destacamos os seguintes artigos:

[...].4º - Nenhuma canção poderá ser cantada na via pública, em sociedades a clubes, nem em qualquer casa de diversões, sem que a respectiva letra tenha sido, previamente, censurada pela polícia. [...]. 9º - Fica, igualmente, proibido o uso, como phantânsia, de uniformes como distintivo, emblemas [...] que se tornem semelhantes aos usados por aquelas corporações, [...]

10º - Não serão permitidas allusões ferinas ou desrespeitosas, com mascaras ou insígnias, a qualquer autoridade e corporação civil ou religiosa da paiz. [...]. 12º - Não será permitido [...] quaesquer instrumentos, cujos compasso se assemelhe à cadencia militar. [...] <sup>654</sup>(sic).

Os demais artigos da portaria estavam relacionados ao uso de bebidas, substâncias proibidas, percurso do curso e as orientações dos locais de festas em espaços públicos. Observa-se que os artigos acima restringem não apenas o comportamento das pessoas nas festividades que envolvia o carnaval, mas proibia que o seu momento fosse usado para questões políticas e ataques a sujeitos que ocupem cargos públicos ou autoridades constituídas. As medidas tomadas acentuam uma vigilância dos costumes, regulando os hábitos e censurando comportamentos que poderiam atentar contra o governo e as instituições e que ameaçassem a ordem social e política.

A maior festa popular do Brasil era um palco perfeito para a oposição ou adversários do regime poderem publicizar suas críticas ao Estado Novo. As instituições militares e policiais também eram protegidas pela Portaria, em relação ao uso de fantasias ou adornos semelhantes aos uniformes usados pela força policial e Exército. A censura da polícia restringia objetos que simbolizavam a essência do carnaval, a elaboração de músicas, fantasias, máscaras que se relacionassem a pessoa do ambiente político, ou seja, “[...] o controle e tutela policiais das festas populares, como carnaval, e a exaltação ao cidadão pacato e à família também faziam parte do cotidiano policial”<sup>655</sup>, tudo estava sobre permanente vigilância, principalmente o temor da propagação das ideologias subversivas.

Entre as ideias subversivas temos o comunismo, principal foco de vigilância do Estado Novo, que era combatido e reprimido pelo estado, com todo o aparato de repressão. Os comunistas foram os inimigos do estado que mais mobilizaram a ação policial<sup>656</sup>. O meio

<sup>653</sup> Portaria nº 5. *Diário Oficial*. 22/01/1938. p. 8.

<sup>654</sup> *Ibidem*. p.8.

<sup>655</sup> CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. 2 ed. Brasília: Editora da UNB, 1994.

<sup>656</sup> *Ibidem*. p 79-80.

cultural também alimentava o pensamento ligado a censura a essa ideologia social, a título de exemplo, temos a atuação de alguns intelectuais que redigiam pensamentos externados na imprensa contra o comunismo.

Entre estes intelectuais, temos Joaquim Vaz da Costa<sup>657</sup>, que escreveu dois artigos para o jornal *Gazeta*, com os títulos: *O Perigo Vermelho*<sup>658</sup> e *O Perigo Vermelho II*<sup>659</sup>. No primeiro artigo, acentua que “[...]. O comunismo confisca a propriedade, mata a religião, dissolve a família, institui o amor livre, corrompe os sentimentos, abate a dignidade, materializa o ideal e animaliza o homem. [...]”<sup>660</sup> (sic). Em suas palavras o comunismo era algo nefasto, tanto para a religião, como para a sociedade, acorrentando o homem em todos os sentidos.

No segundo artigo, “[...]. Ação contra o comunismo deve hoje ser mais preventiva do que repressiva. Ao afastamento, dos elementos perigosos e subversivos, deve seguir-se um movimento de formação de uma consciência nacional unanime [...]”<sup>661</sup> Joaquim Vaz da Costa foi um intelectual atuante na política estadual no primeiro momento após a Revolução de 1930, todavia, depois que Landri Sales assume a interventoria, lentamente se afasta da vida pública. Contudo, ainda exerce uma atuação constante na imprensa, suas palavras exaltam a sociedade e põem os cidadãos em vigilância constante contra as ideologias comunistas. As palavras do intelectual alimentam a coibição e a vigilância em torno de concepções contrárias ao Estado Novo, mesmo ausente da política, não significava abdicação das ideias e suas exposições.

A vigilância se acentuou em todo o Brasil a partir da estruturação de órgãos e a criação de instituições que tinham em sua essência de ação ampliar e centralizar o controle de informações. Esse patrulhamento gerava para Estado Novo informações e dados sobre instituições, entidades, veículos de informação e profissionais liberais e suas atividades em todo o território nacional.

Entre os órgãos criados, temos o Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais (SIPS)<sup>662</sup>, em 1939 pelo Capitão Filinto Müller. Este órgão tinha como objetivo colher informações de

<sup>657</sup> Algumas matérias eram identificadas como Des. Vaz da Costa, Des. Joaquim Vaz da Costa ou Joaquim Vaz da Costa.

<sup>658</sup> . *Jornal Gazeta* (PI). 30/04/1938 *O perigo vermelho*. p. 1.

<sup>659</sup> . *Jornal Gazeta* (PI). 18/05/1938 *O perigo vermelho II*. p. 1.

<sup>660</sup> *O Perigo Vermelho*. *Op. cit.*, p. 1.

<sup>661</sup> *O Perigo Vermelho II*. *Op. cit.*, p. 1.

<sup>662</sup> Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais (SIPS). Foi criado pela Portaria nº4.908 de 15/04/1939. Desde os anos de 1930, que se organizou uma Polícia Política no Brasil, essa estrutura policial ganhou uma nova dimensão com o Capitão Filinto Müller em 1935, sendo Chefe de Polícia do Distrito Federal. Foi organizado no seu Gabinete o Serviço de Divulgação (SD) em 1937, que tinha função de divulgar da Capital Federal para o restante do Brasil a propaganda para promover o Estado Novo. Em 1939 foi criado o SIPS que recebeu SD e seus

todos os elementos de ordem intelectual sobre os assuntos que pudessem interessar à Polícia Preventiva na defesa do regime. Em outras palavras, esta estrutura de policiamento e vigilância tinha como ponto central acompanhar de perto o bom andamento do Estado Novo, e como o mesmo era visto na ótica da população.

Em relação a criação do SIPS, em uma visita a este órgão, Alzira Vargas do Amaral Peixoto<sup>663</sup>, ficou impressionada pela quantidade de informações sobre o país<sup>664</sup>, coletada por este aparelho policial. Os funcionários desse órgão policial, informaram que se tratava de um órgão mais eficiente, com uma maior mobilidade, sem a limitação de jurisdição, que muitas vezes contribuía para a demora nas investigações, era como se fosse uma “agência particular”, que poderiam entrar em contato com diversas autoridades de cada município.

O SIPS encaminhava constantemente para os municípios diversas informações, aproximando o cidadão do estado, que muitas vezes se privava das notícias e dos acontecimentos, pelo isolamento geográfico, ou seja, uma lógica de ação, como uma via de mão dupla, na mesma medida que propagavam o Estado Novo, queriam ser informados. Os dirigentes do SIPS, organizavam fichas que deveriam ser preenchidas por seus representantes em cada localidade. Estes formulários eram organizados de tal forma que coletavam diversos dados. “Realmente, haviam escolhido os representantes do SIPS em cada cidade, com grande cuidado: o médico que penetra em todas as lares, o advogado mais acatado, o pároco do município, o político de mais prestígio na zona, o maior comerciante local, algumas vezes o prefeito, etc.”<sup>665</sup>,

No Piauí<sup>666</sup>, tivemos atuação deste órgão preventivo, o SIPS, que fazia no estado a distribuição de materiais de propaganda do regime, como livros, revistas, folhetins, anuários e outros. Solicitavam informações sobre a existência de entidades de classe em cada município piauiense, bem como profissionais liberais e pessoas de influência em cada local identificado e catalogado pelo SIPS, associação religiosa, jornais e revistas que circulavam.

---

arquivos. Cf. BRASIL/DISTRITO FEDERAL. *O SIPS e suas finalidades* – serviços de inquéritos políticos sociais. Rio de Janeiro: Polícia Civil do Distrito Federal, 1940. (Acervo do CPDOC – FGV (RJ)).

<sup>663</sup> PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1960. p.353-354.

<sup>664</sup> “O SIPS, contava, em 1939, com uma coleção de 44 fichas básicas de cada um dos 1574 municípios brasileiros, num total, portanto, de 69.256 fichas. Essas fichas continham, dentre outros elementos, toda a situação geográfica, econômica, política, cultural e social de cada município”. GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo ideologia e propaganda política* – a legitimação do estado autoritário perante as classes subalternas. São Paulo: Edições Loyola, 1982. Série Comunicação 29. p.101.

<sup>665</sup> GARCIA. *Op. cit.* p. 353.

<sup>666</sup> Arquivo Filinto Müller, FGV/CPDOC.FM chp sips Piauí.

Entre os livros<sup>667</sup> encaminhados pelo SIPS ao Piauí, temos *O Novo Brasil*,<sup>668</sup> de Avilmar Silva, uma obra que fazia um ensaio político do Brasil a partir do Estado Novo, fazendo uma retrospectiva de vários elementos relativos à história, e a sociologia do Brasil, destacando claramente os benefícios do ato político de Getúlio Vargas em 10 de novembro. A obra afirmava que “O regimen é autoritario, mas não escravocrata”<sup>669</sup>. Mas, o Brasil vivia em liberdade de espirito que nunca tinha experienciado em toda a sua história. Essas obras e todos os outros materiais distribuídos tinham a finalidade de promover uma doutrinação política no povo, pois aqueles que os recebiam deveriam multiplicar essas informações em seus locais de convívio social.

Em uma resposta de agradecimento da obra acima, José de Sousa Brandão encaminha pessoalmente para Filinto Müller, suas impressões sobre o referido livro, “[...] Li o livro e gostei, confesso. No mesmo se contém alguns senões. Porém, isto não tira o valor que lhe é intrínseco, nem empana a sua finalidade”<sup>670</sup>. A colocação na carta de resposta era uma sinalização que as obras eram lidas e construídas reflexões sobre a sua produção. Todavia, era ressaltada a sua importância no empenho de traduzir a cultura política do período.

Ainda no contexto acima e para refletir o temor da censura e o medo ser enquadrado em crime de ordem social, José de Sousa Brandão já tinha publicado um artigo na revista *Gléba*<sup>671</sup> em 1934, sobre “O Integralismo”, um longo artigo explanando os pontos positivos desta doutrina. Todavia diante da repressão e censura ao regime, o intelectual, muda sua vertente de opinião. Em telegrama<sup>672</sup> endereçado ao presidente Getúlio Vargas, denuncia que recebeu de Plínio Salgado, enviado de Lisboa, material integralista. Acrescenta na correspondência que buscou informações com as autoridades locais, em Parnaíba (PI). Esse contexto ilustra um pouco da censura e repressão no meio cultural do estado.

O SIPS em 19 de julho de 1939 encaminhou um ofício - circular para a capital e para os municípios do estado do Piauí. O referido ofício era composto de três perguntas que

<sup>667</sup> Carta do Ginásio Parnaibano (Parnaíba-PI), Samuel Antonio dos Santos – Inspetor Federal ao Chefe de Polícia Filinto Muller. 2/05/1939. Arquivo Filinto Müller, FGV/CPDOC. FM chp sips Piauí.d.25 d.19.

<sup>668</sup> SILVA, Avilmar. *O novo Brasil – ensaio político*. Rio de Janeiro: [s.d.]: 1939. Uma obra dividida em capítulos: I – Determinantes (Fatores étnicos, sociais e outros); II- Tempo e Espaço (Influencias diversas, movimentos políticos e Brasil de Então); III- O autor do golpe (Getúlio Vargas; Traços psicológicos e o seu nacionalismo); IV – A Constituição (Definições características; algumas ideias gerais e algumas linhas particulares) e V- Final (Benefícios do Estado Novo; A satisfação do povo e A marcha do Brasil).

<sup>669</sup> Ibidem.p.94.

<sup>670</sup> Carta de José de Sousa Brandão (Parnaíba-PI) para o Chefe de Polícia Filinto Muller. 22/05/1939. Arquivo Filinto Müller, FGV/CPDOC.FM chp sips Piauí.d.25. José de Sousa Brandão, era professor e colaborava com vários periódicos da cidade de Parnaíba (PI).

<sup>671</sup> Revista *Gléba* (PI). Ano 1. n° 9. Jan./1934. p. 11 e 16.

<sup>672</sup> Cópia do Telegrama de José de Souza Brandão de Parnaíba (PI), para o presidente Getúlio Vargas, denunciando o recebimento de material integralista. 22/01/1942. ARQUIVO NACIONAL (RJ-BRASIL). Fundo: Gabinete Civil da Presidência da República 1930 a 1945. SDE 35. Subsérie. Geral. Lata 320.

deveriam ser respondidas pelos setores enumerados anteriormente, por instituições governamentais e por sujeitos da sociedade civil. As questões constantes no referido documento eram compostas pelas seguintes indagações:

1 - Como, na realidade, sem paixão ou simples desejo agradecer, foi recebido o Regime instituído em 10 de Novembro de 1937; 2 - Sob que aspecto o povo, nas suas diversas classes, recebeu o Estado Novo com mais entusiasmo; 3 - Qual a diferença que no modo ver popular é feita entre Regime atual e o anterior ao Estado Novo, em face das realidades ambientes. Isto é, o que o povo acha melhor ou pior, dentro do campo local de observações, entre o presente e o passado<sup>673</sup>.

Observa-se que o questionário foi enviado aos destinatários, mais de um ano após a instalação do Estado Novo, significando que o governo por meio do SIPS tinha interesse em informações locais mais precisas e particulares sobre o que estavam pensando em relação ao Estado Nacional. Esses questionários e respostas poderiam funcionar também como suporte em relação as informações prestadas pelos interventores em seus relatórios apresentados ao presidente Getúlio Vargas.

As respostas enviadas ao SIPS - Chefia da Polícia do Distrito Federal, expressavam variadas exaltações ao regime do Estado Novo, recebido com “entusiasmo pelo povo”, “a sociedade foi acordada com uma nova chama de esperança”, “o regime demonstrava para o povo um caráter realista” e a pessoa de Getúlio Vargas era aclamado como “o grande benemérito da nação”. Alguns aproveitavam a oportunidade para tecer comentários contra o governo do estado e dos municípios. Isto é notório no argumento do advogado Cláudio Pacheco<sup>674</sup>, quando responde à questão de número três do ofício, em documento enviado à sede da chefia do SIPS, em 15 de setembro de 1939.

O povo sente que está faltando ao novo regime um systema mais enérgico de controle da acção das autoridades locais, na periphéria, pois ha governantes, no interior, que ainda não se compenetraram de uma nova mentalidade, o que não

<sup>673</sup> Arquivo Filinto Müller, FGV/CPDOC.FM chp sips Piauí.

<sup>674</sup> Cláudio Brasil Pacheco. n. Campo Maior (PI), 1909 – f. Teresina (PI), 1993. Bacharel em direito pela Universidade do Brasil em 1931. Doutor UFPI, 1958. Professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito do Piauí. Secretário Geral do PNSP e do PPP. Deputado estadual (1935/1937). Suplente de Senador (1963/1967). Membro da delegação brasileira da Organização das Nações Unidas. Consultor Jurídico do Banco do Brasil. Autor intelectual da Constituição Estadual do Piauí (22/08/1947). Designado pelo presidente eleito Tancredo Neves, para fazer parte da comissão para redigir a Constituição de 1988. Redator do *Rio Jornal*, *Diário do Rio*, *A Manhã*, *O Jornal*, todos no Rio de Janeiro (1926-1932). Diretor de *O Tempo* de Teresina (1933/1939), colaborou com *Almanaque da Parnaíba*, *Resistencia* (1948), *O Dia* (1951), Fundador presidente da Associação Piauiense de Imprensa. Membro da APL. Publicou: *Tratado das Constituições Brasileiras* (14 volumes), *As Pedras Ficaram Magras* (Romance), *História do Banco do Brasil* (5 volumes), *Luzes e Água na Planície* (Poesia), *Novo Tratado das Constituições Brasileiras* (1990), *Roda Viva* (Romance) e outras públicas algumas inéditas. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.431. *Passim*.



corresponde às elevadas expectativas do eminente chefe da Nação; e, por outro lado, o povo aprecia com imensa, *sympathia* a vocação organizadora, no campo de produção da sociedade e da vida econômica em geral, de que Estado Novo tem dado provas abundantes. Subcrevo atenciosamente. Cláudio Pacheco – advogado - <sup>675</sup>.

Compreende-se pela resposta de Cláudio Pacheco, que o regime estava cumprindo o seu papel no seio da sociedade piauiense. Apesar disso, os seus governantes municipais não tinham assimilado as novas diretrizes do regime, ou mesmo não estavam querendo agir em função de aplicar as mudanças. O regime adotado estava sendo executado com eficiência pelo poder federal, mas não era aplicado plenamente por alguns setores estaduais. Interpreta-se que muitos aproveitavam para responder criticando algumas situações da política local, que desagradavam os seus interesses. Assim dizendo, a carta servia também para fazer críticas aos seus adversários políticos.

O estudo sobre a temática aqui tratada, mostrou que muitas destas respostas que buscavam informar de fatos particulares envolvendo a administração do estado e dos municípios, passava por atritos políticos, oriundos do novo rearranjo governamental instalado pela Revolução de 30, e agora pelo Estado Novo. Um órgão que buscava conhecimentos localizados, em especial nos municípios, muitas vezes muitos distantes dos olhos da capital e do governo federal. Essas investigações por meio das informações, nos “[...] municípios no sentido de coordenar elementos informativos de interesses da polícia preventiva<sup>676</sup>”, que demonstrou eficiência e penetração nos rincões do Brasil.

Nas documentações analisadas no arquivo<sup>677</sup> do CPDOC, há um tom único em relação ao Estado Novo, que o mesmo corrigiu as distorções dos procedimentos políticos, em relação aos atritos, manobras partidárias, jogo de poder, com a supressão dos partidos políticos. O Estado agora era o próprio Getúlio Vargas, cujo autoritarismo permitiu eliminar a necessidade de *corpos intermediários* entre o povo e Getúlio Vargas<sup>678</sup>. O novo aparato estatal criado pelo getulismo permitiu essas mudanças e interligação maior entre o Estado e a população, consolidando a imagem do presidente como guia da nação.

A partir de 1939 as ações de propaganda e censura no Estado Novo ganham uma nova dimensão, pois imprimia nestes setores o que o Estado Novo se propõe, a primazia do

<sup>675</sup> Carta de Cláudio Pacheco (Campo Maior - PI) ao Chefe de Polícia Filinto Müller. 15/09/1939. Arquivo Filinto Muller, FGV/CPDOC. FM chp sips Piauí. d.105.

<sup>676</sup> GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial – ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Editora Marco Zero/CNPq, 1990.p.59.

<sup>677</sup> Arquivo Filinto Müller, FGV/CPDOC. FM chp sips Piauí.

<sup>678</sup> GOMES, Angela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: intelectuais e construção do mito Vargas. p.79-107. In.: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa. *O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.63.

executivo, respaldado pelo apoio jurídico da Constituição de 1937, pois somente um estado forte poderia viabilizar a verdadeira unidade nacional. Isto foi sem dúvida, uma ação que, com a criação do Departamento Imprensa e Propaganda (DIP), foi implementado de forma mais eficiente. O DIP substituiu várias estruturas. Sua criação está relacionada com a melhor centralização da informação no período, e ao mesmo tempo atuar energicamente em situações mencionadas nas correspondências recebidas pelo SIPS.

Sobre o DIP, temos no *Relatório*<sup>679</sup> de 1941, uma ampla exposição que esboça a atuação do departamento com diversos órgãos do governo federal e dos estados bem como suas ações na promoção do Estado Novo. Sua apresentação ao presidente Getúlio Vargas, assim se expressou Lourival Fontes:

[...]. No seu segundo ano de existência, êste Departamento ampliou ainda mais a esfera de suas atividades, cooperando eficientemente todas as divisões bem como a Agência Nacional, para desenvolver a propaganda do regime e das realizações governamentais no país e para tornar melhor conhecida no estrangeiro o Brasil, o seu progresso as características fundamentais do Estado Nacional, [...] <sup>680</sup>.

No fragmento acima compreendemos que o DIP tinha uma posição singular na estrutura governamental de Getúlio Vargas, pois tinha como objetivo também projetar a imagem do regime no exterior<sup>681</sup>. Portanto, nessa engrenagem de ação do DIP os intelectuais serão essenciais, como elaboradores dos discursos, pronunciamento, materiais diversos como manuais didáticos na produção de propaganda, tanto em relação ao governo federal como aos governos estaduais, legitimando ambos as ações em aspectos federal – estadual – local e como ressalta no fragmento, fora do Brasil.

Esse mesmo intelectual poderia ser uma representação, que reuniria os mesmos atributos para sedição de ideias subversivas, que atuariam para ameaçar as estruturas varguistas instaladas por uma construção ideológica de diversos intelectuais a serviço do regime<sup>682</sup>. Dessa forma, a vigilância, a censura e a repressão do Estado sobre as ideias divergentes, eram apenas constantes, eficientes e algumas vezes violentas.

<sup>679</sup> Relatório do Departamento de Imprensa e Propaganda de 1941. Lourival Fontes. Junho de 1942. ARQUIVO NACIONAL (RJ-BRASIL). Fundo: Gabinete Civil da Presidência da República 1930 a 1945. SDE 35. Subsérie: Departamento de Imprensa e Propaganda. Lata 510.

<sup>680</sup> Ibidem.p.1

<sup>681</sup> VIEIRA, Ana Paula Leite. *O departamento de imprensa e propaganda política do Estado Novo (1937-1945)*. Tese. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro (RJ). 2019.

<sup>682</sup> ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes. *O risco das ideias – intelectuais e polícia políticos (1930 – 1945)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas /Fapesp. 2006. História da Repressão e da Resistência. p.114-115.

## 4 OS INTELLECTUAIS EM AÇÃO

O Brasil realizou a sua emancipação política, constrói agora a sua emancipação econômica e inicia finalmente, a sua emancipação cultural. As responsabilidades dessa magna tarefa têm recair necessariamente sôbre os intelectuais e os homens de pensamento(*sic*).

*Getúlio Vargas*

Este capítulo tem como propósito refletir sobre a operação política getulista dos intelectuais piauienses em diversas frentes no estado e fora dele. Essa ação resultou não apenas no compartilhamento nas faces promotoras do Estado Novo, como a educação e saúde, mas na união de piauienses ausentes do estado, ao projeto em voga, da mesma forma que a integração dos intelectuais em eventos nacionais como o Congresso de Brasilidade.

Igualmente compreendemos que toda ação política, possibilita uma reação, mesmo que não seja igual e nem proporcional, mas ocorre nos seus moldes dentro do contexto possível em uma dinâmica na qual opera o Estado, logo, inserimos alguns questionamentos intelectuais e políticos a ação do Estado Novo no estado, apresentando os opositores políticos e intelectuais ao que estava sendo realizado pelo interventor Leônidas Melo.

### 4.1 Atuação dos intelectuais piauienses no estadovismo no Piauí

Segundo Francisco Alcides do Nascimento, “[...] não se tem notícia de nenhum integrante da Academia Piauiense de Letras no primeiro escalão, mas isso não significa que não tenha havido a contribuição da intelectualidade”<sup>683</sup> na interventoria de Leônidas Melo, pois como observamos, os próprios políticos que exerceram cargos-chave, entre eles, o próprio interventor e o prefeito da capital, exerceram estas posições também quando construíram reflexões sobre a organização da sociedade e do Estado. Além de defensores da

---

<sup>683</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.p.86. Este trabalho apresentado como Tese de doutorado em História, tem como objetivo analisar o processo de modernização de Teresina, durante o Estado Novo, envolvida sobre os incêndios que ocorreram nesta capital.

ordem, ajudaram a construir um pensamento formador de opinião ou simplesmente criar um clima de união e conagração.

A capilaridade de intelectuais ou mesmo de mediadores culturais, foi uma constância, mesmo que a princípio os operadores de ideias que exerceram cargos na estrutura administrativa da interventoria não fossem reconhecidos como intelectuais. No transcorrer do governo, se comportaram e agiram com essa especificidade. Com o tempo, suas ações no meio político e cultural lhe deram acesso a instituições acadêmicas de cunho literário, como a APL, muitos já eram oriundos do setor educacional<sup>684</sup>.

Outros, mesmo não ocupando posições diretas na burocracia do estado se fizeram presentes no Piauí ocupando diversos espaços de sociabilidade, produzindo ou interpretando os discursos, mas, de uma forma ou de outra construindo a ideologia em torno do projeto político de Vargas. Esses colaboradores foram de fundamental importância na construção da imagem do novo regime no estado, principalmente na construção de um discurso hegemônico de uma nova ordem, com o fortalecimento do Estado e dos seus agentes executores no âmbito federal, Getúlio Vargas, e no espaço estadual, Leônidas Melo.

Entre estes construtores diretos de ideias que exerceram funções públicas, podemos mencionar Artur de Araújo Passos<sup>685</sup> e João Bastos. Artur Passos exerceu a direção da Imprensa Oficial<sup>686</sup> do estado de 1935 a 1945, promovendo nesse departamento de comunicação do governo uma ampla reforma, tornando-se para a interventoria uma estrutura de propaganda essencial. João Bastos exerceu um cargo técnico na direção do Departamento Estadual de Estatística (DEE), entre 1935 a 1950, desempenhando atividades no levantamento de dados diversos do Piauí para conversão de informações estatísticas que subsidiaram várias ações administrativas e narrações sobre o estado.

Artur Passos, era jornalista, com publicações que giravam em torno da política, biografia, folclore regional, foi identificado na literatura piauiense como modernista, escrevendo contos e crônicas. Era completamente interligado com a vida pública, que lhe

<sup>684</sup> NEGREIROS, Vanessa Soares Negreiros. *Em busca da geração perdida: formação escolar e intelectual de homens de letras em Teresina*. Teresina: EDUFPI, 2015.

<sup>685</sup> Artur de Araújo Passos. n. Jerumenha (PI), 1882 - f. Teresina (PI), 1977. Trabalhou como comerciário e servidor público. Foi Diretor da Imprensa Oficial de 1935 a 1945. Presidiu a Associação Profissional dos Jornalistas do Piauí. Prefeito da cidade de Jerumenha (PI), vereador em Teresina (PI) e chefe da Casa Civil do governador do Piauí de 1946 a 1947. Na cultura foi historiador e folclorista, colaborou com várias revistas, almanaques e periódicos da capital, pertenceu a Academia Piauiense de Letras. Publicou as seguintes obras: *História, Economia e Lendas; Conceitos Políticos Sociais do Município; Dois Vultos Piauienses; Folclore Piauiense; Campanha Municipalista; Lenda e Fatos; Esboço de Um Perfil* (sobre Higinio Cunha); *Abdias Neves – Homens e Eventos de Sua Época; Nas Ribas do Gurgueia* e outras obras. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.431. *Passim*.

<sup>686</sup> Criada em 27/02/1911.

permitiu ocupar diversas funções. Foi o responsável pela reestruturação da Imprensa Oficial, órgão responsável pela imprensa do governo, produzindo publicações, como as mensagens governamentais, relatórios, anuários estatísticos, comunicação oficial, e de entidades como APL e outros. Mas, principalmente, responsável pela publicação e distribuição do *Diário Oficial* do estado do Piauí, que foi reestruturado, ganhando um novo formato, para além de um órgão oficial de comunicação e publicitário dos atos oficiais dos poderes, tornando-se mais um mecanismo eficiente de imprensa com aspectos noticiosos, informando os eventos que aconteciam no estado e fora dele.

A Imprensa Oficial começou o seu processo de modernização ainda na interventoria de Landri Sales, porém, durante a administração de Leônidas Melo, a mesma se transformou no principal ambiente de impressão do estado, responsável tanto por suas publicações, como de instituições particulares. O *Diário Oficial*, sob a direção de Artur Passos, tornou-se o principal veículo de comunicação do Piauí. Isso pode ser comprovado pela seguinte afirmação “[...] O ‘Diário Oficial’ circula pontualmente, com uma tiragem de 3.000 exemplares [...]”<sup>687</sup>.

Esse número foi resultado da modernização do seu parque gráfico, com aquisição de equipamentos modernos que melhoraram sua imagem e dinamizaram sua impressão. Essa mudança na linha editorial do *Diário Oficial*, tinha também a necessidade de suprir o estado de um jornal periódico<sup>688</sup>, até porque na capital, o único jornal que teve uma certa periodicidade de circulação durante o Estado Novo foi o jornal *Gazeta* (PI).

O *Diário Oficial* circulava, como já mencionamos, com os informes dos poderes, contudo, no seu conteúdo ganhava forma de um jornal de notícias diárias, com informações diárias sobre os acontecimentos no Brasil e no mundo, repassadas pela Agência Nacional. Este órgão foi criado pelo governo Vargas, em 1/03/1937, que tinha entre os objetivos enviar informações para os periódicos oficiais e particulares com notícias sobre o cotidiano administrativo do governo federal. O *Diário Oficial* do estado do Piauí, ainda comportou a inserção de propagandas diversas de empresas, profissionais liberais, dentre outras, em suas páginas, criando mais dinamicidade, condições publicitárias de atração para seus leitores.

<sup>687</sup> PIAUÍ. *Relatório*. Apresentado ao Exmo, Sr. Dr. Getúlio Vargas, D. D, Presidente da República pelo Interventor Federal no Estado Dr. Leônidas de Castro Melo. Teresina: DEIP, 1942.p.120.

<sup>688</sup> Os jornais que circularam na capital, Teresina, no período de 1937 a 1945, eram os seguintes jornais: *Jornal Gazeta* (1937 a 1945), *Monitor Comercial* (1937 a 1939) e *Vanguarda* (1939) e *Piauí* (1945), Cf. OLIVEIRA, Thamyres Sousa de Oliveira. *O jornalismo piauiense e a censura em tempos de Estado Novo*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina (PI), 2016. E na obra Cf. PINHEIRO FILHO, *História da imprensa no Piauí*. 3 ed. Teresina: Editora Zodíaco, 1997, que cita os seguintes jornais: *Jornal do IAPC* (1938) e *Língua de Sogra* (1943). Este era elaborado no Rio de Janeiro – datilografado, era um jornal que fazia uma crítica aos estudantes piauienses, residentes no Bairro do Catete. Era elaborado por A. Tito Filho e depois contou a com a ajuda de Petrarca Sá e Tibério Nunes, ambos estudantes que viriam a se tornar jornalistas, professores e políticos.

Em 27/12/1939, todo o sistema de propaganda e censura é reestruturado com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que tinha como principal objetivo divulgar o regime político e criar canais de conexão com os setores intelectuais. Dentro do seu arcabouço estrutural, imprimia uma censura aos elementos contrários ao regime. Este órgão estava diretamente ligado ao presidente Getúlio Vargas. Sua estruturação e direção ficou a cargo de Lourival Fontes de 1939 até 1942, o homem do DIP. Foi incorporando várias estruturas e se transformando em um super órgão dentro do Estado Novo, com várias divisões e seções, uma estrutura direcionada para enaltecer a imagem de Getúlio Vargas, o carisma e a qualidade do benfeitor<sup>689</sup>. Sobre os poderes do DIP:

O DIP passou a ter poderes para: censurar, controlar, sancionar, cobrar, taxas, conceber isenções, prêmios, favores, cuidar dos direitos e deveres de funcionários e empresas, zelar por direitos autorais, intermediar convênios, cadastrar todos os funcionários e empresas envolvidas com a comunicação. Enfim, a intervenção do Estado, regulada nos mínimos detalhes, institucionalizava-se com a criação do DIP<sup>690</sup>.

Nesse sentido, o DIP não era apenas um simples departamento da estrutura do Estado Novo, mas a visão, voz, audição que criava os mecanismos de ação do Estado para se aproximar do povo, bem como de repressão e censura. Sua organização tinha um campo de execução, que extrapolava a imprensa e a propaganda, e vigiava as atitudes individuais e coletivas dos indivíduos que permeavam os espaços diversos da sociedade.

O raio de ação do DIP era completamente pulverizado, pois criava mecanismos para que todos se sentissem responsáveis pela implantação das ações do governo Vargas, ou mesmo temerosos pela reação do governo. Constituiu-se, portanto, em um órgão de imprensa e propaganda que também era de vigilância e limitação de atitudes e atos que fossem considerados ofensivos ao regime e a Getúlio Vargas.

Os estados não ficaram de fora do processo da centralização e da promoção da propaganda por meio de um órgão próprio. Em 1940, foram criados nos estados da federação os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs)<sup>691</sup>, sob orientação direta do DIP. “Na verdade, o DEIP fora concebido à imagem e semelhança do DIP, com a função de estender aos estados as mesmas ideias, veicular a doutrina do Estado Novo e fazer cumprir as

---

<sup>689</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. p.37-58. In.: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

<sup>690</sup> GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial – ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Editora Marco Zero/CNPq, 1990.p.50.

<sup>691</sup> Foi criado por meio do Decreto-lei nº 2.557, em 4 de setembro de 1940.

normas do departamento federal”<sup>692</sup>. Esses órgãos, em conjunto, construíram toda uma organização para divulgação do regime, ao mesmo tempo em que criava mecanismos de repressão aos movimentos e ideias contrárias. As ações eram entre outras a publicação e o financiamento de obras como revistas, livros, jornais, programas nos rádios, seminários, encontros e outras categorias de publicações e eventos que valorizassem o Estado Novo e a pessoa de Getúlio Vargas.

O DEIP no Piauí exerceu suas ações de forma muito eficiente na divulgação de obras e ao mesmo tempo, exercendo o controle sobre qualquer movimento contrário às ideias do governo, exercendo um dispositivo eficiente de censura. Na direção do DIEP no Piauí, sempre tivemos pessoas que eram ligados ao mundo acadêmico, jornalístico e literário<sup>693</sup>. Este órgão patrocinou algumas obras, entre elas, as revistas da Academia Piauiense de Letras e publicações de alguns membros desta academia e outros autores e instituições. Acrescentamos nesse contexto de vigilância a atuação da Chefia de Polícia, órgão encarregado da censura no Estado, que constantemente estava em contado com a polícia do Distrito Federal, como podemos verificar na correspondência a seguir.

[...]. Teresina, 23 de novembro de 1939. [...]Tenho a satisfação de acusar recebido o seu ofício 26 de outubro, próximo findo, acompanhado do exemplar do relatório das últimas atividades esquerdistas, nessa Capital, apresentado pelo ilustre Delegado Especial de Segurança Política e Social. No particular, cabe-me assegurar-lhe que a polícia piauiense continuará na campanha de sempre, e agora mais revigorada, em face da sugestão, que me faz o destino coléga, contra os inimigos da ordem e do regimen, procurando evitar que, neste Estado, reorganizem as suas hostes. No momento, e apezar da rigorosa vigilancia, que mantemos, não nos foi possível descobrir, em nosso meio, qualquer indicio de rearticulação comunista. [...](sic)<sup>694</sup>.

A correspondência foi endereçada ao Chefe de Polícia do Distrito Federal, “Filinto Müller interpretava as funções de Chefe de Polícia como dirigida para a detenção de elementos suspeitos de conspirar contra o Estado Novo<sup>695</sup>”. O Chefe da Polícia do Piauí, na época o Des. Cromwell de Carvalho, colaborava com a chefia central no combate às ideias comunistas. O conteúdo da carta caracteriza uma troca de informações entre os estados e a chefia geral de repressão a atos e ações subversivas ao regime. A carta nos informa como a

<sup>692</sup> GOULART, *Op. cit.*p.78.

<sup>693</sup> OLIVEIRA, Thamyres Sousa de Oliveira. *O jornalismo piauiense e a censura em tempos de Estado Novo*. Dissertação de Mestrado em Comunicação Social. (Programa de Pós-graduação em Comunicação Social). Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina (PI), 2016.

<sup>694</sup> Telegrama do Chefe de Polícia do Piauí, Des. Cromwell Barbosa de Carvalho para Chefe de Polícia do Distrito Federal Filinto Müller em 23/11/1939.Arquivo Filinto Müller. FGV/CPDOC. FM 33.02.21 chp/ad pasta II.

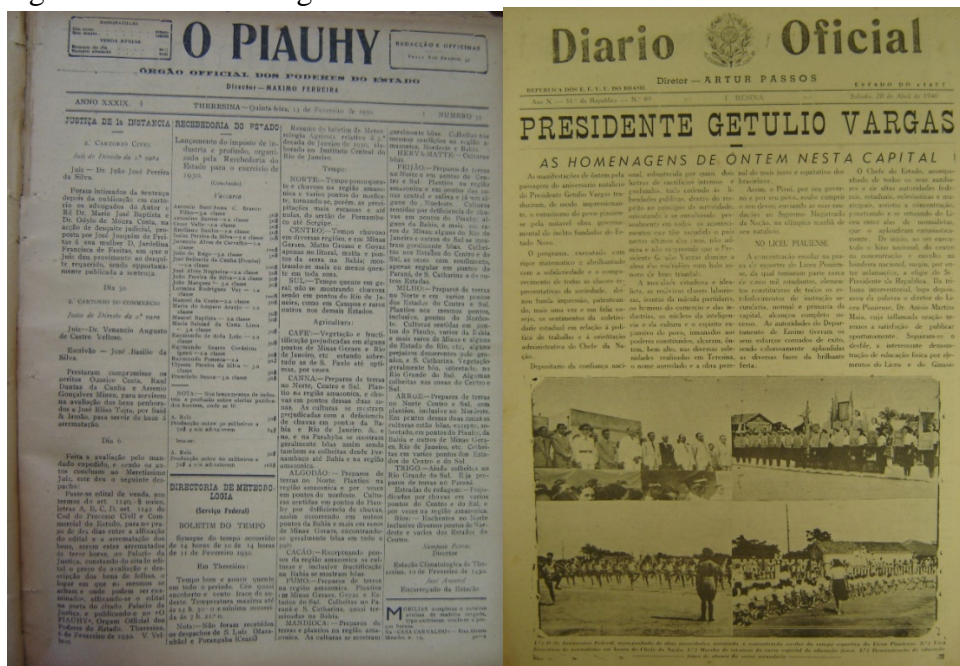
<sup>695</sup> DULLES, John W.F. *Getúlio Vargas – Biografia Política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1967.p.225.

imagem do regime na sociedade era forte, e ao mesmo tempo, menciona que as ações de vigilância são constantes, para evitar a propagação da doutrina comunista.

Essas atitudes buscavam preservar a implantação das diretrizes do governo, em que a atuação do DIP e dos DEIP's<sup>696</sup> e a Chefia de Polícia nos estados, tinha a função de manter uma conexão perfeita para bom desempenho das suas intervenções específicas na censura e na promoção do governo.

Sobre as mudanças visuais implantadas por Artur Passos no *Diário Oficial* do estado do Piauí, temos as seguintes imagens que nos dão a dimensão das alterações gráficas que este periódico sofreu do período de sua criação até o Estado Novo. Sob uma nova mediação cultural ganha a fisionomia de um jornal diário, com manchete, uma linguagem jornalística, como meio de comunicação de massa, um bem cultural com conteúdo genérico. Tornou-se um espaço que integrou vários colaboradores que coletavam, redigiam e publicavam notícias diversas, porém direcionadas para a propaganda do governo e a repressão de adversários e suas doutrinas.

Figura 10 – Fotomontagem dos diários oficiais do estado do Piauí



Nota: O primeiro (13/02/1930) ainda com o título de *O Piauíhy – Órgão Oficial dos Poderes do Estado*, com direção de Máximo Ferreira; do segundo (20/04/1940) já com o título de *Diário Oficial*, sob a direção Artur Passos.

Fonte: O autor, 2021.

<sup>696</sup> “Na sua missão, o Departamento de Imprensa e Propaganda vem obtendo a valiosa colaboração dos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda, que de acordo com o decreto-lei nº 2557, de 4 de setembro de 1940, foram constituídos em vários Estados”. (p.2). trecho que denota a importância deste órgão na estrutura de comunicação do Estado Novo. Cf. Relatório do Departamento de Imprensa e Propaganda de 1941. Lourival Fontes. Junho de 1942. ARQUIVO NACIONAL (RJ-BRASIL). Fundo: Gabinete Civil da Presidência da República 1930 a 1945. SDE 35. Subsérie: Departamento de Imprensa e Propaganda. Lata 510.



Como podemos analisar pelas fotos acima, o layout do diário oficial do Piauí, adquiriu um visual moderno que contribuiu para modernizar a propaganda em relação ao Estado Novo. Observa-se no primeiro diário oficial – *O Piauí* um design simples, apenas com o intuito de informar os atos dos poderes. A segunda imagem, *Diário Oficial*, traz as mudanças, como a possibilidade de deixar o discurso escrito marcado por uma memorização visual, representada pelas fotografias jornalísticas que cercavam os atos e ações da interventoria de Leônidas Melo e dos demais eventos do estado. Outro ponto importante, em relação a imagem acima, é que havia um engajamento nas comemorações estabelecidas pela política nacional; na edição aqui apresentada, representado pelas matérias vinculadas às comemorações que envolviam a data de aniversário de Getúlio Vargas.

Segundo Paulo Gutemberg de Carvalho<sup>697</sup> essa mudança no setor do fotojornalismo no Piauí foi favorecida pela presença do fotógrafo Guilherme Müller<sup>698</sup>, oriundo de Belém, convidado por Artur Passos para trabalhar na Imprensa Oficial do estado em 1939, que já contava com outro fotógrafo, Valdir Fortes. Ainda segundo autor acima:

[...] o trabalho de Guilherme Müller se ajustava duplamente aos programas de divulgação e propaganda do Estado Novo no Piauí: seja confeccionando clichês de imagens fotográficas (inclusive em forma de montagens) e de outras ilustrações para impressão nas publicações oficiais (jornal, relatórios, folhetos, anúncios), seja produzindo, como fotógrafo, imagens para enaltecer o regime e as obras dos governantes – o interventor federal e o prefeito municipal<sup>699</sup>.

O trabalho fotográfico de Guilherme Müller proporcionou no estado do Piauí uma propaganda mais aprimorada por parte dos órgãos estaduais envolvidos neste processo de divulgação do Estado Novo. A escrita dos intelectuais nos discursos políticos, resultou em uma riqueza de associações entre as escritas e as imagens. Essa configuração possibilitou um processo de legitimação muito mais coeso para o regime, com uma intervenção estatal mais elaborada e dinâmica no olhar e na leitura do novo cidadão a ser construído pelo Estado Novo.

<sup>697</sup> SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *Guilherme Müller e a invenção visual de Teresina*. Teresina: Editora Nova Aliança, 2017.

<sup>698</sup> Guilherme Barreiros Müller. Natural de Belém (PA), nascido em 1913 e falecido em Teresina (PI), em 1994. Aprendeu o seu ofício na Escola Profissional do estado do Pará. Trabalhou no jornal *Folha do Norte*, o maior jornal do Pará. Veio para Teresina (PI), para trabalhar na Imprensa Oficial do estado, depois passou para outros órgãos como Departamento de Estradas e Rodagens do Piauí (DER-PI) e Departamento de Polícia Técnica da Secretária de Justiça e Segurança Pública, constituiu família em solo piauiense e fundou o famoso Foto Müller em 1940. Cf. SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *Guilherme Müller e a invenção visual de Teresina*. Teresina: Editora Nova Aliança, 2017. p. 14-16. *Passim*.

<sup>699</sup> *Ibidem*.p.51-52.

Sob a direção de Artur Passos foi implantado um laboratório fotográfico que empreendeu com maior amplitude o fotojornalismo no periódico oficial, colocando a imagem como veículo de notícias e de publicidade do governo. Este setor ficou a cargo do fotógrafo Guilherme Müller, cujas imagens começaram a circular e a fazer parte do contexto de revistas, relatórios, boletins, painéis de exposições. Dentre as imagens eram retratadas praças, prédios, inaugurações, solenidades dentre outros eventos, refletindo que o olhar precisava também ser educado no Estado Novo, visualizando pela lente do fotógrafo o progresso do Estado<sup>700</sup>.

Depreende-se sobre ação do *Diário Oficial* do Piauí e suas modernizações editoriais, citando a introdução do fotojornalismo como um trabalho de equipe de profissionais<sup>701</sup>, temos como mostra disso os profissionais que faziam parte do quadro da Imprensa Oficial do estado, como editores, redatores, fotógrafos e diagramadores e outros. Essas alterações foram atos diretos do seu diretor Artur Passos e colaboradores, que transformaram este veículo de comunicação oficial dos poderes em um órgão de comunicação eficiente, principalmente depois da instituição do DIP e a criação do DEIP<sup>702</sup> estadual.

Se Artur Passos era o homem da Imprensa Oficial no Piauí durante o Estado Novo, João Bastos era o sujeito responsável pelos dados estatísticos que subsidiavam os argumentos oficiais da imprensa e as ações em relação as políticas públicas do interventor Leônidas Melo. João Bastos foi o diretor do Departamento Estadual de Estatística (DEE) durante todo o governo constitucional de Leônidas Melo, inclusive durante a sua interventoria, permanecendo no cargo até o início dos anos 50. Isto é um fato que comprova sua capacidade na gestão deste órgão, e dos dados levantados pelo DEE que mapeavam as ações do estado, alicerçando os argumentos dos intelectuais que colaboraram com as ações do Estado Novo no Piauí.

João Bastos, como diretor geral do DEE, foi responsável pela estruturação de todo o sistema estatístico do estado. Sua ação a frente deste departamento promoveu a produção de boletins estatísticos, anuários, censos diversos, produção de mapas, sinopse estatísticas, tábuas itinerárias (rodovias, estradas, navegação fluvial, ferrovias e redes áreas), monografias descritivas municipais, dentre outros materiais. O DEE contribuiu com a estruturação dos

---

<sup>700</sup> *Ibidem*.

<sup>701</sup> MONTEIRO, Charles. História e fotojornalismo: reflexões sobre o conceito e a pesquisa na área. Revista *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 8, n.º. 17, p. 64 - 89. jan./abr. 2016. p.74.

<sup>702</sup> A ação dos DEIPs nos estados foi elogiada por Lourival Fontes, pois estes órgãos funcionavam como um braço estadual do DIP.

setores estatísticos nos municípios, com a cooperação nos censos nacionais organizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outros órgãos do governo federal.

Ação de João Bastos era notória no DEE, vejamos o seguinte fragmento da revista *A Economista*<sup>703</sup>, que traz uma edição especial contemplando os estados do Piauí e Maranhão, com reportagens que enfocam diversos aspectos dos referidos estados. Sobre o Piauí, as matérias tiveram várias fontes, entre elas, as informações e o trabalho desempenhado pelo DEE. Observe o seguinte trecho: “O Estado do Piauí possui um serviço de estatística digno de destaque. E esse destaque não é notado apenas dentro daquele Estado, mas em todos os ângulos do quadro estatístico brasileiro<sup>704</sup>(sic)”. O extrato reconhece o trabalho desempenhado por João Bastos na montagem e estrutura deste departamento, promovendo a visibilidade das ações da interventoria de Leônidas Melo, principalmente no Estado Novo.

O DEE, por ação do seu diretor João Bastos, colaborava com diversos veículos de comunicação do estado e fora dele, como revistas, jornais, almanaques, magazines, anuários e outros. Essa sua colaboração ocorria em diversas frentes, divulgando dados estatísticos do estado, com a elaboração de artigos que tratavam de temáticas relacionadas à pesquisa de dados e ao crescimento do estado em diversos setores. O DEE organizava e participava de exposições nacionais e internacionais, um exemplo foi a Primeira Exposição de Educação e Estatística no Rio de Janeiro e a Feira de Milão (Itália)<sup>705</sup>, ambas em 1937. Sobre a importância de divulgar os dados como forma de propaganda do estado, assim se expressou João Bastos:

A publicidade é uma atividade digna, honesta e alevantada, representando um grande veículo para difusão de tudo aquilo que, necessitando de ser conhecido dever ser propagado e divulgado em todos os meios, em todos os centros. Ela é útil a toda a gente, a todas as profissões. Amparemos, pois, sob todos os aspectos e publicidade piauiense, na convicção de que, com isso concorreremos, também, para a grandeza do Estado<sup>706</sup>.

<sup>703</sup> Revista *A Economista* (PE). Março/1938. Revista do estado de Pernambuco, tinha caráter publicitário de “Informações, Finanças, Agricultura, Comércio, Indústria, Crítica e defesa de classe”. Neste exemplar, se auto afirmava “O magazine mais antigo do Norte do Brasil”. O diretor era Angelo Cibella e tinha agências e correspondentes em vários estados e países. Circulava no Brasil e América. Este exemplar foi edição especial trazendo informações sobre o Maranhão e o Piauí.

<sup>704</sup> Revista *A Economista* (PE). Março/1938. p.1476. O serviço de estatística do estado do Piauí (p. 1476-1477). Nesta revista foram apresentados diversos aspectos do Piauí, tanto das ações dos órgãos do governo interventorial, como das ações em diversos municípios, com dados e imagens que demonstravam o caminho do progresso no Estado Novo.

<sup>705</sup> *Op. cit.* p.1.481. Nesta exposição, o Piauí apresentou entre os produtos a cera da carnaúba e o algodão. Aquela, ocupava o primeiro lugar na exportação do estado e este, denominado de “ouro branco”, era o segundo produto de exportação da balança comercial piauiense.

<sup>706</sup> *Almanaque da Parnaíba*. (Parnaíba- Piauí). Ano XV. 1938.p. 295.

As pesquisas para João Bastos, falavam por si só. O crescimento do estado, para ele, não era apenas um trabalho de levantamento de informações, tabulações de dados, classificação e etc., mas sim uma ação governamental que servia como parâmetro para os seus empreendimentos e propagandas de suas execuções. As informações coletadas pelo DEE precisavam ser publicizadas como prova de evidência de uma excelente administração, ou em suas palavras, “para a grandeza do Estado”. João Bastos, neste propósito de difusão da imagem do estado ainda criou um jornal, em 1937, intitulado o *Monitor Comercial*<sup>707</sup>, após a instalação do Estado Novo. Esse impresso promovia os governos de Leônidas Melo e de Getúlio Vargas, por meio da divulgação de informes comerciais, econômicos, estatísticos, governamentais e com o uso de imagens para ampliar sua força visual.

A divulgação do estado nos meios de comunicação foi ação constante da interventoria, as informações coletadas pelo DEE eram base fundamental para essas matérias, um exemplo foi a publicação no jornal *A Noite*<sup>708</sup>(RJ) que no seu caderno de suplemento, trazia uma matéria com o título *Terezina, cidade crômo*, a qual abordava uma série de informações sobre o crescimento e desenvolvimento da cidade e do estado. Segundo o fragmento da reportagem acima “[...] O interesse pelo Piauí e sua bela capital ultrapassa as fronteiras do país, sendo constantes os pedidos de informações que tanto do Brasil como do estrangeiro, chegam à Diretoria de Estatística”<sup>709</sup>. A seguir a montagem das imagens das páginas da reportagem mencionada:

---

<sup>707</sup> Jornal *Monitor Comercial*. Diretor João Bastos, o gerente era Virgílio Ribeiro Soares. Começou a circular em Outubro de 1937. Essa primeira edição já trazia o seu objetivo, antes da instalação do Estado Novo, constava uma pequena reportagem com o título “Teresina – Capital do Estado”, com o subtítulo “O progresso de Teresina, é inegável e está ao alcance de todas as vistas”. p. 20.

<sup>708</sup> Jornal *A Noite* (RJ) – suplemento/ Secção de Rotogravura. 29/03/1938. p. 28-30. Acervo da Biblioteca Nacional (BN-RJ).

<sup>709</sup> *Ibidem*. p. 28.

Figura 11 – Notícias do estado do Piauí sob a administração do interventor Leônidas Melo



Nota: Montagem da reportagem no *Jornal A Noite* (RJ).

Fonte: *Jornal A Noite* -Seção de Rotogravura. 29/03/1938. p. 28 – 30.

A reportagem sobre o estado menciona o desenvolvimento em diversos setores; obras públicas, exportações, receitas, assistência ao povo, todos esses leques de alterações traçam na administração da interventoria de Leônidas Melo, uma de sintonia com a política nacional. As fotos que ilustram a matéria, apresentam a notícia com ação política que se utilizava do reforço visual para o leitor compreender o ambiente de mudanças ocorridas em todo o estado em diversos setores.

A cidade de Teresina é colocada como uma cidade de resistência no sentido de força, mas aberta as transformações, uma cidade interligada ao processo de unidade nacional e à construção de nossa identidade nacional, guiando o Piauí para estar entre os estados “leaders”, termo usado na matéria e muito frequente na escrita e nos discursos dos intelectuais do período.

No Estado Novo as instituições foram um celeiro de intelectuais, indivíduos que davam vazão ao discurso estadonovista. Dessa maneira, órgãos de estatísticas foram espaços de atuação desses sujeitos, bem como uma fábrica que alimentou muitos discursos do período. Esses levantamentos realizados pelos órgãos estaduais de estatísticas, coordenados na sua maioria pela atuação do IBGE, buscavam visualizar os problemas em todos os campos. Essas informações e atuações desses órgãos eram essenciais, consideradas tanto quanto as questões

educacionais e culturais. Seus conhecimentos buscavam dar subsídios na direção das ações governamentais, tanto nacional, quanto regional, local ou municipal<sup>710</sup>.

Neste contexto, Artur Passos, Guilherme Müller e João Bastos entram na acepção da mutação da noção de intelectual, que nos leva a pensar como criadores e mediadores culturais nos seus ambientes naturais de trabalho, como na Imprensa Oficial/DEIP, o DEE ou na captura das imagens pela lente da máquina fotográfica. Eles criavam uma ótica das transformações porquê passava o estado do Piauí durante o Estado Novo. Isso nos assegura identificar uma ampliação sociocultural, em que a história dos intelectuais é um campo aberto de cruzamentos da história política, social e cultural, e as transformações nestes espaços nos levam a conhecer mais intelectuais que atuam em diferentes cenários e lugares<sup>711</sup>.

Não só a cidade de Teresina, mas outras cidades do estado eram colocadas como seguidoras do processo de progresso, seguindo o modelo da capital. A outra cidade sempre presente nos discursos era Parnaíba, cidade comercial e espaço de muitos intelectuais que se pronunciaram em prol do novo regime. Esse discurso já vinha acompanhando as alterações desde a interventoria de Landri Sales, e na administração de Leônidas Melo se acentuou.

Incorporada aos discursos de progresso e desenvolvimento, a propaganda no Estado Novo realizada pelos governantes e ideólogos, teve na Constituição de 1937 um incentivo jurídico maior para a criação de políticas públicas para que seus estados buscassem a prosperidade. Estamos nos referindo ao dispositivo constitucional que mencionava que cada estado da Federação teria que organizar e manter seus serviços em relação às suas próprias receitas, como pena dos estados que não tivessem essa capacidade financeira, viessem a ser transformados em territórios, ou seja, perderiam o status administrativo de estado Federado, para território. O que estava asseverado na Carta Constitucional em seu Art. 8º:

[...]. Art. 8º A cada Estado caberá organizar os serviços do seu peculiar interesse e custealos com seus propios recursos. Paragrapho unico. O Estado que, por tres annos consecutivos, não arrecadar receita sufficiente á manutenção dos seus serviços será transformado em territorio até o restabelecimento de sua capacidade financeira. Art. 9º O Govêno Federal intervirá nos Estados mediante a nomeação, pelo Presidente da Republica, de um Interventor, que assumirá no Estado as funções que pela sua Constituição competirem ao Poder Executivo, ou as que, de accordo com as conveniencias e necessidades de cada caso, lhe forem attribuidas pelo Presidente de Republica: [...] <sup>712</sup> (sic).

<sup>710</sup> MIGUEL, Nadya Maria Deps; CORREIA, Maria Rosa dos Santos. *Os intelectuais no IPHAN e no IBGE na era Vargas*. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19141.pdf>. Acesso em: 20 de fev. 2021. p.10-11.

<sup>711</sup> SIRINNELLI, Jean – François. Os intelectuais.p.231-269. In.: RÊMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

<sup>712</sup> PORTO, Walter Costa. *Constituição de 1937*. 3 ed. Brasília: Senado Federal, 2012. Coleções Constituições Brasileiras. v.4.p.58.

Assim, os interventores e as articulações da política local temiam essa ação do governo federal, respaldado juridicamente na Constituição de 1937, em relação aos estados, pois a intervenção do governo federal para sanar a incapacidade financeira do estado, gerava a nomeação de um novo interventor, que poderia ser uma pessoa externa aos anseios locais, como determina a citação acima, no artigo constitucional.

A transformação do estado em território, seria acima de tudo, perda da sua autonomia, um retrocesso político e administrativo. O que se observa é um deslocamento de maior poder para o governo central, gerando consequências nas articulações locais que sofreriam sérias alterações. Como concluiu Michel Foucault, governar o Estado é manter a vigilância sobre os seus habitantes e as gerências das questões econômicas<sup>713</sup>, isto é, se os interventores locais nomeados perdessem esta capacidade, ainda enfrentariam uma situação de inferioridade governamental em espaço de poder entre os demais estados que mantivessem seu status.

Constitui-se deste modo, elemento que devemos ter como referência na ação, não apenas do interventor do Piauí, mas dos demais gestores federais nos estados. Pois o regime republicano, assinala que a República é formada por estados federados, deixando do ponto de vista administrativo os territórios em uma situação inferior administrativamente. Isto denota nos discursos de legitimação e de progressividade, que os estados na política do Estado Novo buscavam esse crescimento dentro da unidade nacional e na progressiva colaboração salutar como o governo federal com a política do Estado Nacional.

Sobre isso, vamos ter na ação do governo federal, na posição desenhada dentro desta nova política federal dada ao município, como uma posição que antes era relegada tanto politicamente, como do ponto vista administrativo, agora dentro da engenharia do novo regime este ente da nação ganha uma nova dimensão. Desde o processo revolucionário de 30<sup>714</sup> a ótica do getulismo em relação ao município já vinha sendo construída em bases mais solidas para ter do Estado uma ótica especial.

---

<sup>713</sup> FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998. Obra que vai discutir a soberania, disciplina a governabilidade observando o pensamento jurídico, em diversas instancias, inclusive sobre a relação entre os intelectuais e poder, na parte IV.

<sup>714</sup> CARVALHO, Menelick. *A revolução de 30 e o município*. Rio de Janeiro: DIP, 1942. (Arquivo do CPDOC-FGV – RJ). Uma produção intelectual que teve Menção Honrosa no concurso de monografias instituído pelo DIP, para promoção de produções intelectuais que promovesse o Estado Novo em diversos ângulos. As obras que tinham mais relevância eram premiadas e editadas pelo DIP e distribuídas nas instituições do Estado em todas as esferas. Essa obra vai destacar vários atributos importantes dos municípios no crescimento do país, mesmo especificando sobre os municípios do estado de Minas Gerais, serve para termos um parâmetro dessa discussão.

O próprio dia do Município<sup>715</sup>, criado no governo Vargas foi um momento político importante, estabelecendo uma legislação e dando notoriedade a esta parte do território nacional. Daí infere-se que o município era uma peça importante dentro da unidade nacional e tinha entre as datas comemorativas sua inserção no cotidiano do calendário comemorativo nacional. Assim, na construção da propaganda getulista pelos intelectuais a pauta em relação ao município se tornou uma constante.

Sobre esta data, temos a fala do prefeito da capital Lindolfo do Rego Monteiro, representando todos os gestores municipais do estado. Sua mensagem foi pronunciada a 1º de janeiro de 1939, na Casa da Justiça, em Teresina, em referência ao dia do Município.

[...]. A célula, então, vai se diferenciando até alcançar sua verdadeira finalidade que é a de representar um papel importante na estrutura geral do corpo. O mesmo acontece senhores, com a nação, que é constituída de um agrupamento de Estados e êstes, por sua vez, de municípios. Os municípios representam aqui a célula. [...]. Quase todas os governos tiveram, até o limiar do Estado Novo, uma vida atribulada e agonizante. [...]. De 30 até os fins de 1937 tudo correria bem se tivesse desaparecido, por completo, os fatores da politicagem que se avolumaram dia a dia. Compreendendo tudo isso na sua larga visão de invulgar estadista, foi que o grande Presidente Vargas se insurgiu patrioticamente, com a constituição de 10 de Novembro, oferecendo ao povo brasileiro e á admiração do mundo, o Estado Novo que é, indiscutível o estado salvador da nossa nacionalidade. O Brasil, senhores, conta na sua história política datas memoráveis. [...]. Em 1937 instalou, gloriosamente, o Estado Novo – que é o corpo e o espírito da vida brasileira. [...]. Neste momento em que assinala para nós, piauienses, integrandos do Estado Novo e guiados pelo governo sereno e bom e nobre do nosso grande Interventor, Dr. Leonidas de Castro Mélo, sem distinção de classes ou profissões, um dia memorável. [...]. Do Dia do Município recentemente creado [...], sistematizando a divisão territorial administrativa e judiciária, cuja significado atinge proporções de um lance emotivo e sem precedentes na nossa vida política, social e econômica<sup>716</sup>(sic).

O discurso de Lindolfo Monteiro, como prefeito da Capital e partícipe do processo de desenvolvimento do município no contexto da nação, ao elogiar o Estado Novo e a ação de Getúlio Vargas como primeiro patriota da nação. Como homem que acima de tudo conseguiu eliminar as divergências regionais e, pôs fim as ações de políticas que anulavam a integração do Brasil e o seu crescimento. O município era uma peça fundamental no processo, como uma “célula”, uma unidade básica do corpo, o município era unidade básica do Brasil, no qual com o seu desenvolvimento fazia o Brasil prosperar. Tudo teria que ter uma conexão perfeita, uma nação teria que ter um guia, Getúlio Vargas, o Estado, um interventor, como Leônidas Melo e

<sup>715</sup> Data criada pelo Decreto Lei 846 de 09/11/1938, para ser comemorado dia 1º de janeiro. Ressaltando a importância histórica, jurídica e cultural da vida municipal.

<sup>716</sup> MONTEIRO, Lindolfo do Rego. *Dia do município*. Teresina: Imprensa Oficial, 1939.p.3-6.



o município, um prefeito como Lindolfo Monteiro. Uma união de entes administrativos, para um único corpo, o Brasil nacional.

O município dentro da ótica de governo Vargas era uma peça importante no processo de centralização política, compreendido como um espaço territorial político dentro de um estado, em que o jogo de poder local exercia uma ação essencial na engrenagem da política estadual, e esta por sua vez na fisionomia do comando federal. Logo, o município tornava-se um *locus* de operação política varguista, não apenas na atuação de vigilância, mas de fortalecimento da política de Getúlio Vargas e de Leônidas Melo. Para restabelecer o poder do governo central, era preciso combater o imperialismo regional, portanto, o município era considerado um elemento importante nesta centralização política no Estado Novo,<sup>717</sup>.

O governo estabelecia uma ação de controle em todos os aspectos das instituições que formavam o Estado. Getúlio Vargas enxergava o Brasil como Estado nacional, pois possuía diferentes costumes, etnias e outros ângulos que dificultavam a construção da unidade nacional. Logo, todos esses elementos precisavam ser analisados e incorporados na ação do varguismo, como também na ação dos intelectuais que compartilharam o chamado para colaborar tanto com o nacional, como com o local.

Para os ideólogos do Estado Novo, a arte e a cultura, como as demais atividades, devem estar a serviço da nação. Os intelectuais são os que captam, são os intérpretes dos anseios da sociedade e, ao colaborarem com o Estado, tornam-no capaz de disciplinar, de coordenar, permitindo o funcionamento de um todo orgânico. O papel do Estado é sempre visto como o de tutor, de pai, diante de uma sociedade imatura, indecisa, carente de guia<sup>718</sup>.

O Estado e Getúlio Vargas eram como se fossem duas coisas em uma só, ambos se misturam, a nação e Vargas. Todos os discursos eram formulados e divulgados para fortalecer o regime, bem como todos as estruturas que cercavam o Estado Nacional. Os intelectuais e as ações políticas dos estados e municípios tinham que entrar em sintonia com a política nacional. No Piauí, a interventoria de Leônidas Melo era divulgada por diversos meios de comunicação no estado e fora dele. A explanação dos intelectuais piauienses sobre o progresso do estado, ocorria tanto internamente, como externamente, ou seja, os intelectuais que moravam fora também traçavam a ótica de progresso que passava o Piauí. É o que podemos verificar nas informações sobre o Piauí na imprensa do Rio de Janeiro, que se

---

<sup>717</sup> MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil 1930 - 1945*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1978.

<sup>718</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem. p.83-96. In.: D' ARAUJO, Maria Celina. (Org.). *As instituições brasileiras na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/Editora FGV. 1999. p.95.



O intelectual Berilo Neves era um verdadeiro propagandista da administração de Leônidas Melo. Para isso, utilizava de sua mobilidade nos meios culturais para escrever e anunciar o progresso e o desenvolvimento do estado do Piauí durante o período do novo regime. Exímio cronista, ele utilizava de sua habilidade literária para narrar o Piauí, como na crônica retratada na figura 12, com o título “*Entre Virgílio e Esculapio*”, na *Revista da Semana* (RJ).

Há Estados que têm, no Brasil o labôr silencioso da Gata Borradeira. Vivem no seu canto, trabalhando, produzindo, enriquecendo a coletividade com o suor do seu rosto e a força do seu braço. O Piauhy é um deles. Nasceu rico, como todos, e grande, como poucos. [...]. O Piauhy tem boi, que é carne; o algodão, que é a roupa; a farinha, que é o pão; a cêra, que é a luz e a musica; o babassú, que é o óleo e o sacramento... O vaqueiro piauhyense – magro, agílmo e bravo – pratica, sem o saber, a mais feliz autarchia. E’ um forte – irmão gêmeo daquelles cujo perfil robusto Euclides fixou no bronze palpitante dos “Sertões” ... [...]. O Piauhy não é, apenas, um deposito de materias primas, ou uma officina de trabalho mechanic. Tambem é uma Thebaida, onde ha homens que vivem do Pensamento; [...]. O Piauhy contemporaneo é um Estado-prodigio, que multiplicou, em 10 annos, a sua renda publica. Dirige-o Leonidas de Mello, um Esculapio civilizado, que tem a dupla religião da honestidade e do trabalho. [...] O medico, quando não é um bandido diplomado, é, sempre, um santo em estado potencial ... Leonidas, que herdou dos gregos o nome e a claridade do pensamento, quer fazer do Piauhy uma Sparta onde todos sejam fortes, sadios e felizes. [...] <sup>719</sup>(sic).

O trecho expõe os fatos que narram as riquezas do estado, seu cotidiano, aspectos econômicos, sociais e culturais que constroem uma fartura de um pedaço do Brasil, integrado ao contexto nacional de desenvolvimento. Aqui, o título da crônica traz uma analogia com a mitologia de Virgílio que narra a história de Enéas, sobrevivente da Guerra de Troia, que busca um novo lar. Esculápio, o deus na medicina e da cura, na mitologia grega. O interventor Leônidas Melo seria esse deus da mitologia, que buscava construir um novo lar para os piauienses, com fortuna do seu meio físico e humano. Como médico, utiliza dos seus conhecimentos e habilidades para curar os males, e fazer do piauiense um homem forte e bravo, habitando um estado em ascensão, ou seja, um piauiense novo, ou melhor, dentro da ótica estadonovista um homem novo, dentro de um Estado Novo, tudo em sintonia com o progresso.

As imagens inseridas na crônica, correspondem às edificações na capital do Piauí, assim identificadas: 1- Palácio de Karnac, sede do governo estadual; 2 – Trecho da Praça Pedro II, no fundo da foto, o Quartel da Força Pública, representa a principal praça da capital Teresina e onde também se localiza o quartel da polícia do estado; 3 – Praça Rio Branco e seu

<sup>719</sup> *Revista da Semana* (RJ). n° 29. Edição 32.1939,p.29. Número de aniversário.

relógio, que corresponde ao espaço de lazer, ambiente de encontro dos intelectuais e de atividade comercial e 4 – Liceu Piauiense, o principal colégio do ensino secundário.

Estas fotos foram inseridas para civilizar o olhar do leitor/cidadão para as transformações do estado e ao mesmo tempo permitir o conhecimento mais preciso da realidade. A crônica se torna mais autêntica com fotomontagem de algumas edificações que estavam sendo restauradas, construídas ou passando por um processo de modernização inerente ao progresso vivenciado pelo Piauí na administração de Leônidas Melo.

Ainda podemos deduzir das imagens presentes na crônica na *Revista da Semana* (RJ), outras apropriações com relação ao lema da bandeira brasileira “ordem e progresso”; o Palácio de Karnac e o Quartel da Força Pública representam a ordem, a manutenção de tudo funcionando, aplicando a orientação ao regime de maneira progressiva, com a proteção de toda a vida do estado. O progresso é a imagem da praça Rio Branco, moderna, ambiente de passagem, lazer e comércio, a presença do relógio, ordenando o ritmo do tempo e das transformações que o Piauí vivenciava. O Liceu Piauiense, local de conhecimento científico, marca da prosperidade, evolução educacional, assegurando ao estado o caminho da política do período.

No Estado Novo, as imagens foram uma ferramenta muito explorada por Getúlio Vargas e seus interventores para civilizar os seus cidadãos pelo olhar, captando nas fotografias as grandes realizações da política getulista<sup>720</sup>. Essas fotografias foram integradas nos diversos meios de comunicação utilizados pelos órgãos, como o DIP e o DEIP. Os intelectuais, como Berilo Neves e outros, incorporam a fotografia a seus escritos como forma de aliar a redação literária a uma imagem, fortalecendo a expressão, não só da escrita, mas do olhar. O cidadão precisava ser educado por completo.

As ações políticas de Getúlio Vargas e de Leônidas Melo eram vistas como necessárias para o desenvolvimento do Brasil, como também o caminho para alcançar uma política mais ampla com a participação do povo nessa nova ordem. Os intelectuais estavam de uma forma ou de outra construindo a ideologia do novo regime, fornecendo, legitimando, validando as ações do governo Vargas e dos interventores estaduais. “O intelectual deve, portanto, desempenhar papel vital na ‘nova ordem’, já que se constitui no ‘setor mais dinâmico da sociedade’ e como tal é o mais apto a dirigir ou assegurar o processo de mudança

---

<sup>720</sup> KOSSOY, Boris. *Os tempos da fotografia – o efêmero e o perpétuo*. São Paulo: Ateliê Editorial. 2007. Na segunda parte Imprensa e Memória – A Fotorreportagem no Brasil: O Pioneirismo de Hildegard Rosenthal e Mídia: Imagens, Ideologia e Memória. p.79-127, o autor explora esta relação entre fotografia e seu uso pela imprensa.

política”<sup>721</sup>, isto é, a cooperação dos intelectuais foi intensa ao processo político brasileiro em curso.

As comemorações foram, sem dúvida, o ambiente natural para que se produzissem locuções em torno do Estado Novo e se fortalecesse a narração em torno de Getúlio Vargas. Ressaltamos que a partir do processo revolucionário de 30, observa-se inúmeros indícios dessa construção não só da imagem de Vargas, mas de suas ações em torno do Estado, no sentido de se criar as transformações que o diferenciassse do período da Primeira República. É possível notar a associação à Revolução de 30 e à Getúlio Vargas, como guia e benemérito deste processo nos anos que seguiram após este movimento.

Entre estes momentos de celebrar o regime e a figura do presidente, estão as diversas solenidades cívicas, feriados, datas comemorativas e outros eventos. Algumas datas comemorativas<sup>722</sup> foram criadas, outras tradicionais, se revestiram de uma nova roupagem em relação a sua celebração. Entre as datas criadas se inclui o dia do Município (01/01), o dia da Raça (07/09), o dia do Índio (19/10) e outras. Entre as datas de celebrar e comemorar, temos o dia 10/11, data de instalação do Estado Novo e o dia 19/04, aniversário de Getúlio Vargas. Em relação ao contexto das tradições inventadas:

Pode-se observar uma nítida diferença entre as práticas antigas e as inventadas. As primeiras eram práticas sociais específicas e altamente coercivas, enquanto as últimas tendiam a ser bastante gerais e vagas quanto à natureza dos valores, direitos e obrigações que procuravam inculcar nos melhores de um determinado grupo: “patriotismo”, “lealdade”, “dever”, “as regras do jogo”, “o espírito escolar”, e assim por diante<sup>723</sup>.

No contexto acima destacamos que as tradições antigas, em nossa visão, não eram “coercivas”, mas repetitivas, no sentido de rememorar a população sobre determinado evento a exaltar. O termo “coercivas” recai na obrigação nacional de compelir a população a interagir com o evento celebrado. Logo, as inventadas tinham funções políticas e sociais para exaltar o entusiasmo popular com ampla divulgação na busca de promover as ideias pregadas pelo novo momento político, como o nacionalismo, a raça, a brasilidade, a unidade nacional, o

<sup>721</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma configuração do campo intelectual. p.71-108. In.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO; Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castros. *Estado Novo – ideologia e poder*. São Paulo: Zahar Editores 1982.p.93.

<sup>722</sup> Foram criadas outras datas comemorativas dentro do período do Estado Novo, como exemplo: Dia do Enfermeiro (12/05); Dia do Reservista (16/12); Dia do Panamericano da Saúde (02/12). Dia do Servidor Público (28/10).

<sup>723</sup> HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.). *A invenção das tradições*. 6 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.p.19.

homem novo ligando estes e outros elementos. Essas datas no Estado Novo irão ganhar um novo sentido, de atrair e dar ao povo novas datas para comemorar.

No calendário comemorativo e cívico, buscavam educar a memória construindo uma identidade com o Estado Nacional. Essas festividades que enalteciam sua importância na memória nacional, chamavam o povo para fazer parte do processo de progresso que vivenciava o país. Um exemplo marcante era o 1º de maio, o Dia do Trabalhador; uma data comemorada no mundo todo, mas no governo Vargas, este momento se revestia de um grande acontecimento, sempre comemorado em grandes espaços públicos, como avenidas, estádios e outros congêneres.

Era nesta data que o presidente Getúlio Vargas sempre anunciava um benefício ao trabalhador, como a instituição do salário mínimo, em 1940, que ocorreu no Estádio Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, com a presença de milhares de trabalhadores. Outro momento foi o anúncio da criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, que se tornaria a maior legislação de proteção e regulamentação do trabalhador no Brasil. Nestas festividades pretendia-se transformar Getúlio Vargas em um grande benfeitor da nação. Portanto, ainda comporta o entendimento de que:

Mais interessante, do nosso ponto de vista, é a utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas para fins bastante originais. Sempre se pode encontrar, no passado de qualquer sociedade um amplo repertório destes elementos; e sempre há uma linguagem elaborada, composta de práticas e comunicação simbólica<sup>724</sup>.

O Estado Novo foi muito eficiente nessa criação e na condução de novas tradições que tiveram nos intelectuais um grupo social imprescindível para elaborar e promover estas celebrações que permitissem uma configuração de novos elementos cívicos a se comemorar. Sobre as comemorações em torno do aniversário de Vargas, temos as homenagens que ocorreram em 1940 em Teresina, momento que contou com a presença de várias autoridades e personalidades do ambiente cultural do estado. Entre os que exaltaram a fala para honrar o nome de Vargas, temos Raimundo Ney Baumann, personalidade sempre presente nas festividades patrióticas e representante da classe trabalhadora do estado. Suas palavras foram pronunciadas na Praça Pedro II, aqui destacamos um trecho no qual se dirige aos trabalhadores:

---

<sup>724</sup> HOBSBAWN. *Op. cit.* p 14.

Trabalhadores do Piauí: A compensação dos deveres de cada um para com a Pátria, reside menos nos arrebatamentos patrióticos, nos transportes entusiásticos de que na consciência límpida de cada cidadão, de ante do próprio povo. Aquêles que jamais se divorciaram de suas obrigações e que, nas mais difíceis circunstanciaram de suas obrigações e que, nas mais difíceis circunstâncias da vida nacional [...]. Nêste caso, senhores, está a nossa homenagem de hoje – o grande presidente Getúlio Vargas. [...] O Estado Novo é uma organização nacional, em que qualquer brasileiro, por mais humilde que seja, poderá se quiser, colaborar na medida de sua capacidade com o governo. [...]. No Estado Novo a política foi purificada, [...]. Os comunistas, os integralistas e, enfim, os inimigos das nossas tradições foram dispersados pela mão enérgicas do Chefe da Nação, [...] realizações: Justiça e Orem Constitucional, Padronização Orcamentaria [...]. No que diz respeito ao amparo do trabalhador, posso além de outras, destacar as seguintes leis que representam a redenção dos trabalhadores nacionais: - a lei instituindo às 8 horas de trabalho e o consequente pagamento das outras excedentes [...] <sup>725</sup>(sic).

O interventor Leônidas Melo sabia lidar não só com as palavras, mas com as pessoas em ocasiões específicas. A presença de Ney Baumann, mas sobretudo o seu discurso direcionado à classe dos trabalhadores piauienses, nessa ocasião e em outras anteriores ao Estado Novo, moldava elementos para criar uma ponte de comunicação entre as ações do governo e a classe trabalhadora. Isto foi possível devido à grande influência de Baumann neste seguimento social. Sua fala tem uma sincronia de ideias com o novo regime, pois a mesma tem a finalidade de comunicação política com o povo. Ele tem esse papel de interlocutor ao informar as transformações e benefícios à população estabelecidos pelas políticas públicas do Estado Novo na pessoa de Getúlio Vargas.

Não obstante, a presença desse representante dos trabalhadores tem um duplo significado, ao mesmo tempo em que seu discurso passa por várias ações políticas implementadas por Vargas, não só beneficiando a classe trabalhadora, mas ao país, Ney Baumann atua como ator político no processo, e ao mesmo tempo age como um intelectual. No seu discurso, o Estado e o povo se reconhecem mutuamente, visto que, sua linguagem adentra as camadas sociais, reforçando esta data comemorativa, que é o aniversário de Getúlio Vargas.

As comemorações públicas sempre foram um palco por excelência para a propaganda e promoção do varguismo para a população, isso possibilitou o avanço da “*governamentabilidade*”, como ressalta Ângela Castro Gomes<sup>726</sup>. O Brasil dos anos 30 e 40 foi construindo o cidadão-trabalhador, fundamentado em discursos que via de regra aconteciam no seu local de trabalho, ganhando espaço em outras dimensões. Indivíduos como Ney Baumann se fizeram presentes, não apenas como representante da classe, mas como

<sup>725</sup> *Diário Oficial* do estado do Piauí. 24/04/1940. p. 3.

<sup>726</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.p.238.

elaboradores de narrações que aproximaram o varguismo do povo brasileiro, por meio de sua presença e fala em diversas comemorações ao longo do Estado Novo no Piauí.

Nessa mesma celebração em homenagem ao chefe da nação, outros se pronunciaram fazendo uso da palavra no sentido de engrandecer a imagem e as ações de Getúlio Vargas, como o prefeito de Teresina, Lindolfo Monteiro<sup>727</sup>, em uma sessão cívica no Teatro 4 de Setembro, que destaca a preocupação do Estado Nacional com a família brasileira, crescimento e desenvolvimento do país. Lindolfo Monteiro exalta a criação do Departamento Nacional da Criança, com o objetivo de criar “[...] uma pátria nova dentro de um Brasil novo. [...]”<sup>728</sup>.

Os trabalhadores eram também convidados a dar sua impressão sobre o momento. Pessoas do povo, que ocupavam diversas atividades laborais, algumas sem nenhuma ligação com o universo político e cultural. Como ocorreu com o convidado João Neves de Jesus, um operário de Teresina que descreveu as realizações de Getúlio Vargas à classe dos trabalhadores. Segue abaixo um fragmento de sua fala:

[...] si o governo impõe ao empregador leis para que êle melhore, de vez, a situação do empregado, dando-lhe o necessário para o seu conforto e de sua família, como compreender-se que existam operarios a explorar os próprios colegas? O pensamento do governo não pode ser outro sinão o de beneficiar os trabalhadores. As leis são claras [...] <sup>729</sup>.(sic)

A mensagem de João Neves de Jesus, publicada no *Diário Oficial* do Piauí é extensa e recheada de enaltecimento ao Estado Novo e à pessoa de Getúlio Vargas, todavia, o extrato de texto acima nos conduz ao pensamento de que a mensagem de Vargas à classe trabalhadora não era apenas compreendida, mas replicada pela classe, que se utilizava do discurso varguista para assegurar um espaço de direito na sociedade. Os trabalhadores estavam agora protegidos pelo manto das leis trabalhistas e por Getúlio, considerado por eles um operário construtor do Brasil; era visto como um governante simples e que interagiu constantemente com o povo e os seus anseios.

Nos eventos públicos, os discursos são marcados por estratégias de poder, tanto na ação de conquistar como na de consolidar, ampliar e manter. As ideias podem sair de diferentes vozes, essas falas são cheias de pensamentos presentes na ideologia que se estabelece no varguismo no estado. Os sujeitos envolvidos no processo ocupam papéis centrais nessas imagens do regime, bem como na cooptação da população. Os discursos dos

<sup>727</sup> *Diário Oficial* do estado do Piauí. 24/04/1940. p. 4.

<sup>728</sup> *Ibidem*. p. 4.

<sup>729</sup> *Ibidem*. p. 4-5.



envolvidos não são apenas simples trocas de signos, mas como destaca Pierre Bourdieu, um encontro de disposições sociais, o que ele chama de *habitus*, ou melhor, são acumulações ao longo da história de cada indivíduo que podem ser lições do passado transmitidas por várias instituições sociais, a exemplo do ambiente social<sup>730</sup>.

Os eventos em torno de Getúlio Vargas e em relação à política e a cultura do Estado Novo, tiveram além dos discursos, um aliado importante, no caso a fotografia, que representava não apenas as festividades, mas todo o cotidiano do período. A seguir, temos uma fotografia captada pelo fotógrafo do DEIP do Piauí, Guilherme Müller, veiculada no *Diário Oficial* do Piauí fonte na qual os discursos foram pesquisados. Em relação a fotografia e o seu uso no espaço público, Mauad afirma que: “Os estudos sobre fotografia e história indicam que esta se torna pública para cumprir uma função política, que garante a transmissão de uma mensagem para dar visibilidade às estratégias de poder, ou ainda, às disputas de poder<sup>731</sup>”. Desse modo, a publicidade desta imagem tinha a finalidade de reforçar a visibilidade do regime e criar na população piauiense uma cultura política dos valores expressados no momento da tomada da imagem.

Figura 13 – Solenidade cívica em homenagem ao aniversário de Getúlio Vargas



Nota: Comemoração ao aniversário de Getúlio Vargas, ocorrida no pátio do Liceu Piauiense.  
Fonte: *Diário Oficial* do Piauí. 24/04/1940. p.6.

<sup>730</sup> SETTON, Maria da Graça Jacintho. *A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea*. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05.pdf>. Acesso em: 20 de mar. 2021.

<sup>731</sup> MAUAD, Ana Maria. *Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica*. p.13. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/viewFile/4056/2379>. Acesso em 20 de mar. 2021.

Como bem destaca, Ana Maria Mauad, “[...] o fotógrafo atua como mediador cultural ao traduzir em imagens técnicas sua experiência subjetiva frente ao mundo social”<sup>732</sup>. Guilherme Müller, como salientamos anteriormente no texto, juntamente com a equipe liderada por Artur Passos, a frente da DEIP no Piauí, criaram para o *Diário Oficial* do Piauí uma nova envergadura editorial para atender, não só as necessidades de propaganda política no varguismo, mas na interventoria de Leônidas Melo.

Ainda sobre a imagem, observa-se que a mesma foi fotografada de uma distância em que cada composição da fotografia tem o seu próprio espaço, adicionando mais conteúdos, respeitando o peso visual de cada elemento presente na fotografia. Os elementos como: o ambiente do Liceu Piauiense, o maior estabelecimento educacional do estado; as autoridades; a população, os alunos em disciplina e honra no pátio esportivo do colégio, pelotão de frente, formadas por alunas com placas, que juntas trazem a seguinte frase em caixa alta “SALVE GETÚLIO VARGAS”.

Outro aspecto enquadrado na foto foi a formação conjunta de militares e alunos, como se fossem um corpo único em saudação comum ao momento cívico. Essas informações asseguram identificar que a prática do fotógrafo foi elaborada por um conjunto de conhecimentos, procedimentos e técnicas que lhe atribuem uma ação de mediador cultural.

A fotografia no Estado Novo, ganha essa dimensão do público para cumprir essa função política e permitir mais perceptibilidade ao poder, bem como suas estratégias<sup>733</sup>. A foto tirada por Guilherme Müller, além dos elementos apresentados no parágrafo anterior, ainda permite demonstrar que a política implementada por Leônidas Melo está em coexistência de ideias e ideais com a implantada no Brasil a partir de 10 de novembro de 1937. O engajamento político ao projeto varguista, é associado aos vários elementos presentes no período entre as ações dos homens de ideias e suas produções, no caso o discurso e a fotografia.

A propaganda política ganha uma dimensão de ação de Estado, e não de Governo, exigindo de todas suas colaborações e, acima de tudo, integração em relação as ações orientadas por Vargas e seus ideólogos. Os intelectuais foram de fundamental importância para essa implementação de uma política de Estado, pois a difusão tinha que ter essa capilaridade que somente o espaço cultural é capaz de realizar, visto que sua penetração tem itinerários diversos no campo social, atingindo a todos e permitindo a ressignificação de elementos distintos, possibilitando a profundidade da inserção do Estado Novo, aliado à sua

---

<sup>732</sup> *Ibidem.* p.15.

<sup>733</sup> MAUAD. *Op. cit.* p.13-15.

ação autoritária com diversos mecanismos de censura aos opositores do regime. Sobre estas conquistas de espaço na sociedade com o mecanismo da comunicação, temos a seguinte reflexão:

A propaganda, portanto, ganha a dimensão de um discurso político capaz de extravasar os restritos círculos de elite e atingir um público mais amplo, para o que era essencial o recurso a uma linguagem centrada em imagens, símbolos e mitos. A propaganda surge assim como discurso que trabalha tanto com a palavra escrita e os argumentos racionais de convencimento, quanto com uma linguagem imagética de forte conteúdo emocional e de leitura fácil, mas que precisava de divulgação para ser aprendida e apreendida pela população a que se destinava. Preocupações que estavam presentes entre os intelectuais e políticos do Estado Novo (1937-1945), muitos cientes de que era pelo uso de uma eficiente propaganda que atingiriam os corações e as mentes do povo brasileiro que desejavam “formar”<sup>734</sup>.

A publicidade do governo Vargas auferiu, segundo Ângela de Castro Gomes proporções que ultrapassaram círculos fechados, alcançando um público amplo e ao mesmo tempo diverso, pois os instrumentos utilizados não foram apenas distintos, mas hábeis, e permitiram atingir [...] os corações e as mentes do povo brasileiro que desejavam “formar”<sup>735</sup>. Isso permitiu que cidadãos comuns de vários rincões do Brasil se dirigissem direto ao presidente Getúlio Vargas, sem intermediários. Esse contato já era advogado pela própria ideologia getulista, de que não havia empecilhos entre o chefe da nação e o seu povo.

Nesse sentido, essa reflexão está confirmada pela quantidade de correspondência existente no Fundo do Gabinete Civil da Presidência da República no Arquivo Nacional (RJ). A Secretaria da Presidência era o setor responsável por receber as referidas cartas e ao mesmo tempo, buscar atender os diversos pedidos endereçado ao presidente Getúlio Vargas ou a setores específicos, ressaltando que a totalidade de correspondência encontrada na pesquisa no NA (RJ) é dirigida a Getúlio Vargas. As correspondências traziam pedidos como, matrículas em instituições educacionais, empregos, tratamento de saúde, passagem de trens ou de navios, interferência em acusações indevidas, ajuda financeira, questões fundiárias e outros diversos assuntos. Entre elas, temos uma carta do Piauí de 1940, com uma foto em anexo, que relata:

Permita-me reconhecido espírito de tolerância de V. Excia. a honra de ocupar a sua prestimosa atenção por um rápido momento. Quem está se dirigindo a V. Excia. é um brasileiro, que tendo fracassado no seu comércio em consequência da grande majoração de impostos e épocas de oscilações nos mercados, encontrando-se em

<sup>734</sup> GOMES, Ângela de Castro. Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o calendário de 1940.p.112-145. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis. (Orgs.). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.p.114.

<sup>735</sup> *Ibidem*. p. 114.

insustentável situação, chefe de numerosa família, - pois tenho onze filhos, o mais velho dos quais com dezessete anos de idade, sendo a educação dos mesmos e a sua própria manutenção um problema cuja solução no momento, me tortura, pois me encontro desempregado e sem recursos quaisquer para tal. Deixo de juntar a certidão de idade dos meus onze filhos, ou outro documento comprobatório, [...]. Fico na convicção de V. Excia, quererá fazer alguma coisa por mim, pois sou uma partícula, também, dêsse grande povo brasileiro que tão amplamente vem assistindo ao desenvolvimento de todas as suas possibilidades, debaixo da generosa e fecunda administração de V. Excia. [...]. Francisco Alves Vêras<sup>736</sup>.

A carta é escrita com um teor e enredo como se dialogassem entre duas pessoas, sem mediadores, com um sentimento de proximidade entre ambos. A carta não era endereçada a nenhuma instituição ou burocrata do serviço público, mas a Getúlio Vargas, que era visto como um membro íntimo da família brasileira.

O piauiense expõe os motivos do seu pedido, e deixa claro que sofria com as “oscilações nos mercados”, aqui se faz presente as consequências da Segunda Guerra Mundial na economia piauiense, os preços e as atividades econômicas reagiram em conformidade com os efeitos do conflito na economia mundial. A carta também deixa claro que o Brasil é imenso, como seus problemas. Porém, tinha na certeza que o presidente Vargas iria ouvi-lo por meio da correspondência, pois encontrava no presidente não apenas um esforço, mas uma luta para transformar o Brasil. A foto a seguir foi anexada à carta.

Figura 14 – Registro fotográfico de família encaminhada a Getúlio Vargas



Nota: Foto anexa a carta - Família de Francisco Alves Vêras (Teresina – PI).  
Fonte: Arquivo Nacional (AN-RJ).

<sup>736</sup> Carta, anexada uma foto da família de Francisco Alves Vêras para o presidente Getúlio Vargas, em 19/06/1940. ARQUIVO NACIONAL (RJ-BRASIL). Fundo: Gabinete Civil da Presidência da República 1930 a 1945. SDE 35. Subsérie. Ministério Dep. de Saúde Pública. Lata 194.

A fotografia na década de 40 não era um objeto acessível a toda a sociedade, era um produto que poucas pessoas poderiam pagar e ao mesmo tempo havia um número pequeno de profissionais e laboratórios. O ato de fotografar, para o profissional, era como se fosse produzir uma obra de arte, uma imagem única, para os fotografados era uma solenidade familiar, de um momento também único. Nos instantes que antecediam ao ato em si, havia todo um contexto de preparativos, com as melhores roupas, o espaço ideal para o enquadramento de todos os integrantes na foto, utilizando plano aberto que dava a possibilidade de enquadrar um maior número de participantes.

A presença da fotografia acima, juntamente com a carta endereçada ao chefe da nação, era um esforço que as famílias faziam como forma de apresentar o grupo familiar ao chefe da nação; também servia como legitimação do pedido a Getúlio Vargas. “Longe de ser um documento neutro, a fotografia cria novas formas de documentar a vida em sociedade”<sup>737</sup>, em relação a imagem em reflexão, temos um modelo da família brasileira, apregoada pela política social<sup>738</sup> do Estado Novo, na qual havia políticas públicas ligadas à saúde, à educação e à ajuda financeira aos seus membros, reforçando a imagem de Getúlio Vargas como o “pai dos pobres”<sup>739</sup>. Como salienta Ana Paula Vosne Martins, as fotografias e as cartas são complementares, pois,

Os retratos das famílias são a principal prova de que estavam dizendo a verdade, que tinham uma prole grande e que, apesar de todas as provações, a integridade da família era garantida pela autoridade paterna, pelo respeito dos filhos, pela colaboração da mulher e pela dedicação de todos ao trabalho, pelo menos daqueles que tinham idade para tanto. Fotografias e cartas são complementares, pois, enquanto a escrita narra uma história de atribulações e dificuldades, a fotografia é prova e procura comunicar à autoridade uma autoimagem da família que reforce o merecimento da ajuda<sup>740</sup>.

As famílias tinham esta liberdade com o governante, um canal criado pela ampla propaganda estabelecida pelo varguismo e sua teia de ação nas políticas ligadas à previdência.

---

<sup>737</sup> BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & fotografia*. 2 ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.p.69.

<sup>738</sup> Esse tipo de pedido era relacionado ao Abono Familiar, que só foi regulamentado pelo decreto lei nº 12.999 de 27/05/1943. A solenidade beneficiando os brasileiros que tinham direito ao referido abono ocorreu no Palácio do Trabalho com o ministro Marcondes Filho, implantando este direito social em 3/09/1943, que segundo suas palavras era um “Grande benefício que representa uma das maiores iniciativas da política social e profundo humana do presidente Getúlio Vargas. *Jornal A Noite* (RJ). 4/09/1943. p.8.

<sup>739</sup> LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo, 2001.

<sup>740</sup> MARTINS, Ana Paula Vosne. Dos pais pobres ao pai dos pobres: cartas de pais e mães ao presidente Vargas e a política familiar do Estado Novo. p.209-235. *Revista Diálogos*. DHI/PPH/UEM, v. 12, nº. 2/ nº. 3, 2008.p.223. A autora deste artigo pesquisou no Fundo da Presidência da República: série 17 – Ministérios. Lata 193-194 no AN(RJ), utilizando como corpo documental as cartas e fotografias enviadas ao presidente Vargas, solicitando ajuda dentro da política familiar que envolvia Estado Novo e os seus ministérios e departamentos.

A fotografia e outros recursos foram utilizados pela política do Estado Novo, tanto em relação à política nacional, como às estaduais aplicadas pelo interventor Leônidas Melo. Os retratos e suas narrações foram incorporados tanto pelo cidadão comum, como pelo estado, caracterizando-se como um canal de comunicação eficiente de diálogo.

Essa propaganda em torno do Estado, permitiu não só uma aproximação do cidadão, mas um engajamento maior do grupo de intelectuais em relação as questões que envolviam as políticas getulistas. Essa ação foi aprofundada com um canal cultural criado em 1941 pelo DIP<sup>741</sup> sob a direção de Lourival Fontes. Estamos falando da revista *Cultura Política* coordenada por Almir de Andrade, nome escolhido pessoalmente por Getúlio Vargas. A revista *Cultura Política* tinha como proposta de publicação, “constituir-se em um centro de estudos brasileiros voltado para a definição e o esclarecimento do rumo das transformações políticas e sociais por que passa o país<sup>742</sup>”. A revista abordou esse campo político e teórico e convidou inúmeros intelectuais para cooperar em suas publicações; a revista *Cultura Política* se transformou na publicação oficial do regime.

Aqui cabe um adendo sobre Lourival Fontes, o articulador cultural do regime Vargas, o Goebbels brasileiro, ou como o nomeou Sônia de Castro Lopes<sup>743</sup>, o “Goebbels caboclo”. O que salientamos é que Lourival Fontes foi o sistematizador da estrutura cultural que promoveu a construção do mito Vargas, como destaca Lucia Lippi Oliveira<sup>744</sup>. Segundo a autora, Lourival Fontes já vinha desempenhando um amplo trabalho à frente do Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural em 1934, com o uso de extensa propaganda, se utilizando de imagens míticas ou históricas, com o objetivo de articular adesão da população<sup>745</sup>. A partir da instalação do DIP, esse projeto se ampliou em diversos meios de comunicação e principalmente com a adesão de intelectuais de diversas áreas, para falar e escrever sobre Getúlio Vargas e seu governo. Na outra frente, este órgão foi eficaz na vigilância e censura nos demais órgãos de imprensa e comunicação que não seguiam a linha pedagógica direcionada por Lourival Fontes à frente do DIP.

<sup>741</sup> Foi criado também a revista *Ciência Política*, sob orientação do DIP, que tinha como objetivo o público em geral.

<sup>742</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma configuração do campo intelectual. p.71-108. In.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO; Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castros. *Estado Novo – ideologia e poder*. São Paulo: Zahar Editores 1982.p.101. No tópico 5. Campo intelectual e projeto político, a autora elabora um quadro essencial para compreender a tipologia da revista *Cultura Política* e *Ciência Política*.

<sup>743</sup> LOPES, Sônia de Castro. *Lourival Fontes: as duas faces do poder*. Rio de Janeiro: Litteres, 1999.

<sup>744</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. p. 37-58. In.: BOMENY, Helena. (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

<sup>745</sup> *Ibidem*.p.41.

Na medida em que a ação política em torno do Estado Novo, se acentuava, novos meios eram criados para engajar novos colaboradores ao projeto ideológico instalado por Getúlio Vargas em 1937. Esses intelectuais precisavam de um canal natural para extravasar suas produções em relação a vários aspectos do Brasil, sendo o meio de comunicação deste grupo social, a imprensa e os seus diversos meios de propagação como jornais, revistas, livros, conferências, estudos e outros. O Brasil, sua história e o seu povo, se transformavam em um grande laboratório de observação, reflexão e divulgação para a execução política de Getúlio Vargas. Os elementos autoritários do governo eram suplantados com intensa propaganda e pela censura<sup>746</sup>.

A revista *Cultura Política*, sob a direção de Almir de Andrade tinha duas missões, a primeira de esclarecer a população brasileira quanto as transformações que estavam em curso no Brasil, a segunda era de debater os valores que nortearam essas mudanças<sup>747</sup>. A missão da revista precisava de missionários, no caso, os intelectuais que eram os responsáveis por trazer ao campo editorial temáticas diversas que procurassem contemplar esses objetivos. Para tanto, a revista contou com a colaboração dos grandes nomes da cultura do Estado Novo, assim como os colaboradores esporádicos, como salienta Ângela Castro Gomes<sup>748</sup>.

Neste âmbito é que temos a colaboração do piauiense Renato Pires Castelo Branco<sup>749</sup> em algumas edições da revista *Cultura Política*, colaborando nesta missão, que era explicar algumas das transformações que estavam acontecendo no Brasil. Esse piauiense de grande produção na escrita, com romances, crônicas, antologia, memórias, narrativas autobiográficas, apesar de há longos anos morando fora da terra natal, não esqueceu a história

<sup>746</sup> LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>747</sup> GOMES, Ângela de Castro. *História & historiadores*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.p.127.

<sup>748</sup> *Ibidem*. p. 133.

<sup>749</sup> Renato Pires Castelo Branco. n. Parnaíba (PI), 1914 – f. São Paulo (SP), 1995. Publicitário, ensaísta, romancista, poeta, historiador e cronista. Formado em Direito em 1937. Foi uma das figuras mais representativas da cultura brasileira, tendo atuado com destaque na direção das seguintes entidades culturais: fundador e diretor da Escola Superior de Propaganda (1964), presidente da Associação Brasileira de Agências de Propaganda, diretor da Escola de Comunicação da USP e várias outras instituições. Foi acadêmico da APL e outras academias existentes nos municípios do estado do Piauí. Como escritor, escreveu: *A Química das Raças* (1938), *A Civilização do Couro* (1942), *Política Exterior para o Brasil* (1945), *O Piauí, a Terra, o Homem e o Meio* (1970), *Pré-História Brasileira – Fatos e Lendas* (1971), *Domíngio Jorge Velho – e a presença paulista no Nordeste* (1990), *Os Sertões* (poemas, 1943), *Candango Gagarim, Blaiberg e Outros Poemas* (1968), *A Janela do Céu* (1969), *Amor e Angústia* (1986), *O Anti-Cristo* (1987), *Poemas do Grande Sertão: Teodoro Bicanca* (1968), romance premiado pelo Clube do Livro. Os romances: *A Conquista dos Sertões de Dentro* (1983), *Rio da Liberdade* (1982), *Senhores e Escravos* (1984), *O Planalto* (1985). Outras obras como: *O Rio Mágico* (1987), *A Ilha Encantada* (1992), *O Comunicador* (1991), *Tomei um Ita no Norte* (memórias, 1981), *Os Castelo Branco d' Aquém e d'Além Mar* (estudo genealógico, 1980), *Histórias e Paisagens* (antologias), colaborou com diversos periódicos no Piauí e no campo editorial nacional, recebeu prêmios literários e relativos à publicidade brasileira. Cf. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003*. Teresina: Editora Halley, 2003.p.78. *Passim*. Cf. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.121-122. *Passim*. Os seus artigos eram geralmente assinados como Renato P. Castelo Branco, abreviando o “Pires”.

e as paisagens do Piauí. Pelo contrário, a escrita foi um instrumento de que se utilizou para manter viva sua ligação, como podemos verificar na extensa produção relacionada a sua biografia.

Sobre sua colaboração na revista *Cultura Política*, temos dois artigos<sup>750</sup>, o primeiro *Unidade brasileira e suas causas determinantes*, e o segundo, *Imigração e Nacionalismo*, produções que tratavam de temas pertinentes às ideias e ações políticas implementadas pelo governo. O primeiro vai discorrer sobre a importância do governo nas ações de unidade nacional, traçando perfil histórico, geográfico e econômico que contribuí com essa unidade política e social, em relação outros países da América. Renato P. Castelo Branco ressalta que isso é fruto do “mais puro nacionalismo”, utilizando suas palavras, como podemos observar no trecho a seguir do referido artigo:

O estímulo dêste intercâmbio cultural e econômico, para o qual se voltam, ultimamente, com particular interesse e carinho, as atenções governamentais, é, assim, obra do mais puro nacionalismo. Daí o aplauso com que serão sempre acolhidas todas as medidas tendentes a uma eliminação completa das restrições outrora existentes ao intercâmbio dos nossos Estados, divididos por barreiras isolantes de conseqüências funestas para a estrutura unitária da nação<sup>751</sup>(sic).

Os estados brasileiros têm barreiras históricas e geográficas, que dificultam a unidade nacional. Porém, o Estado Novo levou à frente um nacionalismo que chamou todos a colaborar eliminando as diferenças ou respeitando-as. A política getulista criava um sentimento de pertencimento, movida pela ampla propaganda e por políticas direcionadas, não apenas pela diversificação da economia que pudessem inserir todos os estados brasileiros, mas por políticas públicas ligadas à educação e à saúde, principalmente, o que podemos entender por “puro nacionalismo”, assinalado pelo autor acima.

No segundo artigo, ocorre uma explanação de Renato P. Castelo Branco sobre a *Imigração e o Nacionalismo*, no qual salienta que a política de imigração atual, executada pelas instituições do Estado, mereciam louvor. Todas as ações executadas pelo governo levavam em consideração os elementos históricos. As medidas restritivas tinham como elemento central não excluir, desrespeitar, vetar ou tratar com preconceito, pelo contrário, era de preservar a integridade nacional.

<sup>750</sup> Revista *Cultura Política*. Ano I. nº 2. abril.1941. p.87-90 e o segundo na Revista *Cultura Política*. Ano II. nº 15. maio. 1942. p.26-31.

<sup>751</sup> Revista *Cultura Política*. Ano I. nº 2. abril.1941. p.90.



Na realidade, a política de imigração não foi construída por burocratas, foi estabelecida por Getúlio Vargas e sua cúpula de poder<sup>752</sup>. Os discursos intelectuais, como de Renato P. Castelo Branco construíam uma imagem positiva sobre a ação de Vargas em relação a imigração, como de um nacionalismo protetor. Examinemos um trecho do pensamento do Renato P. Castelo Branco na revista *Cultura Política*.

O louvor desta política imigratória, que resguarda os melhores interesses da nacionalidade, não dever ser interpretado como apaixonada fobia ao estrangeiro. Não somos, de modo algum, contrários à imigração. Longe disto, não ocultaremos nosso reconhecimento àqueles que, com seu trabalho e suas energias, vêm colaborar conosco para a maturidade da grande obra comum em que nos empenhamos. Mas, por outro lado, não é possível deixar de reconhecer que as medidas restritivas adotadas se impunham como uma maneira de conciliar as exigências do nosso progresso com a salvaguarda do acervo que nos legaram as lutas, os sacrifícios e a sabedoria de nossos antepassados<sup>753</sup>.

Na concepção do piauiense e de outrem que conviveram no Estado Novo, a política getulista não tinha xenofobia ao estrangeiro, pelo contrário, era uma ação nacionalista de proteção aos brasileiros para que os mesmos pudessem se beneficiar das ações de progresso que estavam sendo estabelecidas por Vargas e seus ideólogos. Essa política de imigração estava em consonância com o pensamento nacionalista autoritário do período. Ainda em relação ao texto do autor publicado na revista, temos um pensamento que relaciona com a migração dos nordestinos para outras regiões do Brasil.

O governo os compreendia como verdadeiros elos de unificação do Brasil quando estavam dispersos no território, criando um elo de união do povo. O Nordeste era esquecido em outros períodos, contudo no Estado Novo não somente esta região, mas o Brasil era visto como um Estado Nacional e Getúlio Vargas como unificador.

No Piauí, não tinha uma publicação oficial acerca do regime, semelhante a revista *Cultura Política*, entretanto, o DEIP do Piauí, na direção de Artur Passos, transformou o *Diário Oficial* do Piauí, em um órgão estruturado que servia a este papel. Outros departamentos do estado, como Departamento Estadual de Estatística, sob a direção de João Bastos, como já nos referimos antes no texto, também desempenhava um papel importante na publicização de informativos e outros impressos que buscavam promover o Estado Novo no Piauí e as ações políticas de Getúlio Vargas. O DEIP piauiense também publicava e financiava diversas publicações de diferentes instituições, como a própria revista da

<sup>752</sup> Cf. KOIFMAN. Fábio. *Imigrante ideal: o ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. Uma obra fundamental para analisar profundamente este contexto da imigração no Brasil sobre a tutela do Estado Novo.

<sup>753</sup> Revista *Cultura Política*. Ano II. nº 15. maio. 1942. p.31.

Academia Piauiense de Letras<sup>754</sup> e livros de seus acadêmicos, mantendo com esses espaços de cultura e com os seus membros uma boa relação.

Entre as obras financiadas pela interventoria de Leônidas Melo, por meio do DEIP estadual, temos a obra<sup>755</sup> *A Civilização do Couro*<sup>756</sup>, do próprio Renato P. Castelo Branco. Como mesmo ressalta o autor, agradece o empenho do interventor Leônidas Castro Melo e do prefeito de Parnaíba, Mirócles Campos Veras pela publicação da referida obra. A obra é um ensaio sociológico sobre o Piauí, dividida em três partes: a terra, o homem e o meio. Como era comum na época getulista, as obras buscavam repensar e compreender, não só o Brasil, mas a relação do homem com a terra e o com meio. As relações sociais eram imprescindíveis para as mudanças da época.

A interventoria de Leônidas Melo também foi rica na utilização das imagens, tanto nas produções que circularam no estado, como fora dele. Essas publicações tinham como finalidade promover a imagem das ações que estavam sendo realizadas no estado sob sua atuação política. Nessas publicações eram inseridas tanto as alterações de modernização que estavam ocorrendo em Teresina, como em Parnaíba. A capital era exemplo destas transformações e o município de Parnaíba era como se fosse um modelo de alinhamento destas diretrizes. As imagens e os discursos de seus administradores simbolizavam esta orientação.

Esses discursos de legitimação estão sempre presentes na fala do prefeito de Teresina, Lindolfo Monteiro e na fala de outros gestores municipais do estado. No relatório da administração municipal de Teresina, referente aos anos de 1937 a 1938<sup>757</sup>, destaca-se o desenvolvimento da cidade em relação à iluminação elétrica, conservação e arborização de praças e ruas dentre outros. Apresentando ao “[...] Piauí de ontem e ao Piauí de hoje dentro das novas diretrizes do Estado Novo, uma obra gigantesca, em todos os sentidos assinaladora

---

<sup>754</sup> A Imprensa Oficial e depois transformada no DEIP, financiaram as publicações das revistas APL, e seus membros reconheciam ajuda financeira repassada pelo estado, como podemos verificar no fragmento a seguir: “[...]. O presente número da REVISTAS DA ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS está circulando em coincidência com 7º aniversário de governo do exmo. sr. dr. Leônidas de Castro Melo. Embora, por princípios e por destino, alheia a todas as lutas político-partidárias do estado, a Revista assinala, com prazer, o acontecimento, acentuando os altos benefícios de constante ajuda, sempre recebidos do eminente homem público, durante seu governo, e sem os quais dificilmente poderia a A.P.L, desempenhar sua alta missão cultural, [...]”. Cf. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Teresina: DEIP. Ano XXV. nº19. maio.1942. p. 151-152.

<sup>755</sup> A primeira obra de Renato P. Castelo Branco foi *A química das raças* de 1938 – Edições Cultura Brasileira, infelizmente pesquisamos a referida obra e não a encontramos. Segundo o autor em suas memórias, essa obra promove uma “[...] “análise das migrações, invasões e movimentos populacionais em geral, como veículos de cultura e plasmadores de raças históricas, em contraposição às raças naturais”. CASTELO BRANCO, Renato P. *Tomei um ita no norte*: memórias. São Paulo: LR Editores. 1981.p.184.

<sup>756</sup> BRANCO CASTELLO, Renato Pires. *A civilização do couro*. Teresina: D.E.I.P, 1942.

<sup>757</sup> PIAUÍ. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Interventor Federal pelo Dr. Lindolfo do Rego Monteiro, Prefeito Municipal de Teresina, referente aos anos de 1937 e 1938*. Teresina: Tipografia Popular, 1939.

de uma época que jamais será esquecida”<sup>758</sup>(sic), em outras palavras, a instalação do Estado Novo foi promotor do ambiente de transformações, com a contribuição de gestores municipais e estaduais na grande obra de Getúlio Vargas para o Brasil.

No município de Parnaíba, as ações da política do Estado Novo foram promovidas pelo prefeito municipal Mirócles de Campos Veras<sup>759</sup>. Homem extremamente ligado à saúde pública, médico de formação, que se mostrou um excelente administrador e colaborador de Leônidas Melo. Na sua administração, o município<sup>760</sup> vivenciou de modo intenso obras em diversas frentes, na educação, saúde e na urbanização da cidade, bem como na efervescência comercial, que promoveu o surgimento de vários sindicatos favorecidos pela maciça propaganda trabalhista que possuía a maior atividade comercial do estado<sup>761</sup>.

Um exemplo dessa cumplicidade de modernização entre os municípios era exposto nos meios de comunicação do estado, tal como nos veículos impressos do país, comprovando suas coalizões administrativas e ideológicas com o que estava apregoado pelas diretivas do Estado Novo. Temos uma reportagem na revista *Nação Brasileira*<sup>762</sup>, do Rio de Janeiro, que relata uma extensa reportagem sobre o Piauí na administração da interventoria de Leônidas Melo, com o título *O Estado do Piauí e a grande obra do seu governo – Piauí do Estado Nacional e o patriotismo de seu povo*. Notemos uma passagem da matéria.

O Estado do Piauí atravessa, sem dúvida, uma fase aurea na sua administração. Integrado perfeitamente na orientação política e economica que o Presidente Vargas imprime ao Estado Novo, o Piauí é da Federação Brasileira uma das regiões que primeiro vibrou aplaudindo a nova política e a necessidade de uma remodelação geral para o País, como se verifica para o bem de toda a nacionalidade [...]. Nós louvamos a obra admirável do interventor Leonidas Melo, e afirmamos, depois de a termos observado detidamente, que ela define não só um governo, mas um povo que compreende a ação desse governo e patrioticamente com ele colabora. O Piauí de hoje é uma expressão feliz de surto renovador do Brasil dentro do Estado Nacional<sup>763</sup>.

<sup>758</sup> *Ibidem*.p. 33.

<sup>759</sup> Mirócles de Campos Veras. n. 1890 em Parnaíba, onde f. 1978. Médico formado no Rio de Janeiro em 1912. Fundou a Maternidade Marques Bastos. Dirigiu o Centro de Saúde e a Santa Casa de Misericórdia. Prefeito de Parnaíba (1934/1935- 1936- 1937/1945).1ª suplente de deputado federal, em exercício (4 a 9/1951, 8 a 12/1952, 6 a 8-1953 e 4 a 8-1954). Patrono da cadeira nº 14 da Academia Parnaibana de Letras. Publicou: *Anemias Esplênicas*. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p. 586.*Passim*.

<sup>760</sup> Ressaltamos que o prefeito de Parnaíba de 1931 a 1934 era Ademar Gonçalves Neves, engenheiro civil, que administrou a cidade na época do interventor Landri Sales, deixou sua marca na cidade com várias obras e ações estruturantes, recebendo a denominação de “O Remodelador da Cidade”.

<sup>761</sup> MENDES, Iweltman. A Parnaíba do Estado Novo de Vargas. p.09. In.: *Jornal O Bembém*. Parnaíba (PI). 21/11/2008. Ano I. nº 11. Esse jornal tem o nome em homenagem ao fundador do *Almanaque da Parnaíba* criado em 1924 por Benedito dos Santos Lima (1893-1958), conhecido carinhosamente como, O Bembém.

<sup>762</sup> Revistas *Nação Brasileira* (RJ). Ano XX, nº 221. janeiro/1942. Acervo da Biblioteca Nacional (BN). Esta revista tinha uma sucursal no Piauí, o responsável era o jornalista Orisvaldo Bugyja de Souza Britto, integrante da equipe jornalística do *Diário Oficial do Piauí*.

<sup>763</sup> *Ibidem*.p.13 e 16.

O periódico *Nação Brasileira* que tinha como subtítulo *Grande Revista Ilustrada das letras e atividades nacionais*, promoveu isso na sua reportagem sobre o Piauí, pois destacou as suas principais realizações de infraestrutura, com dados econômicos do estado, destacando o excelente trabalho de João Bastos à frente do DEE. O trecho acima destaca que o estado foi um dos primeiros que vibrou com a implantação do Estado Novo e seu alinhamento instantâneo à política do Estado Nacional. Sendo a interventoria de Leônidas Melo um palco de visibilidade de convergências de ações firmes no processo de integração nacional.

A matéria exalta as ações do interventor Leônidas Castro Melo e as transformações ocorridas nas cidades de Teresina (capital) e Parnaíba (município). Sublinha que havia uma comunhão na administração orientada pela política do interventor Leônidas Melo. Os prefeitos Lindolfo Monteiro e Mirócles Veras, traziam em suas cidades as linhas de sintonia com Estado Novo, que alimentava o discurso do meio cultural que, por conseguinte, ressoava para população.

Sabemos que grande parte dessas matérias eram alimentadas pelos recursos dos governos, pois o universo editorial sob a sombra de governo autoritário, era sempre vigiado. Entretanto os discursos existentes nas reportagens traziam em si uma congruência, demonstrando que o Brasil estava envolvido pela política do Estado Nacional em relação a unidade de pensamento, e que não somente o Piauí, mas as demais unidades da Federação se encontravam diante do mesmo prisma.

Um bom exemplo, do contexto mencionado acima, foi o da matéria veiculada na revista a *Nação Brasileira* (RJ)<sup>764</sup>, de grande circulação no Brasil e que permitia uma visibilidade das ações governamentais. O estado do Piauí contou com uma ampla reportagem das realizações administrativas do interventor Leônidas Melo, seguido pelos prefeitos de Teresina, Lindolfo Monteiro e de Parnaíba, Mirócles Veras. A matéria veiculada no periódico foi ilustrada com um conjunto de imagens que se associam ao discurso jornalístico. A reportagem foi propagada com o seguinte título: *O Estado do Piauí e a grande obra do seu governo – Piauí no Estado Nacional e o patriotismo do seu povo*<sup>765</sup>. Vejamos um fragmento da referida matéria:

O Estado do Piauí atravessa, sem dúvida, uma fase áurea na sua administração. Integrado perfeitamente na orientação política e economia que o Presidente Vargas

---

<sup>764</sup> Revisas *Nação Brasileira* (RJ). Revista Mensal, surgiu em 1924, diretor e proprietário Alfredo Martins Horcades e Evaristo de Moraes, como diretor também. Abordava diversos assuntos como ciências, letras, artes, política, atualidades e outros. Entre os seus colaboradores temos: Clovis Bevilaqua, Amélia de Freitas Bevilaqua, Rocha Pombo, General Tasso Fragasso, Gustavo Barroso e outros.

<sup>765</sup> Revistas *Nação Brasileira* (RJ). Ano XX, nº221. Janeiro/1942. p. 13-22.

imprime ao Estado Novo, o Piauí é da Federação Brasileira uma das regiões que primeiro vibrou aplaudindo a nova política e a necessidade de uma remodelação geral para o País, como se verifica para o bem de toda a nacionalidade. [...]. Cercado dos melhores elementos, da mocidade mais capaz e de homens de alta moral, prática dos negócios públicos e competência intelectual, o snr. Leônidas Melo governa o Piauí como Piauí precisava há tempos<sup>766</sup>.

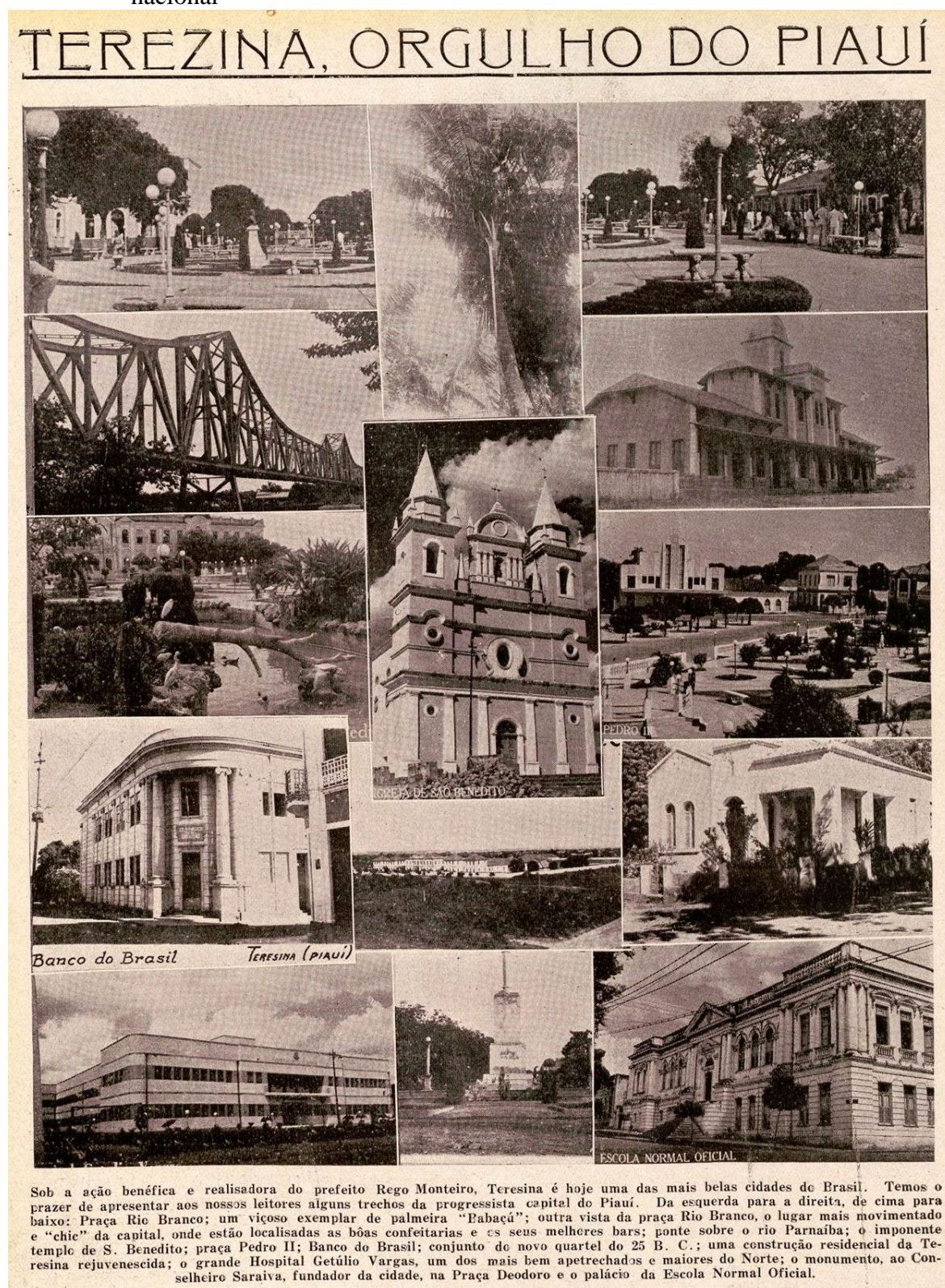
Nas palavras acima ficam evidentes o alinhamento do estado ao ambiente das políticas do Estado Novo, o Piauí, na interventoria de Leônidas Melo, não apenas partilhava de ideias, mas de ações e realizações, o estado não ficou apenas no agitação comemorativo do novo regime, mas mergulhou nas diretrizes traçadas a partir de 1937. A seguir, as imagens da fotomontagem de duas páginas das reportagens referentes a Teresina e Parnaíba, que demonstram a identificação do contexto e do estilo da matéria que procurava promover a imagem progressista do estado no contexto político nacional

---

<sup>766</sup> *Nação Brasileira*. Op. cit. p.13.



Figura 15 – Propaganda política do progresso de Teresina (PI) veiculada na imprensa nacional



Nota: Fotomontagem de ambientes da capital Teresina (PI).

Fonte: Revista *Nação Brasileira*. janeiro/1942. p.18.

Teresina, a capital, era mensurada nos discursos como cartão postal do estado, em sua matéria na revista, tinha como título *Terezina é a grande obra do Dr. Lindolfo do Rego*

*Monteiro, seu infatigável Prefeito*<sup>767</sup>, ou seja, o interventor Leônidas Melo, com o presidente Getúlio Vargas, contavam com idealistas que viam em suas ações mecanismos que transformavam os espaços citadinos em ambientes de prosperidade e progresso.

As imagens acima reúnem os sinônimos que comungam caracteres de progressividade, pois denotam transformações nos espaços de sociabilidades como o das praças, de evolução econômica, com a produção marcada pelo babaçu e a presença de instalação bancária que simbolizam o fluxo financeiro. Assim como, os avanços na educação (prédio da Escola Normal) e na saúde (Hospital Getúlio Vargas). A mentalidade urbana, com estilos de casas e prédios que traçam o ar de modernidade, não foram excluídas na reportagem, pelo contrário, criava uma coalizão de ação e recepção pelos munícipes. A ponte (metálica, símbolo de união entre os estados do Piauí e Maranhão, como de uma engenharia moderna) e a estação ferroviária, demonstrando a unidade nacional, com a interligação não apenas dos municípios, mas com o restante do Brasil, transformando todos os estados federados em um único corpo, marcado pela integração nacional. As ordens religiosa e militar não foram esquecidas pois estavam representadas pelos seus prédios, monumentos que marcam a memória cívica da população.

A página seguinte traz a composição de imagem que expõe o alinhamento do município de Parnaíba, sob a administração de Mirócles Veras, ao projeto não apenas estadual, mas nacional, como denota a reportagem: *Parnaíba, terra privilegiada, o seu progresso no Estado Novo*<sup>768</sup>. As fotos são a confirmação do ajustamento das políticas do município “[...] dentro da marcha vitoriosa do Estado Novo”<sup>769</sup>.

Nas imagens do contexto parnaibano, são retratados também o processo de urbanização de praças, avenidas e ruas. A integração do seu povo aos momentos festivos e cívicos são elementos que denotam que o discurso aplicado em ambientes diversos, como o escolar era reproduzido na rua em forma de comemoração e patriotismo. O mercado público, elo entre os produtores, produtos e consumidores, realça a atividade econômica. O sino da Igreja Católica, sinalizava tanto o momento religioso, como a contribuição nas solenidades laicas que necessitava a integração dos cidadãos da cidade.

---

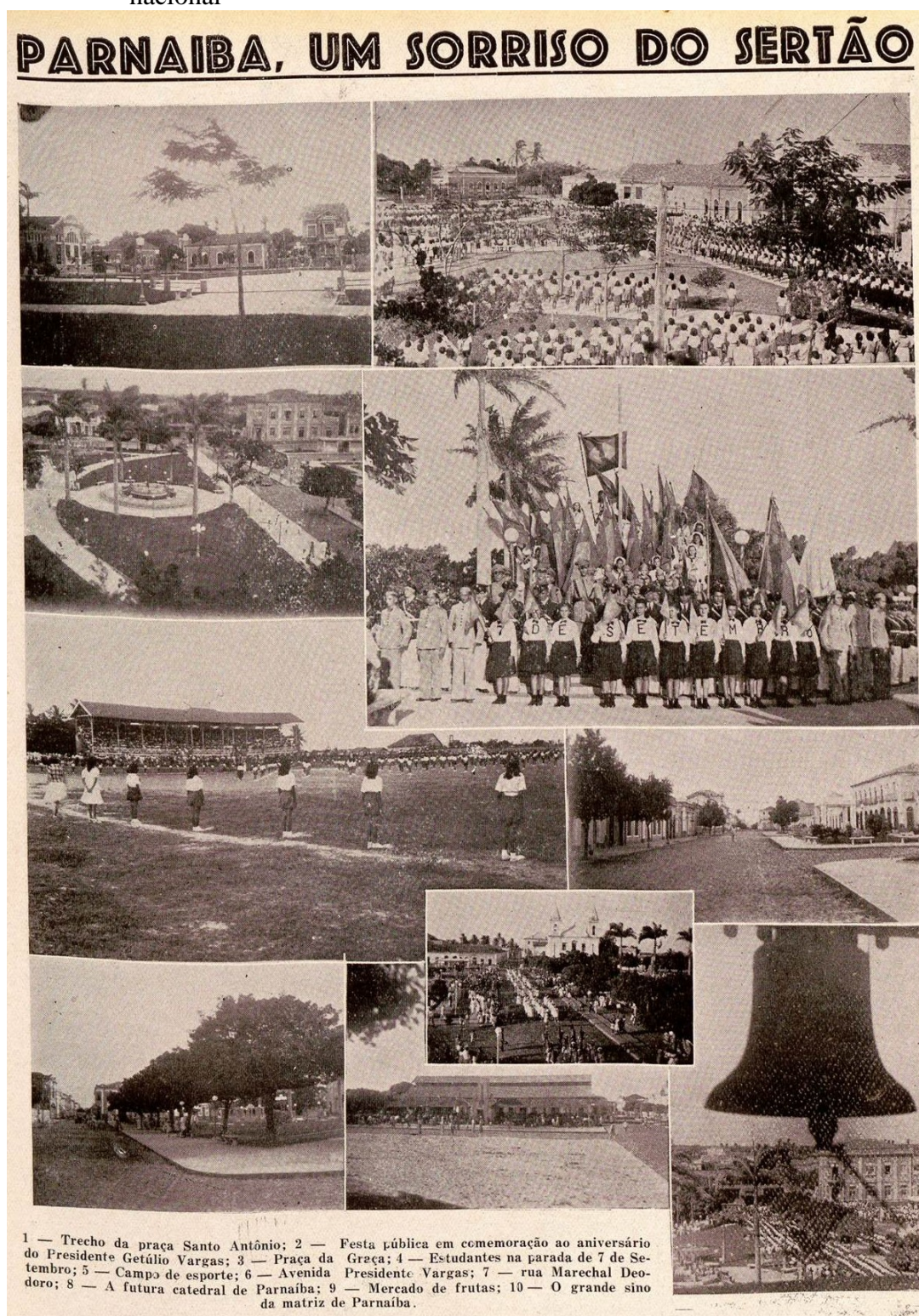
<sup>767</sup> *Nação Brasileira*. Op. cit. p. 17.

<sup>768</sup> *Ibidem*. p. 20.

<sup>769</sup> *Ibidem*. p. 20.



Figura 16 – Propaganda política do progresso de Parnaíba (PI) veiculada na imprensa nacional



Nota: Fotomontagem de ambientes da cidade de Parnaíba (PI).

Fonte: Revista *Nação Brasileira*, janeiro/1942, p. 19.

As imagens que fazem a composição das páginas acima são pontos centrais de ambas as cidades que sinalizam a confluência de ideias e ideal em relação ao momento político



brasileiro. Elementos que demonstram a modernização do aparelho estrutural das cidades, bem como de civismo. Como já mencionamos, as imagens exprimem uma carga simbólica, recheadas de interpretações e significados. O que resulta dessas fotos que compõem a matéria é realmente uma simbiose do discurso escrito e imagético, em relação ao contexto, como destaca a revista carioca.

Essa matéria realizada no Piauí pela revista *Nação Brasileira* (RJ), faz parte de um projeto editorial da mesma, de percorrer os estados do Norte do Brasil, expondo suas realizações por meio de reportagens veiculadas nas edições da revista. A reportagem sobre os estados do Piauí e Maranhão, foi realizada por um dos diretores da revista, o jornalista Alfredo Horcades, que visitou os dois estados e produziu os textos que narram com riqueza de detalhes e imagens. Nas suas *Impressões de viagem ao Piauí e Maranhão*<sup>770</sup>, assim se expressou sobre Parnaíba no editorial.

De Parnaíba tive ótima impressão. E' uma cidade de importante comércio, por onde transitam os produtos agro-pecuários do Piauí e com uma animada vida social, digna de nota. [...]. O que mais caracteriza a administração do dr. Mirocles de Campos Veras é sua intensa e benéfica assistência social de proteção aos desprotegidos da fortuna. [...] <sup>771</sup>(sic).

Em relação a Teresina:

[...]. Teresina, sob a direção do prefeito dr. Lindolfo do Rego Monteiro, espirito incansável e culto e o carinho que lhe dedica o interventor federal, dr. Leônidas Melo, muito tem progredido. [...]. O Piauí atravessa, posso dizer com segurança, sem exagero ou jacobismo, uma fase de intensa animação e febril reerguimento econômico, pela valorização dos seus produtos, do braço trabalhador e da política financeira bem orientada dos seus dirigentes, dentro do ambiente salutar do Estado Novo <sup>772</sup>.

A visão externa do repórter, oriundo da capital federal, servia como um termômetro para dialogar com o compartilhamento de ideias entre o estado do Piauí e a políticas de Getúlio Vargas, mesmo que as reportagens durante este período servissem a um fim, no caso o de promover o Estado Novo, pois grande parte dos periódicos tinham que ter este alinhamento editorial com as ações promotoras orientadas pelo DIP.

As matérias produzidas no Piauí também tinham vínculo de representações em relação a produzida pelo olhar externo, como foi a reportagem produzida pela Revista *Nação*

<sup>770</sup> Revista *Nação Brasileira* (RJ). Ano XX, nº 223. março/1942. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (BN). – Brasil.

<sup>771</sup> Ibidem, p.11.

<sup>772</sup> Ibidem, p.12.

*Brasileira*. Entre os materiais, temos uma fonte publicitária organizada por João Bastos na direção do DEE, que produziu um folheto sobre Teresina e Parnaíba. Este material trazia uma apresentação da atividade econômica organizada por João Bastos e contou com participação de Berilo Neves para construir o texto que fazia parte do corpo do material publicitário cujo objetivo era promover o Piauí e suas riquezas. No referido material, assim se expressou sobre a cidade de Teresina:

*Teresina, cidade Romântica*. [...] construindo o Hospital “Getúlio Vargas”, o Interventor Leônidas Melo revelou a dupla face luminosa de sua alma: a de administrador e a de médico. [...]. Mas, Teresina é, sobretudo, uma cidade romântica. Suas praças e jardins proclamam – no de maneira perfumada e irresponsável ... Por ter nome de mulher, conserva a graça de uma renda e delicadeza de uma pétala. [...].

Escreveu o cronista em relação a Parnaíba:

*Parnaíba ... Cartago Piauiense*. Parnaíba é a grande paisagem sentimental de minha vida [...] a memória mais velha do meu ser... Riqueza do comércio das trocas comerciais e da chegada do comércio. [...]. Leônidas Melo – estatista que tem a alma humanitária de um clínico. [...]. Parnaíba tem a fascinação irresistível do progresso. [...].

Narra a respeito da carnaúba:

*Carnaúba – Alma do Nordeste*. [...] Planta nativista, com o exclusivismo feroz de uma Revolução triunfante, a carnaúba só é fecunda no Brasil: levada, pelos ingleses, para as suas colônias do Oriente; ela recusou-se a dar cera - a amável cera que tanto serve as indústrias do nosso século. Foi mais honesta do que a borracha [...] <sup>773</sup>. (grifos do autor).

Berilo Neves faz uso das crônicas para exaltar o cotidiano e com sua escrita verbal particular aponta aspectos do desenvolvimento do Piauí, representado pelas suas principais cidades, Teresina e Parnaíba. Cada uma delas o intelectual aponta como símbolos do crescimento do estado durante a interventoria de Leônidas Melo. O “estadista” piauiense, nas palavras do cronista, partilhou tanto o seu dom de administrador como o de médico, construindo o Hospital Getúlio Vargas, que iria se transformar na maior obra de reconhecimento de sua administração e uma referência na saúde da região Norte e Nordeste.

A cidade de Parnaíba era referencial de comércio e de exportação e importação, ou seja, a capital comercial e Teresina, a capital política, palco das primeiras mudanças operadas pelo estado. Em relação à carnaúba, o cronista destaca sua característica de riqueza nativa da

<sup>773</sup> PIAUÍ. *Folheto* - Departamento Estadual de Estatística (DEE). Teresina (PI): Gráfica Excelsior, 1942. p.13.

região e mecanismo do desenvolvimento do Piauí, que se tornou o principal produto de nossa balança comercial durante o novo regime.

Esses trabalhos publicitários tinham como finalidade proporcionar uma visão do florescimento do desenvolvimento do Piauí. Estes modelos de trabalho possibilitavam a inserção da escrita e dos gêneros literários de vários intelectuais e mediadores que circularam no período. Alguns com estilo mais de cronista, romântico, histórico, jornalístico, e outros com uma linha mais técnica em relação as informações. O espaço estatal aglutinou todos estes sujeitos e suas formas de expressão. Sobre a propaganda varguista, temos:

[...] as mensagens de propaganda alardeavam que a “sociedade feliz” concretizara-se no Estado Novo; a ‘felicidade brasileira oficial’ era comemorada em todas as datas cívicas por meio de festas promovidas pelo Estado para celebrar as realizações do governo<sup>774</sup>.

O aniversário do governo de Leônidas Melo foi inserido dentro do calendário das grandes comemorações no estado, a exemplo das festividades do aniversário de Vargas e da instalação do Estado Novo. Em 1942 foi festejado o sétimo aniversário de governo de Leônidas Melo. Nesta data o DEIP lançou uma edição especial do *Diário Oficial* do estado do Piauí<sup>775</sup> em homenagem ao dia do aniversário do governo em 3 de maio. Uma tiragem com as exposições contendo as realizações de sua administração, com relatos de todos os departamentos e secretariados do executivo e dos demais poderes, com a participação e o testemunho de vários intelectuais piauienses sobre o governo do interventor. No seu editorial temos:

DIA DE REGOSIJO PÚBLICO E DE MEDITAÇÕES CÍVICAS. [...]. De fato, a ação do interventor Leônidas Melo, no decorrer destes sete anos, vista e observada nos seus contornos, nos seus aspectos, no seu conjunto, obedecendo desde o início a uma rigorosa disciplina, [...]. Comemorando essa auspiciosa efeméride, as nossas atenções se voltam naturalmente para o egrégio cidadão que tem desempenhado seu mandato como inteligência, honestidade e patriotismo, alegrando nossos corações e revigorando a fé e o amor à terra natal, a que tanto queremos. [...]<sup>776</sup>. (grifo do autor).

<sup>774</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.71.

<sup>775</sup> *Diário Oficial* do estado do Piauí. Ano XII. nº95. 3/05/1942. “A RAZÃO DE SER DESTA EDIÇÃO. O Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, desejando comemorar, condignamente, o aniversário de governo do Exmo. Sr. Dr. Leônidas Melo, resolveu dar esta edição especial do jornal que edita, [...] através do depoimento dos auxiliares do governo e de antigos de vultos de grande conceito moral e intelectual. [...]”. (sic) p. 02.

<sup>776</sup> *Diário Oficial*. Op. cit. p.06.

Um dia de festividade, mas acima de tudo um momento de reflexão cívica em relação as transformações que estavam ocorrendo no Brasil e no Piauí. O patriotismo estava balizando as ações do interventor. Neste número do *Diário Oficial* do Piauí, mesmo sendo uma edição comemorativa do estado, as informações do contexto nacional, distribuídas pela Agência Nacional e as notícias internacionais, como o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, se fizeram presentes em suas páginas. Entre os intelectuais que foram convidados a dar o seu testemunho sobre suas impressões em relação ao governo, temos Higinio Cunha, Martins Napoleão, L. M. Ribeiro Gonçalves, Berilo Neves, Anísio Brito de Melo, dentre outros.

Higinio Cunha expôs uma longa narração sobre o período em comemoração. Seu artigo foi denominado de *Septenário do Governo do Estado do Piauí – Esperança fagueira e Realizações Positivas – tudo para deante, nada para trás*<sup>777</sup>. Higinio Cunha representava a fala dos intelectuais que viveram a Primeira República no estado e no período pós-1930, homem que não apenas presenciou o momento, mas viveu intensamente as virtudes e as desvirtudes do seu tempo. Sobre sua participação temos:

Nada mais justo nem louvável do que essa homenagem prestada ao Piauí e ao seu operoso governante, contanto que não seja esquecido o nome do benemérito Major Landri Sales Gonçalves, o pioneiro da República nova entre nós, o bandeirante do ideal revolucionário na selva escura do antigo regime, [...] <sup>778</sup>.

E continua mais adiante na matéria do *Diário Oficial*:

Nenhuma aspiração piauiense ficou imune da ação benéfica do Interventor Leônidas Melo. Todos os seus problemas vitais, antigos e novos, foram atacados ou iniciados ou resolvidos, desde os alicerces, isto é, desde a infraestrutura econômica e material até as altas curniadas da superestrutura jurídica, moral, artística e religiosa. [...] até o combate e repressão ao comunismo. [...]. Todos os municípios têm recebido o influxo progressista, partido do executivo estadual acompanhando o movimento geral do Estado Novo, desde o auxílio direto eficiente até o vigor do exemplo a seguir. [...] <sup>779</sup>(sic).

A escrita é de um intelectual que fez parte da tríade da Primeira República no Piauí, que atravessou grande parte da era Vargas no estado, vindo a falecer no ano seguinte a este escrito, em 1943. Higinio Cunha reconhecia as ações de Landri Sales no estado, mesmo que em período anterior, tenha tecido críticas a algumas de suas ações políticas. Esse discernimento em relação ao desenvolvimento do Piauí na administração de Landri Sales era comum na escrita e na fala dos intelectuais, políticos e burocratas do estado. O “antigo

---

<sup>777</sup> *Ibidem*. p.26-29.

<sup>778</sup> *Ibidem*. p.26.

<sup>779</sup> *Ibidem*.p.29.

regime” é a Primeira República, com as críticas inerentes a este período, momento em que o próprio Higino Cunha esperou reciprocidade que não obteve. Sua participação nesse período foi limitada, apenas a alguns cargos, sem muita relevância.

Leônidas Melo, para Higino Cunha foi operador central da política getulista no estado, criando as condições para colocar o Piauí “[...] para deante, nada para trás”, que pode ser associado a uma ação de progresso, utilizando sua frase no título do seu artigo. O interventor, segundo o intelectual, atuou em várias frentes, na educação, saúde, infraestrutura, contra o comunismo, dentre outras. Faz longa exposição se utilizando de informações dos relatórios de governo. Essas ações foram orientadas para os municípios, demonstrando que o governo interventorial acompanhava a política do Estado Novo, aplicando em todo o Piauí.

Martins Napoleão apresentou na edição um longo trabalho com o título *O Piauí e o Nordeste: aspectos e problemas de sua vida social*<sup>780</sup>. Não chega a ser uma saudação ao governo Leônidas Melo, mas uma reflexão sobre a integração da educação. O texto é dividido em tópicos, percorrendo vários aspectos do Nordeste e do Piauí. O cerne da escrita deste trabalho de Martins Napoleão, é que, para o desenvolvimento precisamos de educação, e esta precisa ser vista nos seus aspectos de aplicação tanto no meio urbano, como no rural, criando uma integração do homem com o seu meio. Como ele salientou:

[...]. Eis ai por que, ao eleger uma organização escolar e fundamente um programa de trabalho letivo, cumpre, antes de mais nada, indagar se convém, real e realisticamente, aos elementos **Terra, homem e fôrmas habituais de labor**. [...] A educação, “que varia em função do espaço” precisa de ter os seus sistemas elaborados de modo a considerar o SENTIDO REGIONAL, e, sobre modo, atender às suas grandes modalidades existenciais da sociedade e da economia brasileiras – a urbana e a rural<sup>781</sup>. (grifos do autor).

A trajetória intelectual de Martins Napoleão foi sempre ligada à educação, foi responsável pela reforma educacional na era Vargas no estado durante a interventoria de Landri Sales, na qual foi diretor de educação. Agora no governo Leônidas Melo, trazia uma meditação profunda sobre as políticas educacionais no Brasil, para poder incluir o sertanejo ao processo de educação como uma forma de integração nacional, tão cara as ações do Estado Novo.

<sup>780</sup> *Diário Oficial*. 03/05/1942. p.35-39. Martins Napoleão, tinha apresentado este trabalho na Segunda Reunião de Economia Rural – Fortaleza – Ceará. O mesmo foi publicado em janeiro de 1942, com apoio do DEE/IBGE e com apresentação do diretor João Bastos. NAPOLEÃO, Martins. *O Piauí e o nordeste: aspectos e problemas da sua vida rural*. Teresina: DEE/IBGE, janeiro.1942.

<sup>781</sup> *Ibidem*. p.39.

Com uma participação especial do Rio de Janeiro, temos a crônica de Berilo Neves para este exemplar oficial, com o título *As razões de um milagre*<sup>782</sup>. Berilo Neves mesmo morando fora, foi um intelectual que sempre estava preocupado em destacar as relevâncias do estado, um colaborador constante da interventoria de Leônidas Melo. Sabemos que se comportava como um agente cultural, apto a escrever e a falar sobre a desenvoltura diversa do estado no contexto do período político de então. Em suas palavras:

[...] Leônidas Melo é um presente dado ao Piauí pela clarividência administrativa de Landri Sales e pela alma benéfica da Revolução, Landri Sales substituiu, na vida do Piauí, a palavra política pelo vocábulo administrativo. [...] sete anos de governo definem um estadista ou tiranizam um povo. Podem ser uma ressurreição – ou uma calamidade. No Piauí, este setenário é mais do que um triunfo administrativo: é um prodígio político – social. Ao edificar-se o Estado Novo – construção oportuna, idealizada e argamassada pelo gênio do Sr. Getúlio Vargas – o Piauí já entrara no caminho da prosperidade, da paz política, da opulência física da terra e da ventura espiritual da gente, Getúlio Vargas não teve dificuldade em encontrar o homem que convinha ao Piauí, porque o Piauí inteiro o apontava: Leônidas Melo. [...] <sup>783</sup>.

Como cronista, Berilo Neves tinha um estilo de fácil compreensão, curto e objetivo. Em relação ao governo de Leônidas Melo, o intelectual traz em sua escrita temas do cotidiano do Piauí. Não esquece de ligar seu governo a uma continuidade de Landri Sales, no entanto, imprime as características políticas em Leônidas Melo, como operador das ações de Vargas no Piauí e edificador do Estado Novo. O estilo intelectual de Berilo Neves serviu ao processo de comunicação do governo com o povo, e sua presença na edição especial do *Diário Oficial* do estado do Piauí, simbolizava esta atuação, e como já foi mencionado anteriormente, o olhar externo de um intelectual como Berilo Neves e residente na capital federal, significa uma visão de identidade de ações políticas entre Leônidas Melo e Getúlio Vargas.

O período da Segunda Guerra Mundial promoveu no Brasil uma intensa propaganda patriótica. Datas como o dia do soldado, o dia do reservista, alistamento e outros ganharam uma conotação mais enfática. No Piauí, essa temática relacionada ao conflito mundial e a propaganda em seu contexto também contaram com a participação da intelectualidade, que se fez presente no ambiente educacional, jornalístico ou nos espaços públicos. O jornal *Gazeta (PI)*<sup>784</sup> e o *Diário Oficial* do estado, foram os que tiveram no Piauí uma publicação

---

<sup>782</sup> *Diário Oficial. Op. cit.* p 67.

<sup>783</sup> *Ibidem.*

<sup>784</sup> *Jornal Gazeta (PI)*. Surgiu em 10/12/1904 até 1915, na primeira fase. Na segunda fase, começa em 1926 e continuou até o fim do regime Vargas. O diretor fundador era prof. Benedito Lemos (conhecido como B. Lemos), diretor gerente Antonio Lemos e secretário Alberoni Lemos. Cf. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.p.292.

ininterrupta no período, marcado pela dificuldade do papel, consequência da guerra. Em relação a este período temos:

Veio, então o Estado Novo, em 1937. As atividades da imprensa, até 1945, limitaram-se a rotina, devido à rigorosa censura imposta a todos os meios de divulgação. Parou o surgimento de novos jornais, pois o papel, todo importado, estava racionado devido ao estado de guerra reinante. Cada periódico dispunha de uma cota<sup>785</sup>.

Os jornais funcionavam todos com uma ferrenha fiscalização do DIP<sup>786</sup> e do DEIP estadual, aqueles que circulavam tinham que ser registrados. Os periódicos como *Diário Oficial* do Piauí e a *Gazeta* (PI), por exemplo, recebiam por telegrafo diariamente informações para serem veiculadas em seus exemplares, pela Agencia Nacional e as informações internacionais ficavam a cargo da agência<sup>787</sup> Reuters (Britânica). Todas as informações passavam por um censor do DIP, DEIP, ou por uma autoridade do estado que julgava o que era nocivo ao governo. Se saíssem informações que fossem censuradas pelo governo a cota de papel era cortada pelas autoridades do Estado Novo. “Contudo, as comunicações eram feitas verbalmente, ou por telefone, de modo a não deixar vestígios”<sup>788</sup>.

Entre os intelectuais piauienses que tiveram uma colaboração intensa no jornal *Gazeta* (PI), tratando de temas variados, estava Cunha e Silva que já vinha de uma longa participação na cultura do estado, tanto em revistas, almanaques como nos jornais. Sua escrita no período foi em relação ao civismo, ao mundo do trabalho, à língua nacional, à cultura política, à religião, às questões raciais, assistências sociais e outras temáticas. Era um escritor que em sua tinta não encontrava fronteiras. Sobre a participação do Brasil na guerra, temos um artigo intitulado *Vibração Cívica*. Segue um trecho:

[...]. O Brasil agredido encontrou logo a defesa e o apoio decididos dos seus filhos.  
[...]. É preciso que haja, ao lado do adestramento militar, a preparação militar a preparação espiritual do cidadão. Com a luz dos ensinamentos morais e cívicos,

<sup>785</sup> PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 3 ed. Teresina: Editora Zodiaco, 1997.p.199.

<sup>786</sup> “O DIP possuía ainda um “serviço de recortes”, que auxiliava no monitoramento de tudo o que era publicado na imprensa escrita”. Cf. ALMEIDA, Ana Maria Araújo de; PINHO, Silvia Oliveira Campos de. *República em documentos* –. Coleção Getúlio Vargas – DIP. Rio de Janeiro: Museu da República, 2015. Série Documentos Arquivísticos nº 1. p.51 Temos como fonte o recorte do Jornal *O Estado do Pará* uma reportagem *O presidente Getúlio Vargas no Ceará*, passando em Parnaíba – PI, para abastecer o avião, aproveitou o presidente Getúlio Vargas para conhecer um carnaubal, para verificar a extração da cera da carnaúba, importante atividade econômica do Piauí, juntamente com o prefeito Mirócles Veras Fonte: AMI-MR - GV DIP 15. Museu da República.

<sup>787</sup>Cf. AGUIAR, Pedro. *Notas para uma história do jornalismo de agências*. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Notas%20para%20uma%20Historia%20do%20Jornalismo%20de%20Agencias.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

<sup>788</sup> PINHEIRO FILHO. *Op. cit.*, p. 200.

especialmente ministrados nos lares e nas escolas, espancam-se as trevas da frieza nacionalista. Com alma instruída para a ação em benefício da Pátria, o soldado torna-se um herói, nas refegas da luta, pronto para todos os sacrifícios em defesa do solo sagrado que lhe serve de berço<sup>789</sup>(sic).

Cunha e Silva exaltava a pátria, a guerra que possibilitou identificar quem eram os verdadeiros patriotas, que além de serem treinados para os conflitos inerentes à guerra, precisavam ser preparados para serem verdadeiros cidadãos, com respeito aos princípios morais e cívicos. Esse preparo do cidadão era de interesse público, patriotismo, elementos essenciais nas palavras de Cunha e Silva, para formar valores para não só defender, mas fortalecer o nacionalismo.

Acerca da mobilização do Piauí na Segunda Guerra, temos a escrita de Clarice Helena Santiago Lira<sup>790</sup>, que destaca que havia uma campanha nos noticiários locais entre 1943 a 1945, dirigido a todos os jovens do estado, de forma geral aos reservistas, para defenderem a pátria. Além de se utilizar a imprensa local, aproveitavam as comemorações e festas do Estado Novo. As festas comemorativas se tornavam um espaço público para promoverem discursos patrióticos que eram reproduzidos nas caixas amplificadoras, nos jornais que circulavam no período, como o jornal *Gazeta* (PI) e o *Diário Oficial* do estado, bem como as revistas das instituições culturais e educacionais.

A propaganda em relação à guerra, além de ganhar espaço nos jornais, ganhava cursos aplicada a sociedade civil, como os cursos de Defesa Antiaérea<sup>791</sup>. Os cursos eram realizados em instituições, como também repassados pela Rádio Amplificadora Teresinense, como as notícias eram também passadas pela Rádio Propaganda Sonora Rianil<sup>792</sup>, pertencente as Lojas Rianil. Teresina não contava com uma rádio<sup>793</sup>, logo, essas ações promovidas pelas rádios<sup>794</sup>

<sup>789</sup> Jornal *Gazeta* (PI). 30/10/1942. p.3.

<sup>790</sup> LIRA, Clarice Helena Santiago. *O Piauí em tempos de segunda guerra: mobilização local e as experiências do contingente piauiense na FEB*. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2017.p.82-83. Livro resultado da dissertação de mestrado em História do Brasil (UFPI), um trabalho que integra o Piauí no contexto nacional, com as dimensões individuais dos combatentes e suas memórias da guerra.

<sup>791</sup> Foi criado em Teresina (PI), no salão nobre da Faculdade de Direito do Piauí, com discurso do interventor Leônidas Melo destacando a importância de educar a população contra quaisquer ataques aéreos. Cf. Jornal *Gazeta* (PI). 28/10/1942. p.02.

<sup>792</sup> Em 28/07/1943, foi inaugurado nessa rádio propaganda o jornal falado com os informes telegráficos, com a presença de Joel Presidio de Figueiredo, diretor da Agencia Nacional e representante do DIP. Cf. Jornal *Gazeta* (PI), 1/08/1943. p.1 e 4.

<sup>793</sup> A primeira rádio do Piauí foi a Rádio Educadora de Parnaíba - (PRJ-4), em 1940. Cf. *Almanaque da Parnaíba*. Ano XIX. 1942.p.85.

<sup>794</sup> A interventoria não dispunha de uma rádio, este era aspecto que criava dificuldade para uma divulgação mais eficaz na sociedade, como podemos ver a seguir: “Ressente-se o DEIP de uma rádio-difusora, órgão hoje indispensável à eficiência de qualquer propaganda e necessário ao trabalho de orientação e educação popular, que o Governo deve exercer, no interesse da própria coletividade”(sic). Cf. PIAUÍ. *Relatório*. Apresentado ao Exmo, Snr. Dr. Getúlio Vargas, D. D, Presidente da República pelo Interventor Federal no Estado Dr. Leônidas de Castro Melo. Teresina: DEIP, 1942.p.120.



amplificadas, servia a este fim. Estes instrumentos de publicidade, segundo Daniel Vasconcelos Solon, “[...] disputavam prestígios e costumavam anunciar nos jornais os programas e novas atrações destes serviços de alto-falantes [...]”<sup>795</sup>. Ou seja, queriam desempenhar os mesmos papéis das estações de rádios.

Entre as palestras pronunciadas pela Rádio Amplificadora Teresinense, organizada pela Diretoria<sup>796</sup> Passiva Antiaérea, destacamos a ministrada pelo professor Álvaro Ferreira<sup>797</sup>. Um professor de prestígios na sociedade piauiense, que sempre colaborava em diversos eventos organizados na capital. Sobre a referida exposição, temos o seguinte fragmento:

[...] no sentido de repelir a barbárie que poderá se estender até ao território imaculado da Pátria. [...]. Todas medidas de precaução devem ser tomadas, toda vigilância deve nortear os nossos passos na amargura da guerra cruel, de tal modo que a população civil seja um colaborador eficiente do Governo, - sempre alerta, oferecendo-nos os meios de defesa, [...]. Há quem pense, serem dispensáveis, os preparativos contra possíveis ataques aéreos a esta cidade alegando que não temos um parque industrial e falta um centro ferroviário [...]. Para convencê-los do erro que acarretaria resultados graves, com reflexo imediato na economia nacional, [...]. Ora, Teresina é cidade visada, pois além do campo que possuímos [...] está localizada numa zona geográfica de valor, como ponto de irradiação para vales do Parnaíba, do Tocantins, do Amazonas, do S. Francisco que dará acesso franco aos Estados da região central. [...]. Estamos atravessando uma hora histórica das mais delicadas, um período singular para o destino da Nação. [...] <sup>798</sup>(sic).

Na fala do professor Álvaro Ferreira percebe-se que o Estado Nacional encampou durante a guerra uma intensa propaganda que colocava o medo, a incerteza de um lado, e no outro, a ação do Estado brasileiro, que se faz defensor. Isto permitiu promover ainda mais um sentimento de patriotismo e nacionalismo na população. Na sua conferência destaca que o Brasil não está imune ao contexto mundial, muito menos o Piauí, que possui dentro das estratégias econômicas uma localização importante no território nacional. Sua fala desperta no

<sup>795</sup> SOLON, Daniel Vasconcelos. *O eco dos alto-falantes: memória das amplificadoras e sociabilidades na Teresina de meados do século XX*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História do Brasil. Universidade Federal do Piauí (UFPI). 2006.p.32.

<sup>796</sup> O diretor municipal da Defesa Passiva Antiaérea, era o professor de história Valdir Gonçalves.

<sup>797</sup> Álvaro Alves Ferreira. n. Piripiri (PI), 1893- f. Teresina (PI), 1963. Professor, jornalista, conferencista, cronista e contista. Professor de geografia do Liceu Piauiense, do qual também foi diretor. Lecionou francês no Colégio Sagrado Coração de Jesus e no Colégio São Francisco de Sales. Dirigiu o Instituto Antonino Freire. Militou em diversos órgãos de imprensa, como *O Estado do Piauí*, *Folha da Manhã*, *Jornal do Comércio*, *O Piauí*. Escreveu o livro *Da Terra Simples*, uma coleção de contos e crônicas. Pertenceu a APL e outras academias acadêmicas no estado do Piauí. Cf. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003*. Teresina: Editora Halley, 2003. p.160-161. *Passim*.

<sup>798</sup> ZODÍACO – Boletim do Órgão Oficial do Centro Cultural “Lima Rebelo” (PI). Ano I. nº1. 30/05/1943. p.6 e 8. Este órgão cultural era do grêmio literário do Ginásio Dr. Demostenes Avelino, em Teresina. Este colégio foi fundado pelo professor Felismino de Freitas Weser.

piauiense um sentimento de integração, incorporado intensamente pelo Estado Novo na sua pauta ideológica.

Ainda pode-se inferir que Álvaro Ferreira, como professor de geografia de vários estabelecimentos educacionais, se pronunciava com sua experiência de conhecimento geográfico sobre a situação do Piauí no contexto. O curso tinha este objetivo subentendido de trazer a fala de pessoas que tivessem um reconhecimento na sociedade para estabelecer e reforçar este vínculo entre o Estado e o cidadão, relação que com a campanha em torno da guerra se aprofundou.

Outro aspecto despertado com o conflito mundial foi a campanha da borracha, promovida pelo governo Vargas. Uma propaganda para produzir borracha e ao mesmo tempo estimular os trabalhadores para a Amazônia. Segundo María Verónica Secreto, esta ação de Vargas teve duas dimensões: uma nacional e outra local. A primeira buscava ocupar os espaços vazios do Brasil, e a outra promover a emigração de nordestinos para a Amazônia<sup>799</sup>.

No Piauí, esta ação foi encampada pelo estado, através do DEE, sob a direção de João Bastos, o articulador desta ação na imprensa estadual, divulgando informações sobre a participação do Piauí. João Bastos produziu vários artigos que foram publicados no mês da borracha, junho de 1943, uma série de artigos designados *O mês nacional da Borracha*. O jornal *Gazeta* (PI) deu ampla visão a esta promoção do estado com uma intensa reprodução de reportagens nacionais em torno da campanha da borracha. Em 10/06/1943, foi publicizada uma propaganda com o título *Borracha – alavanca do progresso*<sup>800</sup>, que informava em relação a essa matéria prima, a possibilidade da vitória na guerra, pela sua ampla utilização no conflito e no emprego do mundo em desenvolvimento.

O estado do Piauí estabeleceu mecanismos internos de contribuição com o governo federal desenvolvendo campos e promovendo a mobilização dos prefeitos<sup>801</sup> piauienses na produção da borracha da maniçoba<sup>802</sup>. O Estado possibilitava ajuda técnica na produção como assistência no manejo dos campos de cultura de maniçoba<sup>803</sup>. Em relação a essa atuação, assim se expressou João Bastos, no artigo *O mês nacional da Borracha IV*, parte

<sup>799</sup> SECRETO, María Verónica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. Coleção História do Povo Brasileiro. p.73.

<sup>800</sup> *Jornal Gazeta* (PI). 10/06/1943. p.1.

<sup>801</sup> *Extraír borracha para a vitória – e ganhe dinheiro!* *Jornal Gazeta* (PI). 27/06/1943. p.3

<sup>802</sup> Sobre este assunto conferir QUEIROZ, Teresinha. *A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí 1900 a 1920*. Teresina: UFPI/APL, 1994. Uma obra que insere o Piauí na extração da maniçoba, a partir da alta da demanda dos países industrializados por borracha e outras plantas lácteas, como mangabeira.

<sup>803</sup> BASTOS, João. *Esforço de guerra das nações unidas – A borracha de maniçoba e mangabeira no Piauí –*. *Jornal Gazeta* (PI). 1/08/1943. p.1. O artigo disserta sobre o empenho do Piauí e o aumento da produção da maniçoba e da mangabeira em vários municípios, com ações de limpeza dos campos, abertura de poços, transporte da produção e outras ações do poder público.

publicado no jornal *Gazeta*, “[...] o Piauí se ufana de ver que o seu ‘esforço de guerra’, nesse agigantado plano de “Campanha da Borracha”, será, não há dúvida, de grande eficiência. [...]”<sup>804</sup>.

João Bastos e o DEE, se fizeram presentes nessa campanha nacional, apresentando números da produção da cultura da maniçoba no estado, conduzindo uma política interna que permitia o homem piauiense não migrar para outras áreas. A atividade econômica interna criava alternativas para fugir um pouco das dimensões apresentadas por María Verónica Secreto<sup>805</sup>, em relação à campanha nacional da borracha do Estado Novo. O homem piauiense encontrava no seu governo ações que lhe permitia permanecer em sua terra, e ao mesmo tempo conviver com as oscilações climáticas, ações estas que colocavam o governo de Leônidas Melo e as mediações dos seus assessores no engrandecimento da política nacional aplicada por Getúlio Vargas.

A atuação dos intelectuais continuava com ações paralelas àquelas aplicadas no âmbito nacional, Cunha e Silva continuava presente na imprensa com artigos que inseriam vários questionamentos sociais, como sobre a atuação dos partidos políticos. Em um artigo<sup>806</sup> afirmou que a instalação do Estado Novo extinguiu as ações dos partidos políticos, que alimentavam as discórdias pessoais no país, esquecendo do povo. Em outro, defendia as ações de Getúlio Vargas como homem que criou a unidade nacional e permitiu a solidariedade entre os estados, pois segundo ele, “[...] Não há mais estados poderosos, não há mais pruridos separatistas no Brasil, só grande e poderoso é o Brasil”<sup>807</sup>.

Sobre a Força Expedicionária Brasileira (FEB), Cunha e Silva se expressou valorizando o povo brasileiro representado pelos seus filhos que lutam na Europa, orientados pela ação determinante de Getúlio Vargas<sup>808</sup>. Essa ação da FEB era vista como atitude patriótica, que o governo brasileiro estava contribuindo para libertar o continente europeu das mãos horrendas do nazismo. Na mesma edição e página do texto de Cunha e Silva, encontramos uma nota reproduzida com o título *Nota Carióca*<sup>809</sup>, em relação a posição dos intelectuais no conflito:

<sup>804</sup> O mês nacional da Borracha IV. João Bastos. Jornal *Gazeta* (PI). 13/06/1943. p.1.

<sup>805</sup> SECRETO. *Op. cit.*, 2007.

<sup>806</sup> CUNHA E SILVA. Partidos Odientos. jornal *Gazeta* (PI). 1/07/1943. p.1.

<sup>807</sup> *Idem*. Saudosistas. jornal *Gazeta* (PI). 23/12/1943. p.1.

<sup>808</sup> *Idem*. A Força Expedicionária Brasileira. Cunha e Silva. jornal *Gazeta* (PI). 21/05/1944. p.1.

<sup>809</sup>. SANTOS, Vitor do Espírito. O Dever dos intelectuais. Jornal *Gazeta* (PI). 21/05/1944. p.1. O autor era jornalista e advogado do Rio de Janeiro, que tinha uma colaboração com diversos periódicos da capital e dos estados.

O Dever dos Intelectuais. [...]. Escritores e jornalistas houveram que se insurgirem contra outros escritores e jornalistas por terem estes conclamado todos os homens de pensamento para a luta contra o fascismo. [...]. Impossível, a meu ver, esse alheamento. A guerra atual não é de paiz contra paiz. É uma guerra contra o pensamento livre. Uma guerra que enfileira de um lado homens que querem extinguir todas as liberdades, principalmente a do pensamento, e do outro lado homens que fazem questão de conservar essas liberdades. Impossível a neutralidades entre as duas forças. Impossível o alheamento do homem de letras. Isto não quer dizer que todos os intelectuais devam inscrever-se nas fileiras das forças combatentes, empunhando fuzis, manejando canhões ou metralhadoras. A guerra não se faz apenas nos campos de combates. O homem de letras é muito útil usando a sua inteligência e os seus predicados na obra de esclarecimento do povo e de combates aos inimigos externos e internos, por meio de livros, artigos e discursos, do que na frente de combates, onde a resistência física vale muito mais que a força do pensamento. Mas o que o intelectual não pode fazer é continuar a escrever sempre e sempre lindas ou medíocres peças literárias, sem que dessas produções coloque também o seu espírito de lutador antifascista. [...]. Não é só nas trincheiras dos diversos *Fronts*, portanto, que se combate o inimigo comum. [...] <sup>810</sup>.(sic)

A comunicação é extensa, mas necessária para refletirmos o seu contexto. Divulgada em vários jornais do país, incluindo o jornal *Gazeta* (PI), traz em seu conteúdo a reposta ao chamamento realizado aos intelectuais por outros intelectuais (escritores e jornalistas, como se refere no comunicado), a se posicionarem não apenas no universo das letras, mas com a atuação física no confronto. Todavia a nota é respondida, afirmando que a guerra não é travada apenas nos campos de batalha, mas em outras frentes.

O intelectual não está alheio ao contexto mundial do conflito, e muito menos em suas consequências. Atua informando, refletindo, produzindo notícias para o povo, buscando trazer um esclarecimento da situação que possa contribuir como a compreensão da população sobre a guerra e seus desdobramentos. Seu dever é agir contra as ideias que não preservem a democracia, e “[...] coloque também o seu espírito de lutador antifascista” nesse embate <sup>811</sup>. Esse posicionamento direcionado aos intelectuais, em relação ao conflito, também vai se colocar em relação ao governo, aos interventores estadonovistas e a pessoa de Getúlio Vargas, promovendo essa orientação em relação ao final da guerra.

Em outros termos, a nota acima é uma reflexão para os intelectuais, como também serve de ponderação para o contexto político enfrentado pelo Estado Novo, durante e principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial <sup>812</sup>. Sua política de neutralidade internacional já não tinha mais espaço com a entrada do Brasil na guerra e o envio da FEB. Era um contra senso lutar pela liberdade na Europa e sua emancipação do nazifascismo, e no Brasil a existência de um regime autoritário. Getúlio Vargas travou novos campos de batalhas

---

<sup>810</sup> *Ibidem*.

<sup>811</sup> *Ibidem*.

<sup>812</sup> HENRIQUES, Afonso. *Ascensão e queda de Getúlio Vargas - Vargas e o Estado Novo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Distribuidora Record, 1966. v.2.

em diversos fronts, como a preferência interna pelos aliados, os investimentos externos eram ligados a origem anglo-americana, manifestações de grupos diversos (intelectuais, operários, estudantes, personalidades políticas, etc.), reestruturação dos partidos políticos<sup>813</sup>, dentre outras, resultando em concessões.

Entre as aquiescências de Getúlio Vargas, temos a permissão para eleições<sup>814</sup> para o cargo de presidente da república, bem como para o Congresso Constituinte e também as eleições para governadores e deputados. Os grupos políticos se articularam para criar candidaturas para presidente da República e para os cargos legislativos, entre elas a do comandante Eduardo Gomes. Sobre esta campanha, Cunha e Silva se pronunciou na imprensa com artigo denominado de *Fariseus*<sup>815</sup>, no qual denunciava que os “asseclas espalhados” estavam distribuídos em todo o Brasil, de plantão, para servir-se do novo momento político brasileiro. Aproveitavam-se da situação política inaugurada pelas campanhas eleitorais em todo o Brasil, colocando-se ao lado da campanha do brigadeiro Eduardo Gomes.

A imprensa sempre ativa, agora no processo de redemocratização do Brasil, começa publicar artigos e notas contra a interventoria de Leônidas Melo<sup>816</sup>. O jornal *O Piauí* (PI), o *Gazeta* (PI)<sup>817</sup>, ambos diante de uma nova fase e direção, produziram críticas ao governo do Piauí. “O regime de censura à imprensa permanece em vigor até fevereiro de 1945”, segundo Marinalva Barbosa<sup>818</sup>, justificando o silêncio de alguns periódicos. A conjuntura política delineava que os jornais que antes tinham linha de oposição ao interventor, começaram a se manifestar, todavia durante o período de vigência da censura aos periódicos não permitia publicação de artigos e informações mais agudas contra o Estado Novo e seus representantes governamentais.

<sup>813</sup> Surgimento da União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

<sup>814</sup> BRASIL. Decreto Lei 7.586 de 26/05/1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 fev. 2021.

<sup>815</sup> Jornal *O Piauí* (PI). 22/09/1945. p. 2. O jornal estava na nova fase, tinha como proprietário o comandante Helvécio Coelho Rodrigues. Um órgão da União Democrática Nacional (UDN), tinha orientação de Eurípides de Aguiar, Esmaragdo de Freitas, Simplício Mendes, Arimathéia Tito, Ofélio Leitão e Júlio Martins Vieira. Em 1947, teve a direção de A. Tito Filho, depois a de José Severino de Costa Andrade. Em 1946, sofreu empastelamento e foi assassinado o seu vigia, Miguel Pedro. Posteriormente ressurgiu e desapareceu sob a direção de Orlando Rollo. Cf. PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 3 ed. Teresina: Editora Zodiaco, 1997.p.234. *Passim*.

<sup>816</sup> *O Piauí por dentro*. *O Piauí* (PI). 7/10/1945. p.3 e *Gazeta* (PI). 15/05/1945. p.1. São exemplos de edições que atacam politicamente o interventor Leônidas melo e ao presidente Getúlio Vargas.

<sup>817</sup> O jornal *Gazeta* (PI) a partir de 1945, em uma nova fase e direção, sob o título de “Órgão político e noticioso”. Diretor proprietário José Candido Ferraz; redator chefe, Esmaragdo de Freitas; redator secretário, Martins Vieira e diretor gerente, Walter Pereira. José Candido Ferraz era opositor político de Leônidas Melo.

<sup>818</sup> BARBOSA, Marinalva. *História cultural da imprensa – Brasil 1900 – 2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.p.124.

Cunha e Silva, apesar de abordar temas variados seus artigos, alguns teciam elogios ao regime instalado por Getúlio Vargas em 1937. Agora diante do processo de redemocratização, o jornalista que colaborava com vários periódicos, tem mais liberdade para escrever textos mais críticos contra a política do país. Um exemplo foi seu artigo no jornal *O Piauí* (PI), denominado de *Queremistas*<sup>819</sup>. Em sua narração destaca que não tinha cativado oposição a nenhuma pessoa, reconhecia algumas realizações de Getúlio Vargas, principalmente as leis sociais. Os Queremistas, para ele, eram cínicos que estavam aproveitando o momento político para tirar proveito da situação, com interesses pessoais.

Diante da situação política no país, Getúlio Vargas fica sem bases em torno do processo político que se aproxima, sem apoio das forças armadas, a mesma instituição que o levou ao poder em 1930, apoiou a tomada total do poder em 1937, com a instalação do Estado Novo, agora em 1945 retirou-lhe do poder. Nos estados da federação os seus interventores, como é o caso de Leônidas Melo, também perderam suas bases e enfrentaram uma forte oposição, ressurgida em 1945. A força nacional que tirou Getúlio Vargas do poder, tirou também os interventores estaduais.

#### 4.1.1 O Caso dos Desembargadores e os Incêndios em Teresina: eventos que abalaram o Estado Novo no Piauí e a mudez dos intelectuais

O regime do Estado Novo tinha como característica principal o autoritarismo, que se configurou na ditadura varguista. O Estado Nacional, ao longo de sua existência, promoveu ao longo do seu caminho político, momentos difíceis, marcados pela censura e a repressão, não somente do governo federal, mas dos seus interventores federais, nos seus estados correspondentes. No Piauí, podemos destacar politicamente duas situações que causaram um mal-estar na política desenvolvida pelo interventor Leônidas Melo, que foram o “Caso dos Desembargadores” e os “Incêndios em Teresina”.

O primeiro episódio ocorreu em 1939, uma situação delicada entre os poderes Executivo e Judiciário. Este atrito foi resultado da substituição do desembargador Cristino Castelo Branco, que tinha se aposentado. O interventor se articulou para inserir o nome do seu irmão, Eurípedes de Castro Melo, na lista tríplice, cujo critério de escolha seria o

---

<sup>819</sup> Jornal *O Piauí* (PI). 26/10/1945.p 3.

merecimento. O interventor buscou apoio dos desembargadores Esmaragdo de Freitas e Sousa e José de Arimathéa Tito. O irmão, mesmo sendo magistrado da capital, não preenchia os requisitos para compor a lista que foi encaminhada pelo Tribunal de Apelação do Piauí ao interventor. Este ignorou a lista tríplice do Tribunal, viajando ao Rio de Janeiro para tratar deste caso e outros assuntos com o presidente Getúlio Vargas e o ministro Francisco Campos<sup>820</sup>.

Os desdobramentos dessa crise resultaram na aposentaria dos desembargadores, Esmaragdo Freitas e Sousa, Simplício de Sousa Mendes e José de Arimathéa Tito, por ato administrativo do interventor, com base no artigo 177<sup>821</sup> da Constituição de 1937. Os magistrados mencionados, além de ocuparem os mais altos cargos do poder judiciário no estado, gozavam na sociedade de grande reputação intelectual, fazendo parte de vários ambientes culturais, como a Faculdade de Direito, a APL, instituições educacionais, jornais e revistas<sup>822</sup>.

Em 1940, para ocupar a vaga do desembargador aposentado Cristino Castelo Branco e dos três desembargadores aposentados por força do artigo 177, “[...], foram nomeados: Eurípedes de Castro Melo, João José Pereira da Silva, José Messias Cavalcante e Manoel Castelo Branco, [...]”<sup>823</sup>, criando no cenário estadual uma situação delicada para o interventor. Os desembargadores prejudicados buscaram nas instâncias judiciais superiores e ao próprio presidente Getúlio Vargas, recorrer do ato, todavia sem resultados favoráveis. A situação promoveu de certa forma um desgaste na imagem do interventor, nutrindo nos seus opositores um argumento ainda maior para agir contra o seu governo.

Sobre as ações tomadas pelos três desembargadores aposentados pela força administrativa do interventor temos, um *Recurso*<sup>824</sup>, encaminhado ao presidente Getúlio

<sup>820</sup> TITO FILHO, A. *Sua excelência o egrégio (síntese histórica)*. 2 ed. Teresina: APL, 1991.p. 18-19.

<sup>821</sup> Art. 177. Dentro do prazo de sessenta dias a contar da data desta Constituição, poderão ser aposentados ou reformados de acordo com a legislação em vigor os funcionarios civis e militares cujo afastamento se impuzer, a juizo exclusivo do Governo, no interesse do serviço publico ou por conveniencia do regimen(*sic*). PORTO, Walter Costa. *Constituição de 1937*. 3 ed. Brasília: Senado Federal, 2012. Coleções Constituições Brasileiras. v.4.p.93.

<sup>822</sup> CARVALHO, Afonso Ligório Pires de. *Tempos de Leônidas Mello*. Teresina: APL/Assembleia Legislativa, 1994. p.62-68. Uma obra que tem como base as memorias do autor, fontes históricas do período com depoimentos no final do livro de pessoas que foram próximas a Leônidas Melo ou foram contemporâneos.

<sup>823</sup> TITO FILHO, A. *Op. cit.*, p. 19.

<sup>824</sup> MENDES, Simplício de Souza & SOUZA, Esmaragdo de Freitas. *O caso dos desembargadores piauienses (Recurso)*. [S.I]: Empresa Graf. Tribuna Ltda, 1940. Este Recurso encaminhado ao presidente Getúlio Vargas, narrando os detalhes do episódio, foi impresso e transformado em um livreto. Este documento faz parte também de livro memorial apresentado ao presidente Getúlio Vargas, organizado por Giovanni Costa, contra os atos do interventor Leônidas Melo no estado. Este livro do Geovanni Costa é composto pela união de folhetos e livros: COSTA, Giovanni. *O Estado Novo no Piauí*: Rio de Janeiro: [s.n.], 1941; COSTA, Giovanni. *De como se pratica o Estado Novo no Piauí*. [S.I.: s.n] 1940 e outros documentos como sentença, depoimentos, recortes de jornais e outros.

Vargas, narrando fatos do episódio, com detalhes dos atos administrativos e solicitando a autoridade máxima da nação uma posição. Vejamos um trecho deste documento encaminhado ao presidente:” [...]. Não concordando com tamanha preterição, surgiu a idéia da aposentadoria da maioria do Tribunal, porque só assim o ilustre chefe do executivo piauiense lograria impor, como efetivamente impôs o irmão, diante da opinião pública em surda e geral reprovação”<sup>825</sup>(sic). Segundo os autores do *Recurso*, o ato do interventor foi reacionário, no entanto, a ditadura vigente no período promovia a surdez e imobilidade de qualquer reação.

O segundo episódio foi os “Incêndios em Teresina”, que também causou uma instabilidade política na interventoria de Leônidas Melo. A capital, tinha no período inúmeras casas de palhas, algumas delas existentes em locais centrais da zona urbana e suburbana. Essas casas pelo seu material de cobertura e a presença climática de alta temperatura eram passivas de fácil combustão. Segundo Francisco Alcides do Nascimento<sup>826</sup>, no ano de 1941, no final do mês de agosto e início de setembro, estas ocorrências voltaram com intensidade, pondo em chamas dezenas de casas, criando uma enorme comoção social. O incêndio se potencializava e se espalhava queimando as casas, principalmente porque geralmente eram construídas umas próximas às outras, na sua grande maioria geminadas.

A imprensa sob o controle do DEIP estadual, não permitiu manchetes ou notas sobre os incêndios, obstruindo a visibilidade sobre este acontecimento. Igualmente realizava-se um controle sobre as informações que poderiam ser veiculados na imprensa nacional. Estas censuras direcionadas ao campo jornalístico, já era algo normal no estado, o conteúdo destas notícias, em relação aos incêndios, poderia depor contra o discurso de modernização presente não só na fala, mas na propaganda estabelecida pela interventoria estadual.

Os incêndios ganharam uma dimensão política, permitindo várias especulações sobre os fatores que colocaram determinadas zonas da cidade em chamas. Entre os motivos que circulavam estavam<sup>827</sup> a questão natural, o período climático e material de fácil combustão; ação do interventor Leônidas Melo, para promover um processo de modernização da cidade, retirando as casas de palhas da zona urbana; uma ação da oposição, para atacar o seu governo; uma ação do comandante Evilário Gonçalves Vilanova<sup>828</sup> para desestabilizar o governo e tornar-se interventor. Estas foram algumas das versões que circularam no campo social piauiense no período.

---

<sup>825</sup> *Ibidem*. p.3.

<sup>826</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.p.234-235.

<sup>827</sup> CARVALHO, Afonso Ligório Pires de. *Op. cit.*, p.29-52.

<sup>828</sup> Evilásio Gonçalves Vilanova. Natural de Caxias (MA). Militar do Exército de carreira, chegou ao Piauí como capital e faleceu como general. Foi chefe de Polícia e comandante da Polícia Militar do Piauí de 1940 a 1943.



As vítimas solicitavam auxílio ao estado, e ao presidente Getúlio Vargas, por meio de cartas enviadas ao chefe da nação. A seguir temos um fragmento de uma destas correspondências localizadas no Arquivo Nacional: “[...], pedir-vos auxílio para amenizar meus sofrimentos. Incêndio por mão perversa e misteriosa, que não respeita a miséria e o sofrimento. É’ grande o número de vítimas deste horrível incêndio que está aumentando o martírio do pobre. [...]”<sup>829</sup>. A carta foi encaminhada pelo Gabinete da Presidência à Comissão de Amparo as Vítimas dos Incêndios em Teresina, presidida pelo prefeito Lindolfo Monteiro. Essa comissão tinha como objetivo prestar ajuda as vítimas dos incêndios, com auxílio financeiro para construir novas habitações, geralmente em outros locais.

Também foi instalado um inquérito para apurar os incêndios, ocorreram investigações, diligências, prenderam algumas pessoas. Evilásio Vilanova, como Chefe de Polícia, iniciou um amplo processo de modernização da polícia, com a ampliação das instalações do quartel, criou uma Seção de Bombeiros da Força Policial do estado, disciplinou e inseriu diversos treinamentos. “No Estado Novo, as polícias receberam tratamento privilegiado. O combate à subversão transformou essas instituições em instrumentos de poder e coesão. Conhecedor dessa situação, Vilanova buscou sempre o apoio do interventor e constantemente, recebeu”.<sup>830</sup>

O rito processual do inquérito teve alguns problemas de procedimento e de competência, gerando divergências sobre andamento do processo, como bem sinalizou Francisco Alcides do Nascimento<sup>831</sup>. “[...] Os incêndios, assim, deixavam de ser um problema social e eram alçados à condição de questão de segurança nacional. O processo foi encaminhado ao Tribunal de Segurança Nacional, [...]”<sup>832</sup>. Arroladas diversas testemunhas e levantamento de informações. A polícia foi acusada de torturar os presos, para que os mesmos pudessem falar e confessar o crime. Todo esse contexto gerou uma grande polêmica no Piauí, envolvendo a interventoria de Leônidas Melo. Ainda sobre essa conjuntura temos:

Todas as pessoas que trataram do assunto lembram de fatos relacionados com a tortura. Revelam também que vários nomes foram indicados como autores intelectuais dos incêndios, mas o de José Candido Ferraz foi o mais lembrado. Esse fato, reforça dois depoimentos em especial: o do bispo Dom Severino e de José Camilo da Silveira, que atestaram existir uma questão pessoal entre José Cândido Ferraz e o Chefe de Polícia<sup>833</sup>.

<sup>829</sup> Carta de Tereza Alves de Moura para o Presidente Getúlio Vargas. 24/10/1942. ARQUIVO NACIONAL (RJ-BRASIL). Fundo: Gabinete Civil da Presidência da República 1930 a 1945. SDE 35. Subsérie. Estados – Piauí. Lata 326. Ano 1942.

<sup>830</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *Op. cit.*, p.101.

<sup>831</sup> *Ibidem.* 278.

<sup>832</sup> *Ibidem.*

<sup>833</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002. p. 308.

Como se observa no fragmento, o caso teve enorme conotação social e política envolvendo personalidades de vários seguimentos sociais. O Chefe de Polícia Evilásio Vilanova, tinha uma conduta de trabalho que podemos dizer austera, gozando de confiança do interventor. Isto provoca atritos e intrigas, pois alguns se sentiam desprestigiados por uma pessoa de fora do estado, ocupando um cargo de envergadura na estrutura administrativa. Em relação a José Candido Ferraz<sup>834</sup>, era de família tradicional e influente no campo político, criando elementos que de certa forma contribuíram para alimentar atritos em torno do governo de Leônidas Melo, até a sua substituição em 09/11/1945.

#### 4.2 Educação: desenvolvimento, exaltação da pátria e consolidação do Estado Novo

A educação e a saúde eram as estruturas para as quais foram direcionadas as principais ações do novo regime, pois o projeto deveria criar as condições para ser moldado o “novo homem” para o Estado Novo. O ambiente educacional seria o local perfeito para o Estado iniciar todo o processo de construção da sociedade para vivenciar o novo regime e contribuir para a prosperidade do Brasil. Portanto, a criação do Ministério da Educação e Saúde, tinha como objetivos primordiais coordenar e impulsionar no país os trabalhos relativos a dois problemas cruciais, a educação e a saúde, para realizar ações e obras em todo território nacional<sup>835</sup>.

No Piauí este trabalho já vinha sendo realizado desde o processo revolucionário de 1930, tendo continuidade no governo de Leônidas Melo, quando assumiu em 1935 o governo do estado. Como interventor, as ações ganham uma nova configuração com a ampliação dos trabalhos e das estratégias em torno desta pasta. Observa-se nas mensagens e relatórios de governo a atuação do interventor no sentido de incrementar a educação do estado, como podemos refletir no *Relatório* (1938),<sup>836</sup> apresentado ao presidente Getúlio Vargas, no qual consta uma ampliação das matrículas no ensino primário e na rede educacional do estado,

<sup>834</sup> José Cândido Ferraz. n. Teresina, 1915 – f. Cleveland (Ohio-USA), 1975. Sendo sepultado em Teresina. Médico (BA), Radiologista. Deputado Federal (1946/63). Senador (1936/71). Colaborou no jornal *O Piauí*. Cf. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p. 216. *Passim*.

<sup>835</sup> SCHWARTZMAN, Simon. (Org.). *Estado Novo, um auto - retrato* (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: Editora da UNB. 1982. Coleção Temas Brasileiros v. 24.

<sup>836</sup> PIAUÍ. *Relatório* – Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Interventor Leônidas Castro Melo. Teresina: Imprensa Oficial, 1938.

implementada pelo crescimento de políticas na instalação de instituições escolares na capital e nos municípios.

Esses dados eram resultados das políticas implementadas após a Revolução de 1930, e agora no Estado Novo, as ações foram executadas com maior intensidade seguindo as diretrizes do governo central e com a concordância dos estados. Uma das ações foi a ampliação do número de matrículas no Ensino Primário como podemos verificar no quadro a seguir.

Tabela 1 – Matrícula escolar no período de 1934 a 1943

Ano	Matrícula Geral	Ano	Matrícula Geral
<b>1934</b>	20.600	1939	37.689
<b>1935</b>	25.532	1940	39.882
<b>1936</b>	28.426	1941	43.263
<b>1937</b>	32.383	1942	44.307
<b>1938</b>	35.316	1943	44.626

Nota: Progressão de matrículas, no Ensino Primário elaborado pelo autor da pesquisa.

Fonte: Mensagens e Relatórios dos seguintes anos<sup>837</sup>: 1937, 1938, 1940, 1942, 1943 e 1944.

Os dados da tabela acima nos permitem afirmar que ao longo dos anos de 1934 a 1943, o número de matrículas na rede apresentou um expressivo crescimento. Essas informações confirmam a fala do interventor no referido *Relatório*, de que “A instrução tem constituído incessante preocupação do meu governo. Quem quer que volva os olhos aos problemas, no Piauí, sentirá de perto, que tem merecido cuidado especial”<sup>838</sup>. No ano de 1937, quando ainda era governador eleito por meio de Lei Estadual nº 112, de 22/06/1937, Leônidas Melo cria o Serviço de Estatística Escolar, com a finalidade de conhecer mais de perto a evolução e os pontos a serem aprimorados na melhoria do ensino no estado, isto se configura em uma nova forma de se fazer gestão na administração estadual, trabalhando com análise de

<sup>837</sup> PIAUÍ. *Mensagem*. Apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, a 1.º de junho de 1937, pelo Sr. Dr. Leônidas de Castro Mello, Governador do Estado. Teresina: [s.d.], 1937; PIAUÍ. *Relatório* – Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Interventor Leônidas Castro Melo. Teresina: Imprensa Oficial, 1938; PIAUÍ. *Relatório* – Apresentado ao Exmo. Snr. Presidente da República pelo Interventor Leônidas Castro Melo. Teresina: Imprensa Oficial, 1940; PIAUÍ. *Relatório*. Apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas D. D. Presidente da República – Pelo Interventor Federal no Estado Dr. Leônidas de Castro Melo. Teresina: D.E.I.P, 1942; PIAUÍ. *Relatório*. Apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas D. D. Presidente da República – Pelo Interventor Federal no Estado Dr. Leônidas de Castro Melo. Teresina: D.E.I.P, 1943; PIAUÍ. *Relatório* – Apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas D. D. Presidente da República – Pelo Interventor Federal no Estado Dr. Leônidas de Castro Melo. Teresina: D.E.I.P, 1944.

<sup>838</sup> PIAUÍ. *Relatório* – Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Interventor Leônidas Castro Melo. Teresina: Imprensa Oficial, 1938. p.85.

dados, exames de números que possam provar uma boa administração pública, não somente na educação, mas nos demais órgãos do governo.

O Ensino Primário era base para as demais modalidades de ensino, por isso, na visão administrativa de Leônidas Melo o seu desenvolvimento era de fundamental importância para o crescimento e reconhecimento do estado. Outro ponto importante que devemos levar em consideração é que este ensino aproximava mais o governo estadual com os governos municipais, no Estado Novo, essa divisão administrativa teve um outro olhar. Ainda dentro do contexto da ponderação do crescimento de matrículas no ensino primário, observa-se que o crescimento conseguido no Piauí não era acompanhado pelos índices estatísticos gerais do Brasil.

Fazendo-se um cotejo entre os quatro ramos principais do ensino: primário, secundário, superior e industrial, infere-se que, de todas as modalidades, foi o primário que apresentou os menores índices de crescimento, tanto em termos de unidades escolares quanto na matrícula<sup>839</sup>.

Ressalvamos que este desempenho na interventoria de Leônidas Melo, era continuidade de um trabalho que tinha sido iniciado pelo seu antecessor, o interventor Landri Sales (1931-1935). Na sua interventoria buscou sanear o estado e atenuar os atritos políticos locais que estavam muito aflorados após a Revolução de 1930. Observa-se que os resultados obtidos de 1934 a 1943 nesta modalidade de ensino são frutos de uma continuidade administrativa.

O Governo do Piauí empenhou-se seriamente, no período de 1933 a 1937, na expansão da rede escolar primária, construindo novos e modernos prédios escolares em todo o Estado e ampliando consideravelmente as matrículas que no período tinha alcançado um crescimento de 215%, segundo estatísticas oficiais. Este fato colocou o ensino primário no Piauí em destaque, tendo o Estado alcançado, segundo informação insuspeita do Professor Lourenço Filho, o 1º lugar no contexto nacional o que lhe valeu receber como laurel uma bandeira do Brasil oferecida pelo Presidente da República<sup>840</sup>.

O número de estabelecimentos escolares próprios<sup>841</sup> construídos pelos estados, também seguia o processo de ampliação, pois o governo tinha um “plano de dotar cada cidade

<sup>839</sup> SILVA, Marinete dos Santos. *A educação brasileira no Estado Novo*. Niterói/São Paulo: Livraria Panorama/Editorial Livramento. 1980. Coleção Educação e Cultura v.1.p.45.

<sup>840</sup> BRITO, Itamar Sousa. *História da educação no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1996.p.92.

<sup>841</sup> Podemos apontar no processo de construção de prédios próprios a conclusão das obras do Liceu Piauiense iniciada na administração de Landri Sales (1931-1935), inaugurado a 3 de maio de 1936. Neste ambiente educacional Leônidas Melo exerceu o cargo de professor nomeado e depois passou por prova e títulos para o cargo de professor de história natural, em 1923. No ano 1932, foi nomeado pelo interventor Landri Sales, diretor do Liceu (na época a denominação era de Colégio Estadual do Piauí). Foi ainda professor de história natural da

do Estado com o seu prédio escolar”<sup>842</sup>. O que existia anteriormente era os espaços educacionais funcionando em ambientes improvisados ou alugados. Os prédios próprios aumentaram sensivelmente nesse período, isto se comprova pelo aumento sensível de matrículas nos anos 30. A visão da administração do interventor associava-se a sua experiência no campo do magistério, como professor e diretor do Liceu Piauiense e da Escola Normal.

Estas mudanças simbolizavam um compartilhamento com as ações do governo federal em torno da educação; comprovando uma preocupação do estado em atender a Carta Constitucional de 1937 nos seus capítulos que tratam “Da Família” e “Da Educação e da Cultura”, previstos entre os artigos 124 a 134, que entre outras coisas estabelece:

Art.125. A educação integral da prole é o primeiro dever e direito natural dos paes. O Estado não será extranho a esse dever, collaborando, de maneira principal ou subsidiaria, para facilitar a sua execução ou supprir as deficiencias e lacunas da educação particular. [...].

Art. 128. A arte, a sciencia e o seu ensino são livres á iniciativa individual e á de associações ou pessoas collectivas, publicas e particulares. [...] Art. 131. A educação physica, o ensino cívico e o trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primarias, normaes e secundarias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses grãos ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquella exigencia<sup>843</sup>.(sic)

A Constituição de 1937 deixa claro o valor e o papel que a educação teria na construção do Estado Novo. A princípio, a legislação conjuga a relação entre a família e processo educacional, governo federal e os estados, estes eram peças que colocavam em prática essas diretrizes legais. Os interventores, a partir de seus governos, eram instrumentos essenciais na execução da cultura escolar direcionada pela Carta de 1937 e pelas legislações do Ministério da Educação. O ensino teria o papel construtor do homem, desde a sua inserção no seio familiar até o ambiente orientado pelo Estado. As ações seguiam não só na ampliação nas vagas, como também na parte pedagógica, exemplo disso é o ensino de educação física, que foi implantado seguindo as diretrizes federais, com o objetivo de formar um aluno forte, saudável, repleto de aptidões morais e cívicas, como podemos identificar o artigo 131 da Constituição Federal de 1937, mencionado acima.

A rede privada também contou com a visão da administração federal e estadual, pois o Estado concedia a estas instituições de ensino auxílios e subversões financeiras, na tentativa

---

Escola Normal do Piauí, e seu diretor por período de um ano. Cf. OLÍMPIO, José. *Liceu piauiense - síntese histórica*. Teresina: [s.n.],1978. p.62-65.

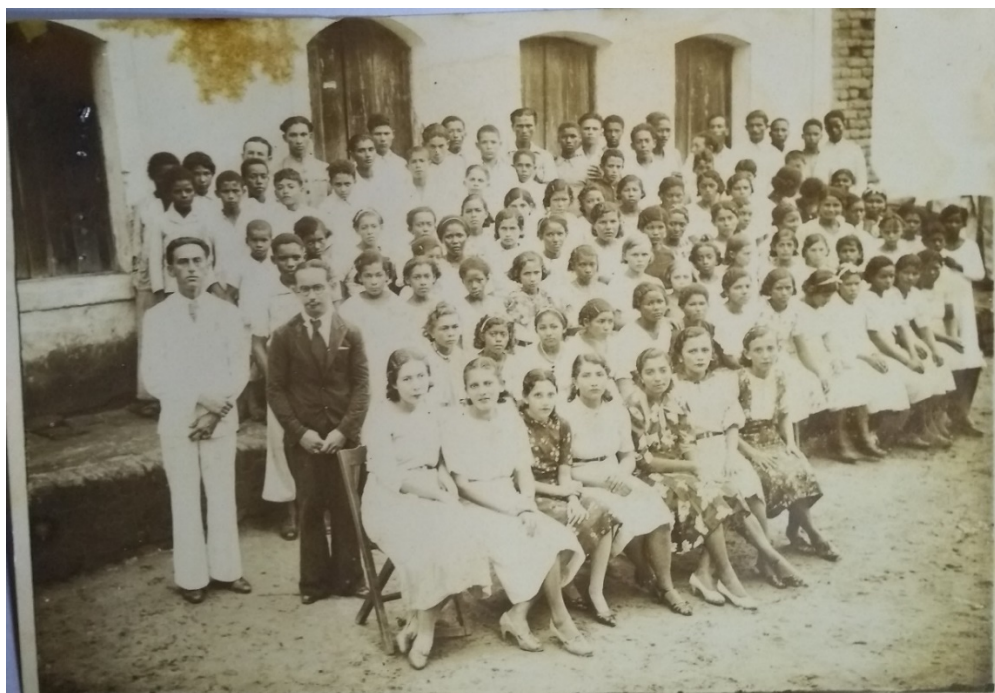
<sup>842</sup> PIAUÍ. *Op. cit.*, p.85.

<sup>843</sup> PORTO, Walter Costa. *Constituição de 1937*. 3 ed. Brasília: Senado Federal, 2012. Coleções Constituições Brasileiras. v.4.p.83-84.

de garantir sua existência, onde as ações do governo não tinham alcance, ou mesmo, não tinha como atender a demanda. Um bom exemplo, são os pedidos realizados diretamente ao governo federal.

Temos a seguir, uma carta endereçada ao presidente Getúlio Vargas e ao ministro da Educação, solicitando ajuda financeira a uma escola piauiense no município de São João do Piauí (PI), anexada à carta datada de 15/10/1938, foi enviada uma foto do corpo docente e discente deste estabelecimento educacional. O diretor Adail Coelho Maia<sup>844</sup> expressa em sua solicitação ao governo federal, a busca de recursos para a manutenção da escola sob sua direção: “[...] Venho pelo juramento dizer a V. Excia que nesta data [...] dirigir ao Senhor Ministro da Educação um requerimento a fim de que seja concedido uma subvenção federal a Escola “Ribeiro Gonçalves“ destinada ao ensino gratuito de rapazes e moças [...].”<sup>845</sup>

Figura 17 – Fotografia escolar da unidade educacional Ribeiro Gonçalves



Nota: Corpo docente e discente da Escola Ribeiro Gonçalves, no Município de São João do Piauí (PI).

Fonte: Arquivo Nacional (RJ).

<sup>844</sup> Adail Coelho Maia. n. São João do Piauí (PI), 1909 - f.1962. Poeta de muita sensibilidade e de profundo sentimentalismo, soube captar as mais íntimas emoções – dor, sofrimento e desenganos, manifestando-as nas suas poesias com muita beleza e criatividade. educador. *Passim*. Cf. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003*. Teresina: Editora Halley, 2003. p.237.

<sup>845</sup> Trecho da carta de Adail Coelho Maia para o presidente Getúlio Vargas. 15/10/1938. Arquivo Nacional (RJ). Fundo: Gabinete Civil da Presidência da República 1930 a 1945. SDE 35. Subsérie. Ministério Departamento de Educação. Lata 108.

A leitura da fotografia escolar acima armazena um mundo de informações, oferecendo provas da organização escolar, quando expõem o corpo discente, masculino e feminino, com a presença dos docentes e do seu diretor. A imagem demonstra um corpo heterogêneo, mas percebemos a presença de alunos negros retratando uma inclusão social do negro no ambiente educacional. O vestuário é outro elemento importante na imagem, pois identificamos diferenças entre os alunos. A disciplina na cultura escolar era algo inerente e de forte presença no período, pois a imagem demonstra a importância que a escola tem na sociedade na qual está inserida<sup>846</sup>.

No Piauí, em 1939, o governo cria a Inspeção de Educação Física, órgão vinculado ao Departamento de Educação do estado do Piauí, e em 17/06/1939 foi criado o Decreto Estadual nº. 273, que vai normatizar o funcionamento das aulas e as práticas desta disciplina<sup>847</sup>. Essas aulas tinham como objetivos uma preocupação com o corpo, a formação física dos alunos, crescimento mental, uma integração maior com as atividades escolares e uma associação com o sistema de saúde. Esta relação com o órgão de saúde, estava atrelada principalmente à criação do cargo de médico escolar, que tinha como objetivo o exame clínico do alunado para as práticas desta disciplina. O médico escolar e o monitoramento no ambiente educacional, teria também o objetivo de prevenção e a produção de informações sobre outros aspectos de saúde do corpo discente para que o estado pudesse agir em outros campos.

O ambiente da educação se transformou no verdadeiro espaço de práticas que permitiam a divulgação e o fortalecimento das orientações do novo regime. Neste espaço, representados pelas instituições educacionais, os docentes e outros integrantes dessa estrutura promoveram ações que fortaleceram e guiaram o varguismo no estado.

Na direção desse Departamento de Ensino<sup>848</sup> estava Anísio de Brito Melo, com vasta experiência no campo educacional, titular desta pasta em vários governos anteriores e com atividade intensa no cenário cultural do estado, nas instituições educacionais, imprensa e na produção de diversos artigos versando sobre a história do Piauí além de membro de diversas instituições culturais do estado, idealizador e diretor da Biblioteca, Arquivo e Museu

---

<sup>846</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. p.75-101. In.: *Educar em Revista – Dossiê História da Educação: instituições, intelectuais e cultura escolar*. Curitiba (Paraná): Editora da UFPR, 2001. nº.18.

<sup>847</sup> SOUSA, José Carlos de. *A história da educação física como disciplina escolar no Piauí de 1939 a 1975*. Dissertação. Programa em Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Piauí (UFPI). Teresina (PI), 2010.

<sup>848</sup> Anísio de Brito Melo, foi diretor de ensino de 1935 a 1942, depois passou a ser diretor da Biblioteca, Arquivo e Museu Histórico do Piauí. Cf. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.p.521. *Passim*.

Histórico do Piauí. Sua circularidade nestes espaços de cultura, com atuação ativa, transmitia para o estado um poder de imagem de homem culto e provedor de elementos culturais.

Um bom exemplo deste contexto da cultura escolar e das práticas escolares no fortalecimento do regime, foram as festividades cívicas e as publicações escolares que traziam em seus contextos a participação ativa dos membros do setor educacional do estado, cultuando e promovendo o discurso de Getúlio Vargas. Outro exemplo foram as ações do Estado Novo contra o pensamento comunista, os ambientes escolares, seus professores e dirigentes, corroboravam com a visão do governo e produziam discursos em favor do regime e contra doutrina comunista. Como podemos verificar no fragmento de texto a seguir, da professora da Escola Normal Maria Gonçalves de Vilhena<sup>849</sup>, que se manifesta em uma palestra sobre o patriotismo, publicada em 23 de novembro de 1937, no *Diário Oficial* do Piauí, ainda na poeira da instalação do novo regime.

[...] E essas criaturas assim moralmente deformadas, tentam devastar-nos a Pátria, sob um regime denominado Comunismo. Esse regime quer implantar-se sobre a destruição do que nos é caro, pois tenta levantar seus alicerces sobre as ruínas da religião, da família e da Pátria. [...] Sabei que o homem que se faz comunista elimina a sua personalidade. É um cérebro embrutecido num ser que se reduziu à simples matéria. É um espírito miserável que não sabe lutar e não pode vencer honestamente e onde germina o ódio contra os que tem coragem de trabalhar e confiam num Deus que abençoa e multiplica o trabalho. É criatura que não olha para o céu, por que fugiu de Deus. É transviado que, á falta de religião, rasteja na vileza da matéria, como réptil no pó dos logares sombrios; como vermes na repugnância da lama<sup>850</sup>.(sic)

A professora, aqui, exerceu uma função de porta voz do regime, pois se pronunciou em uma solenidade cívica e ao mesmo tempo teve sua fala publicada no órgão oficial do governo. A referida professora argumenta que o comunismo atacava o que era mais precioso para sociedade e para o homem: a religião, a família e a pátria. Estes elementos são os alicerces de uma sociedade sadia e próspera. Ou seja, o indivíduo que cultuava o comunismo era semelhante a um “verme”, termo duro, mas necessário na implantação da ideologia estadonovista. Este discurso proferido por um membro do sistema educacional exercia um peso significativo na formação do corpo discente.

<sup>849</sup> Maria Isabel Gonçalves Vilhena. n. Teresina (PI), 1896 - f. 1988. Professora e poetisa, diplomada pela Escola Normal do Piauí – Antonino Freire. Lecionou no Colégio Sagrado Coração de Jesus, Escola Normal, Colégio Diocesano, todos em Teresina (PI), ministrou aula de francês, falava, escrevia e versava fluentemente em língua francesa. Escreveu as seguintes obras: *Seara Humildes* 1940 e *Nada* (1944), ambas as publicações de poesias. Pertenceu a Academia Piauiense de Letras (APL). GONÇALVES, Wilson Carvalho. Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 -2003. Teresina: [s.n.], 2003. p.424.*Passim*.

<sup>850</sup> VILHENA, Maria Gonçalves de. Palestra de patriotismo e de fé de D. Maria Gonçalves de Vilhena. *Diário Oficial*, Teresina, ano VII, nº. 260, 23 nov. 1937, p. 2-4.



Nesse ambiente, a educação desempenhou, mais uma vez a função de orientar o povo aos ideais estabelecidos para a nação. É o que afirma Hilsdorf:

Evidentemente o novo Estado necessitava que educação escolar concorresse para promover esses valores atribuídos à família, à religião, à pátria e ao trabalho que já circulavam desde os anos 20 – para serem aceitos nacionalmente, por toda a sociedade, como base de uma nação moderna. A questão que se coloca é que, servindo à nação, a educação servia ao Estado, instituidor da nação. Assim as linhas ideológicas que definem a política educacional, vão se orientando pelas matrizes instituintes do Estado Novo: centralização, autoritarismo, nacionalização e modernização<sup>851</sup>.

A escola foi, então, lugar de promoção dos ideais do Estado Novo, ambiente do debate para construção da nação moderna. Segundo a autora<sup>852</sup>, temas como o “culto à pátria”, a “família tradicional”, o “trabalhador herói, a “nação eugênica” integraram a mentalidade social moderna na construção da nação brasileira e estavam presentes no dia-a-dia dos órgãos públicos”. Tudo isso foi possível com a presença de um Estado forte, centralizado e com um grande estadista à frente deste projeto.

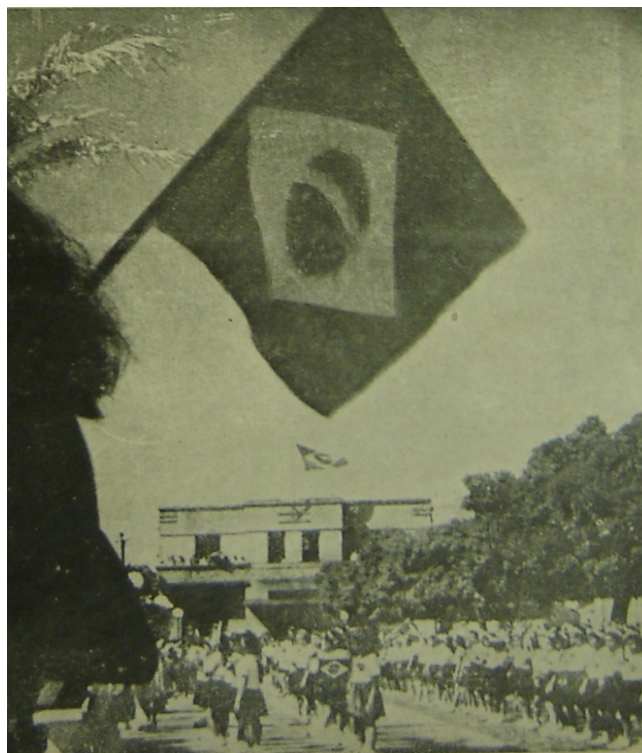
Outra estratégia usada intensamente pelo governo federal, dentro do contexto escolar, e recepcionada pelos estados foi a exaltação da nacionalidade, as comemorações em relação às datas cívicas, ou mesmo pela incorporação de novas datas ao calendário patriótico. No governo de Leônidas Melo estas solenidades e eventos se organizavam para a mobilização da sociedade, associadas a um processo de modernização. As datas alusivas aos grandes eventos eram exemplos de atitudes de civilismo patrocinados pelos governantes; nas comemorações, ocorria a mobilização dos batalhões de alunos e outros integrantes que faziam amplos desfiles. O momento maior destas manifestações era quando passavam em frente ao palanque oficial, saudando as autoridades presentes, em reconhecimento aos feitos políticos. Igualmente importante era o momento marcado pelos pronunciamentos realizados em diversos espaços da sociedade nos quais eram realizados os atos cívicos ou festivos. Como podemos observar na imagem a seguir.

---

<sup>851</sup> HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. p.99.

<sup>852</sup> *Ibidem*.

Figura 18 - Ato cívico em Teresina (PI)



Nota: Festividade escolar – educação cívica da mocidade piauiense  
 Fonte: Centro Piauiense. Oito anos de Governo.<sup>853</sup>

Esses espaços e momentos cívicos eram momentos propícios não apenas para a presença dos intelectuais, permitindo demonstrar o poder simbólico da união entre o estado e este grupo social, como também expressar suas interpretações e discursos em torno do estadonovismo e das ações administrativas do interventor Leônidas Melo. Ocasão em que o estado poderia congregiar as massas em sua volta e plantar a semente de sua ideologia para fortalecer suas ideias em torno do regime. Como assinala Maria Helena Rolim Capelato em relação aos momentos cívicos:

Nas democracias, as potencialidades dramáticas são mais débeis. Nos regimes autoritários que se fundamentam na política de massa, a teatralização tem papel mais importante: o mito da unidade e a imagem do líder atrelado às massas tornam o cenário teatral especialmente adequado para o convencimento. O imaginário da unidade mascara as divisões e os conflitos existentes na sociedade. O varguismo e o peronismo seguiram o figurino das comemorações e festas cívico-esportivas realizadas na Itália e na Alemanha, mas sem o mesmo brilho<sup>854</sup>.

<sup>853</sup> CENTRO PIAUIENSE. *Oito anos de governo da administração Leônidas Melo no Piauí*. Teresina: D.E.I.P,1943. p.25.

<sup>854</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em Cena – propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.p.67.

As mesmas comemorações tradicionais tinham novas incorporações de datas integradas ao calendário nacional, como o 10 de novembro e o 1º de maio. Para o governo, as festividades escolares eram uma oportunidade de promover a educação cívica dos estudantes e de enaltecer não só o Estado Novo, mas as ações de Getúlio Vargas conduzindo este processo. Ainda sobre o dia 10 de novembro, temos a exposição do professor Valdemar Sandes<sup>855</sup>, homem de grande poder de comunicação e atuação no magistério e na imprensa local, na revista *Voz do Estudante*<sup>856</sup>, exemplar comemorativo ao 7 de setembro, da qual assinou o editorial.

[...]. Não existem, felizmente, dentro de nossas fronteiras, conspiradores e inimigos da Pátria. O regime que implantámos a 10 de Novembro de 1937 é aceito, sem restrições, por todos os brasileiros. [...] á única forma de governo compatível com a dignidade humana é a democracia [...]. Este é o nosso regime. Esta é a forma de govêrno [...]. No dia de hoje, em que todos os brasileiros celebramos um dos maiores feitos de nossa história, ajoelha-te ante o altar sacrossanto da Pátria. [...] olhar para o passado do nosso Exército. Inspira-te nas tradições de teus avós e prova ao mundo do que és capaz quando empunhas as tuas armas em defezas das causas junta. [...] – Viva o Brasil!... Viva a América!... Viva as Nações Unidas!...<sup>857</sup>(sic).

O fragmento deixa claro, na visão de Valdemar Sandes, que a instalação do novo regime foi idealizada para preservar direitos da sociedade. E, o maior deles era o da democracia, que estava sendo ameaçada pela onda revolucionária das ideias comunistas que se espalhavam pelo mundo. A liderança e a implantação de um regime mais centralizado poderiam conter esta onda, e ao mesmo tempo preservar e garantir os direitos dos cidadãos. Nota-se que a publicação é de 1942, ou seja, já se passaram cinco anos da implantação do Estado Novo, mas observa-se que as ideias e o processo de propaganda sobre as ações tomadas por Getúlio Vargas continuavam fortes e firmes no seio da sociedade piauiense.

Ainda em outro momento cívico, Valdemar Sandes foi escolhido para pronunciar um discurso em relação às comemorações em torno da proclamação da República. Evento

---

<sup>855</sup> Valdemar Sandes. n. Nova Iorque (MA), 1914 - f. Teresina (PI), 1992. Professor, jornalista e cronista. Catedrático de português e geografia regional, lecionou nos principais colégios de Teresina, entre eles: Colégio Sagrado Coração de Jesus, Liceu Piauiense (onde também foi diretor), Leão XIII, Escola Técnica Federal do Piauí, Diocesano, Escola Normal. Trabalhou na imprensa, colaborando com alguns jornais entre eles: *Voz do Povo*, *O Piauí*, *Jornal do Comércio*, *O Pirralho*, *Folha da Manhã* e outros. Também colaborou com algumas revistas. Escrevia algumas vezes utilizando os seguintes pseudônimos: Conselheiro Acácio e Petrus Mauritius. Publicou a obra *Colonização Ibérica e Anglo-saxônica*. GONÇALVES, Wilson Carvalho. Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 -2003. Teresina: [s.n.], 2003. p.354-355.*Passim*.

<sup>856</sup> Revista do Órgão Literário da Costa e Silva, ligado ao Ginásio Leão XIII e da Academia de Comércio do Piauí. Buscava divulgar as ações do ginásio e da academia, mas também colaborar com informações dos acontecimentos do Piauí, com matérias ligadas à política, cultura e outras temáticas. Era comum no período as instituições educacionais, públicas e privadas disporem de um órgão de divulgação cultural.

<sup>857</sup> Revista *Voz do Estudante* (PI). Ano II. nº 7. 7 de setembro/1942, p.01.

realizado no Colégio Leão XIII e da Academia de Comércio do Piauí, promovido pelo Grêmio Literário “Da Costa e Silva”. Reparemos parte de sua fala:

[...]. O Estado Novo é bem a República de 89, corregida e alterada. As modificações do que foi alvo obedeceram ao imperativo histórico, que segundo o qual os homens acompanham a marcha dos séculos e sofrem as suas influências político-sociais. Daí o motivo por que a República Nova foi mais rica em benefícios. Aí mora o segredo do seu êxito [...] <sup>858</sup>.

Foi um pronunciamento recheado de valores pátrios, Valdemar Sandes, coloca a proclamação da República e o Estado Novo em patamares diferenciados, pois o que foi proclamado em 10 de novembro de 1937 foi um momento republicano corrigido em relação à proclamação da República. Essa correção foi em relação aos atritos políticos aos grupos partidários que não contribuíram para a construção de um Brasil unido, mas fragmentado em interesses regionais que impediam o crescimento da nação e de seu povo.

Esses processos desenvolvidos no ambiente educacional representados pelas cerimônias cívicas e as publicações internas, que traziam em seu corpo editorial informações sobre o governo de Getúlio Vargas, resultava em uma cultura escolar na qual os valores políticos e pátrios se fortaleciam. Paralelamente a este procedimento criavam um culto em relação à imagem de Getúlio Vargas que resultava na construção de um líder carismático e benfeitor, não só do Brasil, mas do mundo. Como podemos observar na revista *Zodiaco* <sup>859</sup> de 1944, uma aluna do 2º ano escreveu sobre a passagem do aniversário do presidente Getúlio Vargas, com o título *O Maior Homem do Brasil*, na seção infantil da revista.

Nosso querido Presidente Getúlio Vargas conta com um verdadeiro amigo em cada um dos meninos do Brasil, sendo bem justo o título que dão de “amigo das crianças”, [...]. O grande número de escolas que vem criando todos os anos, [...]. E bem difícil dizer tudo quanto o Presidente Vargas tem feito pelo Brasil. [...]. Agora mesmo, durante a guerra, o Presidente Vargas tem feito com que o Brasil tudo empenho pela vitória das Nações Unidas contra Hitler, desenvolvendo o Exército, a Marinha [...]. O que escrevi é muito pouco em comparar ao que devemos ao bondoso e sábio Presidente Vargas. [...] <sup>860</sup>.(sic)

Pela escrita da aluna, podemos compreender a convergência dos discursos com a dos professores e professoras, convertidos em intelectuais do regime. Isso significa a absorção das ideias repassadas nas aulas, ou em momentos de confraternização no meio escolar, a exemplo das solenidades de cunho nacionalista. A memória sobre o Estado Novo deixava uma

<sup>858</sup> Revista *Voz do Estudante* (PI). Ano II. nº 9. 25 de dezembro/1942, p.09.

<sup>859</sup> Órgão oficial do Centro Acadêmico Lima Rabelo do Colégio Dr. Demostenes Avelino, um importante centro de ensino do Piauí nos anos 40.

<sup>860</sup> Revista *Zodiaco* (PI). 19/04/1944, p.35.

identidade nas crianças, que escreviam suas impressões sobre Getúlio Vargas e sobre o contexto político, isso significava uma compreensão dos discursos dos intelectuais, no caso, os professores, que demonstravam uma ressonância na configuração da construção de uma memória cívica e patriótica, pois segundo Aguiar Junior:

O Estado Novo também representou um aumento no número de comemorações em que as escolas se envolviam. Os colégios piauienses participavam dos aniversários de escolas, Sete de Setembro, Dia da Juventude, Dia da Bandeira, entre outros. Estas datas eram momentos usados para construir o civismo em território piauiense e despertar nos estudantes sentimentos que cooperassem com os ideais dos promotores dos espetáculos. Os estudantes participavam de rituais cívicos que contavam com cantos dos diversos hinos pátrios, concurso escolares, paradas cívicas, recitação de poesias, contemplação de preleções feitas pelos professores<sup>861</sup>.

Na interventoria de Leônidas Melo, estas ações foram mais intensas, tanto na parte física como na aplicação da cultura escolar relacionada ao Estado Novo. Estas comemorações e atividades festivas, possibilitavam aos discentes, uma imersão de valores nacionalistas que permitiam se sentir uno na formação do Estado nacional idealizado por Getúlio Vargas<sup>862</sup>. O ambiente escolar se mescla às ações que possibilitam meios de fortalecimento dos ideais traçados pelo getulismo. A administração de Leônidas Melo teve uma condição importante, que foi elogiada pelos seus contemporâneos, a exemplo do pensamento de L. M. Ribeiro Gonçalves no seu livro *Impressões e Perspectivas*:

Leônidas Melo não se desvia dos traços dessas diretivas. Cabe-lhe a responsabilidade de segui-los. [...]. Alentado pela crescente prosperidade do Estado, moço e ardoroso, entrega-se ao trabalho com redobrado empenho, [...]. Conclui as construções que recebera em andamento e levanta, segundo o último relatório governamental, mais dezoito grupos escolares e várias escolas agrupadas em diversas cidades do inferior. Hoje será exceção encontrar-se entre as localidades piauienses, uma que não ofereça, à contemplação do visitante, a sua escola, de aspecto modesto, é verdade, mas preenchendo os requisitos higiotécnicos, convenientemente arejada, iluminada, mobiliada, pequeno laboratório onde, em meio são, se preparam os homens do futuro. A semente lançada ao solo há vinte e dois anos germinou, cresceu, multiplicou-se. Agora, é seara lourejante. Demonstração de quando vale a continuidade administrativa, não poderia ser esquecida nas comemorações do sétimo aniversário do Governo Leônidas Melo. É motivo real de júbilo e exemplo convincente ao prosseguimento da obra altamente meritória<sup>863</sup>.(sic)

<sup>861</sup> AGUIAR JÚNIOR. José de Arimatéia Freitas. *Festas, hinos e marcas: constituição do patriotismo e serviço militar no Piauí (1935-1945)*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História do Brasil. Universidade Federal do Piauí (UFPI). Teresina (PI), 2014.p.189.

<sup>862</sup> MELO, Salânia Maria Barbosa. *A construção da memória cívica: espetáculos de civilidade no Piauí (1930-1945)*. EDUFPI: Teresina, 2010.

<sup>863</sup> GONÇALVES, Luiz M. Ribeiro. *Impressões e perspectivas*. Brasília: Senado Federal, 1980. p.258-259.

L. M. Ribeiro Gonçalves, um engenheiro, que da década de 20 até os anos 40 esteve presente em grande parte das obras que estruturaram o estado do Piauí, com um ar de modernidade, não apenas nas estruturas públicas, mas nas obras particulares. Os seus traços estão presentes em vários tipos de obras: estradas, pontes, projetos de abastecimento de água, na construção de vários prédios públicos administrativos e escolares instalados no estado, um intelectual ativo. Sobre a administração de Leônidas Melo, reconhece o seu empenho na expansão da rede educacional com a construção de vários prédios escolares, espalhados por vários municípios, respeitando os critérios sanitários, exigência dos novos padrões na arquitetura escolar moderna.

Em relação ao ensino da língua nacional os intelectuais piauienses se manifestaram quanto a defesa de um ensino que preservasse os valores nacionais. Cunha e Silva em um artigo no jornal *Gazeta (PI)*<sup>864</sup> sobre a influência da língua inglesa, penetrando por meio dos filmes americanos e da supremacia comercial, assim se pronunciou:

[...]. que os intelectuais e o Govêrno do Brasil sejam os guardas avançados da nossa riqueza vocabular, assim como o são dos fatos gloriosos da nossa Pátria. Quando um povo de descuida da sua língua e descrê do valor da sua raça, mau signo o persegue e, fatalmente, o lançará no despenhadeiro da ruína e do caos....<sup>865</sup>(sic).

As palavras de Cunha e Silva representam a preocupação de um intelectual com os estrangeirismos. Isso poderia acarretar no esquecimento de valores sagrados para o crescimento da nação, como raça, língua, valores nacionais. Ainda neste contexto de ensino da língua nacional, temos Martins Napoleão, que se manifestava constantemente nos seus lugares de atuação. Mesmo não ocupando cargo público, era um intelectual presente em quase todos os grandes momentos e atividades intelectuais no estado e fora dele, como já relatado. Assim expressa sua opinião sobre o ensino da língua pátria.

[...] . Ao quadro, assim magnificamente expressivo de nosso desenvolvimento pedagógico e cultural. Um pormenor cumpriria aconselhável, no intuito de tornar mais típico o ensino do vernáculo em nossos ginásios, matéria a respeito de qual minha ignorância de permite opinar um pouco. Seria o caso de substituir certos tratadistas e escritores, puramente lusos, por outros, de acentuada côr local. Se possível, pleitearia, junto a meus antigos colegas, preclaros mestres, deixássemos, por exemplo, os habituais Gonçalves Viana, Luiz Vaz de Camões, Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo outros – portuguessímos -, para dar aos nossos alunos a suculenta polpa agreste dos nossos genuínos Hemetério José dos Santos, gramaticógrafo, - J. do Patrocínio, prosador, - e Cruz e Sousa, poeta.<sup>866</sup>(sic)

<sup>864</sup> Crime contra a língua portuguesa. *Jornal Gazeta (PI)*. 13/02/1944. p.1.

<sup>865</sup> *Ibidem*.p.1.

<sup>866</sup> Opinião Martins Napoleão. *Revista Zodíaco*. Ano 2. nº12. 3/05/1944. p.5. Essa tinha na capa a foto do interventor, uma publicação em homenagem à sua administração, trazendo diversas reportagens sobre o tema e

Em sua palavra o conteúdo era profundo não apenas na defesa de autores brasileiros, mas da importância de estudá-los e aplicá-los na rede educacional brasileira. Claro que os autores portugueses também são importantes para a compreensão da língua e da literatura nacional. Todavia, já é tempo de aplicar no sistema educacional nacional autores pátrios, que não deixam a desejar aos clássicos portugueses. Isto é uma ação nacionalista no ensino. O ensino, tão particular para Martins Napoleão, era também espaço essencial para ensinar os valores culturais da nação, inserindo autores que além de serem brasileiros, eram personalidades importantes do universo da língua e da literatura nacional.

Como destacou Michel Foucault “[...]. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”<sup>867</sup>. No período do Estado Novo observa-se que os espaços educacionais, tendo à frente os seus professores, diretores e suas ferramentas impressas, os momentos cívicos foram dispositivos eficazes para promoção do regime varguista, dentro dos discursos dos intelectuais disseminando ideias vão alinhando, definindo novas ideias e ações.

### 4.3 Saúde: povo saudável, nação unida

Com o advento do Estado Novo, as políticas em relação à saúde foram implementadas como políticas sociais, com a participação dos estados e municípios sob controle direto do governo federal. O Ministério da Saúde e Educação Pública (MESP) em cooperação com Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), desenvolveram fórmulas para atuar em todo o território nacional, reorganizando o poder público a fim de modelar um Estado forte<sup>868</sup>. Portanto, as políticas sociais foram usadas para dar força aos ideais da união entre eles a construção da unidade nacional.

Segundo André Luiz Vieira de Campos, as políticas sanitárias tinham como mecanismo fortalecer o poder público<sup>869</sup>. No Estado Nacional esta ótica foi implementada de forma acentuada, cujo raio de atuação atenderia diversos setores sociais, em diversas frentes

---

uma com o título *O Desenvolvimento Educacional Piauiense na Administração Leônidas Melo*. p.7-11, com depoimentos de diversas personalidades do estado.

<sup>867</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 9 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.p.44

<sup>868</sup> FONSECA, Cristina M. Oliveira. *Saúde no governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bom público*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. Coleção História e Saúde.

<sup>869</sup> CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Política Internacional de Saúde na Era Vargas o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2006. Coleção História e Saúde. p.24-25.

de atividades, centralizadas no governo e em alguns momentos em associação com o setor privado. No Piauí, o interventor Leônidas Melo empreendeu não apenas uma união de força, mas compartilhou em sintonia com governo federal diversas ações que culminaram em transformações profundas no cenário da saúde do estado. Em relação a saúde pública no Estado Novo, temos:

As atividades de saúde pública deveriam se voltar principalmente para a prevenção e o combate de doenças como a tuberculose, a malária, a febre amarela e a peste, tendo como foco a “coletividade”, deixando para a assistência médica previdenciária e para a assistência pública as ações mais individualizadas<sup>870</sup>.

O Piauí agiu com simultaneidade em relação ao contexto acima, criando uma estrutura administrativa no departamento de saúde para atender as novas exigências de uma política de ação para a coletividade que contemplasse todo o estado. Este departamento foi dividido em duas seções a partir de 1938<sup>871</sup>, a administrativa e a técnica. A primeira, responsável pela burocracia administrativa do departamento, e a segunda pela prestação dos serviços como: higiene infantil, doenças venéreas, epidemiologia, exames de saúde, tuberculose, profilaxia da lepra e outros serviços. O estado foi dividido em três distritos sanitários: Teresina – capital e os municípios de Parnaíba e Floriano.

Essa condução da saúde pública no Piauí, como salienta Joseanne Marinho<sup>872</sup>, tanto no espaço público como no privado, foi desempenhada predominantemente por médicos, que ocuparam os espaços de comando na engenharia administrativa. Acrescentamos que estes sujeitos, na maioria pessoas de renome na sociedade piauiense, indivíduos que exerciam atividade ou simplesmente com formação na área da saúde, mas com atuação firme no âmbito da política estadual, como era o caso de Lindolfo Monteiro, em Teresina e Mirócles Veras na cidade de Parnaíba.

Foram esses indivíduos que participaram das ações governamentais, não apenas como burocratas, mas mediadores de um projeto nacional guiado por Getúlio Vargas, executado por Gustavo Capanema e os interventores do regime, bem como pelos sujeitos do âmbito da saúde de cada estado, que vão agir como mediadores culturais do ministério. Esse MESP sob a

---

<sup>870</sup> HOCHMAN, Gilberto. *Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930 – 1945)*. p. 129-141. *Educar em Revista*. Curitiba. nº 25. Editora: UFPR, 2005. p.136.

<sup>871</sup> Decreto Estadual nº123, 14/09/1938. Cf. PIAUÍ. *Relatório. Apresentado ao Exmo, Snr. Dr. Getúlio Vargas, D. D, Presidente da República pelo Interventor Federal no Estado Dr. Leônidas de Castro Melo*. Teresina: DEIP, 1942.

<sup>872</sup> MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “Manter sadia a criança sã”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Tese. Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2017.p.157.



direção de Gustavo Capanema sofreu reformas profundas, tornando-se o Ministério da Educação e Saúde (MES), visando ampliar as ações de saúde, assinalando sua atividade em todo o território nacional<sup>873</sup>. A difusão de valores culturais seria de diretrizes relacionadas à modernização aplicada a saúde e ao ambiente urbano e rural. O saber médico e das ciências na aplicação das políticas de saúde no Estado Novo foram profundas, com uma ampliação da rede de saúde, com estruturas modernas e eficientes no sentido de integrar o povo ao contexto da política sanitária varguista.

Neste sentido de difusão cultural no campo da saúde no Piauí, foi que surgiu em agosto de 1939 a *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, um órgão de divulgação dessa associação criada em 1938<sup>874</sup>. No primeiro número o editorial da revista trazia os objetivos de sua criação, dos quais salientamos dois<sup>875</sup>: a revista tinha intuito de acompanhar o panorama nacional e internacional no campo da medicina e o aprimoramento médico a partir de um local institucionalizado. O procedimento de associações e entidades na era Vargas foi muito comum, o Estado buscava parcerias e fazia subversões a várias entidades, todavia o retorno era a divulgação cultural e políticas das ações governamentais.

Ainda sobre a revista da associação piauiense de medicina<sup>876</sup>, esta era composta de artigos científicos de médicos piauienses e de colaboradores de outros estados e países. Os artigos versavam sobre temas ligados à medicina, nutrição, técnicas cirúrgicas, estudos de caso, combate a doenças, como malária, lepra e outros tópicos. No final, tinha uma seção de resumo de revistas que circulavam no Brasil, exposição sumária de tópicos importantes com a intenção de manter o corpo profissional informado dos acontecimentos na área, lista de revistas recebidas pela entidade e publicação das atas administrativas da associação. Alguns trabalhos contidos na revista eram frutos de conferências feitas na associação piauiense de medicina, com intuito de trocas de experiência e estudos de casos clínicos.

---

<sup>873</sup> QUADROS, Raquel dos Santos & MACHADO, Maria Cristina Gomes. *O ministro Gustavo Capanema e a ação cultural do ministro da educação e saúde na era Vargas*. p.62-75. Disponível em: file:///C:/Users/maure/Downloads/9662-Texto%20do%20artigo-35055-1-10-20150608.pdf. Acesso em: 24 mar. 2021.

<sup>874</sup> Fundada em 23/12/1938. Seu primeiro presidente foi o médico Lineu da Costa Araújo e o segundo foi o Dr. Cândido Silva. Cf. Disponível em: <http://www.ambpiaui.org.br/historico>. Acesso em: 24 de mar. 2021.

<sup>875</sup> MORAES, Livia Suelen Sousa. *A proteção à infância nas páginas da Revista da Associação Piauiense de Medicina 1939 -1948*. Disponível em: [http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373310240\\_ARQUIVO\\_AProtecaoainfanciaaspaginasdaRevistadaAssociacaoPiauiensedemedicina.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373310240_ARQUIVO_AProtecaoainfanciaaspaginasdaRevistadaAssociacaoPiauiensedemedicina.pdf). Acesso em: 24 mar. 2021. p. 3.

<sup>876</sup> *Revista da Associação Piauiense de Medicina* (PI). n.1.v.2. junho/1940. Redator chefe era Jarbas Martins e redação/ secretário Antônio M. Correia.

Entre as matérias expostas nesse periódico piauiense temos um artigo de Cândido de Oliveira e Silva<sup>877</sup>, chefe do Centro de Saúde de Teresina. Em sua exposição destaca a importância da instalação dos centros de saúde e sua dinâmica na medicina sanitária do estado sob influência direta do Departamento Nacional de Saúde. Vejamos um trecho de sua exposição na revista:

A nova organização dos serviços sanitários do Estado do Piauí deixa a convicção de que o governo do atual Interventor, Dr. Leônidas de Castro Melo, pretende seguir avante com a feliz atitude que, até hoje, vem assumindo com relação ao desenvolvimento a dar aos mesmos. [...]. A obra de saúde pública atinge profundamente a massa humana que trabalha e não há problema social que não seja, pelo menos em parte, problema de medicina coletiva. Tão grande é a importância deste fato que já se torna habitual computar-se o progresso da civilização dos países modernos pelo maior ou menor desenvolvimento dado aos seus serviços sanitários<sup>878</sup>.

Nas palavras do médico, a obra de instalação do Centro de Saúde de Teresina era uma ação da interventoria que seguia as orientações nacionais de saúde pública para atingir um maior número de habitantes, deixando claro que parte dos problemas sociais estava relacionada aos “problemas de medicina coletiva”. Ou seja, estes centros de saúde buscavam uma maior efetividade no atendimento à população, pois atuavam em diversas ações ligadas ao campo da saúde, no controle das doenças, tuberculose, venéreas, transmissíveis, serviços de higiene do trabalho, de exames de saúde, laboratórios, enfermagem<sup>879</sup> etc. Os centros de saúde, igualmente criaram a possibilidade de estatística, ação técnica tão preciosa para Estado Novo, relacionando fatos e números, orientando as decisões governamentais nessa área.

Em outra matéria da revista com o título *Habitação popular em Teresina*<sup>880</sup>, o médico sanitário Vitorino de Assunção<sup>881</sup> traça uma profunda análise das habitações na cidade. Entre os pontos abordados relata que as casas eram na maioria de palhas. Na produção do artigo foram elaboradas tabelas com informações sobre a população na zona urbana,

<sup>877</sup> Cândido de Oliveira e Silva. Médico, um dos fundadores e presidente da Associação Piauiense de Medicina de 1941 -1946. Foi diretor do Centro de Saúde de Teresina, assistente técnico do Departamento de Saúde Pública do Piauí e editor chefe e colaborador da *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, palestrante de vários eventos ligado a área de saúde.

<sup>878</sup> SILVA, Cândido. Centro de Saúde de Teresina. p.22 – 50. In.: *Revista da Associação Piauiense de Medicina*. nº1, agosto. 1939. p. 23-24.

<sup>879</sup> CAMPOS. *Op. cit.*, p.253-260.

<sup>880</sup> ASSUNÇÃO, Vitorino. Habitação popular em Teresina. p. 3-9. In.: *Revista da Associação Piauiense de Medicina*. nº6. junho de 1943.

<sup>881</sup> Francisco Vitorino Assunção. n. Flores (atual cidade de Timon, no Maranhão), 1887 - f, 1971. Médico e professor diplomado em Medicina pela Faculdade da Bahia. Foi diretor do Centro de Saúde de Teresina e do Departamento Estadual de Saúde. Primeiro médico sanitário do Piauí. Professor, lecionou durante muitos anos no Colégio Diocesano. Intendente da cidade de Rio Branco (Acre) e prefeito de Timon (MA). Cf. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003*. Teresina: Editora Halley, 2003.p.42.

população residente nas casas com cobertura de telhas ou palhas, da mesma forma as condições sanitárias, mapas de suas estruturas e fotos para ilustrar suas exposições. Em suas palavras: “O homem sadio torna-se assim a garantia da espécie da raça, da nacionalidade, constituindo o legítimo patrimônio da nação”<sup>882</sup>.

A fala de Vitorino de Assunção se alinha às ideias sanitaristas de Afrânio Peixoto, visto que inicia o seu artigo exaltando o mestre e destacando sua afirmação de que a higiene é “filha, mais moça e formosa da medicina”<sup>883</sup>. A prática da medicina não era apenas curativa, mas preventiva uma vez que a capacidade física e intelectual depende dos cuidados em relação a saúde. O homem idealizado no Estado Novo, precisava desfrutar de mente e corpo sãos, dispor de conviver em um ambiente sadio, que promovesse uma saúde por completo.

Os médicos Cândido Silva e Vitorino de Assunção e os demais colaboradores da revista, agiram como profissionais de saúde, mas também como mediadores culturais promovendo não só a melhoria do sistema de saúde do estado, mas analisando como este deveria ser e agir, criando um diálogo sanitarista com os poderes e com a população local. Vitorino Silva e Candido Silva, enquadraram-se no estudo dos intelectuais de Thomas Sowell, pois ambos formavam opinião e orientavam o poder público a adotar aspectos de seus ideais de políticas públicas de saúde, pois ambos eram “[...] intelectuais formadores de opinião, pessoas cujos comentários ajudam a criar todo um clima de opinião no qual as questões em voga são inseridas, discutidas e, em última instância, adotadas por aqueles que detêm poder político”<sup>884</sup>.

Leônidas Melo, desde início do seu governo estabeleceu convênios com o governo federal, com a finalidade de desenvolver o setor de saúde que considerava fundamental para o crescimento e desenvolvimento do seu povo. Encaminhou profissionais de saúde do estado para fazerem os cursos orientados pelo Departamento Nacional de Saúde<sup>885</sup>, com a criação do Instituto de Assistência Hospitalar, em 1941. São marcas de sua gestão a criação de postos e centros de saúde, maternidades e do estabelecimento de ações conjuntas com os prefeitos municipais<sup>886</sup>, para os procedimentos das campanhas de saúde, a exemplo do combate à lepra,

---

<sup>882</sup> ASSUNÇÃO. *Op. cit.*, p.7.

<sup>883</sup> ASSUNÇÃO. *Op. cit.*, p.3.

<sup>884</sup> SOWELL, Thomas. *Os intelectuais e a sociedade*. São Paulo: Realizações Editora, 2011. Coleção Abertura Cultural. p. 441-491

<sup>885</sup> Cf. PIAUÍ. *Relatório*. Enviado ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas D. D. Presidente da República – Pelo Interventor Federal no Estado Dr. Leônidas de Castro Melo. Teresina: D.E.I.P, 1943.

<sup>886</sup> Um bom exemplo foi com a cidade de Parnaíba, em parceria com o prefeito Mirócles Veras. Construíram, organizaram, reformaram ou criaram subsídios, entre as seguintes intuições: O Centro de Saúde de Parnaíba, Santa Casa de Misericórdia. Maternidade Dr. Marques Basto, Lactário Suzanne Jacob, Colônia do Carpina e diversas associações e entidades com prestação social. Cf. CORREIA, Benedicto Jonas; LIMA, Benedicto dos

à tuberculose e à varíola, que de vez em quando grassavam pelo estado. Sobre o contexto das campanhas, Antonia Valtéria Melo Alvarenga<sup>887</sup>, destaca em relação ao combate da lepra no estado que,

Observa-se, no rol das mudanças implementadas na estrutura de saúde pública do Estado, que as autoridades e a sociedade civil piauienses não só demonstravam maior preocupação com a lepra, como se apresentavam dispostos a contribuir com iniciativas que visavam o seu controle e combate. Dois nomes destacaram-se em prol desse objetivo no Estado: Cândido de Oliveira Silva, que chegou a ocupar a chefia do Serviço de Profilaxia da Lepra, e Mirócles Veras, o médico e prefeito parnaibano que participou da construção e manutenção do leprosário São Lázaro. Esses médicos foram pioneiros da ação institucionalizadora do combate à enfermidade no Piauí<sup>888</sup>.

A autora destaca a ação do governo no combate e controle da lepra no estado<sup>889</sup> e o protagonismo de Cândido de Oliveira e Silva e Mirócles Veras. Empreendimentos semelhantes foram realizados em várias intervenções do governo no enfrentamento das doenças como também na preocupação com a criança, alvo importante da política de Estado Novo. Todas essas configurações em torno da saúde, buscavam atender a coletividade, atenuando as necessidades da população na área de saúde e cooperar ativamente na construção da saúde pública estadonovista. Segundo Mirócles Veras, em conferência<sup>890</sup>: “[...] – O meu estado foi dos que melhor se enquadraram no ritmo do Estado Novo [...]”<sup>891</sup>, mais adiante coloca “[...] Não deixou de ser médico, e é com a visão de profissional que olha o interior do seu estado”<sup>892</sup>, se referindo a Leônidas Melo.

O estado atuou de modo eficiente no projeto e na execução da construção do Hospital Getúlio Vargas (HGV). Desse plano traçado entre o diretor de saúde do estado, Dr. Manoel Sotero Vaz da Silveira<sup>893</sup> e o diretor geral da Saúde Pública, Dr. Barros Barreto, foi acertada a

---

Santos. *O livro do centenário de Parnaíba* – Documentário da cidade. 1844 –1944. Parnaíba (PI): Gráfica Americana, 1944.

<sup>887</sup> ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo. *Nação, país moderno e povo saudável: política de combate a lepra no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2013. Aborda o processo de combate a lepra, na era Vargas no Piauí, enriquecendo a área de estudos das doenças, com traço firme de história política.

<sup>888</sup> *Ibidem*.p.147.

<sup>889</sup> Leônidas Melo conhecia bem o combate à lepra no estado, seu segundo cargo público, foi no Serviço de Profilaxia e da Lepra, como médico do serviço federal, em 1923.

<sup>890</sup> Mirócles Veras. Ecos da conferencia social da lepra. p. 91-92 e 97.In.: *Almanaque da Parnaíba*. Ano XVIII. 1941.

<sup>891</sup> *Ibidem*. p.91.

<sup>892</sup> *Ibidem*.

<sup>893</sup> Manoel Sotero Vaz da Silveira. n. Teresina (PI), 1886 – f. Rio de Janeiro (RJ), 1949. Médico e político. Foi diretor do Departamento Estadual de Saúde Pública e da diretoria da Instrução Pública do Estado. Professor do Liceu Piauiense. Conselheiro e presidente do Conselho Administrativo do Estado. Elegeu-se conselheiro e presidente do Conselho de Intendência de Teresina (1925). Interventor federal interino, no período de 03/09 a 11/10/1946, em substituição ao interventor José Vitorino Correia. Cf. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003*. Teresina: Editora Halley, 2003. p.390. *Passim*.

inauguração do Hospital Getúlio Vargas<sup>894</sup>, um hospital de referência no tratamento de diversas doenças. Sobre este hospital temos um depoimento do Dr. João de Barros Barreto, na época diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, que em visita ao Piauí relatou sua impressão sobre a referida instituição médica, publicada no *Relatório*<sup>895</sup> de governo de 1942, “[...] tive a impressão de haver me transportado aos ‘Estado Unidos’. É um primor de construção e de instalação, a mais perfeita realização do gênero no Brasil”<sup>896</sup>, transformando-se em uma referência do setor médico no Norte e Nordeste.

Ainda no contexto da política de saúde e assistência social, alinhada ao projeto nacional, temos a atuação no estado da Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência (LBA), presidida pela esposa do interventor Leônidas Melo, a Sra. Maria do Carmo Melo. A ação da LBA no Piauí, seguia as diretrizes nacionais de prestar auxílio às famílias dos convocados para a segunda guerra mundial, os expedicionários, prestando-lhes apoio moral, habitacional, financeiro, de utilidade sanitária e educacional. A Comissão Estadual da LBA tinha um convênio com o HGV, reservando alguns leitos desta instituição de saúde para prestar auxílio aos seus acolhidos, com recursos da LBA local<sup>897</sup>.

O Hospital Getúlio Vargas e o Liceu Piauiense são exemplos simbólicos das políticas públicas aplicadas na saúde e na educação do estado. São marcas profundas da administração de Leônidas Melo em consonância com a política de Getúlio Vargas. Os mediadores do setor médico participaram ativamente das campanhas nacionais, articulando a presença do estado no homem do campo, tão esquecido nas ações governamentais anteriores. Gustavo Capanema, no Estado Novo, como salienta Gilberto Hochmann<sup>898</sup>, atualizou a “herança sanitária” da Primeira República com as diretrizes da saúde associadas com práticas educativas, ainda atuando em grandes endemias que ameaçavam a coletividade. As ações se tornaram mais complexas e muitas vezes revelando a dificuldade de atuação em todo o território nacional, mesmo que permeasse um governo forte e autoritário.

---

<sup>894</sup> O Hospital Getúlio Vargas, foi inaugurado em 3 de maio de 1941, ano e mês de comemoração de 6 anos de governo de Leônidas Melo. O engenheiro foi Cicero Martins Ferraz, Secretário de Obras do Governo, que calculou as obras de construção civil e o engenheiro eletricitista holandês Miguel Fink, planejou as instalações elétricas. Um projeto arrojado para o período. Cf. RAMOS, Francisco Ferreira. História do hospital Getúlio Vargas. p. 89-10. In.: SANTOS JÚNIOR, Luiz Airton. *História da medicina no Piauí*. Teresina: Academia de Medicina do Piauí, 2003.p.90. *Passim*.

<sup>895</sup> PIAUÍ. *Relatório*. Apresentado pelo interventor Federal no Estado Dr. Leônidas Castro Melo ao Exm. Snr. Dr. Getúlio Vargas D.D Presidente da República. Teresina: DEIP, 1942.

<sup>896</sup> *Ibidem*.p.79.

<sup>897</sup> PIAUÍ. *Legião Brasileira de Assistência – Comissão Estadual do Piauí - Relatório das atividades até de 1944 - Apresentado a Exmo. Sra. D. Darci Sarmanho Vargas Digníssima Presidente da Comissão Central*. Teresina: DEI, 1945.

<sup>898</sup> HOCHMAN, Gilberto. *A saúde pública em Tempos de Capanema: continuidades e inovações*. p.127-151. In.: p.142-148. BOMENY, Helena. (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.142-148.

A saúde no Piauí se configurou como um espaço de atuação do estado no alinhamento político com o Estado Novo, não apenas desempenhando colaborações com campanhas nacionais, mas com ações na construção de espaços físicos adequados para tratar a população, e prevenir doenças, atendendo diversos setores da sociedade, deste o pré natal até as doenças mentais<sup>899</sup>. Essas ações permitiram ao interventor Leônidas Melo e seus colaboradores deste departamento, não só cooperar, mas criar ações internas para complementar atuação do governo federal.

#### 4.4 Centro Piauiense: instituição propagadora do Estado Novo fora do Piauí

Além da atividade dos intelectuais piauienses em solo natal, que era expressada por diversos veículos de comunicação e por suas ações na sociedade, outros organismos foram conduzidos por intelectuais para atender os seus objetivos de criação e ao mesmo tempo a serviço do regime. Podemos assinalar o Centro Piauiense<sup>900</sup>, que foi instalado em 1917, depois recriado em 1925<sup>901</sup>. Em uma nota publicada no *Diário Carioca* (RJ)<sup>902</sup> temos a informação de sua refundação em 1931. Essa entidade tinha como objetivo atuar com os piauienses que chegavam ao Rio de Janeiro, prestando auxílio em diversas demandas, tanto no sentido de assistência econômica, como no auxílio em busca de empregos, moradia e outras necessidades. Outro ponto importante era trazer informações do estado para os residentes na capital federal, distante muitos anos do Piauí.

No Estado Novo, o Centro Piauiense no Rio de Janeiro ganhou um novo fôlego de existência, mais precisamente em 1939, com o apoio do interventor Leônidas Melo e da

---

<sup>899</sup> BATISTA, Sorailky Lopes. *Saneamento, Educação e Instrução: a configuração do campo de saúde pública no Piauí (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado em História. (Programa de Pós-graduação em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí (UFPI). Teresina (PI), 2011.

<sup>900</sup> Centro Piauiense é uma entidade de conagraçamento dos piauienses residentes em outros estados. No Rio de Janeiro, foi fundado em 30/05/1917. Restaurado em 1925 por iniciativa de José Burlamaque Auto de Abreu e, em 1950, pelo deputado federal Marcos Santos Parente. No Rio de Janeiro, o período de maior atuação foi durante a presidência de Antonio Bugyja de Sousa Britto (1939 – 1945). Em Belo Horizonte, foi fundado em 9/02/1952. Em Recife era a Casa do Piauí. Cf. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.p.127. *Passim*.

<sup>901</sup> Era uma aspiração antiga dos piauienses que viviam na capital federal, a criação de uma entidade para reunir os conterrâneos para os momentos de conagraçamento e ajuda mútua. A organização e a fundação do Centro pelo piauiense Dr. José Auto de Abreu, com ajuda dos municípios através de contribuições mensais para a manutenção e atividades desenvolvidas pela entidade. Cf. jornal *A Imprensa* (PI). 20/10/1925. p. 6.

<sup>902</sup> A próxima fundação do Centro Piauiense. *Diário Carioca* (RJ). 29/01/1931. p. 3. Nesta nota menciona que é por iniciativa de Martins Coelho.

iniciativa dos piauienses residentes na capital federal, liderados por José Auto de Abreu<sup>903</sup> foi instalado novamente. A solenidade contou com a presença do interventor do Piauí e realizou-se no Liceu Literário Português, instituição cultural que abrigou o Centro em suas atividades. O prédio do Liceu Literário Português, uma edificação imponente no estilo neomanuelino, ainda hoje está localizado no centro da cidade, em frente ao Largo da Carioca, portanto, a sede do Centro Piauiense estava encravada em uma posição geográfica privilegiada, no perímetro comercial, cultural e político do Rio de Janeiro, de fácil acesso aos piauienses e aos visitantes. Sobre este momento, assim se pronunciou José Auto de Abreu na solenidade de instalação:

[...] Centro Piauiense, para os fins de exposição permanente e propaganda dos produtos da indústria e materias primas do Estado e fomento dos interesses culturais, econômicos e sociais piauienses. [...]. Velha é a aspiração dos Piauiense de crearem na Capital do Pais, uma fundação [...]. É necessário, pois um elo que a todos prenda numa cadeia, para, em conjunto, numa união fraternal, atrair as visitas dos piauienses para a tela representativa do mapa do Piauí, mapa sem fronteiras partidárias, sem marcos divisórios nas relações pessoais, políticos dos seus filhos [...] <sup>904</sup>.(sic)

Nas palavras do piauiense, a finalidade era manter um vínculo permanente com os piauienses residentes ou que se deslocavam para o Rio de Janeiro para viver ou simplesmente passar uma temporada. O Centro Piauiense tornava-se um elo entre os piauienses presentes na capital federal, uma espécie de embaixada estadual do Piauí, todavia, desempenhando ações direcionadas ao aspecto social e cultural. Essa ação do Centro sob a interventoria de Leônidas Melo, ganha uma nova dimensão, uma conexão forte com a política desenvolvida pelo interventor no estado. Sobre o evento de inauguração temos a foto:

---

<sup>903</sup> José Burlamaqui Auto de Abreu. n. Teresina (PI), 1899 – f. 1978. Jornalista, historiador, memorialista, cronista e político. Bacharel em direito. Procurador do antigo IAPC. Deputado federal 1924-1926; Deputado estadual 1935-1937. Em 24/01/1937 foi decretada a Lei Estadual nº 176, cujo projeto foi de sua autoria, instituindo o 19 de outubro como Dia do Piauí. Foi chefe de Gabinete do Embaixador Batista Luzardo, na Chefatura de Polícia no Rio de Janeiro. Presidiu o Centro Piauiense. Jornalista brilhante e combativo. Teve atuação em intensa na imprensa piauiense. Atuou no *Diário Carioca*, do Rio de Janeiro. Publicou *Terra Mater*, em 1937. Pertenceu a ABL. Cf. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003*. Teresina: Editora Halley, 2003. p. 13-14. *Passim*.

<sup>904</sup> Centro Piauiense – A sua instalação – O discurso pronunciado pelo Sr. José Auto de Abreu. p. 36-40. *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Ano XXII. nº18. outubro/1939. p. 39-40. Foi apresentada uma lei nº151 de 15/06/1937, criando o Decreto Estadual nº54 de 08/04/1939.

Figura 19 – Solenidade de reinauguração do Centro Piauiense no Rio de Janeiro (RJ)



Nota: Instalação do Centro Piauiense no Rio de Janeiro em 1939. Na mesa de honra da solenidade temos: Leônidas Melo, Berilo Neves, Freire de Andrade, João Cabral, José Batista, Pedro Borges, Joaquim Pires, Cel. Edgard Facó e José Auto de Abreu<sup>905</sup>.  
 Fonte: *Almanaque da Parnaíba* (PI). Ano XVI. 1939.

A foto apresenta dois planos, o primeiro identifica a mesa de honra da solenidade, e o segundo o auditório do Liceu Literário Português, repleto, assinalando a importância do evento, não apenas para a comunidade piauiense, mas para diversos simpatizantes dos propósitos do Centro Piauiense e do Estado Novo. A imagem transmite a representação de que a cerimônia foi muito prestigiada, assegurando uma característica dos momentos cívicos que envolviam os acontecimentos do Estado Nacional. A data de instalação tinha uma simbologia, dia em que era comemorado o Dia do Piauí, 19 de outubro. Data concebida também pela iniciativa do projeto<sup>906</sup> de José Auto de Abreu, quando deputado.

As datas comemorativas sempre tiveram na história um lugar privilegiado, de exaltação, de rememorar, evitar o esquecimento da memória. No regime Vargas, as datas vão ganhar um teor a mais, a ideia de progresso, ou seja, a partir de determinado acontecimento as coisas e as ações ganharam um dinamismo a mais, como 10 de novembro. A união dos dois eventos, em uma mesma data, o Dia do Piauí e a instalação do Centro Piauiense, com a presença do representante máximo do Piauí, o interventor Leônidas Melo, que pela natureza

<sup>905</sup> Consta outra reportagem especial para este Almanaque, *Centro Piauiense* (p.127-128), escrita por Felon Silva, sobre a instalação dessa entidade.

<sup>906</sup> Projeto de deputado José Auto de Abreu, transformado em Lei Estadual nº 176, sancionada em 30/08/1937, no seu Art. 1º - 19 de outubro será feriado estadual, com a denominação de "O DIA DO PIAUÍ". Esta data tem como referência histórica adesão do Piauí ao processo de independência do Brasil, em 19/10/1822.



da data deveria estar no Piauí, tinha um sentido de reforçar a memória dos piauienses que moravam fora do seu estado, como forma de manter viva esta ligação, com a terra natal. Ou seja, a memória precisa ser constantemente “refrescada”, pois pode perder o seu poder de recordação, ao passo que vai enfraquecendo<sup>907</sup>.

O Centro Piauiense teria de promover com intensidade a propaganda da interventoria de Leônidas Melo, informando aos conterrâneos o progresso do governo Vargas no solo piauiense, sob a administração do interventor. Essa entidade conquista uma função de legitimar e promover as ações do Estado Novo no Piauí, com o olhar da capital, evidenciando essa comunhão não apenas de ideias, mas de empreendimentos. Para tal execução, o Centro Piauiense foi presidido por Antonio Bugyja de Souza Britto, de 1939 a 1945, auxiliado por Berilo Neves e outros piauienses.

Nas palavras de sua filha Miridan Britto Falci<sup>908</sup>, Antonio Bugyja Britto era um intelectual ligado ao trato das palavras, gostava de lapidar, refazer os seus textos, suas poesias, gostava de aprimorá-las e dar-lhes sonoridade especial. Como também, apaixonado por sua terra, junção constante de suas produções e realizações. Foi este aprimoramento inerente, que na presidência do Centro Piauiense, transformou este espaço em um território seguro para se promover o Piauí no Rio de Janeiro, claro, para o Brasil, pois a capital federal era o espelho refletor das atividades varguistas.

O Centro Piauiense, como já mencionamos promovia auxílios diversos aos piauienses e realizava reuniões, encontros, debates, conferências, produção de material publicitário, exposições<sup>909</sup> de fotografias, mapas e dados estatísticos ou recebia do Piauí, das instituições como DEE e DEIP, material para ser divulgado. O mesmo tinha uma função ideológica de rememorar a memória dos piauienses ausentes do seu estado e evitar a produção do esquecimento sobre as transformações do Piauí durante o Estado Novo.

Destaca-se também em 1939, no mesmo mês de inauguração do Centro Piauiense, o lançamento da revista *Terra de Mafrense*<sup>910</sup>, no Rio de Janeiro cuja redação ficava no Liceu

<sup>907</sup> DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru (SP): EDUSC, 2002.

<sup>908</sup> BRASIL. Miridam Britto Falci. *Discurso de posse no cenáculo brasileiro de letras e artes*. Brasil/Rio de Janeiro (RJ). 12f. [20--?]. Gentilmente cedido pela autora.

<sup>909</sup> Uma exposição de gráficos demonstrando o progresso do estado. Revista *O Malho* (RJ). Outubro de 1942. p. 94; Atividades do Estado Novo – exposição de 10 de novembro. *Jornal Gazeta* (PI). 15/11/1943. p. 1. Uma exposição organizada pelo DEE e DEIP do Piauí.

<sup>910</sup> Revista *Terra de Mafrense* (RJ). Ano I, nº 1. outubro/1939. (APPI). “Uma revista para o Piauí e para os piauienses” Diretor J. Romão da Silva. Redação Rua Senador, 118. Sala 817. Edifício do Liceu Literário Português. A pesquisa não localizou outros números da revista, provavelmente teve vida curta, como era comum a vários periódicos da época. O título do periódico, *Terra de Mafrense*, estava relacionado à expressão comum

Literário Português, com a direção de Júlio Romão da Silva<sup>911</sup>. Na pesquisa não foi evidenciado uma ligação entre a revista e o Centro Piauiense, todavia, a publicação e a entidade tinham o mesmo objetivo enaltecer o Piauí. J. Romão da Silva era um desafiador, por trilhar diversos campos. Um negro, ocupando vários cargos públicos e a presidir entidade de cunho nacional, atuando na imprensa e a produzir peças literárias para diversos palcos e instituições culturais do país, ganhando vários prêmios literários da ABL.

A Revista *Terra de Mafrense*, para ele, era uma forma de manter viva a relação com o Piauí e o seu povo, ao mesmo tempo, como demonstra no editorial do primeiro exemplar: “[...]. Orientação da revista: Realizar obra profundamente nacionalista de engradecer o Piauí, para aumentar o Brasil”<sup>912</sup>. Colocava que a revistas era um embrião que deveria ser fecundado por todos os piauienses, permitindo trazer as publicidades do Piauí com suas riquezas diversas. Nesse primeiro volume, teve a participação especial de Berilo Neves, com a crônica<sup>913</sup> em relação ao rio Parnaíba e cidade de Parnaíba, *Uma cidade e um Rio*. A composição da revista era ligada a temáticas, como história, literatura e fatos relacionados ao Piauí, com propaganda de produtos e lojas. J. Romão da Silva ainda assina um artigo, que passamos a transcrever alguns trechos para ilustrar a sua relação com o momento político brasileiro do período.

[...]. A transformação por que passa ultimamente o nosso país, é por demais espantosa; por consequência, o maior acontecimento admirado nos últimos tempos. Nove anos sob o Governo do dr. Getúlio Dornelles Vargas, corresponde a nove passos firmes [...]. Não se tem alegação a fazer, na maneira e sentido como

---

utilizada no estado do Piauí, referindo-se a Domingos Afonso Mafrense, o primeiro a colonizar as terras no processo de ocupação do Piauí no século XVII.

<sup>911</sup> Júlio Romão da Silva. n. Teresina (PI), 1917 – f. em Teresina, 2013 (PI). Bel. em Letras e em geografia e história (Faculdade de Filosofia – UB-Rio de Janeiro). Oficial de marcenaria. Funcionário do IBGE. Diretor do dep. de geografia e estatística da prefeitura do Distrito Federal. Cofundador do Teatro Experimental do Negro, do Teatro Popular Brasileiro e da Orquestra Afro-Brasileira. Recebeu os títulos honorários de cidadão carioca e fluminense. Jornalista em Teresina dirigiu *O Artífice* (1936), *Terra de Mafrense* (1939). No Rio trabalhou no *O Malho*, *Revista da Semana*, *Vamos Ler*, *Jornal do Comércio* (revisor), *Diário Carioca* e *Correio da Manhã*, cujo suplemento econômico dirigiu. Secretário do *Boletim Geográfico* e da *Revista Brasileira de Geografia*. Participou de diversos congressos. Membro da Associação Brasileira de Geografia, Sociedade Brasileira de Geografia e da APL. Recebeu a Medalha de Bronze da Abolição concedida pela Associação Brasileira de Imprensa. Linguístico, etnólogo e teatrólogo. Publicou: *Parnaíba Breve História de Um Rio* (1945), *Os Escravos* (teatro-1947), *Memória Histórica Sobre a Transferência da Capital do Piauí* (1952), *Golpe Conjurado* (Teatro-1950), *Luís Gama e Suas Poesias Satíricas* (1952), *Fundamentos do Sistema Estatístico Geográfico Brasileiro* (1954), *Vida e Obra de Teodoro Sampaio* (Conferencias -1955), *Geonômicos Cariocas de Procedência Indígenas* (1962, ganhou com esta obra o Prêmio João Ribeiro de Filosofia, Etnografia e Linguística da ABL), *Parábola da Ovelha* (teatro-1963), *Evolução do Estudo das Línguas Indígenas do Brasil* (1965), *A Mensagem do Salmo* (poema dramático 1967, permitindo ganhar o Prêmio Cláudio de Sousa da ABL), *Cera de Carnaúba e Cacau* (1974), *José o Vidente ou As Videiras do Faraó* (teatro-1974, ganhou o Prêmio Cláudio de Sousa da ABL e outras obras relacionadas ao teatro, a geografia e outras temáticas. Cf. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.p.540. *Passim*.

<sup>912</sup> Revista *Terra de Mafrense* (RJ). *Op. cit.*, p.3.

<sup>913</sup> *Ibidem*. p.4.

conseguimos chegar felizmente a este elevado grau de progresso e reorganização nacional. [...]. Para todos os rumos se tem feito marchar o progresso e a civilização, realizando-se em todos os pontos do País [...]. O Piauí também foi visto e atendido. Ali, como em todos os demais Estados da Federação, sente-se o influxo de renovação, vê-se a marcha do progresso. [...] <sup>914</sup>.(sic)

A exposição de J. Romão da Silva acima, traduz muito bem a relação dos intelectuais com o Estado Novo. Uma escrita que denota o reconhecimento das alterações fisionômicas do Brasil, com a direção de Getúlio Vargas, e a colaboração efetiva dos interventores, como Leônidas Melo. O progresso era difundido em diversas direções e meios, os intelectuais buscavam o caminho natural de sua evasão literária, a imprensa. Uma relação que muitas vezes imaginamos estranha diante de uma coordenação de projeto com uma política nacionalista de cunho autoritário. Como enfatiza Helena Bomeny:

[..]. O mundo da arte é, por definição e natureza, essencialmente plural e livre. E o que mais nos instiga e inquieta: é independente e autônomo em relação a qualquer entrega e à contingente copulação com o poder. Olhar retrospectivamente intelectuais e Estado Novo, sensibilidades e autoritarismo - reconstruções delicadas em seus muitos tropeços -, me fez voltar ao sentimento que Gilberto Freire traduziu magistralmente em sua viagem pela vida colonial em *Casa grande e senzala*: “É um passado que se estuda tocando em nervos, um passado que se emenda com a vida de cada um” <sup>915</sup>. (Grifo da Autora).

Não apenas os intelectuais como J. Romão da Silva, Antonio Bugyja Britto, Berilo Neves, Martins Napoleão, dentre outros intelectuais, estavam vivenciando esta ceara, porém, a chama de cooperar foi maior para iluminar o caminho das participações, uma atuação que muitas vezes, como acentua a autora acima é feita “tocando em nervos”, situações delicadas com setores contrários, muitas vezes composto por pares. A história é, assim, escrita por pensamento diferentes que alimentam não apenas a escrita, mas o comportamento de homens em trajetórias que percorrem vários territórios, alguns calmos, outros bravos, que exigem a tomada de decisão de todos.

Ainda no contexto do Centro Piauiense, vamos ter em 1943, talvez o momento mais fecundo desta entidade em colaboração com o Estado Novo no Piauí. Neste ano em 3 de maio, foi comemorado os oito anos do governo de Leônidas Melo. Essa data foi incorporada às comemorações feitas a partir de 10 de novembro de 1937, com mais afinco inserida no calendário comemorativo do Estado.

<sup>914</sup> Uma voz do Nordeste. p.5. Revista *Terra de Mafrense* (RJ). Ano I, nº 1. outubro/1939. p.5. Na mesma página tem uma foto de Getúlio Vargas e a legenda *O Homem do momento Nacional* e a foto do interventor Leônidas Melo.

<sup>915</sup> BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. p. 11-35. In.: BOMENY, Helena. (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.p.33.

O Centro Piauiense publicou um livro *Oito anos de Governo – a administração Leônidas Melo no Piauí - maio de 1935 - maio de 1943*<sup>916</sup>, um material intelectual dividido em vários tópicos: Economia e Finanças; Rendas Estaduais; Viação e Obras Públicas, Instrução Pública; Saúde Pública; Força Pública; DEIP, Magistratura e Justiça e outras. Todos os tópicos, subsidiados com dados estatísticos, tabelas, fotos, uma publicação riquíssima de informações sobre o período contemplado pelo livro, retratando com argumentos o progresso do estado perante o governante Leônidas Melo. Temos um fragmento a seguir da introdução desta impressão:

O PIAUÍ E O NOVO REGIME. O Piauí jazeu como tantas outras unidades da Federação, durante decênios, em estado de verdadeira letargia econômico-financeira. As rendas estaduais eram insignificantes para extensão territorial [...]. A terra, a que Agassiz chamou a “Suíça do Brasil” poderia aspirar, legitimamente, a futuro mais consentâneo [...]. A vida moderna do Piauí pode ser dividir-se em duas etapas: antes e depois da Revolução de 30. Antes desse ano histórico da vida nacional a unidade nordestina marchava lentamente a passos tartígrados, na senda de seus destinos. [...] o dr. Leônidas Melo vem dirigindo os destinos da terra a que sempre dedicou o melhor da sua inteligência e capacidade de trabalho. [...] o influxo benéfico do espírito de 30 e o clima estimulante do Estado Novo numa unidade federativa que, antes, se limitava a acompanhar, de longe a marcha ascensional de suas irmãs do Estados Unidos do Brasil<sup>917</sup>. (sic)

Algumas citações são extensas, no entanto, essenciais em alguns momentos para entender a fala original e suas intenções em relação à cultura política do período, em que a história social, na sua compreensão da sociedade, tem a necessidade de entender como se comportam os intelectuais. Assim, a história social se cruza neste momento com vários canteiros históricos, ou melhor, o caleidoscópio historiográfico sofre modificações, um rearranjo, sendo muitos deles produtos históricos, com as suas tendências políticas e sociais<sup>918</sup>.

Esse material publicado pelo Centro Piauiense, segundo Leônidas Melo, em suas memórias, foi escrito por Berilo Neves, que qualifica em suas palavras memorialistas de “[...] homem de letras do mais alto conceito, perfeito conhecedor da vida e da administração do estado, pois por vários anos foi seu procurador na capital da República”<sup>919</sup>.

<sup>916</sup> CENTRO PIAUIENSE. *Oito anos de govêrno – a administração Leônidas Melo no Piauí – maio de 1935 – maio de 1943*. 1943. [S.I.: s.n.]. 1943.

<sup>917</sup> CENTRO PIAUIENSE. *Op. cit.* p.1-4.

<sup>918</sup> BARROS, José D’Assunção. *O campo da história – especialidades e abordagens*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes. 2004. p.21-22.

<sup>919</sup> MELLO, Leônidas de Castro. *Trecho do meu caminho – “memórias” à feição de autobiografia*. Teresina: COMEPI, 1976.p.313.

Berilo Neves reconhecido pela sua atuação no universo cultural e na sua visão de crítica literária, impulsionou uma escrita que privilegiava e reconhecia os feitos do Estado Novo no Piauí e no Brasil. O fragmento denuncia na escrita de Berilo Neves, o jogo de palavras, o analogismo e a exaltação ao Piauí. Para ele não foi difícil, pelo contrário, uma tarefa intelectual, que podemos dizer prazerosa era falar do seu berço natural, e as transformações advindas sob o manto da transformação com a Revolução de 30, operacionalizada pelo Estado Novo e executada em *in loco* por Leônidas Melo.

As realizações do Centro Piauiense sob a direção de Antonio Bugyja Britto e Berilo Neves, como a produção literária do Piauí, produzida no Rio de Janeiro, favoreceram tanto a promoção da interventoria de Leônidas Melo, como legitimaram as ações de Getúlio Vargas no Estado Novo no Piauí. A República Nova se fez assim, com atuação compartilhada entre os vários setores culturais do Brasil, integrados pela ação idealizadora dos seus intelectuais membros ou colaboradores. A unidade nacional se faz com atitudes políticas, mas principalmente com diretrizes culturais, para permitir a integração do povo com o projeto de ideologia nacionalista, como o foi varguismo.

#### 4.5 A integração intelectual no Piauí: o Congresso de Brasilidade nos estados

O Congresso de Brasilidade foi uma iniciativa das seguintes instituições: Centro Carioca, Liga de Defesa Nacional e do Sindicato dos Educadores Brasileiros. Esse projeto foi apresentado ao presidente Getúlio Vargas pelos representantes das instituições promotoras, através do Plano do Primeiro Congresso de Brasilidade<sup>920</sup>. Na exposição do documento, argumentava-se que “Numa demonstração de cooperação objetiva ao govêrno a Vossa Excelência e ao idealismo construtor do Estado Novo [...]. A realização do referido Congresso por principal escopo integrar alma patrícia nos postulados do Brasil Novo”<sup>921</sup>. Portanto, era de colaborar com Getúlio Vargas na implantação das estruturas do Estado Novo, contribuindo com a integração nacional, permitindo o cidadão ser uma parte comum no projeto do Estado Nacional.

---

<sup>920</sup> Plano do Primeiro Congresso de Brasilidade. 23/09/1941. ARQUIVO NACIONAL (RJ-BRASIL). Fundo: Gabinete Civil da Presidência da República 1930 a 1945. SDE 35. Subsérie: Ministério Departamento de Educação. Lata 270.

<sup>921</sup> *Ibidem*.

Esse projeto contou com apoio do presidente Getúlio Vargas, por meio do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema que disponibilizou auxílio financeiro ao mesmo. O Primeiro Congresso de Brasilidade tinha como data para acontecer do dia 10 ao dia 19 de novembro de 1941. Uma data comemorativa à instalação do Estado Novo, e perduraria por uma semana de atividade cívicas.

O Regulamento do Primeiro Congresso de Brasilidade de 1941, estabelecia no. Art. 1º “[...] é um movimento intensivo de exaltação cívica em todas as esferas de atividade brasileira, dentro do espírito do Estado Nacional”<sup>922</sup>. Que se fundamenta em unidades<sup>923</sup> a saber: política, geográfica, histórica, moral, étnica, social, cultural, econômica e financeira, jurídica e patriótica.

Cada unidade tinha uma comissão organizadora responsável por elaborar as diretrizes para aplicação no evento nos estados, municípios e territórios. A Unidade Histórica<sup>924</sup> argumentava que o povo deveria conhecer sua própria história, passando a importância de conhecer a “história geral das civilizações”. Para a Unidade História a relação passado, presente e futuro era essencial para o homem. O processo de conhecimento da história da pátria, produzia conhecimento sobre a economia, política, administração e cultura do Brasil, criando no homem uma cultura geral, construindo um novo homem para um Estado Novo.

A forma de execução era pela participação de todos por meio de estudos, palestras, conferências, publicações, exposições, aulas e reuniões cívicas e demais atividades, que poderiam integrar o povo ao congresso. Para sua promoção, o congresso divulgava propagandas sobre as atividades e tópicos a serem compartilhados pelos diversos meios de comunicação, como: radiodifusão, imprensa, folhetos, alto-falantes, cartazes e outros meios de comunicação de massa do período. A comissão central do evento, formada pelos representantes das entidades promotoras, divulgavam o material impresso para sua orientação e execução.

Para sua efetivação era necessário o envolvimento de diversas entidades, como: academias, escolas, quartéis, repartições públicas, fábricas, associação desportivas, imprensa e rádio, hospitais, entidades religiosas, instituições culturais, etc. A operação deste programa, além de identificar atuação dessas diversidades de instituições, tinha nos agentes locais

---

<sup>922</sup> Regulamento Geral do Primeiro Congresso de Brasilidade 1941. ARQUIVO NACIONAL (RJ-BRASIL). Fundo: Gabinete Civil da Presidência da República 1930 a 1945. SDE 35. Subsérie: Ministério Departamento de Educação. Lata 333.

<sup>923</sup> *Ibidem*. 2º Artigo.

<sup>924</sup> Unidade Histórica. Primeiro Congresso de Brasilidade 1941. ARQUIVO NACIONAL (RJ-BRASIL). Fundo: Gabinete Civil da Presidência da República 1930 a 1945. SDE 35. Subsérie: Ministério Departamento de Educação. Lata 333. Unidade Histórica foi uma contribuição do prof. João Batista de Melo e Souza.

pessoas essenciais em sua execução. Esses sujeitos, eram os intelectuais, não apenas elaboradores de discursos, mas agentes da consumação da fala em torno das temáticas do Congresso de Brasilidade, como também dos intelectuais mediadores que agiam no interior dos ambientes de comunicação, elaborando informações sobre o evento e as ações propostas pelos intelectuais em suas conferências, por exemplo.

O Piauí, como ente federado, dentro desse projeto nacional, participou executando as diretrizes propostas pelos idealizadores e pelo governo federal. No estado diversos estabelecimentos culturais participaram do Congresso de Brasilidade, como a Faculdade de Direito, a Academia Piauiense de Letras, Biblioteca, Arquivo e Museu do estado, instituições educacionais e outros. Nesses espaços, os intelectuais piauienses se fizeram presentes por meio de suas exposições ou pela colaboração com o público, dando a este evento uma imagem e visão de congratulação aos temas envolvidos nos dias em que transcorreram o Congresso no estado.

Sobre o Segundo Congresso de Brasilidade no Piauí, temos o de 1942, que teve ampla participação do grupo de intelectuais e autoridades, com a divulgação e participação da imprensa local. A comissão estadual do congresso estava a cargo do prefeito Lindolfo Monteiro que presidiu a abertura formando a mesa com autoridades civis e religiosas. A participação dos intelectuais piauienses foi ativa neste segundo evento nacional. Entre os conferencistas temos Álvaro Ferreira, João Bastos, Martins Napoleão e outros palestrantes.

Álvaro Ferreira foi responsável por dissertar a Unidade Geográfica<sup>925</sup>, em sua explanação trouxe aspectos teóricos sobre as questões geográficas e políticas. Em relação ao Brasil, enaltece as ações políticas do presidente Getúlio Vargas, que corrigiu os vícios e os “desmandos seculares”, conseguindo resolver não apenas a desordem moral, mas questões administrativas e geográficas, conduzindo o país para ser uno. Nas palavras do intelectual, o Estado Novo com implantação da Constituição de 1937, deu as condições seguras e colocou o Brasil no caminho do progresso, ou seja, “[...] um lustro apenas é decorrido, e já sentimos os resultados benéficos da nova política, penetrando em todos os ramos da atividade produtiva”<sup>926</sup>.

A palestra sobre a Unidade Histórica, foi realizada por José Virgílio Castelo Branco Rocha<sup>927</sup>, que exercia o cargo de diretor da Divisão da Imprensa e Propaganda e Obras

---

<sup>925</sup> O 5º aniversário do Estado Novo - instalação do 2º congresso de brasilidade. *Diário Oficial*. 13/11/1942.

<sup>926</sup> *Ibidem*. p.2. Palestra ocorrida em 11/10/1942, no auditório Ginásio Oficial do estado, o Liceu Piauiense.

<sup>927</sup> José Virgílio Castelo Branco Rocha. n. Teresina, 1915 – f. [S.I.]. [19--]. Magistrado e professor de Direito, foi professor e diretor do Liceu Piauiense. Diretor de Instrução Pública. Professor universitário e secretário-geral do estado. Em 1948, foi nomeado prefeito de Teresina (10/01/1948 a 20/04/1948). Transferiu-se para Curitiba em

Gráficas do DEIP. Sua fala<sup>928</sup> narrou vários aspectos da história, passando pela Primeira Guerra, as questões da América até chegar ao Brasil. Sempre se concentrando na relação do homem e o avanço da ciência. Destacando o processo industrial e o uso das máquinas e as transformações advindas do seu uso. Em vários momentos da humanidade faltou a força espiritual para governar, citando autores, como Azevedo do Amaral, Ronald de Carvalho, Manoel Bomfim e outros, destacando suas contribuições intelectuais sobre o pensamento histórico brasileiro. Em suas palavras finais acentua que o passado não morre, e o Brasil avança, onde o Estado Nacional revela aguda visão e espírito do estadista Getúlio Vargas.

Uma das conferências mais desejadas foi proferida pelo acadêmico Martins Napoleão, intelectual muito conhecido no regime e colaborador nos eventos culturais. Sua temática foi a Unidade Cultural<sup>929</sup>, questão muito particular a Martins Napoleão, completamente envolvido com a temática. Seu pensamento estava dividido em alguns tópicos, que passamos a transcrever em um trecho de sua palestra.

[...] quero dar meu testemunho, neste ponto de vista, por muitas razões, insuspeitos, de aprêço pela obra que se vem realizando, há doze anos, em nosso país – e que talvez o futuro reconheça e proclame a mais característica da época: a obra nacionalizadora de pesquisa e exaltação das nossas tradições, que teve, no passado, epígonos e cultores, do porte de Rui e de Bilac. Este esforço pela posse consciente de nós mesmos, desdobrado em programa de pedagogia coletiva neste Congresso – é justiça dizê-lo – ora vencendo, ora contornando, ora eliminando obstáculos, ora contornando, ora eliminando obstáculos naturais ou resistências passivas, encontrou novos motivos de vitalidade e ação no Sr. Getúlio Vargas, o homem que, por ser um mestre consumado de psicologia para o povo, com uma acuidade genial que os séculos apontarão, pode torna-se o redutor de antinomia e o anulador de crises, no desempenho de sua profunda vocação para unidade<sup>930</sup>. (sic)

No fragmento da palestra de Martins Napoleão, acentua-se como ponto central a ação nacionalizadora da obra de Getúlio Vargas, respeitando e resgatando as tradições nacionais, regionais e locais, ao ponto de restaurar figuras ilustres da nossa cultura esquecida em momentos anteriores. O congresso em si, tinha essa função de ensinar de forma coletiva a reconhecer os avanços que o Brasil conseguiu no Estado Nacional, e a defender esses avanços

---

1952, onde foi juiz de Direito, aposentando-se como Desembargador do Tribunal de Justiça. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003*. Teresina: Editora Halley, 2003.p.341. *Passim*.

<sup>928</sup> Unidade histórica. *Diário Oficial*. 13/11/1942. p. 2-3. Palestra ocorreu na sala de reunião do Arquivo e Biblioteca Pública.

<sup>929</sup> Unidade Cultural. *Diário Oficial*, 16/11/1942. p.4-5. Essa mesma conferência foi publicada na *Revista da Academia Piauiense de Letras*. Ano XXVI. nº 20. dezembro/1943, publicação realizada pelo DEIP Estadual, com o título: *Esboço de Introdução ao Estudo da Unidade Cultural Brasileira*. p.98-108. Vamos usar no texto a versão do *Diário Oficial*.

<sup>930</sup> *Diário Oficial*, 16/11/1942. p. 5.



na condução da unidade nacional. Essa unidade só foi possível porque Getúlio Vargas não se apresentava apenas como um governante, mas como psicólogo do povo brasileiro, interpretando e compreendendo seu pensamento bem como os seus anseios e angústias, buscando conduzi-los para o progresso, eliminando as dificuldades que se apresentavam no decorrer do percurso.

A capacidade política de Getúlio Vargas lhe possibilitava nas palavras de Martins Napoleão, ser um governante com espírito de “anulador de crise”, conduzindo o Brasil para a unidade proposta pelo Estado Nacional. “O Congresso de Brasilidade era acima de tudo um evento nacional para divulgação promoção de conceitos que reafirmassem os valores nacionais de brasilidade [...]”<sup>931</sup>, com pronunciamentos que materializassem um Brasil moderno com a liderança de Getúlio Vargas. Nas palavras dos intelectuais acima, esta ótica se reafirmava em todos os elementos propostos pelas suas conferências no certame do 2º Congresso de Brasilidade.

Ainda em torno deste evento, temos a exposição realizada sobre a Unidade Econômica e Financeira. A comissão do congresso estadual fez o convite a João Bastos, intelectual ideal para falar sobre a temática em questão. Diretor do Departamento Estadual de Estatística e responsável por sistematizar informações e dados diversos do estado, elaborando vários anuários estatísticos e organizador de bases de materiais para informações para o IBGE.

Em suas palavras, argumenta que “[...] a cada cidadão é imposto o patriótico dever de cooperar com o melhor dos seus esforços e o mais fecundo de sua bôa vontade, para a divulgação da grandiosa obra de que o Estado Nacional [...]”<sup>932</sup>”(sic). Sobre economia e finanças, assim se expressou João Bastos no congresso:

A transformação de uma escassa economia para uma economia de abundância, é a unidade de uma realidade palpitante e viva, em geral, em todo o País no trabalho surgido da União em particular, em cada parcela federada, separadamente, dentro de suas próprias possibilidades, com reflexo em outras atividades que formam dentro de um plano cultural e social, uma grande obra de garantias, de progresso e de civilização. Sim, porque a própria segurança do Estado e da sociedade está presa a essa transformação do padrão econômico<sup>933</sup>.

---

<sup>931</sup> CARVALHO, Luiz Felipe de. *Educação e unidade nacional do Estado Novo: o primeiro congresso de brasilidade (1941)*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 2010. p.18.

<sup>932</sup> BASTOS, João. *2º congresso de brasilidade 1942 – Unidade Econômica e Financeira*. Teresina: DEE,1943. p.9. Por sua conferência recebeu elogios pelo Comitê Central do Congresso Brasilidade, incluindo o seu nome, no Conselho de Honra.p.8.

<sup>933</sup> *Ibidem*.p.10.

O fragmento expõe que as barreiras, dificuldades particulares que isolavam algumas unidades federadas foram minimizadas pela ação do Estado Nacional. Cada um dos estados, dentro de suas especificidades, estava na reflexão de João Bastos, caminhando para o progresso. Portanto, são contributos da economia nacional com os seus produtos, no Piauí, “borracha, castanhas, madeiras, cêra de carnaúbas, amêndoas de babaçú, sementes de oiticica, fibras, etc.”<sup>934</sup>. Logo, cada um com os seus produtos dá a sua contribuição para a unidade econômica, pela união de todos os estados, ressaltando que todo o progresso passa pelo econômico.

O governo federal já tinha expressado em *Problemas e Realização do Estado Novo*<sup>935</sup>, as dificuldades que apresentava o sertão no processo de integração nacional. Vejamos um trecho:” O sertão, o isolamento, a falta de contacto são os únicos inimigos temíveis pra a integridade do país. Os localismos, as tendências centrífugas, são o resultado da formação estanque de economias regionais fechadas”<sup>936</sup>. O Estado Novo, por meios das políticas públicas aplicadas à economia por seus ministérios, estava abolindo esses obstáculos, segundo João Bastos.

O congresso de brasilidade tinha esse objetivo principal levar aos estados e municípios o debate e as impressões do Estado Nacional como transformador da sociedade, e propulsor do progresso em todo o território nacional, visto como um todo diante da visão varguista. O congresso desenvolveu dupla atuação, em primeiro plano ao levar o debate da unidade nacional em várias dimensões. E o segundo de criar entre os intelectuais do Brasil um engajamento em torno das ideias do período e a integração nos eventos que ao longo da era Vargas, e principalmente, no Estado Novo, enalteciam não apenas o regime, mas principalmente Getúlio Vargas.

#### 4.6 Opositores e intelectuais: discordância na interventoria de Leônidas Melo

Esta oposição em relação a interventoria de Leônidas Melo fazia parte de um processo político que iniciou ainda com a Revolução de 1930, ou seja, os rearranjos oriundos da Primeira República. O regime dos interventores, possibilitou uma nova reconstituição

---

<sup>934</sup> *Ibidem*.p.12.

<sup>935</sup> BRASIL. *Problemas e realização do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural, 1938. Acervo do CPDOC – (FGV/RJ).

<sup>936</sup> *Ibidem*. p.10.

política, com a exclusão de grupos que outrora estavam no poder. Leônidas Melo encontrou no seu percurso opositores e alguns intelectuais que não concordaram com algumas posturas políticas em relação às suas ações do governo estadual e nas intervenções do governo federal. O 10 de novembro de 1937 não foi celebrado por todos com a mesma maneira e intensidade. Alguns perderam suas posições sociais e políticas levando estes sujeitos para o lado político da oposição, composto por políticos e intelectuais ou os dois em um só corpo.

A oposição estava em uma situação desconfortável para fazer suas ações políticas diante do Estado Novo. Existia toda uma engenharia sólida de vigilância, censura e repressão realizada pelo DIP, DEIP's e outros órgãos. “O silêncio forçado da oposição ao Estado Novo, juntamente com o trabalho do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo, contribuiu para fortalecer a imagem do regime na mente de muitos”<sup>937</sup>. O período, portanto, não era propício e não tinha abertura para grandes movimentações políticas no país de grupos contrários, esta ausência como foi afirmado por John W. F. DULLES, permitiu aumentar ainda mais a legitimação do regime de Vargas.

A luta ocorria, mas as batalhas não tinham muitas glórias, pois a máquina do Estado limitava ações mais fortes que buscassem um reconhecimento maior. Um exemplo foi a luta nos tribunais e na imprensa, travada por Heráclito Fontoura Sobral Pinto. Conhecido por sua atuação como advogado de Luiz Carlos Prestes e do ativista Harry Berger<sup>938</sup>, exerceu advocacia, em favor de vários outros indivíduos que foram prejudicados pelo regime Vargas. Na imprensa Sobral Pinto utilizava as páginas de alguns jornais que ainda insistiam em escrever, mesmo que suavemente algo contra o Estado Novo. Sobral Pinto utilizou uma coluna no *Jornal do Comércio, Pelos Domínios do Direito*<sup>939</sup>, para escrever sobre assuntos jurídicos que se relacionavam a liberdade e a democracia.

No Piauí, a oposição política, mais acirrada foi realizada por Eurípedes Clementino de Aguiar, que tinha ocupado o cargo de governador na Primeira República e na época da eclosão da revolução perdera a sua cadeira de senador<sup>940</sup> da República, mandato que iria até 1932, todavia, abreviado pelo fechamento do Congresso e a dissolução do mesmo. Eurípedes

<sup>937</sup> DULLES, John W. F. *A faculdade de direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas (1938-1945)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Nova Fronteira/EDUSP, 1984. Coleção Brasil Século 20.p. 100. Livro que traça os combates acadêmicos, a luta estudantil no interior da Faculdade de Direito e nas ruas São Paulo, pela democracia no Brasil.

<sup>938</sup> Nome verdadeiro Artur Ernst Ewer.

<sup>939</sup> DULLES, John W.F. *Sobral Pinto – A consciência do Brasil: a cruzada contra o regime Vargas 1930 - 1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

<sup>940</sup> CASTRO, A. O, Gomes; CASTAGNINO, A. Souto. *O senado federal de 1890 a 1927*. Rio de Janeiro: Senado Federal, [s.n.], 1927. p.8-9. Seu mandato era de 1924 até 1932, Eurípedes de Aguiar ocupou a cadeira no senado que era de Abdias Neves.

de Aguiar tomou uma postura firme na oposição<sup>941</sup>, utilizando suas relações sociais e jornalísticas para combater o regime, politicamente a oposição ficou sem muita possibilidade de articulação por conta da estrutura política do Estado Novo.

Durante a interventoria de Landri Sales, Eurípides de Aguiar foi preso e recolhido no Quartel do 25º BC, acusado de ser simpatizante do movimento Constitucionalista de 1932, e de estar conspirando contra interventoria estadual. Diversos pedidos chegaram ao interventor Landri Sales, solicitando sua libertação, fato que ocorreu dias depois da sua prisão<sup>942</sup>. Essa situação criou ainda mais uma divergência política de grupos que não eram favoráveis ao processo político implantando em outubro de 1930.

Eurípides de Aguiar e outros colaboradores entre eles Ofélio Leitão<sup>943</sup>, Simplício Mendes, Júlio Vieira<sup>944</sup>, encontram um terreno mais propício para atuação política a partir da segunda metade de 1945, quando o processo eleitoral foi autorizado pelo governo Vargas. Suas atuações na imprensa se tornaram mais vigorosas, principalmente nas páginas do jornal *O Piauí* (PI), diante de nova direção. Este jornal contava como diretor proprietário Helvécio Coelho Rodrigues<sup>945</sup>, crítico da interventoria de Leônidas Melo. Era constante nas páginas<sup>946</sup> do *O Piauí* (PI) ataques e duras opiniões às ações políticas e administrativas do interventor.

<sup>941</sup> COELHO, Celso Barros. *Política – tempo e memória*. Teresina: APL/Bienal Editora, 2015.p.45-46. Nesta obra é narrado um episódio por Genú Moraes (filha de Eurípides de Aguiar), em que na visita de Getúlio Vargas a Teresina em 1933, o presidente ficou hospedado na casa de Freire de Andrade, deputado federal. Getúlio Vargas, teve conhecimento que a casa de Eurípides de Aguiar era próxima, e disse que queria conversar com ele. Freire de Andrade se dirigiu à residência de Eurípides de Aguiar, e informou do desejo de Getúlio Vargas de conversar com ele, pois já tinha conhecimento de sua atuação como deputado e senador. Eurípides de Aguiar, respondeu “Diga a esse homem que eu já morri”. Freire de Andrade, sem graça saiu resmungando dizendo “Esse é o Eurípão que eu conheço”. p.46.

<sup>942</sup> MORAES, Genu; KRUEL, Kenard. (Orgs.). *Eurípides de Aguiar escritos insurgentes – comentários*. Teresina: Zodiaco, 2011. p.19.

<sup>943</sup> Ofélio das Chagas Leitão. n. Picos (PI), 1915 – f. Teresina (PI), 1989. Advogado professor e jornalista. Foi juiz do Trabalho, Procurador Geral do Estado. Foi professor do Liceu Piauiense, Ginásio Leão XIII, Demostenes Avelino e outros, exerceu diversos cargos públicos. Como jornalista, foi redator chefe da Imprensa Oficial do Estado, do *O Piauí*. No Maranhão foi redator dos jornais *O Imparcial* e *O Maranhão*. Publicou: *Eurípides de Aguiar – Varão de Plutarco*, *O Sindicalismo Brasileiro* e *O Comércio e Sociedade Brasileira*. Em 1980 ingressou na APL. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003*. Teresina: Editora Halley, 2003. p.221.*Passim*.

<sup>944</sup> Júlio Antonio Martins Vieira. Nasceu e faleceu em Teresina (PI). (1905-1984). Professor, jornalista e escritor. Bacharel em direito (1941), lecionou no Liceu Piauiense. Paralelamente ao magistério exerceu o jornalismo, sempre enriquecido do seu humor crítico, ferino, próprio do seu estado de espírito. Poeta de muita sensibilidade e criatividade. Escreveu *O canto da Terra Mártire* (1977). Pertenceu a APL e ao Cenáculo Piauiense de Letras. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003*. Teresina: Editora Halley, 2003. p.421.*Passim*. Autor de uma paródia camonianiana, denominada de *Getulíada*, de críticas a Getúlio Vargas, Cf. COELHO, Celso Barros; VIEIRA, José Júlio Martins. *Centenário de Júlio Vieira*. Teresina: APL, 2005. p.27.

<sup>945</sup> Helvécio Coelho Rodrigues. n. Suíça, [19--] - f. Rio de Janeiro, 1956. Militar e político. Nasceu na Suíça, filho do grande jurista Coelho Rodrigues, quando o pai se encontrava nesse país a serviço do governo brasileiro. Ingressou na Escola Naval, concluindo o curso em 1912. Designado guarda-marinha no ano seguinte, foi um dos sobreviventes do desastre do rebocador Guarani, ocorrido na Ponta de Boi, no município de Angra dos Reis (RJ). Merecidamente, atingiu o mais alto posto da sua carreira militar – Almirante da Marinha de

Outro crítico político do Estado Novo era Matias Olímpio, que durante o regime Vargas ficou afastado da política no estado, porém oponente. Em um dos seus pronunciamentos *O Operário em face do Estado Novo*<sup>947</sup>, afirma que várias legislações sociais que Getúlio Vargas, toma para si, como benefício do seu governo, como um presente para o trabalhador, já existiam em outros períodos. Matias Olímpio desenvolve críticas ao Estado Novo e a apropriações de leis já existentes. Temos a seguir um fragmento deste pronunciamento de 1943, em Teresina.

[...]. Arredio que vive o operário, pela natureza de seus fazeres, dos meios oficiais, sem tempo de ler o bastante para conhecer o que praticam os dirigentes, é natural que ignore muito do que ocorre e se deixe embair por uma propaganda malsã ao jeito do famigerado Estado Novo. O que sucede com o operário, acontece com muitas outras classes, que não têm lazer, nem tempo de discriminar o joio do trigo nesta vasta literatura de propaganda, em que há muitas vezes o propósito de ocultar a verdade. Tal acontece, por exemplo, com os propalados benefícios do Estado Novo ao Operariado. Citam-se com frequência uma repetição de discos as Leis sôbre estabilidade, férias, salário mínimo, aposentarias e pensões e acidentes do trabalho<sup>948</sup>.(sic)

As palavras de Matias Olímpio são fortes em relação ao Estado Novo e sua apropriação de algumas legislações trabalhistas, como ato deste regime específico. Afirma que infelizmente o trabalhador inserido nos seus ambientes de trabalho, sem tempo para o lazer e para a leitura, não conhece a verdadeira origem de alguns direitos que lhe protege. Alerta que não são apenas os operários que desconhecem o verdadeiro nascedouro de algumas leis, mas outras classes também são ludibriadas pela intensa difusão de publicidade entorno do Estado Novo.

Discorre na sua fala que a estabilidade do trabalhador é oriunda da lei nº 62 de 5/06/1935, lei que protegia o trabalhador para demissões, sem uma justa causa, apenas por gosto do empregador. A lei de férias, é de 1935, a lei de nº4.932, e alterada em 1936. A lei que regulamenta o salário mínimo, aposentarias e pensões é da lei nº185 de 14/01/1936.

---

Guerra. Deputado estadual pelo Piauí, eleito em 14/10/1934. Signatário da Constituição Piauiense de 18/07/1935. Em dezembro de 1946, elegeu-se deputado federal pelo Piauí à Assembleia Nacional Constituinte. Signatário da Constituição Federal 19/09/1946. Após a promulgação da Nova Carta Magna do país, passou a exercer o mandato ordinário. Cf. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003*. Teresina: Editora Halley, 2003. p.347.*Passim*

<sup>946</sup> *Destruindo infâmias* – Antonio Maria Correia. Jornal *O Piauí*. 20/09/1945. p.4 e *Escalpando um Moribundo*- José Candido Ferraz. Jornal *O Piauí*. 21/10/1945.p 1, são exemplos de artigos com ataques ao interventor Leônidas Melo.

<sup>947</sup> *O Operário em face do Estado Novo*. Teresina.1944. p.205-214. In.: OLYMPIO. Mathias. *Falando e Escrevendo*. Rio de Janeiro. [s.n.], 1958.

<sup>948</sup> *Ibidem*. p.206.

Todas anteriores à instalação do Estado Novo. Portanto, Matias Olímpio diante destas exposições e de mais outros elementos do texto, afirma que não são fruto do Estado Nacional.

Ainda no contexto de sua fala, afirma que o Estado Novo levava a limitar os conhecimentos da Constituição de 1934, sufocada pelo golpe de 1937, que implantou uma nova Carta Magna, uma constituição de origem autoritária que limitava várias garantias do trabalhador e colocava a sociedade sob vigilância e controle do DIP e de outros órgãos criados pelo Estado Novo, sob a direção pessoal do Getúlio Vargas.

As condições políticas a partir de 1944 vão permitir nova organização partidária e mais liberdade para críticas ao regime, segundo Matias Olímpio, bem como criar novas perspectivas diante da campanha de Eduardo Gomes<sup>949</sup> e novo reordenamento político, em busca do poder. É nesse contexto que no Piauí se organiza o partido da União Democrática Nacional (UDN), sob o comando de Eurípides de Aguiar e outros apoiadores<sup>950</sup>, como José Cândido Ferraz, Simplicio Mendes, Arimathéa Tito, Helvécio Coelho Rodrigues, Esmaragdo de Freitas, o próprio Matias Olímpio e outros.

Na capital federal, as articulações em defesa da liberdade se acentuam; entre as mobilizações temos o movimento estudantil intenso em diversas atuações. Destacamos entre os líderes estudantis o piauiense Tibério Barbosa Nunes<sup>951</sup>. Tibério Nunes foi um estudante de medicina que além da atividade acadêmica como aluno, teve intensa ocupação como militante estudantil, participando de diversos eventos que carregavam a bandeira da liberdade, não apenas para o campo estudantil, mas para todo o Brasil<sup>952</sup>. Sua participação como presidente do Diretório da Faculdade de Ciências Médica e Cirúrgica, presidente União Metropolitana de Estudantes (UME), membro da União Nacional dos Estudante (UNE), foram intensas.

Entre as suas participações no movimento estudantil carioca, temos ações de mobilização da população em prol da revogação da Lei Malaia, em 1945. Lei esta que criava uma instabilidade econômica para o país, estimulando uma escassez de produtos e aumento dos preços. Essa lei foi bastante criticada na imprensa nacional e ganhou dos estudantes uma

<sup>949</sup> OLYMPIO. *Op. cit.* p.214.

<sup>950</sup> LEITÃO, Ofélio. *Eurípides de Aguiar – Varão de Plutarco*. Teresina: COMEPI, 1980. p.26. Cf. MACHADO, PINHEIRO; RAULINO, Ludgero. *Eurípides de Aguiar – Centenário de Nascimento*. Brasília: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 1981.

<sup>951</sup> Tibério Barbosa Nunes. n. Oeiras, 1922 - f. Jardim do Mulato (PI), 1973. Faleceu em um desastre automobilístico na rodovia Teresina - Floriano. Médico (formado no Rio de Janeiro, 1948). Presidente da União Metropolitana de Estudantes (Rio de Janeiro, a partir de 1942). Redigiu *Língua de Sogra* (1943) e *Libertação* (1946). Prefeito de Floriano (1951 a 1955 e 1967 a 1971). Deputado estadual (1955 a 1959), Vice-governador e presidente da Assembleia Legislativa (1959 a 1962). Governador do Estado (3/07/1962 a 31/01/1963). Conselheiro do Tribunal de Contas. BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.399.

<sup>952</sup> PARENTES, Ana Maria de Carvalho Nunes; DANTAS, Deoclésio; NUNES, Teresa Cristina Moura A. (Orgs.) *Tibério Nunes Trajetória e Depoimentos*. Teresina: [s.n.], 2006.

atuação firme, reunindo várias agremiações de estudantes do país. Nas notícias jornalísticas e nos cartazes de manifestações, eram recebidos vários termos para atrair a atenção da população, como, acabar: “mercado negro”, “campanha nacional contra fome, carestia e câmbio negro”. “Iremos para a rua, como sempre temos feito, em defesa dos interesses do povo e do Brasil, reclamar a revogação da lei”<sup>953</sup>, assim se expressou Tibério Nunes em uma reportagem. Observa-se que os estudantes estavam alertas, pois a mobilização acontecia poucos dias após a sua aplicação<sup>954</sup>, em 22/06/1945.

Outro piauiense que se destacou no período foi Evandro Lins e Silva, bacharel em Direito. Foi contemporâneo da Revolução de 1930 até a derrocada do Estado Novo e outros fatos históricos. Como jovem advogado, atuou em diversos periódicos<sup>955</sup> do Rio de Janeiro, como *Diários de Notícias*, *A Nação*, *Gazeta de Notícias* e outros<sup>956</sup>. Foi na defesa dos presos políticos e da Intentona Comunista de 1935 do Estado Novo, que Evandro Lins e Silva destacou-se. Foi um advogado atuante na defesa dos presos políticos, junto ao TNS. Ele foi indicado advogado dativo pela OAB para atuar na defesa dos réus que não tinha condições de pagar um advogado no TNS. Porém, sua atuação ganhou notoriedade pela firmeza de suas defesas em relação aos implicados pelo regime. Sobre sua atuação nestes processos, assim falou: “[...]. Sempre achei que os presos políticos estavam ali por uma questão de ideias e procuravam certa ou erradamente, a melhoria das condições de vida do povo”<sup>957</sup>.

Enquanto Tibério Nunes retorna para terra natal, após a formatura, para atuar como médico e atender talvez, o seu maior chamado, a política, que exercitou enquanto estudante; na vida prática, no estado, exerceu os mais relevantes cargos públicos. Evandro Lins e Silva, permaneceu no Rio de Janeiro, se destacando como um dos maiores criminalistas da história do Direito brasileiro, chegando até a alta corte judiciária. Ambos vivenciaram os anos do Estado Novo, e dele aprenderam com o melhor palco de ensinamento, o da vida prática, de um período de cultura política em ebulição constante.

<sup>953</sup> Os estudantes vão para a praça pública reclamar a revogação da “Lei Malaia”. *O Jornal* (RJ), 30/06/1945. p.3.

<sup>954</sup> Lei Malaia. Recebeu este apelido, devido aparência do ministro Agamemnon Magalhães, último ministro do MJNI, ter traços orientais. Cf. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-malaia>. Acesso em 27 mar. 2021.

<sup>955</sup> Evandro Cavalcante Lins e Silva. Ilha Grande de Santa Isabel (PI), 1912 e Rio de Janeiro (2002). Magistrado, jurista, professor e jornalista. Fez os preparativos no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Formado em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro, 1932. Um advogado com atuação jurídica no País. Foi Ministro das Relações Exteriores. Procurador-Geral da República e outros cargos na esfera da justiça. Publicou: *A Defesa Tem a Palavra* (1980 - Caso Doca Street); *Culpa Penal*; *Falsidade Ideológica e Crimes Passionais*, era membro da APL. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003*. Teresina: Editora Halley, 2003 p.374-375. *Passim*.

<sup>956</sup> MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena (Orgs.). *Evandro Lins e Silva – O Salão dos Passos Perdidos – depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Editora FGV, 1997.p.111.

<sup>957</sup> MOTTA; ALBERTI. *Op. cit.* p.146.

Entre os intelectuais piauienses com maior divergência em relação a interventoria de Leônidas Melo, encontramos Giovanni Costa. Sobrinho do Des. Vaz da Costa, como já mencionamos em outra passagem. O Des. Vaz da Costa afastou-se da política, apenas com algumas participações nos jornais da época. Porém, Giovanni Costa guardava muita indignação, não apenas por ter sido excluído da política do Piauí, após estabilidade da revolução no estado, mas por ter perdido o cargo de desembargador, ainda na interventoria de Landri Sales e ter ficado em disponibilidade como juiz no Piauí.

Enquanto tínhamos no Rio de Janeiro o Centro Piauiense, cercado por intelectuais que promoviam o governo de Leônidas Melo, tínhamos na capital federal, Giovanni Costa, cidade na qual foi residir após sua supressão da política do estado, com uma atuação enérgica na imprensa contra o Estado Nacional no Piauí. Intelectual piauiense, operava com vastas publicações<sup>958</sup> como livros, livretos, folhetos, artigos nos jornais que produziam críticas acirradas ao interventor Leônidas Melo, entretanto elogiava a atuação de Getúlio Vargas.

Os intelectuais divergentes usavam as armas que são naturais de sua formação cultural, os meios discursivos como a escrita e a fala, e para torná-la pública utilizavam meios de impressão e seus espaços de sociabilidades. Ou seja, as mesmas munições utilizadas pelos intelectuais que respaldavam o governo e os seus regimes políticos, contudo com diversas limitações. Giovanni Costa se enquadra na noção conceitual de intelectual exilado de Edward W. Said<sup>959</sup>, não é nem pacificador e muito menos, um homem de consenso, mas um sujeito crítico do período político do Piauí, que procurava falar em público, municiado de suas ideias acerca do período Vargas no seu estado, principalmente no Estado Novo e seu dirigente político, o interventor Leônidas Melo. Um Intelectual no exílio, ou seja:

Por isso, embora seja verdade afirmar que o exílio é a condição que caracteriza o intelectual como uma figura à margem dos confortos do privilégio, do poder, de estar-em-casa (por assim dizer), é também muito importante insistir no fato de que essa condição traz em seu bojo certas recompensas e até privilégios. Assim, embora você não seja nem um ganhador de prêmios, nem bem-vindo a todas essas sociedades honorárias autocongratulatórias que rotineiramente excluem desordeiros

<sup>958</sup> COSTA, Giovanni. *Mistificação infame de Leônidas de Castro Melo*. [S.I]: [s. n] 1951. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (BN) – Brasil. COSTA, Giovanni. *Em torno do livro oito anos de governo – administração Leônidas Melo no Piauí maio de 1935 – maio de 1943*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1943. COSTA, Giovanni. *Cousas do Piauí*. Teresina [S.I.: s.n.] 1942. COSTA, Giovanni. *Malversações Dum Governante*. Rio de Janeiro: [s. n], 1942. COSTA, Giovanni. *O Estado Novo no Piauí*: Rio de Janeiro: [s.n.], 1941; COSTA, Giovanni. *Coletânea - De como se pratica o Estado Novo no Piauí*. [S.I.: s. n]. 1940 - MENDES, Simplicio de Souza & SOUZA, Esmaragdo de Freitas. *O caso dos desembargadores piauienses (Recurso)*. [S.I]: Empresa Graf. Tribuna Ltda, 1940. *Coletânea*. COSTA, Giovanni. *Em Guarda ...* Teresina: Gráfica Esperança, 1939. Essa foram as publicações encontradas durante a pesquisa.

<sup>959</sup> SAID, Edward W. *Representação do intelectual - as conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.p.35-36.



embaraçosos que desobedecem às regras do sistema ou poder, você está ao mesmo tempo colhendo algumas coisas positivas do exílio e da marginalidade.<sup>960</sup>

O intelectual exilado em Edward W. Said, é o que está em outro país, não obstante, podemos aplicá-lo a Giovanni Costa, que estava residindo dentro do mesmo país, mas fora do estado de origem, do convívio político, das sociabilidades culturais e profissionais, enfim estava sofrendo privações diversas. Como ele mesmo salientou, até o “território familiar, também pode se tornar prisões”<sup>961</sup>, o exilado ultrapassa fronteiras e territórios. Giovanni Costa, no Piauí foi chefe de polícia, secretário de estado, magistrado (juiz e desembargador), professor da Faculdade de Direito do Piauí, desfrutando de intensa comunhão. Levado a morar no Rio Janeiro, foi excluído dessa vivência e sobrevivência do Piauí, saindo de sua zona de conforto. Em uma nação que vivia sob ação do autoritarismo esta situação de Giovanni Costa como exilado é concebível, pois em cada estado da Federação, existiam também os jogos de interesses.

Os interventores<sup>962</sup> não eram apenas os gestores nos estados, tornavam-se executores de um projeto de Estado Nacional, portanto, exerciam todas as diretrizes não só relativas à administração, mas relacionadas à repressão a qualquer forma de sublevação, que pudessem ameaçar a efetivação dos seus governos internos. Giovanni Costa em seus escritos demonstra que não era uma pessoa bem vista pela interventoria do seu estado, sofrendo segundo ele, perseguições de diversas esferas e natureza. O Estado Novo, representado pela interventoria de Leônidas Melo, foi alvo de sua escrita.

Em 1939, escreve *Em Guarda...*<sup>963</sup>, uma publicação que denúncia a perseguição pessoal sofrida por atos do interventor Leônidas Melo e pelo presidente do Tribunal de Apelação do Piauí, Des. Adalberto Correia Lima. Reclama Giovanni Costa, que por ato discricionário do interventor, colocou-lhe em disponibilidade do cargo de juiz, não reconhecendo o seu direito e tempo de serviço. Uma das alegações do poder judiciário era que quem tinha lhe nomeado como desembargador era o interventor Lemos Cunha, que estava provisoriamente no cargo, e não poderia lhe nomear. Esta situação administrativa, integrada com questões políticas, levaram Giovanni Costa a travar uma batalha na imprensa e nas

---

<sup>960</sup> *Ibidem*.p.66.

<sup>961</sup> SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.p.58.

<sup>962</sup> ARQUIVO NACIONAL (RJ-BRASIL). Fundo: Ministério da Justiça e Negócios e Interiores: 1933-1939. SDE. Subsérie. Recurso Contra Atos dos Interventores. Encontra-se diversas caixas que constam processos contra algum ato dos interventores nos estados. Em relação ao Piauí temos alguns recursos contra atos administrativos (redução de salários, arrendamentos não pagos e outros), exemplos nas caixas: 397 e 536.

<sup>963</sup> COSTA, Giovanni.1939. *Op. cit.* Farto material com certidões, cópia de processos, recursos e outros.

instâncias da justiça para reverter esta decisão e outros atos discordantes em relação ao interventor e alguns integrantes de sua administração.

Giovanni Costa se utiliza da imprensa como espaço de luta, mas também como ambiente natural que tinha para enfrentar o interventor Leônidas Melo. Giovanni Costa não atacava o Estado Nacional implantado por Getúlio Vargas, pelo contrário, reconhecia no presidente a sua vocação para líder da nação, possivelmente uma estratégia do intelectual para continuar usando a imprensa e se desviar do DIP e outros órgãos repressivos. É por isso que, em uma de suas obras usa o título *De como se prática o Estado Novo no Piauí*, de 1940<sup>964</sup>.

A obra constitui-se em um memorial endereçado ao presidente Getúlio Vargas, na qual expõe uma extensa narração subsidiada em documentação como partes de processos, reportagens de vários jornais, carta aberta publicada na imprensa carioca ao interventor do Piauí, em que Giovanni Costa imputa atos ao interventor. A seguir um extrato do jornal *Imparcial* (RJ), presente no livro: “As normas moralizadoras implantadas no Novo Regimen, executadas rigorosamente pelo chefe da Nação, não foram infelizmente introduzidas em alguns estados, como o Piauí, onde imperam ainda certos males que tanto malsinaram os regimes anteriores”.<sup>965</sup>

Observa-se, que nas palavras do Giovanni Costa<sup>966</sup>, o Estado Novo teve normas moralizantes, todavia no Piauí não eram seguidas. A imprensa<sup>967</sup> do Rio de Janeiro foi palco importante para as queixas do Giovanni Costa, nos seus artigos presentes na imprensa que expõem sua perseguição e os desmandos que aconteciam no Estado.

No folheto *Em Torno do Livro Oito anos de Governo – Administração Leônidas Melo no Piauí Maio de 1935 – Maio de 1943*, é uma resposta à publicação<sup>968</sup> elaborada pelo Centro Piauiense para homenagear os oito anos da administração do interventor Leônidas Melo. No relato de Giovanni Costa, denúncia que a obra não foi fruto do Centro Piauiense, mas sim do “Tesouro Piauiense”, para promover o interventor, denunciando no folheto que os relatos financeiros presentes no livro, estavam errados para favorecer a administração do interventor,

<sup>964</sup> COSTA, Giovanni. 1941. *Op. cit.* Este livro é uma coletânea de livros e folhetos. COSTA, Giovanni. *O Estado Novo no Piauí*: Rio de Janeiro: [s.n.], 1941 - COSTA, Giovanni. *De como se prática o Estado Novo no Piauí*. [S.I.:s. n] 1940 - MENDES, Simplício de Souza & SOUZA, Esmaragdo de Freitas. *O caso dos desembargadores piauiense (Recurso)*. [S.I]: Empresa Graf. Tribuna Ltda, 1940. *Coletânea*.

<sup>965</sup> Em Defesa do Estado Novo - Giovanni Costa. *O Imparcial*. 2/07/1940. p. 4. apud. COSTA, 1940. p.59.

<sup>966</sup> Na coluna “Sociaes” do Jornal *O Radical* (RJ). 10/01/1942. p.4. traz uma notícia que o presidente em despacho, devido a um Recurso interposto a Comissão dos Estado do Ministério da Justiça, manda aposentar Giovanni Costa como juiz de Direito da Comarca de Campo Maior (PI).

<sup>967</sup> Artigos de Giovanni Costa na imprensa carioca: Accusado, também, o interventor no Piauhy. *O Radical*. 21/07/1940. p.5; O Estado Novo no Piauhy. *Correio da Manhã*. 14/03/1941. p.10.

<sup>968</sup> CENTRO PIAUIENSE. *Oito anos de Govêrno – a Administração Leônidas Melo no Piauí – Maio de 1935 – Maio de 1943*. 1943. [S.I.: s.n.]. 1943.

e que a escrita do mesmo foi realizada por Berilo Neves, que era beneficiado com dinheiro dos cofres do estado do Piauí.

Giovanni Costa mesmo após a saída de Leônidas Melo da interventoria do Piauí, após a renúncia de Getúlio Vargas em 1945, ainda continuava a redigir críticas ao período da interventoria do estado. O livro *Mistificação infame de Leônidas de Castro Melo*, de 1951, publicado no Rio de Janeiro, segue as mesmas linhas editoriais das outras publicações, de críticas ao interventor por interferências no processo em que solicita o reconhecimento do cargo de juiz, perdido em virtude da administração do Estado Novo no Piauí, se utilizando do cargo para as questões pessoais e desmando administrativos. Giovanni Costa, foi um intelectual, que percorreu todo o período do Estado Nacional se manifestando contra Leônidas Melo, principalmente em relação a sua exclusão da vida profissional no seu estado, era ao mesmo tempo sentimento de exilado e de ressentimento.

Os opositores políticos e intelectuais tinham suas discordâncias políticas e de ideias em relação o interventor Leônidas Melo e ao regime implantado no Brasil por Getúlio Vargas, principalmente a partir de 1937, todavia suas ações estavam mais pautadas pela distância que permaneceram do poder. Isso é visível no contexto do período estudado, as ações além de produzirem isolamento político, criaram em alguns magoas em suas escritas e ações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade intelectual é para mim uma imposição da vida política, que exige de quem a ela se consagra a obrigação de comunicar-se com o público com precisão e clareza, explicando ideias e problemas de governo, esforçando-se por fazer-se ouvir e compreender.

(Getúlio Vargas. *A Nova Política do Brasil*. 1943)

O fragmento do pensamento de Getúlio Vargas externado acima é parte do seu discurso na Academia Brasileira de Letras, ao tomar posse como acadêmico em 1943<sup>969</sup>. Esse extrato reflete adequadamente a visão do estadista em relação a vida intelectual e a vivência política, que para ele eram indissociáveis. O homem é essencial à política e interagem uns com os outros na existência humana da vida pública, essa presença política tem na estrutura discursiva dialógica, inerente a atividade intelectual, uma condição primordial para ocorrer essa interação com o público e a promoção das ideias.

É nessa condição expressada por Getúlio Vargas, não apenas em 1943, mas em toda a Era Vargas, que ocorreu a atuação dos intelectuais nesse período. Podemos apontar que o próprio Manifesto da Aliança Liberal em 1929<sup>970</sup>, permitiu compreender que a presença de intelectuais no regime varguista era uma condição *sine qua non* para sua formação e expansão no Brasil. Evidente que o documento mencionado acima, redigido por Lindolfo Collor, esboça além da plataforma política da Aliança Liberal, a ação política desempenhada por Getúlio Vargas e seus seguidores a partir da revolução de 1930 inaugurando o período estudado.

Neste trabalho procuramos acompanhar a trajetória dos intelectuais piauienses no contexto da Era Vargas no estado do Piauí, tanto na recepção dos ideais varguistas, como no compartilhamento de ideias e na ação política. A elaboração deste trabalho permitiu analisar que o projeto nas dimensões políticas que ocorreram no período de 1930 a 1945 no Brasil, teve que usufruir da colaboração, dos intelectuais mais próximos a Getúlio Vargas e ao

---

<sup>969</sup> VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio. 1943. v. X. p. 221. Discurso na Academia Brasileira de Letras, empossando-a como substituto do acadêmico Alcantara Machado, a 29/12/1943.

<sup>970</sup> AMARAL, Paulo Bonavides Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. 4 ed. Brasília: Senado Federal, 2020. v. IV. p. 134-172.

mesmo tempo inseridos na estrutura administrativa do governo central, já mensurado na historiografia brasileira, como também de intelectuais nos estados, o que ficou evidente na pesquisa delimitada na atuação dos intelectuais no Piauí no corte temporal definido.

O período compreendido pela Primeira República no estado tornou-se importante por demonstrar o contexto do surgimento da República no Piauí, assim como o jogo das oligarquias locais, a fragilidade do federalismo republicano e a permanência de antigas práticas políticas, que foram mensuradas pela campanha da Aliança Liberal, assim como, no contexto da revolução de 1930.

Nesse mesmo período republicano tivemos além das agitações políticas, as contendas de intelectuais em torno dos rumos da república no Brasil e em especial no Piauí, pela escrita de Clodoaldo Freitas, Abdias Neves e Higinio Cunha. A análise realizada evidenciou que esses intelectuais externaram suas visões da República e dos aspectos que a configuraram, no período da Primeira República e do pós 30 no estado do Piauí, permitindo identificar os itinerários de diversos intelectuais e de contextos políticos que formaram o universo do Piauí no varguismo.

Ao analisar o período pós-revolucionário no Piauí, observou-se que as disputas políticas foram muito fortes. Em todo processo revolucionário, no qual as posições políticas são alteradas, as acomodações geraram concorrência no campo político assim como competição entre os intelectuais que conviveram nesse primeiro momento. Alguns se revestiram de atores políticos e tiveram suas habilidades intelectivas reconhecidas pelos seus pares, assim, o palco da política necessitou desses “homens de pensamentos”, “homens de ideias”, como se pronunciou por diversas vezes Getúlio Vargas em seus discursos. Como acentuou Luciano Martins<sup>971</sup>, a República, abre espaço para novos autores, em que a *intelligentsia* teria uma posição singular por promover não apenas uma mudança de ideias, mas acima de tudo por apresentar em relação ao Estado um novo olhar.

Identificou-se que foi no contexto do processo revolucionário e na implantação dos governos pós revolucionários de Humberto de Arêa Leão, Joaquim Lemos Cunha e principalmente na interventoria de Landri Sales Gonçalves, que se deu a incorporação de intelectuais ao novo regime. Entre as reflexões que podemos delinear está a de que, além de tenentes e demais militares no comando do Estado, o momento pós-revolucionário precisou igualmente dos homens de ideias para dar um sentido cultural ao regime recém instalado. Esses homens de letras, ou seja, os intelectuais, foram sujeitos que simbolizavam suas

---

<sup>971</sup> MARTINS, Luciano. A gênese de uma *intelligentsia*; os intelectuais e a política no Brasil: 1920 a 1940. *Revista Brasileira de Ciência Sociais*. São Paulo, ANPOCS, nº4, v.2, jul. 1987.

narrações culturais, bem como, transitavam no universo da política, utilizando a imprensa e outros meios de comunicação, para se fazer reconhecido, e para exercer uma participação dinâmica no processo. Este foi o caso do Des. Joaquim Vaz da Costa, que além de empenhar-se em um combate político, igualmente participou de um combate de ideias na imprensa em torno da conjuntura dos pós 30.

Com a implantação da interventoria de Landri Sales, foi organizado uma estrutura administrativa que promoveu uma maior dinâmica de governo, com a centralização de comando do interventor, conduzindo as ideias varguistas mais de perto, melhorando a sua eficiência e racionalidade. O interventor não era natural do Piauí, organizou uma engenharia estatal que concedeu a incorporação de pessoas de grande circularidade no estado, permitindo-lhe criar vínculos estreitos com a sociedade piauiense.

O organograma do aparelho administrativo viabilizou a integração, nos seus quadros, de pessoas reconhecidas no estado do Piauí de grande saber cultural, como ficou evidente na ocupação dos cargos de governo. O próprio interventor Landri Sales mencionou por diversas vezes que estava cercado de homens de cultura, como: Martins Napoleão, L. M. Ribeiro Gonçalves, Francisco Freire de Andrade, João Bastos, Anísio Brito dentre outros. Cada intelectual mencionado assumiu uma diretoria de governo ou órgão que dava visibilidade para desempenhar uma ação de melhoramento do estado, em direção ao desenvolvimento interno e ao alinhamento nacional com as políticas implantadas por Getúlio Vargas e seus ideólogos mais próximos, que ocuparam pastas estratégicas dentro da esfera governamental.

Podemos mencionar Martins Napoleão, como um intelectual, que primeiro narrou o episódio da Revolução de 1930 no Piauí, eternizada no livro, com uma publicação oficial do governo, *O Piauí na Revolução de 1930 – Subsídios para a História do movimento liberal ....*<sup>972</sup>. Martins Napoleão, um dos líderes da campanha da Aliança liberal no Piauí, ocupou a diretoria geral de Instrução Pública e foi o responsável pela principal reforma na educação no Piauí, nos anos 30. Ele estava sempre a frente nos eventos, era constantemente o responsável pelos discursos de saudações e de civismos, nos momentos festivos do estado, diante de autoridades ou datas comemorativas.

Martins Napoleão foi o construtor que promoveu uma nova mentalidade educacional nas décadas de 30 e 40, assim como o intelectual L. M. Ribeiro Gonçalves foi o responsável pelos traços arquitetônicos no desenvolvimento da estrutura física do estado, não somente quando exerceu o cargo de direção na Diretoria de Agricultura, Viação e Obras Públicas do

---

<sup>972</sup> NAPOLEÃO, Martins. *O Piauí na revolução de 1930 – subsídios para a história do movimento liberal ....* (Publicação Oficial). Teresina: Imprensa Oficial, 1930.

Piauí, mas quando desempenhou outras atividades como engenheiro. A título de exemplo, L. M. Ribeiro Gonçalves, foi responsável pelo projeto do Liceu Piauiense e de vários grupos escolares no Piauí, alguns iniciados na interventoria de Landri Sales e finalizados na administração do seu sucessor, o governador Leônidas de Castro Melo.

Dessa forma, essa incorporação dos intelectuais piauienses na interventoria de Landri Sales, conduziu a recepção de ideias em diversos espaços dentro e fora da esfera administrativa, o que lhe permitiu estreitar espaço na sociedade piauiense e do mesmo modo circular no mundo intelectual por meio das instituições acadêmicas, como a Academia Piauiense de Letras, a Faculdade de Direito do Piauí, instituições educacionais e outras. Isso lhe favoreceu para ganhar espaço no universo de revistas, jornais e outros veículos de comunicação, promovendo ações de sua interventoria, consequentemente das políticas varguistas.

A interventoria de Landri Sales, incorporou intelectuais em sua administração, já o seu sucessor Leônidas Melo como governador e depois interventor durante o Estado Novo, promoveu uma atuação acentuada destes sujeitos em diversas esferas no estado e fora dele. A princípio Leônidas Melo, assumiu como governador eleito pela Assembleia, dando prosseguimento as mesmas diretrizes e ações administrativas implementadas pelo antecessor.

O período de 1934 a 1937, foi favorecido por microcosmos intelectuais presentes em diversos periódicos existentes na capital, Teresina, como em municípios, a exemplo de Parnaíba. Esses microclimas presentes nas revistas foram importantes, pois permitiram a exposição de diversos aspectos políticos e culturais, não somente da capilaridade de comportamentos políticos e culturais relacionados ao Piauí, como do Brasil. Essa atuação assentiu identificar os comportamentos relacionados à ideologia como o comunismo, produzindo uma mentalidade anticomunista, construindo os argumentos para um Estado autoritário, delineando os itinerários de intelectuais em relação aos rumos políticos do governo no Piauí.

Com a instalação do Estado Novo, Leônidas Melo passa de governador para interventor, que exerceu além do alinhamento político uma participação cultural conduzindo o Piauí na direção do compartilhamento de ideias que foram tecendo o poder, a teorizar sobre a “questão nacional” legitimando a política de Getúlio Vargas e dos ideólogos estadonovistas. Na sua interventoria não apenas partilhou, mas construiu pensamentos que se fortaleceram com atuação de intelectuais piauienses que estavam presentes no Piauí ou em outras unidades federativas. Os caminhos da imprensa foram naturalmente os mais procurados pelos intelectuais do Estado Novo, o ambiente em que encontravam não apenas um território

apropriado, mas com expansão e alcance na sociedade piauiense, inserindo diversos colaboradores e mediadores culturais na promoção e na legitimação do varguismo.

A imprensa do estado do Piauí e a nacional, foram bastante exploradas para divulgar os traços de progresso que se agregavam aos discursos do estadonovismo no Piauí. Para isso contou com ajuda de piauienses que residiam no Rio de Janeiro e que tinham grande penetração na imprensa nacional, no caso Berilo Neves, Antonio Bugyja Britto, Júlio Romão da Silva e outros. Além dos discursos, das crônicas, as imagens foram marcantes, pois as fotografias não eram somente artifícios de ilustrações dos textos, mas verdadeiros mecanismos de educação visual que divulgavam as ações governamentais e as ações estruturantes educando o povo também pelo olhar, pelos registros na imprensa local e nacional.

No Piauí, a Imprensa Oficial do estado, para atender aos novos rumos da promoção do Estado Novo, teve uma grande reestruturação com máquinas avançadas que deram uma modernização aos impressos do governo, exemplo o *Diário Oficial* do estado do Piauí, que obteve um novo visual editorial, agregando valores que o transformaram no principal disseminador de comunicação do Piauí, no período. O *Diário Oficial*, criado originalmente para assumir as informações legais das ações dos poderes, transformou-se em um jornal noticioso da Era Vargas. Essas mudanças ocorreram sob a direção de Artur Passos e realçadas durante a interventoria de Leônidas Melo.

Paralelamente às ações da Imprensa do estado, temos o Departamento Estadual de Estatística, com a direção de João Bastos que implementou no Piauí uma nova performance na formulação da coleta de dados, pesquisas e informativos. Para além de um departamento de estatística, esse órgão se transformou em uma espécie de fábrica de informações sobre o Piauí em inúmeras áreas, que nutriram não apenas a propaganda do Estado Novo no estado, mas alimentaram o governo federal de referências que contribuíram para construir as bases de dados e informações do IBGE, órgão que traçava as diretrizes que nortearam o governo federal em inúmeras ações nas polícias públicas desenvolvidas nos estados.

Todavia diante de inúmeros mecanismos de ação do estado em torno da publicidade do governo, observou-se uma estrutura de vigilância e repressão que foi elaborada e orientada pela interventoria, bem como por órgãos do governo federal que atuaram no Piauí, um deles o SIPS. O SIPS, atuou em diferentes frentes principalmente chegando até os municípios, não só colhendo informações, mas averiguações sobre o comportamento de entidades e pessoas. Este órgão de vigilância trazia para os municípios piauienses informações das ações do estadonovismo. Os processos contra os piauienses encaminhados ao TNS, também



colaboraram com estes atos de patrulhamento no estado. Essas ações tiveram como principal mecanismo a vigilância de pessoas e atos de sedição contra Getúlio Vargas e o Estado Novo.

Constatou-se que as políticas de educação e saúde conduzidas por intelectuais presentes na estrutura administrativa destas áreas, fortaleceram o poder público, possibilitando inúmeros mecanismos de atuação na sociedade. Essas ações originaram diversos suportes de ideias e promoção do Estado Novo para a população piauiense, que teria as condições necessárias para a sua integração nacional ao projeto estadonovista. Estes elementos relacionados à educação e à saúde facilitaram a participação do Piauí em eventos nacionais como o Congresso de Brasilidade, que traçava aspectos sobre a unidade nacional.

O Centro Piauiense na capital federal, funcionava como um canal agregador de assessoramento e de informações sobre o Piauí, contudo no período do Estado Novo, o mesmo se transformou no principal portador dos discursos políticos e das realizações da interventoria do Leônidas Melo. Era como se fosse uma embaixada estadual na capital federal, que tinha em seu corpo administrativo inúmeros intelectuais piauienses que residiam no Rio de Janeiro e desempenhavam a função de divulgadores do Piauí, ou embaixadores culturais e políticos do estado.

Contudo encontramos oposição de intelectuais às ações de Leônidas Melo, principalmente realizada por Giovanni Costa e outros. Essas ações de oposição demonstram que o dilema do trabalho intelectual sempre encontra suas resistências internas, principalmente quando se trata de um projeto grandioso como foi o de Getúlio Vargas. Em outros termos toda ação tem uma reação, que muitas vezes não tem a mesma força e nem a mesma direção, pois Giovanni Costa atacava Leônidas Melo, mas poupava em seus discursos o governo de Getúlio Vargas, demonstrando um ressentimento pessoal.

Ficou evidente na pesquisa que o compartilhamento de ideias entre os intelectuais piauienses do pensamento varguista, foi fundamental para implantação do regime no Piauí, como no fortalecimento dos contornos em relação ao Estado Nacional em sua defesa da unidade nacional. Isto ficou evidente na trajetória da era Vargas no Piauí e da atuação dos intelectuais que aderiram a uma “ideologia de Estado”. Se os intelectuais abraçaram uma “ideologia de Estado”, o Estado incorporou a ideologia de um governo intelectual<sup>973</sup>. Os intelectuais tinham essa habilidade de serem os portadores de uma identidade nacional, essa nacionalidade tinha nestes e naquele os construtores deste Brasil.

---

<sup>973</sup> PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990, p.73.

A historiografia piauiense permite abrir novos horizontes em sua escrita, pois no campo da história varguista no estado do Piauí, já trilhada por outros historiadores que abordaram tão bem outros objetos, inserimos a atuação dos intelectuais com suas operações escriturárias individuais e coletivas nos contornos do varguismo no estado, demonstrando que o Brasil é realmente um continente historiográfico, que permite o surgimento de novas pesquisas e contribuições para a historiografia local e nacional. Ao mesmo tempo o estudo permitiu visualizar diversas possibilidades no campo historiográfico piauiense de eventos, fatos, sujeitos, instituições e outros campos da história que podem até se fragmentar, porém o olhar, a pesquisa, a análise e a escrita do historiador terão a capacidade de unir e dar sentido a sua história.

Pelo exposto, esse trabalho vem contribuir com a historiografia piauiense, ao passo que abre uma perspectiva na historiografia brasileira para a identificação dos espaços historiográficos que estão circulando e que necessitam que o olhar do historiador pouse sobre eles como novos horizontes, tanto no contexto metodológico, como em perspectivas diversas de lugares e sujeitos. O estudo da Era Vargas no Piauí pela ótica da atuação dos intelectuais piauienses demonstrou isso, pois temos que analisar o nacional, o regional e o local interligados, se pretendemos compreender melhor a história brasileira.

## REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto. (Org.). *Gramsci – a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Editora da Unesp. 1998. Coleção Prisma.

AGUIAR JÚNIOR, José de Arimatéa Freitas. *Festas, Hinos e marchas: constituição do patriotismo e o serviço militar no Piauí 1935 – 1945*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História do Brasil. Universidade Federal do Piauí. 2014.

AGUIAR, Pedro. *Notas para uma história do jornalismo de agências*. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Notas%20para%20uma%20Historia%20do%20Jornalismo%20de%20Agencias.pdf>.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História - A arte de inventar o passado – ensaios de teoria da história*. Bauru (SP): EDUSC, 2007. Coleção História.

ALMEIDA, Ana Maria Araújo de; PINHO, Silvia Oliveira Campos de. *República em Documentos –*. Coleção Getúlio Vargas – DIP. Rio de Janeiro: Museu da República, 2015. Série Documentos Arquivístico nº 1.

ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo. *Nação, país moderno e povo saudável: política de combate a lepra no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2013.

AMARAL, Paulo Bonavides Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. 4 ed. Brasília: Senado Federal, 2020. v. IV.

ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes. *O risco das ideias – intelectuais e polícia política (1930 – 1945)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas /Fapesp. 2006. História da Repressão e da Resistência 1.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino. *Cotidiano e pobreza – a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

ARAÚJO, Thaíse de Sousa. *Governo Taumaturgo de Azevedo: o Piauí, o começo republicano e o velo arcabouço político*. *Contraponto*: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina. v.6, n.1.jan/jun. de 2017. 103-121.

ARRAIS, Monte. *O estado novo e suas diretrizes – estudo políticos e constitucionais*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

ASSUNÇÃO, Rosângela. *A política trabalhista na era Vargas e a construção da memória dos portuários de Teresina (1930-1954)*. Dissertação. Mestrado em Políticas Públicas. Universidade Federal do Piauí (UFPI), 2005.

AVELINO, Jarbas Gomes Machado. *As escritas dos bacharéis – a ciência e o direito mediadores para a construção de uma sociedade republicana*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História do Brasil - UFPI. 2010.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais - uso e mau uso dos arquivos. p.23-79. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto. 2005.

BALEEIRO, Aliomar. *Constituição de 1891*. 3 ed. Brasília: Senado Federal. 2012. Coleções Constituições Brasileiras. v.2.

BARBOSA, Marinalva. *História cultural da imprensa – Brasil 1900 – 2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARROS, Jefferson. *Função dos intelectuais numa sociedade de classe*. 2 ed. Porto Alegre: Editora Movimento, 1981. Coleção Dialética v.5

BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes. 2005.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história – especialidades e abordagens*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes. 2004.

BASTOS, Cláudio. *Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BASTOS, João. *2º Congresso de Brasilidade 1942 – Unidade Econômica e Financeira*. Teresina: DEE, 1943.

BATISTA, Sorailky Lopes. *Saneamento, educação e instrução: a configuração do campo de saúde pública no Piauí (1937-1945)*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História do Brasil. Universidade Federal do Piauí (UFPI). Teresina (PI), 2011.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. p. 185-211. In.: RÊMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BEIRED, José Luís Bendicho. A função social dos intelectuais. p. 121-132. In: AGGIO, Alberto. (Org.). *Gramsci – A vitalidade de pensamento*. São Paulo: Editora Unesp, 1998. Prima.

BENDA, Julien. *A traição dos intelectuais*. São Paulo: Editora Peixoto Neto, 2007.

BEVILAQUA, Clovis. *História da faculdade de direito do Recife*. 2 ed. Brasília: INL/Conselho Federal de Cultura, 1977.

BOBBIO, Norberto. Julien Benda. p.37-56. In.: BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco. 7 ed. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da UNB, 1995. v. 1 e 2.

BOMENY, Helena M. *Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003, 29f.

BOMENY, Helena. (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BOMENY, Helena. *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. Descobrimo o Brasil.

BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. p. 11-35. In.: BOMENY, Helena. (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil – República - Primeira República (1889 - 1930)*. 3 ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. III.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil – Revolução de 30 ao Governo Provisório*. 3 ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. IV.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil – Segundo República (1934-1945) – Estado Novo (1937-1945)*. 3 ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. V.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007. Coleção Estudos 20.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas – sobre a teoria da ação*. 6.ed. Campinas (SP): Papyrus Editora 1996.

BOURNE, Richard. *Getúlio Vargas: a esfinge dos pampas*. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

BRANDÃO, Adail José Monteiro. *As armadilhas do poder: partidos políticos e a sucessão governamental de Miguel Rosa*. Monografia. Curso de Licenciatura Plena em História - Programa de Iniciação Científica CNPq/UFPI. Universidade Federal do Piauí (UFPI), 137f. 1996.

BRITO, Itamar Sousa. *História da educação no Piauí*. Teresina: EDUFPI. 1996.

CAMARGO, Aspásia et al. *O golpe silencioso – as origens da república corporativa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1989.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Política internacional de saúde na Era Vargas: o serviço especial de saúde pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2006. Coleção História e Saúde.

CAMPOS, Edmundo. Forças armadas: autonomia e hegemonia. p. 247-254. In. CPDOC. *A revolução de 30: Seminário Internacional*. Rio de Janeiro: Editora Universidade de Brasília, 1983 Coleção Temas Brasileiros. 54.

CAMILHO FILHO, José. *Joaquim Vaz da Costa*. Teresina: [s.n.], 2000.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. 2 ed. Brasília: Editora da UNB, 1994.

CANDIDO, Antonio. As consequências do processo de 30 na cultura. p.108-123. In.: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: UFRGS/ ERUS, 1983.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena – propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O estado novo: o que trouxe de novo?. p.107-143. In.: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.) *O Brasil republicano- o tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 a ao apogeu do estado novo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. O Brasil Republicano 2.

CAVALCANTE JUNIOR. Idelmar Gomes. A revolta dos cabos e a interrupção da “revolução de 1930” no Piauí (1931). p. 37-57. SOUSA NETO, Marcelo de; ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. (Orgs.). *A história sob múltiplos ângulos: trajetória de pesquisa e escrita*. Teresina: EDUESPI, 2020. v.II.

CAVALCANTE JUNIOR. Idelmar Gomes. *A interventoria Landri Sales: a consolidação da revolução de 1930 no Piauí*. Monografia. Curso Licenciatura Plena em História. Universidade Estadual do Piauí (UESPI), 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas: fantasma de uma geração (1930-1945)*. 2ed. São Paulo: Editora Brasiliense: 1995.

CARVALHO, Afonso Ligório Pires de. *Tempos de Leônidas Mello*. Teresina: APL/Assembleia Legislativa, 1994.

CARVALHO, Luiz Felipe de. *Educação e unidade nacional do estado novo: o primeiro Congresso de Brasilidade (1941)*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 2010. p.18.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil - O longo caminho*. 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. Topoi, Rio de Janeiro, n. 1, p. 123-152, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares. p. 341-345. In.: PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o estado novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. p.55-81. In.: D’Araujo, Maria Celina. *As instituições brasileiras da era vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/Editora da FGV.1999.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados – O Rio de Janeiro e a república que não foi*. 3 ed. São Paulo: Companhia. Das Letras, 1987.

- CARVALHO, José Murilo de. *Força armada e política, 1930 – 1945*. p.107-150. CPDOC. *A Revolução de 30: Seminário Internacional*. Rio de Janeiro: Editora Universidade de Brasília, 1983 Coleção Temas Brasileiros. 54.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A escola nova no Brasil: uma perspectiva de estado. p. 90-97. In. *Revista Educação em Questão*. Natal (RN). v.21. nº7. Set/Dez. 2004.
- CARVALHO, Menelick. *A Revolução de 30 e o município*. Rio de Janeiro: DIP, 1942. (Arquivo do CPDOC- FGV – RJ).
- CASTELO BRANCO, Cristiano. Letras piauienses (Clodoaldo Freitas e Da Costa e Silva). p.73-94. In: CASTELO BRANCO, Cristiano. *Homens que iluminam*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1946.
- CASTELLO BRANCO FILHO, Moysés. *Depoimento para a história da revolução no Piauí* (Período Revolucionário 1922-1931). 2 ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- CASTRO, A. O, Gomes; CASTAGNINO, A. Souto. *O senado federal de 1890 a 1927*. Rio de Janeiro: Senado Federal, [s.n.], 1927.
- CASTRO, F. Pires de & NAPOLEÃO, Martins. *Os rebeldes no Piauí* (Subsídios e documentos para história). Teresina: Typ. D’ “O Piauí”, 1926.
- CEPRO. *Governadores do Piauí – Uma perspectiva histórica*. Teresina: CEPRO, 1993.
- CHAVES, Mons. *Obras completas*. Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves, 1998.
- CIARLINI, Daniel Castello Branco. *Contribuição da imprensa e da literatura de Parnaíba para a formação do sistema literário piauiense*. Dissertação. (Mestrado em Letras). Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Teresina (PI), 2015.
- COELHO, Celso Barros. *Academia piauiense de letras – 75 anos*. Teresina: APL, 1994.
- CORREIA, Lyda Aguiar Moraes (Coord.). *1880 -1980 Eurípedes de Aguiar – Centenário de nascimento*. Brasília: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 1981.
- CORREIA, Benedicto Jonas; LIMA, Benedicto dos Santos. *O livro do centenário de Parnaíba – Documentário da cidade. 1844 – dez – 1944*. Parnaíba (PI): Gráfica Americana, 1944.
- COSTA, Clóvis Vaz da. *Desembargador Vaz da Costa: revolucionário e democrata à frente de seu tempo*. Belo Horizonte: FUMARC, 2016.
- COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia histórica do estado do Piauí – desde os seus tempos primitivos até a proclamação a república*. Rio de Janeiro. Artenova, 1979. v.2.
- COSTA, João Cruz. *Pequena história da república*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- COSTA, Giovanni. *Mistificação infame de Leônidas de Castro Melo*. [S.I.: s.n.] 1951.

COSTA, Giovanni. *Em torno do livro oito anos de governo – Administração Leônidas Melo no Piauí maio de 1935 – maio de 1943*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1943.

COSTA, Giovanni. *Cousas do Piauí*. Teresina: [S.I. s.n.] 1942.

COSTA, Giovanni. *Malversações dum governante*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1942.

COSTA, Giovanni. *O Estado Novo no Piauí*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1941.

COSTA, Giovanni. *De como se prática o estado novo no Piauí*. [S.I. s.n.] 1940.

MENDES, Simplício de Souza; SOUZA, Esmaragdo de Freitas. *O caso dos desembargadores piauienses (Recurso)*. [S.I.]: Empresa Graf. Tribuna Ltda, 1940. *Coletânea*.

MENDES, Simplício de Souza. *O Estado Novo no Piauí*: Rio de Janeiro: [s.n.], 1941.

MENDES, Simplício de Souza. *Em Guarda ....* Teresina: Gráfica Esperança, 1939.

MENDES, Simplício de Souza. *O Desvario do crime*. Teresina: Graphica Piauihyense Ltd, 1929.

MENDES, Simplício de Souza. & COSTA, Odorico Piauihyense da. *O crime de Theresina: dados sobre a acção do estado no inquérito sobre o assassinato do Dr. Lucrecio Dantas Avelino, Juiz de Federal*. Teresina: Graphica Piauihyense Ltd, 1928.

COSTA FILHO, Alcebíades. *A geração de Crispim: um estudo sobre a constituição histórica da piauiensidade*. Tese. Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense: Niterói (RJ), 2010.

COSTA FILHO, Venceslau Tavares. *Antonio Coelho Rodrigues: um súdito fiel? Ruptura e continuidade na transição da monarquia para a república no Brasil*. Revista de Informação Legislativa. Ano 51. nº 203.jul. /set. 2014. p.53-6.

CPDOC. *A Revolução de 30: Seminário Internacional*. Rio de Janeiro: Editora Universidade de Brasília, 1983. Coleção Temas Brasileiros. 54.

CENTRO PIAUIENSE. *Oito anos de govêrno – a Administração Leônidas Melo no Piauí – maio de 1935 – maio de 1943*. 1943. [S.I. s.n.]. 1943.

CUNHA, Higino. *Memórias: traços autobiográficos*. 2 ed. Teresina: Senado Federal/ APL, 2011.

CUNHA, Higino. *Memoria histórica da faculdade de direito do Piauihy 1931 -1934*. p.02-08. In: *Revista Acadêmica*. Maio/1935.nº1.

CUNHA, Higino. *A defesa do professor Leopoldo Cunha – produzida por seu pai Dr. Higino Cunha, no processo movido contra aquele pelo crime de tentativa de homicídio*. Teresina: Imprensa Oficial, 1934.



CUNHA, Higino. *O assassinio do juiz federal dr. Lucrecio Dantas Avelino*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1928.

CUNHA, Higino. *Os revolucionários do Sul – através dos sertões nordestinos do Brasil*. Teresina: Oficinas D'O Piaui”, 1926.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette. mídia, cultura e revolução*. Companhia das Letras, 1990.

DIAS, Laécio Barros. *O sertão piauiense em pé de guerra: o conflito armado entre José Honório Granja e a família Lustosa Nogueira (1922-1926)*. Teresina: APL, 2015, Coleção Centenário nº49.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru (SP): EDUSC, 2002.

DULLES, John W.F. *Sobral Pinto – A consciência do Brasil: A cruzada contra o regime Vargas 1930 - 1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DULLES, John W.F. *A faculdade de direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas 1938-1945*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Nova Fronteira/ EDUSP, 1984. Coleção Brasil século 20.

DULLES, John W.F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977. Coleção Brasil século 20.

DULLES, John W.F. *Getúlio Vargas – biografia política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1967.

D'AVILA, Luiz Felipe. *Os virtuosos – Os estadistas que fundaram a república brasileira*. São Paulo: Girafa Editora, 2006.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese em ciências humanas*. 13 ed. Lisboa: Editora Presença, 2007.

FARIAS, DAMIÃO Duque de. *Em defesa da ordem – aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo 1930 – 1945*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: Historiografia e história*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FERREIRA, Jorge. Getúlio Vargas, o povo e a secretária da presidência da república. p.139-161. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa. *O corporativismo em português – estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A reação republicana e a crise política dos anos 20. p. 09-23. In: *Revistas Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, v.06, nº11, 1993.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. *Saúde no governo Vargas (1930-1945): dualidade institucional de um bom público*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. Coleção História e Saúde.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e forças armadas na revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

\_\_\_\_\_. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo: Editora Polís, 1978.

\_\_\_\_\_. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FREITAS, Clodoaldo. *Em roda dos fatos (crônicas) 1ª Série*. 2 ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

FREITAS, Clodoaldo. *Os factores do coelhado – escorço de história*. Therezina: Typ. Democrata, 1892.

FREITAS, Miqueline Ferreira. *Lindolfo Collor: o olhar de um brasileiro exilado na Europa sobre o regime nazista*. Dissertação. Programa de Pós-graduação de História. Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

GARCIA, Nelson Jahr. *Estado novo ideologia e propaganda política – a legitimação do estado autoritário perante as classes subalternas*. São Paulo: Edições Loyola, 1982. Série Comunicação 29.

GIANASTACIO, Vanderlei. *O sufixo – ismo história das gramáticas da Língua Portuguesa e sua produtividade a partir do dicionário de língua portuguesa* Antônio Houaiss. Disponível em: <http://www.usp.br/gmhp/publ/GiaA1.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2021.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. (Orgs.) *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Angela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: intelectuais e construção do mito Vargas. p.79-107. In.: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa. *O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro. Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o calendário de 1940. p. 112-145. In.: ROLLAND, Denis; RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai. (Orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

GOMES, Angela de Castro. Essa gente do rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. p. 62-77. In.: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Editora FGV. v. 06, nº 11, 1993.

GOMES, Angela de Castro. Confronto e Compromisso no processo de constitucionalização (1930 – 1935). In.: FAUSTO, Boris. (Org.). *História geral da civilização brasileira: sociedade e política (1930-1964)*. 3 ed. São Paulo: Difel, 1986. v.10. p.7.

GOMES, Angela de Castro. O redescobrimto do Brasil. p.109-150. In.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO; Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castros. *Estado Novo – ideologia e poder*. São Paulo: Zahar Editores, 1982. Política e Sociedade.

GOMES, Angela de Castro. et al. (Orgs.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1980. Brasil Século 20.

GOMES, José Airton Gonçalves. (Coord.) *O legislativo piauiense 1835 – 1985*. Teresina: COMEPI, 1985.

GONÇALVES, Luiz M. Ribeiro. Edifícios escolares do Piauí ontem e hoje. p. 255-259. In.: GONÇALVES, Luiz M. Ribeiro. *Impressões e perspectivas*. Brasília: Senado Federal, 1980.

GONÇALVES, Luiz M. Ribeiro. Tentativa de planejamento de atividade e obras contra os efeitos das secas. p. 325-353. In.: GONÇALVES, Luiz M. Ribeiro. *Impressões e perspectivas*. Brasília: Senado Federal, 1980.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado 1549 - 2003*. Teresina: Editora Halley, 2003.

GONZALES, Horácio. *O que são intelectuais?* São Paulo: Editora Brasiliense, 2001. Coleção Primeiros Passos 20.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial – ideologia, propaganda e censura no estado novo*. São Paulo: Editora Marco Zero/CNPq, 1990.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Vértice. 1990.

HENRIQUES, Afonso. *Ascensão e queda de Getúlio Vargas - Vargas e o estado novo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Distribuidora Record, 1966. v.2.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.). *A invenção das tradições*. 6 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930 – 1945). p. 129-141. In.: *Educar em Revista*. Curitiba. nº 25. Editora: UFPR, 2005.

HOCHMAN, Gilberto. A saúde pública em tempos de Capanema: continuidades e inovações. p.127-151. In.: p.142-148. BOMENY, Helena. (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

- HOROCHE, Claudine. Elementos para uma antropologia política do ressentimento: laços emocionais e processos políticos. p. 333-349. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia. *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2004.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. p. 09 - 43. In.: *Revista Brasileira de Educação*. nº1, jan/jun. 2001.
- KELLER, Suzanne. *O destino das elites*. Rio de Janeiro: Forense, 1967.
- KRUEL, Kenard. (Org.). *Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves – cartas a A. Tito Filho*. Teresina: Editora Zodíaco, 2010.
- BORIS, Kossoy. *Os tempos da fotografia – o efêmero e o perpétuo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.
- BORIS, Kossoy. *Fotografia e história*. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- LAMOUNIER, Bolívar. *Tribunos, profetas e sacerdotes – intelectuais e ideologias do século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.
- LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo, 2001.
- LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas – os anos críticos 1934-1938*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980. Brasil – século 20.
- LEITÃO, Ofélio. *Eurípides de Aguiar – varão de Plutarco*. Teresina: COMEPI, 1980.
- LIRA, Clarice Helena Santiago. *O Piauí em tempos de segunda guerra: mobilização local e as experiências do contingente piauiense na FEB*. Jundiá (SP): Paco Editorial, 2017.
- LIRA, Clarice Helena Santiago et. al. *História profusa: sujeitos, espacialidades*. Teresina: EDUFPI, 2020.
- LIMA, Hêlbert Alves Corrêa; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. *Nos domínios de Arthur: política e sociedade no governo de Raymundo Arthur de Vasconcelos*. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2010.
- LOPES, Raimundo Hélio. *A delegacia militar do Norte e o governo provisório: disputas políticas e a nomeação dos interventores nortistas*. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856706\\_2a3b2182ddaa57b6dc55f10d334c4408.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856706_2a3b2182ddaa57b6dc55f10d334c4408.pdf). Acesso em: 10 jun. de 2020.
- MACAMBIRA, Dalton Melo. *O Piauí na proclamação da república*. Carta CEPRO: Teresina. v.11.nº.1. p. 115-131. Jul/Dez,1986.

- MACHADO, Bárbara Araújo. A função de intelectual: um diálogo entre Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu e Edward Said. p. 212-224. In.: *Revista de Teoria de História* (UFG). Ano 7. Nº13. Abri/2015.
- MACHADO, Luiz Toledo. *Formação do Brasil e unidade nacional*. São Paulo: IBRASA, 1980. Biblioteca de Estudo Brasileiros 1.
- MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a construção do serviço telegráfico no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo. v. 21, nº 41, p.127-144, 2001.
- MACIEL, Laura Antunes. Magalhães, Maria do Socorro Rios. Martins Napoleão: neoclássico ou modernista? p. 15-23. In.: *Revista da Academia Piauiense de Letras*. nº61. Ano LXXXVI. Dez. 2003.
- MAGALHÃES, Maria do Socorro Rios. *Literatura piauiense – horizontes de leitura & crítica literária (1900 – 1930)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa. *O corporativismo em Português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia; os intelectuais e a política no Brasil: 1920 a 1940. *Revista Brasileira de Ciência Sociais*. São Paulo, ANPOCS, nº4, v.2, jul. 1987.
- MATOS, J. Miguel de; TITO FILHO, A. *Abdias Neves (1876-1928)*. Teresina: EDUFPI, 1984.
- MAUAD, Ana Maria. *Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica*. <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/viewFile/4056/2379>. Acesso em 20 de mar. 2021.
- MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. *Historiografia Piauiense – Relações entre escrita histórica e instituições política-culturais*. Teresina: Fundação Cultura Monsenhor Chaves, 2015.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004. Estudos Históricos.
- MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil 1930-1945*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1978.
- MELO, Antonio Maurení Vaz Verçosa. *Os alicerces da educação superior no Piauí: uma avaliação das experiências das faculdades de Direito e Católica de Filosofia 1930 – 1970*. 2006. Dissertação. Universidade Federal do Piauí, Teresina (PI), 2006.
- MELLO, Leônidas de Castro. *Trechos do meu caminho – “Memórias” à feição de autobiografia*. Teresina: COMEPI, 1976.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do império*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Editora UFRRJ, 2007.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e a classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na república velha*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977. Coleção ELOS.

MIGUEL, Nadya Maria Deps; CORREIA, Maria Rosa dos Santos. *Os intelectuais no IPHAN e no IBGE na era Vargas*. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19141.pdf>. 1

MONTEIRO, Charles. História e fotojornalismo: reflexões sobre o conceito e a pesquisa na área. *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 8, nº. 17, p. 64 - 89. jan./abr. 2016.

MORAES, Genu; KRUEL, Kenard. (Orgs.). *Eurípidés de Aguiar escritos insurgentes – comentários*. Teresina: Zodíaco, 2011.

MORAES, Herculano. *Visão histórica da literatura piauiense*. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1976.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, 1977. Coleção Ensaio 30.

MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena (Orgs.). *Evandro Lins e Silva – O salão dos passos perdidos – depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Editora FGV, 1997.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira república*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

NAPOLEÃO, Aluizio. *Um lutador Hugo Napoleão e sua época*. [S.L. s.n.]. 1992.

NAPOLEÃO, Martins. *O Piauí na Revolução de 1930 – Subsídios para a história do movimento liberal ....* (Publicação Oficial). Teresina: Imprensa Oficial, 1930.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Cidade e memória: o processo de modernização de Teresina nos anos de 1930 e 1940. p. 129-151. In.: EUGÊNIO, João Kennedy. (Org.). *História de vários feitio e circunstância*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A Revolução de 1930 no Piauí 1928-1934*. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. et al. *Governadores do Piauí – uma perspectiva histórica*. Teresina: CEPRO, 1993.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A revolta dos cabos: movimento armado desencadeado no interior do 25º Batalhão de Caçadores, guarnição federal como sede em Teresina entre 2 a 4 de junho de 1931. *Caderno de Teresina*. Teresina (PI). nº5. Ano 2. p. 28-21. ago. 1988.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A Aliança Nacional Libertadora no Piauí. *Caderno de Teresina*. Teresina (PI). nº6. Ano 2. p. 17-21. dez.1988.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *O tenentismo no poder – A interventoria Landri Sales (1931 – 1935)*. Carta CEPRO. Teresina (PI). v. 11, nº 1, p.53-86. Jul/Dez 1986.

NEIVA, Arthur; PENA, Belisário. *Viagem científica: pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás*. Ed. fac-sim. Brasília: Senado Federal, 1999.

NEVES, Margarida de Souza & HEIZER, Alda. *A ordem é o progresso – O Brasil de 1870 a 1910*. 6 ed. São Paulo: Atual Editora.1991. Coleção História em Documentos.

NUNES, Cecília Silva de Almeida. *Oligarquia Pires Ferreira: família e poder político no Piauí (1889-1920)*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016. Coleção Século XXI nº3.

NUNES, Cecília Silva de Almeida. *Tramas e poder: trajetória do republicanismo no Piauí (1870 – 1894)*, p. 210 – 230. In.: EUGÊNIO, João Kennedy. (Org.). *História de vários feitos e circunstâncias*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.

OLÍMPIO, Mathias. *Rumos e atitudes*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio*. p.323-349. In.: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.) *O Brasil Republicano- O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 a ao apogeu do Estado Novo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. O Brasil Republicano 2.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o estado novo*. p.37-58. In.: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *As ideias fora de tempo*. p.425-436. In.: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: UFRGS/ ERUS, 1983.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o estado*. p.305-526. In: CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). *A Revolução de 30: Seminário Internacional*. Rio de Janeiro: Editora Universidade de Brasília, 1983. Coleção Temas Brasileiros. 54.

OLIVEIRA, Thamyres Sousa de Oliveira. *O jornalismo piauiense e a censura em tempos de estado novo*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Comunicação Social. Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina (PI), 2016.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 6 ed. Campinas (SP): Pontes Editores, 2005.

- PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. p.339-425. In.: GOMES, Angela Maria de Castro. et al. (Orgs.). *Regionalismo e Centralização Política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1980. Brasil Século 20.
- PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSZPAN, Mário. *Da Revolução de 1930 ao golpe de 37: a depuração das elites*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1987.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. p.13-37.in: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.) *O Brasil republicano- o tempo do nacional-estatismo. do início da década de 1930 a ao apogeu do Estado Novo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. O Brasil Republicano 2.
- PARENTES, Ana Maria de Carvalho Nunes; DANTAS, Deoclésio; NUNES, Teresa Cristina Moura A. (Orgs.) *Tibério Nunes: trajetória e Depoimentos*. Teresina: [s.n.], 2006.
- PASSOS, Artur. *Abdias Neves – homens e eventos da sua época*. Teresina: [s.d.], 1966.
- PASSOS, Artur. *Esboço de um perfil (1858-1958)*. Teresina: Tipografia Ribeiro, 1959.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1960.
- PEREIRA, José Eduardo. *O solar da estrela marrom – Onde se conta a saga do indômito coronel Domingos Mourão Filho – Síntese biográfica*. Teresina: Editora Júnior, 1991. Coleção Itamaraty /Caderno 6.
- PEREIRA, José Eduardo & OMMATI, Fides Angélica. *As constituições piauienses*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1988.
- PESSOA, Reynaldo Carneiro. (Org.). *A ideia republicana no Brasil, através dos documentos*. São Paulo: Editora Alfa - Omega, 1973.
- PINHEIRO FILHO, Celso. *História da imprensa no Piauí*. 3. ed. Teresina: Editora Zodíaco, 1997.
- PINHEIRO FILHO, Celso. *História da Imprensa no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1972.
- PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.



POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*: Rio de Janeiro: FGV, vol. 2. nº13. 1989. p.3-15.

POLETTI, Ronaldo. *Constituição de 1934*. 3 ed. Brasília: Senado Federal. Constituições Brasileiras v.3. p.139.

PORTO, Walter Costa. *Constituição de 1937*. 3 ed. Brasília: Senado Federal, 2012. Coleções Constituições Brasileiras. v.4.

PRADO, Maria Emília. Alberto Torres e a responsabilidade do estado na construção da nação. p. 187-210. In: PRADO, Maria Emília. (Orgs.). *Intelectuais e ação política*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2011.

PRESTES, Anita Leocádia. *Uma epopeia brasileira – A Coluna Prestes*. 2 ed. São Paulo: Editora Moderna, 1995. Coleção Polêmica.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da república: jacobinismo ideologia e ação 1893-1897*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

QUEIROZ, Teresinha. A balaiada, de Clodoaldo Freitas: considerações em torno de um manuscrito oitocentista. p. 17-37. In: SOUSA NETO, Marcelo de; ALVARENGA, Antonia Valtéria Melo; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. (Orgs.). *A história sob múltiplos ângulos: trajetória de pesquisa e escrita*. Teresina: EDUESPI, 2020.v.1.

QUEIROZ, Teresinha. *História, literatura, sociabilidade*. 2 ed. Teresina: EDUFPI/APL, 2015. Coleção Centenário 27.

QUEIROZ, Teresinha. Os homens de letras e a política republicana.p.459-485.In.: NASCIMENTO, Francisco Alcides do & VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *História e historiografia*. Recife: edições bagaço, 2006.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 2 ed. Teresina: EDUFPI, 1998.

QUEIROZ, Teresinha. Sobre política, ciência e arte: Higino Cunha e as controvérsias de seu tempo. p.37-67. In.: *Revistas da Academia Piauiense de Letras*. nº69. Ano XCIV. Jul.2011.

RAMOS, Diana dos Santos. *Memória e publicidade no Brasil na década de 1930*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro (RJ). 2013.

RAMOS, Francisco Ferreira. *História do hospital Getúlio Vargas*. p. 89-10.In.: REBELLO, Pires. et.al. *Política do Piauí*. Rio de Janeiro: Typ. do Patronato, 1926.

REIS, Liana Maria& BOTELHO, Angela Vianna. *Dicionário histórico Brasil colônia e império*. Belo Horizonte: Editora Dimensão, 1998.

REZNIK, Luís. *Tecendo o amanhã: a história do Brasil no ensino secundário – programas e livro didáticos 1931 a 1945*. 1992. Dissertação. Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói (RJ), 1992.

RICCI, Paolo; ZULLINI, Jaqueline Porto. Partidos, competição política e fraude eleitoral: a tônica das eleições na primeira república. p.443-479, In.: *DADOS. Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. v.57, nº2, 2014.

RODRIGUES, Antonio Coelho. *A república na América do Sul ou um pouco de história e crítica oferecida aos latino-americanos*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2016. v.231.

ROLLAND, Denis. O estatuto da cultura no Brasil do estado novo: entre o controle das culturas nacionais e a instrumentalização das culturas estrangeiras. p. 85-111. In.:

ROLLAND, Denis; RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai. (Orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

ROMANENELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 28 ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes. 2003.

SAID, Edward W. *Representação do intelectual - as conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTIAGO JÚNIOR. Francisco das Chagas. A utopia republicana em Teresina. p.75-77. In.: SANTOS NETO, Antonio Fonseca dos, et. al. *Teresina 150 anos 1852 – 2002*. Teresina: Gráfica Júnior/Jornal O Dia, 2002.

SANTIAGO JÚNIOR. Francisco das Chagas. Abdias Neves: o moderno conservador. P.94-95. SANTOS NETOS, Antonio Fonseca dos, et. al. *Teresina 150 anos 1852/2002*. Teresina: O Dia/ Gráfica e Editora Junior, 2002.

SANTIAGO JÚNIOR. Francisco das Chagas. Vida política e intelectual de Higino Cunha. p. 116-117. In.: SANTOS NETO, Antonio Fonseca dos, et. al. *Teresina 150 anos 1852 – 2002*. Teresina: Gráfica Júnior/Jornal O Dia, 2002.

SANTOS, José Mauricio Moreira dos. “*União, força e trabalho*”: trabalhadores, mutualismo e sindicatos no Piauí 1900 – 1945. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História do Brasil. Universidade Federal do Piauí (UFPI), 2015.

SANTOS JÚNIOR. Luiz Airton. *História da medicina no Piauí*. Teresina: Academia de Medicina do Piauí, 2003.

SANTOS NETOS, Antonio Fonseca dos, et. al. *Teresina 150 anos 1852/2002*. Teresina: O Dia/ Gráfica e Editora Junior, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra / Editora FGV, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. (Org.). *Estado Novo, um Autorretrato (Arquivo Gustavo Capanema)*. Brasília: Editora da UNB. 1982. Coleção Temas Brasileiros v. 24.

SECRETO, María Verónica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. Coleção História do Povo Brasileiro.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. *A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea*. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05.pdf>. Acesso em: 20/03/2021.

SILVA, Hélio. *1926: a grande marcha*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1965.

SILVA, Abdias. Jornalismo em Teresina nos anos 30: ato de amor e heroísmo. p. 76-77. In.: *Cadernos de Teresina*. Ano IX, nº. 19. abril. 1995.

SILVA, Avilmar. *O novo Brasil – ensaio político*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1939.

SILVA, Marinete dos Santos. *A educação brasileira no estado novo*. Niterói/São Paulo: Livraria Panorama/Editorial Livramento. 1980. Coleção Educação e Cultura v.1.

SIRINNELLI, Jean – François. Os intelectuais.p.231 -269. In.: RÊMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A Democracia Interrompida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 2004.

SOLON, Daniel Vasconcelos. *O eco dos alto-falantes: memória das amplificadoras e sociabilidades na Teresina de meados do século XX*. Dissertação. Programa de Pós-graduação em História do Brasil. Universidade Federal do Piauí (UFPI). 2006.

SOUSA, José Carlos de. *A história da educação física como disciplina escolar no Piauí de 1939 a 1975*. Dissertação. Programa em Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Piauí (UFPI). Teresina (PI), 2010.

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *Guilherme Müller e a invenção visual de Teresina*. Teresina: Editora Nova Aliança, 2017.

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *História e identidade: as narrativas da piauiensidade*. Teresina: EDUFPI, 2010.

SOUZA, Rosa Fátima de. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. p.75-101.In.: *Educar em Revista – Dossiê História da Educação: instituições, intelectuais e cultura escolar*. Curitiba (Paraná): Editora da UFPR, 2001. nº.18.

SOUZA, Maria de Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil 1930 a 1964*. 2 ed. São Paulo: Editora Alfa – Omega, 1983.

SOWELL, Thomas. *Os Intelectuais e a sociedade*. p.441- 491. In.: SOWELL, Thomas. *Os intelectuais e a sociedade*. São Paulo: Realizações Editora, 2011. Coleção Abertura Cultural.

TUPY, Ismênia S. Silveira T.; SAMARA, Eni de Mesquita. *História e documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Coleção História &...Reflexões.

TITO FILHO, A. *Sua excelência o egrégio – síntese histórica*. 2 ed. Teresina: APL, 1991.

TITO FILHO, A. *Governadores do Piauí: capitania – província – estado*. 3 ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1978a.

TITO FILHO, A. *Memorial da cidade verde*. Teresina: [s.n.],1978b.

TITO FILHO, A. *A augusta casa do Piauí (Síntese Histórica)*. Brasília: Senado Federal, 1978c.

TITO FILHO, A.; MATOS, J. Miguel de Matos (Orgs.). *Martins Napoleão*. Teresina: EDUFPI, 1994. Coleção Vida e Obra de Autores Piauiense.

VARGAS, Getúlio. *Diário volume I 1930 – 1936*. São Paulo/Rio de Janeiro: Siciliano /FGV, 1995. v. I.

VARGAS, Getúlio. *Diário volume II 1937 – 1942*. São Paulo/Rio de Janeiro: Siciliano /FGV. 1995. v. II.

VALÉRIO, Telma Faltz. *As conferências nacionais de educação como estratégias de intervenção da intelectualidade abeana na política educacional do ensino secundário no Brasil 1928 – 1942*. Tese. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba (PR), 2013.

NEGREIROS, Vanessa Soares Negreiros. *Em busca da geração perdida: formação escolar e intelectual de homens de letras em Teresina*. Teresina: EDUFPI, 2015.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma configuração do campo intelectual. p.71-108. In.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO; Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castros. *Estado novo – ideologia e poder*. São Paulo: Zahar Editores 1982.

VIEIRA, Ana Paula Leite. *O departamento de imprensa e propaganda e política do estado novo (1937-1945)*. Tese. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro (RJ). 2019.

VISCARDI, Claudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite*. Belo Horizonte, 2012.

VISCARDI, Cláudia M. R.; FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. Eleições na primeira república: uma abordagem alternativa acerca da participação popular. *Locus - Revista de história*, Juiz de Fora, v.25, n. 2, p.12-36, 2019. E-ISSN: 2594-8296 - ISSN-L: 1413-3024.

**FONTES****INSTITUIÇÕES**

Academia Brasileira de Letras (ABL)  
 Academia Piauiense de Letras (APL)  
 Arquivo Histórico e Institucional do Museu da República (AHI-MR).  
 Arquivo Nacional (AN-RJ)  
 Arquivo Público do Piauí (APPI)  
 Biblioteca Comunitária – Campos Poeta Torquato Neto  
 Biblioteca Comunitária Jornalistas Carlos Castelo Branco  
 Biblioteca da Academia Piauiense de Letras (APL)  
 Biblioteca de Arte Professor Wall Ferraz  
 Biblioteca do Colégio São Francisco de Sales (Diocesano)  
 Biblioteca Jornalista Carlos Castelo Branco  
 Biblioteca Particular Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar<sup>974</sup>  
 Biblioteca Pública Estadual do Piauí Des. Cromweel de Carvalho  
 Casa da Cultura - Prefeitura de Teresina (PI)  
 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC - FGV/RJ)  
 Fundação Biblioteca Nacional (FBN)  
 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)  
 Museu da República (RJ)  
 Universidade Estadual do Piauí (UESPI)  
 Universidade Federal do Piauí (UFPI)

**JORNAIS**

*Diário Oficial do Estado do Piauí*. (PI)  
*Jornal Actualidade*. (Teresina -PI)  
*Jornal A Noite* (RJ).  
*Jornal A Liberdade* (PI)  
*Jornal Aviso*. (Picos – PI).  
*Jornal A Phalange*. (Teresina - PI)  
*Jornal A Razão* (CE)  
*Jornal Crítica* (RJ).

---

<sup>974</sup> Era preservada por sua filha Genú Moraes (in-memória).

Jornal *Diário Carioca* (RJ)

Jornal *Gazeta* (PI)

Jornal *Monitor* (Teresina - PI)

Jornal *O Obus* (Teresina – PI).

Jornal *O Estado do Piauí* (PI)

Jornal *Oitenta e Nove*. (Teresina - PI)

Jornal *O Lidador* (Parnaíba-PI)

Jornal *O Piauí* (PI).

Jornal *O Tempo* (PI)

*O Jornal* (RJ)

*O Piauí* – Órgão Oficial dos Poderes do Estado. (PI).

*ZODÍACO* – Boletim do Órgão Oficial do Centro Cultural “Lima Rebelo”

## **PERIÓDICOS:**

### **ALMANAQUES, REVISTAS E OUTROS**

*Almanaque da Parnaíba* (Parnaíba- PI)

*Almanaque do Cariri* (CE)

*Almanaque Piauiense* (Teresina -PI)

*Carta CEPRO* (Teresina - PI)

*Cadernos de Teresina* (Teresina - PI)

*Revista Acadêmica* (Faculdade de Direito do Piauí) (PI)

*Revista Algodão* (RJ). BN

*Revista Carioca* (RJ). BN

*Revista Cultura Política* (CPDOC/ FBN - RJ)

*Revista da Academia Piauiense de Letras* (APL) - (Teresina-PI)

*Revista da Associação Piauiense de Medicina* (Teresina - PI).

*Revista Economista* (PE)

*Revista Gléba* (Parnaíba-PI). APPPI

*Revista O Meio* (Teresina-PI) APPPI

*Revista Nação Brasileira* (RJ). BN

*Revista Nosso Século* 1900/1910 2º Parte- A Era dos Bacharéis

*Revista Nosso Século* 1930/1945 A Era de Vargas

*Revista Semana* (RJ). BN

*Revista Terra Mafrense* (RJ).

Revista *Voz do Estudante* (PI)

Revista *Zodíaco* (PI)

### ARQUIVO NACIONAL

Fundo: AS - Góis Monteiro. Série 2: Correspondência.

Fundo do Ministério da Justiça e Negócios e Interiores 1933 a 1939. SDE.

Fundo Gabinete Civil da Presidência da República 1930 a 1945. SDR025.Fundo Nacional Judiciário.

Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Processos Judiciais.

### CPDOC

Arquivo Filinto Müller. FGV/CPDOC. FM 33.02.21.

Arquivo Filinto Muller. FGV/CPDOC. (FM chp sips Piauí).

Arquivo Juarez Távora. FGV/CPDOC. JT 1930.12.08.

Arquivo Osvaldo Aranha. FGV/CPDOC. OA 30 11 20/1.

Arquivo Osvaldo Aranha. FGV/CPDOC. OA 30 01 29/3.

Arquivo Osvaldo Aranha. FGV/CPDOC. OA 31 06 04/5.

Entrevista – Projeto História Oral do CPDOC – FGV. Delso Mendes da Fonseca.

### MENSAGENS GOVERNAMENTAIS, RELATÓRIOS E OUTROS

PIAUÍ. Departamento Estadual de Estatística (DEE) - *Folheto*. Teresina (PI): Gráfica Excelsior, 1942.

PIAUHY. *Exposição* – Apresentada ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório por intermédio do Delegado Federal do Norte, Sr. Major Juarez Tavora pelo Interventor Federal no Piauí, Tenente Landry Sales Gonçalves. Teresina: Imprensa Oficial, 1932. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (BN) – Brasil.

PIAUÍ. Legião Brasileira de Assistência – Comissão Estadual do Piauí - *Relatório das atividades até de 1944* - Apresentado a Exmo. Sra. D. Darci Sarmanho Vargas Digníssima Presidente da Comissão Central. Teresina: DEI, 1945.

PIAUHY. *Mensagem ao Congresso do Estado do Piauí*. Sr. Governador do Estado Dr. Gabriel Luiz Ferreira. Teresina: Typ. Do Piauí, 1891.

PIAUHY. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí*, 1º de Junho de 1936, pelo Exmo. Sr. Governador Dr. Leônidas de Castro Mello. Teresina: Imprensa Oficial, 1936.

PIAUÍ. *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Interventor Federal pelo Dr. Lindolfo do Rego Monteiro, Prefeito Municipal de Teresina, referente aos anos de 1937 e 1938. Teresina: Tipografia Popular, 1939.

PIAUÍ. *Relatório*. Apresentado ao Exmo, Snr. Dr. Getúlio Vargas, D. D, Presidente da República pelo Interventor Federal no Estado Dr. Leônidas de Castro Melo. Teresina: DEIP, 1942.

PIAUI. *Relatório* ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas D. D. Presidente da República – Pelo Interventor Federal no Estado Dr. Leônidas de Castro Melo. Teresina: D.E.I.P, 1943.

PIAUI. *Relatório* – Apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas D. D. Presidente da República – Pelo Interventor Federal no Estado Dr. Leônidas de Castro Melo. Teresina: D.E.I.P, 1944.

PIAUHY. *Súmula dos Serviços da Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado do Piauí*. Teresina (PI) de junho a dezembro de 1931. 8 de fev. 1932. Acervo do Arquivo Público do Piauí.

PIAUI. *Teresina e o presidente Getúlio Vargas*. Teresina: [s.n.]. 1938.

## DISCURSOS

BRASIL. Miridan Britto Falci. *Discurso de Posse no Cenáculo Brasileiro de Letras e Artes*. Brasil/Rio de Janeiro (RJ).12f. 1984. Gentilmente cedido pela autora.

## MANUSCRITO

Manuscrito da Família. Redigido por Loreno Antonio da Cunha, 1928.

## RELATÓRIOS, DOCUMENTOS OFICIAIS, LEIS, ATAS, ANAIS E OUTROS

BRASIL. Anais do Senado de 1915.livro 4.

BRASIL/DISTRITO FEDERAL. *O SIPS e suas finalidades – Serviços de Inquéritos Políticos Sociais*. Rio de Janeiro: Polícia Civil do Distrito Federal, 1940. Acervo do CPDOC – (FGV/RJ).

BRASIL. *Problemas e Realização do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural, 1938. Acervo do CPDOC – (FGV/RJ).

BRASIL. *Recenseamento Geral do Brasil – Série – Regional Parte V – Piauí*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952.

BRASIL *Resumo Histórico do 25 ° BC de 1918-1986*. Teresina: [s.n.]. Datilografado. [n.p.].

BRASIL. *Sinopse Estatística do Estado do Piauí. n.4. Biênio 1939-1940*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1943.



## ANEXO A - QUADRO DE GOVERNADORES E INTERVENTORES DA PRIMEIRA REPÚBLICA E ERA VARGAS

### QUADRO DE GOVERNADORES E INTERVENTORES DA PRIMEIRA REPÚBLICA E ERA VARGAS

GOVERNADORES/ COMPOSIÇÃO	PERÍODO	ASPECTOS	SITUAÇÃO POLÍTICA /GRUPO POLÍTICO
<b>Junta Governativa Provisória:</b> Reginaldo Nemésio de Sá; Nelson P. do Nascimento e João de Deus M. de Carvalho (ambos militares)	16/11/1889 a 26/12/1889	A junta organizada provisoriamente enquanto não é nomeado o governador para o Estado do Piauí. Composta por militares, ligados aos ideais republicanos proclamados em 15 de novembro de 1889.	Fies aos ideais republicanos do grupo do Marechal Deodoro da Fonseca.
<b>Segunda Junta Governativa:</b> Reginaldo Nemésio de Sá (Militar), Nelson Pereira do Nascimento (Militar), João de Deus Moreira de Carvalho (Militar), João da Cruz e Santos (Barão de Uruçuí), Joaquim Dias de Santana (comerciante), Teodoro Alves Pacheco (bacharel em Direito) e Tomás de Moraes Rego (Cônego)	18/11/1889 a 26/12/1889	Os três militares da Junta anterior, deliberam por formar uma nova junta com a presença de elementos civis, originando esta composição.	Fies aos ideais republicanos do grupo do Marechal Deodoro da Fonseca, com a inserção dos elementos civis para criar uma harmonia com sociedade.
Gregório Taumaturgo de Azevedo (Militar)	26/12/1889 a 04/06/1890	Nomeado pelo Governo Central e ligado ao Marechal Deodoro da Fonseca. Foram nomeados três vice-governadores: Joaquim Nogueira Paranaçuá, Teodora Alves Pacheco e Mariano Gil Castelo Branco (Barão de Castelo Branco).	Pessoa de confiança do Marechal Deodoro da Fonseca e seu grupo no Piauí e influência política do Conselheiro Coelho Rodrigues.
Joaquim Nogueira Paranaçuá (Médico)	04/06/1890 a 23/08/1890	Assumiu como primeiro vice-governador em virtude da exoneração de Gregório Taumaturgo de Azevedo por pressão política.	Primeiro político a divulgar às ideias republicanas no Piauí e, um dos articuladores para saída do governador Gregório Taumaturgo de Azevedo.
Gabino Suzano de Araújo Besouro (Militar)	04/06/1890 a 19/10/1890	Governador nomeado, porém, permaneceu pouco tempo no cargo, assumiu o cargo de deputado federal pelo Estado de Alagoas.	Ligado às ideias do Marechal Deodoro da Fonseca. Politicamente ligado ao Conselheiro Coelho Rodrigues.
João da Cruz e Santos (Barão de Uruçuí) – Comerciante.	19/10/1890 a 27/12/1890	Era o terceiro vice-governador no cargo de Joaquim Nogueira Paranaçuá, quando passou assumir a função de Governador, tinha amplas relações políticas.	Assumiu para manter a unidade, pois se tratava de comerciante e político muito respeitado. Politicamente ligado ao Conselheiro Coelho Rodrigues.
Álvaro Moreira de Barros Oliveira Lima (bacharel em Direito)	27/12/1890 a 28/05/1891	Governador nomeado, baixou o decreto nº 37 de 12/01/1891, decretando a Constituição do Piauí a ser apreciada e aprovada pela Assembleia, bem como o poder legislativo para eleger o Gabriel Luís Ferreira e o Coronel João da	Político, assumir para manter a unidade até eleição do Governador e Vice pela Assembleia Legislativa. Politicamente ligado ao Conselheiro Coelho Rodrigues.

		Cruz e Santos (Barão de Uruçuí), como Governador e vice.	
Gabriel Luís Ferreira (bacharel em Direito)	28/05/1891 a 21/12/1891	Primeiro governador constitucional do Piauí, eleito pelo Congresso Constituinte. Foi desposto pelo Presidente Floriano Peixoto.	Eleito pelo consenso na Assembleia Legislativa, pois, pois, se tratava de político ligado ao pensamento do Marechal Deodoro da Fonseca.
<b>Junta do Governo Provisório:</b> João Domingos Ramos (Militar), Higino Cícero da Cunha (bacharel em direito) Clodoaldo Freitas (bacharel em Direito), José Eusébio de Carvalho Oliveira (bacharel em Direito) Elias Firmino de Sousa Martins (bacharel em Direito) e José Pereira Lopes (Farmacêutico)	21/12/1891 a 29/12/1891	Junta que assumiu após a saída de Gabriel Luís Ferreira do cargo. Junta que ficou provisoriamente, todavia a sua composição desagradou a Floriano Peixoto por questões políticas, vindo assumir o cargo de Governador o Tenente Coronel João Domingos Ramos.	Junta organizada por pessoas que comungava os ideais florianista.
João Domingos Ramos (Militar)	29/12/1891 a 11/02/1892	Manteve a ordem política e administrativa.	Indicação do Marechal Floriano Peixoto, com anuência de políticos piauienses.
Coriolano de Carvalho e Silva (Militar)	11/02/1892 a 01/07/1896	Eleito por aclamação da Assembleia. Governo marcado por atritos políticos.	Político que sofreu da ação forte do grupo dos Pires Ferreira (Piferismo), liderança do Marechal Pires Ferreira.
Raimundo Artur de Vasconcelos (Militar)	01/07/1896 a 01/07/1900	Primeiro governador eleito pelo voto universal e direito.	Ligado ao grupo político dos Pires Ferreira (Piferismo).
Arlindo Francisco Nogueira (bacharel em Direito)	16/07/1900 a 01/07/1904	Tinha exercido várias funções públicas e de grande prestígio político e social.	Ligado ao grupo político dos Pires Ferreira (Piferismo).
Álvaro de Assis Osório Mendes (bacharel em Direito)	01/07/1904 a 05/12/1907	Tinha ocupado algumas funções públicas e de grande penetração política. Faleceu no cargo.	Ligado ao grupo político dos Pires Ferreira (Piferismo).
Areolino Antônio de Abreu (Médico)	05/12/1907 a 31/03/1908	Era o vice de Álvaro de Assis Osório Mendes.	Ligado ao grupo político dos Pires Ferreira (Piferismo).
José Lourenço de Morais e Silva (bacharel em Direito)	31/03/1908 a 01/07/1908	Assumiu ao cargo em virtude da licença do governador Areolino Antônio de Abreu.	Ligado ao grupo político dos Pires Ferreira (Piferismo).
Anísio Auto de Abreu (bacharel em Direito)	01/07/1908 a 06/12/1909	Magistrado de grande prestígio na sociedade.	Estabeleceu uma ação de conciliação. Criando um grupo político de Antonino Freire (Freirismo).
Antonino Freire da Silva (Engenheiro)	15/10/1910 a 01/07/1912	Era o vice de Anísio Auto de Abreu. Homem de grande penetração social, pois se dedicava ao jornalismo e a educação.	Criou um governo de conciliação criando um grupo político em seu entorno denominado de Grupo de Antonino Freire (Freirismo).
Miguel de Paiva Rosa (bacharel em Direito)	01/07/1912 a 01/07/1916	Seu governo foi marcado por crise econômica e política.	Eleito com apoio de Antonino Freire (Freirismo) por apoio de Félix Pacheco.
Eurípedes Clementino de Aguiar (Médico)	01/07/1916 a 01/07/1920	Homem de grande articulação política e profissional respeitado. Teve um governo de austeridade administrativa.	Entrada direta de Félix Pacheco na política do Estado, criando o Pachequismo, se aliando com os Pires Ferreira (Piferismo), vitória do Pires Ferreira, retirando os Freirismo do poder do Estado.

João Luís Ferreira (Engenheiro)	01/07/1920 a 01/07/1924	Político de grande projeção, um articulador, sua vitória tiveram ação direta do seu irmão Félix Pacheco.	Chegou ao governo pelo grupo político de Félix Pacheco. Uma derrota política para Pires Ferreira, ou seja, Pachequismo x Piferismo, colocando o Pachequismo no poder do Estado.
Matias Olímpio de Melo (bacharel em Direito)	01/07/1924 a 01/07/1928	Grande político que ocupou vários cargos na magistratura do Piauí, Acre e Amazônia.	Político ligado ao grupo do Pachequismo. Com apoio direto de Félix Pacheco.
João de Deus Pires Leal (bacharel em Direito)	01/07/1928 a 04/10/1930	Seu governo foi marcado pelas agitações do processo revolucionário de 1930.	Eleito pelo conagraçamento político dos Pires Ferreira, Antonino Freire (Freirismo) e Eurípedes de Aguiar, derrotando o Pachequismo e outras articulações políticas.
Humberto de Areia Leão (Militar) - interventor	4/10/1930 a 29/01/1931	Era o vice governador de João de Deus Pires Leal, deposto. Foi nomeado pelo Presidente Vargas, após o processo revolucionário de 30 no Estado. O seu curto governo foi marcado por agitações políticas que culminaram na sua deposição pelo Des. Vaz da Costa	Foi acusado não só de representar ainda a oligarquia como de ligação com o grupo deposto com a Revolução de 1930.
Joaquim Vaz da Costa (bacharel em Direito)	29/01/1931	Ficou no governo por poucas horas, passando a direção do Estado para o comandante do 25°BC, o cap. Joaquim Lemos Cunha.	O Des. Vaz da Costa, passou o poder para o comandante do 25° BC, cap. Joaquim Lemos Cunha como forma de pacificar a situação política.
Joaquim Lemos Cunha (Militar) – interventor provisório	29/01/1931 a 21/05/1931	Assumiu como interventor interino, todavia sua administração sofreu várias ações políticas, pois era acusado de estar seguindo os princípios da Revolução de 1930 e ainda interferindo na situação política local.	Foi substituído pelo cap. Landri Sales Gonçalves, que era visto como um militar neutro, oriundo do Ceará;
Landri Sales Gonçalves. (Militar) - Interventor	21/05/1931 a 3/05/1935	Seu governo foi marcado por reestruturação administrativa e por equacionar as finanças públicas e por realizar e dar inícios a grandes obras no Estado.	Saiu espontaneamente do governo para dar espaço político para Leônidas de Castro Melo, seu Secretário de Governo e homem de confiança. Algumas críticas políticas lhe acusaram de não manter neutralidade política.
Leônidas de Castro Melo (Médico) Governador eleito pela Assembleia em 1934.	3/05/1935 a 22/12/1937.	Sua administração foi um prolongamento das ações do interventor Landri Sales. Foi marcado por alinhamento com a política de Getúlio Vargas, continuação das obras do antecessor.	Com tinha um alinhamento ideológico e administrativo foi nomeado interventor com a instalação do Estado Novo.
Leônidas de Castro Melo (Médico) Interventor Federal	22/12/1937 a 9/11/1945	Desenvolve uma política no Estado de compartilhamento com as ideias varguistas com propaganda e repressão as doutrinas contrarias ao Estado Novo	Foi deposto após a queda de Vargas em 1945. Se dedica a política e depois a vida particular.

Antonio Leôncio Pereira Ferraz (Militar)	9/11/1945 a 19/12/1945	Foi nomeado presidente José Linhares. Se ausentou para uma viagem ao Rio de Janeiro, substituído pelo Secretário Geral do Estado Benedito Martins Napoleão do Rego.	Ligado politicamente ao grupo político, que estava no poder antes da Revolução de 1930 no Estado.
José Vitorino Correia (Militar),	20/03/1946 a 3/09/1946	Nomeado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra. Se ausentou para Rio de Janeiro sendo substituído por Manuel Sotero Vaz da Silveira – presidente Conselho Administrativo do Estado.	Era ligado políticos que apoiaram Eurico Gaspar Dutra.
Teodoro Ferreira Sobral (Farmacêutico)	11/10/1946 a 17/03/1947	Na sua administração ocorreram as eleições para governador e deputados estaduais. Em virtude da sua viagem passou o cargo para Waldir de Figueiredo Gonçalves até José da Rocha Furtado, tomar posse como governador eleito.	Período marcado pelas articulações políticas para as eleições pois 1945.
José da Rocha Furtado (Médico)	28/4/1947 a 31/01/1951	Assumiu o governo ainda sobre as acomodações políticas pós era Vargas no Estado, ocorreram agitações políticas atrito com poder Legislativo e Judiciário. Aprovada a nova constituição do Estado em 1947.	Teve apoio ao grupo que foi excluindo do poder no período da era Vargas no Estado.

Quadro: Elaborado pelo autor.

Fonte: Com base nas seguintes referências: TITO FILHO, A. *Governadores do Piauí: Capitania – Província – Estado*: 3.ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1978a; \_\_\_\_\_. *A Augusta Casa do Piauí (Síntese Histórica)*. Brasília: Senado Federal, 1978b; BASTOS, Cláudio. *Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994; NUNES, Maria Cecília Silva de Almeida. *Oligarquia Pires Ferreira: família e poder político no Piauí 1889 -1920*. Teresina: APL, 2016. Coleção Século XXI nº3.

## ANEXO B - PARTIDOS POLÍTICOS E SEUS MECANISMO DE IMPRENSA NO PIAUI (1889-1945)

### Período

#### Segundo Império 1840-1889

##### Partido Liberal

Periódico: *A Imprensa*

##### Partido Conservador

Periódicos: *A Época*, *Fiat Lux – Democracia e A Falange* (Redator principal Simplício Coelho Rodrigues)

### República

#### Primeira República 1889-1930

##### Partido Democrata (PD/1889-1895)

##### Partido Republicano Federal (PDF/1890- 1894)

Periódico: *A Democracia*

##### Partido Católico (PC/1890)

##### Partido Republicano Conservador (PRC/1891)

##### Partido Federal (PF/ 1891-1898)

Periódico: *O Piauí* (1891), *Republica* (1896), em Teresina (PI)

##### Partido Republicano Legalista (PRL/1892)

Periódico (s): *A Legalidade*, *República em Teresina* (PI)

##### Partido Constitucional (PC/1892)

##### Partido Republicano Conservador (PRC/1911-1912)

##### Partido Coligado Republicano (PCR/1912)

Periódico: *Jornal Cidade de Parnaíba* em Parnaíba (PI)

##### Partido Republicano Conservador Parnaibano (PRCP/1912-1916)

Periódico: *Jornal A Ordem*

##### Partido Republicano Instrução e Justiça (PRIJ/1912)

##### Partido Republicano Conservador Amarantino (PRCA/1914)

##### Partido Republicano Liberal Piauiense (PRLP/1914)

##### Partido Republicano Automista (PRA/1917-1918)

##### Partido Republicano Piauiense (PRP/1916-1930)

Periódico: *Jornal O Piauí*

##### Partido Bloco Republicano Piauiense (PBRP/1917-1929)

Periódico: *Jornal de Notícias* Teresina (PI)

*A Tribuna* em Parnaíba (PI)

*A Imprensa* (2º fase)

##### Partido Reação Republicano (PRR/1923)

Periódico: *Reação* Teresina (PI)

##### Partido Democrático Nacional (PDN/1928)

Periódico: *A Liberdade*

#### República Nova 1930 a 1945

##### Partido Republicano Piauiense (PRP/1916-1930).

### **Diário Oficial**

- Periódico do governo estadual que servia para informar ações dos poderes e notícias diversas do Piauí.

(Tem suas origens no *O Piauí*, na segunda fase em 1891, que substitui *A Democracia*, foi o jornal de maior circulação no Piauí, desaparecendo em 1930 para lugar ao *Diário Oficial*).

**Aliança Liberal** (PAL/1930)

**Liga Eleitoral Católica** (LEC/1931-1935)

**União Liberal Regeneradora** (Des. Vaz da Costa)

**Aliança Liberal Piauiense – Fusão do Partido Republicano Piauiense + Liga Eleitoral Católica + União Liberal Regeneradora** (Des. Vaz da Costa)

**Partido Nacional Socialista do Piauí** (PNS-PI/1933-1937)

- Líder Político: Hugo Napoleão do Rego e Landri Sales Gonçalves. Com a saída de Hugo Napoleão, ficou sobre o domínio de Landri Sales.

- *O Momento*. Diretor Benedito Martins Napoleão do Rego. Colaboração: Higino Cunha, Joel Sérvio, José de Arimathéa Tito, Celso Pinheiro e outros colaboradores.

**Ação Integralista Brasileira** (AIB-PI/1933)

- Jornal *A Liberdade*

- Seção do Piauí – Chefe Provincial: Giovanni Piauiense Costa

**Partido Liberal Piauiense (PLP)**

- Líder Político: Helvécio Coelho Rodrigues

**Partido Progressista Piauiense** (PPPI/1933)

- Líder político: Hugo Napoleão do Rego;

**União Democrática Brasileira** (UDB/1937)

- *A Democracia*. Diretor: Crisipo de Aguiar. Gerente: A. Lemos.

- *O Piauí* (Em sua nova fase, sobre direção de Helvécio Coelho Rodrigues, orientação de Eurípides de Aguiar, Esmaragdo de Freitas, Simplício Mendes, Arimathéa Tito, Ofélio Leitão e Júlio Martins Vieira)

**Partido Social Democrático** (PSD).

- *O Momento*. Diretor: Pires Gayoso.

**União Democrática Nacional** (UDN)

- *O Piauí*. 5 ° Fase, Diretor: Helvécio Coelho Rodrigues. Abrigou vários adversários políticos do interventor Leônidas Melo e do presidente Getúlio Vargas no Piauí.

### **Fontes:**

Associação Piauiense de Imprensa. *Livro do Congresso*. Teresina: Tipografia Popular, 1934.

BASTOS, Cláudio. *Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

NEVES, Abdias. *A imprensa no Piauí*. P.53-60. In.: *Revista da Academia Piauíense de Letras*. Teresina: Typographia D” O Piauí”. 1927. Anno X. nº 11. Março de 1927.

NUNES, Maria Cecília Silva de Almeida. *Oligarquia Pires Ferreira: família e poder político no Piauí 1889 -1920*. Teresina: APL, 2016. Coleção Século XXI nº3

PINHEIRO FILHO, Celso. *História da Imprensa no Piauí*. 3. ed. Teresina: Editora Zodíaco, 1997.

RÊGO, Ana Regina. *Imprensa Piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

## ANEXO C – Telegrama

## Telegrama

★ 30. ABRIL 1931

RECEBIDO (De ..... As ..... Por .....)

B 28 DE THERESINA NIL /30

URGENTE

JUAREZ TAVORA

MARQUEZ ABRANTES 165

RIO

FVOCDFVXTJ - XJYGOYRMIO - WFJIZTEXGM - LRNXGYRLPH - HUIHDMGLDA -  
 MFUJLBCOPZ - HUOGOGKYBW - GYUTGMRXXO - THOXQHDVXB -  
 TEXDAXZIHQ - HDYAZXRKJW - IKWDAHUYKO - JJTW -  
 NFWPAIFMEH - ABRACOS AFFECTUOSOS

DELSON FONSECA

CT JUAREZ TAVORA MARQUEZ ABRANTES 165 FVOCDFVXTJ - XJYGOYRMIO  
 WFJIZTEXGM - LRNXGYRLPH - HUIHDMGLDA - MFUJLBCOPZ -  
 HUOGOGKYBW - GYUTGMRXXO - THOXQHDVXB - TEXDAXZIHQ HDYAZXRKJW  
 IKWDAHUYKO IXCGFXJJTW NFWPAIFMEH ABRACOS AFFECTUOSOS DELSON  
 FONSECA

Handwritten notes:  
 Ateca ue - se  
 1/5/1931  
 ST dpf 1930.12.08  
 Tradução: Meu nome deve ser afastado pt Landry satisfara todos pt Prometo auxiliá-lo durante minha estadia aqui combinando mais com ele aqui pt Como devo agir respeito Campos Abs Aff.

Stamp: 30/4/1931

Stamp: XLVIII-76

**Figura:** Telegrama codificado.

**Fonte:** Telegrama urgente de Delson Fonseca para Juarez Távora. 30 de abr. 1931. Arquivo Juarez Távora. FGV/CPDOC. JT dpf 1930.12.09 XLVIII -76.

Este telegrama era dirigido a Juarez Távora, encaminhado pelo militar Delson Fonseca que estava em Teresina no período de substituição do interventor Lemos Cunha. Um telegrama codificado, composto por um padrão de fila agrupada com conjunto de dez letras. Isto provavelmente acontecia pois os agentes de telégrafos poderiam ser pessoas ligadas a políticos ou facção partidária. Era um funcionário que tinha que ser de muita confiança, pois era o primeiro a receber as mensagens, todavia no caso de serem enviadas códigos somente o endereçado ao telegrama tinha as informações para decifração.

Tradução existente no canto superior direito do telegrama:

“Tradução: Meu nome deve ser afastado pt Landry satisfara todos pt Prometo auxiliá-lo durante minha estadia aqui combinando mais com ele aqui pt Como devo agir respeito Campos Abs Aff. “

**ANEXO D - Fotografias**

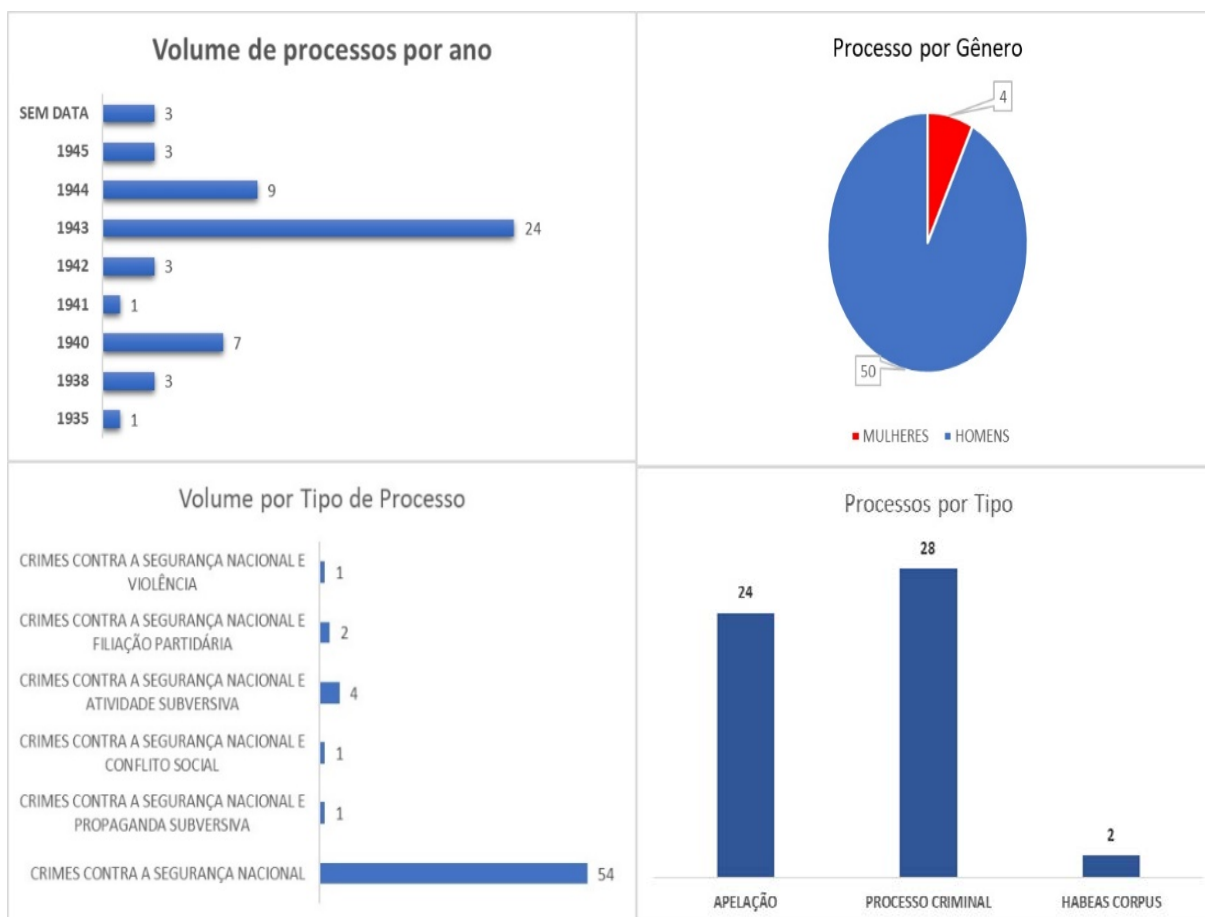
Figura: Centro Piauiense no Rio de Janeiro, momento de confraternização  
Fonte: Gentilmente cedida pela Professora Miridan Britto Knox Falci



Figura: Centro Piauiense no Rio de Janeiro, momento de conagraçamento, exposição de foto do Piauí, elaborada pelo Departamento Estadual de Estatística (DEE), na direção de João Bastos.  
Fonte: Revista *O Malho*. 1941. p. 94.



## ANEXO E - Processos do Piauí no Arquivo Nacional (AN) - Tribunal de Segurança Nacional (TSN), referente a Era Vargas no Piauí



Nota: Foram encontrados 54 processos no Arquivo Nacional (NA), no banco de dados dos processos judiciais do Tribunal de Segurança Nacional. Distribuídos segundo as características arroladas nos gráficos acima, elaborado pelo autor.